SÉRGIO SOARES BRAGA

# "QUEM FOI QUEM NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946";

## um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946.

**VOLUME I**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS --- AGOSTO/1996.

SÉRGIO SOARES BRAGA

# "QUEM FOI QUEM NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946";

## um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946.

## VOLUME I

*Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.*

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em

30/08/96

Banca:

Prof. Dr. David V. Fleischer

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto

Prof. Dr. Décio A. M. de Saes

agosto/1996

Para

Hilda, Laudo, Kátia e Pedro.

À memória de Júlio Braga (o Júlio Galego).

# AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi elaborada com o apoio e o estímulo intelectual e moral de várias pessoas. Em primeiro lugar, de meus pais, Hilda Soares Braga e Laudo Leite Braga. Sem a certeza absoluta de que seu apoio não me faltaria durante todo o processo de feitura da presente tese, esta não teria sido sequer projetada, muito menos concluída. A eles, antes de mais ninguém, devo a conclusão deste trabalho. Quase o mesmo pode ser dito de Maria Marce Moliani, Elza Cotrim Soares e Nelson Rodrigues dos Santos. Minha primeira expectativa é de que esta dissertação seja digna do exemplo e do estímulo que essas pessoas me deram durante todos esses anos.

Décio Azevedo Marques de Saes foi mais do que um orientador do presente trabalho; teve papel decisivo não só na minha como na formação de toda uma geração de cientistas políticos e pesquisadores saídos do IFCH/Unicamp nos últimos anos. O grande amigo Luciano Cavini Martorano e as discussões que travamos no grupo de estudos sobre o pensamento althusseriano também foram de fundamental importância na elaboração dessa dissertação. Ao professor Armando Boito Júnior devo o despertar de minha vocação como cientista político. A Anita Leocádia Prestes agradeço as informações biográficas fornecidas sobre seu pai, e as palavras de estímulo recebidas numa fase crítica da feitura desta tese.

Os companheiros do Grupo de Estudos Estado e Sociedade (GEES) da UFPR (Adriano Nervo Codato, Angelo José da Silva, Paulo Roberto Neves Costa, Renato Monseff Perissinotto e Ricardo Costa de Oliveira), tiveram um papel na elaboração deste trabalho talvez maior do que imaginam. Sem o ambiente de estímulo à pesquisa e compromisso com o pluralismo acadêmico criado por esses professores no DECISO/UFPR, esta tese não teria sido concluída. Renato Monseff Perissinotto e Adriano Nervo Codato merecem uma menção especial pela seriedade do trabalho que realizam no DECISO/UFPR e na **Revista de Sociologia e Política.**

A FAPESP e o CNPq financiaram parcialmente a pesquisa que resultou nesta tese. Aos membros da banca de qualificação, Profs. Caio Navarro de Toledo e Sebastião C. Velasco e Cruz, agradeço as sugestões recebidas e a seriedade demonstrada na argüição do texto apresentado na qualificação.

*"Quanto às atas do congresso do partido, a falta de atenção verdadeiramente imerecida de que são objeto só pode explicar-se pelas querelas que envenenam as nossas discussões e possivelmente, além disso, pelo excesso de verdades demasiado amargas que essas atas contém. As atas do congresso representam o quadro da verdadeira situação do nosso partido, quadro único no seu gênero, insubstituível pela sua exatidão, plenitude, diversidade, riqueza e autenticidade; um quadro das concepções, do estado de espírito e dos planos traçados pelos próprios participantes do movimento, um quadro dos matizes políticos existentes no nosso partido e que mostra a sua força relativa, as suas relações mútuas e a sua luta. As atas do congresso do partido, e só elas, mostram-nos em que medida nós conseguimos verdadeiramente varrer tudo o que restava das velhas relações puramente de círculos e conseguimos substitui-las por uma única grande ligação: a de partido. Todo o membro do partido desejoso de participar conscientemente nos assuntos do seu partido deve estudar com cuidado o nosso congresso do partido, precisamente: estudar, porque a simples leitura do amontoado de materiais brutos que as atas contém é insuficiente para dar um quadro do congresso. Só com um estudo minucioso e independente se pode conseguir (e deve-se procurar fazê-lo) fundir num todo os resumos sucintos dos discursos, os excertos secos dos debates, as pequenas controvérsias sobre questões secundárias (secundárias na aparência), para que ante os membros do partido surja o rosto vivo de cada orador destacado, se revele com precisão a fisionomia política de cada um dos grupos de delegados ao congresso do partido. O autor destas linhas considerará que o seu trabalho não terá sido em vão se conseguir pelo menos dar um impulso ao estudo, amplo e individual, das atas do congresso do partido."*

*Vladimir Ilich Ulianóv.*

*"Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria"*

*José Bonifácio, o velho.*

# SUMÁRIO

**AGRADECIMENTOS** ..... 05

**LISTA DE QUADROS E TABELAS** ..... 09

**LISTA DE ABREVIATURAS** ..... 10

**RESUMO** ..... 11

## VOLUME I

**Capítulo 1) O tema e seu tratamento da bibliografia** ..... **12**

**Capítulo 2) Objetivos e metodologia** ..... **19**

2.1) Descrição e sistematização dos dados coletados ..... 21

2.2) Análise das bancadas estaduais ..... 24

2.3) Biografia e trajetória política dos constituintes ..... 25

2.4) Atuação constituinte dos deputados e senadores ..... 28

**Capítulo 3) Um perfil da Constituinte de 1946** ..... **30**

3.1) A Constituinte de 1946 e o sistema partidário ..... 31

3.2) A trajetória política dos constituintes ..... 48

3.3) Perfil social ..... 63

3.4) Conclusões ..... 77

Anexo 1: Membros das Comissões e das Subcomissões ..... 87

Anexo 2: Número de legislaturas em órgãos parlamentares (por partido) ..... 93

Anexo 3: Mandatos parlamentares anteriormente exercidos pelos constituintes ..... 96

Anexo 4: Cargos governamentais anteriormente ocupados pelos constituintes ..... 99

Anexo 5: Atividades políticas exercidas durante o Estado Novo ..... 106

Anexo 6: Deputados e senadores constituintes por profissões ..... 111

**Capítulo 4) Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946..... 119**

4.1) Métodos e técnicas..... 119

4.2) Listagem nominal dos constituintes de 1946..... 123

4.3) Bancada do Acre/Amazonas..... 135

4.4) Bancada de Alagoas..... 145

4.5) Bancada da Bahia..... 156

4.6) Bancada do Ceará..... 189

4.7) Bancada do Distrito Federal..... 207

4.8) Bancada do Espírito Santo..... 235

4.9) Bancada de Goiás..... 244

4.10) Bancada do Maranhão..... 255

4.11) Bancada de Mato Grosso..... 266

**VOLUME 2**

4.12) Bancada de Minas Gerais..... 273

4.13) Bancada do Pará..... 318

4.14) Bancada da Paraíba..... 330

4.15) Bancada do Paraná..... 343

4.16) Bancada de Pernambuco..... 353

4.17) Bancada do Piauí..... 379

4.18) Bancada do Rio Grande do Norte..... 388

4.19) Bancada do Rio Grande do Sul..... 400

4.20) Bancada do Rio de Janeiro..... 430

4.21) Bancada de Santa Catarina..... 453

4.22) Bancada de São Paulo..... 464

4.23) Bancada de Sergipe..... 518

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS E FONTES UTILIZADAS** 526

**SUMMARY** 536

## LISTA DE QUADROS E TABELAS


Quadro 1: Votos válidos para a Câmara Federal e Composição Partidária da Câmara, Senado e da Constituinte, 1945-1946 (em porcentagens)..... 34

Tabela 1: Número de deputados e senadores constituintes por partido (com suplentes)..... 35

Tabela 2: Distribuição total dos deputados e senadores constituintes (por estados)..... 39

Tabela 2-A: Distribuição total dos constituintes (por partidos, estados e regiões)..... 41

Tabela 3: Distribuição dos constituintes (por região)..... 43

Tabela 3-A: Distribuição dos senadores (por região)..... 45

Tabela 3-B: Distribuição dos deputados (por região)..... 45

Tabela 4: Distribuição dos constituintes (por partido)..... 46

Tabela 4-A: Distribuição dos deputados (por partido)..... 47

Tabela 5: Região de nascimento dos deputados (por partido)..... 48

Tabela 5-A: Estado de nascimento vs. Estado em que foi eleito (por região)..... 49

Tabela 5-B: Estado de nascimento vs. Estado em que foi eleito (por partido)..... 51

Tabela 6: Número de legislaturas em órgãos parlamentares (por partido)..... 52

Tabela 6-A: Número de legislaturas em órgãos parlamentares (por região)..... 54

Tabela 7: Funções parlamentares anteriores (por partido)..... 56

Tabela 7-A: Funções parlamentares anteriores (por região)..... 58

Tabela 8: Cargos governamentais anteriores (por partido)..... 59

Tabela 8-A: Cargos governamentais anteriores (por região)..... 62

Tabela 9: Idade dos deputados (por partido)..... 63

Tabela 10: Formação universitária (por partido)..... 65

Tabela 10-A: Formação universitária (por região)..... 67

Tabela 11: Atividades profissionais dos constituintes (por ordem de importância)..... 68
Tabela 11-1: Atividades profissionais por ordem de importância (PSD)..... 73
Tabela 11-2: Atividades profissionais por ordem de importância (UDN)..... 74
Tabela 11-3: Atividades profissionais por ordem de importância (PTB)..... 74
Tabela 11-4: Atividades profissionais por ordem de importância (PCB)..... 75
Tabela 11-5: Atividades profissionais por ordem de importância (PR)..... 75
Tabela 11-6: Atividades profissionais por ordem de importância (PSP)..... 76
Tabela 11-7: Atividades profissionais por ordem de importância (ED/PDC/PL)..... 76

## LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS:

1) **DPF:** Dados Pessoais e Familiares.
2) **CPr:** Carreira (ou trajetória) profissional.
3) **TPol:** Trajetória Política.
4) **LAM:** Ligações com Associações e Movimentos Sociais.
5) **AIT:** Atividade Ideológica e Teórica.
6) **NASC:** Data de nascimento.
7) **FALEC:** Data de Falecimento.
8) **PROFS:** Profissões.
9) **SI:** Sem Informação.
10) **SD:** Sem Data (SI sobre data do evento).

# RESUMO

Este trabalho busca elaborar um perfil sócio-econômico e regional da Assembléia Constituinte de 1946, apresentando de maneira sistemática informações biográficas e sobre a atuação constituinte dos 338 parlamentares (senadores e deputados; titulares e suplentes) que participaram da Constituinte de 1946. No primeiro capítulo, fazemos uma breve revisão bibliográfica dos principais estudos realizados até o presente momento sobre a Constituinte de 1946. No segundo capítulo, expomos os objetivos básicos e as linhas gerais da metodologia por nós utilizada para a coleta e sistematização dos dados. No terceiro capítulo, procuramos construir e examinar uma série de tabelas apreendendo a Assembléia de 1946 em suas seguintes dimensões básicas: (i) a posição relativa dos diversos partidos representados na Constituinte; (ii) a trajetória política anterior dos parlamentares dos diferentes partidos; (iii) o perfil social das bancadas das várias agremiações presentes na Assembléia. Finalmente, no capítulo 4, apresentamos um *"Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946"*, onde procuramos expor de maneira sistemática informações sobre as bancadas regionais dos diferentes partidos, sobre a trajetória política de cada parlamentar, e sobre a atuação de cada um deles durante o processo de elaboração constitucional.

## CAPÍTULO 1) O TEMA E SEU TRATAMENTO NA BIBLIOGRAFIA.

O objetivo desta dissertação é fazer uma análise da Assembléia Constituinte de 1946, utilizando para isso um referencial teórico-metodológico diferente dos utilizados até aqui no estudo desse fato político. Procuraremos basicamente elaborar um perfil da Constituinte de 1946, buscando abordar algumas questões metodológicas referentes à detecção de **relações de representação** entre agrupamentos político-partidários atuantes "dentro" da Assembléia, e determinadas forças sociais (classes, frações, camadas etc.) em luta "fora" dela. Dentro desta problemática mais geral que inspirou a realização do presente estudo, buscaremos, nas páginas seguintes, menos expor resultados positivos que apontem na direção acima indicada, do que dar início a uma reflexão de natureza teórico-metodológica sobre o assunto, reflexão esta que tentaremos concluir posteriormente num estágio mais avançado de nossa investigação.

Enunciados estes objetivos mais gerais do presente trabalho, e antes de detalhá-los com maior vagar e rigor, convém efetuar um breve exame da literatura existente sobre a Assembléia Constituinte de 1946[1]. Esta breve revisão bibliográfica impõe-se desde o início do trabalho, dada a natureza "esparsa" e não sistematizada dos vários estudos sobre a Constituinte de 1946.

A temática mais geral desta dissertação não é original. Com efeito, a Assembléia Constituinte de 1946 já foi analisada anteriormente por diversos autores que, ou procuraram efetuar uma análise mais abrangente da mesma, ou se detiveram no exame de

[1] Não faremos menção aqui aos inúmeros "Comentários à Constituição de 1946" e trabalhos que analisam o texto constitucional sob uma ótica estritamente jurídica (como, por exemplo, os compêndios de PONTES DE MIRANDA, CARLOS MAXIMILIANO, SAMPAIO DÓRIA, dentre outros). Enumeraremos a seguir apenas os estudos que procuram abordar a **Assembléia Constituinte** de 1946, sem necessariamente vinculá-la ao exame da Carta Constitucional.

subtemas específicos do processo constituinte, subordinando-os a enfoques mais amplos sobre diferentes aspectos da história política brasileira.

GASTÃO PEREIRA DA SILVA (1947)[2], em trabalho pioneiro publicado logo após o término dos trabalhos constituintes, forneceu informações biográficas sobre uma grande parcela dos deputados e senadores eleitos à Constituinte de 1946.

JOSÉ DUARTE (1947)[3], em uma extensa obra em três volumes, procurou realizar, conforme indicou no subtítulo do livro, a "exegese dos textos à luz dos trabalhos constituintes". Para o autor, isso significa reconstituir a gênese de todos os dispositivos do texto da Constituição de 1946, reproduzindo os debates travados na Assembléia Constituinte em torno de sua redação.

VICTOR NUNES LEAL (1949, *passim.*)[4], em seu clássico e monumental estudo sobre o fenômeno do coronelismo, analisou em linhas gerais vários aspectos dos debates sobre o problema do município travados na Constituinte de 1946, enfatizando a relação desses debates com a presença do coronelismo no campo brasileiro.

ALIOMAR BALEEIRO (1950)[5], produziu trabalho original relatando alguns aspectos de sua própria atuação na Constituinte de 1946.

HERMES LIMA *et. alli* (1952)[6], em uma coletânea de estudos de altíssimo nível sobre a Constituição de 1946, embora centrando-se na análise do texto constitucional,

---

[2] SILVA, Gastão Pereira da (1947). *Constituintes de 1946; dados Biográficos.* Rio de Janeiro, Spinoza/Gráfica Tupi Limitada.

[3] DUARTE, José (1947). *A Constituição de 1946. Exegese dos textos à luz dos trabalhos da Assembléia Constituinte.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 Vol.

[4] LEAL, Victor Nunes (1949). *Coronelismo, Enxada e Voto: o municipio e o regime representativo no Brasil.* 5ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986. Dada a profundidade da análise do autor, vale reproduzir as páginas onde se faz menção aos debates travados na Constituinte de 1946: *capítulo II) Atribuições municipais, item X* (pp. 94-97); *cap. III) Eletividade da Administração Municipal, item IV* (pp. 122-123; 130); *cap. IV) Receita municipal, item XI: O aumento das rendas municipais na Constituição de 1946* (pp. 161-177); *cap. V) Organização policial e judiciária, item V* (pp. 204-206); *cap. VI) Legislação Eleitoral, item IV: A "Lei Agamenon" e a Constituição de 1946* (pp. 235-239).

[5] BALEEIRO, Aliomar (1950). *Alguns Andaimes da Constituição.* Livraria Principal, Rio de Janeiro. Como se sabe, Baleeiro foi eleito constituinte de 1946 pela UDN/BA, tendo sido membro da Subcomissão "Discriminação de Rendas" durante os trabalhos constituintes, no transcurso dos quais teve destacada atuação.

[6] LIMA, Hermes *et. alli.* (1954). *Estudos sobre a Constituição Brasileira.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Além de artigos de três ex-constituintes de 1946 (o próprio Hermes Lima, Aliomar Baleeiro e

examinaram algumas dimensões do "clima político" reinante durante o funcionamento da Constituinte.

HAMILTON LEAL (1958: 575-599)[7], em sua visão panorâmica da evolução das instituições políticas brasileiras desde o período colonial, inclui uma descrição do contexto político e da dinâmica de funcionamento da Assembléia Constituinte de 1946.

OSNY DUARTE PEREIRA (1963 & 1964)[8], produziu dois textos clássicos sobre o tema, onde procurou empreender uma "crítica à Carta de 1946 com vistas às reformas de base", sublinhando o caráter conservador e reacionário da Assembléia Constituinte, e a influência dos representantes das classes dominantes brasileiras, associadas ao imperialismo norte-americano, na feitura da Constituição de 1946.

HÉLIO SILVA (1976: 323-371)[9], forneceu uma descrição historiográfica da Constituinte de 1946, enfatizando alguns aspectos que considerou relevantes para a compreensão desse fato histórico, tais como a atuação do PCB na Assembléia (pp. 330-361), a presença de Getúlio Vargas (pp. 357-361), a relação do presidente Dutra com a Constituinte (pp. 365-371) etc..

MARIA DO CARMO CAMPELLO DE SOUZA (1976: 105-136)[10], dentro do contexto de sua reflexão mais abrangente sobre a "continuidade" da máquina administrativa estadonovista no pós-guerra e suas repercussões na organização do sistema partidário, examinou os efeitos da lei eleitoral decretada a 28 de maio de 1945 (a "Lei

---

Barbosa Lima Sobrinho), a coletânea inclui importantes trabalhos de juristas como Themistocles Cavalcanti, Bilac Pinto, Carlos Medeiros Silva, Osvaldo Trigueiro, João Mangabeira, Victor Nunes Leal e Seabra Fagundes.

[7] LEAL, Hamilton (1962). *História das Instituições Políticas do Brasil.* Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 599 p. No capítulo IV da última parte do livro, *"Instalação e Composição da Assembléia Constituinte"* (pp. 575-599), o autor aborda o assunto em foco.

[8] PEREIRA, Osny Duarte (1963). *Quem faz as leis no Brasil?* 3ª edição. "Cadernos do Povo Brasileiro", Vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. & PEREIRA, Osny Duarte (1964). *Que é a Constituição? (Crítica à Carta de 1946 com vistas a Reformas de Base).* "Cadernos do Povo Brasileiro", Vol. 23, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

[9] SILVA, Hélio (1976). *1945: Por que depuseram Vargas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 323-371.

[10] SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1976). *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964).* 3ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega, 1990, pp. 105-136.

Agamenon") na organização da Constituinte, e buscou reconstituir a "gênese de um dos dispositivos referentes à organização partidária" (o artigo 58 da Constituição) através da análise dos debates travados na Constituinte sobre a organização do sistema eleitoral. Demonstra a autora que tanto a lei eleitoral quanto o artigo supracitados serviram como instrumentos jurídico-políticos de continuidade do grupo dirigente durante o Estado Novo, beneficiando primordialmente o PSD, que controlava os votos rurais dos estados mais atrasados.

LUÍS WERNECK VIANNA (1976: 243-271)[11], acompanhou o posicionamento dos diversos partidos políticos representados na Constituinte em relação a vários aspectos da legislação sindical e da estrutura corporativa herdadas do Estado Novo, procurando demonstrar que "...não foi no 'terreno prático', em razão das alianças realizadas ao final do governo Vargas, que se impuseram os condicionamentos que preservaram os princípios sindicais da CLT. Essa foi uma opção da Constituinte sob Dutra, e que contou com a oposição dos petebistas egressos do 'queremismo' e da esquerda operária" (Op. cit., pp. 250-251).

JOÃO ALMINO (1980)[12], concentrou sua atenção no posicionamento dos constituintes de 1946 no tocante às "liberdades individuais, de associação política e sindicais". Na Constituinte, conclui João Almino, prevaleceu o "imaginário conservador", que deu origem a uma "nova ordem excludente"; examina os debates travados na Assembléia onde tal "imaginário" conservador prevaleceu, em que pese a oposição de alguns setores da minoria udenista e do PCB.

SÉRGIO MICELI (1981)[13], empreendeu a análise mais aprofundada e abrangente realizada até o presente momento sobre as origens sociais das lideranças políticas agrupadas em torno do PSD e da UDN.

---

[11] VIANNA, Luís Werneck (1976). *Liberalismo e Sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 260-271.

[12] ALMINO, João (1980). *Os democratas autoritários (liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946).* São Paulo, Brasiliense & ALMINO, João (1980a). *"A ideologia autoritária no discurso democrático: o direito de greve, a autonomia sindical e a liberdade de organização partidária na Constituinte de 1946".* **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (19): 187-194.

MARIA VICTÓRIA DE MESQUITA BENEVIDES (1981: 52-69)[14], examinou brevemente alguns aspectos da atuação das lideranças políticas udenistas no contexto da redemocratização e na Constituinte de 1946, enfatizando o clima de "concessões mútuas" reinante entre o governo Dutra e a UDN durante os trabalhos da Assembléia.

YVONNE R. DE MIRANDA (1982)[15], jornalista política encarregada da cobertura da Constituinte de 1946 naquele então, legou-nos um pitoresco relato das impressões que lhe causaram os "homens e fatos" da Assembléia.

SÔNIA DRAIBE (1985: 322-381)[16], nos capítulos de sua obra dedicados à Assembléia, buscou "reconstituir e avaliar a natureza das alternativas aventadas na Constituinte de 1946 para o controle do Executivo pelo Legislativo" (p. 323). Dentro dessa temática mais geral, examinou os vários debates travados na Constituinte referentes aos dispositivos constitucionais que regulamentavam esse controle, tais como a duração do mandato presidencial, a possibilidade de comparecimento de ministros à Câmara e ao Senado, autoconvocação extraordinária do Congresso, delegação de poderes etc.

FRANCISCO IGLÉSIAS (1985: 60-72)[17], em obra de divulgação sobre a história constitucional brasileira, expôs resumidamente algumas características gerais da Constituinte de 1946.

CRISTINA ISABEL CAMPOLINA DE SÁ (1985)[18], examinou a atuação do PTB na Constituinte de 1946, concentrando-se no exame do posicionamento do partido em

---

[13] MICELI, Sérgio (1981). *"Carne e Osso da Elite Política Brasileira pós-1930". In:* FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo III -- O Brasil Republicano, vol. 3 - Sociedade e Política (1930-1964). 3ª ed., São Paulo, DIFEL, 1986, pp. 557-596.

[14] BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita (1981). *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).* Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 52-69.

[15] MIRANDA, Yvonne R. de (1982). *Homens e fatos da Constituinte de 1946. Memórias de uma repórter política.* Rio de Janeiro, Argus.

[16] DRAIBE, Sônia (1985). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 322-381.

[17] IGLÉSIAS, Francisco. *Constituintes e Constituições Brasileiras.* Coleção "Tudo é História", (105), São Paulo, Brasiliense, pp. 60-72.

[18] SÁ, Cristina Isabel A. Campolina de (1985). *O Partido Trabalhista Brasileiro e a Constituinte de 1946: a questão do trabalho -- formas de intervenção ao nível institucional.* Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política/UFMG, tese de mestrado.

relação aos artigos 157/158/159 do título "Ordem Econômica e Social" da Constituição, que regulamentavam as relações trabalhistas e o direito de greve.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE (1986)[19], organizou um ciclo de debates sobre a Assembléia Constituinte de 1946 que contou com a presença de alguns ilustres remanescentes daquele processo.

EVARISTO GIOVANNETTI NETTO (1986)[20], examinou múltiplos aspectos da atuação da bancada comunista na Assembléia de 1946, centrando seu foco de atenção no posicionamento do PCB em relação à questão da democracia.

A SUBSECRETARIA DE ARQUIVO DO SENADO FEDERAL (1986: 245-399)[21], reproduziu os trechos mais importantes dos debates travados na Constituinte de 1946, no tocante à elaboração do Regimento Interno a ser adotado pela Assembléia durante o processo de elaboração constitucional.

O DEPARTAMENTO DE COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1986)[22], empreendeu um levantamento completo de todas as Comissões e Subcomissões que funcionaram durante o processo constituinte e de todos os seus integrantes.

PAES DE ANDRADE & PAULO BONAVIDES (1989: 349-405)[23], dentro de um enfoque mais amplo sobre a história constitucional brasileira, examinaram alguns aspectos do contexto político em que foi convocada a Constituinte de 1946 e de seu funcionamento.

---

[19] ANDRADE, Manuel Correia de (1986). *Ciclo de Conferências e debates sobre a Constituinte de 1946 (Conferências de Gilberto Freyre, Aluísio Alves, João Agripino, Luiz Vianna Filho, José Joffily e Jorge Amado).* Recife, FUNDAJ/Ed. Massangana.

[20] NETTO, Evaristo Giovannetti (1986). *A bancada do PCB na Assembléia Constituinte de 1946.* São Paulo, Novos Rumos.

[21] BRASIL. SUBSECRETARIA DE ARQUIVO DO SENADO FEDERAL (1986). *Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil.* Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, pp. 245-399.

[22] BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS (1986). *Assembléia Constituinte de 1946. Membros das Comissões.* Brasília, Departamento de Comissões da Câmara do Deputados, 32 p.

[23] ANDRADE, Paes de & BONAVIDES, Paulo (1989). *História Constitucional do Brasil.* Brasília, Paz e Terra, *cap. XII) A Constituinte de 1946* (pp. 347-405) e *cap. XIII) A Constituição de 1946* (pp. 407-425).

Finalmente, cabe mencionar as reminiscências e depoimentos legados por ex-constituintes de 1946 sobre suas atividades, seja no contexto político da época, seja durante os próprios trabalhos de elaboração constitucional[24].

De nosso conhecimento, os textos mencionados acima são os trabalhos mais relevantes existentes sobre a Constituinte de 1946. Sem querer entrar aqui num comentário aprofundado sobre os méritos e deméritos de cada um deles, cabe destacar duas características gerais presentes nos mesmos, embora com nível variável de intensidade:

(i) Em primeiro lugar, podemos verificar, salvo em algumas exceções[25], a ausência de uma reflexão de natureza teórico-metodológica mais aprofundada sobre o problema da detecção de **relações de representação** entre agrupamentos político-partidários formados no seio da Constituinte de 1946 e certas forças sociais atuantes "fora" dela.

(ii) Em segundo lugar, cabe registrar a existência de inúmeras lacunas informativas e inexatidões factuais sobre a Constituinte de 1946[26].

A constatação dessa dupla deficiência nos estudos sobre a Constituinte de 1946 está no ponto de partida da presente dissertação. Conforme procuraremos deixar claro no próximo capítulo, a verificação dessa dupla deficiência conduziu-nos a um amplo processo de investigação onde procuramos diminuir, ao menos parcialmente, tais lacunas.

---

[24] De nosso conhecimento são os seguintes os ex-constituintes de 1946 que nos legaram depoimentos sobre suas atividades no período: ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de (1978); AMADO, Jorge (1992); BEZERRA, Gregório (1979); CAFÉ FILHO, João (1966); FREIRE, Vitorino (1978); LEITE, Aureliano (1976); LIMA, Hermes (1974); MAGALHÃES, Juracy (1982 & 1996); PEIXOTO, Ernâni do Amaral & CAMARGO, Aspásia Alcântara de (1986); SOBRINHO, Barbosa Lima (1974); TÁVORA, Fernandes (1978); TEIXEIRA, Pedro Ludovico (1973); e VALADARES, Benedito (1966). As referências completas desses trabalhos encontram-se listadas na bibliografia da presente dissertação.

[25] Mais precisamente os trabalhos de PEREIRA (1964), que busca enfatizar a influência do imperialismo norte-americano no processo de elaboração constitucional; MICELI (1985), que procura destrinchar os "condicionantes classistas" subjacentes ao alinhamento partidário das "elites políticas" agrupadas em torno do PSD e da UDN; e DRAIBE (1985: 322-323), que alinhava alguns argumentos a fim de justificar a ausência de tal problemática em seu enfoque.

[26] Tais cincas e erronias são de tal monta que seria necessário a elaboração de um trabalho específico apenas para enumerá-las, tarefa que julgamos imprópria de ser empreendida nos limites desta dissertação.

## CAPÍTULO 2) OBJETIVOS E METODOLOGIA.

O objetivo das páginas que se seguem, é apresentar de maneira sistemática uma parcela dos resultados de nossa pesquisa sobre a Constituinte de 1946. Procuramos elaborar um "Quem foi Quem na Assembléia Constituinte de 1946", buscando apreendê-la nas seguintes dimensões básicas:

(i) Descrição e sistematização dos dados coletados durante a pesquisa;

(ii) Sistematização das informações disponíveis sobre as **bancadas estaduais** dos diferentes partidos representados na Constituinte;

(iii) Exame da biografia e da trajetória política dos constituintes de 1946.

(iv) Análise resumida da **atuação constituinte** de cada parlamentar durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946.

De nosso conhecimento, é a primeira vez que se efetua um trabalho dessa natureza sobre qualquer Assembléia Constituinte brasileira, ou seja, um trabalho que, com base na leitura dos "Anais" parlamentares e na utilização exaustiva de material biográfico, forneça, simultaneamente e na medida do possível, informações detalhadas e sistemáticas tanto sobre a trajetória política e biográfica pregressa de cada constituinte, quanto sobre **o conteúdo da atuação parlamentar** de cada um deles.

Ao realizar este trabalho, intentamos cumprir um duplo objetivo:

(i) O primeiro deles, de cunho mais descritivo-historiográfico, foi o de preencher um lacuna na historiografia e na Ciência Política brasileiras, que é a da falta de informações precisas e sistemáticas sobre a história parlamentar brasileira em geral, e sobre a Assembléia Constituinte de 1946 em particular. Com efeito, à medida que avançávamos em nossa investigação, verificávamos que, mesmo em fontes oficiais, existem importantes lacunas informativas sobre a Assembléia Constituinte de 1946. Assim, um primeiro objetivo de ordem mais geral do presente trabalho foi o de buscar preencher tais lacunas e omissões,

apresentando da maneira mais sistemática possível dados que via de regra encontram-se esparsos pelas mais variadas fontes, muitas das quais de difícil acesso.

(ii) O segundo objetivo, de cunho mais propriamente analítico, relaciona-se mais de perto com a natureza substantiva do processo de investigação que empreendemos ao longo de nosso estudo. Com efeito, o conteúdo das hipóteses de trabalho que elaboramos no ponto de partida de nossa pesquisa[1], hipóteses estas relacionadas basicamente ao exame das formas como os interesses dos diferentes grupos sociais extra-partidários foram interiorizados pelo parlamento constituinte durante o processo de elaboração constitucional, nos conduziram a um amplo processo de investigação em busca de evidências que nos permitissem verificar **se e como** estabeleceram-se **relações de representação** entre agrupamentos político-partidários atuantes no interior da Assembléia Constituinte e certas forças sociais "extra-parlamentares"[2]. Essas evidências eram por sua vez de uma dupla natureza: a) informações "exógenas" ao processo de elaboração constitucional, referentes à atuação das diferentes forças sociais na conjuntura política da época; b) informações de natureza "endógena" ao processo de elaboração constitucional, referentes à sua dinâmica de funcionamento e ao conteúdo da atuação dos diversos agrupamentos político-partidários no período enfocado.

Nesse sentido, a intenção básica da qual resultou esta pesquisa foi a de desenvolver instrumentos teóricos e metodológicos que possibilitassem um maior refinamento na análise empírica de algumas indagações básicas subjacentes ao nosso enfoque, quais sejam: como verificar o estabelecimento de **relações de representação** entre agrupamentos político-partidários atuantes no interior da Constituinte de 1946 e certas forças sociais em luta "fora" do parlamento? Qual o peso das diferentes evidências levantadas durante a pesquisa ("origem social" dos parlamentares, atividades profissionais exercidas, trajetória política anterior, ligações com associações de classe e instituições corporativas, natureza da atividade ideológica, conteúdo da atuação parlamentar propriamente dita etc.)

---

[1] Estas hipóteses estão expostas em nosso projeto de pesquisa *Conflitos Sociais na Assembléia Constituinte de 1946*, elaborado sob a orientação do Prof. Décio Azevedo Marques de Saes (Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991).

[2] Conforme dissemos anteriormente, menos do que empreender uma **análise** política efetiva que produza resultados conclusivos que apontem nessa direção, buscaremos tão somente, com base no trabalho empírico por nós realizado e apresentado a seguir, **dar início** a uma reflexão sobre o assunto, a ser retomada ulteriormente num estágio posterior de investigação.

para o estabelecimento de tais relações? Com efeito, são indagações teórico-metodológicas dessa natureza que estão no ponto de partida da elaboração deste estudo.

Pois bem. O presente "Quem foi Quem na Assembléia Constituinte de 1946" pode ser entendido como um subproduto deste trabalho de pesquisa, embora seus resultados transcendam em muito e não estejam estritamente relacionados à confirmação das hipóteses de trabalho que formulamos no início de nossa investigação.

Isto posto, podemos partir para um maior detalhamento das quatro dimensões básicas de análise através das quais procuramos apreender a Constituinte de 1946, enumeradas no início deste capítulo.

## 2.1) Descrição e sistematização dos dados coletados.

Nesse primeiro item, que corresponde ao capítulo 3 da presente dissertação, procuraremos basicamente apresentar de forma sistemática (através da utilização de recursos estatísticos descritivos tais como a construção de tabelas, cálculo de porcentagens etc.), algumas informações por nós coletadas sobre os parlamentares que compunham a Constituinte de 1946. Para efetuarmos tal trabalho, nos baseamos amplamente em estudos de natureza análoga já existentes sobre a história parlamentar brasileira, mormente sobre a última Assembléia Constituinte de 1987/1988. Dentre estes estudos, destacam-se os de FLEISCHER (1980 e 1987)[3], RODRIGUES (1987)[4], SEMPREL (1987)[5], COELHO &

[3] FLEISCHER, David (1980). *Partidos Políticos. In. Apostila de Estudos da Universidade de Brasília.* Brasília, Ed. UNB, pp. 59-138; FLEISCHER, David (1987). *Um Perfil Sócio-Econômico, Político e Ideológico da Assembléia Constituinte de 1987. Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS no Grupo de Trabalho "Partidos, Eleições e Problemas Institucionais".* Águas de São Pedro, cópia datilografada, 25 p. Além destes trabalhos, que influenciaram mais de perto a apresentação dos dados contida nos capítulos seguintes, David Fleischer é autor de uma série de outros estudos sobre o tema do "recrutamento político" e sobre sua repercussão na dinâmica de organização do **sistema partidário** brasileiro, sendo provavelmente o autor que deu maior contribuição individual ao estudo de tais questões na Ciência Política brasileira recente. Cf. outros trabalhos do mesmo autor citados na bibliografia do presente estudo.

[4] RODRIGUES, Leôncio Martins (1987). *Quem é Quem na Constituinte. Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados* . São Paulo, OESP-Maltese.

OLIVEIRA (1988)[6], DIAP (1989)[7], além de inúmeros outros levantamentos publicados em diversos órgãos da imprensa sobre a composição da Constituinte[8]. Como nossas preocupações de ordem mais geral, ao elaborar este "Quem foi Quem na Constituinte de 1946", não são somente de natureza analítica, mas também de ordem descritiva, utilizamo-nos abundantemente das sugestões metodológicas contidas nas obras desses autores sem que isso, necessariamente, implique na concordância com as premissas teóricas e as hipóteses de trabalho fundamentais contidas em tais estudos.

Nesse item específico de construção de tabelas e apresentação de dados, utilizamo-nos especialmente dos trabalhos de FLEISCHER e RODRIGUES, na medida em que estes autores são os que mais avançaram na sistematização de informações e na utilização de recursos estatísticos para apresentar e tabular os dados coletados.

Leôncio Martins Rodrigues, em seu perfil sobre a Constituinte de 1987-1988, procurou apreendê-la sob os seguintes aspectos básicos (1987: 13):

(i) a **distribuição das forças partidárias** na Câmara Federal, ou mais precisamente, a importância dos diferentes partidos e a conformação do sistema partidário brasileiro;

(ii) as **etapas da carreira política** e as diferenças observadas entre os partidos e as regiões brasileiras no que tange às experiências políticas prévias à eleição dos deputados;

(iii) o **perfil social** dos deputados, elaborado a partir das profissões representadas na Câmara federal e sua distribuição por partido e região;

(iv) **posições políticas e tendências ideológicas** no interior dos partidos .

---

[5] SEMPREL (editor Said Farhat) (1987). *Perfil da Constituinte (Anuário Parlamentar Brasileiro, Ano 1).* 1ª edição, Brasília, SEMPREL, 173 p. (200 exemplares fora do comércio).

[6] COELHO, João Gilberto Lucas & OLIVEIRA, Antônio Carlos Nantes de (1989). *A Nova Constituição; avaliação dos textos e perfil dos constituintes.* Coordenação: Instituto de Estudos Econômicos/INESC. Rio de Janeiro, Ed. REVAN LTDA.

[7] DIAP (1989). *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: nas questões de interesse dos trabalhadores.* Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. São Paulo, Cortez: Oboré.

[8] Conforme observa Fleischer (1987: 01), por ocasião da última Assembléia Constituinte de 1987/88 foram elaborados "a toque de caixa", por várias instituições e órgãos da imprensa, uma série de "perfis" sobre este acontecimento. Dentre esses "perfis", de qualidade bastante desigual, consultamos, além dos já citados, os elaborados pela *"Folha de São Paulo"* (19/01/1987), pelo *"Jornal do Brasil"* (18/11/1986) e pelo *"Correio Brasiliense"* (18/01/ a 21/01/1987).

Para concretizar tais objetivos, o autor constrói uma série de tabelas que foram amplamente reproduzidas e utilizadas em nosso trabalho.

Já David Fleischer[9], desenvolvendo sua reflexão sobre a temática mais geral do "recrutamento político", produziu uma série de trabalhos dentre os quais se encaixam seus textos acima citados (1980 e 1987). No primeiro destes estudos, o autor busca aplicar o modelo sugerido pelo cientista político italiano Giovanni Sartori[10] para analisar as linhas gerais da evolução do sistema partidário ao longo da história brasileira, enquanto que em seu trabalho mais recente (1987), procurou empreender uma "análise sócio-econômica e política" da Constituinte de 1987/1988, buscando, primordialmente, desvendar o "enigma do PMDB" (1987: 01), e chegando, dentre outras, à instigante conclusão acerca do predomínio de parlamentares oriundos da antiga ARENA na composição do recente Congresso Constituinte[11].

Nesse item, conforme o leitor interessado poderá verificar, inspiramo-nos amplamente nos trabalhos desses autores para organizar os dados coletados durante nossa pesquisa. Utilizamo-nos deliberadamente dos modelos de organização e sistematização empregados por esses analistas, na medida em que procuramos também fornecer subsídios para a realização de uma **análise comparativa** do parlamento brasileiro em suas diferentes épocas históricas, o que por sua vez exige um mínimo de padronização na apresentação dos dados.

---

[9] Sendo que David Fleischer inclui em sua análise todos os senadores e deputados que compunham a Constituinte, enquanto que Leôncio Martins limita seu enfoque a uma parcela dos deputados eleitos.

[10] SARTORI, Giovanni (1982). *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, Ed. UNB.

[11] Segundo as palavras do próprio autor, "O dado mais surpreendente desta análise é que a maior bancada nesta Assembléia Constituinte não é nem o PMDB de hoje, mas, em termos de 1979, é a ARENA (o então 'maior partido do ocidente'). Nada menos que 217 constituintes tiveram passagem por esta legenda que apoiou o regime militar antes de 1980" (1987: 04).

## 2.2) Análise das bancadas estaduais.

Neste segundo item, procuramos basicamente sistematizar informações e análises esparsas sobre as **bancadas estaduais** dos diferentes partidos. Aqui, menos do que fornecer uma análise aprofundada e original sobre o tema, procuramos reunir sinteticamente as informações disponíveis, com o objetivo de acumular sugestões para futuras reflexões e estudos sobre esta dimensão de fundamental importância na organização dos sistemas político e partidário brasileiros, que é a dimensão **regional**. Neste tópico, as referências básicas por nós utilizadas são os trabalhos clássicos de Gláucio Ary Dillon Soares (1973)[12] e de Campello de Souza (1990)[13], o estudo sobre as origens sociais das lideranças partidárias agrupadas em torno do PSD e da UDN empreendido no excelente trabalho de Sérgio Miceli (1986)[14], além de uma série de estudos esparsos sobre a formação dos partidos a nível regional, e de informações que nós mesmos coletamos sobre as bancadas estaduais das diferentes agremiações. Como dissemos, nosso objetivo básico, ao reunir informações sobre as bancadas estaduais dos diferentes partidos, é o de sistematizar estudos esparsos, e estimular futuras reflexões mais aprofundadas sobre o assunto, inclusive de natureza comparativa[15].

---

[12] Cf., dentre inúmeros outros textos fundamentais produzidos pelo autor sobre a dimensão "federativa" dos sistemas político e partidário no Brasil, e sobre as bases sociais dos diferentes partidos políticos, SOARES, Gláucio Ary Dillon (1973). *Sociedade e Política no Brasil contemporâneo.* São Paulo, DIFEL.

[13] SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1990), op. cit. 3ª ed. Cf. especialmente sua análise sobre a formação do sistema de interventorias, sobre a importância dos **fracionamentos regionais** (p. 40) no interior das classes dominantes para a compreensão das clivagens que ocorreram no sistema partidário organizado no pós-guerra, além da seguinte observação, feita no contexto de sua crítica aos enfoques reducionistas acerca da relação partido-classes sociais: "Por não estabelecer que a análise dos partidos brasileiros é necessariamente mediatizada pela história das várias regiões, a bibliografia existente não consegue prover uma interpretação clara do sistema partidário ou uma análise que se sustente ante uma verificação empírica mesmo sumária" (1990: 40).

[14] MICELI, Sérgio (1986). *"Carne e Osso da Elite Política Brasileira pós-1930". In:* FAUSTO, Bóris. *Op. cit.* 3ª ed., São Paulo, DIFEL, pp. 557-596.

[15] Cf., por exemplo, o excepcional trabalho de pesquisa empreendido por vários pesquisadores sobre a Assembléia Constituinte de 1934 *In.* GOMES, Ângela Maria de Castro (coordenação) (1980). *Regionalismo e centralização política.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

## 2.3) Biografia e trajetória política dos constituintes de 1946.

Conforme dissemos anteriormente, o problema teórico-metodológico central que norteia a feitura do presente estudo, é o de se elaborar instrumentos analíticos mais precisos para a detecção de **relações de representação** entre grupos sociais e organizações político-partidárias. Neste terceiro item de nossa pesquisa, procuramos adotar diretrizes metodológicas de coleta e sistematização de dados que fossem compatíveis com a problemática teórica mais geral que orienta a realização do presente estudo. Esse talvez seja o item de nossa dissertação que mais necessite de esclarecimentos teóricos, embora não julguemos esta curta introdução o local apropriado para fazê-los. Por ora, é suficiente observar que não é nova no campo da teoria da história e da teoria política marxistas, a postura de se utilizar informações sobre a trajetória individual dos membros de uma população qualquer, para daí se inferir, num nível mais elevado de abstração, conclusões sobre o comportamento de agregados sociais mais abrangentes[16]. Assim sendo, uma outra dimensão básica de nosso estudo, é a coleta e apresentação de informações sobre a trajetória pessoal de cada um dos parlamentares, cuja inspiração advém em última análise da leitura dos trabalhos mencionados na nota anterior.

Após consultarmos uma infinidade de repertórios biográficos elaborados por outros analistas e instituições governamentais[17], optamos por agrupar as informações coletadas sobre a trajetória de cada parlamentar em cinco quesitos básicos:

---

[16] É conhecido o texto onde o filósofo francês Jean-Paul Sartre, embora numa postura teórica bastante diversa da adotada neste trabalho, expõe, num estilo algo retórico, alguns princípios analíticos e implicações do "método progressivo-regressivo", por ele considerado como o mais adequado para captar as interações e o movimento dos grandes agregados sociais (a "totalização dos conjuntos práticos" ou "universais abstratos"), sem se incorrer numa grosseira perda de informações sobre a ação social (mormente em sua dimensão subjetiva) dos componentes individuais destes agregados (os "indivíduos singulares"). SARTRE, Jean-Paul (1980). *Questões de Método*. Coleção "Os Pensadores", 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural. No campo do marxismo althusseriano propriamente dito, temos em BERTAUX, Daniel (1979). *Destinos pessoais e estruturas de classes*. Rio de Janeiro, Zahar, uma tentativa mais elaborada de se inferir padrões macros-sociais de organização de uma dada população (mais precisamente, a distribuição dos seres humanos em classes sociais) através da análise individual da trajetória de alguns de seus integrantes.

[17] Naturalmente, aqui não é o lugar apropriado para se empreender "a crítica" da "metodologia" empregada nos alentados tomos de exposição dos repertórios biográficos divulgados por várias instituições oficiais ligadas a órgãos parlamentares (Câmara e Senado). Vale aqui destacar duas características gerais destes trabalhos, ambas relacionadas à natureza da relação de seus autores com as diretrizes ideológicas das instituições que financiam tais compilações: (i) a abundante reprodução, sem qualquer tentativa de

• **DPF: "Dados Pessoais e Familiares".** Neste item procuramos basicamente incluir informações sobre as datas de nascimento e falecimento dos constituintes, sobre as profissões por eles exercidas, e sobre os laços de parentesco que consideramos relevantes para a compreensão da atuação política ulterior dos parlamentares. Aqui, suprimimos uma série de dados comuns em publicações oficiais, não só por questões de espaço, mas principalmente por considerármo-los supérfluos para os objetivos do presente estudo[18].

• **CPr: "Carreira (ou trajetória) Profissional".** Sob essa rubrica incluímos as informações disponíveis sobre os cursos técnicos ou universitários freqüentados pelo parlamentares, e sobre as atividades profissionais por eles exercidas, tanto na burocracia estatal quanto no setor privado. Procuramos apresentar as informações em ordem cronológica e da forma mais sistemática possível, colocando sempre, quando possível, as datas de início e término dos eventos.

• **TPol: "Trajetória Política".** São dados sobre as atividades políticas exercidas pelos constituintes em instituições ou movimentos sociais de cunho não estritamente corporativo. Assim, incluímos nesse item informações sobre os cargos governamentais exercidos pelos parlamentares nos vários níveis do aparelho de Estado, os mandatos eletivos ocupados em instituições parlamentares a nível municipal, estadual, e federal, a militância em movimentos político-partidários não estritamente ligados ao aparelho de Estado etc. Da mesma forma que no item anterior, procuramos apresentar as informações em ordem cronológica, fornecendo, na medida do possível, a data de término do evento.

• **LAM: "Ligações com Associações e Movimentos Sociais".** Essa variável, juntamente com a variável anterior sobre a "trajetória política" dos constituintes, são as que

---

hierarquização, de informações irrelevantes tais como condecorações recebidas, participação em academias de letras, viagens aos exterior etc.; (ii) a omissão deliberada de informações que possam comprometer os parlamentares com a defesa sistemática de interesses de um segmento qualquer dos agrupamentos dominantes (burocracia estatal e/ou proprietários dos meios de produção). Nas referências bibliográficas deste estudo, enumeramos os "repertórios biográficos" por nós consultados durante nosso processo de elaboração de uma metodologia de organização e apresentação dos dados coletados.

[18] O leitor interessado terá facilmente acesso a estes dados consultando as fontes por nós enumeradas a seguir.

mais subsídios nos fornecem para a detecção de representação de interesses de classe no parlamento e, sintomaticamente, a variável sobre a qual existem menos informações disponíveis. Sob essa rubrica, se incluem tanto as atividades dos parlamentares em associações profissionais de cunho "corporativo" e que não logram impor-se à coletividade como instituições de caráter "público" e de defesa dos interesses "gerais", quanto a participação dos constituintes em movimentos reivindicatórios e organizacionais de vários setores sociais.

- **AIT: "Atividade Ideológico-Teórica".** Aqui, procuramos basicamente sistematizar as informações disponíveis sobre essa dimensão mais manifestamente "simbólica" da atividade social e política dos parlamentares. Com efeito, uma dimensão relevante da atuação das lideranças políticas em geral, e das lideranças parlamentares em particular, é a de estarem envolvidos em processos explícitos de elaboração e divulgação, para a coletividade, de mensagens simbólicas (discursos, artigos, livros etc.) destinadas a intervir nas lutas ideológicas travadas em uma formação social qualquer. Em suma, o analista social não deve cair na tentação de "senso comum" de considerar os parlamentares como "intelectualmente inermes" deixando de captar essa importante dimensão de sua atividade social total.

Com relação às fontes utilizadas, consultamos as seguintes fontes básicas: (i) em primeiro lugar, destaca-se o *"Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro"* organizado sob a coordenação de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu[19], obra que, por suas características e qualidades historiográficas, constitui-se na principal fonte secundária de consulta sobre a história política do período; (ii) a segunda referência básica da qual nos utilizamos foi o *"Repertório Biográfico"* dos deputados brasileiros eleitos entre 1946 e 1967 elaborado por David Fleischer[20]; (iii) em seguida, os perfis biográficos produzidos logo após o término dos trabalhos constituintes por Gastão Pereira da Silva, e por Amador Cysneiros,

[19] BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de (coords) (1984). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 4 vol.

[20] FLEISCHER, David (1981). *Deputados Brasileiros. Repertório biográfico dos Senhores Deputados abrangendo o período de 1946-1967*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 858 p.

para a segunda legislatura do pós-guerra[21], que foram de fundamental importância principalmente para a confirmação das **datas** das informações coletadas já que a principal fonte por nós utilizada (o dicionário CPDOC) muitas vezes não fornece as datas das atividades exercidas pelos constituintes; (iv) o catálogo biográfico dos senadores brasileiros publicado pelo Senado Federal[22]; (v) memórias e biografias de vários parlamentares que tomaram parte da Constituinte de 1946[23]; (vi) os *"Anais da Assembléia Constituinte de 1946"* e o *"Diário da Assembléia"*[24].

Obtivemos as informações reproduzidas abaixo entrecruzando os dados coletados nestas várias fontes. Como existem uma série de divergências entre estas, fomos obrigados a empreender incontáveis checagens e rechecagens de informações para chegar à redação final dos "perfis" tal como eles se encontram reproduzidos no corpo deste "Quem foi Quem na Assembléia Constituinte de 1946".

## 2.4) Atuação constituinte dos deputados e senadores.

Finalmente, o último item que incluímos foi a atuação constituinte dos 338 parlamentares que participaram do processo de elaboração constitucional, baseados fundamentalmente na consulta direta a **todos** os 26 volumes dos "Anais" da Constituinte de 1946. Esclareça-se que nosso resumo das informações da atuação dos constituintes limita-se

---

[21] SILVA, Gastão Pereira da (1947). *Constituintes de 1946; dados biográficos.* Rio de Janeiro, Spinoza/Gráfica Tupy Limitada, op. cit., & CYSNEIROS, Amador. (1953). *Parlamentares Brasileiros.* Rio de Janeiro, Batista de Sousa. Diga-se de passagem que muitas das informações biográficas contidas na obra de Gastão Pereira da Silva são reproduzidas nos verbetes do dicionário CPDOC acima citado.

[22] BRASIL. SENADO FEDERAL (1986). *Catálogo biográfico dos Senadores brasileiros, de 1826 a 1986 / concepção, coordenação, organização e editoração: Leonardo Leite Neto.* Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 4 vol. il.

[23] Algumas das memórias escritas pelos constituintes de 1946 anteriormente citadas, encontram-se mencionadas nos "perfis" dos mesmos que redigimos no corpo do trabalho.

[24] BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1946-1951). *Anais da Assembléia Constituinte de 1946.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 26 vol. & BRASIL, ESTADOS UNIDOS DO (1946). *Diário da Assembléia, Ano I, números 01 a 161.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 02/02 a 19/09 de 1946, pp. 01-5042.

às suas atividades **em plenário constituinte**, tal como esta atuação se encontra registrada nos "Anais" da Assembléia Constituinte de 1946. Embora tivéssemos coletado elementos para tanto, preferimos não incluir informações sobre outras dimensões relevantes da atuação política dos constituintes no período (tais como atuação na "Comissão da Constituição", menção em órgãos de imprensa etc.), para não tornarmos demasiadamente extensos os perfis por nós elaborados.

Em nossa redação de tais perfis[25], procuramos obedecer à seguinte seqüência: (i) data da posse do titular ou suplente na Constituinte, quando não tivessem tomado posse desde o início dos trabalhos da Assembléia; (ii) cargos ocupados pelo parlamentares, seja na chamada "grande Comissão" da Constituição e em suas várias Subcomissões, seja nas inúmeras Comissões Ordinárias que se formaram ao longo dos trabalhos constituintes[26]; (iii) área de concentração da atuação constituinte de cada parlamentar; (iv) resumo dos discursos proferidos; (v) posicionamentos externados durante o processo constituinte em intervenções de várias naturezas, tais como apartes, declarações de voto etc.; (vi) breve menção aos Requerimentos e Indicações apresentados durante o processo de elaboração constitucional; (vii) comentários e informações complementares sobre a atuação constituinte; (viii) número de emendas e resumo do conteúdo das emendas mais relevantes apresentadas pelos parlamentares.

Isto posto, apresentamos a seguir as principais tabelas que formulamos sobre a composição sócio-política da Constituinte de 1946, seguindo as técnicas de sistematização dos dados contidas em outros estudos mencionados acima sobre a história parlamentar brasileira.

---

[25] Para uma maior detalhamento da maneira pela qual elaboramos os "perfis" dos constituintes, cf. o item *"Métodos e Técnicas"*, do capítulo 4.

[26] Como é sabido, organizou-se durante a Assembléia Constituinte de 1946 a Comissão da Constituição (também chamada de "grande Comissão"), que por sua vez se subdividiu em diversas Subcomissões. Além destas, organizaram-se durante os trabalhos constituintes várias Comissões Ordinárias, algumas das quais tiveram uma atuação de certa relevância durante o processo de elaboração constitucional.

# CAPÍTULO 3) UM PERFIL DA CONSTITUINTE DE 1946.

O objetivo deste capítulo é efetuar um exame da posição relativa e da composição social dos diversos partidos representados na Constituinte de 1946. Como dissemos, buscaremos organizar as informações coletadas através da construção de uma série de tabelas sistematizando as freqüências encontradas para os vários itens analisados. Esclareça-se que o que apresentamos a seguir é uma primeira tentativa de sistematização dos dados coletados em nossa pesquisa. Naturalmente, as tabelas que construímos estão sujeitas a correções e retificações ulteriores em virtude do acúmulo de novas evidências. Para facilitar tais correções, e também para fornecer ao leitor instrumentos de verificação da forma pela qual construímos tais tabelas, agregamos a este capítulo alguns *"Anexos"* (pp. 87-118) contendo a listagem das informações de que nos utilizamos para sua elaboração.

Procuraremos basicamente, através da construção das tabelas que apresentamos abaixo, examinar alguns aspectos relevantes da organização do sistema partidário existente na Constituinte de 1946 em suas seguintes dimensões básicas:

(i) Em primeiro lugar, buscaremos descrever a **posição relativa** das diferentes agremiações que compunham a Assembléia, tanto em termos das diferentes legendas representadas na Constituinte de 1946, quanto em termos regionais, fornecendo a freqüência de representação por partidos e por regiões;

(ii) Em segundo lugar, procuraremos fornecer dados que permitam uma comparação entre os diferentes partidos no tocante à **trajetória política** anterior de seus integrantes, vale dizer, em relação aos diversos cargos (governamentais e "legislativos") ocupados anteriormente pelos constituintes dos diferentes partidos e regiões do país;

(iii) Finalmente, procuraremos sistematizar informações coletadas sobre o "perfil social" dos parlamentares, isto é, sobre dimensões tais como a média de idade, o nível de escolaridade e as diferentes profissões anteriormente exercidas pelos constituintes.

Sublinhe-se ainda que o fato de o sistema partidário ter sido extinto durante a vigência do Estado Novo, fez com que adotássemos critérios um pouco diferentes dos adotados pelos analistas anteriormente mencionados. Assim, não pudemos incluir em nosso enfoque informações sobre quesitos tais como "mobilidade partidária", relação com o sistema partidário anterior etc., aspectos esses que são freqüentemente objeto de exame em trabalhos sobre a Constituinte de 1987/1988 e sobre o sistema partidário no pós-1964.

Por fim, cabe esclarecer que buscaremos entremear nosso enfoque da Assembléia de 1946, com alguns dados apresentados e considerações feitas por outros analistas sobre a Constituinte de 1987/1988, sendo que nenhuma grande hipótese teórica está subjacente a tal contraponto, mas apenas a intenção de fornecer ao leitor uma melhor visualização da forma como organizamos as tabelas, e de chamar atenção para alguns aspectos comuns e diferenças entre as duas Assembléias.

### 3.1) A Constituinte de 1946 e o sistema partidário.

Dada a natureza deste trabalho, aqui não é o local adequado para recapitular as incontáveis análises efetuadas sobre a conjuntura de redemocratização de 1945-1946 e sobre a formação do sistema partidário brasileiro no imediato pós-guerra[1]. Basta, por ora, mencionar brevemente três pontos necessários ao melhor entendimento da organização dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946, quais sejam: (i) o quadro jurídico de sua

[1] Sobre os partidos políticos e o sistema partidário, cf. os textos mencionados nas notas de rodapé desta dissertação. No tocante à conjuntura de redemocratização, as melhores análises são as empreendidas por: ALEM, Sílvio Frank (1981), para o movimento popular no período; CARONE, Edgard (1985; 1985a & 1988), que produziu a melhor síntese historiográfica sobre o Estado Novo e sobre a conjuntura de redemocratização; CORSI, Francisco (1991), que analisou alguns aspectos da atividade política de setores das classes dominantes no período; BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988), que, em seu trabalho sobre o "ciclo ideológico do desenvolvimentismo" no pós-30, realizou um mapeamento detalhado dos principais modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes grupos sociais na conjuntura. Além disso, cf. os trabalhos de ALMEIDA, Maria Hermínia T. de & MARTINS, Carlos Estevam (1973); FRANCO, Virgílio de Melo (1946); PANDOLFI, Dulce Chaves (1989); SILVA, Hélio (1975); SPINDEL, Arnaldo (1980); VALE, Osvaldo Trigueiro do (1978); WEFFORT, Francisco (1973 & 1973a), dentre inúmeros outros.

convocação; (ii) sua dinâmica de funcionamento e a formação das Comissões e Subcomissões; (iii) a repercussão da organização do sistema eleitoral então adotado no país para o funcionamento da Constituinte de 1946, sendo que esse último tópico servirá como "ponte" para adentrarmos na análise do sistema partidário propriamente dito.

Do ponto de vista do quadro político-jurídico de sua convocação, é importante frisar que a Constituinte de 1946 foi convocada **apenas após a derrubada de Vargas** em 29 de outubro de 1945. Sua convocação foi regulamentada pelas leis constitucionais Nº 13 (12/11/1945) e Nº 15 (26/11/1945), decretadas durante o "governo provisório" de José Linhares. Essas leis estipulavam explicitamente que o Congresso (Câmara e Senado) a ser eleito em 02 de dezembro de 1945 teria a função precípua de elaborar a nova Carta Constitucional, embora durante os trabalhos constituintes permanecesse em vigor a Constituição de 1937 (CAMPOLINA DE SÁ, 1985: 74-77).

No tocante à dinâmica de funcionamento dos trabalhos constituintes, podemos enumerar as seguintes etapas mais importantes de sua organização, colocando ao lado de cada uma delas as correspondentes páginas nos *"Anais da Assembléia Constituinte de 1946"* onde se encontram registradas: (i) Em primeiro lugar, as "Sessões de Instalação" da Constituinte que, conforme o decreto Nº 8708 de 17 de janeiro de 1946[2], seriam dirigidas pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Valdemar Falcão (I, 03); (ii) eleição da Mesa da Assembléia Constituinte (I, 16-30); (iii) eleição de uma Comissão encarregada de elaborar o Regimento Interno da Constituinte com as subseqüentes discussões em plenário sobre o Regimento (I, 45 a III, 347); (iv) eleição da Comissão da Constituição e das respectivas Subcomissões (III, 358)[3]; (v) elaboração do primitivo projeto pelas Subcomissões e discussão de temas constitucionais em plenário (III, 358 a X, 214); (vi) apresentação ao plenário constituinte do primitivo projeto de Constituição elaborado pela "grande Comissão" (X, 223-256); (vii) discussão do projeto em plenário e apresentação de emendas pelos

[2] Este decreto se encontra reproduzido em *Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil*, obra publicada pela Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal, já citada (1986: 247-250).

[3] Por incrível que pareça, todas as listagens existentes das Comissões e Subcomissões organizadas no transcurso da Constituinte contém erros ou omissões, motivo pelo qual acrescentamos a este capítulo um primeiro *"Anexo"* contendo a listagem completa de todas as Subcomissões e Comissões formadas durante os trabalhos da Constituinte de 1946, com seus respectivos membros (pp. 87-92).

constituintes (X, 257 a XX, 194); (viii) apresentação ao plenário do texto do "Projeto Revisto" após a apreciação, pela Comissão da Constituição, das 4092 emendas sugeridas pelos constituintes (XX, 194-251); (ix) votação em plenário dos diversos títulos e capítulos que compunham o Projeto Revisto, tendo os parlamentares o direito de requererem destaques a emendas (XXI, 03 a XXIV, 428); (x) publicação da redação final do Projeto da Constituição antes da apresentação de emendas de redação pelos constituintes (XXIV, 227); (xi) discussão das "Disposições Transitórias" da Constituição e envio de emendas de redação (XXIV, 227 a XXVI, 148); (xii) apresentação ao plenário da redação final da Constituição (XXVI, 149-176); (xiii) encerramento dos trabalhos constituintes, eleição do vice-presidente da República e início do funcionamento da legislatura ordinária (XXVI, 178-371).

Ao todo foram realizadas 180 sessões durante os trabalhos constituintes, sendo que a 1ª sessão realizou-se em 1°/02/1946, e a 180ª em 18/09/1946, data da promulgação da Constituição.

Finalmente, cabe destacar um ponto que já foi suficientemente estudado pelo analistas políticos brasileiros que são as distorções causadas na representação política pelo **sistema eleitoral** vigente no país. Este ponto foi enfatizado principalmente nos estudos de Glaúcio A. D. Soares (1972 & 1973)[4] e Campello de Souza (1990: 124-136). Como o aspecto mais visível da organização da representação política na Assembléia são as distorções produzidas pelo sistema eleitoral, iniciaremos esse estudo com uma tabela ilustrando tais distorções, após o que adentraremos no exame das três dimensões básicas da organização dos partidos políticos na Constituinte mencionadas acima.

[4] SOARES, Glâucio (1973). *Sociedade e Política do Brasil*, op. cit., especialmente as pp. 53, 58-60, 66-92, 150-154, 177-193, 214-231, onde se examinam as características da representação partidária e eleitoral no imediato pós-guerra. Cf. também seu texto clássico *"El Sistema Electoral y la Representacion de los grupos sociales en Brasil, 1945-1962"*. In. VVAA (1972). *Teoria, metodologia y politica del desarrollo de América Latina (segundo seminario latinoamericano para el desarrollo)*. Ediciones Flacso-UNESCO, Santiago de Chile, pp. 403-421. Uma bem informada síntese sobre os vários sistemas eleitorais existentes ao longo da história brasileira encontra-se em BRAGA, Hilda Soares (1990). *Sistemas eleitorais no Brasil (1821-1988)*. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

**Quadro 1: Votos Válidos para a Câmara Federal e Composição Partidária da Câmara, do Senado e da Constituinte, 1945-1946 (em porcentagens):** [5]

| Partidos | % de votos válidos | Senado | Câmara | Constituintes |
|---|---|---|---|---|
| *PSD* | 43,0 | 63,5 | 53,0 | 54,7 |
| *UDN* | 26,3 | 26,4 | 27,0 | 26,6 |
| *PTB* | 10,2 | 2,4 | 7,6 | 6,8 |
| *PCB* | 8,6 | 2,4 | 4,9 | 4,7 |
| *PR/PSP/PDC/PL/ED* | 11,9 | 5,3 | 7,5 | 7,2 |
| *Total* | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| *(PSD-UDN)* | (69,3) | (89,9) | (80,0) | (81,3) |

Fontes: quadro elaborado a partir dos dados contidos em
SOARES (1972: 412) e CAMPELLO DE SOUZA (1990: 123).

Dentre as inúmeras implicações políticas extraídas pelos analistas citados da organização do sistema eleitoral subjacente a estes dados, destacam-se as afirmações de Gláucio, segundo as quais:

"... el PSD obtuvo aproximadamente el 10% más que el total de diputados -- entre 28 y 29 diputados -- sobre lo que debería tener en base a su votación; la UDN, a su vez, obtuvo entre 5 y 6 diputados adicionales a través de las desigualdades en la representación introducidas por el sistema electoral. El PTB y el PCB, por el contrario, perdieron diputados. El PTB, que obtuvo 22 diputados, hubiera tenido 29 diputados en un sistema efectivamente proporcional; el PCB, el gran perjudicado entre los partidos grandes, obtuvo aproximadamente nueve diputados menos de los que debería tener en base a la votación recebida. (...)

Desde el punto de vista de la representación en la Cámara Federal, de la composición ideológica de los electores, vemos que el sistema electoral contribuyó a aumentar artificialmente la representación de los grandes partidos conservadores, el PSD y la UDN, y para disminuir la representación de los grandes partidos reformistas y revolucionarios, el PTB y el PCB, respectivamente. En cuanto a los dos primeros, ganaron aproximadamente 34 diputados; los últimos perdieron 16" (1972: 413)[6].

---

[5] As porcentagens encontradas por Gláucio e Campello Souza são ligeiramente diferentes das por nós obtidas nas tabelas construídas a seguir, na medida em que, como esclareceremos, computamos todos os suplentes que tomaram posse durante os trabalhos constituintes.

[6] Sabe-se que Campello de Souza (1990: 123) procura retificar em alguns pontos a análise de Gláucio Soares, introduzindo a distinção entre "oligarquias dos estados menos desenvolvidos" (mais propensas ao "centralismo autoritário" e à conservação das distorções provocadas pelo sistema eleitoral), e as "oligarquias dos estados mais desenvolvidos" (mais propensas ao federalismo e a adoção do critério da proporcionalidade), embora esses reparos não alterem significativamente os resultados da análise empreendida por Gláucio.

**TABELA 1: NÚMERO DE DEPUTADOS E SENADORES CONSTITUINTES POR PARTIDO**
**(incluindo suplentes que tomaram posse)**

| Partidos | Número de senadores % | Número de deputados % | Total de constituintes |
|---|---|---|---|
| **1) PSD (Partido Social Democrático)** | 26 (63,5%) | 159 (53,5%) | **185 (54,7%)** |
| **2) UDN (União Democrática Nacional)** | 11 (26,9%) | 79 (26,6%) | **90 (26,6%)** |
| **3) PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)** | 01 (2,4%) | 22 (7,4%) | **23 (6,8%)** |
| **4) PCB (Partido Comunista do Brasil)** | 01 (2,4%) | 15 (5,1%) | **16 (4,7%)** |
| **5) PR (Partido Republicano)** | 01 (2,4%) | 10 (3,4%) | **11 (3,3%)** |
| **6) PSP (Partido Social Progressista)**[7] | 01 (2,4%) | 07 (2,3%) | **08 (2,4%)** |
| **7) PDC (Partido Democrata Cristão)** | --- | 02 (0,7%) | **02 (0,6%)** |
| **8) ED (Esquerda Democrática)**[8] | --- | 02 (0,7%) | **02 (0,6%)** |
| **9) PL (Partido Libertador)** | --- | 01 (0,3%) | **01 (0,3%)** |
| ***TOTAL*** | ***41 (100%)*** | ***297 (100%)*** | ***338 (100%)*** |

Esta primeira tabela ilustra o número total de senadores e deputados **que efetivamente participaram da Assembléia Constituinte de 1946**, inclusive os suplentes

[7] O Partido Social Progressista organizou-se durante o processo constituinte, pela união do Partido Popular Sindicalista (PPS), do Partido Republicano Progressista (PRP), e do Partido Agrário Nacional (PAN). São as seguintes as legendas originais dos constituintes de 1946 que posteriormente ingressaram no PSP: *1) Teódulo Albuquerque (PPS/BA); 2) Olavo de Oliveira (senador, PPS/CE); 3) Alves Linhares (1º suplente, PPS/CE); 4) João Adeodato (PPS/CE); 5) Stênio Gomes (PPS/CE); 6) Deodoro de Mendonça (PPS/PA).* Pelo PRP foram eleitos o futuro presidente da República, *Café Filho (PRP/RN)*, e o líder espírita paulista, *Campos Vergal (PRP/SP).* Sublinhe-se ainda que este PRP difere da outra agremiação de sigla homônima existente à época e liderada por Plínio Salgado, o Partido de Representação Popular (PRP), que agrupava os ex-integralistas da Ação Integralista Brasileira (AIB). Este último PRP conseguiu eleger um deputado na legenda do PSD paulista, o professor da Faculdade de Direito da USP, *Goffredo da Silva Telles Júnior (PSD/SP).*

[8] Os parlamentares da Esquerda Democrática foram computados separadamente pois, conforme nos informa Maria Benevides em seu trabalho sobre a UDN (BENEVIDES, 1981: 31), embora eleitos em coligação com este partido, a ED se constituiu na realidade num agrupamento político autônomo. Foram eleitos pela ED, o conhecido advogado, intelectual e ex-militante da ANL, *Hermes Lima (ED/DF)*, e o ex-tenente e ex-deputado federal *Domingos Velasco (ED/GO).*

que tomaram posse durante os trabalhos de elaboração constitucional[9]. É a primeira vez que se efetua um levantamento dessa natureza, ou seja, até então não se havia realizado nenhuma listagem completa de todos os deputados e senadores constituintes de 1946, mesmo em fontes oficiais. O levantamento mais exaustivo realizado até o presente momento, o empreendido pela subsecretaria do Senado Federal[10], omite um parlamentar (*Alves Linhares*, 1° suplente pelo PSP/CE), e não fornece a soma exata de todos os constituintes empossados durante os trabalhos de elaboração constitucional. Devido a esse fato, optamos por reproduzir as porcentagens mesmo incorrendo em "dupla contagem" de alguns parlamentares, já que procuramos abranger nas tabelas que construímos a totalidade dos constituintes que participaram de todas as etapas do processo de elaboração constitucional.

Comparando esta tabela com as contidas nos estudos de Said Farhat (SEMPREL, 1988: 10), e de RODRIGUES (1987: 17), podemos observar o seguinte:

(i) Em termos estritamente quantitativos, a posição do PSD (54,7%) na Constituinte de 1946 assemelha-se bastante à do PMDB (54,0% de constituintes e 52,9% de deputados) em 1986/87, ou seja, ambos os partidos detinham a maioria absoluta dos parlamentares eleitos em ambas as Assembléias, embora o PSD não fosse tão heterogêneo sob o aspecto político-ideológico em 1946 quanto o PMDB em 1987/1988, e as conjunturas políticas fossem bastante distintas.[11]

---

[9] São os seguintes os suplentes que tomaram posse e que foram objeto de "dupla contagem" nas tabelas que elaboramos: **I) PSD:** *1) Antônio Mafra (AL); 2) Aristides Milton (BA); 3) Fróis da Mota (BA); 4) Milton Prates (MG); 5) Rocha Ribas (PA); 6) Bayard Lima (PSD/RS); 7) Machado Coelho (SP); 8) Batista Pereira (PSD/SP);* **II) UDN:** *1) José Gaudêncio (RN);* **III) PCB:** *1) Trifino Correia (2° suplente/RS);* **IV) PPS:** *1) Alves Linhares (1° suplente/CE).* Além desses parlamentares, também houve outros suplentes que tomaram posse mas não foram objeto de "dupla contagem" em virtude de terem assumido os mandatos nos lugares dos titulares desde o início do processo constituinte.

[10] SENADO FEDERAL (1987). *Assembléias Constituintes Brasileiras. Relação Nominal dos Membros das Assembléias Constituintes de 1891, 1934 e 1946.* Brasília, Subsecretaria do Senado Federal, 90 p.

[11] Basicamente devido ao fato de em 1945/1946 o sistema partidário ter se organizado num contexto de crise de uma ditadura militar (o Estado Novo), que eliminou os partidos políticos, enquanto em 1986 a Constituinte foi eleita articulando-se a um sistema pluripartidário previamente existente em plena vigência da ditadura militar. Sobre o PSD, além dos vários trabalhos esparsos existentes, destacam-se, para o período aqui enfocado, os seguintes estudos voltados mais especificamente para a análise da agremiação: LIPPI (1973; 1973a), HIPÓLITO (1986), e especialmente os trabalhos de MICELI (1986), e de CAMPELLO DE SOUZA (1990), já citados, onde são fornecidas informações mais detalhadas sobre a origem "estatal" do PSD e a influência da antiga "máquina estadonovista" na formação do partido.

(ii) A UDN elegeu 11 senadores e 79 deputados, perfazendo um total de 90 parlamentares (26,6%), uma porcentagem aproximadamente igual à obtida pelo PFL (24,1%) na Constituinte de 1987/88. Também aqui estas semelhanças percentuais e, eventualmente, ideológicas, não devem ocultar as diferenças de contexto político nos quais se formaram os dois partidos: a UDN originária da luta da oposição liberal-conservadora contra o regime estadonovista, enquanto que o PFL agrupando basicamente lideranças políticas que apoiaram amplamente a ditadura militar no pós-64[12].

(iii) O PTB despontava como a terceira maior força política da Constituinte, com 01 senador eleito por São Paulo e 22 deputados, perfazendo um total de 6,8% dos parlamentares integrantes da Constituinte. Tratava-se de um partido tipicamente populista, oriundo da burocracia estatal estadonovista, e em fase inicial de organização, não logrando ainda capitalizar no plano estritamente eleitoral-partidário a ampla base de massa adquirida por líderes políticos populistas no pós-30[13].

(iv) O quarto partido em termos percentuais era o PCB, formado por 15 deputados e um senador, a maior parte deles lideranças políticas originárias de movimentos sociais das massas populares das décadas de 1930 e 1940, e/ou com passagem pela prisão política durante o Estado Novo[14].

(v) Outro partido relevante na Constituinte de 1946 era o PR que, embora formado por poucos parlamentares, teve uma certa influência durante os trabalhos constituintes devido à presença de experientes lideranças políticas oriundas da República Velha em sua bancada[15].

---

[12] Para a UDN as referências básicas são o importante trabalho de BENEVIDES, Maria Vitória (1981). *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, já citado, e também o livro de DULCI, Otávio Soares (1986). *A UDN e o antipopulismo no Brasil.* Belo Horizonte, UFMG/PROED.

[13] Cf. sobre a atuação da bancada do PTB na Assembléia Constituinte propriamente dita, cf. o estudo de SÁ (1985), já citado. Para uma visão mais abrangente do processo de formação do PTB e da atuação do partido no pós-guerra, cf. dentre outros o recém-publicado trabalho de ARAÚJO, Maria Celina Soares d' (1996). *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65.* Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

[14] Um trabalho dedicado precipuamente ao exame da atuação do PCB na Assembléia Constituinte de 1946 é o de NETTO, Evaristo Giovannetti (1986). Para uma análise mais abrangente da prática política do PCB no período, cf. RODRIGUES, Leôncio Martins (1986). *"O PCB: os dirigentes e a organização". In.* FAUSTO, Bóris (org.), *Op. cit.*, pp. 363-443.

(vi) Finalmente, os demais partidos (PSP, PDC, ED e PL), formados geralmente por lideranças políticas que, por motivos diversos, optaram por se desvincular das grandes organizações partidárias existentes à época[16].

Assim, de uma maneira geral, a Constituinte de 1946 apresentou um quadro partidário menos diversificado do que em 1987/88, com 09 partidos representados, enquanto na Constituinte de 1987/88 haviam 11. Sublinhe-se ainda que a conjuntura de redemocratização em 1945-1946 foi um período de intensa participação e organização políticas, havendo uma grande proliferação de partidos dos mais diferentes matizes e ideologias, sendo que a Assembléia Constituinte de 1946 apresenta o primeiro momento de um processo de "decantação" das organizações partidárias que iria se prolongar durante todo o pós-guerra.[17]

---

[15] Desconhecemos trabalhos que tomem o PR como objeto específico de estudo e que busquem investigar de maneira mais profunda as causas pelas quais esta agremiação se destacou organizacionalmente da UDN, partido a que tanto se assemelhava do ponto de vista programático e político-ideológico.

[16] Sobre o PSP cf. o trabalho de SAMPAIO, Regina (1982). *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global. Sobre o PDC, cf. o estudo de VIANNA, Luís Werneck (public. orig. 1978). *O Sistema Partidário Brasileiro e o Partido Democrata Cristão. In.* FLEISCHER, David (Org.) (1981). *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, pp. 131-171. Sobre a Esquerda Democrática e o PL, cf. os verbetes *"Esquerda Democrática"* e *"Raul Pilla"*, no "Dicionário Histórico-Biográfico", elaborado pelo CPDOC.

[17] Naturalmente, foge ao escopo do presente estudo um exame completo da dinâmica de desenvolvimento do sistema partidário e da organização do processo eleitoral no período. Embora concentre seu foco de atenção na década de 1950, o melhor estudo sintético sobre o assunto ainda é o de PETERSON, Phyllis Jane (1962). *Brasilian political parties: formation, organization, and leadership, 1945-1959.* Michigan, University of Michigan., onde inclusive se encontram sistematizadas informações sobre os resultados eleitorais nos estados e sobre a organização interna das diferentes agremiações em diversas unidades da federação. Além disso, para uma visão abrangente de toda a dinêmica eleitoral-partidária do período, cf. os trabalhos de CARONE (1985; 1985a & 1988) já citados, e o livro de LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1983). *Os partidos políticos brasileiros; a experiência federal e regional: 1945-1964.* Rio de Janeiro, Graal.

**TABELA 2: DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS DEPUTADOS E SENADORES CONSTITUINTES**
**(por partidos, estados e regiões)**

| | PSD | | UDN | | PTB | | PCB | | PR | | PSP | | outros | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | SEN | DEP | SEN | DEP | SEN | DEP | SEN | DEP | SEN | DEP | SEN | DEP | | (Estados) |
| Acre | — | 02 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 02 |
| Amazonas | 02 | 03 | — | 01 | — | 01 | — | — | — | — | — | — | — | 07 |
| Pará | 02 | 07 | — | 02 | — | — | — | — | — | — | — | 01 | — | 12 |
| REGIÃO NORTE | (04 | 12) | (— | 03) | (— | 01) | (— | —) | (— | —) | (— | 01) | — | |
| | 16 | | 03 | | 01 | | Ø | | Ø | | 01 | | Ø | 21 |
| Alagoas | 02 | 07 | — | 03 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 12 |
| Bahia | 01 | 11 | 01 | 12 | — | 01 | — | 01 | — | — | — | 01 | — | 28 |
| Ceará | — | 05 | 01 | 10 | — | — | — | — | — | — | 01 | 03 | — | 20 |
| Maranhão | 02 | 06 | — | 02 | — | — | — | — | — | 01 | — | — | — | 11 |
| Paraíba | — | 03 | 02 | 08 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 13 |
| Pernambuco | 02 | 10 | — | 04 | — | — | — | 03 | — | 01 | — | — | 01 | 21 |
| Piauí | — | 03 | 02 | 04 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 09 |
| R. G. do Norte | 01 | 04 | 01 | 02 | — | — | — | — | — | — | — | 01 | — | 09 |
| Sergipe | — | 02 | 01 | 02 | — | — | — | — | 01 | 01 | — | — | — | 07 |
| REGIÃO NORDESTE | (08 | 51) | (08 | 47) | (— | 01) | (— | 04) | (01 | 03) | ( 01 | 05) | (01) | |
| | 59 | | 55 | | 01 | | 04 | | 04 | | 06 | | 01 | 130 |
| Goiás | 02 | 05 | — | 01 | — | — | — | — | — | — | — | — | 01 | 09 |
| Mato Grosso | — | 03 | 02 | 02 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 07 |
| REGIÃO C. OESTE | (02 | 08) | (02 | 03) | (— | —) | (— | —) | (— | —) | (— | —) | (01) | |
| | 10 | | 05 | | Ø | | Ø | | Ø | | Ø | | 01 | 16 |
| Distrito Federal | — | 02 | 01 | 02 | — | 09 | 01 | 03 | — | — | — | — | 01 | 19 |
| Espírito Santo | 02 | 06 | — | 01 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 09 |
| Minas Gerais | 02 | 21 | — | 07 | — | 02 | — | — | — | 06 | — | — | — | 38 |
| Rio de Janeiro | 02 | 10 | — | 04 | — | 01 | — | 02 | — | — | — | — | — | 19 |
| São Paulo | — | 18 | — | 06 | 01 | 06 | — | 04 | — | 01 | — | 01 | 01 | 38 |
| REGIÃO SUDESTE | (06 | 57) | (01 | 20) | (01 | 18) | (01 | 09) | (— | 07) | (— | 01) | (02) | |
| | 63 | | 21 | | 19 | | 10 | | 07 | | 01 | | 02 | 123 |
| Paraná | 02 | 06 | — | 02 | — | 01 | — | — | — | — | — | — | — | 11 |
| Rio G. do Sul | 02 | 18 | — | 02 | — | 01 | — | 02 | — | — | — | — | 01 | 26 |
| Santa Catarina | 02 | 07 | — | 02 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 11 |
| REGIÃO SUL | (06 | 31) | (— | 06) | (— | 02) | (— | 02) | (— | —) | (— | —) | (01) | |
| | 37 | | 06 | | 02 | | 02 | | Ø | | Ø | | 01 | 48 |
| TOTAL GERAL | (26 | 159) | (11 | 79) | (01 | 22) | (01 | 15) | (01 | 10) | (01 | 07) | (05) | |
| | 185 | | 90 | | 23 | | 16 | | 11 | | 08 | | 05 | 338 |

Esta tabela registra a distribuição em números absolutos de todos os senadores e deputados que tomaram parte dos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946,

desagregando-os por estado e por região. No tocante a esta tabela, podemos observar o seguinte[18]:

**PSD:** elegeu parlamentares em todas as unidades da federação, tendo sido o partido vitorioso na Constituinte e obtendo sua maior votação relativa no período do pós-guerra.

**UDN:** também elegeu parlamentares em todas as unidades da federação, com exceção do território do Acre.

**PTB:** elegeu constituintes em 8 unidades da federação (AM, BA, DF, MG, RJ, SP, PR e RS) e em quase todas as regiões do país, com exceção da região Centro-Oeste, sendo que, conforme veremos a seguir, a maior parcela de seus deputados estava concentrada na região Sudeste.

**PCB:** elegeu 15 deputados e 1 senador em 6 unidades da federação (BA, PE, DF, RJ, SP, RS), sendo que a maior parcela de seus membros estava concentrada na região Sudeste.

**PR:** elegeu 1 senador e 10 deputados em 5 estados (MA, PE, SE, MG, SP), também concentrados na região Sudeste, particularmente em Minas Gerais.

**PSP:** elegeu 1 senador e 7 deputados em 5 estados (PA, BA, CE, RN e SP), concentrados na região Nordeste do país, mormente no estado do Ceará.

**PDC/ED/PL:** estes pequenos partidos somados elegeram 5 deputados em 5 unidades da federação (PE, GO, DF, SP e RS).

Outro fato digno de menção é que, enquanto em 1987/88 existiam 4 partidos representados em todas as regiões do país (PMDB, PFL, PDS e PDT), em 1946 apenas 2 partidos estavam representados em todas elas (PSD e UDN).

---

[18] Em seu texto sobre a *"A Formação dos Partidos Nacionais"* (1973: 69-93) Glaúcio A. D. Soares examina a penetração estadual das diferentes agremiações no contexto do pós-guerra no tocante às suas bases sociais e à consolidação dos respectivos *aparelhos organizacionais*. Demonstra que o PSD, a UDN e o PCB eram os partidos mais bem estruturados nacionalmente, tendo lançado candidatos em todas as unidades da federação, fato possibilitado pela articulação destes partidos com *estruturas organizacionais* previamente existentes (embora, naturalmente, tais estruturas organizacionais fossem de natureza distinta conforme o partido). No tocante ao PTB, este partido ainda estava na conjuntura em fase inicial de organização, dependendo estritamente do prestígio de Vargas para eleger seus candidatos. Com relação aos demais partidos, eram na época agremiações com forte marca regional e ainda não organizadas nacionalmente.

**TABELA 2.A: DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS CONSTITUINTES**
**(por partidos, estados e regiões em números absolutos e porcentagens).**

| | PSD | UDN | PTB | PCB | PR | PSP | outros | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acre | 02 (100,0%) | — | — | — | — | — | — | 02 (100%) |
| Amazonas | 05 (71,4%) | 01 (14,3%) | 01 (14,3%) | — | — | — | — | 07 (100%) |
| Para | 09 (75,0%) | 02 (16,7%) | — | — | — | 01 (8,3%) | — | 12 (100%) |
| **REGIÃO NORTE** | **16 (76,1%)** | **03 (14,3%)** | **01 (4,8%)** | **∅** | **∅** | **01 (4,8%)** | **∅** | **21 (100%)** |
| Alagoas | 09 (75,0%) | 03 (25,0%) | — | — | — | — | — | 12 (100%) |
| Bahia | 12 (42,8%) | 13 (46,4%) | 01 (3,6%) | 01 (3,6%) | — | 01 (3,6%) | — | 28 (100%) |
| Ceará | 05 (25,0%) | 11 (55,0%) | — | — | — | 04 (20,0%) | — | 20 (100%) |
| Maranhão | 08 (72,7%) | 02 (18,2%) | — | — | 01 (9,1%) | — | — | 11 (100%) |
| Paraiba | 03 (23,0%) | 10 (77,0%) | — | — | — | — | — | 13 (100%) |
| Pernambuco | 12 (57,1%) | 04 (19,0%) | — | 03 (14,3%) | 01 (4,8%) | — | 01 (4,8%) | 21 (100%) |
| Piaui | 03 (33,3%) | 06 (66,7%) | — | — | — | — | — | 09 (100%) |
| R. G. do Norte | 05 (55,6%) | 03 (33,3%) | — | — | — | 01 (11,1%) | — | 09 (100%) |
| Sergipe | 02 (28,6%) | 03 (42,8%) | — | — | 02 (28,6%) | — | — | 07 (100%) |
| **REGIÃO NORDESTE** | **59 (45,4%)** | **55 (42,3%)** | **01 (0,7%)** | **04 (3,1%)** | **04 (3,1%)** | **06 (4,7%)** | **01 (0,7%)** | **130 (100%)** |
| Goiás | 07 (77,8%) | 01 (11,1%) | — | — | — | — | 01(11,1%) | 09 (100%) |
| Mato Grosso | 03 (42,9%) | 04 (57,1%) | — | — | — | — | — | 07 (100%) |
| **REGIÃO C. OESTE** | **10 (62,5%)** | **05 (31,3)** | **∅** | **∅** | **∅** | **∅** | **01 (6,2%)** | **16 (100%)** |
| Distrito Federal | 02 (10,5%) | 03 (15,8%) | 09 (47,4%) | 04 (21,0%) | — | — | 01 (5,3%) | 19 (100%) |
| Espirito Santo | 08 (88,9%) | 01 (11,1%) | — | — | — | — | — | 09 (100%) |
| Minas Gerais | 23 (60,5%) | 07 (18,4%) | 02 (5,3%) | — | 06 (15,8%) | — | — | 38 (100%) |
| Rio de Janeiro | 12 (63,2%) | 04 (21,0%) | 01 (5,3%) | 02 (10,5%) | — | — | — | 19 (100%) |
| São Paulo | 18 (47,4%) | 06 (15,8%) | 07 (18,5%) | 04 (10,5%) | 01 (2,6%) | 01 (2,6%) | 01 (2,6%) | 38 (100%) |
| **REGIÃO SUDESTE** | **63 (51,2%)** | **21 (17,1%)** | **19 (15,4%)** | **10 (8,2%)** | **07 (5,7%)** | **01 (0,8%)** | **02 (1,6%)** | **123 (100%)** |
| Paraná | 08 (72,7%) | 02 (18,2%) | 01 (9,1%) | — | — | — | — | 11 (100%) |
| Rio G. do Sul | 20 (77,0%) | 02 (7,7%) | 01 (3,8%) | 02 (7,7%) | — | — | 01 (3,8%) | 26 (100%) |
| Santa Catarina | 09 (81,8%) | 02 (18,2%) | — | — | — | — | — | 11 (100%) |
| **REGIÃO SUL** | **37 (77,0%)** | **06 (12,5%)** | **02 (4,2%)** | **02 (4,2%)** | **∅** | **∅** | **01 (2,1%)** | **48 (100%)** |
| **TOTAL GERAL** | **185 (54,7%)** | **90 (26,6%)** | **23 (6,8%)** | **16 (4,7%)** | **11 (3,3%)** | **08 (2,4%)** | **05 (1,5%)** | **338 (100%)** |

Esta tabela fornece as porcentagens dos constituintes (deputados e senadores) eleitos por cada unidade da federação. Como no corpo deste "Quem foi Quem" já incluímos comentários mais detalhados sobre a composição de cada uma destas bancadas, cabe aqui apenas destacar os seguintes aspectos dos dados acima expostos:

No tocante ao PSD, este partido obteve seu melhor resultado eleitoral no pós-guerra, sendo que em alguns estados do país (principalmente Rio Grande do Sul e

Maranhão), seu desempenho eleitoral irá decrescer acentuadamente a partir de então, sendo inclusive essa acentuada perda de votos a nível regional uma das razões do progressivo declínio da bancada do partido no Congresso Nacional. O Espírito Santo (onde o PSD organizou-se basicamente em torno das forças agrupadas pelo ex-interventor *Punaro Bley*, que não candidatou-se à Constituinte) foi o estado onde o PSD obteve seu melhor desempenho eleitoral, elegendo 08 (88,9%) dos 09 constituintes, seguido por Santa Catarina (81,8%) onde a principal liderança do partido era o ex-interventor e senador *Nereu Ramos;* Goiás (77,8%; liderado pelo senador e ex-interventor *Pedro Ludovico*); Rio Grande do Sul (77,0%; cuja bancada era composta pelo ex-interventor e senador *Ernesto Dornelles* além do ex-ministro *Souza Costa* e do próprio *Getúlio Vargas*); Alagoas e Pará (75,0%; cujas bancadas eram integradas pelos ex-interventores e também senadores *Ismar de Góis e Magalhães Barata*, respectivamente)[19].

Em relação à UDN, esta agremiação também foi mais bem sucedida eleitoralmente nos estados onde logrou atrair lideranças políticas entrosadas com as máquinas estaduais montadas no pós-30, tais como a Paraíba, onde a UDN obteve seu melhor resultado eleitoral (77,0%), e cuja bancada era liderada pelo ex-interventor *Argemiro Figueiredo*; o Piauí (66,7%), onde a UDN também atraiu lideranças ligadas ao aparelho de Estado montado no pós-30 como o senador *Esmaragado de Freitas*; e Mato Grosso (57,1%), o único estado não nordestino onde a UDN ganhou as eleições e cuja bancada era composta, dentre outros, por João Vilasboas, ex-senador e aliado de Filinto Müller na política estadual.

O PTB obteve seu melhor resultado eleitoral no DF (47,4%), beneficiando-se amplamente do chamado "mecanismo das sobras" através do qual os votos dados aos deputados mais votados eram transferidos para outros membros do partido[20].

---

[19] Para a reprodução dos resultados eleitorais nas diferentes unidades da federação, cf. SILVA, Hélio (1975: 515) e, principalmente, PETERSON (1962: *passim)*, onde são feitos comentários mais aprofundados sobre os resultados eleitorais em vários estados.

[20] Para uma análise do resultados das eleições de 1945 no DF, cf. PICALUGA, Isabel Fontenelle (1980). *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara.* Petrópolis, Vozes, pp. 25-40 e 190-191. Para se ter uma idéia da magnitude dos votos transferidos por esse mecanismo, basta dizer que Getúlio Vargas teve 116.712 votos para deputado no DF, enquanto que o 2º petebista mais votado, Rui Almeida, teve 3.201 votos; por sua vez, o deputado menos votado na legenda do PTB e principal beneficiado pelo "mecanismo das sobras", o "palhaço queremista" Barreto Pinto, foi eleito para a Constituinte de 1946 com apenas 592 votos.

Já o PCB, embora tivesse tido seu melhor desempenho eleitoral no DF (21,0%), também obteve um resultado significativo no Nordeste, elegendo 03 deputados (14,3%) da bancada pernambucana.

**TABELA 3 : DISTRIBUIÇÃO DOS CONSTITUINTES**
**(por região)**

| | Norte % | Nordeste % | C. Oeste % | Sudeste % | Sul % |
|---|---|---|---|---|---|
| **PSD** | 16 (76,1%) | 59 (45,4%) | 10 (62,5%) | 63 (51,2%) | 37 (77,0%) |
| **UDN** | 03 (14,3%) | 55 (42,3%) | 05 (31,3%) | 21 (17,1%) | 06 (12,5%) |
| **PTB** | 01 (4,8%) | 01 (0,7%) | --- | 19 (15,4%) | 02 (4,2%) |
| **PCB** | --- | 04 (3,1%) | --- | 10 (8,2%) | 02 (4,2%) |
| **PR** | --- | 04 (3,1%) | --- | 07 (5,7%) | --- |
| **PSP** | 01 (4,8%) | 06 (4,7%) | --- | 01 (0,8%) | --- |
| **PDC/PL/ED** | --- | 01 (0,7%) | 01 (6,2%) | 02 (1,6%) | 01 (2,1%) |
| **TOTAL** | **21 (100%)** | **130 (100%)** | **16 (100%)** | **123 (100%)** | **48 (100%)** |

Esta tabela procura sistematizar os resultados das tabelas anteriores, fornecendo as respectivas porcentagens, e inspira-se na tabela 1-A contida no trabalho de Leôncio Martins Rodrigues (1987: 26) e no quadro 1 elaborado por David Fleischer (1987: 2). Contrastando os resultados dessas tabelas, podemos observar o seguinte:

(i) No tocante à região Norte, verificamos que o PSD obteve uma maioria bastante significativa, na medida em que 76,2% dos constituintes eleitos nesta região pertenciam ao partido[21]. A UDN foi amplamente derrotada nesta região, elegendo apenas 14,3% dos constituintes, enquanto que o PTB elegeu apenas 1 constituinte (4,8%).

[21] As porcentagens obtidas por Leôncio Martins referente aos eleitos pela região Norte para a Constituinte de 1987/88 são as seguintes: PMDB (55%); PFL (29%); PDS (8%); PDT (2%); PTB (4%); PT/PCs/PSB (2%); PL/PDC (∅).

(ii) Em relação à região Nordeste, podemos observar que o PSD obteve seu pior resultado a nível nacional, sendo que as porcentagens assemelham-se bastante às obtidas por Leôncio Martins para a Constituinte de 1986, ou seja, o PSD (assim como o PMDB nas eleições de 1986) obtendo a melhor posição, mas sem chegar a fazer a maioria absoluta (45,4%), e um partido de cunho "liberal" conservador em segundo[22]. Com efeito, a região Nordeste foi a única região onde a UDN (42,3%, porcentagem semelhante à obtida pelo PFL na Constituinte de 1987/88) praticamente igualou-se ao PSD em termos percentuais, embora não conseguisse superar a agremiação herdeira do legado estadonovista. Destaca-se ainda, na região Nordeste, a presença do PSP, que agrupava principalmente lideranças políticas cearenses.

(iii) Em relação ao Centro-Oeste, também houve um amplo predomínio do PSD (62,5%) e da UDN (37,5%, se computarmos o deputado Domingos Velasco, eleito pela Esquerda Democrática em coligação com a UDN/GO), sendo que o Centro-Oeste foi a única região do país onde os demais partidos não elegeram nenhum parlamentar[23].

(iv) Em relação ao Sudeste, o PSD também logrou obter maioria absoluta, somando 51,2% dos parlamentares eleitos. Essa maioria deveu-se fundamentalmente aos excelentes resultados eleitorais nos estados de MG (23/38), RJ (12/19) e SP (18/38), já que no DF o PSD obteve seu pior resultado entre todas as unidades da federação, elegendo apenas 02 deputados de um total de 19 parlamentares. Destaca-se também, em relação à região Sudeste, a força eleitoral dos partidos mais à esquerda do espectro político (PTB e PCB), e a relativa fraqueza eleitoral da UDN (15,4%). Com efeito, o Sudeste é a única região do país onde a soma dos partidos de centro-esquerda (8,2 + 15,4 = 23,6%) é maior do que a da UDN[24].

---

[22] Dados para a região Nordeste obtidos por RODRIGUES (1987: 26): PMDB (49%); PFL (39%); PDS (7%); PDT (1%); PTB (1%); PT/PCs/PSB (2%); PL/PDC (∅).

[23] As porcentagens da região Centro-Oeste para a Constituinte 1987/88 são os seguinte: PMDB (59%); PFL (25%); PDS (2%); PT/PCs/PSB (5%); PL/PDC (7%).

[24] Fato que, curiosamente, também ocorreu na Constituinte de 1987/88 em relação aos partidos de centro-esquerda comparativamente ao PFL. Cf. as porcentagens fornecidas para a região Sudeste por RODRIGUES (1987: 26): PMDB (49%); PFL (15%); PDS (5%); PDT (9%); PTB (8%); PT/PCs/PSB (9%); PL/PDC (5%).

(v) Finalmente, na região Sul foi onde ocorreu o maior predomínio relativo do PSD (77,0%), analogamente, uma vez mais, ao que ocorreu com o PMDB em 1986[25]. A UDN (12,5%), também de maneira análoga ao que ocorreu com o PFL em 1986/1987, obteve o seu pior desempenho eleitoral, comparativamente a outras regiões do Brasil. Esse fato deveu-se a uma série de elementos que possibilitaram uma ampla transferência de votos dos ex-interventores estadonovistas (não por acaso quase todos eles candidatos a cargos eletivos)[26] para o PSD nas eleições para a Constituinte de 1946.

Em seguida, apresentamos os dados da tabela anterior desagregados por deputados e senadores:

**TABELA 3 - A: DISTRIBUIÇÃO DOS SENADORES**
**(por região)**

| | Norte % | Nordeste % | Centro-Oeste % | Sudeste % | Sul % |
|---|---|---|---|---|---|
| **PSD** | 04 (100%) | 08 (44,5%) | 02 (50%) | 06 (66,7%) | 06 (100%) |
| **UDN** | — | 08 (44,5%) | 02 (50%) | 01 (11,1%) | — |
| **PTB** | — | — | — | 01 (11,1%) | — |
| **PCB** | — | — | — | 01 (11,1%) | — |
| **PR** | — | 01 (5,5%) | — | — | — |
| **PSP** | — | 01 (5,5%) | — | — | — |
| **PDC/PL/ED** | — | — | — | — | — |
| **TOTAL** | **04 (100%)** | **18 (100%)** | **04 (100%)** | **09 (10 0%)** | **06 (100%)** |

**TABELA 3 - B: DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS**
**(por região)**

| | Norte % | Nordeste % | Centro-Oeste % | Sudeste % | Sul % |
|---|---|---|---|---|---|
| **PSD** | 12 (70,6%) | 51 (45,5%) | 08 (66,7%) | 57 (50,0%) | 31 (73,8%) |
| **UDN** | 03 (17,6%) | 47 (42,0%) | 03 (25,0%) | 20 (17,5%) | 06 (14,2%) |
| **PTB** | 01 (5,9%) | 01 (0,8%) | — | 18 (15,8%) | 02 (4,8%) |
| **PCB** | — | 04 (3,6%) | — | 09 (7,9%) | 02 (4,8%) |
| **PR** | — | 03 (2,7%) | — | 07 (6,1%) | — |
| **PSP** | 01 (5,9%) | 05 (4,6%) | — | 01 (0,9%) | — |
| **PDC/PL/ED** | — | 01 (0,8%) | 01 (8,3%) | 02 (1,8%) | 01 (2,4) |
| **TOTAL** | **17 (100%)** | **112 (100%)** | **12 (100%)** | **114 (100%)** | **42 (100%)** |

[25] São as seguintes as porcentagens obtidas por RODRIGUES (1987: 26): PMDB (64%); PFL (13%); PDS (12%); PDT (8%); PTB (∅); PT/PCs/PSB (3%); PL/PDC (∅).

[26] Com exceção do interventor *Manuel Ribas*, no Paraná. *Nereu Ramos (PSD/SC)*, uma das principais figuras da Constituinte e líder do PSD na Assembléia, foi interventor em SC (1937-1945), enquanto o senador *Ernesto Dornelles (PSD/RS)*, foi interventor no RS durante o Estado Novo (1943-1945). Convém lembrar que o ex-presidente da República, *Getúlio Vargas*, também foi eleito senador pelo PSD/RS, e que seu ex-ministro da Fazenda, *Souza Costa*, elegeu-se deputado federal constituinte pelo PSD/RS.

**TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS CONSTITUINTES**
**(por partido em números absolutos e porcentagens).**

| | Total % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | PDC/ED /PL % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Norte** | 21 (6,2%) | 16 (8,7%) | 03 (3,3%) | 01 (4,3%) | --- | --- | 01 (12,5%) | --- |
| **Nordeste** | 130 (38,5%) | 59 (31,9%) | 55 (61,1%) | 01 (4,3%) | 04 (25,0%) | 04 (36,4%) | 06 (75,0%) | 01 (20,0%) |
| **C. Oeste** | 16 (4,7%) | 10 (5,4%) | 05 (5,6%) | --- | --- | --- | --- | 01 (20,0%) |
| **Sudeste** | 123 (36,4%) | 63 (34,0%) | 21 (23,3%) | 19 (82,7%) | 10 (62,5%) | 07 (63,6%) | 01 (12,5%) | 02 (40,0%) |
| **Sul** | 48 (14,2%) | 37 (20,0%) | 06 (6,7%) | 02 (8,7%) | 02 (12,5%) | --- | --- | 01 (20,0%) |
| **TOTAL** | **338 (100%)** | **185 (100%)** | **90 (100%)** | **23 (100%)** | **16 (100%)** | **11 (100%)** | **08 (100%)** | **05 (100%)** |

Nesta tabela buscamos resumir a distribuição dos parlamentares por partido na Assembléia Constituinte de 1946, fornecendo uma amostra da força relativa das diferentes agremiações em cada região. Contrastando os dados desta tabela com a 1-B de Leôncio Martins[27], podemos verificar o seguinte:

(i) Assim como o PMDB na Constituinte de 1987, o PSD é o partido que tem a distribuição mais equilibrada de seus votos em todo o território nacional, havendo uma certa correspondência entre a proporção relativa dos eleitores e da população, e a porcentagem de parlamentares eleitos.

(ii) Já a bancada da UDN compunha-se, nada mais, nada menos, de 61,1% de parlamentares oriundos da região Nordeste, uma porcentagem bem superior inclusive à do

[27] É a seguinte a tabela 1-B, elaborada por Leôncio:

**Distribuição dos Deputados (por Partido).**

| | TOTAL | PMDB | PFL | PDS | PDT | PTB | PT/PCs/PSB | PL/PD |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Norte** | 10 | 11 | 12 | 12 | 4 | 11 | 4 | — |
| **Nordeste** | 31 | 29 | 50 | 34 | 4 | 6 | 19 | — |
| **C. Oeste** | 9 | 9 | 8 | 3 | — | 6 | 8 | 27 |
| **Sudeste** | 34 | 32 | 22 | 24 | 67 | 77 | 61 | 73 |
| **Sul** | 16 | 19 | 8 | 27 | 25 | — | 8 | — |
| | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| **TOTAL** | **487** | **257** | **118** | **33** | **24** | **18** | **26** | **11** |

Fonte: RODRIGUES (1987: 27).

PFL em 1987 (cerca de 50%). Com exceção do estado de MT, foi na região Nordeste que a UDN obteve as únicas vitórias eleitorais em estados, tendo vencido as eleições nos estados do CE, PB, PI, BA, e SE. Isso pode ser explicado pelo fato de o Nordeste ter sido a região do país onde a UDN conseguiu atrair a maior quantidade de "coronéis oposicionistas" e de lideranças políticas entrosadas com as máquinas políticas estaduais montadas pelos interventores no pós-30 (caso do CE e PI), e também durante o Estado Novo (caso da PB).

(iii) O PTB foi o partido que apresentou o maior índice de concentração de parlamentares em uma só região: cerca de 82,7% de seus constituintes foram eleitos pela região Sudeste, porcentagem que, significativamente, assemelha-se à do PDT na Constituinte de 1987. Com efeito, o DF foi a única unidade da federação onde o PTB elegeu a maior bancada (09/19), tendo ainda formado a segunda maior bancada partidária em São Paulo (07/38).

(iv) O PCB, assim como o PTB, também tinha seus parlamentares concentrados na região Sudeste (62,5%), embora fosse mais organizado do que o PTB na região Nordeste e na região Sul.

(v) O PR e o PSP também eram partidos com forte marca regional e cujos constituintes eram eleitos por dois estados básicos (MG e CE, respectivamente), que compunham a maior parte da representação de ambos os partidos.

A seguir, apresentamos os mesmos dados da tabela anterior para os **deputados** eleitos para a Constituinte de 1946.

**TABELA 4-A: DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS**
**(por partido em números absolutos e porcentagens).**

| | Total % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | PDC/ ED/PL % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Norte** | 17 (5,7%) | 12 (7,6%) | 03 (3,8%) | 01 (4,5%) | — | — | 01 (14,3%) | — |
| **Nordeste** | 112 (37,7%) | 51 (32,1%) | 47 (59,5%) | 01 (4,5%) | 04 (26,7%) | 02 (20,0%) | 05 (71,4%) | 01 (20,0%) |
| **C. Oeste** | 12 (4,0%) | 08 (5,0%) | 03 (3,8%) | — | — | — | — | 01 (20,0%) |
| **Sudeste** | 114 (38,4%) | 57 (35,8%) | 20 (25,3%) | 18 (81,9%) | 09 (60,0%) | 07 (70,0%) | 01 (14,3%) | 02 (40,0%) |
| **Sul** | 42 (14,2%) | 31 (19,5%) | 06 (7,6%) | 02 (9,1%) | 02 (13,3%) | — | — | 01 (20,0%) |
| **TOTAL** | **297 (100%)** | **159 (100%)** | **79 (100%)** | **22 (100%)** | **15 (100%)** | **10 (100%)** | **07 (100%)** | **05 (100%)** |

### 3.2) A trajetória política dos constituintes.

Uma vez realizado o exame da distribuição dos diferentes partidos políticos representados na Constituinte, podemos avançar uma pouco mais em nosso enfoque, e efetuar um estudo comparativo das diferentes agremiações presentes na Assembléia no tocante à carreira ou trajetória política prévia dos 338 parlamentares eleitos à Constituinte de 1946. Esta é outra dimensão importante da abordagem do sistema partidário no período, na medida em que nos permite justamente coletar indícios do maior ou menor grau de relacionamento das diferentes bancadas com os sistemas políticos anteriormente vigentes no país.

**TABELA 5 : REGIÃO DE NASCIMENTO DOS DEPUTADOS.**
**(por partido em números absolutos e em porcentagens)**

| | TOTAL % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | ED/PL PDC % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Norte** | **17 (5,0)** | 10 **(5,4%)** | 03 **(3,3%)** | 01 **(4,3%)** | 02 **(12,5%)** | — | 01 **(12,5%)** | — |
| **Nordeste** | **136 (40,2)** | 62 **(33,5%)** | 53 **(58,9%)** | 01 **(4,3%)** | 09 **(56,3%)** | 03 **(27,3%)** | 06 **(75,0%)** | 02 **(40,0%)** |
| **Centro-Oeste** | **14 (4,2)** | 09 **(4,9%)** | 03 **(3,3%)** | 01 **(4,3%)** | — | — | — | 01 **(20,0%)** |
| **Sudeste** | **116 (34,3)** | 64 **(34,6%)** | 23 **(25,6%)** | 17 **(74,0%)** | 02 **(12,5%)** | 08 **(72,7%)** | 01 **(12,5%)** | 01 **(20,0%)** |
| **Sul** | **51 (15,1)** | 38 **(20,5%)** | 06 **(6,7%)** | 03 **(13,1%)** | 03 **(18,7%)** | — | — | 01 **(20,0%)** |
| **SI ou outros** | **04 (1,2)** | 02 **(1,1%)** | 02 **(2,2%)** | — | — | — | — | — |
| **Total** | **338 (100)** | **185 (100%)** | **90 (100%)** | **23 (100%)** | **16 (100%)** | **11 (100%)** | **08 (100%)** | **05 (100%)** |

Obs.(1): Não há informações disponíveis sobre o local de nascimento dos deputados *Castelo Branco (PSD/AC)* e *Machado Coelho (PSD/SP).*

Obs.(2): O deputado *Luís Viana (UDN/BA)* nasceu em Paris (França), e o deputado *Coelho Rodrigues (UDN/PI)* nasceu na Suiça.

Contrastando os dados anteriores com os resultados das tabelas 2 e 3 elaboradas por Leôncio Martins[28], podemos observar o seguinte:

No tocante ao total dos constituintes, as porcentagens acima diferem ligeiramente das obtidas por RODRIGUES em relação à Constituinte de 87/88, na medida em que na Assembléia de 1946 a maior parcela dos deputados nasceram na região Nordeste (40,2%), ao contrário de 1987/88, onde a proporção da região Sudeste era um pouco superior à do Nordeste[29]. Em relação às demais regiões, as porcentagens pouco se alteraram comparando-se as duas Constituintes.

Em termos de legendas partidárias, destaque-se a elevada porcentagem de parlamentares udenistas que nasceram na região Nordeste (58,9%), uma freqüência superior inclusive à verificada no PCB (56,3%).

**TABELA 5-A: ESTADO DE NASCIMENTO VS. ESTADO EM QUE FOI ELEITO. (por região).**

| | TOTAL % | Norte % | Nordeste % | C. Oeste % | Sudeste % | Sul % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nasceram no Estado pelo qual foram eleitos** | 275 (81,4%) | 12 (57,2%) | 115 (88,5%) | 13 (81,2%) | 91 (74,0%) | 44 (91,7%) |
| **Não nasceram no Estado pelo qual foram eleitos** | 61 (18,0%) | 08 (38,0%) | 14 (10,8%) | 03 (18,8%) | 03 (26,0%) | 04 (8,3%) |
| **Sem informação** | 02 (0,6%) | 01 (4,8%) | 01 (0,7%) | --- | --- | --- |
| **Total de Respostas** | **338 (100%)** | **21 (100%)** | **130 (100%)** | **16 (100%)** | **123 (100%)** | **48 (100%)** |

No tocante aos dados fornecidos pela tabela anterior, há uma mudança bastante nítida em comparação com a Constituinte de 1987/88, devido basicamente às elevadas porcentagens registradas, em 1946, de parlamentares das regiões *Centro-Oeste e Sul*

[28] A tabela por nós elaborada é um pouco diferente da contida no trabalho de RODRIGUES (1987: 50), na medida em que fornecemos as porcentagens e números absolutos desagregados por partido, e não simplesmente a soma total, como faz Leôncio Martins.

[29] Os dados para a Constituinte de 1987/88 são os seguintes (RODRIGUES: 50): Norte (6%), Nordeste (35%), Centro Oeste (6%), Sudeste (38%) e Sul (15%).

que nasceram nos próprios estados em que se elegeram[30]. Na Constituinte de 1946 eram os eleitores da região Sul (91,7%) que apresentavam a maior tendência a eleger parlamentares nascidos em seus próprios estados de origem, enquanto na Constituinte de 1987/88 essa porcentagem reduziu-se para 70%. No que se refere à região Centro-Oeste, também ocorreu uma elevada variação (81,2% em 1946 => 59% em 1987), que pode ser atribuída à construção de Brasília e ao amplo deslocamento populacional ocorrido para esta região do país a partir de então.

De uma maneira geral, portanto, as identidades regionais e estaduais[31] tenderam a ser mais acentuadas na Constituinte de 1946 do que na de 1987/88, devido basicamente a uma redução percentual ocorrida nos estados da região Centro-Oeste e da região Sul, anteriormente mais propensos a elegerem parlamentares nascidos em seus próprios territórios de origem.

[30] Porcentagens obtidas por RODRIGUES (1987: 50): A) *Nasceram do Estado pelo qual foram eleitos:* Total (76%); Norte (57%); Nordeste (85%); C. Oeste (59%); Sudeste (81%); Sul (70%); B) *Não nasceram no Estado pelo qual foram eleitos:* Total (24%); Norte (43%); Nordeste (15%); C. Oeste (41%); Sudeste (19%); Sul (30%).

[31] Já que geralmente, os parlamentares que "nasceram onde foram eleitos", não apenas nasceram nessas localidades, mas via de regra também lá fizeram suas carreiras políticas ou pelo menos lá tinham suas bases eleitorais. Na realidade, é o cruzamento dos dados sobre local de nascimento com as informações sobre as trajetórias políticas reproduzidas no corpo deste trabalho, que nos permite estabelecer esta conexão entre local de nascimento e "identidades regionais", embora a perda de informação causada pela agregação estatística dos *data* nas tabelas possa tornar algo obscura ao leitor o estabelecimento de tais correlações.

## TABELA 5- B: ESTADO DE NASCIMENTO VS. ESTADO EM QUE FOI ELEITO. (por partido).

| | TOTAL % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | PDC/ED PL % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nasceram no Estado pelo qual foram eleitos** | 275 (81,4%) | 157 (84,9%) | 77 (85,6%) | 13 (56,5%) | 07 (43,7%) | 10 (90,1%) | 08 (100%) | 03 (60%) |
| **Não nasceram no Estado pelo qual foram eleitos** | 61 (18,0%) | 26 (14,0%) | 13 (14,4%) | 10 (43,5%) | 09 (56,3%) | 01 (9,9%) | — | 02 (40%) |
| **Sem informação** | 02 (0,6%) | 02 (1,1%) | — | — | — | — | — | — |
| **Total** | 338 (100%) | 185 (100%) | 90 (100%) | 23 (100%) | 16 (100%) | 11 (100%) | 08 (100%) | 05 (100%) |

Esta tabela não se encontra no estudo de Leôncio Martins e foi elaborada com base nas informações por nós coletadas. Fornece uma comparação entre o estado de nascimento *vis à vis* o estado em que foram eleitos os constituintes **por partido**, e não meramente por região como faz Leôncio. A nosso ver, essa tabela é bastante ilustrativa, pois pode ser tomada como um indicador mais geral e manifesto do peso das lideranças locais, das identidades regionais, e do "compromisso coronelista" no recrutamento dos diversos líderes partidários. Com efeito, é bastante significativo o fato de que os partidos com maior perfil "local" e regional sejam geralmente os mais conservadores do ponto de vista ideológico, e mais afeitos à influência das máquinas partidárias locais e municipais. Destacam-se, nesse sentido, o PR e o PSP, partidos cujas lideranças políticas são mais fortemente marcadas por características regionais.

De uma maneira geral, à medida que nos deslocamos para a esquerda do espectro político-ideológico, menor tende a ser a porcentagem de parlamentares que nasceram na unidade da federação pelas quais se elegeram, destacando-se, a esse respeito, o PCB, que foi o único partido da Assembléia que elegeu uma maioria de constituintes que não nasceram nos Estados pelos quais foram eleitos (56,3%)[32].

[32] Infelizmente Leôncio Martins não fornece esses dados para os parlamentares eleitos em 1986, de forma que não podemos aqui comparar as porcentagens das duas Assembléias Constituintes.

## TABELA 6 : NÚMERO DE LEGISLATURAS EM ÓRGÃOS PARLAMENTARES
**(por partido em números absolutos e porcentagens)**

| | TOTAL % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | PDC/ED /PL % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Primeira legislatura** | 159 (47,0) | 86 (46,5) | 33 (36,7) | 17 (73,9) | 16 (100) | 02 (18,2) | 03 (37,5) | 01 (20,0) |
| **Uma legislatura** | 96 (28,4) | 53 (28,6) | 31 (34,4) | 05 (21,7) | — | 02 (18,2) | 04 (50,0) | 02 (40,0) |
| **Duas legislaturas** | 38 (11,2) | 22 (11,9) | 13 (14,4) | — | — | 01 (9,0) | — | 02 (40,0) |
| **Três legislaturas** | 12 (3,6) | 06 (3,3) | 02 (2,3) | 01 (4,4) | — | 02 (18,2) | 01 (12,5) | — |
| **Quatro ou mais** | 33 (9,8) | 18 (9,7) | 11 (12,2) | — | — | 04 (36,4) | — | — |
| **TOTAL** | 338 (100) | 185 (100) | 90 (100) | 23 (100) | 16 (100) | 11 (100) | 08 (100) | 05 (100) |

A tabela acima procura apresentar o número de legislaturas anteriores exercidas pelos constituintes **por partido**, e sistematiza os dados reproduzidos no *"Anexo 2"* (pp. 93-95) do presente estudo. Este quadro é uma versão um pouco modificada da tabela 6-B, constante do trabalho de RODRIGUES (1987: 55). As modificações que introduzimos são fundamentalmente de duas ordens: (i) enquanto Leôncio Martins Rodrigues incluiu apenas as legislaturas para a Câmara Federal, nós incorporamos nesta tabela os mandatos anteriormente exercidos pelos constituintes de 1946 nos vários níveis de representação parlamentar (parlamento federal, assembléias estaduais e municipais); isso deve-se basicamente ao fato de terem havido poucas eleições parlamentares no pós-30, e de o sistema partidário ter sido extinto durante o Estado Novo. Assim, acreditamos que um índice mais preciso da "experiência legislativa anterior" (ou parlamentar, como preferimos dizer) deve englobar os três níveis de exercício de mandatos parlamentares acima mencionados, e não apenas a representação da Câmara Federal, como faz Leôncio Martins; (ii) a segunda diferença básica, consiste no fato de termos efetuado uma classificação um pouco diferente da apresentada por esse autor (RODRIGUES, 1987: 55), na medida em que ordenamos os parlamentares em 05 e não em 04 itens como o faz Leôncio Martins[33].

[33] Como dissemos, nos *"Anexos"* fornecemos a listagem dos dados que usamos para construir algumas das tabelas expostas neste trabalho. No *"ANEXO 2"* (pp. 93-95) fornecemos a listagem completa das informações utilizadas para a construção das tabelas 6 e 6-A, ou seja, enumeramos os deputados e senadores de todos os partidos por número de legislaturas exercidas antes da Constituinte de 1946. Assim procedemos não só para

De uma maneira geral, à medida que nos deslocamos para a esquerda do espectro politico-partidário, verificamos uma maior porcentagem de constituintes no exercício de sua primeira legislatura parlamentar. Assim, podemos verificar que os extremos desse espectro constituem-se pelo PR (com apenas 18,2% de seus constituintes na 1ª legislatura), e pelo PCB (com todos os integrantes de sua bancada exercendo o primeiro mandato parlamentar), justamente as agremiações respectivamente mais e menos compromissadas ideologicamente com o sistema partidário constituído no período anterior ao Estado Novo.

Em termos de partidos isolados, o PSD era a agremiação que tinha a 3ª maior porcentagem (46,5%) de constituintes na 1ª legislatura, sendo que possuía também uma proporção relativamente elevada de parlamentares com mais de três legislaturas (13%). Isso se deve ao fato de que, principalmente do Nordeste, o PSD recrutou novas lideranças políticas formadas durante o Estado Novo, com pouca experiência parlamentar anterior, ao mesmo tempo que, em outras regiões do país, recrutou parlamentares oriundos de antigas máquinas partidárias do período anterior a trinta. Ou seja: o PSD apresentava uma padrão mais diversificado de recrutamento de lideranças políticas.

A UDN também apresentava um padrão diversificado de recrutamento sendo, no entanto, o 2º partido com menor índice de parlamentares na primeira legislatura (36,7%). Sublinhe-se ainda que boa parte das principais líderes udenistas no período eram políticos cuja carreira política já estava consolidada desde a República Velha, que aliaram-se às novas lideranças políticas surgidas no contexto do movimento pela redemocratização durante o Estado Novo[34].

Já o PTB era o segundo partido com maior proporção de parlamentares na primeira legislatura (73,9%), sendo formado em sua maior parte por lideranças políticas que

---

que o leitor possa verificar de maneira mais eficaz a natureza dos dados que coletamos, mas também para facilitar a detecção de eventuais incorreções e margens de erro nas tabelas acima, na medida que ainda existem lacunas informativas nas várias fontes que consultamos. Diga-se de passagem que, através dos anexos que ajuntamos no final do capítulo, o leitor interessado poderá facilmente obter os dados somente para a Câmara Federal, conforme constam nas tabelas elaboradas por Leôncio Martins.

[34] Dentre esses próceres udenistas com mais de três legislaturas e com uma carreira política que vinha desde a República Velha destacam-se *Otávio Mangabeira (UDN/BA), Clemente Mariani (UDN/BA), Fernandes Távora (UDN/CE), José Augusto (UDN/RN)* etc., todos eles parlamentares com grande influência nas decisões e na organização internas do partido.

se constituíram através da ascensão em vários setores da burocracia civil estadonovista ligada ao Ministério do Trabalho. Fato curioso é que seu único componente com maior experiência parlamentar era justamente o ex-ministro do Trabalho, Marcondes Filho (PTB/SP), uma antiga liderança de destaque do Partido Republicano Paulista (PRP) e que, ao longo de sua trajetória política, aliou-se ao regime estadonovista.

No PCB o conjunto de seus parlamentares estava na 1ª legislatura, embora todos eles tivessem uma ampla experiência de atuação política no pós-30, inclusive com extensa militância clandestina, e da maioria de seus membros ter permanecido na condição de presos políticos na vigência da ditadura estadonovista. O PR apresenta uma posição quase que simetricamente oposta ao PCB, ou seja, apenas dois de seus integrantes (18,2%), como já afirmamos mais acima, nunca haviam sido eleitos anteriormente para órgãos parlamentares; o PR destaca-se também por ter sido a única bancada na Constituinte onde a maioria de seus parlamentares já tinham sido eleitos por mais de três legislaturas (54,6%), a maior parte deles com uma carreira parlamentar já consolidada na República Velha.

**TABELA 6-A : NÚMERO DE LEGISLATURAS EM ÓRGÃOS PARLAMENTARES.**
**(por região em números absolutos e porcentagens).**

| | TOTAL % | NORTE % | NORDESTE % | C. OESTE % | SUDESTE % | SUL % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Primeira legislatura** | 159 (47,0%) | 08 (38,1%) | 65 (50,0%) | 05 (37,5%) | 58 (47,1%) | 23 (47,9%) |
| **Uma legislatura** | 96 (28,4%) | 08 (38,1%) | 38 (29,2%) | 05 (25,0%) | 29 (23,6%) | 16 (33,3%) |
| **Duas legislaturas** | 38 (11,2%) | 04 (19,0%) | 11 (8,5%) | 05 (31,3%) | 15 (12,2%) | 03 (6,2%) |
| **Três legislaturas** | 12 (3,5%) | 01 (4,8%) | 03 (2,3%) | ∅ | 06 (4,9%) | 02 (4,2%) |
| **Quatro ou mais** | 33 (9,8%) | ∅ | 13 (10,0%) | 01 (6,2%) | 15 (12,2%) | 04 (8,4%) |
| **TOTAL** | 338 (100%) | 21 (100%) | 130 (100%) | 16 (100%) | 123 (100%) | 48 (100%) |

Em termos das diferentes regiões do país, cabe destacar que, ao contrário da Constituinte de 1987, onde o Nordeste era a região do país com o **menor** número de deputados na 1ª legislatura (RODRIGUES, 1987: 55), na Constituinte de 1946 podemos

verificar uma proporção diferente, ou seja, segundo os dados que obtivemos, o Nordeste foi a região com o **maior** número de parlamentares "estreantes" em órgãos legislativos (50%). A nosso ver, isso explica-se basicamente pelo fato de o Nordeste ter sido a região do país onde o "sistema de interventorias" montado no Estado Novo teve maior peso do que nas demais para a formação de novas lideranças políticas que ocuparam um lugar de destaque na organização do sistema partidário constituído no pós-guerra.

Com efeito, em alguns estados da região Nordeste, a maior parte, senão todos, os parlamentares eleitos para a primeira legislatura em órgãos parlamentares, eram estreitamente entrosados com as interventorias estaduais. Destacam-se, particularmente, os casos das bancadas pessedistas dos estados de Alagoas, da Bahia e de Pernambuco, onde a maioria de seus parlamentares possuía a dupla característica de terem sido eleitos pela primeira vez para uma função parlamentar e, ao mesmo tempo, serem todos oriundos do quadro institucional formado durante as interventorias estadonovistas. Por exemplo, em Alagoas a bancada pessedista era controlada pelo "clã dos Góis Monteiro" e **todos** os seus integrantes estavam na primeira legislatura parlamentar; na Bahia, cuja bancada era liderada pelo ex-interventor e senador *Pinto Aleixo*, 07 de seus 12 membros estavam na primeira legislatura; em Pernambuco, a principal figura da bancada era o fiel escudeiro de Vargas, *Agamenon Magalhães*, e também a maior parcela de seus componentes (7/12) nunca havia exercido um mandato parlamentar, embora estivessem todos amplamente entrosados com a máquina política estadonovista a nível federal e estadual; na Paraíba, todos os três deputados eleitos na legenda pessedista haviam sido secretários de Estado do ex-interventor *Rui Carneiro* (que viria a se eleger senador nas eleições suplementares de 1947) durante o regime estadonovista, e todos estavam na 1ª legislatura parlamentar; no Piauí, o partido era controlado diretamente pela cúpula do governo Dutra através do genro do próprio presidente (*Renault Leite*), e também todos os seus três integrantes estavam na primeira legislatura[35].

[35] Fonte: BRAGA, Sérgio Soares (1996). *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946.* Campinas, IFCH/UNICAMP.

## TABELA 7: FUNÇÕES PARLAMENTARES ANTERIORES

**(por partido em números absolutos e porcentagens)**

| | TOTAL % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | ED/PDC PL % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Senadores (1) | 15 (4,4%) | 07 (3,8%) | 07 (7,8%) | — | — | 01 (9,1%) | — | — |
| Deputados Federais (2) | 51 (15,1%) | 27 (14,6%) | 13 (14,4%) | 02[36] (8,7%) | — | 06 (54,5%) | 03 (37,5%) | — |
| Constituintes de 1933/1934 (3) | 36 (10,6%) | 18 (9,7%) | 13 (14,4%) | 01 (4,3%) | — | 02 (18,2%) | — | 02 (40,0%) |
| **(Subtotal deputado federal) (2 + 3)** | **87 (25,7%)** | **45 (24,3%)** | **26 (28,8%)** | **03 (13,0%)** | — | **08 (72,7%)** | **03 (37,5%)** | **02 (40,0%)** |
| Deputados Estaduais (4) | 102 (30,2%) | 55 (29,7%) | 37 (41,1%) | 01 (4,3%) | — | 05 (45,5%) | 02 (25,0%) | 02 (40,0%) |
| Vereadores (5) | 43 (12,7%) | 30 (16,2%) | 08 (8,8%) | 03 (13,0%) | — | 02 (18,2%) | — | — |
| ***Exerceram alguma função parlamentar***[37] | ***179 (53,0%)*** | ***99 (53,5%)*** | ***57 (63,3%)*** | ***06 (26,1%)*** | ∅ | ***09 (81,8%)*** | ***05 (62,5%)*** | ***04 (80,0%)*** |
| *Eleitos pela 1ª vez para função parlamentar* | *159 (47,0%)* | *86 (46,5%)* | *33 (36,7%)* | *17 (73,9%)* | *16 (100%)* | *02 (18,2%)* | *03 (37,5%)* | *01 (20,0%)* |
| **TOTAL** | **338 (100%)** | **185 (100%)** | **90 (100%)** | **23 (100%)** | **16 (100%)** | **11 (100%)** | **08 (100%)** | **05 (100%)** |

Esta tabela é um detalhamento da anterior, na medida em que procuramos desagregar os dados das funções parlamentares exercidas pelos constituintes nos vários níveis em que se organiza a representação política. No *"Anexo 3"* (pp. 96-98) fornecemos os dados que utilizamos para construir esta tabela, enumerando todos os mandatos parlamentares exercidos anteriormente pelos constituintes antes de 10 de novembro 1937, quando foram dissolvidas todas as Assembléias Legislativas do país. Contrastando esta tabela com a elaborada por RODRIGUES (1987: 59) e o quadro 08 fornecido por FLEISCHER (1987: 14), podemos observar o seguinte:

[36] O deputado *Romeu Fiori (PTB/SP)* foi eleito deputado federal em 1934, mas não pôde exercer o mandato em virtude de ter menos de 25 anos, por isso foi incluído entre os parlamentares eleitos pela 1ª vez para uma função parlamentar.

[37] Subtotal dos 5 itens anteriores (1+2+3+4+5) eliminando-se as "duplas contagens", ou seja, cada parlamentar foi computado apenas uma vez.

(i) Enquanto a Constituinte de 1987/88 compunha-se de apenas de 30% de deputados "sem experiência de atuação parlamentar de qualquer tipo" (RODRIGUES: 56), na Constituinte de 1946 essa porcentagem sobe para 47,0%, um número que, embora em termos absolutos possa ser considerado alto, em termos relativos --- *i. e.*, se levarmos em conta as interrupções ocorridas no funcionamento do sistema partidário no pós-30 --- parece-nos baixo. Ou por outra ótica: não obstante a instabilidade política vigente no pós-30, e o fato de terem havido somente duas eleições gerais para órgãos legislativos nos três lustros após esta data, a maior parcela dos constituintes eleitos em 1946 (53,0%) já havia exercido mandatos parlamentares, o que parece-nos um número elevado, levando-se em conta o contexto político da época e o fato de as eleições para a Constituinte de 1946 terem sido as primeiras eleições para a Câmara Federal após a instauração do Estado Novo.

(ii) Outro fato digno de menção é que, em termos dos partidos com maior influência política, vemos que a UDN e o PR são as agremiações cujos componentes têm maior experiência anterior em órgãos parlamentares. Assim, dos 90 udenistas, 57 (63,3%) já haviam exercido mandato legislativo anteriormente, enquanto que na bancada do PR esse percentual atingia 81,8%, índices estes que naturalmente são indicadores da maior ligação desses partidos com as antigas máquinas partidárias oriundas da República Velha.

(iii) Finalmente, destaque-se a elevada porcentagem de parlamentares da UDN (41,1%) e do PR (45,5%) que já haviam exercido mandatos de deputados estaduais, o que é uma evidência adicional do peso das antigas maquinas partidárias estaduais e municipais na formação destes partidos. Tendo em vista a relação dessas agremiações com antigos movimentos de oposição ao governo Vargas no período anterior à instauração do Estado Novo, essa freqüência talvez possa ser vista como um indicador da menor dificuldade de se manter uma postura oposicionista a nível dos órgãos parlamentares federais e estaduais, do que nas câmaras municipais, mormente nas regiões menos desenvolvidas e mais dependentes do poder central.

## TABELA 7-A: FUNÇÕES PARLAMENTARES ANTERIORES
## (por região em números absolutos e porcentagens)

| | TOTAL % | NORTE % | NORDESTE % | C. OESTE % | SUDESTE % | SUL % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Senadores (1) | 15 **(4,4%)** | 02 (9,5%) | 06 (4,6%) | 02 (12,5%) | 03 (2,4%) | 02 (11,1%) |
| Deputados Federais (2) | 51 **(15,1%)** | 03 (14,3%) | 21 (16,1%) | — | 22 (17,9%) | 05 (10,4%) |
| Constituintes de 1933/1934 (3) | 36 **(16,6%)** | 02 (9,5%) | 14 (10,8%) | 02 (12,5%) | 15 (12,2%) | 03 (6,3%) |
| ***Subtotal Deputado Federal)(2 + 3)*** | ***87* (25,7%)** | ***05 (23,8%)*** | ***35 (26,9%)*** | ***02 (12,5%)*** | ***37 (30,1%)*** | ***08 (16,7%)*** |
| Deputados Estaduais (4) | 102 **(30,2%)** | 06 (28,6%) | 37 (28,5%) | 09 (56,2%) | 31 (25,2%) | 19 (39,6%) |
| Vereadores (5) | 43 **(12,7%)** | 01 (4,8%) | 07 (5,4%) | 03 (18,7%) | 27 (22,0%) | 02 (4,2%) |
| ***Exerceram alguma função parlamentar*** | ***179 (53,0%)*** | ***13 (61,9%)*** | ***65 (50,0%)*** | ***11 (62,5%)*** | ***65 (52,9%)*** | ***25 (52,1%)*** |
| Eleitos pela 1ª vez para função parlamentar | 159 (47,0%) | 08 (38,1%) | 65 (50,0%) | 05 (37,5%) | 58 (47,1%) | 23 (47,9%) |
| **TOTAL** | **338 (100%)** | **21 (100%)** | **130 (100%)** | **16 (100%)** | **123 (100%)** | **48 (100%)** |

Em termos regionais, os dados percentuais contidos na tabela acima em linhas gerais são inferiores às porcentagens encontradas por Leôncio M. Rodrigues para a Constituinte de 1987/88 (1987: 57). Entretanto, contrastando as duas tabelas, podemos observar algumas semelhanças:

(i) Assim como em 1987/88, na Assembléia de 1946 é na região Sudeste que se encontra a maior porcentagem de parlamentares que já haviam sido vereadores (22%), enquanto que na região Nordeste também verificava-se a menor porcentagem (5,4%).

(ii) Nas regiões Sul e Centro-Oeste encontramos as maiores porcentagens de parlamentares que já foram deputados estaduais (respectivamente: 39,6% e 56,2%).

(iii) No tocante aos deputados federais, encontramos os maiores percentuais nas regiões Sudeste (30,1%) e Nordeste (26,9%), enquanto que o Centro-Oeste foi a região com o menor número de parlamentares que haviam sido anteriormente deputados federais (12,5%), fato que também ocorreu na Constituinte de 1987/88.

**TABELA 8: CARGOS GOVERNAMENTAIS ANTERIORES**
**(por partido)**

| | TOTAL % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | ED/PDC PL % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ocuparam cargos no governo federal[38] | 55 (16,3%) | 28 (15,1%) | 13 (14,4%) | 09 (39,1%) | — | 04 (38,4%) | 01 (12,5%) | — |
| Ocuparam cargos em governos estaduais[39] | 148 (43,8%) | 96 (51,9%) | 38 (42,3%) | 02 (8,7%) | — | 05 (45,4%) | 03 (37,5%) | 04 (80%) |
| Ocuparam cargos em governos municipais[40] | 92 (27,2%) | 64 (34,6%) | 22 (24,4%) | 04 (17,4%) | — | 04 (38, 4%) | 01 (12,5%) | — |
| ***Ocuparam cargos governamentais (Subtotal 1)*** | ***231 (68,4%)*** | ***146 (80,5%)*** | ***54 (60,0%)*** | ***13 (56,5%)*** | *Ø* | ***08 (72,7%)*** | ***04 (50%)*** | ***04 (80%)*** |
| Nunca ocuparam cargos ou SI (Subtotal 2) | 107 (31,6%) | 39 (20,5%) | 36 (40,0%) | 10 (43,5%) | 16 (100%) | 03 (22,3%) | 04 (50%) | 01 (20%) |
| **TOTAL** | **338 (100%)** | **185 (100%)** | **90 (100%)** | **23 (100%)** | **16 (100%)** | **11 (100%)** | **08 (100%)** | **05 (100%)** |

Nesta tabela procuramos apresentar os números absolutos e as porcentagens de todos os cargos governamentais ocupados pelo parlamentares. Por "cargos governamentais" entendemos todos aqueles postos cuja nomeação independe da carreira burocrático-administrativa regular, vale dizer, os que são exercidos em virtude de decisões estritamente políticas tomadas pelas equipes governamentais que ocupam postos de direção política no aparelho de Estado, e também os cargos de cúpula da burocracia judiciária cujos

[38] *"Cargos no governo federal":* computamos neste item aqueles cargos que se relacionam mais de perto com a formação das equipes governamentais a nível do aparelho de Estado central (presidente da República, ministros de Estado etc.), os assessores mais próximos dessas autoridades (chefes ou oficiais de gabinetes etc.), os integrantes de órgãos de planejamento ou formulação/implementação de políticas burocráticas a nível central ou setorial (CME, CTEF, CNPIC etc.), os cargos ocupados em autarquias e órgãos afins (DNC, IAA, Instituto Nacional do Sal etc.) e, finalmente, cargos ocupados na burocracia judiciária a nível federal.

[39] *"Cargos nos governos estaduais"* são: governadores, interventores, secretários de Estado, membros de Conselhos Administrativos, assessores (chefes e oficiais de gabinete) de governadores, consultores jurídicos dos Estados, integrantes de instituições financeiras estaduais etc.

[40] *"Cargos nos governos municipais"* são: prefeitos, secretários municipais etc. Os "chefes de polícia", cargos muito comuns até meados da década de 30 foram computados como secretários de Estado, tanto a nível municipal como federal, na medida em que o equivalente mais próximo deste cargo atualmente seria o posto de secretário de Segurança Pública.

critérios políticos de nomeação e de exercício são mais patentes (ministros de Tribunais Federais, consultores jurídicos dos estados etc.)

Procuramos sistematizar neste quadro, eliminando as "duplas contagens", os dados referentes a todos os cargos governamentais exercidos anteriormente pelos constituintes na burocracia estatal, e que estão listados mais à frente no *"Anexo 4" (pp. 99-105)*[41]. Como podemos observar, os dados contidos nestas tabelas nos permitem justamente obter uma visualização mais precisa da relação dos partidos políticos com as chamadas "máquinas governamentais" anteriores.

Com efeito, a tabela acima nos revela alguns aspectos interessantes:

(i) Em termos gerais, o PSD foi o partido com a maior porcentagem de parlamentares que já ocuparam cargos governamentais. Nada menos do que 80,5% de seus integrantes exerceram cargos em um dos três níveis de governo (uma porcentagem que ainda adquire maior significação se considerarmos a possibilidade da existência de lacunas informativas sobre a trajetória política no período anterior à Constituinte de 1946 de alguns parlamentares). No que se refere aos outros partidos, com exceção do PCB, todos eles apresentam uma porcentagem superior a 50% de constituintes que ocuparam cargos governamentais nos vários ramos e níveis do aparelho de Estado.

(ii) Outro dado interessante é que, ao contrário do que se poderia pensar, não era o PSD o partido com a maior porcentagem de parlamentares que ocuparam cargos **no governo federal**, mas sim o PTB em 1° lugar (39,1%) e o PR em 2° (38,4%), com a significativa diferença de que todos os cargos exercidos pelos petebistas o foram durante o Estado Novo, enquanto que os membros do PR os exerceram principalmente na República Velha.

---

[41] No *"ANEXO 4"* fornecemos uma listagem de todos os cargos governamentais anteriormente ocupados pela totalidade dos parlamentares (deputados e senadores) no período anterior à instalação da Constituinte de 1946. Procuramos complementar essas informações através da construção de um *"ANEXO 5"* contendo a listagem de todos os cargos ocupados pelos constituintes ***durante o Estado Novo.*** Esclareça-se que a este último "Anexo" não corresponde nenhuma tabela, dada a dificuldade de se obter números estatisticamente significativos com as informações nele coletadas.

(iii) No tocante ao PSD e à UDN, a maior parcela dos constituintes de ambos os partidos (51,9% e 42,3%, respectivamente) ocuparam cargos a nível dos governos estaduais.

(iv) O PTB, como já destacamos anteriormente, foi o único partido que apresentou uma maior proporção de parlamentares que ocuparam cargos no governo federal, o que é uma evidência adicional do peso da burocracia central (mormente a alocada no Ministério do Trabalho) na formação da agremiação.

Reitere-se, finalmente, a existência de algumas lacunas informativas sobre as trajetórias políticas dos parlamentares, o que nos permite inferir que estas porcentagens podem inclusive aumentar em virtude do acúmulo de novas informações e da coleta de novas evidências.

Finalmente, em relação aos dados sobre as atividades políticas dos constituintes **durante o Estado Novo**, as evidências por nós coletadas confirmam as observações já efetuadas por vários analistas (embora estas observações raramente venham ilustradas com dados empíricos) acerca da influência da "máquina governamental" estadonovista na formação dos partidos políticos alinhados com o getulismo e com o populismo na conjuntura do pós-guerra mundial. Com efeito, examinando os dados contidos no *"Anexo 5: Atividades Políticas durante o Estado Novo" (pp. 106-110)* podemos observar que durante esse período ditatorial, os 185 constituintes pessedistas haviam ocupado os seguintes cargos: 04 ex-ministros de Estado; 22 exerceram o posto de interventor, em caráter permanente ou interino; 33 ex-secretários de Estado, ou seja, quase 1/5 da bancada; 17 integrantes dos Conselhos Administrativos dos Estados[42]; 30 prefeitos de cidades, principalmente cidades médias do interior do país; finalmente, outros 30 parlamentares que exerceram cargos de cúpula em diversos níveis governamentais.

No que tange aos demais partidos, destaca-se ainda o PTB, com metade de seus parlamentares exercendo *cargos governamentais* na burocracia estadonovista (sem contar a militância em sindicatos oficiais e ligações de natureza vária com a cúpula burocrática estadonovista)[43]. Em relação ao PCB, destaca-se o elevado número de

[42] Sobre a importância dos Conselhos Administrativos durante o Estado Novo, cf. REALE, Miguel (1983). *Memórias. v. 1. Destinos cruzados.* São Paulo, Saraiva, pp. 157-174.

parlamentares que sofreram prisão política na vigência da ditadura: 12 dos 16 constituintes que atuaram na bancada comunista foram presos políticos durante o Estado Novo.

**TABELA 8-A: CARGOS GOVERNAMENTAIS ANTERIORES**
**(por região em porcentagens)**

| | TOTAL % | NORTE % | NORDESTE % | C. OESTE % | SUDESTE % | SUL % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ocuparam cargos no governo federal | 55 (16,3%) | — | 21 (16,2%) | 01 (6,2%) | 28 (22,8%) | 05 (10,4%) |
| Ocuparam cargos em governo estadual | 148 (43,8%) | 11 (52,4%) | 65 (50,0%) | 11 (68,7%) | 45 (36,6%) | 16 (33,3%) |
| Ocuparam cargos em governo municipal | 92 (27,2%) | 06 (28,6%) | 34 (26,2%) | 06 (37,5%) | 32 (26,0%) | 14 (29,2%) |
| **Ocuparam cargos governamentais** | **231 (68,4%)** | **14 (66,7%)** | **94 (72,3%)** | **12 (75,0%)** | **82 (66,7%)** | **29 (60,4%)** |
| Nunca ocuparam cargos ou SI | 107 (31,6%) | 07 (33,3%) | 36 (27,7%) | 04 (25,0%) | 41 (33,3%) | 19 (39,6%) |
| **TOTAL** | **338 (100%)** | **21 (100%)** | **130 (100%)** | **16 (100%)** | **123 (100%)** | **48 (100%)** |

Na tabela acima, apresentamos os cargos governamentais ocupados pelos constituintes das diversas regiões do país. Comentando as informações recolhidas nas eleições de 1986, afirma Leôncio Martins que "De modo geral, a **porcentagem de deputados que trabalharam para o governo federal tende a declinar à medida que se passa das regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas** (RODRIGUES: 60; grifos do autor). No caso da Constituinte de 1946, tendo em vista as evidências disponíveis, não conseguimos detectar a mesma tendência, já que a região na qual há a maior proporção de parlamentares que ocuparam cargos no governo federal é a região Sudeste (36,6%), justamente a mais desenvolvida do país em termos industriais. Esse fato deve-se basicamente ao grande número de ocupantes destes postos nas bancadas do PSD/MG, PSD/RJ, PTB/DF e do PTB/SP, justamente as agremiações com ligações mais estreitas com a burocracia central.

[43] Por exemplo, *Hugo Borghi (PTB/SP)* que recebeu dinheiro do ministro da Fazenda Souza Costa para comprar e financiar as atividades da *"Rádio Cruzeiro do Sul"*, durante a organização do movimento queremista.

De um ponto de vista geral, foram as regiões Centro-Oeste e Nordeste onde a maior parcela de seus integrantes haviam ocupado cargos nos três níveis de governo, embora não existissem grandes disparidades percentuais entre as diversas regiões.

Em relação aos cargos ocupados nos **governos estaduais**, a posição relativa entre as diversas regiões assemelha-se à da Constituinte de 1987/1988. Com efeito, também em 1946 as regiões menos desenvolvidas tendem a apresentar uma porcentagem maior de parlamentares que ocuparam cargos em governos estaduais, enquanto que nas regiões mais desenvolvidas ocorre o fenômeno inverso.

Finalmente, um ponto a ser destacado é que o número de parlamentares que nunca haviam ocupado uma função governamental era bem inferior na Constituinte de 1946 (31,6%) do que em 1986 (49,0%) (RODRIGUES, 1987: 62), embora possamos suspeitar da existência de algumas lacunas neste último trabalho.

### 3.3) Perfil social.

**TABELA 9: IDADE DOS DEPUTADOS**
**(por partido).**

| | TOTAL % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | ED/PDC/ PL % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **menos de 30** | 08 (2,4%) | 03 (1,6%) | 02 (2,2%) | 01 (4,4%) | 01 (6,2%) | — | 01 (12,5%) | — |
| **30 a 39** | 80 (23,7%) | 38 (20,5%) | 20 (22,2%) | 10 (43,5%) | 08 (50,0%) | 01 (9,1%) | 02 (25,0%) | 01 (20,0%) |
| **40 a 49** | 121 (35,8%) | 61 (33,0%) | 35 (38,9%) | 09 (39,1%) | 07 (43,8%) | 03 (27,3%) | 03 (37,5%) | 03 (60,0%) |
| **50 a 59** | 92 (27,2%) | 61 (33,0%) | 21 (23,3%) | 03 (13,0%) | — | 04 (36,3%) | 02 (25,0%) | 01 (20,0%) |
| **60 ou mais** | 35 (10,3%) | 20 (10,8%) | 12 (13,4%) | — | — | 03 (27,3%) | — | — |
| **SI**[44] | 02 (0,6%) | 02 (1,1%) | — | — | — | — | — | — |
| **TOTAL** | 338 (100%) | 185 (100%) | 90 (100%) | 23 (100%) | 16 (100%) | 11 (100%) | 08 (100%) | 05 (100%) |

Obs.: Utilizamos como data base para o cálculo das idades dos parlamentares a data de instalação da Assembléia Constituinte de 1946, ou seja, o dia 1° de fevereiro de 1946. Assim, por exemplo, foram incluídos no item "menos de 30 anos" os constituintes que, até o dia 1°/02/1946, não haviam completado 30 anos

[44] Não encontramos informações sobre as datas de nascimento dos constituintes *Castelo Branco (PSD/AC)* e *Machado Coelho (PSD/SP)*.

Neste item procuraremos sistematizar as informações coletadas sobre o que a literatura corrente convencionou chamar de "perfil social" dos constituintes, ou seja, dados sobre a faixa etária, formação educacional e atividades profissionais exercidas pelos parlamentares dos diferentes partidos. A tabela acima fornece os dados sobre as idades dos constituintes **por partido** e inspira-se na tabela 10-A contida no trabalho de Rodrigues (1987: 70). Contrastando as tabelas, podemos observar que os dados contidos nas mesmas guardam uma certa semelhança entre si:

(i) Com efeito, assim como na Constituinte de 1987, a maior porcentagem dos parlamentares eleitos na Assembléia de 1946 (35,8%) estava na faixa dos 40-50 anos, embora a freqüência em 1987 fosse maior (44,0%);

(ii) Entretanto, em 1946 havia uma maior porcentagem de constituintes com idade superior a 50 anos (27,2 + 10,3 = 37,5%) do que em de 1987 (35%).

(iii) No tocante aos parlamentares com menos de 30 anos, havia um número ligeiramente menor de parlamentares nessa faixa etária em 1946 (2,4%) do em 1987 (3%)[45].

Finalmente, assim com em 1987/1988, podemos verificar a existência de uma certa correlação entre posição ideológica e faixa etária. Ou seja: quanto mais à direita do espectro político estão os partidos, maior tende a ser a média de idade dos parlamentares, sendo que os extremos são constituídos pelo PR (com 63,6% de seus integrantes com idade superior a 50 anos) e pelo PCB (com 56,2% de seus integrantes com menos de 40 anos).

[45] O deputado mais jovem da Constituinte de 1946 era *Aluísio Alves (UDN/RN)*, nascido a 11/08/1921 e então com 24 anos, enquanto que o mais velho era *Graco Cardoso (PSD/SE)*, nascido a 09/08/1874 e com 71 anos de idade naquele então. Eram os seguintes os parlamentares empossados na Constituinte de 1946 antes de completarem 30 anos de idade: *1) Antônio Mafra (1° suplente, PSD/AL); 2) Alves Linhares (1° suplente, PSP/CE); 3) Osmar de Aquino (UDN/PB); 4) Pessoa Guerra (PSD/PE); 5) Aluísio Alves (UDN/RN); 6) Goffredo Telles Jr. (PSD/SP); 7) Euzébio Rocha (1° suplente, PTB/SP); 8) Osvaldo Pacheco (PCB/SP).*

## TABELA 10: FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA
## (por partido)

| | TOTAL % | PSD % | UDN % | PTB % | PCB % | PR % | PSP % | ED/PL/ PDC % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Direito** | 187 (55,3%) | 105 (56,8%) | 56 (62,2%) | 11 (47,8%) | 01 (6,3%) | 08 (72,7%) | 03 (37,5%) | 03 (60,0%) |
| **Medicina** | 53 (15,7%) | 29 (15,7%) | 16 (17,8%) | 01 (4,4%) | 02 (12,5%) | 03 (27,3%) | 01 (12,5%) | 01 (20,0%) |
| **Engenharia** | 33 (9,8%) | 22 (11,9%) | 09 (10,0%) | 01 (4,3%) | 01 (6,3%) | — | — | — |
| **Escola Militar** | 14 (4,1%) | 07 (3,8%) | 04 (4,5%) | 02 (8,7%) | 02 (12,5%) | — | — | — |
| **Odontologia** | 01 (0,3%) | 01 (0,5%) | — | — | — | — | — | — |
| **Economia** | 02 (0,6%) | 01 (0,5%) | — | 01 (4,3%) | — | — | — | — |
| **Sacerdotes** | 07 (2,1%) | 03 (1,6%) | 02 (2,2%) | 01 (4,4%) | — | — | — | 01 (20,0%) |
| **Ciências Sociais** | 01 (0,3%) | — | 01 (1,1%) | — | — | — | — | — |
| **Com Curso Universitário** | 298 (88,2%) | 168 (90,8%) | 88 (97,8%) | 17 (73,9%) | 06 (37,5%) | 11 (100%) | 04 (50,0%) | 05 (100%) |
| **SI ou Sem Curso Universitário** | 40 (11,8%) | 17 (9,2%) | 02 (2,2%) | 06 (26,1%) | 10 (62,5%) | ∅ | 04 (50,0%) | ∅ |
| **TOTAL** | 338 (100%) | 185 (100%) | 90 (100%) | 23 (100%) | 16 (100%) | 11 (100%) | 08 (100%) | 05 (100%) |

Esta tabela é uma versão um pouco modificada do quadro 09 elaborado por David Fleischer (1987: 16). Antes de efetuarmos uma breve análise dos dados, convém fazer alguns esclarecimentos:

(i) para evitar a "dupla contagem" dos parlamentares com dois cursos superiores, incluímos na tabela apenas aquele curso superior para o qual possuíssemos evidências que correspondeu à profissão exercida pelos constituintes[46]. Convém sublinhar também que computamos todos os padres como sendo "sacerdotes" e, para o caso dos militares, salvo quando tivéssemos evidências acerca do exercício predominante de outra profissão, incluímo-los na categoria "Escola Militar".

(ii) Outro aspecto que deve ser ressaltado é a existência de um maior leque de opções profissionais em 1987/88, na medida em que em meados dos anos 40 ainda não

[46] O exemplo típico é o de *Benedito Valadares (PSD/MG)*, o qual era formado em Direito e Odontologia, embora tivesse exercido apenas a profissão de advogado antes de dedicar-se inteiramente à política profissional a partir de sua nomeação para a interventoria de MG em 1934, sendo assim computado como formado em Direito.

haviam sido implantados vários cursos universitários no país, tais como os de administração de empresas, jornalismo, economia, arquitetura, ciências sociais etc.

(iii) Também deve ser sublinhada a existência de algumas lacunas informativas no tocante aos cursos universitários dos constituintes de 1946, o que pode provocar pequenas alterações percentuais com o acúmulo de novas informações.

Examinando a tabela acima, podemos inicialmente observar que a maior parte dos constituintes de 1946 era diplomada em Direito (55,3%), uma porcentagem superior inclusive à dos constituintes de 1987/88 (43,4%), o que é um indício adicional da influência do chamado "bacharelismo" na formação das lideranças políticas brasileiras do período, embora nem todos os bacharéis em Direito exercessem a profissão de advogados, ao menos como atividade principal.

Podemos notar também que, não obstante o menor desenvolvimento do aparelho educacional universitário brasileiro em meados dos anos 40, a Constituinte de 1946 apresentava uma porcentagem maior de parlamentares com curso universitário (88,2%) do que a Constituinte de 1987/88 --- 86,9%, segundo David Fleischer (1987: 15)[47]. Outro fato a ser destacado em termos gerais é que, com exceção do PSP, do PTB e do PCB, todos os demais partidos tinham a maioria de suas bancadas formadas por bacharéis em Direito, sendo que as maiores freqüências se encontram no PR (72,7%) e na UDN (62,2%), justamente os partidos mais identificados ideologicamente com os antigos princípios de gestão do aparelho de Estado vigentes no pré-30. Também era no PR e na UDN onde se encontrava a maior freqüência de constituintes formados em Medicina (27,3% e 17,8%, respectivamente), destacando-se ainda o fato de que a porcentagem dos constituintes de 1946 formados em Medicina era bem inferior do que a verificada na Constituinte de 1987/88 (8,8%).

O PCB era o único partido onde a maior parcela de seus deputados não possuíam curso universitário (63,5%).

[47] Sendo que podemos admitir que a porcentagem de constituintes de 1946 com curso superior seja ligeiramente mais elevada, devido à ausência de informações precisas sobre a escolaridade de alguns parlamentares que, por isso, foram computados no item "Sem Informação".

## TABELA 10-A: FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA
### (por região)

| | TOTAL % | NORTE % | NORDESTE % | C. OESTE % | SUDESTE % | SUL % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Direito** | 187 (55,3%) | 12 (57,1%) | 69 (53,0%) | 09 (56,3%) | 73 (59,3%) | 24 (50,0%) |
| **Medicina** | 53 (15,7%) | 02 (9,5%) | 23 (17,6%) | 04 (25,0%) | 17 (13,8%) | 07 (14,6%) |
| **Engenharia** | 33 (9,8%) | 02 (9,5%) | 17 (13,1%) | 02 (12,5%) | 09 (7,4%) | 03 (6,3%) |
| **Escola Militar** | 14 (4,1%) | 02 (9,5%) | 04 (3,1%) | — | 03 (2,5%) | 05 (10,4%) |
| **Odontologia** | 01 (0,3%) | 01 (4,8%) | — | — | — | — |
| **Economia** | 02 (0,6%) | — | 01 (0,8%) | — | 01 (0,8%) | — |
| **Sacerdotes** | 07 (2,1%) | — | 04 (3,1%) | — | 02 (1,6%) | 01 (2,0%) |
| **Ciências Sociais** | 01 (0,3%) | — | 01 (0,8%) | — | — | — |
| **Com Curso Universitário** | 298 (88,2%) | 19 (90,5%) | 119 (91,5%) | 15 (93,8%) | 105 (85,4%) | 40 (83,3%) |
| **Sem Curso Universitário** | 40 (11,8%) | 02 (9,5%) | 11 (8,5%) | 01 (6,2%) | 18 (14,6%) | 08 (16,7%) |
| **TOTAL** | 338 (100%) | 21(100%) | 130 (100%) | 16 (100%) | 123 (100%) | 48 (100%) |

Contrastando a tabela acima com os dados fornecidos por RODRIGUES (1987: 71), podemos observar o seguinte:

De uma maneira geral, há um padrão regular de distribuição das profissões por região na Constituinte de 1946. Ou seja: em todas as regiões existe uma maioria de parlamentares com diploma de Direito, seguidos pelos diplomados nas áreas de Medicina, Engenharia, etc., com exceção da região Sul, onde existe uma proporção mais elevada de constituintes que freqüentaram a Escola Militar.

Cabe observar, finalmente, que a porcentagem de constituintes que freqüentaram curso superior na região Sul deve ser ligeiramente superior a indicada acima, na medida em que não existem informações precisas sobre algumas bancadas, mormente a de SC.

**TABELA 11) ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA.**

| Atividades Exercidas | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO[48] |
| *I) PROPRIETÁRIOS (1° Subtotal)* | *98 (29,0%)* | *35* | *03* | *01* | *110 (32,5%)* |
| Banqueiros | 12 (3,6%) | 06 | — | — | 18 (5,3%) |
| Comerciantes | 07 (2,1%) | 05 | — | — | 12 (3,6%) |
| Industriais | 14 (4,1%) | 10 | 02 | — | 26 (7,7%) |
| Proprietários de Terras | 65 (19,2%) | 14 | 01 | 01 | 81 (24,0%) |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS. (2° Subtotal)* | *230 (68,0%)* | *196* | *83* | *15* | *216 (63,9%)* |
| Advogados profs. liberais (a) | 59 (17,5%) | 35 | 12 | 01 | 107 (31,7%) |
| Advogados-burocratas (b) | 68 (20,1%) | 16 | — | 01 | 85 (25,1%) |
| *Subtotal Advogados (a + b)[49]* | *127 (37,6%)* | *51* | *12* | *02* | *192 (56,8%)* |
| Professor Universitário | 02 (0,6%) | 42 | 08 | 04 | 56 (16,6%) |
| Professor | 02 (0,6%) | 18 | 08 | — | 28 (8,3%) |
| Jornalistas | 13 (3,8%) | 41 | 30 | 04 | 88 (26,0%) |
| Escritores | 01 (0,3%) | 05 | 13 | 03 | 22 (6,5%) |
| Funcionários Públicos | 04 (1,2%) | 08 | — | — | 12 (3,6%) |
| Contadores | 02 (0,6%) | 01 | — | — | 03 (0,9%) |
| Sacerdotes | 07 (2,1%) | — | — | — | 07 (2,1%) |
| Militares | 24 (7,1%) | 03 | 01 | — | 28 (8,3%) |
| Médicos | 33 (9,8%) | 14 | 07 | — | 54 (16,0%) |
| Engenheiros | 15 (4,4%) | 13 | 04 | — | 32 (9,5%) |
| *III) PROFISSÕES MANUAIS (3° Subtotal)* | *10 (3,0%)* | *02* | — | — | *12 (3,6%)* |
| Total (I + II + III) | 338 (100,0%) | | | | 338 (100,0%) |

Esta tabela fornece uma amostra das atividades profissionais exercidas pelos 338 constituintes de 1946, por ordem de importância. Consiste basicamente numa

[48] A soma das porcentagens desta coluna são superiores a 100%, na medida em que ela indica as freqüências cumulativas do exercício das profissões pelos vários constituintes.

[49] Aqui nos utilizamos do critério empregado por Sérgio Miceli (1986: 566) para diferenciar os **advogados profissionais liberais na ativa** (por nós denominados simplesmente de "advogados profissionais liberais"), ou seja, aqueles sobre os quais há evidências de que "efetivamente exerceram a profissão de advogados em instituições privadas", daqueles advogados que fizeram carreira na burocracia de Estado (por nós denominados de "advogados-burocratas").

combinação da tabela 14-B e do quadro 05 elaborados por Leôncio (1987: 86) e por David Fleischer (1987: 08), respectivamente. As diferenças básicas contidas em nossa tabela são as seguintes:

Em relação ao quadro 05 de Fleischer, adotamos um critério diverso de ordenamento das diferentes profissões. Assim, ao invés de classificarmos as profissões por setor de atividades, como faz Fleischer ("Agricultura", "Comércio-Serviços-Seguros", "Finanças-Bancos-Empresas" etc.), procuramos agrupar as atividades profissionais segundo outros critérios um pouco diferentes, na medida em que fornecem mais informações sobre as atividades profissionais efetivamente exercidas pelos parlamentares, e não apenas sobre o setor no qual ele é empregado.

No tocante ao trabalho de Leôncio Martins, diferentemente deste autor, que classifica os constituintes em cinco grupos[50] , optamos por classificar os parlamentares em três grupos, dada a maior dificuldade de se operacionalizar com os critérios estabelecidos por esse autor com base nas informações disponíveis sobre a Constituinte de 1946.

Assim, construímos tabelas agrupando os constituintes em três categorias básicas: **I)** Em primeiro lugar a categoria profissional dos **"Proprietários"**. Neste item incluímos aqueles constituintes que ocuparam postos de comando e tomaram decisões de investimento e produção em empresas privadas, não estritamente estatais; **II) "Profissões intelectuais":** incluímos nesse item aquelas profissões que exigem um nível mais elevado de capacidade de manipulação simbólica, e um nível de qualificação educacional formal maior; **III) "Profissões Manuais":** que são basicamente aquelas profissões socialmente qualificadas como "manuais" e com baixo nível de qualificação educacional formal.

Outro problema que tivemos de enfrentar foi o de se definir um critério para discriminar a ordem de importância das diferentes atividades profissionais exercidas pelos constituintes. Naturalmente, não foi possível aplicar aqui nem o critério da "contribuição proporcional de renda" utilizado por Fleischer (1987: 07), nem o da "autoimputação" através do uso de questionários, utilizado por Leôncio Martins Rodrigues (1987). Sendo assim, para não ficarmos paralisados pela distância histórica e pela falta de informação, utilizamo-nos do

[50] São os seguintes os critérios de classificação utilizados por Leôncio (1987: 76-89): **Grupo I**: profissões intelectuais; **Grupo II**: empresários; **Grupo III**: servidores públicos; **Grupo IV**: profissões manuais ou de nível médio; **Grupo V**: profissões e ocupações que não puderam ser incluídas no grupos anteriores.

critério de coletar evidências sobre qual das profissões exercidas era a **base estratégica para aquisição de "status" social** por parte dos parlamentares, base esta que nem sempre corresponde ao nível de renda ou à profissão "autoimputada" pelos próprios agentes. Na redação dos "perfis" dos constituintes expostas no corpo do trabalho, procuramos apresentar as informações sobre as atividades profissionais exercidas pelos parlamentares de forma a possibilitar ao leitor uma visualização mais precisa da maneira pela qual operacionalizamos com esse critério para estabelecer o ordenamento das várias profissões exercidas pelos constituintes[51].

Isto posto, analisando a tabela em seu conjunto, podemos observar o seguinte:

(i) Ao contrário do que se poderia pensar, segundo os dados que coletamos não são os proprietários de terra que constituíam a maioria na Constituinte de 1946, mas sim a categoria profissional do advogados. Embora a porcentagem dos Constituintes de 1946 que eram proprietários de terras fosse elevada (24,0% de proprietários, sendo que 19,2% como primeira atividade) a atividade profissional com maior freqüência da Assembléia foi a de advogado: cerca de 56,0% dos Constituintes eram advogados[52], enquanto que aproximadamente 37,6% exerciam essa profissão como primeira atividade, tanto no aparelho de Estado como na esfera privada[53].

A esse respeito abra-se uma parêntesis no tocante à dificuldade de classificação das categorias que exerciam profissões liberais (basicamente médicos e advogados) nos dois grupos básicos de classificação que incluímos na tabela pois, conforme o critério utilizado, as porcentagens podem variar bastante. Assim, se incluirmos o subgrupo

---

[51] No *"ANEXO 6" (pp. 111-118)*, fornecemos a listagem completa dos dados que utilizamos para construir as tabelas sobre as atividades profissionais dos constituintes, motivo pelo qual não citaremos nominalmente aqui os parlamentares correspondentes aos dados examinados a seguir.

[52] Sendo que boa parte deles apenas possuía o diploma de bacharel e exerceu a advocacia marginalmente. Além disso, encontram-se alguns casos curiosos -- como o de *Café Filho (PSP/RN)*, por exemplo -- que exerceu a advocacia sem possuir o diploma de bacharel. Devido a esses e outros casos, o percentual total de parlamentares que exerceram a profissão de advogados é ligeiramente superior ao dos que possuíam diploma de bacharel.

[53] A respeito da causa do predomínio dos advogados nos parlamentos modernos, cf. WEBER, Max (1983: 78). *A política como vocação*. 4ª ed. São Paulo, Cultrix: "Nada tem de fortuito a importância dos advogados na política ocidental, após a aparição dos partidos políticos. A empresa política dirigida por partidos não passa, em verdade, de uma empresa de interesses. Ora, a função do advogado especializado consiste exatamente na defesa dos interesses daqueles que o procuram (...)".

"advogados profissionais liberais" e uma parcela dos "médicos" na categoria dos "proprietários"[54] , as porcentagens se alteram significativamente. Por exemplo, se não utilizamos deste critério, temos que cerca de 32,5% do total de constituintes eram proprietários de ativos de meios de produção passíveis de valorização através do emprego de trabalho humano; se, por exemplo, somarmos a essa porcentagem o conjunto dos profissionais liberais (31,7%) e uma parcela dos médicos que possuíam consultório próprio (8%), a porcentagem total de proprietários na Constituinte de 1946 vai para uma pouco mais de 60% excluindo as duplas contagens.

Desagregando os dados da tabela anterior **por partido**[55] , podemos observar o seguinte:

(i) No tocante ao PSD, podemos verificar que esse partido era composto pela segunda maior freqüência de proprietários na Constituinte (cerca de 34,6% de seus 185 integrantes eram proprietários), destacando-se as elevadas porcentagens de proprietários de terras (23,2%) e de industriais (10,3%) em sua bancada, sendo que o PSD era o partido que apresentava a maior freqüência de industriais.

Outro aspecto importante da composição profissional da bancada pessedista é a presença de um elevado contingente de advogados que **fizeram carreira profissional no aparelho de Estado** (burocracia administrativa ou judiciária): cerca de 31,2% de seus integrantes exerceram a advocacia predominantemente do aparelho de Estado, porcentagem essa só superada pelo PTB (34,8%).

(ii) No tocante à UDN, podemos observar o seguinte: esta agremiação compunha-se de um número mais elevado de proprietários de terras (31,1%) que o PSD, sendo que cerca da 36,7% de seus parlamentares eram proprietários. A UDN também se diferencia do PSD (no tocante a essa categoria específica dos proprietários) por ter uma parcela bastante reduzida de industriais entre seus integrantes: apenas 4,4% de seus membros eram industriais.

---

[54] O que seria um critério bastante razoável, já que podemos considerar os profissionais liberais como "pequenos produtores de serviços", com um *status* semelhante a uma "pequeno-burguesia intelectualizada".

[55] Nas páginas seguintes (pp. 73-76) reproduzimos os dados da tabela anterior desagregando-os por cada partido representado na Constituinte.

A UDN se caracterizava ainda por possuir a maior porcentagem de parlamentares que exerciam a advocacia privada como primeira profissão[56]: cerca de 27,8% de seus integrantes eram "advogados profissionais-liberais" contra apenas 15,1% do PSD. De todas as agremiações, a UDN é o segundo partido com maior porcentagem de advogados na Constituinte, atrás apenas do PR. Se incluirmos os "profissionais liberais" na categoria dos proprietários, temos que a porcentagem de proprietários na bancada da UDN aumenta para cerca de 80% de seus constituintes. A UDN também era a bancada que apresentava o maior número de professores universitários dentre todas as presentes na Constituinte (28,9% de seus integrantes eram professores universitários).

(iii) No PTB, a maior parte de sua bancada era formada por advogados que exerciam a profissão em entidades sindicais ou, senão, seguiram carreira na burocracia estatal ligada ao Ministério e à Justiça do Trabalho. O PTB destacava-se ainda por ter sido o partido que apresentou a maior porcentagem de constituintes que exerciam a profissão de jornalistas (39,1%), sendo que 04 de seus membros eram também trabalhadores manuais.

(iv) Já o PCB era o único partido onde a metade de seus membros era formada por parlamentares que exerceram profissões manuais como atividade principal (50%), o que pode ser considerado uma porcentagem bastante elevada, que ainda adquire maior significação se considerarmos que dos 10 constituintes de 1946 que exerceram profissões socialmente qualificadas como manuais, 08 (ou seja 80%) pertenciam ao partido. O PCB também é o partido com o menor número de advogados em sua bancada: apenas o escritor *Jorge Amado (PCB/SP)* possuía diploma universitário de Direito, embora, a rigor, nem sequer pudesse ser incluído na tabela, pois não chegou propriamente a exercer a profissão .

(v) O PR, mais uma vez, ocupa uma posição quase que simetricamente oposta ao PCB. Com efeito, o PR pode ser considerado o típico "partido dos proprietários" em geral, e dos banqueiros (27,3%) e dos proprietários de terra em particular (36,4%), sendo que era o único partido na Assembléia onde a maioria de seus integrantes era proprietária de ativos de meios de produção valorizáveis mediante exploração de trabalho humano (54,5%). O PR também era a agremiação com a maior parcela de parlamentares que se dedicavam à

[56] Para uma análise sociológica da "ala dos bacharéis" udenistas, cf. o estudo de MICELI (1986), embora as porcentagens encontradas por este autor sejam bastante diferentes das expostas acima.

profissão de advogado (72,7%), embora poucos exercessem essa profissão como primeira atividade, sendo que a maior parte deles era consultor jurídico de grandes grupos privados, principalmente bancos comerciais e empresas de seguro.

(v) Em relação aos demais partidos, seus percentuais não podem ser considerados com estatisticamente relevantes, em virtude do pequeno número de parlamentares eleitos por essas legendas.

Reproduzimos abaixo os dados das atividades profissionais exercidas por ordem de importância, desagregados pelos diversos partidos políticos.

**TABELA 11.1) ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA. (PSD/PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO).**

| Atividades Exercidas | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO |
| *I) PROPRIETÁRIOS* | *59 (32,0%)* | *20* | — | — | *64 (34,6%)* |
| Banqueiros | 05 (2,7%) | 05 | — | — | 10 (5,4%) |
| Comerciantes | 05 (2,7%) | 02 | — | — | 07 (3,8%) |
| Industriais | 13 (7,0%) | 06 | — | — | 19 (10,3%) |
| Proprietários de Terras | 36 (19,6%) | 07 | — | — | 43 (23,2%) |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS.* | *126 (68,0 %)* | | | | *121 (65,4%)* |
| Advogados prof. liberais (a) | 28 (15,1%) | 15 | 07 | — | 50 (27,0%) |
| Advogados-burocratas (b) | 44 (23,8%) | 14 | — | 01 | 59 (31,9%) |
| Subtotal Advogados (a+b) | 72 (38,9%) | 29 | 07 | 01 | 109 (58,9%) |
| Professor Universitário | 01 (0,5%) | 19 | 05 | — | 25 (13,5%) |
| Professor | — | 13 | — | — | 13 (7,0%) |
| Jornalistas | 04 (2,2%) | 22 | 12 | — | 38 (20,5%) |
| Escritores | — | 02 | 04 | 01 | 07 (3,8%) |
| Funcionários Públicos | 03 (1,6%) | 06 | — | — | 09 (4,9%) |
| Contadores | 01 (0,5%) | — | — | — | 01 (0,5%) |
| Sacerdotes | 03 (1,6%) | — | — | — | 03 (1,6%) |
| Militares | 14 (7,6%) | — | — | — | 14 (7,6%) |
| Médicos | 16 (8,6%) | 08 | 06 | — | 30 (16,2%) |
| Engenheiros | 12 (6,5%) | 06 | 02 | — | 20 (10,8%) |
| III) PROFISSÕES MANUAIS | Ø | — | — | — | Ø |
| Total | 185 (100%) | | | | 185 (100%) |

TABELA 11.2) ATIVIDADE POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA.
(UDN/UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL).

| Atividades Exercidas | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO |
| *I) PROPRIETÁRIOS* | *27 (30,0%)* | *10* | — | — | *33 (36,7%)* |
| Banqueiros | 03 (3,3%) | 01 | — | — | 04 (4,4%) |
| Comerciantes | 01 (1,1%) | 01 | — | — | 02 (2,2%) |
| Industriais | 01 (1,1%) | 03 | — | — | 04 (4,4%) |
| Proprietários de Terras | 22 (24,4%) | 05 | 01 | — | 28 (31,1%) |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS.* | *63 (70,0%)* | | | | *57 (63,3%)* |
| Advogados prof. liberais(a) | 25 (27,8%) | 15 | 04 | — | 44 (48,9%) |
| Advogados-burocratas (b) | 12 (13,3%) | 01 | — | — | 13 (14,4%) |
| Subtotal Advogados (a +b) | 37 (41,1%) | 16 | 04 | — | 57 (63,3%) |
| Professor Universitário | 01 (1,1%) | 18 | 03 | 04 | 26 (28,9%) |
| Professor | — | 03 | 05 | — | 08 (8,9%) |
| Jornalistas | 04 (4,4%) | 12 | 11 | 03 | 30 (33,3%) |
| Escritores | — | 01 | 08 | 01 | 10 (11,1%) |
| Funcionários Públicos | — | — | — | — | Ø |
| Contadores | — | — | — | — | Ø |
| Sacerdotes | 02 (2,2%) | — | — | — | 02 (2,2%) |
| Militares | 05 (5,5%) | — | 01 | — | 06 (6,7%) |
| Médicos | 11 (12,2%) | 05 | — | — | 16 (17,8%) |
| Engenheiros | 03 (3,3%) | 04 | 02 | — | 09 (10%) |
| *III) PROFISSÕES MANUAIS* | Ø | — | — | — | Ø |
| Total | 90 (100%) | | | | 90 (100%) |

TABELA 11.3) ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA.
(PTB/PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO).

| Atividades Exercidas | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO |
| *I) PROPRIETÁRIOS* | *04 (17,4%)* | *03* | *01* | *01* | *05 (21,7%)* |
| Banqueiros | 01 (4,3%) | — | — | — | 01 (4,3%) |
| Comerciantes | — | 02 | — | — | 02 (8,6%) |
| Industriais | — | — | 01 | — | 01 (4,3%) |
| Proprietários de Terras | 03 (13,0%) | 01 | — | 01 | 05 (21,3%) |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS.* | *19 (82,6%)* | | | | *17 (78,3%)* |
| Advogados (a) | 02 (8,7%) | 01 | — | — | 03 (13,0%) |
| Advogados-burocratas (b) | 08 (34,8%) | — | — | — | 08 (34,8%) |
| Subtotal Advogados (a + b) | 10 (43,5%) | 01 | — | — | 11 (47,8%) |
| Professor Universitário | Ø | 01 | — | — | 01 (4,3%) |
| Professor | 01 (4,3%) | 01 | 02 | — | 04 (17,4%) |
| Jornalistas | 02 (8,7%) | 05 | 02 | — | 09 (39,1%) |
| Escritores | Ø | 01 | — | — | 01 (4,3%) |
| Funcionários Públicos | Ø | — | — | — | Ø |
| Contadores | Ø | 01 | — | — | 01 (4,3%) |
| Sacerdotes | 01 (4,3%) | — | — | — | 01 (4,3%) |
| Militares | 02 (8,7%) | — | — | — | 02 (8,6%) |
| Médicos | 01 (4,3%) | — | — | — | 01 (4,3%) |
| Engenheiros | Ø | 02 | — | — | 02 (8,6%) |
| *III) PROFISSÕES MANUAIS* | *02 (8,6%)* | *02* | — | — | *04 (17,4%)* |
| Total | 23 (100%) | | | | 23 (100%) |



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

TABELA 11.4) ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA. (PCB/PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL).

| Atividades | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO |
| *I) PROPRIETÁRIOS* | Ø | — | — | — | Ø |
| Banqueiros | Ø | — | — | — | Ø |
| Comerciantes | Ø | — | — | — | Ø |
| Industriais | Ø | — | — | — | Ø |
| Proprietários de Terras | Ø | — | — | — | Ø |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS.* | *08 (50,0%)* | | | | *08 (50%)* |
| Advogados prof. liberais (a) | Ø | — | 01 | — | 01 (6,2%) |
| Advogados-burocratas (b) | Ø | — | — | — | Ø |
| Subtotal Advogados (a + b) | Ø | — | 01 | — | 01 (6,2%) |
| Professor Universitário | Ø | — | — | — | Ø |
| Professor | Ø | — | — | — | Ø |
| Jornalistas | 02 (12,5%) | 02 | — | — | 04 (25,0%) |
| Escritores | 01 (6,2%) | — | — | — | 01 (6,2%) |
| Funcionários Públicos | Ø | — | — | — | Ø |
| Contadores | 01 (6,2%) | — | — | — | 01 (6,2%) |
| Sacerdotes | Ø | — | — | — | Ø |
| Militares | 02 (12,5%) | 02 | — | — | 04 (25,0%) |
| Médicos | 02 (12,5%) | — | — | — | 02 (12,5%) |
| Engenheiros | Ø | 01 | — | — | 01 (12,5%) |
| *III) PROFISSÕES MANUAIS* | *08 (50,0%)* | — | — | — | *08 (50,0%)* |
| Total | 16 (100%) | | | | 16 (100%) |

TABELA 11.5) ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA. (PR/PARTIDO REPUBLICANO)

| Atividades | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO |
| *I) PROPRIETÁRIOS* | *06 (54,5%)* | *02* | *01* | — | *06 (54,5%)* |
| Banqueiros | 03 (27,3%) | — | — | — | 03 (27,3%) |
| Comerciantes | — | — | — | — | — |
| Industriais | — | 01 | 01 | — | 02 (18,2%) |
| Proprietários de Terras | 03 (27,3%) | 01 | — | — | 04 (36,4%) |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS.* | *05 (45,5%)* | | | | *06 (45,5%)* |
| Advogados prof. liberais (a) | 03 (27,3%) | 04 | — | 01 | 08 (72,7%) |
| Advogados-burocratas (b) | Ø | — | — | — | Ø |
| Subtotal Advogados (a + b) | 03 (27,3%) | 04 | — | 01 | 08 (72,7%) |
| Professor Universitário | — | — | — | — | — |
| Professor | — | — | — | — | — |
| Jornalistas | — | — | 01 | — | 01 (9,1%) |
| Escritores | — | 01 | 01 | — | 02 (18,2%) |
| Funcionários Públicos | — | — | — | — | — |
| Contadores | — | — | — | — | — |
| Sacerdotes | — | — | — | — | — |
| Militares | 01 (9,1%) | — | — | — | 01 (9,1%) |
| Médicos | 01 (9,1%) | 01 | 01 | — | 03 (27,3%) |
| Engenheiros | — | — | — | — | — |
| *III) PROFISSÕES MANUAIS* | Ø | — | — | — | Ø |
| Total | 11 | | | | 11 |

TABELA 11.6) ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA. (PSP/PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA)

| Atividades | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO |
| *I) PROPRIETÁRIOS* | *02 (25,0%)* | --- | --- | --- | *02 (25,0%)* |
| Banqueiros | --- | --- | --- | --- | --- |
| Comerciantes | 01 (12,5%) | --- | --- | --- | 01 |
| Industriais | --- | --- | --- | --- | --- |
| Proprietários de Terras | 01 (12,5%) | --- | --- | --- | 01 |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS.* | *06 (75,0%)* | | | | *06 (75,0%)* |
| Advogados prof. liberais (a) | ∅ | --- | --- | --- | ∅ |
| Advogados-burocratas (b) | 02 (25,0%) | 01 | --- | --- | 03 (37,5%) |
| Subtotal Advogados (a + b) | 02 (25,0%) | 01 | --- | --- | 03 (37,5%) |
| Professor Universitário | ∅ | 01 | --- | --- | 01 |
| Professor | 01 (12,5%) | --- | 01 | --- | 02 (25,0%) |
| Jornalistas | 01 (12,5%) | --- | --- | 01 | 02 (25,0%) |
| Escritores | ∅ | --- | --- | --- | ∅ |
| Funcionários Públicos | 01 (12,5%) | 02 | --- | --- | 03 (37,5%) |
| Contadores | ∅ | --- | --- | --- | ∅ |
| Sacerdotes | ∅ | --- | --- | --- | ∅ |
| Militares | ∅ | --- | --- | --- | ∅ |
| Médicos | 01 (12,5%) | --- | --- | --- | 01 (12,5%) |
| Engenheiros | ∅ | --- | --- | --- | ∅ |
| *III) PROFISSÕES MANUAIS* | *∅* | --- | --- | --- | *∅* |
| Total | 08 (100%) | | | | 08 (100%) |

TABELA 11.7) ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA. (ED/PDC/PL).

| Atividades | Atividade por Ordem de Importância | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Primeira | Segunda | Terceira | Quarta | CUMULATIVO |
| *I) PROPRIETÁRIOS* | ∅ | | | | ∅ |
| Banqueiros | --- | --- | --- | --- | --- |
| Comerciantes | --- | --- | --- | --- | --- |
| Industriais | --- | --- | --- | --- | --- |
| Proprietários de Terras | --- | --- | --- | --- | --- |
| *II) PROFISSÕES INTELECTUAIS.* | *05 (100%)* | | | | *05 (100%)* |
| Advogados prof. liberais (a) | 01 | --- | --- | --- | 01 (20%) |
| Advogados-burocratas (b) | 02 | --- | --- | --- | 02 (40%) |
| Subtotal Advogados (a+b) | --- | 03 | --- | --- | 03 (60%) |
| Professor Universitário | --- | 01 | --- | --- | 01 (20%) |
| Professor | --- | --- | 04 | --- | 04 (80%) |
| Jornalistas | --- | --- | --- | 01 | 01 (20%) |
| Escritores | --- | --- | --- | --- | --- |
| Funcionários Públicos | --- | --- | --- | --- | --- |
| Contadores | 01 | --- | --- | --- | 01 (20%) |
| Sacerdotes | --- | 01 | --- | --- | 01 (20%) |
| Militares | 01 | --- | --- | --- | 01 (20%) |
| Médicos | --- | --- | --- | --- | --- |
| Engenheiros | --- | --- | --- | --- | --- |
| *III) PROFISSÕES MANUAIS* | --- | --- | --- | --- | --- |
| Total | 05 (100%) | | | | 05 (100%) |

### 3.4) Conclusões.

Podemos agora, com base nas tabelas anteriormente apresentadas, efetuar uma breve síntese dos dados expostos e abordar algumas das questões teórico-metodológicas centrais que nortearam a feitura do presente estudo. Com efeito, examinando as tabelas organizadas acima, podemos observar que os diversos partidos políticos apresentam uma série de características diferentes entre si, se formos compará-los através das variáveis básicas que escolhemos para construir tais tabelas [57].

(i) O PSD era o partido amplamente majoritário na Constituinte, com um total de cerca de 54% dos parlamentares eleitos à Assembléia (63,5% dos senadores e 53,5% dos deputados). Era um partido organizado nacionalmente, tendo eleito parlamentares em todas as unidades da federação, inclusive no território do Acre. Essa ampla base organizacional e eleitoral, deveu-se principalmente ao entrosamento de suas lideranças políticas com as máquinas administrativas estaduais (interventores, secretário de Estado etc.) e ao amplo prestígio político-eleitoral adquirido por essas lideranças durante o regime estadonovista (tanto entre os "coronéis" do interior como entre os grupos urbanos das pequenas e médias cidades). Esses fatores, como já foi enfatizado diversas vezes na bibliografia, fizeram com que o partido fosse bem sucedido eleitoralmente em diversas regiões do país, mormente naquelas onde o fator-chave para o sucesso eleitoral era a capacidade de tecer alianças com os líderes políticos interioranos e, simultaneamente, atender às demandas dos setores urbanos emergentes (tanto empresariais, como de trabalhadores assalariados) nas pequenas e médias cidades do interior.

---

[57] Em seu estudo sobre *Partidos Políticos* já citado (1980: 114-125), David Fleischer busca sintetizar as características das bancadas eleitas à Câmara dos Deputados nas seis eleições realizadas entre 1945 e 1964, com base numa população de 1047 deputados eleitos neste período, procurando também apreender algumas de suas variações regionais. Aqui, nos diferenciamos de Fleischer por restringirmos nossa análise aos 41 deputados e 297 senadores que tomaram parte na Constituinte de 1946. Quanto às variações regionais, não as incluiremos em nosso exame na medida em que, como já esclarecido anteriormente, indicações sobre as características regionais dos diferentes partidos poderão ser encontradas no corpo deste *"Quem foi quem"*.

Do ponto de vista da trajetória política de seus integrantes, o PSD era um partido com alto índice de localismo, dado que 84,9% de seus parlamentares nasceram nos estados onde foram eleitos. Era também o partido que apresentava o padrão mais diversificado de recrutamento político, agrupando lideranças políticas consolidadas desde a República Velha, e novos líderes surgidos no bojo das políticas implementadas pelas interventorias durante o Estado Novo. Seus integrantes possuíam um nível médio de experiência parlamentar comparado aos demais partidos, dado que um pouco mais da metade de seus membros (53,5%) haviam exercido funções parlamentares a nível federal, estadual e municipal. No entanto, do ponto de vista da *experiência governamental* anterior, o PSD era o partido que apresentava o índice mais elevado: nada menos que 80,5% de seus integrantes ocuparam cargos governamentais anteriormente (sendo que as lacunas informativas existentes nos permitem supor que esse número seja ligeiramente superior), destacando-se ainda o fato de mais da metade de seus membros (51,9%) terem ocupado cargos nos governos estaduais (interventores, secretários de Estado, membros do Conselho Administrativo etc.).

No tocante ao "perfil social" de seus integrantes, o PSD também apresentava um padrão mais diversificado que o dos demais partidos, possuindo parlamentares de várias faixas etárias e de diversas gerações políticas[58]. A maioria de seus parlamentares possuía diploma universitário (90,8%), embora essa porcentagem fosse inferior à da UDN, sendo que a maior parcela de sua bancada também exerceu a profissão de advogados[59]. Outra característica importante da bancada pessedista no tocante à sua composição profissional reside na grande porcentagem de parlamentares que exerceram a profissão de advogados **predominantemente na burocracia estatal**, contrastando assim com a UDN que caracterizava-se por possuir uma maior porcentagem de advogados "profissionais liberais na ativa"[60].

---

[58] Para uma análise das diversas "gerações políticas" presentes no PSD, cf. MICELI (1986: 560 e segs.).

[59] Fato que também foi notado por Fleischer (1980:122) em sua análise sobre os 1047 deputados eleitos no pós-guerra, desmentindo assim as análise tradicionais que afirmavam o predomínio das "oligarquias regionais" na **composição social** da agremiação.

[60] Para uma análise mais aprofundada das causas destas diferenças e de seus repercussões políticas, cf. o trabalho de MICELI (1986, *passim.*), que entretanto trabalha com porcentagens diferentes das nossas.

(ii) A UDN era o segundo maior partido na Constituinte, com uma bancada de 90 parlamentares (26,6% dos constituintes). Assim como o PSD, a UDN era um partido organizado nacionalmente, tendo eleito parlamentares em todas as unidades da federação com exceção do território do Acre. Seus melhores resultados eleitorais foram obtidos na região Nordeste, mormente naquelas unidades da federação (PB, BA, e CE) onde a agremiação oposicionista logrou atrair lideranças políticas que ocuparam cargos importantes nas interventorias estaduais no pós-30 e que romperam com Vargas após a implantação do Estado Novo. No tocante à trajetória política de seus integrantes, a UDN também apresentava um alto índice de localismo (85,6% de seus membros nasceram no estado pelo qual foram eleitos) e agrupava políticos com ampla experiência de atuação em órgãos parlamentares nos três níveis de representação (municipal, estadual e federal). Se excetuarmos o PR, a UDN era a agremiação que possuía o menor índice de parlamentares na primeira legislatura (36,7%), sendo que uma grande porcentagem de seus integrantes (41,1%) havia exercido o mandato de deputado estadual anteriormente à instauração do Estado Novo. Do ponto de vista da experiência governamental anterior, a UDN também apresentava um alto índice de constituintes que haviam exercido cargos num dos três níveis de governo (60,0%), mormente no período que antecedeu a vigência do regime estadonovista.

Por fim, sob o aspecto do "perfil social" de sua bancada, a UDN possuía uma média de idade relativamente elevada: apenas 25% de seus integrantes tinham menos do que 40 anos. A UDN era também o partido com a 2ª maior porcentagem de parlamentares com curso universitário (97,8%, dado que apenas dois de seus membros não possuíam curso superior[61]) e também de bacharéis em Direito (62,2%), apresentando assim um alto nível de formação educacional. No que tange às profissões exercidas, destaque-se o elevado índice de constituintes que exerceram a advocacia (63,3%), sendo que, conforme já foi observado, diferentemente dos pessedistas os udenistas caracterizam-se por apresentar um maior percentual de advogados "profissionais liberais na ativa", ou seja, de bacharéis que exerceram a advocacia predominantemente em instituições "privadas" (48,9% de seus constituintes eram

[61] O deputado *Aluísio Alves (UDN/RN)*, um jovem estudante de Direito naquele então, e o senador e usineiro sergipano *Wálter Franco (UDN/SE)*.

profissionais liberais, sendo 27,8% como primeira atividade). A UDN apresentava ainda um elevado número de proprietários de terras (31,1%) e de professores universitários (28,9%), além de uma reduzida porcentagem de empresários industriais (4,4%) em sua bancada.

(iii) O terceiro maior partido na Constituinte era o PTB o qual, não obstante ter auferido cerca de 10,2% dos votos válidos nas eleições de 1945, elegeu uma bancada de 01 senador e 22 deputados (6,8% dos constituintes). Em termos de sua penetração a nível nacional, como já foi observado, o PTB era um partido em fase inicial de organização, elegendo parlamentares em 08 estados, sendo que o PTB obteve seus melhores resultados eleitorais no DF (47,4%) e em São Paulo (18,5%). O PTB destacava-se também por ser o partido com a maior concentração de parlamentares eleitos por uma só região do país: 82,7% de seus constituintes foram eleitos pela região Sudeste. Do ponto de vista da trajetória política de seus integrantes o PTB foi um partido com um índice relativamente baixo de localismo (56,5% de seus parlamentares nasceram no estado onde foram eleitos), e também com baixo índice de experiência parlamentar (74,0% de seus integrantes estavam na 1ª legislatura), embora os petebistas possuíssem um nível relativamente elevado de experiência governamental anterior (afora as ligações informais que muitos petebistas tinham com o governo Vargas): 56,5% da bancada já havia ocupado cargos no aparelho de Estado, sendo que, conforme já foi observado, o PTB era a agremiação com a maior porcentagem de constituintes que já haviam ocupado cargos no governo federal (39,1%).

Sob o aspecto do **perfil social** de seus integrantes, o PTB era o 2º partido mais jovem da Constituinte, dado que cerca de 49,0% de seus membros possuíam menos de 40 anos. No tocante à formação educacional, seu nível era inferior ao da bancada dos grandes partidos: 73,9% de seus integrantes possuíam diploma universitário, sendo que 47,8% eram bacharéis em Direito, dos quais a maior parte exercia a advocacia trabalhista em associações sindicais ou em instituições ligadas ao Ministério e à Justiça do Trabalho. Além da elevada porcentagem de advogados que fizeram carreira na burocracia estatal (34,8%), destaca-se no PTB o alto percentual de jornalistas (39,1%) e de proprietários de terras (21,3%), embora grande parte destes últimos fossem pequenos proprietários, e não descendentes de tradicionais famílias de "oligarcas" latifundiários, como ocorria com freqüência entre os grandes partidos conservadores e no PR.

(iv) O PCB era a quarta maior bancada na Constituinte; não obstante ter tido cerca de 8,6% dos votos válidos, elegeu uma bancada de 01 senador e 15 deputados, totalizando 4,7% dos 338 constituintes. Embora fosse um partido já organizado nacionalmente, sua bancada parlamentar estava concentrada nas regiões Sudeste (62,5%) e Nordeste (25,6%). Do ponto de vista da trajetória política de seus componentes, nenhum dos 16 pecebistas haviam tido experiência anterior em órgãos parlamentares ou governamentais. Entretanto, isso não significa afirmar que os comunistas fossem "neófitos" em política, dado que a trajetória anterior de seus integrantes caracterizava-se pela participação em diversos movimentos políticos das classes populares e pela ocupação de cargos dirigentes na hierarquia interna do partido, sendo que a maior parcela dos membros da bancada comunista ou esteve presa durante o Estado Novo, ou participou ativamente do trabalho de reorganização do partido empreendido após a "Conferência da Mantiqueira".

Finalmente, no tocante ao **perfil social** de seus integrantes, a bancada comunista era a mais jovem da Constituinte, sendo que 56,2% de seus membros tinham menos de 40 anos. O PCB era também a agremiação com a maior porcentagem de parlamentares sem curso universitário (62,5%), e também o único partido onde 50% de seus membros haviam exercido a profissão de trabalhadores manuais.

(v) Por fim, dentre os partidos relevantes representados na Constituinte de 1946 temos o PR, que apresenta caracteristicas simetricamente opostas ao PCB em relação à vários aspectos acima enfatizados. Seus parlamentares estavam concentrados nas regiões Sudeste (63,3%) e Nordeste (36,4%), sendo que suas principais bancadas localizavam-se nos estados de MG e SE. No tocante à trajetória politica de seus componentes, o PR caracterizava-se por um alto índice de localismo (90,1% de seus integrantes nasceram no estado pelo qual foram eleitos), e pelo fato de seus membros possuírem uma ampla experiência política, tanto a nível parlamentar quanto governamental, a maior parte deles com uma carreira política consolidada desde a República Velha: apenas 02 (18,2%) de seus integrantes estava na primeira legislatura parlamentar, e a maior parcela (72,7%) de seus membros já havia ocupado cargos em um dos três níveis de governo, percentual apenas inferior ao da bancada pessedista (80,6%) sendo que, como já dissemos, podemos supor que

essas porcentagens sejam ligeiramente superiores dada a existência de algumas lacunas informativas sobre a trajetória dos parlamentares.

Por fim, do ponto de vista do **perfil social** de seus integrantes, o PR era a agremiação com a maior média de idade, sendo o único partido na Constituinte de 1946 onde mais da metade de seus membros (36,3 + 27, 3 = 63,6%), estava na faixa etária superior aos 50 anos, destacando-se ainda o fato de que muitos destes parlamentares terem sido incluídos na categoria dos "carcomidos" pelos revolucionários de 30. O PR era também o partido onde se verificava o maior nível de escolaridade; todos os seus 11 representantes possuíam diploma universitário, sendo que 08 (72,7%) eram bacharéis em Direito e 03 eram formados em Medicina (27,3%). Entretanto, onde o PR mais se diferenciava do PCB e dos demais partidos era no quesito "atividades profissionais": como já foi observado, o PR era a única agremiação onde a maior parcela de seus integrantes (54,5%) eram proprietários de ativos de meios de produção valorizáveis mediante emprego de trabalho humano.

---///---///---

Contrastando os resultados das tabelas anteriores (acima sintetizados), com as intenções mais gerais que orientam nossa investigação, podemos abordar algumas das indagações teórico-metodológicas centrais que nortearam nossa abordagem: qual o alcance e a importância dos dados anteriores para a análise dos partidos políticos e do sistema partidário organizados no imediato pós-guerra? A análise empreendida acima é suficiente para o estabelecimento de **relações de representação** entre as forças sociais em confronto "fora" da Assembléia e os agrupamentos político-partidários atuantes "dentro" da Constituinte, ou seja, podemos afirmar que as demandas sócio-políticas dos principais grupos sociais e **agregados de interesse**[62] existentes na conjuntura de redemocratização de 1945-

[62] Para uma definição mais rigorosa do conceito de agregado de interesse e sua diferença em relação ao conceito de grupo, cf. o notável esforço de estabelecimento de uma maior precisão terminológica em Ciência Política empreendido por LASSWELL, Harold & KAPLAM, Abrahan (1979). *In. Poder e Sociedade.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, especialmente os caps. 3 (pp. 59-83), e 7 (pp.181-214), sendo que neste último capítulo também são discutidas várias questões referentes à operacionalização empírica do conceito de representação.

1946 foram **interiorizadas** pela Constituinte de 1946 durante os trabalhos de elaboração constitucional?

A nosso ver, a resposta a essa última questão deve ser negativa. Ou seja: embora a análise empreendida acima nos forneça informações relevantes sobre vários aspectos das diferentes agremiações, o simples exame estatístico das tabelas acima não nos permite estabelecer tais **relações de representação**, e isto pelos seguintes motivos básicos:

(i) Ela não nos informa sobre a **estrutura de classes** existente numa dada sociedade e, mais importante, pouco nos diz sobre as demandas sociais e objetivos políticos buscados pelos diferentes grupos e forças sociais relevantes em confronto numa dada formação social;

(ii) A análise acima também não nos informa sobre vários aspectos importantes da **organização interna** dos diferentes partidos políticos; não nos informa, por exemplo, sobre as hierarquias internas existentes nas diferentes agremiações; sobre as ideologias e os programas de tais organizações (tanto seu programa "manifesto" como seu programa "latente", dado pelos objetivos políticos e pela ideologia das lideranças que detém a hegemonia dentro da organização); sobre as **estratégias** implementadas pelos diferentes partidos na conjuntura política da época, em suma, sobre vários aspectos do funcionamento dos partidos políticos enquanto **organizações** que almejam influir sobre o exercício do poder político em geral, e do poder de Estado em particular, com vistas a direcioná-los para a consecução de seus objetivos estratégicos e programáticos. Ou por outra: dado que os partidos políticos são, antes de mais nada, **organizações** hierarquicamente estruturadas, a agregação estatística dos dados nas tabelas, ao transformar o conjunto dos parlamentares em unidades estatisticamente equivalentes, faz com que se incorra em uma ampla perda de informações exatamente sobre o que caracteriza os partidos políticos enquanto organizações, vale dizer: a existência de uma *hierarquia interna* e de uma "distribuição desigual" de poder e de influência entre seus integrantes;

(iii) Assim, ao se incorrer em uma **perda de informação qualitativa** sobre vários aspectos relevantes da dinâmica da atividade sócio-política tanto dos agregados

"externos" ao parlamento, quanto dos agrupamentos político-partidários[63] atuantes dentro de um órgão parlamentar qualquer, o uso exclusivo ou mesmo predominante dos procedimentos metodológicos utilizados acima tornam no mínimo precipitada qualquer tentativa de estabelecer tais relações de representação, ou seja, inferir em que medida os interesses sociais diferenciados ("difusos" ou organizados) dos agregados "exógenos" ao parlamento repercutiram no seu funcionamento interno[64].

Entretanto, devemos observar que os dados acima não podem ser considerados irrelevantes, já que eles nos chamam a atenção para algumas propriedades importantes das diferentes organizações que compõem um sistema partidário qualquer. Porém, o analista interessado num exame mais profundo do funcionamento dos partidos políticos não deve de maneira alguma se limitar à descrição e análise de tais dados, mas sim tomá-los como **sintomas** ou indícios, de fenômenos sociais subjacentes que não se encontram imediatamente visíveis através da análise de tais informações.

Ou seja: o estudioso interessado num exame mais profundo dos partidos políticos deve dar um passo em frente no tocante aos indícios contidos em tais tabelas, e articular este estudo estatístico descritivo com a **análise qualitativa** das informações coletadas, a fim de acumular evidências sobre a existência de **ligações** entre as lideranças

---

[63] Dizemos "agrupamentos político-partidários" já que não há, naturalmente, uma relação de representação exclusiva entre agregados de interesse e partidos políticos: podem ocorrer casos de "bancadas suprapartidárias", assim como um mesmo partido político pode representar diversas forças sociais (fato que, aliás, deve ser considerado como regra, e não como exceção), sem contar as variações regionais, a possibilidade de alianças etc., e uma série de outros elementos a serem levados em consideração pelo estudioso interessado num exame mais aprofundado do funcionamento do sistema partidário.

[64] Assim, consideramos equivocada a operação analítica efetuada por Leôncio Martins em seu estudo de se inferir, a partir de uma análise superficial da composição social da Assembléia (na medida em que se baseia num recurso metodológico questionável como a "metodologia da autoimputação"), tais relações de representação, afirmando ser a **"inteligentsia"** o grupo social predominantemente representado na última Constituinte (RODRIGUES, 1987: 76-89). Note-se que estudos mais aprofundados que o de Leôncio, como os empreendidos por David Fleischer (1980; 1987), são bem mais críticos tanto em relação à influência política dos proprietários na Constituinte (1987: 12; 22), quanto no tocante à possibilidade de se inferir, baseado exclusivamente na análise da composição social do parlamento e sem maiores cautelas metodológicas, tais **relações de representação** entre forças sociais extra-parlamentares e agrupamentos partidários. Cf. a seguinte passagem do estudo de Fleischer, onde é admitida a possibilidade de uma "defasagem" entre composição social e laços de representação política: "Pela análise dos dados, observamos que os membros do PSD na sua maioria foram advogados, profissionais da saúde, funcionários públicos e dos setores comércio-banco-finanças. Pode ser que estes deputados **representassem** |grifo do autor; SSB| interesses agrários, mas ocupacionalmente não eram deste setor, e sim de setores ligados à burocracia do Estado, profissionais de intermediação clientelística e da burguesia nacional" (1980: 122).

políticas que ocupam postos de destaque nas organizações partidárias e determinados agregados de interesse e grupos sociais (setores da burocracia de Estado, frações das classes dominantes, movimentos das classes populares etc.) em conflito numa determinada quadra histórica. A análise qualitativa de tais ligações deve, por sua vez, ser considerada como uma nova bateria de indícios (uma "segunda aproximação") sobre a existência de uma correspondência entre demandas e interesses diferenciados de grupos, e as atividades políticas de determinados agrupamentos político-partidários[65].

Assim, para estabelecermos tais relações, as informações expostas acima só nos são úteis à título de uma "primeira aproximação" para a análise do sistema partidário. Para avançarmos no estabelecimento de tais relações, é necessário empregar uma metodologia mais completa e abrangente, que trabalhe num menor nível de agregação, e que capte, dentre outros, os seguintes elementos fundamentais:

(i) Análise da estrutura de classes e da dinâmicas das lutas sociais no período; caracterização das **demandas sociais** existentes entre as diferentes classes, agrupamentos, grupos e subgrupos sociais;

(ii) Análise do sistema partidário e das **organizações internas** dos diferentes partidos, mormente das concepções ideológico-programáticas dos líderes organizacionais das diferentes agremiações;

(iii) Exame da natureza das ligações destes líderes organizacionais com os diversos agregados de interesse e instituições-chave existente numa sociedade qualquer;

(iv) Análise do conteúdo da **ação política** (programas, estratégias, ideologias etc.) dos diferentes partidos no transcurso dos trabalhos parlamentares e em outras dimensões da vida partidária, a fim de estabelecer em que medida a prática efetiva dos partidos correspondeu às demandas e expectativas dos grandes agregados de interesse existentes "fora" do parlamento.[66]

---

[65] Observe-se que com base na análise qualitativa do perfil sócio-político dos parlamentares é possível detectar já ***ex-ante*** (ou seja, antes do exame do conteúdo da atuação dos agrupamentos partidários) **indícios** da existência de tais ligações. Nesse sentido, é exemplar o trabalho de MICELI (1986) sobre as lideranças políticas no pós-30 onde o autor, mediante um uso criterioso de material biográfico e histórico, faz um exame minucioso das ligações dos líderes organizacionais udenistas e pessedistas com vários setores empresariais, da burocracia estatal e das altas classes médias no contexto do início da década de 1940, sendo que várias passagens da análise empreendida por este autor são reproduzidas no corpo deste *"Quem foi quem"*.

Dado o caráter eminentemente empírico da presente investigação, aqui não é o local apropriado para se abordar todos os problemas teórico-metodológicos relacionados à operacionalização de um modelo teórico alternativo que apresente resultados positivos que apontem nessa direção. Cabe apenas mencionar aqui que, através do estudo dos debates sobre o título "Ordem Econômica e Social" da Constituição de 1946, pudemos verificar a interiorização, pelos agrupamentos político-partidários atuantes nos trabalhos constituintes, das demandas sócio-políticas subjacentes aos modelos de desenvolvimento básicos encampados pelos diversos segmentos sociais no período (*neoliberal, desenvolvimentista setor privado, desenvolvimentista não-nacionalista do setor público e desenvolvimentista nacionalista do setor público*), os quais foram descritos e mapeados por Ricardo Bielchowsky em seu monumental estudo sobre o "ciclo ideológico do desenvolvimentismo" no pós -30[67].

Entretanto, a demonstração dessas proposições exigiria a elaboração de um novo trabalho, pelo que encerraremos aqui nossas considerações e prosseguiremos na exposição dos resultados empíricos de nossa pesquisa.

---

[66] De resto, este é o caminho sugerido por David Fleischer no final de seu trabalho sobre a Constituinte de 1987/88 na seguinte passagem, no contexto de sua crítica à metodologia da "auto-definição" utilizada por alguns analistas: "(...) Finalmente, pode ser usada a metodologia da 'auto-definição', à queima roupa, que usualmente acaba escondendo os dois extremos, mais à direita do que à esquerda. *No estado atual desta pesquisa, os dados não permitem traçar um perfil ideológico muito nítido.* Porém, até o final da Constituinte, pretendemos coletar e analisar **dois grupos de informações:** ligações com grupos, e posicionamento durante os trabalhos da Constituinte |grifos e itálicos nossos; SSB|" (1987: 20).

[67] Cf. BIELCHOWSKY, Ricardo (1988). *Pensamento ideológico brasileiro; o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES; cf. especialmente o quadro contido às páginas 282-285, para uma exposição sintética das características de cada um destes modelos. Procuramos desenvolver sumariamente alguns aspectos da plataforma acima indicada em nossos artigos: "*Processo Constituinte, Ordem Econômica e Social, e consolidação democrática no imediato pós-II Guerra: o 'pensamento econômico' da Assembléia Constituinte de 1946*", "paper" a ser apresentado no 3º Congresso Internacional de História das Empresas a ser realizado em Niterói-RJ em outubro de 1996; e em "*A luta de classes na Assembléia Constituinte de 1946*", a ser publicado no número duplo especial (6/7) da **Revista de Sociologia e Política** dedicado aos 50 anos da Assembléia Constituinte de 1946 (no prelo).

## ANEXO 1: LISTAGEM DOS MEMBROS DAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES FORMADAS DURANTE O PROCESSO CONTITUINTE.

### COMISSÃO DE POLÍCIA[1] (OU MESA DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE)

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Fernando de Melo Viana (PSD/MG) |
| *1º Vice-Presidente* | Otávio Mangabeira (UDN/BA) |
| *2º Vice-Presidente* | Berto Condé (PTB/SP) |
| *1º Secretário* | Georgino Avelino (PSD/RN) |
| *2º Secretário* | Lauro Lopes (PSD/PR) |
| *3º Secretário* | Lauro Montenegro (PSD/AL) |
| *4º Secretário* | Rui Almeida (PTB/DF) |
| *1º Suplente de Secretário* | Hugo Carneiro (PSD/AC) |
| *2º Suplente de Secretário* | Carlos Marighela (PCB/BA) |

### COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO.

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Nereu Ramos (PSD/SC) |
| *Vice-Presidente* | Prado Kelly (UDN/RJ) |
| *Relator* | Cirilo Júnior (PSD/SP) |
| | Costa Neto (PSD/SP)[2] |

#### Subcomissão I: "Organização Federal"

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Clodomir Cardoso (PSD/MA) |
| *Relator* | Ataliba Nogueira (PSD/SP) |
| *Demais Membros:* | Argemiro de Figueiredo (UDN/PB)[3] |
| | João Agripino (UDN/PB) |

#### Subcomissão II: "Discriminação de Rendas"

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Souza Costa (PSD/RS) |
| *Relator* | Aliomar Baleeiro (UDN/BA) |
| *Demais Membros:* | Benedito Valadares (PSD/MG) |
| | Deodoro de Mendonça (PSP/PA) |

---

[1] A partir do *"Diário do Congresso Nacional (i. e., da Assembléia Constituinte)"* [DCN] Nº 12 de 19/02/1946 (p. 129) a Mesa da Assembléia Constituinte recebe a denominação de "Comissão de Polícia".

[2] Costa Neto substituiu *Cirilo Júnior (PSD/SP)*, que se licenciou do cargo de Relator da Comissão da Constituição para ir à Conferência de Paz em Paris. Cf. *"Diário do Congresso Nacional", 23/07/1946:* 3610.

[3] Deixou a Subcomissão a 02/07/1946, sendo substituído no posto por *João Agripino (UDN/PB). DCN, 03/07/1946: 3270.*

**Subcomissão III: "Poder Legislativo"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Gustavo Capanema (PSD/MG) |
| *Relator* | Soares Filho (UDN/RJ) |
| *Demais Membros:* | Costa Neto (PSD/SP) |
| | Honório Monteiro (PSD/SP)[4] |

**Subcomissão IV: "Poder Executivo"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Graco Cardoso (PSD/SE) |
| *Relator* | Flores da Cunha (UDN/RS) |
| *Demais Membros:* | Acúrcio Torres (PSD/RJ) |
| | Raul Pilla (PL/RS) |

**Subcomissão V: "Poder Judiciário"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Valdemar Pedrosa (PSD/AM) |
| *Relator* | Milton Campos (UDN/MG) |
| *Demais Membros* | Atílio Vivácqua (PSD/ES) |

**Subcomissão VI: "Declaração de Direitos"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Artur Bernardes (PR/MG) |
| *Relator* | Mário Masagão (UDN/SP) |
| *Demais Membros* | Ivo d'Aquino (PSD/SC) |
| | Eduardo Duvivier (PSD/RJ) |
| | Caires de Brito (PCB/SP) |

**Subcomissão VII: "Ordem Econômica e Social"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Adroaldo Costa (PSD/RS) |
| *Relator* | Agamenon Magalhães (PSD/PE) |
| *Demais Membros* | Hermes Lima (ED/DF) |
| | Baeta Neves (PTB/DF) |
| | Café Filho (PSP/RN) |

**Subcomissão VIII: "Família, Educação e Cultura"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Flávio Guimarães (PSD/PR) |
| *Relator* | Ataliba Nogueira (PSD/SP) |
| *Demais Membros* | Arruda Câmara (PDC/PE) |
| | Ferreira de Souza (UDN/RN) |
| | Guaraci Silveira (PTB/SP) |

[4] Substituiu *Costa Neto (PSD/SP)*, após este transferir-se para a relatoria da Comissão. *DCN, 19/07/1946: 3759.*

**Subcomissão IX: "Segurança Nacional"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Silvestre Péricles (PSD/AL) |
| *Relator* | Magalhães Barata (PSD/PA)[5] |
| | Edgard de Arruda (UDN/CE) |

**Subcomissão X: "Disposições Gerais e Transitórias"**

| | |
|---|---|
| *Membros* | Costa Neto (PSD/SP) |
| | Prado Kelly (UDN/RJ) |
| | Nereu Ramos (PSD/SC) |

## COMISSÕES ORDINÁRIAS.

**Comissão de Investigação Econômica e Social**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Alfredo Neves (PSD/RJ) |
| *Vice-Presidente* | Plínio Barreto (UDN/SP) |
| *Relator* | Horácio Láfer (PSD/SP) |
| *Demais Membros* | Asdrúbal Soares (PSD/ES) |
| | Celso Machado (PSD/MG) |
| | Daniel Faraco (PSD/RS) |
| | Eunápio de Queiroz (PSD/BA) |
| | Gaston Englert (PSD/RS) |
| | Gercino Pontes (PSD/PE) |
| | Agostinho Monteiro (UDN/PA) |
| | Juraci Magalhães (UDN/BA)[6] |
| | Gilberto Freire (UDN/PE) |
| | João Cleofas (UDN/PE) |
| | Abelardo Mata (PTB/RJ) |
| | Alcedo Coutinho (PCB/PE) |
| | Souza Leão (PR/PE) |

[5] Foi substituído por *Álvaro Adolfo (PSD/PA)* em 15/07/1946. *DCN (16/07/1946: 3490).*

[6] Deixou a Comissão em 02/05/1946, sendo substituído na mesma por Gilberto Freire (UDN/PE). *DCN, 03/05/1946: 1454*

**Comissão de Estudo das Indicações**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Alfredo Sá (PSD/MG) |
| *Demais Membros* | Novais Filho (PSD/PE) |
| | Sampaio Vidal (PSD/SP) |
| | Gabriel Passos (UDN/MG) |
| | Segadas Viana (PTB/DF) |
| | Jorge Amado (PCB/SP) |
| | Daniel de Carvalho (PR/MG) |

**Comissão Parlamentar da Casa Popular**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Amaral Peixoto (PSD/RJ) |
| *Relator* | João Botelho (PSD/PA) |
| *Demais Membros* | Crépori Franco (PSD/MA) |
| | José Armando (PSD/SP) |
| | Juscelino Kubitscheck (PSD/MG) |
| | Leri Santos (PSD/MG) |
| | Pereira da Silva (PSD/AM) |
| | José Leomil (UDN/RJ) |
| | Osvaldo Pacheco (PCB/SP) |
| | Campos Vergal (PSP/SP) |
| | Manuel Vítor (PDC/SP) |

**Comissão de Estudo da Situação dos Trabalhadores da "Light"**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Hamilton Nogueira (UDN/DF) |
| *Relator* | Domingos Velasco (ED/GO) |
| *Demais Membros:* | Castelo Branco (PSD/AC) |
| | Milton Prates (PSD/MG) |
| | Antenor Bogéa (UDN/MA) |
| | Benício Fontenele (PTB/DF) |
| | Batista Neto (PCB/DF) |
| | João Amazonas (PCB/DF) |

**Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Dário Cardoso (PSD/GO) |
| *Demais Membros* | Adroaldo Costa (PSD/RS) |
| | Antônio Feliciano (PSD/SP) |
| | Monteiro de Castro (UDN/MG) |
| | Soares Filho (UDN/RJ) |
| | José Crispim (PCB/SP) |
| | Diógenes Magalhães (PSD/GO) |
| | Campos Vergal (PSP/SP) |

## Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Antônio Feliciano (PSD/SP) |
| *Vice-Presidente* | Aureliano Leite (UDN/SP) |
| *Demais Membros* | Antero Leivas (PSD/RS) |
| | Dário Cardoso (PSD/GO) |
| | Olinto Fonseca (PSD/MG) |
| | Oscar Carneiro (PSD/PE)[7] |
| | Osvaldo Lima (PSD/PE) |
| | Paulo Fernandes (PSD/RJ) |
| | Lima Cavalcanti (UDN/PE) |
| | Ernâni Sátiro (UDN/PB) |
| | Nestor Duarte (UDN/BA) |
| | Jurandir Pires (UDN/DF) |
| | Melo Braga (PTB/PR) |
| | Vieira de Resende (PSD/ES) |
| | Argemiro Fialho (PSD/MT) |
| | Maurício Grabois (PCB/DF) |

## Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Fernandes Távora (UDN/CE) |
| *Vice-Presidente* | Álvaro Maia (PSD/AM) |
| *Relator* | Paulo Sarasate (UDN/CE) |
| *Demais Membros* | Castelo Branco (PSD/AC) |
| | Régis Pacheco (PSD/BA) |
| | Pereira da Silva (PSD/AM) |
| | Jandui Carneiro (PSD/RN) |
| | João Botelho (PSD/PA) |
| | Osvaldo Studart (PSD/CE) |
| | José Neiva (PSD/MA) |
| | Moreira da Rocha (PSD/ CE) |
| | Egberto Rodrigues (UDN/CE) |
| | Epílogo de Campos (UDN/PA)[8] |
| | Severiano Nunes (UDN/AM) |
| | Euzébio Rocha (PTB/SP) |
| | Agostinho de Oliveira (PCB/PE) |
| | Café Filho (PSP/RN) |

[7] Deixa a Comissão a 31/07/1946, sendo substituído por *Oscar Carneiro (PSD/PE). DCN, 02/08/1946: 3802.*

[8] Substituiu interinamente *Agostinho de Oliveira (PCB/PE).*

**Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária**

| | |
|---|---|
| *Presidente* | Flores da Cunha (UDN/RS) |
| *Relator* | Wellington Brandão (PSD/MG) |
| *Demais Membros* | Costa Porto (PSD/PE) |
| | Eduardo Duvivier (PSD/RJ) |
| | Galeno Paranhos (PSD/GO) |
| | João Henrique (PSD/MG) |
| | Martins Filho (PSD/SP) |
| | Nelson Parijós (PSD/PA) |
| | Pessoa Guerra (PSD/PE) |
| | Régis Pacheco (PSD/BA). |
| | Dolor de Andrade (UDN/MT) |
| | Domingos Velasco (ED/GO) |
| | Ernâni Sátiro (UDN/PB) |
| | José Crispim (PCB/SP). |

**FONTES:**

**BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. (1946-1951).** *Anais da Assembléia Constituinte de 1946.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 26 vol.

**BRASIL, ESTADOS UNIDOS DO. (1946).** *Diário da Assembléia, Ano I, números 01 a 161.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 02/02 a 19/09 de 1946, pp. 01-5049.

**BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. (1986).** *Membros das Comissões da Assembléia Constituinte de 1946.* Brasília, Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, 32 p.

{Obs.: este último trabalho constitui-se no levantamento mais completo realizado até o presente momento sobre as Comissões e Subcomissões que funcionaram durante a Constituinte de 1946; entretanto, não apresenta os dados de forma sistemática e contém uma série de erros de atribuição de legenda}.

## ANEXO 2: NÚMERO DE LEGISLATURAS EM ÓRGÃOS PARLAMENTARES. (por partido)

### 1) PSD:

**1ª LEGISLATURA:** 1) Castelo Branco (AC); 2) Cosme Ferreira (AM); 3) Pereira da Silva (AM); 4) Ismar de Góis (AL); 5) Teixeira de Vasconcelos (AL); 6) Afonso de Carvalho (AL); 7) Antônio Mafra (AL); 8) Farias Júnior (AL); 9) José Maria (AL); 10) Lauro Montenegro (AL); 11) Medeiros Neto (AL); 12) Silvestre Péricles (AL); 13) Pinto Aleixo (BA); 14) Aristides Milton (BA); 15) Eunápio de Queiróz (BA); 16) Fróis da Mota (BA); 17) Lauro de Freitas (BA); 18) Luís Barreto (BA); 19) Vieira de Melo (BA); 20) Frota Gentil (CE); 21) Moreira da Rocha (CE); 22) Raul Barbosa (CE); 23) Jonas Correia (DF); 24) Fontes Romero (DF); 25) Henrique Novais (ES); 26) Ari Viana (ES); 27) Eurico Sales (ES); 28) Vieira de Resende (ES); 29) Pedro Ludovico (GO); 30) Dário Cardoso (GO); 31) Diógenes Magalhães (GO); 32) Afonso Matos (MA); 33) Crépori Franco (MA); 34) José Neiva (MA); 35) Odilon Soares (MA); 36) Vitorino Freire (MA); 37) Argemiro Fialho (MT); 38) Joaquim Libânio (MG); 39) Lair Tostes (MG); 40) Milton Prates (MG); 41) Olinto Fonseca (MG); 42) Wellington Brandão (MG); 43) Magalhães Barata (PA); 44) Carlos Nogueira (PA); 45) Nelson Parijós (PA); 46) Rocha Ribas (PA); 47) Janduí Carneiro (PB); 48) José Joffili (PB); 49) Fernando Flores (PR); 50) Munhoz de Melo (PR); 51) Etelvino Lins (PE); 52) Novais Filho (PE); 53) Costa Porto (PE); 54) Gersino Pontes (PE); 55) Jarbas Maranhão (PE); 56) Paulo Guerra (PE); 57) Ulisses Lins (PE); 58) Areia Leão (PI); 59) Renault Leite (PI); 60) Sigefredo Pacheco (PI); 61) Mota Neto (RN); 62) Valfredo Gurgel (RN); 63) Ernesto Dornelles (RS); 64) Bayard de Lima (RS); 65) Bittencourt Azambuja (RS); 66) Brochado da Rocha (RS); 67) Dâmaso Rocha (RS); 68) Daniel Faraco (RS); 69) Elói Rocha (RS); 70) Gaston Englert (RS); 71) Heróflo Azambuja (RS); 72) Manuel Duarte (RS); 73) Mércio Teixeira (RS); 74) Souza Costa (RS); 75) Teodomiro Fonseca (RS); 76) Pereira Pinto (RJ); 77) Amaral Peixoto (RJ); 78) Paulo Fernandes (RJ); 79) Orlando Brasil (SC); 80) Ataliba Nogueira (SP); 81) Costa Neto (SP); 82) Goffredo Telles Jr. (SP); 83) Honório Fernandes (SP); 84) Lopes Ferraz (SP); 85) Martins Filho (SP); 86) Novelli Júnior (SP) = 86.

**UMA LEGISLATURA:** 1) Hugo Carneiro (AC); 2) Valdemar Pedrosa (AM); 3) Aloísio de Castro (BA); 4) Altamirando Requião (BA); 5) Guilherme Marback (BA); 6) Negreiros Falcão (BA); 7) Régis Pacheco (BA); 8) Osvald Studart (CE); 9) Álvaro Castelo (ES); 10) Asdrúbal Soares (ES); 11) Carlos Lindemberg (ES); 12) Galeno Paranhos (GO); 13) Guilherme Xavier (GO); 14) Pereira Júnior (MA); 15) Ponce de Arruda (MT); 16) Gustavo Capanema (MG); 17) Israel Pinheiro (MG); 18) Juscelino Kubitscheck (MG); 19) Rodrigues Seabra (MG); 20) Duarte de Oliveira (PA); 21) José Botelho (PA); 22) Lameira Bittencourt (PA); 23) Moura Carvalho (PA); 24) Samuel Duarte (PB); 25) Flávio Guimarães (PR); 26) Roberto Glasser (PR); 27) Aramis Ataíde (PR); 28) João Aguiar (PR); 29) Lauro Sodré (PR); 30) Barbosa Lima Sobrinho (PE); 31) Ferreira Lima (PE); 32) Oscar Napoleão (PE); 33) Georgino Avelino (RN); 34) Antero Leivas (RS); 35) Glicério Alves (RS); 36) Bastos Tavares (RJ); 37) Brígido Tinoco (RJ); 38) Carlos Pinto (RJ); 39) Eduardo Duvivier (RJ); 40) Getúlio Moura (RJ); 41) Heitor Collet (RJ); 42) Ivo d'Aquino (SC); 43) Aderbal Ramos (SC); 44) Altamirando Guimarães (SC); 45) Hans Jordan (SC); 46) Roberto Grossembaker (SC); 47) Rogério Vieira (SC); 48) Alves Palma (SP); 49) Batista Pereira (SP); 50) João Abdalla (SP); 51) José Armando (SP); 52) Sampaio Vidal (SP); 53) Leite Neto (SE) = 53.

**DUAS LEGISLATURAS:** 1) Álvaro Maia (AM); 2) Leopoldo Peres (AM); 3) Almeida Monte (CE); 4) Caiado de Godói (GO); 5) João d'Abreu (GO); 6) Martiniano de Araújo (MT); 7) Alfredo Sá (MG); 8) Melo Viana (MG); 9) Benedito Valadares (MG); 10) José Alkimin (MG); 11) Noraldino Lima (MG); 12) Álvaro Adolfo (PA); 13) Gomi Júnior (PR); 14) Osvaldo Lima (PE); 15) José Varela (RN); 16) Adroaldo Mesquita (RS); 17) Pedro Vergara (RS); 18) Alfredo Neves (RJ); 19 Miguel Couto (RJ); 20) Horácio Láfer (SP); 21) Machado Coelho (SP); 22) Silvio de Campos (SP) = 22.

**TRÊS LEGISLATURAS:** 1) João Henrique (MG); 2) Rodrigues Pereira (MG); 3) Batista Luzardo (RS); 4) Otacílio Costa (SC); 5) Antônio Feliciano (SC); 6) César Costa (SP) = 06.

**QUATRO OU MAIS:** 1) Atílio Vivacqua (ES); 2) Clodomir Cardoso (MA); 3) Luís Carvalho (MA); 4) Levindo Coelho (MG); 5) Augusto Viegas (MG); 6) Bias Fortes (MG); 7) Celso Machado (MG); 8) Cristiano Machado (MG); 9) Duque de Mesquita (MG); 10) Pedro Dutra (MG); 11) Agamenon Magalhães (PE); 12) Dioclécio Dantas (RN); 13) Getúlio Vargas (RS); 14) Nicoulau Vergueiro (RS); 15) Acúrcio Torres (RJ); 16) Nereu Ramos (SC); 17) Cirilo Júnior (SP); 18) Graco Cardoso (SE) = 18.

**2) UDN:**

**1ª LEGISLATURA:** 1) Rui Palmeira (AL); 2) Juraci Magalhães (BA); 3) Rui Santos (BA); 4) Alencar Araripe (CE); 5) Egberto Rodrigues (CE); 6) Hamilton Nogueira (DF); 7) Euclides Figueiredo (DF); 8) Jurandir Pires (DF); 9) Jales Machado (GO); 10) Antenor Bogéa (MA); 11) Licurgo Leite (MG); 12) Magalhães Pinto (MG); 13) Monteiro de Castro (MG); 14) Epílogo Campos (PA); 15) Vergniaud Vanderlei (PB); 16) João Agripino (PB); 17) João Úrsulo (PB); 18) Osmar de Aquino (PB); 19) Plínio Lemos (PB); 20) Munhoz da Rocha (PR); 21) Gilberto Freire (PE); 22) Esmaragado de Freitas(PI); 23) Matias Olímpio (PI); 24) Antônio Resende (PI); 25) Cândido Ferraz (PI); 26) Aluísio Alves (RN); 27) José Leomil (RJ); 28) Mário Masagão (SP); 29) Tavares d'Amaral (SC); 30) Tomás Fontes (SC); 31) Plínio Barreto (SP); 32) Romeu Lourenção (SP); 33) Wálter Franco (SE) = 33.

**UMA LEGISLATURA:** 1) Severiano Nunes (AM); 2) Freitas Cavalcanti (AL); 3) Mário Gomes (AL); 4) Albérico Fraga (BA); 5) Aliomar Baleeiro (BA); 6) João Mendes (BA); 7) Luís Viana (BA); 8) Rafael Cincurá (BA); 9) Plínio Pompeu (CE); 10) Beni Carvalho (CE); 11) Edgar de Arruda (CE); 12) Fernandes Teles (CE); 13) Leão Sampaio (CE); 14) Paulo Sarasate (CE); 15) Luís Cláudio (ES); 16) Vespasiano Martins (MT); 17) Dolor de Andrade (MT); 18) José Bonifácio (MG); 19) Milton Campos (MG); 20) Adalberto Ribeiro (PB); 21) Argemiro Figueiredo (PB); 22) Ernâni Sátiro (PB); 23) Fernando Nóbrega (PB); 24) José Gaudêncio (PB); 25) Erasto Gaertner (PR); 26) Adelmar Rocha (PI); 27) Coelho Rodrigues(PI); 28) Osório Tuiuti (RS); 29) Aureliano Leite (SP); 30) Paulo Nogueira (SP); 31) Heribaldo Dantas (SE) = 31.

**DUAS LEGISLATURAS:** 1) Aloísio de Carvalho (BA); 2) Dantas Júnior (BA); 3) Manuel Novais (BA); 4) Nestor Duarte (BA); 5) Gentil Barreira (CE); 6) Agrícola de Barros (MT); 7) Gabriel Passos (MG); 8) Lopes Cançado (MG); 9) Agostinho Monteiro (PA); 10) João Cleofas (PE); 11) Lima Cavalcanti (PE); 12) Prado Kelly (RJ); 13) Romão Júnior (RJ) = 13.

**TRÊS LEGISLATURAS:** 1) Alde Sampaio (PE); 2) Leandro Maciel (SE) = 02.

**QUATRO OU MAIS:** 1) Clemente Mariani (BA); 2) Otávio Mangabeira (BA); 3) Fernandes Távora (CE); 4) José de Borba (CE); 5) Alarico Pacheco (MA); 6) João Vilaboas (MT); 7) Ferreira de Souza (RN); 8) José Augusto (RN); 9) Flores da Cunha (RS); 10) Soares Filho (RJ); 11) Toledo Piza (SP) = 11.

**3) PTB:**

**1ª LEGISLATURA:** 1) Luís Lago (BA); 2) Antônio da Silva (DF); 3) Baeta Neves (DF); 4) Benício Fontenele (DF); 5) Benjamim Farah (DF); 6) Gurgel do Amaral (DF); 7) Segadas Viana (DF); 8) Vargas Neto (DF); 9) Ezequiel Mendes (MG); 10) Leri Santos (MG); 11) Melo Braga (PR); 12) Artur Fischer (RS); 13) Abelardo Mata (RJ); 14) Berto Condé (SP); 15) Eusébio Rocha (SP); 16) Hugo Borghi (SP); 17) Romeu Fiori (SP; foi eleito deputado federal classista em 1933, mas impedido de assumir o mandato em virtude de ter menos de 25 anos de idade) = 17

**UMA LEGISLATURA:** 1) Leopoldo Neves (AM); 2) Barreto Pinto (DF); 3) Rui Almeida (DF); 4) Guaraci Silveira (SP); 5) Pedroso Júnior (SP) = 5

**DUAS LEGISLATURAS:** ∅
**TRÊS LEGISLATURAS:** 1) Marcondes Filho (SP) = 1.
**QUATRO OU MAIS:** ∅

**4) PCB:**

**1ª LEGISLATURA:** 1) Carlos Marighela (BA); 2) Carlos Prestes (DF); 3) Batista Neto (DF); 4) João Amazonas (DF); 5) Maurício Grabois (DF); 6) Agostinho de Oliveira (PE); 7) Alcedo Coutinho (PE); 8) Gregório Bezerra (PE); 9) Abílio Fernandes (RS); 10) Trifino Correia (RS); 11) Alcides Sabença (RJ); 12) Claudino Silva (RJ); 13) Caires de Brito (SP); 14) Jorge Amado (SP); 15) José Crispim (SP); 16) Osvaldo Pacheco (SP) = 16.

**UMA LEGISLATURA:** ∅
**DUAS LEGISLATURAS:** ∅
**TRÊS LEGISLATURAS:** ∅
**QUATRO OU MAIS:** ∅

**5) PR:**

**1ª LEGISLATURA:** 1) Jaci Figueiredo (MG); 2) Durval Cruz (SE) = 02.
**UMA LEGISLATURA:** 1) Bernardes Filho (PR); 2) Amando Fontes (PR) = 02.
**DUAS LEGISLATURAS:** 1) Felipe Balbi (MG) = 01.
**TRÊS LEGISLATURAS:** 1) Mário Brant (MG); 2) Souza Leão (PE) = 02.
**QUATRO OU MAIS:** 1) Lino Machado (MA); 2) Artur Bernardes (MG); 3) Daniel de Carvalho (MG); 4) Altino Arantes (SP) = 04.

**6) PSP:**

**1ª LEGISLATURA:** 1) Teódulo Albequerque (BA); 2) Alves Linhares (CE); 3) João Adeodato (CE) = 03.
**UMA LEGISLATURA:** 1) Olavo de Oliveira (CE); 2) Stênio Gomes (CE); 3) Café Filho (RN); 4) Campos Vergal (SP) = 04.
**DUAS LEGISLATURAS:** Ø
**TRÊS LEGISLATURAS:** 1) Deodoro de Mendonça (PA) = 01.
**QUATRO OU MAIS:** Ø

**7) PDC/ED/PL:**

**1ª LEGISLATURA:** 1) Manuel Vitor (SP) = 02.
**UMA LEGISLATURA:** 1) Hermes Lima (DF); 2) Raul Pila (RS) = 01.
**DUAS LEGISLATURAS:** 1) Domingos Velasco (GO); 2) Arruda Câmara (PE) = 02.
**TRÊS LEGISLATURAS:** Ø
**QUATRO OU MAIS:** Ø

# ANEXO 3: MANDATOS PARLAMENTARES ANTERIORMENTE EXERCIDOS PELOS CONSTITUINTES:

## 1) PSD:

**SENADOR**: 1) Álvaro Maia (AM, 1935); 2) Clodomir Cardoso (MA, 1935-1937); 3) Levindo Coelho (MG, 1915-1930); 4) Alfredo Sá (MG, 1922; 1927-1930); 5) Álvaro Adolfo (PA, 1924-1930); 6) Flávio Guimarães (PR, 1935-1937); 7) Gracho Cardoso (SE, 1922) = 7

**DEPUTADO FEDERAL**: 1) Hugo Carneiro (AC, 1921-1923); 2) Altamirando Requião (BA; 1935-1937); 3) Asdrúbal Soares (ES, 1935-1937); 4) Clodomir Cardoso (MA, 1925-1927; 1927-1930); 5) Pereira Júnior (MA, 1926); 6) Luís Carvalho (MA, 1918-1921); 7) João Henrique (MG, 1935-1937); 8) Juscelino Kubitschek (MG, 1935-1937); 9) Noraldino Lima (MG, 1935-1937); 10) Pedro Dutra (MG, 1935); 11) Rodrigues Pereira (MG; 1930); 12) Samuel Duarte (PB; 1935-1937); 13) Lauro Lopes (PR, 1935-1937); 14) Barbosa Lima Sobrinho (PE, 1935-1937); 15) Ferreira Lima (PE, classista como representante dos empregadores da lavoura de cana, 1935-1937); 16) Georgino Avelino (RN, 1924-1928); 17) Dioclécio Duarte (RN, 1927-1930); 18) Getúlio Vargas (RS, 1923-1926); 19) Batista Luzardo (RS; 1924-1930; 1935-1937); 20) Nicolau Vergueiro (RS, 1935-1937); 21) Eduardo Duvivier (RJ, 1935-1937); 22) Alves Palma (SP, 1935-1937); 23) Cirilo Júnior (SP, 1912-1929); 24) Machado Coelho (SP. 1927-1930); 25) Sampaio Vidal (SP, 1935-1937); 26) Silvio de Campos (SP, 1924-1930); 27) Gracho Cardoso (SE, 1906-1909; 1927-1928; 1929-1930) = 27

**DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE (1933-1935)** : 1) Álvaro Maia (AM); 2) Negreiros Falcão (BA); 3) Carlos Lindemberg (ES); 4) Levindo Coelho (MG, 1930; 1935-1937); 5) Augusto Viegas (MG, 1935-1937); 6) Benedito Valadares (MG); 7) Bias Fortes (MG; 1925-1926; 1930; 1935-1937); 8) Celso Machado (MG, 1935-1937); 9) Cristiano Machado (MG, 1930; 1935-1936); 10) José Alkimim (MG, 1935); 11) Moura Carvalho (PA); 12) Agamenon Magalhães (PE, 1924-1927); 13) Osvaldo Lima (PE, 1935-1937); 14) Adroaldo Mesquita (RS); 15) Pedro Vergara (RS, 1935-1937); 16) Acúrcio Torres (RJ, 1935-1937); 17) Nereu Ramos (SC, 1930); 18) Horácio Láfer (SP, classista na condição de representante do empregadores, 1933-1934; 1935-1937) = 18

**DEPUTADO ESTADUAL**: 1) Valdemar Pedrosa (AM, 1920-1924); 2) Álvaro Castelo (ES, 1935-1937); 3) Caiado de Godói (GO; 1922-1924, 1924-1928); 4) Galeno Paranhos (GO); 5) João d'Abreu (GO); 6) Luís Carvalho (MA, 1907-1909; 1910-1913; 1914-1916; 1917-1918); 7) Melo Viana (MG, 1905); 8) Bias Fortes (MG, 1914-1918); 9) Celso Machado (MG, 1924-1927); 10) Cristiano Machado (MG, 1924-1925); 11) Duque de Mesquita (MG, 1923-1930); 12) João Henrique (MG); 13) Noraldino Lima (MG, 1922-1923); 14) Pedro Dutra (MG, 1923-1930); 15) Álvaro Adolfo (MG, 1912-1916); 16) João Botelho (PA, 1935-1937); 17) Roberto Glasser (PR, 1930); 18) Aramis Ataíde (PR, 1935-1937); 19) João Aguiar (PR, 1935-1937); 20) Agamenon Magalhães (PE, 1918-1922; 1923-1924); 21) Dioclécio Dantas (RN, 1918-1920; 1924-1926); 22) Getúlio Vargas (RS, 1909-1913); 23) Antero Leivas (RS, 1930); 24) Glicério Alves (RS, 1929-1930); 25) Nicolau Vergueiro (RS, 1909-1928); 26) Alfredo Neves (RJ, 1923-1930); 27) Acúrcio Torres (RJ, 1926-1930); 28) Bastos Tavares (RJ, 1935-1937); 29) Miguel Couto (RJ, 1935-1937); 30) Ivo d'Aquino (SC, 1922-1930); 31) Nereu Ramos (SC, 1911-1912; 1919-1924); 32) Otacílio Costa (SC; 1910-1912; 1913-1915; 1927-1930); 33) Antônio Feliciano (SP; 1928-1930); 34) César Costa (SP, 1921-1927); 35) Cirilo Júnior (SP, 1912-1929; 1935-1937); 36) Graco Cardoso (SE, 1921-1922) = 36

**DEPUTADO ESTADUAL CONSTITUINTE (1935-1937)** : 1) Leopoldo Peres (AM, 1929-1930); 2) Aloísio de Castro (BA); 3) Guilherme Marback (BA); 4) Almeida Monte (CE); 5) Atílio Vivácqua (ES, 1922-1924; 1924-1927; 1927-1928); 6) Guilherme Xavier (GO); 7) Martiniano de Araújo (MT); 8) Ponce de Arruda (MT); 9) Rodrigues Seabra (MG, 1935-1937); 10) Duarte de Oliveira (PA); 11) Gomi Júnior (PR); 12) José Varela (RN); 13) Adroaldo Mesquita (RS); 14) Heitor Collet (RJ); 15) Aderbal Silva (SC); 16) Altamiro Guimarães (SC); 17) Hans Jordan (SC); 18) Rogério Vieira (SC); 19) Leite Neto (SE) = 19

**VEREADOR**: 1) Régis Pacheco (BA, 1934-1937); 2) Almeida Monte (CE; 1921); 3) Osvaldo Stuart (CE, 1935); 4) Atílio Vivácqua (ES, 1920-1924); 5) João d'Abreu (GO); 6) Martiniano de Araújo (MT, 1927-1930); 7) Melo Viana (MG, 1903-1905); 8) Levindo Coelho (MG); 9) Augusto Viegas (MG, SD); 10) Benedito Valadares (MG, 1930); 11) Bias Fortes (MG, 1913-1914); 12) Celso Machado (MG, 1928-1930); 13) Gustavo Capanema (MG, 1926-1930); 14) Israel Pinheiro (MG, 1922-1924); 15) João Henrique (MG, 1923); 16) Pedro Dutra (MG); 17) Rodrigues Pereira (MG, 1927-1930; 1935-1937); 18) Lameira Bittencourt (PA, 1936); 19) Gomi Júnior (PR, SD); 20) Oscar Napoleão (PE, SD); 21) Acúrcio Torres (RJ, 1919-1923); 22) Brígido Tinoco (RJ, 1936-1937); 23) Carlos Pinto (RJ, SD); 24) Getúlio Moura (RJ, 1936-1937); 25) Miguel Couto (RJ, SD); 26) Roberto Grossembacker (SC, 1935-1937); 27) Antônio Feliciano (SP;

1926-1928; 1935-1937); 28) Batista Pereira (SP, SD); 29) João Abdalla (SP, 1935-1937); 30) José Armando (SP, 1935-1937) = 30

**2) UDN:**

**SENADOR:** 1) Edgar de Arruda (CE; 1935-1935); 2) João Vilasboas (MT, 1935-1937); 3) Vespasiano Martins (MT, 1935-1937); 4) José Gaudêncio (PB, 1930); 5) José Augusto (RN, 1928-1930); 6) Flores da Cunha (RS, 1928-1930); 7) Leandro Maciel (SE, 1935-1937) = 7

**DEPUTADO FEDERAL:** 1) Luís Viana (BA, 1935-1937); 2) Otávio Mangabeira (BA, 1912-1914; 1915-1918; 1918-1920; 1921-1923; 1924-1926; 1935-1937); 3) Rafael Cincurá (BA, 1935-1937); 4) Plínio Pompeu (CE; 1935-1937); 5) Beni Carvalho (CE; 1930); 6) Agostinho Monteiro (PA, 1935-1937); 7) João Cleofas (PE, 1935-1937); 8) Adelmar Rocha (PI, 1935-1937); 9) José Augusto (RN, 1916-1918; 1921-1923; 1935-1937); 10) Flores da Cunha (RS, 1909-1927); 11) Aureliano Leite (SP, 1935-1937); 12) Paulo Nogueira (SP, 1935-1937); 13) Toledo Piza (SP, 1935) = 13.

**DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE (1933-1934);** 1) Aloísio de Carvalho (BA; 1935-1937); 2) Clemente Mariani (BA; 1935-1937); 3) Manuel Novais (BA; 1935-1937); 4) Fernandes Távora (CE; 1935-1937); 5) José de Borba (CE; 1935-1937); 6) Leão Sampaio (CE); 7) João Vilasboas (MT; 1927-1930); 8) Gabriel Passos (MG; 1935); 9) Alde Sampaio (PE; 1935-1937); 10) Ferreira de Souza (RN; 1935-1937); 11) Prado Kelly (RJ; 1935-1937); 12) Soares Filho (RJ; 1935-1937); 13) Leandro Maciel (SE; 1930) = 13

**DEPUTADO ESTADUAL CONSTITUINTE (1935-1937) :** 1) Mário Gomes (AL); 2) Alberico Fraga (BA); 3) Aliomar Baleeiro (BA); 4) Dantas Júnior (BA; 1921-1922); 5) João Mendes (BA); 6) Nestor Duarte (BA; 1929-1930); 7) Paulo Sarasate (CE); 8) Agrícola de Barros (MT); 9) Dolor de Andrade (MT); 10) José Bonifácio (MG); 11) Lopes Cançado (MG); 12) Milton Campos (MG); 13) Adalberto Ribeiro (PB); 14) Fernando Nóbrega (PB); 15) Erasto Gaertner (PR); 16) Romão Júnior (RJ) = 16

**DEPUTADO ESTADUAL:** 1) Severiano Nunes (AM, 1935-1937); 2) Freitas Cavalcanti (AL; 1935-1937); 3) Clemente Mariani (BA, 1929-1930); 4) Fernandes Távora (CE; 1913-1914; 1918-1920); 5) Fernandes Teles (CE; 1935-1937); 6) Gentil Barreira (CE; 1928-1930; 1935-1937); 7) José de Borba (CE, 1913-1915; 1915-1917; 1917-1920; 1926-1929); 8) Alarico Pacheco (MA, 1920-1930; 1935-1937); 9) João Vilasboas (MT, 1918-1920); 10) Agostinho Monteiro (PA, 1926-1930); 11) Argemiro de Figueiredo (PB, 1929-1930); 12) Ernâni Sátiro (PB, 1935-1937); 13) João Cleofas (PE, 1926-1928; 1935-1937); 14) Lima Cavalcanti (PE, 1922-1925; 1926-1927); 15) Coelho Rodrigues (PI, 1935-1937); 16) Ferreira de Souza (RN, 1921-1928); 17) José Augusto (RN); 18) Flores da Cunha (RS, 1909); 19) Soares Filho (RJ, 1915-1917; 1918-1921); 20) Toledo Piza (SP, 1918-1930); 21) Heribaldo Dantas (SE, 1928) = 21

**VEREADOR:** 1) Otávio Mangabeira (BA, 1908-1912); 2) Luís Cláudio (ES); 3) Agrícola de Barros (MT, 1929-1930); 4) Lopes Cançado (MG, 1926-1930); 5) Alde Sampaio (PE); 6) Romão Júnior (RJ, SD); 7) Soares Filho (RJ, 1929-1930); 8) Toledo Piza (SP, SD) = 8

**3) PTB:**

**DEPUTADO FEDERAL:** 1) Barreto Pinto (DF; deputado classista, 1935-1937); 2) Marcondes Filho (SP, 1927-1930); 3) Romeu Fiori (SP, 1934, não pôde, no entanto, exercer o mandato em virtude de ter menos de 25 anos de idade) = 3

**DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE (1933-1934):** 1) Guaraci Silveira (SP) = 1

**DEPUTADO ESTADUAL:** 1) Leopoldo Neves (AM, 1928-1930) = 1

**VEREADOR:** 1) Rui Almeida (DF, 1935-1937); 2) Marcondes Filho (SP, 1926); 3) Pedroso Júnior (SP, 1935-1937) = 3

**4) PCB:**

**PRESO POLÍTICO:** 1) Carlos Marighela (BA; 1938-1945); 2) Carlos Prestes (DF; 1936-1945); 3) João Amazonas (DF; 1937-1939); 4) Maurício Grabois (DF; 1941-1942); 5) Agostinho de Oliveira (1937-1941); 6) Alcedo Coutinho (PE, 1937); 7) Gregório Bezerra (PE; 1937-1945); 8) Abílio Fernandes (RS; intermitentemente durante o Estado Novo, 1937-1945); 9) Trifino Correia (RS; 1937-1945); 10) Claudino Silva (RJ; 1936-1937; 1940-1943); 11) Jorge Amado (SP, 1940-1943); 12) José Crispim (SP; 1937-1945) = 12

**MILITÂNCIA CLANDESTINA:** todos os parlamentares.

**5) PR:**

**SENADOR**: 1) Artur Bernardes (MG, 1927-1930) = 1

**DEPUTADO FEDERAL**: 1) Artur Bernardes (MG, 1909-1910; 1915-1917; 1935-1937); 2) Bernardes Filho (MG, 1935-1937); 3) Mário Brant (MG, 1921-1922); 4) Souza Leão (PE, 1927-1930; 1935-1937); 5) Altino Arantes (SP, 1906-1911; 1921-1930); 6) Amando Fontes (PR, 1935-1937) = 6

**DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE (1933-1935)**: 1) Lino Machado (MA; 1935-1937); 2) Daniel de Carvalho (MG; 1935-1937) = 2

**DEPUTADO ESTADUAL**: 1) Lino Machado (MA, 1921-1923; 1927-1929); 2) Artur Bernardes (MG, 1907-1909); 3) Daniel de Carvalho (MG, 1921-1922); 4) Mário Brant (MG, 1921) = 4

**DEPUTADO ESTADUAL CONSTITUINTE (1935-1937)**: 1) Felipe Balbi (MG) = 1

**VEREADOR**: 1) Artur Bernardes (MG, 1904-1906); 2) Felipe Balbi (MG, 1927) = 2

**6) PSP:**

**DEPUTADO FEDERAL**: 1) Olavo de Oliveira (CE, 1935-1937); 2) Deodoro de Mendonça (PA, 1928-1929; 1930; 1935-1937); 3) Café Filho (RN, 1935-1937) = 3

**DEPUTADO ESTADUAL CONSTITUINTE (1935-1937)**: 1) Stênio Gomes (CE, 1935-1937); 2) Campos Vergal (SP, 1935-1937) = 2

**7) ED/PDC/PL:**

**DEPUTADO FEDERAL CONSTITUINTE (1933-1934)**: 1) Domingos Velasco (GO); 2) Arruda Câmara (PE) = 1

**DEPUTADO FEDERAL**: 1) Domingos Velasco (GO; 1935-1937); 2) Arruda Câmara (PE, 1935-1937) = 2

**DEPUTADO ESTADUAL**: 1) Hermes Lima (DF, 1924); 2) Raul Pilla (RS; constituinte, 1935-1937) = 2

## ANEXO 4: CARGOS GOVERNAMENTAIS OCUPADOS PELOS CONSTITUINTES:

### 1) PSD:

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** 1) Getúlio Vargas (RS, 1930-1945) = 1

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** 1) Melo Viana (MG, 1926-1930) = 1

**MINISTROS DE ESTADO:** 1) Silvestre Péricles (AL; ministro do Tribunal de Contas da União; 1943-1945); 2) Gustavo Capanema (MG; Educação e Saúde Pública, 1934-1945); 3) Agamenon Magalhães (PE; Trabalho, Indústria e Comércio, 1934-1937; Justiça e Negócios Interiores, 1937; Justiça e Negócios Interiores, março-outubro/1945); 4) Getúlio Vargas (RS; Fazenda de Washington Luís, 1926-1927); 5) Souza Costa (RS; Fazenda, 1934-1945) = 5

**INTERVENTORES:** 1) Álvaro Maia (AM; 1937-1945); 2) Valdemar Pedrosa (AM; 1933-1934); 3) Ismar de Góis (AL; 1941-1945); 4) Afonso de Carvalho (AL; 1932-1934); 5) Pinto Aleixo (BA; 1942-45); 6) Pedro Ludovico (GO; 1930-1934; 1937-1945); 7) Clodomir Cardoso (MA; março-outubro/1945); 8) Alfredo Sá (MG; interventor no Estado do Amazonas na República Velha, 1924-1926); 9) Benedito Valadares (MG; 1933-1935, 1937-1945); 10) Gustavo Capanema (MG; 1933-1934); 11) Magalhães Barata (PA; 1930-1935; 1943-1945); 12) João Botelho (PA; interino durante ausências de Magalhães Barata, 1937-1945); 13) Lameira Bittencourt (PA; 28/12/1945); 14) Samuel Duarte (PB; interino de 27 a 29/10/1945); 15) Flávio Guimarães (PR; nomeado a 29/10/1945, não chegou a assumir em virtude do golpe); 16) Etelvino Lins (PE; março-outubro/1945); 17) Agamenon Magalhães (PE; 1937-1945); 18) Georgino Avelino (RN; agosto-outubro/1945); 19) Dioclécio Duarte (RN; 28/10-03/11/1945); 20) Ernesto Dornelles (RS; 1943-1945); 21) Alfredo Neves (RJ; interino durante ausências do titular Amaral Peixoto, 1939; e definitivo de 27/10 a 05/11/1945); 22) Amaral Peixoto (RJ; 1937-1945); 23) Ivo d'Aquino (SC; 31/10 a 05/11/1945); 24) Nereu Ramos (SC; 1937-1945); 25) Altamiro Guimarães (SC; interino durante ausências de Nereu Ramos, 1937-1945); 26) Leite Neto (SE; substituiu Maynard Gomes, 27/10 a 03/11/1945). = 26.

**GOVERNADOR:** 1) Hugo Carneiro (do AC na República Velha; 1927-1930); 2) Álvaro Maia (AM; 1935-1937); 3) Pedro Ludovico (GO; 1935-1937); 4) Melo Viana (MG; presidente do Estado na República Velha, 1924-1926); 5) Benedito Valadares (MG; 1935-1937); 6) Getúlio Vargas (RS; 1928-1930); 7) Nereu Ramos (SC; 1935-1937); 8) Graco Cardoso (SE; 1922-1926) = 8

**SECRETÁRIO DE ESTADO:** 1) Valdemar Pedrosa (AM; Secretário Geral, 1931-1933); 2) Pereira da Silva (sem especificação, logo após a revolução de 30, 1930-1931; AM); 3) Farias Júnior (Secretário da Fazenda de Ismar de Góis; 1941-1945); 4) Lauro Montenegro (AL; Agricultura de PE no governo de Lima Cavalcanti, 1935); 5) Altamirando Requião (BA; do Gabinete Civil de Pinto Aleixo; 1942-1945); 6) Guilherme Marback (BA; da Fazenda de Landulfo Alves e Pinto Aleixo, 1938-45); 7) Vieira de Melo (BA; Secretário Geral da Interventoria e Secretário do Interior e Justiça do interventor Pinto Aleixo; 1943-1945); 8) Atílio Vivácqua (ES; Instrução Pública, 1928-1930; e interino do Interior, 1930); 9) Ari Viana (ES; Fazenda, SD); 10) Asdrúbal Soares (ES; Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1933); 11) Carlos Lindemberg (ES; Fazenda, 1935-1937; Agricultura, 1936-1939); 12) Eurico Sales (ES; da Educação e Cultura do interventor Punaro Bley, 1937-1943); 13) Caiado de Godói (GO; secretário Geral do Estado, 1936; e de Segurança Pública na interventoria de Pedro Ludovico); 14) Galeno Paranhos (GO; chefe de polícia, 1938-1942); 15) João d'Abreu (GO; secretário da Fazenda durante o Estado Novo, SD); 16) Clodomir Cardoso (MA; Fazenda, 1914); 17) Pereira Júnior (chefe de polícia do Maranhão na República Velha, SD); 18) Luís Carvalho (MA; SI, SD); 19) Ponce de Arruda (MT; Agricultura, Viação e Obras Públicas e Secretário Geral do Estado, 1937-1945); 20) Melo Viana (MG; Interior no governo Raul Soares, 1922-1924); 21) Levindo Coelho (MG; Educação e Saúde Pública de Olegário Maciel, 1930-1931); 22) Alfredo Sá (MG; chefe de polícia de Raul Soares, 1922-1924); 23) Bias Fortes (MG; Segurança e Assistência Pública de Antônio Carlos Andrada, 1926-1929); 24) Celso Machado (MG; Interior e Justiça, 1945); 25) Cristiano Machado (MG; Interior, Justiça e Segurança Pública de Olegário Maciel, 1930, e de Educação e Saúde Pública do interventor Benedito Valadares, 1936-1945); 26) Gustavo Capanema (MG; Interior, Justiça e Segurança Pública de Olegário Maciel, 1931-1933); 27) Israel Pinheiro (MG; Agricultura, Indústria e Comércio, 1933-1942); 28) José Alkimin (MG; Interior e Justiça, 1936-1939); 29) Noraldino Lima (MG; Educação e Saúde Pública nos governos de Olegário Maciel e Benedito Valadares, 1931-1935); 30) Lameira Bittencourt (PA; secretário geral do Estado, 1937-1945); 31) Janduí Carneiro (PB; do Interior e Segurança Pública de seu irmão, Rui Carneiro, 1942-1945); 32) José Joffili (PB; Agricultura, Viação e

Obras Públicas do interventor Rui Carneiro, 1942-1945); 33) Samuel Duarte (PB; Interior e Segurança Pública de Rui Carneiro, 1940-1945); 34) Fernando Flores (PR; chefe de polícia, 1939-1941 e Secretário do Interior e Justiça, 1941-1945); 35) Lauro Sodré (PR; chefe de polícia, 1928-1930); 36) Etelvino Lins (PE; Segurança Pública na gestão de Agamenon Magalhães, 1937-1945); 37) Novais Filho (PE; Agricultura de Agamenon Magalhães, 1937); 38) Gersino Pontes (PE; Viação e Obras Públicas, 1937-1945); 39) Areia Leão (PI; Fazenda, e Viação e Obras Públicas, SD); 40) Ernesto Dornelles (RS; chefe de polícia de **MG**, 1936-1943); 41) Batista Luzardo (RS; chefe de polícia do **DF**, 1930-1932); 42) Herófilo Azambuja (RS; Educação, 1939-1942; Interior, 1942-1943); 43) Alfredo Neves (RJ; Secretário sem especificação de Amaral Peixoto, 1937-1939); 44) Heitor Collet (RJ; Interior e Justiça, 1937-1945); 45) Ivo d'Aquino (SC; Interior e Justiça, 1930; Viação, 1936-1937; Justiça, Educação e Saúde, 1937-1945); 46) Altamiro Guimarães (SC; Fazenda, 1937-1945); 47) Orlando Brasil (SC; Finanças, 1937-1945); 48) Rogério Vieira (SC; Viação e Obras Públicas, e Agricultura, 1937-1945); 49) Batista Pereira (SP; chefe da Casa Civil e Secretário dos Negócios Interiores de Ademar de Barros, 1938-1941); 50) Graco Cardoso (SE; Fazenda, 1904-1906); 51) Leite Neto (SE; Secretário Geral de SE, 1941-1945) = 51

**MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**: 1) Leopoldo Peres (AM; presidente do Conselho Administrativo do Estado; 1938-1945); 2) Teixeira de Vasconcelos (AL; 1942-1945); 3) Frota Gentil (CE; 1937-1945); 4) Osvaldo Studart (CE; 1937-1945); 5) Galeno Paranhos (GO; presidente do CA, 1945); 6) Afonso Matos (MA; 1945); 7) Martiniano de Araújo (MT, 1940-1945, e vice-presidente da instituição, 1943-1945); 8) João Botelho (PA, 1937-1945); 9) Flávio Guimarães (PR, 1937-1945); 10) Roberto Glasser (PR; 1937-1945); 11) Adroaldo Mesquita (RS; 1944-1945); 12) Gaston Englert (RS); 13) Alfredo Neves (RJ; presidente do CA, 1940-1945); 14) Heitor Collet (1937-1945); 15) Antônio Feliciano (SP; 1941-1945); 16) César Costa (SP; 1941-1945); 17) Cirilo Júnior (SP; 1939-1945) = 17

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE MINISTROS**: 1) Afonso de Carvalho (AL; chefe de gabinete de Dutra; 1941-1945); 2) Lauro de Freitas (BA, do min. da Viação e Obras Públicas, Mendonça de Lima, 1940); 3) Vitorino Freire (MA; do ministro da Viação Mendonça Lima, 1939-1945); 4) Lair Tostes (MG; do ministro da Agricultura Odilon Braga, 1933-1937); 5) Milton Prates (MG; do ministro da Viação e Obras Públicas, Francisco Sá, 1922-1926); 6) Dioclécio Duarte (RN; do ministro da Marinha Joaquim Ferreira Chaves, 1920-1922); 7) Brígido Tinoco (RJ; oficial de gabinete do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, 1942-1945) = 7

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE GOVERNADOR**: 1) Pereira da Silva (AM; de Alberto Maranhão, 1908-1913; 1915); 2) Guilherme Marback (BA; de Vital Soares; 1928-1929); 3) Eurico Sales (ES; do governador Aristeu Borges de Aguiar, 1928-1930); 4) Cristiano Machado (MG; de Raul Soares, 1922-1924); 5) Gustavo Capanema (MG; de Olegário Maciel, 1930); 6) Noraldino Lima (MG; Olegário Maciel, 1924-1926); 7) Ivo d'Aquino (SC, de Felipe Schmidt, 1917); 8) Nereu Ramos (SC; de seu pai, Vidal de Oliveira Ramos, 1914) = 8

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE INTERVENTOR**: 1) Leopoldo Peres (AM; 1938-1945); 2) Vitorino Freire (MA; Antônio Martins, 1933-1935); 3) Juscelino Kubistcheck (MG; de Benedito Valadares, 1933-1934); 4) Olinto Fonseca (MG; de Olegário Maciel, 1930-1933; e de Benedito Valadares, 1940-1944); 5) Ataliba Nogueira (SP; secretário particular do governador militar paulista Valdomiro Castilho de Lima, 1932-1933) = 5

**PREFEITO**: 1) Pereira da Silva (Tarauca-AC, 1915; Seabra-AM, 1920); 2) Antônio Mafra (AL; Maceió, 1945); 3) Farias Júnior (AL; Murici, SD) 4) José Maria (AL; Assembléia durante o Estado Novo, SD); 5) Aristides Milton (BA; Salvador, 1945); 6) Eunápio Queiróz (BA, Nazaré em 1931, e de Ilhéus, em 1943-45); 7) Fróis da Mota (BA; Feira de Santana, 1944-45); 8) Régis Pacheco (BA; Vitória da Conquista; 1942-1945); 9) Atílio Vivácqua (ES; Cachoeiro do Itapemirim, 1920-1921); 10) Henrique de Novais (ES; Vitória, 1916-1920, 1944-1945); 11) Álvaro Castelo (ES; Afonso Cláudio, 1945); 12) Ari Viana (ES; Cachoeiro do Itapemirim, 1943-1945); 13) Asdrúbal Soares (ES; Vitória, 1930-1933); 14) Caiado de Godói (GO; Goiás, 1936-1937); 15) Guilherme Xavier (GO; Morrinhos, 1936-1945); 16) João d'Abreu (GO; Arraias, 1926-1930); 17) Clodomir Cardoso (MA; São Luís, 1914-1918); 18) Ponce de Arruda (MT; Cuiabá, 1933-1935); 19) Levindo Coelho (MG; Ubá, 1937-1945); 20) Alfredo Sá (MG; Teófilo Otôni, 1940-1945); 21) Benedito Valadares (MG; Pará de Minas, 1930-1932); 22) Bias Fortes (MG; Barbacena, 1937-1945); 23) Cristiano Machado (MG; Belo Horizonte, 1926-1929); 24) João Henrique (MG; Uberaba, 1923-1926); 25) Juscelino Kubitscheck (MG; 1940-1945); 26) Pedro Dutra (MG; Cataguazes, 1930-1933); 27) Rodrigues Seabra (MG; Itajubá, 1932-1934); 28) Nelson Parijós (PA; Cametá, 1935-1937); 29) Janduí Carneiro (PB; Pombal, 1930-1934); 30) João Aguiar (PR; Jacarezinho, 1928-1930); 31) Munhoz de Melo (PR; Londrina, 1937-1945); 32) Novais Filho (PE, Recife, 1938-1945); 33) Oscar Napoleão (PE; Olinda, SD); 34) Paulo Guerra (PE; Orobó, 1938-1940; Bezerros, 1941-1942); 35) Areia Leão (PI; Teresina, 1930-1931); 36) Sigefredo Pachaco (PI; Campo Maior, 1935-1937); 37) José Varela (RN; Natal, 1943-1945); 38) Mota Neto (RN; Mossoró, 1945); 39) Bayard de Lima (RS; Uruguaiana, 1939-1945); 40) Brochado da Rocha (RS; São Pedro, 1930-1931; Viamão, 1931-1932; Viamão, 1938-1941); 41) Herófilo Azambuja (RS; Dom Pedrito, 1924-1928); 42) Manuel Duarte (RS; Intendente Municipal de Vacaria, SD); 43) Mércio Teixeira (RS; Bajé, 1936-1945); 44) Teodomiro da Fonseca (RS; São Leopoldo, 1937-1945); 45) Bastos Tavares (RJ; Campos, 1936); 46) Brígico Tinoco (RJ;

São Gonçalo, 1939-1941; Niterói, 1945); 47) Carlos Pinto (RJ; Porciúncula, SD); 48) Getúlio Moura (RJ; Nova Iguaçú, 1930-1931; março-outubro, 1945); 49) Paulo Fernandes (RJ; Barra do Piraí, 1939-1945); 50) Ivo d'Aquino (SC; Canoinhas, 1926-1928); 51) Otacílio Costa (SC; Lajes, 1920-1924); 52) Rogério Vieira (SC; Florianópolis, 1931-1934); 53) César Costa (SP; Taubaté, 1917-1926; Taubaté, 1928-1930); 54) João Abdalla (SP; Barigui, 1937-1941); 55) Lopez Ferraz (SP; Olímpia, 1941-1945) = 55

**SECRETÁRIO MUNICIPAL:** 1) Álvaro Maia (AM; da prefeitura de Manaus, 1925); 2) Costa Porto (PE; da prefeitura de Recife, 1938-1942); 3) Mota Neto (RN; secretário da prefeitura de Mossoró, SD); 4) Brígido Tinoco (RJ; da prefeitura de São Gonçalo, 1938-1940); 5) Otacílio Costa (SC; secretário municipal de Lajes, 1920-1924); 6) Roberto Grossembacker (SC; chefe de polícia em Blumenau, 1930-1931) = 6

**OUTROS:** 1) Medeiros Neto (AL; Diretor do Departamento das Municipalidades na interventoria de Ismar de Góes); 2) Silvestre Péricles (AL; Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, 1941-1943); 3) Luís Barreto (BA; Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças; 1937-1945); 4) Raul Barbosa (CE; Procurador Geral do Estado, 1937-1945); 5) Dário Cardoso (GO; presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 1937-1945); 6) Crépori Franco (MA; chefe do contensioso do Departamento Nacional do Café, 1937-1945); 7) Israel Pinheiro (MG; 1° presidente da Vale do Rio Doce, 1942-1945); 8) José Alkimin (MG; diretor da penitenciária agrícola de Neves, 1939-1942); 9) Noraldino Lima (MG; Membro do Conselho Diretor do Departamento Nacional do Café, 1937-1945); 10) Duarte de Oliveira (PA; superintendente dos Serviços Externos da Prefeitura de Belém, 1943); 11) Moura Carvalho (PA; diretor geral do departamento de Segurança Pública, 1943-1945); 12) Barbosa Lima Sobrinho (PE; presidente do IAA, 1938-1946; membro da Comissão de Combustíveis e Lubrificantes, 1941-1945; membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, 1945); 13) Costa Porto (PE; Diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado, 1942-1945); 14) Ferreira Lima (PE; Diretor do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, SD); 15) Jarbas Maranhão (PE; diretor-presidente da LBA, 1942-1945; diretor regional do SENAI, 1944-1945); 16) Osvaldo Lima (PE; nomeado pelo interventor Agamenon Magalhães Procurador dos Feitos da Fazenda de PE, 1937); 17) Paulo Guerra (PE; delegado regional do DIP em PE, 1942); 18) Renault Leite (PI; representante do DF no Conselho Nacional do Petróleo, 1942-1945; representante do PI junto ao ministério da Viação, 1938-1945); 19) Georgino Avelino (RN; diretor de Turismo e Propaganda do DF, 1941-1945); 20) Dioclécio Duarte (RN; consultor Técnico do Instituto Nacional do Sal, 1937-145); 21) Batista Luzardo (RS; embaixador do Brasil no Uruguai, 1937-1945; e na Argentina, 1945); 22) Pereira Pinto (RJ; representante dos usineiros no IAA, 1933-1945); 23) Amaral Peixoto (RJ; chefe do Serviço de Abastecimento da CME, 1942-1944); 24) Eduardo Duvivier (RJ; membro do Conselho Econômico do RJ, 1932-1934); 25) Miguel Couto (RJ; representante do RJ na Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, SD); 26) Altamiro Guimarães (SC; membro do Conselho Consultivo, 1930-1931; presidente do Conselho Consultivo, 1932); 27) Haus Jordan (SC; Diretor do Instituto Nacional do Mate, SD); 28) Otacílio Costa (SC; presidente do Conselho Consultivo, 1931-1935); 29) Atalíba Nogueira (SP; membro do Conselho Penitenciário do Estado, 1935); 30) Costa Neto (SP; Procurador-Geral do Estado na gestão de Fernando Costa, 1941-1943); 31) Goffredo Telles Jr. (SP; membro do Conselho Penitenciário de SP, SD); 32) Horácio Lafer (SP; membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do ministério da Fazenda, 1943-1945); 33) José Armando (SP; chefe de gabinete do prefeito de São Paulo, Prestes Maia, 1938-1939); 34) Sampaio Vidal (SP; membro da Coordenação da Mobilização Econômica e do Conselho Consultivo do DNC, 1942-1945) = 34

**NUNCA OCUPARAM CARGOS EXECUTIVOS OU SI:** 1) Castelo Branco (AC); 2) Cosme Ferreira (AM); 3) Aloísio de Castro (BA); 4) Negreiros Falcão (BA); 5) Almeida Monte (CE); 6) Moreira da Rocha (CE); 7) Jonas Correia (DF); 8) José Romero (DF); 9) Vieira de Rezende (ES); 10) Diógenes Magalhães (GO); 11) José Neiva; (MA); 12) Odilon Soares (MA); 13) Argemiro Fialho (MT); 14) Augusto Viegas (MG); 15) Duque de Mesquita (MG); 16) Joaquim Libânio (MG); 17) Rodrigues Pereira (MG); 18) Wellington Brandão (MG); 19) Álvaro Adolfo (PA); 20) Carlos Nogueira (PA); 21) Rocha Ribas (PA); 22) Aramis Ataíde (PR); 23) Gomi Júnior (PR); 24) Ulisses Lins (PE); 25) Valfredo Gurgel (RN); 26) Antero Leivas (RS); 27) Bittencourt Azambuja (RS); 28) Dâmaso Rocha (RS); 28) Elói Rocha (RS); 29) Glicério Alves (RS); 30) Nicolau Vergueiro (RS); 31) Pedro Vergara (RS); 32) Acúrcio Torres (RJ); 33) Aderbal Silva (SC); 34) Alves Palma (SP; SI); 35) Honório Monteiro (SP); 36) Machado Coelho (SP); 37) Martins Filho (SP); 38) Novelli Júnior (SP; SI durante o Estado Novo, era "genro torto" de Dutra); 39) Sílvio de Campos (SP) = 39

## 2) UDN:

**MINISTROS DE ESTADO**: 1) Otávio Mangabeira (BA; ministro das Relações Exteriores de Washington Luís, 1926-1930) = 1

**INTERVENTOR FEDERAL**: 1) Juraci Magalhães (BA; 1931-34); 2) Fernandes Távora (CE; 1930-1931); 3) Argemiro Figueiredo (PB; 1937-1940); 4) Lima Cavalcanti (PE; 1930-1935); 5) Flores da Cunha (RS; 1930-1935); 6) Plínio Barreto (SP; Governador Provisório, 06/11 a 25/11/1930) = 6

**GOVERNADOR**: 1) Juraci Magalhães (BA; 1935-1937); 2) Argemiro de Figueiredo (PB; 1935-1937); 3) Lima Cavalcanti (PE; 1935-1937); 4) Matias Olímpio (PI; 1924-1928); 5) José Augusto (RN; 1924-1927); 6) Flores da Cunha (RS; 1935-1937) = 6

**SECRETÁRIO DE ESTADO**: 1) Severiano Nunes (AM; Secretário Geral do AM, 1934-1935); 2) Freitas Cavalcanti (AL; Geral de AL, 1934); 3) Dantas Júnior (BA; sem especificação, de Pedro Aleixo, 1943-1944); 3) José de Borba (CE; Justiça e Segurança, 1915-1916; Chefe de Polícia na gestão de Fernandes Távora, 1930-1931); 4) Jales Machado (GO; Obras Públicas, 1929-1930); 5) Antenor Bogéa (MA; chefe de polícia e secretário do interventor Paulo Ramos, 1943-1945); 6) João Vilasboas (MT; chefe de polícia, 1915-1918); 8) Gabriel Passos (MG; Interior na gestão de Cristiano Machado, 1930; Interior e Justiça de Benedito Valadares, 1935-1936); 9) Vergniaud Vanderlei (PB; Secretário Estadual de Segurança e da Viação e Obras Públicas no governo de Argemiro Figueiredo, 1935); 10) Argemiro de Figueiredo (PB; Interior e Justiça, 1932-1935); 9) Ernâni Sátiro (PB; chefe de polícia, 1939); 11) Fernando Nóbrega (PB; da Fazenda de Argemiro de Figueiredo por apenas 8 dias, 1940); 12) João Cleofas (PE; Agricultura, Viação e Obras Públicas de Lima Cavalcanti, 1931-1934); 13) Esmaragado de Freitas (PI; 1917-1920; chefe de polícia de Pernambuco na gestão de Lima Cavalcanti, 1930-1931); 14) José Augusto (RN; Secretário Geral, 1914); 15) Romão Júnior (RJ; chefe de polícia, SD); 16) Mário Masagão (SP; Justiça e Segurança Pública de Armando de Sales Oliveira, 1933); 17) Toledo Piza (SP; Agricultura, Comércio e Indústria, 1935-1937); 18) Heribaldo Dantas (SE; Educação, 1924; Segurança Pública, 1929-1930) = 18

**MEMBRO DO CONSELHO OU DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**: 1) Severiano Nunes (AM; até 1941, durante o Estado Novo, depois exonerou-se); 2) Dantas Júnior (BA; presidente do Conselho Administrativo, 1944-45); 3) Gentil Barreira (CE; 1937-1945) = 3

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE MINISTROS**: 1) Euclides Figueiredo (DF; do ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, 1922-1926); 2) Jurandir Pires (DF; do ministro da Viação Mendonça Lima, 1937-1945); 3) Plínio Lemos (PB; do ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, 1931-1934) = 3.

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE GOVERNADOR**: 1) Aloísio de Carvalho (BA; Of. de Gab. do Gov. de Vital Soares, 1928-1930); 2) Albérico Fraga (BA; Of. de Gab. do Gov. de Góis Calmon, 1924-1928, e de Vital Soares, 1928-1930); 3) Manuel Novais (BA; Of. de Gab. do Gov. de Juraci Magalhães, 1931-1933); 4) Gabriel Passos (MG; Of. de Gab. do Gov. de Olegário Maciel, 1930-1933); 5) Fernando Nóbrega (PB; 1924-1928); 6) Gilberto Freire (PE; do governador Estácio Coimbra, 1926-1930) = 6

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE INTERVENTOR**: 1) Manuel Novais (BA; 30-33); 2) Antenor Bogéa (MA; do interventor Paulo Ramos, 1943-1945) = 2

**PREFEITO**: 1) Mário Gomes (AL; União dos Palmares, 1933-35); 2) Plínio Pompeu (CE; Fortaleza, 1937); 3) Alencar Araripe (CE; Crato, 1930-1935); 4) Fernandes Teles (CE; Crato, 1920-1924); 5) Gentil Barreira (CE; Camocim, 1930-1935; Fortaleza, 1935); 6) Jales Machado (GO; Buriti Alegre, 1928-1929); 7) Antenor Bogéa (MA; Grajaú, 1930-1931); 8) Vespasiano Martins (MT; Campo Grande, 1918, 1931, 1934, 1941-1945); 9) José Bonifácio (MG; Barbacena, 1931-1934); 10) Vergniaud Vanderlei (PA; Campina Grande, 1935-1937 e 1940-1945); 11) Ernâni Sátiro (PB; João Pessoa, 1940); 12) Fernando Nóbrega (PB; João Pessoa, 1937-1940); 13) João Úrsulo (PB; Sapé, 1938-1945); 14) Osmar de Aquino (PB; Guarabira, 1940); 15) Alde Sampaio (PE; Catende, 1930); 16) João Cleofas (PE; Vitória de Santo Antão, 1922-1925); 17) Flores da Cunha (RS; Uruguaiana, 1917 e 1920-1924); 18) Romão Júnior (RJ; Petrópolis, SD) = 18

**SECRETÁRIO MUNICIPAL**: 1) Rui Palmeira (AL; 1932-33; 1940); 2) Matias Olímpio (PI; Justiça de Teresina, 1907-1914) = 2

**OUTROS**: 1) Rui Palmeira (AL; oficial de gabinete do prefeito de Maceió, 1930-1932); 2) Plínio Pompeu (CE; Diretor de Obras Públicas do Estado, 1930-31); 3) Beni Carvalho (CE; Membro do Conselho Nacional de Educação durante a gestão do ministro Capanema; 1936); 4) Gabriel Passos (MG; Procurador Geral da República, 1936-1945); 5) Milton Campos (MG; presidente do Conselho Consultivo de MG, 1932-1934); 6) Monteiro de Castro (MG; secretário Particular de seu primo, o secretário da Educação Cristiano Machado, 1936-1939); 7) Alde Sampaio (PE; representante do usineiros pernambucanos no IAA, 1938-1941); 8) Lima Cavalcanti (PE; embaixador do Brasil na Colômbia, México e Cuba, 1937-1945); 9) Esmaragado de Freitas (PI; presidente do Tribunal Eleitoral Regional do Estado, 1934-1937); 10) Adelmar Rocha (PI; diretor da Saúde Pública do Estado, 1933-1934); 11) Coelho Rodrigues (PI; representante do ministério da Marinha no Conselho Nacional do Petróleo, 1938-1943); 12) Aluísio Alves (RN; secretário e presidente da seção da LBA durante o Estado Novo, SD); 13) José Augusto (RN; vice-presidente da Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, 1940-1945); 14) Soares Filho (RJ; membro do Conselho Consultivo do município de Vassouras, 1932); 15) Paulo Nogueira (SP; representante dos usineiros paulistas no IAA na década de 1930); 16) Toledo Piza (SP; membro do Conselho Consultivo do Estado, 1934); 17) Leandro Maciel (SE; diretor de Obras Públicas, de Maynard Gomes, 1930-1932) = 17

**PRESOS POLÍTICOS OU EXILADOS**: 1) Nestor Duarte (BA; 1940); 2) Otávio Mangabeira (BA; 1938-1945); 3) Euclides Figueiredo (DF, 1938-1945); 4) Flores da Cunha (RS; 1938-1943); 5) Aureliano Leite (SP); 6) Paulo Nogueira (SP; 1938-1945); 7) Toledo Piza (SP; 1938-1945) = 7

**OPOSIÇÃO CLANDESTINA**: 1) José Bonifácio (MG; "Manifesto dos Mineiros", 1943); 2) Lopes Cançado (MG; "Manifesto dos Mineiros"); 3) Magalhães Pinto (MG; "Manifesto dos Mineiros"); 4) Milton Campos (MG; "Manifesto dos Mineiros") = 4

**NUNCA OCUPOU CARGOS GOVERNAMENTAIS OU SI**: 1) Aliomar Baleeiro (BA); 2) Clemente Mariani (BA); 3) João Mendes (BA); 4) Luís Viana (BA); 5) Nestor Duarte (BA); 6) Rafael Cincurá (BA); 7) Edgar de Arruda (CE); 8) Egberto Rodrigues (CE); 9) Leão Sampaio (CE); 10) Paulo Sarasate (CE); 11) Hamilton Lacerda (DF); 12) Luís Cláudio (ES); 13) Alarico Pacheco (MA); 14) Agrícola de Barros (MT); 15) Dolor de Andrade (MT); 16) Licurgo Leite (MG); 17) Lopes Cançado (MG); 18) Magalhães Pinto (MG); 19) Agostinho Monteiro (PA); 20) Epílogo Campos (PA); 21) Adalberto Paranhos (PB); 22) João Agripino (PB); 23) José Gaudêncio (PB); 24) Erasto Gaertner (PR); 25) Munhoz da Rocha (PR); 26) Antônio Correia (PI); 27) Cândido Ferraz (PI); 28) Ferreira de Souza (RN); 29) Osório Tuiuti (RS); 30) José Leomil (RJ, SI); 31) Prado Kelly (RJ); 32) Tavares d'Amaral (SC; SI); 33) Tomás Fontes (SC); 34) Romeu Lourenção (SP); 35) Aureliano Leite (SP); 36) Wálter Franco (SE) = 36

**3) <u>PTB</u>:**

**MINISTRO DE ESTADO**: 1) Marcondes Filho (SP; Trabalho, Indústria e Comércio, 1941-1945; Justiça e Negócios Interiores, 1942-1945) = 1

**MEMBRO DE CONSELHOS ADMINISTRATIVOS**: 1) Marcondes Filho (SP; vice-presidente do CA, 1939-1945) = 1

**OFICIAL DE GABINETE OU ASSESSOR DE MINISTROS**: 1) Segadas Viana (DF; Assessor de Marcondes Filho, 1942-1945); 2) Abelardo Mata (RJ; Ajudante de Ordens de **Getúlio Vargas**) = 2

**PREFEITO**: 1) Leopoldo Neves (Parintins-AM; 1927-1927; 1935-1937) = 1

**OUTROS**: 1) Luís Lago (BA; Suplente de Vogal Especializado da Justiça do Trabalho durante o Estado Novo; SD); 2) Antônio Silva (DF; vogal dos padeiros junto à Justiça do Trabalho, 1937-1945); 3) Barreto Pinto (DF; secretário do presidente do Tribunal Superior Eleitoral; 1945); 4) Rui Almeida (DF; Assessor do ministro João Alberto na Coordenação da Mobilização Econômica, 1942-1945); 5) Artur Fischer (RS; membro da Comissão Organizadora do Instituto Nacional de Carnes, 1937-1945); 6) Marcondes Filho (SP; presidente do CNPIC/Conselho Nacional de Política ComErcial e Industrial, 1944-1945); 7) Berto Condé (SP; membro do CNPIC, 1944-1945); 8) Guaraci Silveira (SP; diretor do Departamento Estadual do Trabalho de Taubaté, 1940-1942; chefe da subdelegacia do Trabalho em Santos, 1945); 9) Pedroso Júnior (SP; Vogal dos Empregados Ferroviários na Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas, 1939); 10) Romeu Fiori (SP; membro da Comissão Federal de Preços da CME em SP, 1942-1945) = 10

**NUNCA OCUPOU CARGOS EXECUTIVOS OU SI:** 1) Baeta Neves (DF); 2) Benício Fontenele (DF); 3) Benjamin Farah (DF); 4) Gurgel do Amaral (DF); 5) Vargas Neto (DF); 6) Ezequiel Mendes (MG); 7) Leri Santos (MG); 8) Melo Braga (PR); 9) Eusébio Rocha (SP; SI); 10) Hugo Borghi (SP) = 10

**4) PCB:**

**PRESO POLÍTICO:** 1) Carlos Marighela (BA; 1938-1945); 2) Carlos Prestes (DF; 1936-1945); 3) João Amazonas (DF; 1937-1939); 4) Maurício Grabois (DF; 1941-1942); 5) Agostinho de Oliveira (1937-1941); 6) Alcedo Coutinho (PE, 1937); 7) Gregório Bezerra (PE; 1937-1945); 8) Abílio Fernandes (RS; intermitentemente durante o Estado Novo, 1937-1945); 9) Trifino Correia (RS; 1937-1945); 10) Claudino Silva (RJ; 1936-1937; 1940-1943); 11) Jorge Amado (SP, 1940-1943); 12) José Crispim (SP; 1937-1945) = 12

**MILITÂNCIA CLANDESTINA:** todos os parlamentares.

**5) PR:**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** 1) Artur Bernardes (MG , 1922-1926) = 1

**GOVERNADOR:** 1) Artur Bernardes (MG; 1918-1922); 2) Altino Arantes (SP; 1916-1920) = 2

**SECRETÁRIO DE ESTADO:** 1) Artur Bernardes (MG; Finanças de Julio Bueno, 1910-1914); 2) Daniel de Carvalho (MG; Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1922-1926); 3) Mário Brant (MG; das Finaças de Raul Soares e Melo Viana, 1922-1926); 4) Souza Leão (PE; 1926-1930); 5) Altino Arantes (SP; Negócios Interiores, 1911; Fazenda e Agricultura, 1912-1915) = 5

**OFICIAL DE GABINETE DE PRESIDENTE:** 1) Bernardes Filho (MG; 1922-1926) = 1

**OFICIAL DE GABINETE DE MINISTRO:** 1) Daniel de Carvalho (MG, 1910-1913) = 1

**PREFEITO:** 1) Lino Machado (MA; São Luís, 1935-1937); 2) Jací de Figueiredo (MG; Varginha, 1936-1937) = 2

**OPOSIÇÃO CLANDESTINA:** 1) Artur Bernardes (MG; "Manifesto dos Mineiros", 1943); 2) Bernardes Filho (MG, "Manifesto dos Mineiros"); 3) Daniel de Carvalho (MG, "Manifesto dos Mineiros"); 4) Mário Brant (MG, "Manifesto dos Mineiros") = 4

**PRISÃO POLÍTICA E EXÍLIO:** 1) Bernardes Filho (PR, 1937-1939) = 1

**NUNCA OCUPOU CARGO EXECUTIVO OU SI:** 1) Felipe Balbi (MG); 2) Durval Cruz (SE); 3) Amando Fontes (SE) = 3

**6) PSP:**

**SECRETÁRIO DE ESTADO:** 1) Deodoro de Mendonça (PA; 1921-1925; e secretário geral do Pará na interventoria de José da Gama Malcher, 1937-1945); 2) Café Filho (RN; chefe de polícia, 1930-1933) = 2

**MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO:** 1) Olavo Oliveira (CE; 1937-1945) = 1

**PREFEITO:** 1) Deodoro de Mendonça (PA; Cametá, 1923) = 1

**OUTROS:** 1) Alves Linhares (CE; Secretário particular do presidente José Linhares, seu tio, 1945-1946); 2) Stênio Gomes (CE; Procurador Geral do Estado, 1938-1941) = 2

**EXÍLIO POLÍTICO OU PRISÃO:** 1) Café Filho (RN) = 1

**NUNCA OCUPOU CARGOS ADMINISTRATIVOS OU SI**: 1) Teódulo Albuquerque (BA); 2) João Adeodato (CE); 3) Campos Vergal (SP) = 3

**7) ED/PDC/PL:**

**SECRETÁRIO DE ESTADO**: 1) Domingos Velasco (GO; Segurança e Assisência Pública do interventor Pedro Ludovico, 1931-1932); 2) Raul Pilla (RS; Agricultura no governo de Flores da Cunha, 1936-1937) = 2

**MEMBRO DE CONSELHOS ADMINISTRATIVOS**: 1) Arruda Câmara (PE, 1937-1945) = 1

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE GOVERNADOR**: 1) Hermes Lima (ED; do governador baiano Góis Calmon, 1925-1926) = 1

**NUNCA OCUPOU CARGOS ADMINISTRATIVOS OU SI**: 1) Manuel Vitor (SP) = 1

# ANEXO 5: ATIVIDADES POLÍTICAS DURANTE O ESTADO NOVO.

## 1) PSD:

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** 1) Getúlio Vargas (RS, 1930-1945). = 1

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** ∅

**MINISTROS DE ESTADO:** 1) Silvestre Péricles (AL; ministro do Tribunal de Contas da União; 1943-1945); 2) Gustavo Capanema (MG; Educação e Saúde Pública, 1934-1945); 3) Agamenon Magalhães (PE; Trabalho, Indústria e Comércio, 1934-1937; Justiça e Negócios Interiores, 1937; Justiça e Negócios Interiores, março-outubro/1945); 4) Souza Costa (RS; Fazenda, 1934-1945) = 4

**INTERVENTORES:** 1) Álvaro Maia (AM; 1937-1945); 2) Ismar de Góis (AL; 1941-1945); 3) Pinto Aleixo (BA; 1942-45); 4) Pedro Ludovico (GO; 1930-1934; 1937-1945); 5) Clodomir Cardoso (MA; março-outubro/1945); 6) Benedito Valadares (MG; 1933-1935, 1937-1945); 7) Magalhães Barata (PA; 1930-1935; 1943-1945); 8) João Botelho (PA; interino durante ausências de Magalhães Barata, 1937-1945); 9) Lameira Bittencourt (PA; 28/12/1945); 10) Samuel Duarte (PB; interino e de 27 a 29/10/1945); 11) Flávio Guimarães (PR; nomeado a 29/10/1945, não chegou a assumir em virtude do golpe); 12) Etelvino Lins (PE; março-outubro/1945); 13) Agamenon Magalhães (PE; 1937-1945); 14) Georgino Avelino (RN; agosto-outubro/1945); 15) Dioclécio Duarte (RN; 28/10-03/11/1945); 16) Ernesto Dornelles (RS; 1943-1945); 17) Alfredo Neves (RJ; interino durante ausências do titular Amaral Peixoto, 1939; e definitivo de 27/10 a 05/11/1945); 18) Amaral Peixoto (RJ; 1937-1945); 19) Ivo d'Aquino (SC; 31/10 a 05/11/1945); 20) Nereu Ramos (SC; 1937-1945); 21) Altamiro Guimarães (SC; interino durante ausências de Nereu Ramos, 1937-1945); 22) Leite Neto (SE; substituiu Maynard Gomes, 27/10 a 03/11/1945). = 22.

**SECRETÁRIOS DE ESTADO:** 1) Farias Júnior (Secretário da Fazenda de Ismar de Góis; 1941-1945); 2) Altamirando Requião (BA; do Gabinete Civil de Pinto Aleixo; 1942-1945); 3) Guilherme Marback (BA; da Fazenda de Landulfo Alves e Pinto Aleixo, 1938-45); 4) Vieira de Melo (BA; Secretário Geral da Interventoria e Secrtário do Interior e Justiça do interventor Pinto Aleixo; 1943-1945); 5) Carlos Lindemberg (ES; Fazenda, 1935-1937; Agricultura, 1936-1939); 6) Eurico Sales (ES; da Educação e Cultura do interventor Punaro Bley, 1937-1943); 7) Caiado de Godói (GO; secretário Geral do Estado, 1936; e de Segurança Pública na interventoria de Pedro Ludovico); 8) Galeno Paranhos (GO; chefe de polícia, 1938-1942); 9) João d'Abreu (GO; secretário da Fazenda durante o Estado Novo, SD); 10) Ponce de Arruda (MT; Agricultura, Viação e Obras Públicas e Secretário Geral do Estado, 1937-1945); 11) Celso Machado (MG; Interior e Justiça, 1945); 12) Cristiano Machado (MG; Interior, Justiça e Segurança Pública de Olegário Maciel, 1930, e de Educação e Saúde Pública do interventor Benedito Valadares, 1936-1945); 13) Israel Pinheiro (MG; Agricultura, Indústria e Comércio, 1933-1942); 14) José Alkimin (MG; Interior e Justiça, 1936-1939); 15) Lameira Bittencourt (PA; secretário geral do Estado, 1937-1945); 16) Janduí Carneiro (PB; do Interior e Segurança Pública de seu irmão, Rui Carneiro, 1942-1945); 17) José Joffili (PB; Agricultura, Viação e Obras Públicas do interventor Rui Carneiro, 1942-1945); 18) Samuel Duarte (PB; Interior e Segurança Pública de Rui Carneiro, 1940-1945); 19) Fernado Flores (PR; chefe de polícia, 1939-1941 e Secretário do Interior e Justiça, 1941-1945); 20) Etelvino Lins (PE; Segurança Pública na gestão de Agamenon Magalhães, 1937-1945); 21) Novais Filho (PE; Agricultura de Agamenon Magalhães, 1937); 22) Gersino Pontes (PE; Viação e Obras Públicas, 1937-1945); 23) Areia Leão (PI; Fazenda, e Viação e Obras Públicas, SD); 24) Ernesto Dornelles (RS; chefe de polícia de **MG**, 1936-1943); 25) Heróflo Azambuja (RS; Educação, 1939-1942; Interior, 1942-1943); 26) Alfredo Neves (RJ; Secretário sem especificação de Amaral Peixoto, 1937-1939); 27) Heitor Collet (RJ; Interior e Justiça, 1937-1945); 28) Ivo d'Aquino (SC; Interior e Justiça, 1930; Viação, 1936-1937; Justiça, Educação e Saúde, 1937-1945); 29) Altamiro Guimarães (SC; Fazenda, 1937-1945); 47) Orlando Brasil (SC; Finanças, 1937-1945); 30) Rogério Vieira (SC; Viação e Obras Públicas, e Agricultura, 1937-1945); 31) Batista Pereira (SP; chefe da Casa Civil e Secretário dos Negócios de Ademar de Barros, 1938-1941); 32) Leite Neto (SE; Secretário Geral de SE, 1941-1945). = 33

**MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO:** 1) Leopoldo Peres (AM; presidente do Conselho Administrativo do Estado; 1938-1945); 2) Teixeira de Vasconcelos (AL; 1942-1945); 3) Frota Gentil (CE; 1937-1945); 4) Osvaldo Studart (CE; 1937-1945); 5) Galeno Paranhos (GO; presidente do CA, 1945); 6) Afonso Matos (MA; 1945); 7) Martiniano de Araújo (MT, 1940-1945, e vice-presidente da instituição, 1943-1945); 8) João Botelho (PA, 1937-1945); 9) Flávio Guimarães (PR, 1937-1945); 10) Roberto Glasser (PR; 1937-1945); 11) Adroaldo Mesquita (RS; 1944-1945);

12) Gaston Englert (RS); 13) Alfredo Neves (RJ; presidente do CA, 1940-1945); 14) Heitor Collet (1937-1945); 15) Antônio Feliciano (SP; 1941-1945); 16) César Costa (SP; 1941-1945); 17) Cirilo Júnior (SP; 1939-1945). = 17

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE MINISTROS:** 1) Afonso de Carvalho (AL; chefe de gabinete de Dutra; 1941-1945); 2) Lauro de Freitas (BA, do min. da Viação e Obras Públicas, Mendonça de Lima, 1940); 3) Vitorino Freire (MA; do ministro da Viação Mendonça Lima, 1939-1945); 4) Brígido Tinoco (RJ; oficial de gabinete do ministro do Trabalho, Marcondes Filho, 1942-1945). = 4

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DO INTERVENTOR:** 1) Leopoldo Peres (AM; 1938-1945); 2) Olinto Fonseca (MG; de Olegário Maciel, 1930-1933; e de Benedito Valadares, 1940-1944). = 2

**PREFEITO:** 1) Antônio Mafra (AL; Maceió, 1945); 2) Farias Júnior (AL; Murici, SD) 3) José Maria (AL; Assembléia, SD); 4) Aristides Milton (BA; Salvador, 1945); 5) Eunápio Queiróz (BA, Nazaré em 1931, e de Ilhéus, em 1943-45); 6) Fróis da Mota (BA; Feira de Santana, 1944-45); 7) Régis Pacheco (BA; Vitória da Conquista; 1942-1945); 8) Henrique de Novais (ES; Vitória, 1916-1920, 1944-1945); 9) Álvaro Castelo (ES; Afonso Cláudio, 1945); 10) Ari Viana (ES; Cachoeiro do Itapemirim, 1943-1945); 11) Guilherme Xavier (GO; Morrinhos, 1936-1945); 12) Levindo Coelho (MG; Ubá, 1937-1945); 13) Alfredo Sá (MG; Teófilo Otôni, 1940-1945); 14) Bias Fortes (MG; Barbacena, 1937-1945); 15) Juscelino Kubitscheck (MG; 1940-1945); 16) Munhoz de Melo (PR; Londrina, 1937-1945); 17) Novais Filho (PE, Recife, 1938-1945); 18) Oscar Napoleão (PE; Olinda, SD); 19) Paulo Guerra (PE; Orobó, 1938-1940; Bezerros, 1941-1942); 20) José Varela (RN; Natal, 1943-1945); 21) Mota Neto (RN; Mossoró, 1945); 22) Bayard de Lima (RS; Uruguaiana, 1939-1945); 23) Brochado da Rocha (RS; São Pedro, 1930-1931; Viamão, 1931-1932; Viamão, 1938-1941); 24) Mércio Teixeira (RS; Bajé, 1936-1945); 25) Teodomiro da Fonseca (RS; São Leopoldo, 1937-1945); 26) Brígico Tinoco (RJ; São Gonçalo, 1939-1941; Niterói, 1945); 27) Getúlio Moura (RJ; Nova Iguaçú, 1930-1931; março-outubro, 1945); 28) Paulo Fernandes (RJ; Barra do Piraí, 1939-1945); 29) João Abdalla (SP; Barigui, 1937-1941); 30) Lopez Ferraz (SP; Olímpia, 1941-1945). = 30

**SECRETÁRIO MUNICIPAL: 1)** Costa Porto (PE; da prefeitura de Recife, 1938-1942); 2) Brígido Tinoco (RJ; da prefeitura de São Gonçalo, 1938-1940) = 2.

**OUTROS:** 1) Medeiros Neto (AL; Diretor do Departamento das Municipalidades na interventoria de Ismar de Góes); 2) Silvestre Péricles (AL; Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, 1941-1943); 3) Luís Barreto (BA; Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças; 1937-1945); 4) Raul Barbosa (CE; Procurador Geral do Estado, 1937-1945); 5) Dário Cardoso (GO; presidente do Tribunal Regional Eleitoral, 1937-1945); 6) Crépori Franco (MA; chefe do contensioso do Departamento Nacional do Café, 1937-1945); 7) Israel Pinciro (MG; 1° presidente da Vale do Rio Doce, 1942-1945); 8) José Alkimin (MG; diretor da penitenciária agrícola de Neves, 1939-1942); 9) Noraldino Lima (MG; Membro do Conselho Diretor do Departamento Nacional do Café, 1937-1945); 10) Duarte de Oliveira (PA; superintendente dos Serviços Externos da Prefeitura de Belém, 1943); 11) Moura Carvalho (PA; diretor geral do departamento de Segurança Pública, 1943-1945); 12) Barbosa Lima Sobrinho (PE; presidente do IAA, 1938-1946; membro da Comissão de Combustíveis e Lubrificantes, 1941-1945; membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, 1945); 13) Costa Porto (PE; Diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado, 1942-1945); 14) Ferreira Lima (PE; Diretor do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal, SD); 15) Jarbas Maranhão (PE; diretor-presidente da LBA, 1942-1945; diretor regional do SENAI, 1944-1945); 16) Osvaldo Lima (PE; nomeado pelo interventor Agamenon Magalhães Procurador dos Feitos da Fazenda de PE, 1937); 17) Paulo Guerra (PE; delegado regional do DIP em PE, 1942); 18) Renault Leite (PI; representante do DF no Conselho Nacional do Petróleo, 1942-1945; representante do PI junto ao ministério da Viação, 1938-1945); 19) Georgino Avelino (RN; diretor de Turismo e Propaganda do DF, 1941-1945); 20) Dioclécio Duarte (RN; consultor Técnico do Instituto Nacional do Sal, 1937-145); 21) Batista Luzardo (RS; embaixador do Brasil no Uruguai, 1937-1945; e na Argentina, 1945); 22) Pereira Pinto (RJ; representante dos usineiros no IAA, 1933-1945); 23) Amaral Peixoto (RJ; chefe do Serviço de Abastecimento da CME, 1942-1944); 24) Miguel Couto (RJ; representante do RJ na Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, SD); 25) Hans Jordan (SC; Diretor do Instituto Nacional do Mate, SD); 26) Costa Neto (SP; Procurador-Geral do Estado na gestão de Fernando Costa, 1941-1943); 27) Goffredo Telles Jr. (SP; membro do Conselho Penitenciário de SP, SD); 28) Horácio Lafer (SP; membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do ministério da Fazenda, 1943-1945); 29) José Armando (SP; chefe de gabinete do prefeito de São Paulo, Prestes Maia, 1938-1939); 30) Sampaio Vidal (SP; membro da Coordenação da Mobilização Econômica e do Conselho Consultivo do DNC, 1942-1945). = 30

**NUNCA OCUPARAM CARGOS EXECUTIVOS OU SI:** 1) Castelo Branco (AC); 2) Cosme Ferreira (AM); 3) Aloísio de Castro (BA); 4) Negreiros Falcão (BA); 5) Almeida Monte (CE); 6) Moreira da Rocha (CE); 7) Jonas Correia (DF); 8) Fontes Romero (DF); 9) Vieira de Rezende (ES); 10) Diógenes Magalhães (GO); 11) José Neiva; (MA); 12) Odilon Soares (MA); 13) Argemiro Fialho (MT); 14) Augusto Viegas (MG); 15) Duque de Mesquita (MG); 16) Joaquim Libânio (MG); 17) Rodrigues Pereira (MG); 18) Wellington Brandão (MG); 19) Álvaro Adolfo (PA); 20) Carlos

Nogueira (PA); 21) Rocha Ribas (PA); 22) Aramis Ataíde (PR); 23) Gomi Júnior (PR); 24) Ulisses Lins (PE); 25) Valfredo Gurgel (RN); 26) Antero Leivas (RS); 27) Bittencourt Azambuja (RS); 28) Dâmaso Rocha (RS); 28) Elói Rocha (RS); 29) Glicério Alves (RS); 30) Nicolau Vergueiro (RS); 31) Pedro Vergara (RS); 32) Acúrcio Torres (RJ); 33) Aderbal Silva (SC); 34) Alves Palma (SP; SI); 35) Honório Monteiro (SP); 36) Machado Coelho (SP); 37) Martins Filho (SP); 38) Novelli Júnior (SP; SI durante o Estado Novo, era "genro torto" de Dutra); 39) Sílvio de Campos (SP) = 39

2) UDN:

**INTERVENTOR FEDERAL:** 1) Argemiro Figueiredo (PB; 1937-1940) = 1.

**SECRETÁRIO DE ESTADO:** 1) Dantas Júnior (BA; sem especificação, de Pedro Aleixo, 1943-1944); 2) Antenor Bogéa (MA; chefe de polícia e secretário do interventor Paulo Ramos, 1943-1945); 3) Ernâni Sátiro (PB; chefe de polícia, 1939); 4) Fernando Nóbrega (PB; da Fazenda de Argemiro de Figueiredo por apenas 8 dias, 1940) = 4

**MEMBRO DO CONSELHO OU DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO:** 1) Severiano Nunes (AM; até 1941, durante o Estado Novo, depois exonerou-se); 2) Dantas Júnior (BA; presidente do Conselho Administrativo, 1944-45); 3) Gentil Barreira (CE; 1937-1945). = 3

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE MINISTROS:** 1) Jurandir Pires (DF; do ministro da Viação Mendonça Lima, 1937-1945) = 1

**CHEFE OU OFICIAL DE GABINETE DE INTERVENTOR:** 1) Antenor Bogéa (MA; do interventor Paulo Ramos, 1943-1945) = 2

**PREFEITO:** 1) Vespasiano Martins (MT; Campo Grande, 1918, 1931, 1934, 1941-1945); 2) Vergniaud Vanderlei (PA; Campina Grande, 1935-1937 e 1940-1945); 3) Ernâni Sátiro (PB; João Pessoa, 1940); 4) Fernando Nóbrega (PB; João Pessoa, 1937-1940); 5) João Úrsulo (PB; Sapé, 1938-1945); 6) Osmar de Aquino (PB; Guarabira, 1940) = 6.

**OUTROS:** 1) Gabriel Passos (MG; Procurador Geral da República, 1936-1945); 2) Monteiro de Castro (MG; secretário Particular de seu primo, o secretário da Educação Cristiano Machado, 1936-1939); 3) Alde Sampaio (PE; representante do usineiros pernambucanos no IAA, 1938-1941); 4) Lima Cavalcanti (PE; embaixador do Brasil na Colômbia, México e Cuba, 1937-1945); 5) Coelho Rodrigues (PI; representante do ministério da Marinha no Conselho Nacional do Petróleo, 1938-1943); 7) Aluísio Alves (RN; secretário e presidente da seção da LBA durante o Estado Novo, SD); 8) José Augusto (RN; vice-presidente da Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, 1940-1945). = 8.

**PRESOS POLÍTICOS OU EXILADOS:** 1) Nestor Duarte (BA); 2) Otávio Mangabeira (BA); 3) Euclides Figueiredo (DF, 1938-1945); 4) Flores da Cunha (RS); 5) Aureliano Leite (SP); 6) Paulo Nogueira (SP); 7) Toledo Piza (SP; 1938-1945). = 7

**OPOSIÇÃO CLANDESTINA:** 1) José Bonifácio (MG; "Manifesto dos Mineiros", 1943); 2) Lopes Cançado (MG; "Manifesto dos Mineiros"); 3) Magalhães Pinto (MG; "Manifesto dos Mineiros"); 4) Milton Campos (MG; "Manifesto dos Mineiros"). = 4

**NUNCA OCUPOU CARGOS EXECUTIVOS OU SI:** 1) Aliomar Baleeiro (BA); 2) Clemente Mariani (BA); 3) João Mendes (BA); 4) Luís Viana (BA); 5) Rafael Cincurá (BA); 6) Edgar de Arruda (CE); 7) Egberto Rodrigues (CE); 8) Leão Sampaio (CE); 9) Paulo Sarasate (CE); 10) Hamilton Lacerda (DF); 11) Luís Cláudio (ES); 12) Agrícola de Barros (MT); 13) Dolor de Andrade (MT); 14) Licurgo Leite (MG); 15) Agostinho Monteiro (PA); 16) Epílogo Campos (PA); 17) Adalberto Paranhos (PB); 18) João Agripino (PB); 19) José Gaudêncio (PB); 20) Erasto Gaertner (PR); 21) Munhoz da Rocha (PR); 22) Antônio Correia (PI); 23) Cândido Ferraz (PI); 24) Ferreira de Souza (RN); 25) Osório Tuiuti (RS); 26) José Leomil (RJ, SI); 27) Prado Kelly (RJ); 28) Tavares d'Amaral (SC; SI); 29) Tomás Fontes (SC; SI); 30) Romeu Lourenção (SP); 31) Walter Franco (SE; SI); 32) Amando Fontes (SE). = 32

**3) PTB:**

**MINISTRO DE ESTADO:** 1) Marcondes Filho (SP; Trabalho, Indústria e Comércio, 1941-1945; Justiça e Negócios Interiores, 1942-1945). = 1

**MEMBRO DE CONSELHOS ADMINISTRATIVOS:** 1) Marcondes Filho (SP; vice-presidente do CA, 1939-1945). = 1

**OFICIAL DE GABINETE OU ASSESSOR DE MINISTROS:** 1) Segadas Viana (DF; Assessor de Marcondes Filho, 1942-1945); 2) Abelardo Mata (RJ; Ajudante de Ordens de **Getúlio Vargas**). = 2

**OUTROS:** 1) Luís Lago (BA; Suplente de Vogal Especializado da Justiça do Trabalho durante o Estado Novo; SD); 2) Antônio Silva (DF; vogal dos padeiros junto à Justiça do Trabalho, 1937-1945); 3) Barreto Pinto (DF; secretário do presidente do Tribunal Superior Eleitoral; 1945); 4) Rui Almeida (DF; Assessor do ministro João Alberto na Coordenação da Mobilização Econômica, 1942-1945); 5) Artur Fischer (RS; membro da Comissão Organizadora do Instituto Nacional de Carnes, 1937-1945); 6) Marcondes Filho (SP; presidente do CNPIC/Conselho Nacional de Política Coemrcial e Industrial, 1944-1945); 7) Berto Condé (SP; membro do CNPIC, 1944-1945); 8) Guaraci Silveira (SP; diretor do Departamento Estadual do Trabalho de Taubaté, 1940-1942; chefe da subdelegacia do Trabalho em Santos, 1945); 9) Pedroso Júnior (SP; Vogal dos Empregados Ferroviários na Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas, 1939); 10) Romeu Fiori (SP; membro da Comissão Federal de Preços da CME em SP, 1942-1945). = 1

**NUNCA OCUPOU CARGOS EXECUTIVOS OU SI:** 1) Baeta Neves (DF); 2) Benício Fontenele (DF); 3) Benjamin Farah (DF); 4) Gurgel do Amaral (DF); 5) Vargas Neto (DF); 6) Ezequiel Mendes (MG); 7) Leri Santos (MG); 8) Melo Braga (PR); 9) Eusébio Rocha (SP; SI); 10) Hugo Borghi (SP). = 10

**4) PCB:**

**PRESO POLÍTICO:** 1) Carlos Marighela (BA; 1938-1945); 2) Carlos Prestes (DF; 1936-1945); 3) João Amazonas (DF; 1937-1939); 4) Maurício Grabois (DF; 1941-1942); 5) Agostinho de Oliveira (1937-1941); 6) Alcedo Coutinho (PE, 1937); 7) Gregório Bezerra (PE; 1937-1945); 8) Abílio Fernandes (RS; intermitentemente durante o Estado Novo, 1937-1945); 9) Trifino Correia (RS; 1937-1945); 10) Claudino Silva (RJ; 1936-1937; 1940-1943); 11) Jorge Amado (SP, 1940-1943); 12) José Crispim (SP; 1937-1945). = 12

**MILITÂNCIA CLANDESTINA:** todos os parlamentares.

**5) PR:**

**OPOSIÇÃO CLANDESTINA:** 1) Artur Bernardes (MG; "Manifesto dos Mineiros", 1943); 2) Bernardes Filho (MG, "Manifesto dos Mineiros"); 3) Daniel de Carvalho (MG, "Manifesto dos Mineiros"); 4) Mário Brant (MG, "Manifesto dos Mineiros"). = 04

**PRISÃO POLÍTICA E EXÍLIO:** 1) Bernardes Filho (PR, 1937-1939). = 1

**NUNCA OCUPOU CARGO EXECUTIVO OU SI:** 1) Bernardes Filho (MG); 2) Felipe Balbi (MG); 3) Durval Cruz (SE; SI). = 3

**6) PSP:**

**SECRETÁRIO DE ESTADO:** 1) Deodoro de Mendonça (PA; 1921-1925; e secretário geral do Pará na interventoria de José da Gama Malcher, 1937-1945) = 1.

**MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO:** 1) Olavo Oliveira (CE; 1937-1945). = 1

**OUTROS:** 1) Alves Linhares (CE; Secretário particular do presidente José Linhares, seu tio, 1945-1946); 2) Stênio Gomes (CE; Procurador Geral do Estado, 1938-1941). = 2

**EXÍLIO POLÍTICO OU PRISÃO:** 1) Café Filho (RN). = 1

**NUNCA OCUPOU CARGOS ADMINISTRATIVOS OU SI:** 1) Teódulo Albuquerque (BA); 2) João Adeodato (CE); 3) Campos Vergal (SP). = 3

**7) <u>ED/PDC/PL</u>:**

**MEMBRO DE CONSELHOS ADMINISTRATIVOS:** 1) Arruda Câmara (PE, 1937-1945). = 1

**NUNCA OCUPOU CARGOS ADMINISTRATIVOS OU SI:** 1) Manuel Vitor (SP). = 1

# ANEXO 6: DEPUTADOS E SENADORES POR PROFISSÕES:

## I) PSD:

**BANQUEIRO (1ª)**: 1) Frota Gentil (CE); 2) Melo Viana (MG); 3) Dioclécio Duarte (RN); 4) Souza Costa (RS); 5) Eduardo Duvivier (RJ) = 5

**BANQUEIRO (2ª)**: 1) Pedro Ludovico (GO); 2) Cristiano Machado (MG); 3) Oscar Napoleão (PE); 4) Aderbal Silva (SC); 5) João Abdalla (SP) = 5

**COMERCIANTE (1ª)**: 1) Hugo Carneiro (AC); 2) Cosme Ferreira (AM); 3) Negreiros Falcão (BA); 4) Martiniano de Araújo (MT); 5) Gaston Englert (RS). = 05

**COMERCIANTE (2ª)**: 1) Carlos Lindemberg (ES); 2) Pereira Pinto (RS). = 02

**INDUSTRIAL (1ª)**: 1) Luís Barreto (BA); 2) Osvaldo Studart (CE); 3) Cristiano Machado (MG); 4) Israel Pinheiro (MG); 5) Duarte de Oliveira (PA); 6) Gomi Júnior (PR); 7) Mota Neto (RN; produtor de sal); 8) Aderbal Silva (SC); 9) Hans Jordan (SC); 10) Roberto Grossembacker (SC); 11) Horácio Láfer (SP); 12) João Abdalla (SP); 13) Machado Coelho (SP) = 13

**INDUSTRIAL (2ª)**: 1) Joaquim Libânio (MG); 2) José Alkimin (MG); 3) Roberto Glasser (PR); 4) Ferreira Lima (PE); 5) Miguel Couto (RJ); 6) Sampaio Vidal (SP) = 6

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (1ª)**: 1) Farias Júnior (AL; fazendeiro); 2) Fróis da Mota (BA; Pecuarista); 3) Almeida Monte (pecuarista; CE); 4) Carlos Lindemberg (ES; pecuarista); 5) Pedro Ludovico (GO); 6) Guilherme Xavier (GO); 7) Vitorino Freire (MA); 8) Levindo Coelho (MG); 9) Bias Fortes (MG; fazendeiro); 10) João Henrique (MG; pecuarista); 11) Joaquim Libânio (MG); 12) Wellington Brandão (MG; pecuarista); 13) Álvaro Adolfo (PA; pecuarista); 14) Nelson Parijós (PA); 15) Flávio Guimarães (PR); 16) Roberto Glasser (PR; pecuarista); 17) João Aguiar (PR; pecuarista, usineiro e cafeicultor); 18) Novais Filho (PE; senhor de engenho); 19) Costa Porto (PE; senhor de engenho); 20) Ferreira Lima (PE; pecuarista e plantador de cana); 21) Oscar Napoleão (PE; fornecedor de cana); 22) Paulo Guerra (PE; pecuarista); 23) Ulisses Lins (PE); 24) Sigefredo Pacheco (PI; pecuarista); 25) José Varela (RN); 26) Getúlio Vargas (RS; pecuarista); 27) Batista Luzardo (RS; pecuarista); 28) Pereira Pinto (RJ; usineiro); 29) Bastos Tavares (RJ; usineiro e plantador de cana); 30) Carlos Pinto (RJ; cafeicultor e plantador de cana); 31) Getúlio Moura (RJ; citricultor); 32) Paulo Fernandes (RJ; pecuarista); 33) Otacílio Costa (SC); 34) César Costa (SP); 35) Martins Filho (SP); 36) Sampaio Vidal (SP; cafeicultor) = 36

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (2ª)**: 1) Luís Barreto (BA); 2) Israel Pinheiro (MG); 3) Laír Tostes (MG); 4) Moura Carvalho (PA; pecuarista); 5) Ernesto Dorneles (RS); 6) Glicério Alves (RS; pecuarista); 7) Eduardo Duvivier (RJ; pecuarista) = 7

**ADVOGADO (1ª)**: 1) Aloísio de Castro (BA); 2) Atílio Vivácqua (ES); 3) Eurico Sales (CE); 4) João d'Abreu (GO); 5) Argemiro Fialho (MT); 6) Augusto Viegas (MG); 7) Benedito Valadares (MG); 8) José Alkimin (MG); 9) Rodrigues Pereira (MG); 10) João Botelho (PA); 11) Adroaldo Mesquita (RS); 12) Antero Leivas (RS); 13) Bittencourt Azambuja (RS); 14) Elói Rocha (RS); 15) Heitor Collet (RJ); 16) Nereu Ramos (SC); 17) Alves Palma (SP); 18) Antônio Feliciano (SP); 19) Ataliba Nogueira (SP); 20) Batista Pereira (SP); 21) Cirilo Júnor (SP); 22) Costa Neto (SP); 23) Goffredo Telles (SP); 24) Honório Monteiro (SP); 25) José Armando (SP); 26) Sílvio de Campos (SP); 27) Graco Cardoso (SE); 28) Leite Neto (SE) = 28.

**ADVOGADO (2ª)**: 1) Melo Viana (MG); 2) Bias Fortes (MT); 3) Nelson Parijós (PA); 4) Flávio Guimarães (PR); 5) Novais Filho (PE); 6) Georgino Avelino (RN); 7) Getúlio Vargas (RS); 8) Batista Luzardo (RS); 9) Gaston Englert (RS); 10) Getúlio Moura (RJ); 11) Otacílio Costa (SC); 12) César Costa (SP); 13) Horácio Láfer (SP); 14) Martins Filho (SP); 15) Novelli Júnior (SP) = 15.

**ADVOGADO (3ª)**: 1) Altamirando Requião (BA); 2) Carlos Lindemberg (ES); 3) Cristiano Machado (MG); 4) Oscar Napoleão (PE); 5) Dioclécio Duarte (RN); 6) Aderbal Silva (SC); 7) Sampaio Vidal (SP) = 7

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (1ª):** 1) Castelo Branco (AC); 2) Álvaro Maia (AM); 3) Valdemar Pedrosa (AM); 4) Leopoldo Peres (AM); 5) Pereira da Silva (AM); 6) Guilherme Marback (BA); 7) Vieira de Melo (BA); 8) Raul Basbosa (CE); 9) Álvaro Castelo (ES); 10) Vieira Resende (ES); 11) Dário Cardoso (GO); 12) Caiado de Godói (GO); 13) Galeno Paranhos (GO); 14) Clodomir Cardoso (MA); 15) Pereira Júnior (MA); 16) Crépori Franco (MA); 17) José Neiva (MA); 18) Luís Carvalho (MA); 19) Alfredo Sá (MG); 20) Celso Machado (MG); 21) Duque de Mesquita (MG); 22) Gustavo Capanema (MG); 23) Lair Tostes (MG); 24) Noraldino Lima (MG); 25) Pedro Dutra (MG); 26) Carlos Nogueira (PA); 27) Lameira Bittencourt (PA); 28) José Joffili (PB); 29) Samuel Duarte (PB); 30) Lauro Sodré (PR); 31) Munhoz de Melo (PR); 32) Etelvino Lins (PE); 33) Agamenon Magalhães (PE); 34) Jarbas Maranhão (PE); 35) Osvaldo Lima (PE); 36) Glicério Alves (RS); 37) Herófilo Azambuja (RS); 38) Manuel Duarte (RS); 39) Pedro Vergara (RS); 40) Acúrcio Torres (RJ); 41) Brígido Tinoco (RJ); 42) Ivo d'Aquino (SC); 43) Altamirando Guimarães (SC); 44) Rogério Vieira (SC) = 44.

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (2ª):** 1) Hugo Carneiro (AC); 2) Silvestre Péricles (AL); 3) Negreiros Falcão (BA); 4) Guilherme Xavier (GO); 5) Wellington Brandão (MG); 6) Álvaro Adolfo (PA); 7) Gomi Júnior (PR); 8) Barbosa Lima Sobrinho (PE); 9) Costa Porto (PE); 10) Paulo Guerra (PE); 11) Ulisses Lins (PE); 12) Mota Neto (RN); 13) Dâmaso Rocha (RS); 14) Machado Coelho (SP) = 14.

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (4ª):** 1) Jonas Correia (DF) = 01.

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (1ª):** 1) Altamirando Requião (BA) = 01

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (2ª):** 1) Valdemar Pedrosa (AM; Direito Penal na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus-AM, 1913-1937); 2) Leopoldo Peres (AM; Catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do AM); 3) Atílio Vivácqua (ES); 4) Eurico Sales (ES); 5) Dário Cardoso (GO); 6) Caiado de Godói (GO); 7) João d'Abreu (GO); 8) Adroaldo Mesquita (RS); 9) Antero Leivas (RS); 10) Elói Rocha (RS); 11) Alfredo Neves (RJ); 12) Brígido Tinoco (RJ); 13) Heitor Collet (RJ); 14) Ivo d'Aquino (SC); 15) Nereu Ramos (SC); 16) Ataliba Nogueira (SP); 17) Cirilo Júnior (SP); 18) Goffredo Telles Jr. (SP); 19) Honório Monteiro (SP) = 19

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (3ª):** 1) José Alkimin (MG); 2) Álvaro Adolfo (PA); 3) Aramis Ataíde (PR); 4) Sigefredo Pacheco (PI); 5) Miguel Couto (RJ) = 05.

**PROFESSOR (2ª):** 1) Teixeira de Vasconcelos (AL); 2) José Maria (AL); 3) Medeiros Neto (AL); 4) Aristides Milton (BA); 5) Guilherme Marback (BA); 6) Lauro de Freitas (BA); 7) Jonas Correia (DF); 8) Crépori Franco (MA); 9) Odilon Soares (MA); 10) Gustavo Capanema (MG); 11) Rodrigues Seabra (MG); 12) Valfredo Gurgel (RN); 13) Daniel Faraco (RS) = 13

**JORNALISTA (1ª):** 1) Milton Prates (MG); 2) Barbosa Lima Sobrinho (PE); 3) Georgino Avelino (RN); 4) Dâmaso Rocha (RS) = 04

**JORNALISTA (2ª):** 1) Álvaro Maia (AM); 2) Aloísio de Castro (BA); 3) Altamirando Requião (BA); 4) Álvaro Castelo (ES); 5) Asdrúbal Soares (ES); 6) Clodomir Cardoso (GO); 7) Luís Carvalho (MA); 8) Alfredo Sá (MG); 9) Celso Machado (MG); 10) Noraldino Lima (MG); 11) Olinto Fonseca (MG); 12) Duarte de Oliveira (PA); 13) Samuel Duarte (PB); 14) Lauro Sodré (PR); 15) Agamenon Magalhães (PE); 16) Osvaldo Lima (PE); 17) Dioclécio Duarte (RN); 18) Pedro Vergara (RS); 19) Costa Neto (SP); 20) José Armando (SP); 21) Graco Cardoso (SE); 22) Leite Neto (SE) = 22

**JORNALISTA (3ª):** 1) José Maria (AL); 2) Jonas Correia (DF); 3) Dário Cardoso (GO); 4) Caiado de Godói (GO); 5) Martiniano de Araújo (MT); 6) Gomi Júnior (PR); 7) Valfredo Gurgel (RN); 8) Alfredo Neves (RJ); 9) Ivo d'Aquino (SC); 10) Nereu Ramos (SC); 11) Otacílio Costa (SC); 12) Ataliba Nogueira (SP) = 12

**ESCRITOR (2ª):** 1) Afonso de Carvalho (AL); 2) Manuel Duarte (RS) = 2

**ESCRITOR (3ª):** 1) Álvaro Maia (AM); 2) Noraldino Lima (MG); 3) Wellington Brandão (MG); 4) Barbosa Lima Sobrinho (PE) = 4

**ESCRITOR (4ª):** 1) Altamirando Requião (BA) = 1

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO (1ª):** 1) Rocha Ribas (PA); 2) Daniel Faraco (RS); 3) Orlando Brasil (SC) = 3

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO (2ª)**: 1) Henrique de Novais (ES); 2) Ari Viana (ES); 3) Vitorino Freire (MA); 4) Martiniano de Araújo (MT); 5) Souza Costa (RS); 6) Teodomiro Fonseca (RS). = 6

**CONTADOR (1ª)**: 1) Ari Viana (ES) = 1

**SACERDOTE (1ª)**: 1) Teixeira de Vasconcelos (AL); 2) Medeiros Neto (AL); 3) Valfredo Gurgel (RN) = 3

**MILITAR (1ª)**: 1) Góes Monteiro (AL); 2) Afonso de Carvalho (AL); 3) Silvestre Péricles (AL); 4) Pinto Aleixo (BA); 5) Jonas Correia (DF); 6) Magalhães Barata (PA); 7) Moura Carvalho (PA); 8) Aramis Ataíde (PR); 9) Fernando Flores (PR); 10) Ernesto Dornelles (RS); 11) Bayard de Lima (RS); 12) Brochado da Rocha (RS); 13) Teodomiro Fonseca (RS); 14) Amaral Peixoto (RJ) = 14

**MÉDICO (1ª)**: 1) José Maria (AL); 2) Régis Pacheco (BA); 3) Moreira da Rocha (CE); 4) Fontes Romero (DF); 5) Diógenes Magalhães (GO); 6) Afonso Matos (MA); 7) Odilon Soares (MA); 8) Juscelino Kubitschek (MG); 9) Olinto Fonseca (MG); 10) Janduí Carneiro (PB); 11) Mércio Teixeira (RS); 12) Nicolau Vergueiro (RS); 13) Alfredo Neves (RJ); 14) Miguel Couto (RJ); 15) Lopes Ferraz (SP); 16) Novelli Júnor (SP) = 16

**MÉDICO (2ª)**: 1) Fróis da Mota (BA); 2) Levindo Coelho (MG); 3) João Henrique (MG); 4) Aramis Ataíde (PR); 5) Sigefredo Pacheco (PI); 6) José Varela (RN); 7) Bayard de Lima (RS); 8) Bastos Tavares (RJ) = 8

**MÉDICO (3ª)**: 1) Pedro Ludovico (GO); 2) João d'Abreu (GO; dentista); 3) Joaquim Libânio (MG); 4) Ferreira Lima (PE); 5) Batista Luzardo (RS); 6) João Abdalla (SP) = 6

**ENGENHEIRO (1ª)**: 1) Antônio Mafra (AL; Civil); 2) Lauro Montenegro (AL; Agrônomo); 3) Aristides Milton (BA; Civil); 4) Eunápio de Queiróz (Civil; BA); 5) Lauro de Freitas (BA); 6) Henrique de Novais (ES); 7) Asdrúbal Soares (ES); 8) Ponce de Arruda (MT); 9) Rodrigues Seabra (MG; eletricista); 10) Gersino Pontes (PE; civil); 11) Areia Leão (PI; civil); 12) Renault Leite (PI; civil) = 12

**ENGENHEIRO (2ª)**: 1) Góes Monteiro (AL); 2) Farias Júnior (AL; Agrônomo); 3) Osvaldo Stuart (CE; civil); 4) Brochado da Rocha (RS; engenheiro militar; RS); 5) Amaral Peixoto (RS; engenheiro naval); 6) Paulo Fernandes (RJ; agrônomo) = 6

**ENGENHEIRO (3ª)**: 1) Israel Pinheiro (MG); 2) Nelson Parijós (PA; agrônomo) = 2

**2) <u>UDN</u>:**

**BANQUEIRO (1ª)**: 1) Clemente Mariani (BA); 2) Magalhães Pinto (MG); 3) João Úrsulo (PB). = 3

**BANQUEIRO (2)**: 1) Wálter Franco (SE);

**COMERCIANTE (1ª)** : 1) José Augusto (RN) = 1

**COMERCIANTE (2ª)** : 1) Aureliano Leite (SP) = 1

**INDUSTRIAL (1ª)**: 1) Paulo Nogueira (SP) = 1

**INDUSTRIAL (2ª)**: 1) Jales Machado (GO); 2) Alde Sampaio (PE) = 1

**EMPRESÁRIO (2ª)**: 1) Euclides Figueiredo (DF) = 1

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (1ª)**: 1) Mário Gomes (AL; senhor de engenho); 2) Rui Palmeira (AL; usineiro); 3) João Mendes (BA; pecuarista); 4) Rafael Cincurá (BA; pecuarista); 5) Rui Santos (BA); 6) Alencar Araripe (CE; pecuarista); 7) Egberto Rodrigues (CE); 8) Fernandes Teles (CE; usineiro); 9) Jales Machado (GO; cafeicultor e pecuarista); ); 10) Vespasiano Barbosa (MT; pecuarista); 11) Dolor de Andrade (MT ; pecuarista); 12) Agostinho Monteiro (PA); 13) Argemiro de Figueiredo (PB; pecuarista); 14) Ernâni Sátiro (PB); 15) João Agripino (PB; pecuarista); 16) Alde Sampaio (PE; usineiro); 17) João Cleofas (PE; usineiro); 18) Lima Cavalcanti (PE; usineiro); 19) Flores da

Cunha (RS; pecuarista); 20) Toledo Piza (SP; cafeicultor); 21) Wálter Franco (SE; usineiro e pecuarista); 22) Leandro Maciel (SE). = 22

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (2ª):** 1) Clemente Mariani (BA); 2) Juraci Magalhães (BA); 3) Epílogo de Campos (PA); 4) João Úrsulo (PB); 5) Paulo Nogueira (SP; cafeicultor). = 05

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (3ª):** 1) Soares Filho (RJ);

**ADVOGADO (1ª):** 1) Aloísio de Carvalho (BA); 2) Alberico Fraga (BA); 3) Aliomar Baleeiro (BA); 4) Luís Viana (BA); 5) Nestor Duarte (BA); 6) Beni Carvalho (CE); 7) Gabriel Passos (MG); 8) José Bonifácio (MG); 9) Licurgo Leite (MG); 10) Lopes Cançado (MG); 11) Milton Campos (MG); 12) Monteiro de Castro (MG); 13) Adalberto Ribeiro (PB); 14) Fernando Nóbrega (PB); 15) José Gaudêncio (PB); 16) Osmar de Aquino (PB); 17) Ferreira de Souza (RN); 18) José Leomil (RJ); 19) Prado Kelly (RJ); 20) Soares Filho (RJ); 21) Tavares d'Amaral (SC); 22) Aureliano Leite (SP); 23) Mário Masagão (SP); 24) Romeu Lourenção (SP); 25) Heribaldo Dantas (SE) = 25

**ADVOGADO (2ª):** 1) Mário Gomes (AL); 2) Rui Palmeira (AL); 3) João Mendes (BA); 4) Rafael Cincurá (BA); 5) Alencar Araripe (CE); 6) Paulo Sarasate (CE); 7) Dolor de Andrade (MT); 8) Magalhães Pinto (MG); 9) Argemiro de Figueiredo (PB); 10) Ernâni Sátiro (PB); 11) Lima Cavalcanti (PE); 12) José Augusto (RN); 13) Flores da Cunha (RS); 14) Plínio Barreto (SP); 15) Toledo Piza (SP) = 15

**ADVOGADO (3ª):** 1) Clemente Mariani (BA); 2) João Úrsulo (PB); 3) Osório Tuiuti (RS); 4) Paulo Nogueira (SP) = 4

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (1ª):** 1) Severiano Nunes (AM); 2) Freitas Cavalcanti (AL); 3) Dantas Júnior (BA); 4) Edgar de Arruda (CE); 5) Gentil Barreira (CE); 6) José de Borba (CE); 7) Antenor Bogéa (MA); 8) João Vilasboas (MT); 9) Vergniaud Vanderlei (PB); 10) Plínio Lemos (PB); 11) Esmaragado de Freitas (PI); 12) Matias Olímpio (PI) = 12

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (2ª):** 1) João Agripino (PB) = 1

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (1ª):** 1) Gilberto Freire (PE). = 1

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (2ª):** 1) Aloísio de Carvalho (BA); 2) Alberico Fraga (BA); 3) Aliomar Baleeiro (BA); 4) Luís Viana (BA); 5) Nestor Duarte (BA); 6) Beni Carvalho (CE); 7) Edgar de Arruda (CE); 8) José de Borba (CE); 9) Hamilton Nogueira (DF); 10) Jurandir Pires (DF); 11) Alarico Pacheco (MA); 12) Antenor Bogéa (CE); 13) Erastro Gaertner (PR); 14) Munhoz da Rocha (PR); 15) Esmaragado de Freitas (PI); 16) Ferreira de Souza (RN); 17) Osório Tuiuti (RS); 18) Mário Masagão (SP). = 18.

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (3ª):** 1) Freitas Cavalcanti (AL); 2) Milton Campos (MG); 3) José Gaudêncio (PB). = 3

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (4ª):** 1) Clemente Mariani (BA); 2) Rui Santos (BA); 3) Agostinho Monteiro (PA); 4) Alde Sampaio (PE). = 4

**PROFESSOR (2ª):** 1) Dantas Júnior (BA); 2) Gabriel Passos (MG); 3) Antônio Correia (PI). = 3

**PROFESSOR (3ª):** 1) Otávio Mangabeira (BA); 2) Fernandes Távora (CE); 3) Luis Cláudio (ES); 4) Matias Olímpio (PI); 5) José Augusto (RN). = 5

**JORNALISTA (1ª):** 1) Otávio Mangabeira (BA); 2) Paulo Sarasate (CE); 3) Aluísio Alves (RN); 4) Plínio Barreto (SP) = 4

**JORNALISTA (2ª):** 1) Freitas Cavalcanti (AL); 2) Fernandes Távora (CE); 3) João Vilasboas (MT); 4) Agrícola de Barros (MT); 5) Milton Campos (MG); 6) Fernando Nóbrega (PB); 7) João Gaudêncio (PB); 8) Matias Olímpio (PI); 9) Coelho Rodrigues (PI); 10) Prado Kelly (RJ); 11) Soares Filho (RJ); 12) Tomás Fontes (SC) = 12

**JORNALISTA (3ª):** 1) Rui Palmeira (AL); 2) Aliomar Baleeiro (BA); 3) Rui Santos (BA); 4) Alencar Araripe (CE); 5) José de Borba (CE); 6) Martiniano Araújo (MT); 7) Agostinho Monteiro (PA); 8) Lima Cavalcanti (PE); 9) Esmaragado de Freitas (PI); 10) Ferreira de Souza (RN); 11) Flores da Cunha (RS). = 11

**JORNALISTA (4ª)**: 1) Aloísio de Carvalho (BA); 2) Aureliano Leite (SP). = 2

**JORNALISTA (5ª)**: 1) Clemente Mariani (BA). = 1

**ESCRITOR (2ª)**: 1) Gilberto Freire (PE). = 1

**ESCRITOR (3ª)**: 1) Aloísio de Carvalho (BA); 2) Luís Viana (BA); 3) Nestor Duarte (BA); 4) Beni Carvalho (CE); 5) Hamilton Nogueira (DF); 6) Prado Kelly (RJ); 7) Tomás Fontes (SC); 8) Aureliano Leite (SP). = 8

**ESCRITOR (4ª)**: 1) José Augusto (RN). = 1

**SACERDOTE (1ª)**: 1) Luís Cláudio (ES; padre católico); 2) Tomás Fontes (SC). = 2

**MILITAR (1ª)**: 1) Juraci Magalhães (BA); 2) Euclides Figueiredo (DF); 3) Adelmar Rocha (PI); 4) Coelho Rodrigues (PI); 5) Osório Tuiuti (RS). = 5

**MILITAR (3ª)**: 1) Alarico Pacheco (MA)[1]. = 1

**MÉDICO (1ª)**: 1) Manuel de Novais (BA); 2) Fernandes Távora (CE); 3) Leão Sampaio (CE); 4) Hamilton Nogueira (DF); 5) Alarico Pacheco (MA); 6) Agrícola de Barros (MT); 7) Epílogo de Campos (PA); 8) Erastro Gaertner (PR); 9) Antônio Correia (PI); 10) Cândido Ferraz (PI); 11) Romão Júnior (RJ). = 11

**MÉDICO (2ª)**: 1) Rui Santos (BA); 2) Fernandes Teles (CE); 3) Vespasiano Martins (MT); 4) Agostinho Monteiro (PA); 5) Adelmar Rocha (PI). = 5

**ENGENHEIRO (1ª)**: 1) Plínio Pompeu (BA); 2) Jurandir Pires (DF); 3) Munhoz da Rocha (PR; civil). = 3

**ENGENHEIRO (2ª)**: 1) Otávio Mangabeira (BA); 2) Egberto Rodrigues (CE); 3) João Cleofas (PE); 4) Leandro Maciel (SE). = 4

**ENGENHEIRO (3ª)**: 1) Jales Machado (GO); 2) Alde Sampaio (PE). = 2

### 3) PTB:

**BANQUEIRO (1ª)**: 1) Hugo Borghi (SP) = 1

**COMERCIANTE (2ª)**: 1) Melo Braga (PR); 2) Hugo Borghi (SP) = 2

**INDUSTRIAL (3ª)**: 1) Hugo Borghi (PTB) = 1

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (1ª)**: 1) Leopoldo Neves (AM; fazendeiro de Juta); 2) Melo Braga (PR; pecuarista); 3) Artur Fischer (RS) = 3

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (2ª)**: 1) Abelardo Mata (RJ) = 1

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (4ª)**: 1) Hugo Borghi (SP) = 1

**ADVOGADO (1ª)**: 1) Marcondes Filho (SP); 2) Eusébio Rocha (SP) =1

**ADVOGADO (2ª)**: 1) Artur Fischer (RS) = 1

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (1ª)**: 1) Luís Lago (BA); 2) Baeta Neves (DF); 3) Barreto Pinto (DF); 4) Gurgel do Amaral (DF); 5) Segadas Viana (DF); 6) Vargas Neto (DF); 7) Berto Condé (SP); 8) Romeu Fiori (PTB) = 1

---

[1] embora fosse também militar, tinha uma ampla militância em instituições privadas de saúde.

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (2ª):** 1) Berto Condé (SP) = 1

**PROFESSOR (1ª):** 1) Benício Fontenele (DF) = 1

**PROFESSOR (2ª):** 1) Rui Almeida (DF) = 1

**PROFESSOR (3ª):** 1) Artur Fischer (DF); 2) Abelardo Mata (RJ) = 1

**JORNALISTA (1ª):** 1) Leri Santos (MG); 2) Pedroso Júnior (SP) = 1

**JORNALISTA (2ª):** 1) Barreto Pinto (DF); 2) Gurgel do Amaral (CE); 3) Segadas Viana (DF); 4) Marcondes Filho (SP); 5) Guaraci Silveira (SP) = 5.

**JORNALISTA (3ª):** 1) Vargas Neto (DF); 2) Berto Condé (SP) = 2

**ESCRITOR (2ª):** 1) Vargas Neto (DF) = 1

**SACERDOTE (1ª)** 1) Guaraci Silveira (SP; pastor protestante) = 1

**MÉDICO (1ª):** 1) Benjamin Farah (DF) = 1

**MILITAR:** 1) Rui Almeida (DF); 2) Abelardo Mata (RJ) = 2

**ENGENHEIRO (2ª):** 1) Leopoldo Peres (AM; agrônomo); 2) Romeu Fiori (SP; era também economista) = 2

**COMERCIÁRIO (2ª):** 1) Baeta Neves (DF) = 1

**TRABALHADOR MANUAL (1ª):** 1) Antônio da Silva (DF; padeiro e lavrador); 2) Ezequiel Mendes (MG; ferroviário) = 2.

**TRABALHADOR MANUAL (2ª):** 1) Benício Fontenele (DF); 2) Pedroso Júnior (SP; sua segunda profissão era ferroviário, além de jornalista) = 2.

**4) <u>PCB</u>:**

**ADVOGADO (3ª):** 1) Jorge Amado (SP; era diplomado mas não exerceu a profissão) = 1

**JORNALISTA (1ª):** 1) Carlos Marighela (BA); 2) Maurício Grabois (DF) = 1

**JORNALISTA (2ª):** 1) Caires de Brito (SP); 2) Jorge Amado (SP) = 1

**ESCRITOR (1ª):** 1) Jorge Amado (SP) = 1

**MILITAR (1ª):** 1) Carlos Prestes (DF); 2) Trifino Correia (RS) = 1

**MILITAR (2ª):** 1) Gregório Bezerra (PE); 2) José Maria Crispim (SP) = 2

**MÉDICO (1ª):** 1) Alcedo Coutinho (PE); 2) Caires de Brito (SP) = 2

**ENGENHEIRO (2ª):** 1) Carlos Prestes (DF) = 1

**CONTADOR E DESENHISTA TÉCNICO (1ª):** 1) João Amazonas (DF) = 1

**TRABALHADORES MANUAIS:** 1) Batista Neto (DF; operário e marinheiro); 2) Agostinho de Oliveira (PE; ferroviário e operário mecânico); 3) Gregório Bezerra (PE; camponês); 4) Abílio Fernandes (RS; operário metalúrgico); 5) Alcides Sabença (RJ; operário metalúrgico e carpinteiro); 6) Claudino Silva (RJ; ferroviário e carpinteiro); 7) José Maria Crispim (SP; pedreiro e alfaiate); 8) Osvaldo Pacheco (SP; estivador) = 8.

**5) PR:**

**BANQUEIRO (1ª)**: 1) Bernardes Filho (PR); 2) Daniel de Carvalho (MG); 3) Mário Brant (PR) = 1

**INDUSTRIAL (2ª)**: 1) Durval Cruz (SE) = 1

**INDUSTRIAL (3ª)**: 1) Bernardes Filho (PR) = 1

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (1ª)**: 1) Artur Bernaredes (MG; cafeicultor e usineiro); 2) Jaci de Figueiredo (PR); 3) Durval Cruz (SE; usineiro) = 3

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (2ª)**: 1) Bernardes Filho (PR) = 1

**ADVOGADO (1ª)**: 1) Souza Leão (PR); 2) Altino Arantes (SP); 3) Amando Fontes (SE) = 3

**ADVOGADO (2ª)**: 1) Artur Bernardes (MG); 2) Daniel de Carvalho (MG); 3) Jaci de Figueiredo (MG); 4) Mário Brant (MG) = 4

**ADVOGADO (4ª)**: 1) Bernardes Filho (PR) = 1

**JORNALISTA (3ª)**: 1) Mário Brant (PR) = 1

**ESCRITOR (2)**: 1) Amando Fontes (SE) = 1

**ESCRITOR (3ª)**: 1) Daniel de Carvalho (PR) = 1

**MILITAR (1ª)**: 1) Lino Machado (MA) = 1

**MÉDICO (1ª)**: 1) Felipe Balbi (MG) = 1

**MÉDICO (2ª)**: 1) Lino Machado (MA) = 1

**MÉDICO (3ª)**: 1) Durval Cruz (SE) = 1

**6) PSP:**

**COMERCIANTE (1ª)**: 1) João Adeodato (CE) = 1

**PROPRIETÁRIO DE TERRAS (1ª)**: 1) Deodoro de Mendonça (PA) = 1

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (1ª)**: 1) Olavo de Oliveira (CE); 2) Stênio Gomes (CE) = 2

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (2ª)**: 1) Deodoro de Mendonça (PA) = 1

**PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (2ª)**: 1) Olavo de Oliveira (CE) = 1

**PROFESSOR (1ª)**: 1) Campos Vergal (SP) = 1

**PROFESSOR (3ª)**: 1) Deodoro de Mendonça (PA) = 1

**JORNALISTA (1ª)**: 1) Café Filho (RN) = 1

**JORNALISTA (4ª)**: 1) Deodoro de Mendonça (PA) = 1

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO (1ª)**: 1) Alves Linhares (CE) = 1

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO (2ª)**: 1) Café Filho (RN); 2) Campos Vergal (SP) = 2

**MÉDICO (1ª)**: 1) Teódulo Lins (BA) = 1

7) **ED/PDC/PL**:

**ADVOGADO (1ª)**: 1) Hermes Lima (DF) = 1

**ADVOGADO-FUNCIONÁRIO PÚBLICO (1)**: 1) Domingos Velasco (GO); 2) Manuel Vítor (SP) =2.

**PROFESSOR UNIVERSÁRIO (2ª)**: 1) Hermes Lima (DF); 2) Raul Pilla (RS); 3) Manuel Vítor (SP) = 3.

**PROFESSOR (2ª)**: 1) Arruda Câmara (PE) = 1

**ESCRITOR (4ª)**: 1) Hermes Lima (DF) = 1

**JORNALISTA (3ª)**: 1) Hermes Lima (DF); 2) Domingos Velasco (GO); 3) Raul Pilla (RS); 4) Manuel Vítor (SP) = 4.

**SACERDOTE (1ª)**: 1) Arruda Câmara (PE; padre católico) = 1

**MILITAR**: 1) Domingos Velasco (GO) = 1

**MÉDICO (1ª)**: 1) Raul Pilla (RS) = 1

# CAPÍTULO 4) QUEM FOI QUEM NA CONSTITUINTE DE 1946.

## 4.1) Métodos e técnicas.

Antes de avançarmos na apresentação dos resultados de nossa pesquisa, convém efetuar um breve detalhamento das técnicas de que nos utilizamos para elaborar os "perfis" dos constituintes expostos a seguir. Conforme está implícito na epígrafe que abre esta dissertação, a fonte de inspiração mais geral para a confecção dos perfis expostos no corpo deste trabalho foi a leitura de alguns textos do analista político russo Vladimir Ilich Lênin[1]. Em sua análise de alto nível sobre o II Congresso do POSDR, o dirigente político russo, além de chamar a atenção dos militantes de seu partido para a necessidade de estudo dos debates, sugere uma **metodologia** de caracterização dos delegados segundo as atas (ou "Anais") do Congresso. Naturalmente, estas sugestões extraídas da leitura das obras de Lênin constituem apenas o pano de fundo mais geral da presente pesquisa, que compreendeu as seguintes etapas fundamentais:

(i) Listagem nominal dos 338 parlamentares (41 senadores e 297 deputados) que tomaram parte na Constituinte de 1946. Aqui, as dificuldades básicas foram a inexistência de uma levantamento completo dos constituintes, e o estabelecimento da grafia

[1] LÊNIN, Vladimir I. (1982) *Um passo em frente, dois passos atrás (a crise no nosso partido). In.* Obras Escolhidas em três tomos, 2ª ed., vol. 1, pp. 215-376. São Paulo, Editora Alfa-Ômega. Cf. especialmente o ***item 2: "Caracterizacion de los delegados segundo las del actas Congresso",*** *In. "Materiales para el libro 'un paso adelante, dos pasos atras'"*. In. LÊNIN, Vladimir Ilich (1983). Obras Completas, vol. 8, pp. 493-509. Moscú, Editorial Progreso.

dos nomes parlamentares. Dado que todas as listagens existentes até o momento[2] contém erros ou omissões, fomos obrigados a recorrer aos 26 volumes dos *"Anais da Assembléia Constituinte"* para estabelecer o número correto de participantes da Constituinte e a grafia parlamentar dos nomes dos deputados e senadores.

(ii) Coleta de material biográfico sobre os 338 constituintes. Nesse item as fontes básicas de que nos utilizamos foram as já listadas acima na páginas 27-28 deste trabalho. Reunimos em folhas de papel monobloco informações sobre a trajetória dos constituintes extraídas destas e de outras fontes, após o que transferimos para fichas individuais as informações sistematizadas através dos cinco itens básicos que se encontram nos "perfis" (DPF; CPr; TPol; LAM; AIT). Sublinhe-se que a maior parte deste trabalho foi feita manualmente e sem a ajuda de microcomputador, ao qual só tivemos acesso num estágio bastante avançado de nossa pesquisa.

(iii) Elaboração de fichas individuais contendo indicações sistematizadas de todas as intervenções efetuadas pelos constituintes durante o processo de elaboração constitucional. Que consistiu basicamente na coleta, através dos "índices onomásticos' contidos ao final dos 26 volumes dos *"Anais da Assembléia Constituinte de 1946"*, de **todas** as referências contidas em tais índices às intervenções efetuadas pelos constituintes durante o processo de elaboração constitucional. Complementamos estas referências extraídas dos *"Anais da Constituinte"* incluindo nas fichas individuais um item *"Outras Fontes"*, onde procuramos sistematizar as referências contidas em textos de natureza vária (biografias, memórias, trabalhos historiográficos, artigos de jornal etc.) aos parlamentares. Por fim, agregamos a estas fichas pautadas 9 x 6 onde estão registrados estes dados, informações sobre o total de emendas sugeridas pelos constituintes ao Projeto Constitucional, trabalho este que foi facilitado pelo fato de estas emendas estarem sistematicamente enumeradas (não seu conteúdo, mas seu número) nos *"Anais da Comissão de Constituição"*;

(iv) Coleta de material referente às intervenções dos constituintes registradas nos *"Anais da Assembléia Constituinte de 1946"*. Tendo em mãos estas fichas individuais

---

[2] As empreendidas por PEREIRA (1964: 25-30) e reproduzida por SILVA (1976: 510-513); por TRIGUEIRO, Osvaldo em seu verbete *"Assembléia Constituinte de 1946"*, escrito para o *Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC* (1984: 226-228); e pela *Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal* (1987), sendo que, como já foi observado, este último é o levantamento mais completo empreendido até o presente momento.

dos constituintes, pusemo-nos a transcrever suas intervenções durante o processo de elaboração constitucional com base na consulta aos *"Anais da Constituinte"*. Esse trabalho consistiu basicamente na leitura de todos os discursos e intervenções efetuadas pelos constituintes e na transcrição, em folhas de papel monobloco, de resumos, indicações e extratos de tais intervenções, sendo que para os constituintes mais atuantes (Carlos Prestes, Café Filho, Costa Neto, Ataliba Nogueira etc.), estas anotações ultrapassaram a centena de folhas de papel monobloco;

(v) Redação dos perfis baseado na seqüência exposta à página 29, ou seja, buscamos sintetizar a atuação dos constituintes através de sucessivas redações onde procuramos condensar o material coletado nas folhas de papel monobloco. Esta foi a parte mais difícil do trabalho, na medida em que tivemos de resumir em poucas linhas informações que estavam transcritas em dezenas e mesmo centenas de folhas soltas, e sem uma sequência de sucessão muito clara.

Assim, através da interação entre estes vários momentos de coleta e sistematização dos dados, chegamos à redação dos perfis tal como expostas a seguir no corpo deste...

# QUEM FOI QUEM NA

# ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE

# 1946

## 4.2) LISTAGEM NOMINAL DOS CONSTITUINTES DE 1946.

### BANCADA DO ACRE.

01) Hermelindo de Gusmão **CASTELO BRANCO** Filho (PSD).
02) **HUGO** Ribeiro **CARNEIRO** (PSD).

**02 PSD = 02.**

---

### BANCADA DE ALAGOAS.

01) Ismar de **GÓIS MONTEIRO** (PSD/SENADOR)
02) Cícero **TEIXEIRA DE VASCONCELOS** (PSD/SENADOR).
03) Francisco **AFONSO DE CARVALHO** (PSD).
04) **ANTÔNIO** Mário **MAFRA** (PSD/1° Suplente).
05) Esperidião Lopes de **FARIAS JÚNIOR** (PSD).
06) Antônio de **FREITAS CAVALCANTI** (UDN).
07) **JOSÉ MARIA** de Melo (PSD).
08) **LAURO** Bezerra **MONTENEGRO** (PSD).
09) **MÁRIO GOMES** de Barros (UDN).
10) Luís de Meneses **MEDEIROS NETO** (PSD).
11) **RUI** Soares **PALMEIRA** (UDN).
12) **SILVESTRE PÉRICLES** de Góis Monteiro (PSD).

**09 PSD + 03 UDN = 12.**

---

### BANCADA DO AMAZONAS.

01) **ÁLVARO** Botelho **MAIA** (PSD/SENADOR).
02) **VALDEMAR PEDROSA** (PSD/SENADOR).
03) **COSME** Alves **FERREIRA** Filho (PSD).
04) **LEOPOLDO** Amorim da Silva **NEVES** (PTB).
05) **LEOPOLDO** Carpinteiro **PERES** (PSD).
06) Francisco **PEREIRA DA SILVA** (PSD).
07) Manuel **SEVERIANO NUNES** (UDN).

**05 PSD + 01 UDN + 01 PTB = 07.**

---

## BANCADA DA BAHIA.

01) **ALOÍSIO** Lopes **DE CARVALHO** Filho (UDN/SENADOR).
02) Renato Onofre de **PINTO ALEIXO** (PSD/SENADOR).
03) **ALBÉRICO** Pereira **FRAGA** (UDN).
04) **ALIOMAR** de Andrade **BALEEIRO** (UDN).
05) **ALOÍSIO DE CASTRO** (PSD).
06) **ALTAMIRANDO REQUIÃO** (PSD).
07) **ARISTIDES MILTON** da Silveira (PSD/3° Suplente).
08) **CARLOS MARIGHELA** (PCB).
09) **CLEMENTE MARIANI** Bittencourt (UDN).
10) João da Costa Pinto **DANTAS JÚNIOR** (UDN).
11) **EUNÁPIO** Peltier **DE QUEIROZ** (PSD).
12) Eduardo **FRÓIS DA MOTA** (PSD/2° Suplente).
13) **GUILHERME** Carneiro da Rocha **MARBACK** (PSD).
14) **JOÃO MENDES** da Costa Filho (UDN).
15) **JURACI** Montenegro **MAGALHÃES** (UDN).
16) **LAURO** Farani Pedreira **DE FREITAS** (PSD).
17) **LUÍS** de Oliveira **BARRETO** Filho (PSD/1° Suplente).
18) **LUÍS LAGO** de Araújo (PTB).
19) **LUÍS VIANA** Filho (UDN).
20) **MANUEL** Cavalcanti de **NOVAIS** (UDN).
21) Artur **NEGREIROS FALCÃO** (PSD).
22) **NESTOR DUARTE** Guimarães (UDN).
23) **OTÁVIO MANGABEIRA** (UDN).
24) **RAFAEL CINCURÁ** de Andrade (UDN).
25) Luís **RÉGIS PACHECO** Pereira (PSD).
26) **RUI SANTOS** (UDN).
27) **TEÓDULO** Lins de **ALBUQUERQUE** (PPS/PSP).
28) Tarcílio **VIEIRA DE MELO** (PSD).

**13 UDN + 12 PSD + 01 PTB + 01 PCB + 01 PPS/PSP = 28.**

---

## BANCADA DO CEARÁ.

01) **OLAVO** de **OLIVEIRA** (PPS-PSP/SENADOR).
02) **PLÍNIO POMPEU** de Sabóia Magalhães (UDN/SENADOR).
03) Antônio de **ALENCAR ARARIPE** (UDN).
04) Francisco de **ALMEIDA MONTE** (PSD).
05) José **ALVES LINHARES** (PPS-PSP/1° Suplente).
06) Benedito Augusto Carvalho dos Santos (**BENI CARVALHO**) (UDN).

07) **EDGAR** Cavalcanti **DE ARRUDA** (UDN).
08) **EGBERTO** de Paula Pessoa **RODRIGUES** (UDN).
09) Manuel do Nascimento **FERNANDES TÁVORA** (UDN).
10) Joaquim **FERNANDES TELES** (UDN).
11) Antônio da **FROTA GENTIL** (PSD).
12) **GENTIL** Pinheiro **BARREIRA** (UDN).
13) **JOÃO** Nogueira **ADEODATO** (PPS/PSP).
14) **JOSÉ DE BORBA** Vasconcelos (UDN).
15) **LEÃO SAMPAIO** (UDN).
16) Crisanto **MOREIRA DA ROCHA** (PSD).
17) **OSVALDO STUART** Filho (PSD).
18) **PAULO SARASATE** Ferreira Lopes (UDN).
19) **RAUL BARBOSA** (PSD).
20) **STÊNIO GOMES** da Silva (PPS/PSP).

**11 UDN + 05 PSD + 04 PSP = 20.**

---

## BANCADA DO DISTRITO FEDERAL.

01) Luís **CARLOS PRESTES** (PCB/SENADOR).
02) **HAMILTON** de Lacerda **NOGUEIRA** (UDN/SENADOR).
03) **ANTÔNIO** José da **SILVA** (PTB).
04) Paulo **BAETA NEVES** (PTB).
05) Edmundo **BARRETO PINTO** (PTB/1° Suplente).
06) Joaquim **BATISTA NETO** (PCB/1° Suplente).
07) Manoel **BENÍCIO FONTENELLE** (PTB).
08) **BENJAMIN** Miguel **FARAH** (PTB).
09) **EUCLIDES** de Oliveira **FIGUEIREDO** (UDN).
10) Francisco **GURGEL DO AMARAL** Valente (PTB).
11) **HERMES LIMA** (ED/UDN).
12) **JOÃO AMAZONAS** de Souza Pedroso (PCB).
13) **JONAS** de Morais **CORREIA** Filho (PSD).
14) **JOSÉ** de Lima Fontes **ROMERO** (PSD).
15) **JURANDIR** de Castro **PIRES** Ferreira (UDN).
16) **MAURÍCIO GRABOIS** (PCB).
17) **RUI** da Cruz **ALMEIDA** (PTB).
18) José de **SEGADAS VIANA** (PTB).
19) Manoel do Nascimento **VARGAS NETO** (PTB).

**09 PTB + 04 UDN + 04 PCB + 02 PSD = 19.**

---

## BANCADA DO ESPÍRITO SANTO.

01) **ATÍLIO VIVACQUA** (PSD/SENADOR).
02) **HENRIQUE DE NOVAIS** (PSD/SENADOR).
03) **ÁLVARO CASTELO** (PSD).
04) **ARI** de Siqueira **VIANA** (PSD).
05) **ASDRÚBAL** Martins **SOARES** (PSD).
06) **CARLOS** Fernando Monteiro **LINDEMBERG** (PSD).
07) **EURICO** de Aguiar **SALES** (PSD).
08) **LUÍS CLÁUDIO** de Freitas Rosa (UDN).
09) Paulo Afonso **VIEIRA RESENDE** (PSD).

**08 PSD + 01 UDN = 09.**

---

## BANCADA DE GOIÁS.

01) **DÁRIO** Délio **CARDOSO** (PSD/SENADOR).
02) **PEDRO LUDOVICO** Teixeira (PSD/SENADOR).
03) Albatênio **CAIADO GODÓI** (PSD).
04) **DIÓGENES MAGALHÃES** de Oliveira (PSD).
05) **DOMINGOS** Neto **VELASCO** (ED/UDN).
06) **GALENO PARANHOS** (PSD).
07) **GUILHERME XAVIER** de Almeida (PSD).
08) **JALES MACHADO** de Siqueira (UDN).
09) **JOÃO D'ABREU** (PSD).

**07 PSD + 01 UDN + 01 ED/UDN = 09.**

---

## BANCADA DO MARANHÃO.

01) **CLODOMIR** Serra Serrão **CARDOSO** (PSD/SENADOR).
02) Antônio José **PEREIRA JÚNIOR** (PSD/SENADOR).
03) **AFONSO** da Silva **MATOS** (PSD).
04) **ALARICO** Nunes **PACHECO** (UDN).
05) **ANTENOR** Mourão **BOGÉA** (UDN).
06) Romualdo **CRÉPORI** Barroso **FRANCO** (PSD).
07) **JOSÉ NEIVA** de Souza (PSD).
08) **LINO** Rodrigues **MACHADO** (PR/UDN).
09) **LUÍS CARVALHO** (PSD).
10) **ODILON** da Silva **SOARES** (PSD).
11) **VITORINO** de Brito **FREIRE** (PSD).

**08 PSD + 02 UDN + 01 PR = 11.**

---

## BANCADA DO MATO GROSSO.

01) **JOÃO VILASBOAS** (UDN/SENADOR).
02) **VESPASIANO** Barbosa **MARTINS** (UDN/SENADOR).
03) **AGRÍCOLA** Paes **DE BARROS** (UDN).
04) **ARGEMIRO** de Arruda **FIALHO** (PSD).
05) **DOLOR** Ferreira de **ANDRADE** (UDN).
06) Gabriel **MARTINIANO DE ARAÚJO** (PSD).
07) João **PONCE DE ARRUDA** (PSD).

**04 UDN + 03 PSD = 07.**

---

## BANCADA DE MINAS GERAIS.

01) **FERNANDO** de **MELO VIANA** (PSD/SENADOR).
02) **LEVINDO** Eduardo **COELHO** (PSD/SENADOR).
03) **ALFREDO SÁ** (PSD).
04) **ARTUR** da Silva **BERNARDES** (PR).
05) **AUGUSTO** das Chagas **VIEGAS** (PSD).
06) **BENEDITO VALADARES** Ribeiro (PSD).
07) Artur da Silva **BERNARDES FILHO** (PR).

08) José Francisco **BIAS FORTES** (PSD).
09) **CELSO** Porfírio de Araújo **MACHADO** (PSD).
10) **CRISTIANO** Monteiro **MACHADO** (PSD).
11) **DANIEL** Serapião **DE CARVALHO** (PR).
12) Francisco **DUQUE DE MESQUITA** (PSD).
13) **EZEQUIEL** da Silva **MENDES** (PTB/1° Suplente).
14) **FELIPE BALBI** (PR).
15) **GABRIEL** de Resende **PASSOS** (UDN).
16) **GUSTAVO CAPANEMA** Filho (PSD).
17) **ISRAEL PINHEIRO** da Silva (PSD).
18) **JACI** de **FIGUEIREDO** (PR).
19) **JOÃO HENRIQUE** Sampaio Vieira da Silva (PSD).
20) **JOAQUIM LIBÂNIO** Leite Ribeiro (PSD).
21) **JOSÉ** Maria **ALQUIMIN** (PSD).
22) **JOSÉ BONIFÁCIO** Lafaiete de Andrada (UDN).
23) **JUSCELINO KUBITSCHEK** de Oliveira (PSD).
24) **LAIR** Paleta **TOSTES** (PSD/1° Suplente).
25) Jarbas de **LERI SANTOS** (PTB).
26) **LICURGO LEITE** Filho (UDN).
27) José Maria **LOPES CANÇADO** (UDN).
28) José de **MAGALHÃES PINTO** (UDN).
29) Augusto **MÁRIO** Caldeira **BRANT** (PR).
30) **MILTON** Soares **CAMPOS** (UDN).
31) Luís **MILTON PRATES** (PSD/2° Suplente).
32) José **MONTEIRO DE CASTRO** (UDN).
33) **NORALDINO LIMA** (PSD).
34) **OLINTO FONSECA** Filho (PSD).
35) **PEDRO DUTRA** Nicácio Neto (PSD).
36) Francisco **RODRIGUES PEREIRA** Júnior (PSD).
37) José **RODRIGUES SEABRA** (PSD).
38) **WELLINGTON BRANDÃO** (PSD).

**23 PSD + 07 UDN + 06 PR + 02 PTB = 38.**

---

## BANCADA DO PARÁ.

01) **ÁLVARO ADOLFO** da Silveira (PSD/SENADOR).
02) Joaquim de **MAGALHÃES** Cardoso **BARATA** (PSD/SENADOR).
03) **AGOSTINHO** de Meneses **MONTEIRO** (UDN).
04) **CARLOS** Pereira **NOGUEIRA** (PSD).
05) **DEODORO** Machado **DE MENDONÇA** (PPS/PSP).
06) Aníbal **DUARTE DE OLIVEIRA** (PSD).
07) **EPÍLOGO** Gonçalves **DE CAMPOS** (UDN).

08) José **JOÃO** da Costa **BOTELHO** (PSD).
09) João Guilherme **LAMEIRA BITTENCOURT** (PSD).
10) Luís Geolás de **MOURA CARVALHO** (PSD/1° Suplente).
11) **NELSON** da Silva **PARIJÓS** (PSD).
12) José da **ROCHA RIBAS** (PSD/3° Suplente).

**09 PSD + 02 UDN + 01 PPS = 12.**

---

## BANCADA DA PARAÍBA.

01) **ADALBERTO** Rodrigues **RIBEIRO** (UDN/SENADOR).
02) **VERGNIAUD VANDERLEI** (UDN/SENADOR).
03) **ARGEMIRO DE FIGUEIREDO** (UDN).
04) **ERNÂNI** Aires **SÁTIRO** e Sousa (UDN).
05) **FERNANDO** Carneiro da Cunha **NÓBREGA** (UDN).
06) José **JANDUÍ CARNEIRO** (PSD).
07) **JOÃO AGRIPINO** Filho (UDN).
08) **JOÃO ÚRSULO** Ribeiro Coutinho Filho (UDN).
09) **JOSÉ GAUDÊNCIO** Correia de Queiroz (UDN/1° Suplente).
10) **JOSÉ JOFFILI** Bezerra de Melo (PSD).
11) **OSMAR** de Araújo **AQUINO** (UDN).
12) **PLÍNIO LEMOS** (UDN).
13) **SAMUEL** Vital **DUARTE** (PSD).

**10 UDN + 03 PSD = 13.**

---

## BANCADA DO PARANÁ.

01) **FLÁVIO** Carvalho **GUIMARÃES** (PSD/SENADOR).
02) **ROBERTO GLASSER** (PSD/SENADOR).
03) **ARAMIS** Taborda de **ATAÍDE** (PSD).
04) **ERASTO GAERTNER** (UDN).
05) **FERNANDO FLORES** (PSD).
06) João Teófilo **GOMI JÚNIOR** (PSD).
07) **JOÃO AGUIAR** (PSD).
08) **LAURO** Sodré **LOPES** (PSD).
09) Rubens de **MELO BRAGA** (PTB/1° Suplente).
10) José **MUNHOZ DE MELO** (PSD).
11) Bento **MUNHOZ DA ROCHA** Neto (UDN).

**08 PSD + 02 UDN + 01 PTB = 11.**

## BANCADA DE PERNAMBUCO.

01) **ETELVINO LINS** de Albuquerque (PSD/SENADOR).
02) Antônio de **NOVAIS FILHO** (PSD/SENADOR).
03) **AGAMENON** Sérgio de Godói **MAGALHÃES** (PSD).
04) **AGOSTINHO** Dias **DE OLIVEIRA** (PCB).
05) **ALCEDO** de Morais **COUTINHO** (PCB/1° Suplente).
06) **ALDE** Feijó **SAMPAIO** (UDN).
07) Alfredo de **ARRUDA CÂMARA** (PDC).
08) Alexandre José **BARBOSA LIMA SOBRINHO** (PSD).
09) José da **COSTA PORTO** (PSD).
10) João **FERREIRA LIMA** (PSD).
11) **GERSINO** Malagueta de **PONTES** (PSD).
12) **GILBERTO** de Melo **FREIRE** (UDN).
13) **GREGÓRIO** Lourenço **BEZERRA** (PCB).
14) **JARBAS** Cardoso de Albuquerque **MARANHÃO** (PSD).
15) **JOÃO CLEOFAS** de Oliveira (UDN).
16) Carlos de **LIMA CAVALCANTI** (UDN).
17) **OSCAR** Napoleão **CARNEIRO** da Silva (PSD).
18) **OSVALDO** Cavalcanti da Costa **LIMA** (PSD).
19) **PAULO** Pessoa **GUERRA** (PSD).
20) Eurico de **SOUZA LEÃO** (PR).
21) **ULISSES LINS** de Albuquerque (PSD).

**12 PSD + 04 UDN + 03 PCB + 01 PR + 01 PDC = 21.**

---

## BANCADA DO PIAUÍ.

01) **ESMARAGADO DE FREITAS** e Sousa (UDN/SENADOR).
02) **MATIAS OLÍMPIO** de Melo (UDN/SENADOR).
03) **ADELMAR** Soares da **ROCHA** (UDN).
04) **ANTÔNIO** Maria de Resende **CORREIA** (UDN).
05) Raimundo de **AREIA LEÃO** (PSD).
06) Helvécio **COELHO RODRIGUES** (UDN).
07) **JOSÉ CÂNDIDO** Ferraz (UDN).
08) Mauro **RENAULT LEITE** (PSD).
09) **SIGEFREDO PACHECO** (PSD).

**06 UDN + 03 PSD = 09.**

## BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.

01) José **FERREIRA DE SOUSA** (UDN/SENADOR).
02) José **GEORGINO AVELINO** (PSD/SENADOR).
03) **ALUÍSIO ALVES** (UDN).
04) João Fernandes Campos **CAFÉ FILHO** (PRP/PSP).
05) **DIOCLÉCIO DANTAS** Duarte (PSD).
06) **JOSÉ AUGUSTO** Bezerra de Medeiros (UDN).
07) **JOSÉ** Augusto **VARELA** (PSD).
08) Vicente da **MOTA NETO** (PSD).
09) **VALFREDO GURGEL** (PSD).

**05 PSD + 03 UDN + 01 PRP/PSP = 09.**

---

## BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL.

01) **ERNESTO DORNELLES** (PSD/SENADOR).
02) **GETÚLIO** Dornelles **VARGAS** (PSD/SENADOR).
03) **ABÍLIO FERNANDES** (PCB/1° Suplente).
04) **ADROALDO** Mesquita da **COSTA** (PSD).
05) **ANTERO** Moreira **LEIVAS** (PSD).
06) **ARTUR FISCHER** (PTB).
07) João **BATISTA LUZARDO** (PSD).
08) Aristóteles **BAYARD** Lucas de **LIMA** (PSD/2° Suplente).
09) Antônio **BITTENCOURT AZAMBUJA** (PSD).
10) José Diogo **BROCHADO DA ROCHA** (PSD).
11) **DÂMASO ROCHA** (PSD).
12) **DANIEL** Agostinho **FARACO** (PSD).
13) **ELÓI** José da **ROCHA** (PSD).
14) José Antônio **FLORES DA CUNHA** (UDN).
15) **GASTON ENGLERT** (PSD).
16) **GLICÉRIO ALVES** de Oliveira (PSD).
17) **HERÓFILO** Carvalho de **AZAMBUJA** (PSD/1° Suplente).
18) **MANUEL DUARTE** (PSD).

19) Luís **MÉRCIO TEIXEIRA** (PSD).
20) **NICOLAU** de Araújo **VERGUEIRO** (PSD).
21) **OSÓRIO TUIUTI** de Oliveira Freitas (UDN).
22) **PEDRO** Leão Fernandes **VERGARA** (PSD).
23) **RAUL PILLA** (PL).
24) Artur de **SOUSA COSTA** (PSD).
25) **TEODOMIRO** Porto da **FONSECA** (PSD).
26) André **TRIFINO CORREIA** (PCB/2° Suplente).

**20 PSD + 02 UDN + 02 PCB + 01 PTB + 01 PL = 26.**

---

## BANCADA DO RIO DE JANEIRO.

01) **ALFREDO** da Silva **NEVES** (PSD/SENADOR).
02) José Carlos **PEREIRA PINTO** (PSD/SENADOR).
03) **ABELARDO** dos Santos **MATA** (PTB/1° Suplente).
04) **ACÚRCIO** Fernandes **TORRES** (PSD).
05) **ALCIDES** Rodrigues **SABENÇA** (PCB).
06) Ernâni do **AMARAL PEIXOTO** (PSD).
07) Sílvio **BASTOS TAVARES** (PSD).
08) **BRÍGIDO** Fernandes **TINOCO** (PSD).
09) **CARLOS PINTO** Filho (PSD).
10) **CLAUDINO** José da **SILVA** (PCB).
11) **EDUARDO DUVIVIER** (PSD).
12) **GETÚLIO** Barbosa de **MOURA** (PSD).
13) **HEITOR** Barcelos **COLLET** (PSD).
14) **JOSÉ** de Carvalho **LEOMIL** (UDN).
15) **MIGUEL COUTO** Filho (PSD).
16) **PAULO** da Silva **FERNANDES** (PSD).
17) José Eduardo do **PRADO KELLY** (UDN).
18) Antônio José **ROMÃO JÚNIOR** (UDN).
19) José Monteiro **SOARES FILHO** (UDN).

**12 PSD + 04 UDN + 02 PCB + 01 PTB = 19.**

## BANCADA DE SANTA CATARINA.

01) **IVO D'AQUINO** Fonseca (PSD/SENADOR).
02) **NEREU** de Oliveira **RAMOS** (PSD/SENADOR).
03) **ADERBAL** Ramos da **SILVA** (PSD).
04) **ALTAMIRO** Lobo **GUIMARÃES** (PSD).
05) **HANS JORDAN** (PSD/1° Suplente).
06) **ORLANDO BRASIL** (PSD).
07) **OTACÍLIO** Vieira da **COSTA** (PSD).
08) **ROBERTO GROSSEMBACKER** (PSD).
09) **ROGÉRIO VIEIRA** (PSD/2° Suplente).
10) Max **TAVARES D'AMARAL** (UDN).
11) **TOMÁS** Adalberto da Silva **FONTES** (UDN).

**09 PSD + 02 UDN = 11.**

---

## BANCADA DE SÃO PAULO.

01) Alexandre **MARCONDES** Machado **FILHO** (PTB/SENADOR).
02) **ALTINO ARANTES** Marques (PR).
03) José **ALVES PALMA** (PSD).
04) **ANTÔNIO** Ezequiel **FELICIANO** da Silva (PSD).
05) José Carlos de **ATALIBA NOGUEIRA** (PSD).
06) **AURELIANO LEITE** (UDN).
07) Edgard **BATISTA PEREIRA** (PSD/2° Suplente).
08) **BERTO CONDÉ** (PTB).
09) Milton **CAIRES DE BRITO** (PCB/1° Suplente).
10) Romeu de **CAMPOS VERGAL** (PRP-PSP).
11) José **CÉSAR** de Oliveira **COSTA** (PSD).
12) Carlos **CIRILO JÚNIOR** (PSD).
13) Benedito **COSTA NETO** (PSD).
14) **EUZÉBIO** da **ROCHA** Filho (PTB/1° Suplente).
15) **GOFFREDO** Carlos da Silva **TELLES Jr.** (PSD).
16) **GUARACI SILVEIRA** (PTB).
17) **HONÓRIO** Fernandes **MONTEIRO** (PSD/1° Suplente).
18) **HORÁCIO LAFER** (PSD).
19) **HUGO BORGHI** (PTB).
20) José **JOÃO ABDALLA** (PSD).
21) **JORGE** Leal **AMADO** de Faria (PCB).
22) **JOSÉ ARMANDO** Affonseca (PSD).

23) **JOSÉ** Maria **CRISPIM** (PCB).
24) José **LOPES FERRAZ** Neto (PSD).
25) José **MACHADO COELHO** e Castro (PSD/3° Suplente).
26) **MANUEL VÍTOR** de Azevedo (PDC).
27) **MÁRIO MASAGÃO** (UDN).
28) João Gomes **MARTINS FILHO** (PSD).
29) Luís Gonzaga **NOVELLI JÚNIOR** (PSD).
30) **OSVALDO PACHECO** da Silva (PCB).
31) **PAULO NOGUEIRA** Filho (UDN).
32) José Correia **PEDROSO JÚNIOR** (PTB).
33) **PLÍNIO BARRETO** (UDN).
34) **ROMEU** José **FIORI** (PTB).
35) **ROMEU** de Andrade **LOURENÇÃO** (UDN).
36) Joaquim Abreu **SAMPAIO VIDAL** (PSD).
37) **SÍLVIO DE CAMPOS** (PSD).
38) Luís de **TOLEDO PIZA** (UDN).

**18 PSD + 07 PTB + 06 UDN + 04 PCB + 01 PR + 01 PSP + 01 PDC = 38.**

---

## BANCADA DE SERGIPE.

01) **DURVAL** Rodrigues da **CRUZ** (PR/SENADOR).
02) **WÁLTER** do Prado **FRANCO** (UDN/SENADOR).
03) **AMANDO FONTES** (PR/UDN).
04) Maurício **GRACO CARDOSO** (PSD).
05) **HERIBALDO** Dantas **VIEIRA** (UDN).
06) **LEANDRO** Maynard **MACIEL** (UDN).
07) Francisco **LEITE NETO** (PSD).

**03 UDN + 02 PSD + 02 PR = 07.**

---

---

## BANCADA DO ACRE.

**01) CASTELO BRANCO (PSD); 02) HUGO CARNEIRO (PSD) = 02 PSD.**

A bancada do Acre era composta por dois deputados pessedistas que, segundo as informações disponíveis, sequer estavam radicados no Território: **Castelo Branco**, que, segundo as informações disponíveis, chegou a ser juiz de Direito no Distrito Federal, e **Hugo Carneiro**, empresário no ramo de comércio varejista e proprietário das "Perfumarias Carneiro" no Rio de Janeiro-DF.

• HERMELINDO DE GUSMÃO **CASTELO BRANCO** FILHO (PSD).

**1) DPF:** (SI sobre data e local de nascimento). FALEC: SI.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado em Direito (SD). Segundo Gastão Pereira da Silva, "exerceu importantes cargos na magistratura carioca" (SILVA, 1947: 13).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura. Segundo Gastão Pereira da Silva, Castelo Branco "encontra-se há vários anos radicado no Distrito Federal, não tendo mesmo ido ao Acre para disputar o pleito de 2 de dezembro de 1945" (Op. Cit., 1947: 13).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light e da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na abordagem de problemas referentes aos Territórios, à organização do aparelho judiciário e à regulamentação da carreira do funcionalismo público. Manifestando-se favorável à transformação do Território do Acre em Estado e à manutenção dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã (ambos extintos por artigo das "Disposições Transitórias" da Constituição), participou de vários debates sobre o assunto travados em plenário, sempre na defesa da política territorial implementada durante o Estado Novo. Também tomou parte nos debates sobre a organização do Ministério Público.

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição e foi signatário de várias outras apresentadas por constituintes da região Norte. Destacam-se a de Nº 989, determinando que os juízes e tribunais dos Estados, Territórios e DF fossem incluídos entre os órgãos do Poder Judiciário (rejeitada em plenário; XXII, 215), e a de Nº 3443, estabelecendo nova redação ao capítulo "Dos Funcionários Públicos Civis", sugerida por diversas associações de classe do funcionalismo público. Apresentou também outras emendas regulamentando vários aspectos da ação do Ministério Público e tratando de interesses do Território do Acre.

## • HUGO RIBEIRO CARNEIRO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 28/07/1898, Belém-PA. FALEC: 09/07/1979.
PROFS: Comerciante e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1911). Juiz de Direito no AC (1911-1916). Voltando ao Rio de Janeiro, abriu escritório de advocacia com Justiniano Serpa, deputado federal pelo Ceará (1916). Com a eleição de Serpa para a presidência do Estado do CE, tornou-se seu Secretário Particular (SD). Nas décadas de 1930 e 1940 exerceu atividades empresariais no setor de comércio varejista, tornando-se Proprietário das "Perfumarias Carneiro", na cidade do Rio de Janeiro.

**3) TPol:** Deputado Federal pelo Partido Democrata do Ceará (1921-1923). Nomeado Superintendente Municipal de Manaus durante a intervenção federal no Amazonas ocorrida no governo de Artur Bernardes (1923). Nomeado Governador do AC por Washington Luís, abandonou o cargo em virtude da Revolução de 30 (1927-1930). Representante da Liga Autonomista Acreana na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo atuou em diversas associações de classe no Rio de Janeiro (1937-1945).

**4) LAM:** Presidente do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro (1945). Diretor da Liga de Comércio do Rio de Janeiro e da Associação Comercial do Rio de Janeiro (SD).

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi 1º Suplente de Secretário da Mesa da Assembléia. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização territorial, ao funcionamento do aparelho judiciário e à regulamentação da carreira do funcionalismo público. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar longo discurso sobre "A representação do Acre e os Territórios" (XIV, 50-68), no qual manifestou-se favorável à manutenção dos Territórios do Acre, Amapá, Guaporé, Iguaçu, Ponta Porã e Rio Branco; ao se posicionar a favor da política territorial posta em prática durante o Estado Novo e defender a conservação do Território do Iguaçu, entrou em violentos debates com membros da bancada do Paraná, que defendiam a extinção do mesmo, situado em terras contíguas ao Estado. Parlamentar de postura governista, participou das manobras visando isolar politicamente o PCB na Assembléia e posicionou-se contra o recurso sistemático à greve por parte dos trabalhadores para fazer frente à carestia e à escassez de alimentos. Também tomou parte nas discussões sobre a organização do aparelho judiciário.

Apresentou 22 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 643, determinando a criação do Território de Brasópolis, no Brasil Central; Nº 743, fornecendo à Comissão Permanente do Congresso Nacional poderes para rever a jurisprudência dos Tribunais; e a de Nº 3202 (rejeitada em plenário; XXIII, 137), proibindo a diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Também apresentou inúmeras outras emendas regulamentando a competência de órgãos do aparelho judiciário e a carreira do funcionalismo público.

## BANCADA DO AMAZONAS.

**01)ÁLVARO MAIA (SENADOR/PSD);**
**02) VALDEMAR PEDROSA (SENADOR/PSD);**
**03) COSME FERREIRA (PSD);**
**04) LEOPOLDO PERES (PSD);**
**05) PEREIRA DA SILVA (PSD);**
**06) SEVERIANO NUNES (UDN);**
**07) LEOPOLDO NEVES (PTB).**

**05 PSD + 01 UDN + 01 PTB = 07.**

### A) BANCADA DO PSD/AM.

No Amazonas, o PSD foi amplamente vitorioso, elegendo 05 (71,4%) dos 07 constituintes. Sua principal liderança política era o ex-interventor **Álvaro Maia** (1937-1945), sob cuja gestão foi empreendida a chamada "batalha da borracha", organizada pelo governo brasileiro em virtude dos chamados "Acordos de Washington" com os EUA durante o Estado Novo. Segundo Sérgio Miceli, "No Amazonas, Pará e Maranhão, a bancada pessedista comportava prepostos do poder central que haviam assumido uma gama variada de encargos, inclusive aqueles interventores que haviam se saido relativamente bem no trabalho de conciliar as facções dirigentes locais, seus ajudantes-de-ordens militares ou civis que haviam se incumbido de missões militares espinhosas, e mais alguns elementos da magistratura federal que, tanto por essa razão como pelo fato de serem por vezes originários dos Estados por onde haviam sido eleitos, estavam em situação vantajosa para enfrentarem a campanha eleitoral" (MICELI, 1985: 570).

- **ÁLVARO** BOTELHO **MAIA** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/02/1893, Humaitá-AM. FALEC: 04/05/1965.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Jornalista e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro-DF (1917). Auditor da Força Policial do Estado do AM (1918). Secretário do superintendente do Território do Guaporé, Raimundo Oliveira (1920-1921). Coordenador de Relatórios da Comissão de Saneamento Rural do AM (1918-1924). Consultor Jurídico e Redator da "Revista da Associação Comercial do Amazonas" (1925). Diretor da Imprensa Oficial do Estado (1926). Inspetor Federal de Ensino no Rio de Janeiro-DF (1931). Foi ainda Professor em instituições de ensino no AM e fundador e/ou colaborador de vários jornais no AM e em outros Estados.

**3) TPol:** Filiou-se ao Partido Revisionista do AM (1924). Secretário da Prefeitura de Manaus-AM (1925). Participou da Aliança Liberal e foi um dos líderes da Revolução de 30 no AM (1929-1930). Indicado por Juarez Távora após consulta a líderes políticos locais, tornou-se Interventor do Estado do AM (1930-1931). Um dos organizadores da UCA/União Cívica Amazonense, partido de inspiração tenentista e filiado à União Cívica Nacional (1932). Deputado Constituinte e Federal, UCA/AM

(1933-1935). Organizador e Presidente do PP/Partido Popular no AM (1935). Eleito simultaneamente Deputado Federal, Senador e Governador pelo PP/AM, optou pelo mandato de Governador (1935-1937). Foi um dos Governadores consultados por Negrão de Lima quando dos preparativos para o golpe que instaurou a ditadura estadonovista (1937). Durante o Estado Novo foi Interventor Federal no AM (1937-1945); em sua gestão foi empreendida a "Batalha da Borracha", organizada pelo governo brasileiro em virtude dos "Acordos de Washington", e foi criado o Banco de Crédito da Borracha, com 40% de capital norte-americano (1942). No contexto da redemocratização foi um dos principais organizadores do PSD/AM (1945).

**4) LAM:** Pertenceu a inúmeras associações culturais.

**5) AIT:** Como jornalista, colaborou em vários periódicos em Manaus e no Rio de Janeiro. Publicou trabalhos literários, obras sobre política regional e sobre o problema da borracha, destacando-se "NA VANGUARDA DA RETAGUARDA" (1943), contendo textos referentes à campanha pelo aumento da produção de borracha efetuada durante sua interventoria.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Presidente da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na abordagem de temas relativos à região amazônica e na defesa da política posta em prática em sua gestão por ocasião da "Campanha da Borracha", organizada pelo governo brasileiro em conseqüência dos Acordos de Washington. Assim, ocupou a tribuna para proferir vários discursos abordando problemas da região amazônica, nos quais defendeu a inclusão de um dispositivo constitucional regulamentando a incorporação dos "silvícolas" à "civilização" e preconizou uma política intervencionista para promover a ocupação e o desenvolvimento industrial da região (XVIII, 317), tendo ainda ocupado a tribuna diversas vezes para defender-se das acusações de parlamentares da bancada cearense de que em seu governo teriam morrido cerca de 23.000 trabalhadores nordestinos em conseqüência da "batalha da borracha". Além disso, manifestou-se contrário à imigração japonesa e a favor da incorporação do território do Rio Branco pelo Estado do AM.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 1805, reduzindo de 72 para 68 anos a idade limite para aposentadoria compulsória dos juizes, e a de Nº 1880, aumentando para 09 o número mínimo de desembargadores componentes da justiça dos Estados. Foi também signatário de inúmeras outras emendas abordando assuntos de interesse das classes dominantes de sua região de origem.

---

## • VALDEMAR PEDROSA (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/03/1888, Manaus-AM. FALEC: 14/06/1967.
Filho de Jônatas Freitas Pedrosa, senador (1897-1913) e governador (1913-1917) do AM na República Velha.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1911). Professor de Direito Penal na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus-AM (1912-1937). Procurador Fiscal do Estado do AM (1912-1914). Professor de Francês na Escola Normal de Manaus (1913-1937). Membro do Conselho Penitenciário do AM (1927). Procurador Geral do Estado do AM (1933). Diretor da Faculdade de Direito do AM (1934).

**3) TPol:** Deputado Estadual, AM (1920-1924). Participou do movimento ocorrido no AM em apoio à revolta tenentista deflagrada em São Paulo sob o comando do general Isidoro Dias Lopes (1924). Após a Revolução de 30 tornou-se Secretário Geral do AM durante a interventoria de Álvaro Maia (1931-1933). Interventor Federal no AM (1933-1934). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46, votou contra a cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** Membro e Presidente (1943) do Conselho Regional da OAB/AM. Sócio Benemérito da Associação Comercial do AM. Membro do Instituto de Direito Social do AM e da Sociedade Amazonense de Criminologia.

**5) AIT:** Publicou obras nas áreas de filologia e direito penal, dentre as quais "A INTERPRETAÇÃO SUBJETIVA DO ARTIGO 34 DO CÓDIGO PENAL" (1934). Também foi o responsável por uma "VERSÃO FRANCESA DO DISCURSO DE RECEPÇÃO DO DOUTOR GETÚLIO VARGAS NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS" (1944).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Subcomissão "Poder Judiciário" da Comissão de Constituição, tendo concentrado sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, ocupando poucas vezes a tribuna. Numa das raras ocasiões em que falou à Assembléia, pronunciou longo discurso sobre "O prazo dos mandatos para presidente da República" (XV, 42-48), no qual defendeu a duração de seis anos para o mandato presidencial como meio de promover o fortalecimento do poder executivo e o "aumento da interferência do poder público" nas questões sociais declarando-se, no entanto, contrário à reeleição do presidente. Também participou das discussões sobre problemas de interesse da região Amazônica.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 2554, regulamentando a competência e a composição dos Tribunais Marítimos. Além disso foi signatário, juntamente com Silvestre Péricles (PSD/AL) e Pinto Aleixo (PSD/BA), de emenda substitutiva Nº 1603, determinando nova redação ao Capítulo IV) "Do Estado de Sítio e do Estado de Guerra", cujo princípio doutrinário básico era a extensão da prerrogativa de decretação do estado de guerra também para "crimes contra a segurança interna" ou casos de "comoção intestina".

---

## • COSME ALVES FERREIRA FILHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 18/11/1893, Fortaleza-CE. FALEC: 01/10/1976.
PROF: Comerciante de Borracha.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Além de Comerciante, foi Despachante Aduaneiro em Manaus-AM (SD).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Fundador, Assessor Técnico e Sócio Benemérito da Associação Comercial do AM.

**5) AIT:** Foi Redator do "Jornal do Comércio" em Manaus e publicou obras sobre assuntos regionais e sobre o problema da borracha, dentre as quais: "EM DEFESA DA BORRACHA SILVESTRE

SUL-AMERICANA"; "A BORRACHA, PROBLEMA BRASILEIRO"; "PROBLEMAS DA AMAZÔNIA" e "A BORRACHA NA ECONOMIA AMAZÔNICA" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, na 31ª sessão, a 22/03/1946 (IV, 289). Licenciando-se diversas vezes por motivos de saúde, ocupou a tribuna poucas ocasiões, uma delas para proferir discurso contestando acusações de Egberto Rodrigues (UDN/CE) sobre a morte de cerca de 23.000 trabalhadores nordestinos durante a "Batalha da Borracha" (XVII, 331).

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas assinadas pelo conjunto dos membro da bancada do PSD/AM. Destacam-se a de Nº 1498, transferindo para lei federal a determinação do valor tributável das mercadorias exportadas; a de Nº 1570, determinando a inclusão de dispositivo constitucional estimulando a navegação interior de pequena cabotagem; e a de Nº 2151, recomendando a reinversão de 75% dos lucros liquidos auferidos pelas empresas de seguro e capitalização nos Estados, Territórios e Municípios onde tivessem sido obtidos, e cuja "justificação" (XIV, 496) constitui-se num libelo contra a atuação daquelas empresas.

---

## • LEOPOLDO CARPINTEIRO PERES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/08/1901, Município do Cabo-PE. FALEC: 26/11/1948.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do AM (1922). Foi Promotor Público em Manaus-AM, Procurador Assistente da Secretaria da Fazenda do AM e Professor Catedrático de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do AM (SD).

**3) TPol:** Segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981: 422), foi Deputado Estadual pelo AM (1929-1930). Deputado Estadual Constituinte, AM (1935-1937). Oficial de Gabinete do governador do AM (1936). Durante o Estado Novo foi Chefe de Gabinete do Interventor do AM, Álvaro Maia, e Presidente do Conselho Administrativo do Estado (1938-1945).

**4) LAM:** Fundador e Presidente da Associação Amazonense de Imprensa (SD).

**5) AIT:** Colaborou em jornais no Rio de Janeiro e em Manaus, e publicou obras apologéticas ao Estado Novo, tais como: "POLÍTICA E ESPÍRITO DO REGIME" (1941); "UNIÃO SAGRADA PELO BRASIL" (1942); "GETÚLIO VARGAS, E A NOVA DEMOCRACIA BRASILEIRA" (1943) e "GETÚLIO VARGAS: O HOMEM E O CHEFE" (1944).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante na defesa dos interesses regionais das classes dominantes do Estado do Amazonas, concentrou sua atuação no enfoque de temas referentes à ocupação geoeconômica desta região, ao problema da organização territorial e à questão imigratória. Assim, ao longo dos trabalhos constituintes, apresentou várias sugestões à Comissão de Constituição sobre o "problema da Valorização da Amazônia", tendo ocupado a tribuna para proferir longo discurso justificando emenda apresentada pela bancada amazonense sobre o assunto (IX, 163-170).

Reivindicou ainda diversas providências do poder central no tocante ao aproveitamento da borracha no pós-guerra, defendeu a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Produção Amazônica e sugeriu ao governo uma série de medidas para reverter "a nova e eminente débacle da Amazônia" que se visualizava após o término dos Acordos de Washington. Por fim, defendeu um "plano nacional de larga envergadura para o soerguimento da região amazônica, plano este que deve se centrar no problema da Borracha, núcleo da economia amazônica" (IX, 218).

Interveio também por diversas vezes nos debates sobre a organização territorial, manifestando-se veementemente contrário à criação de novos Territórios. No que se refere à imigração, afirmou ser "contra a imigração dos países imperialistas e contra a imigração do amarelo, também imperialista e inassimilável" (X, 161). Parlamentar de postura governista, manifestou-se favorável ao mandato de 6 anos para presidente da República e apoiou discurso do líder pessedista Nereu Ramos defendendo a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na capital federal.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição, grande parte delas conjuntamente com a bancada amazonense. Destacam-se as de Nº 1573 e 1574, defendendo a proteção do trabalhador nacional em relação ao estrangeiro e vedando a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional; Nº 1390, tornando de competência privativa da União a organização dos serviços de imigração e colonização, e a de Nº 3586 (parcialmente incorporada ao texto constitucional), subscrita por todos os representantes da bancada do AM, erigindo a Valorização da Amazônia em serviço nacional e encargo permanente da União.

---

- FRANCISCO **PEREIRA DA SILVA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 07/07/1890, Macau-RN. FALEC: 10/07/1973.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Manaus-AM (1913), após o que tornou-se Promotor Público, Suplente de Juiz de Direito e Secretário da Prefeitura de Cruzeiro do Sul-AC (SD). Na década de 1930 exerceu a advocacia em Manaus e, posteriomente, no Rio de Janeiro. Durante o Estado Novo foi Procurador do IAPM/Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (1938-1945).

**3) TPol:** Auxiliar de Gabinete do Governador do AM, Alberto Maranhão (1908-1913). Prefeito de Taraucá-AC (1915). Prefeito de Seabra-AM (1920). Oficial de Gabinete do Governador do AC (1921). Participou da malograda revolta tenentista em Manaus, tornando-se por um curto período Secretário de Polícia Civil do Estado durante a breve tomada de poder pela junta governativa (1924). Preso durante seis meses por sua participação no movimento, após ser solto militou na oposição ao governo de Artur Bernardes. Participou da campanha da Aliança Liberal (1929-1930). Integrou a Junta Revolucionária que assumiu o governo do AM em decorrência da Revolução de 30. Vitoriosa a Revolução, foi nomeado Secretário de Estado do AM, afastando-se do cargo logo depois (1930-1931). (SI sobre sua atuação política durante a década de 1930 e no transcurso do Estado Novo). 1ª legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI

**5) AIT:** Exerceu atividade jornalística e publicou trabalhos literários.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular e da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na abordagem de problemas referentes à região amazônica e na defesa da política implementada durante a interventoria de Álvaro Maia, tendo ocupado a tribuna várias vezes para defender o ex-interventor das acusações de parlamentares da bancada cearense sobre a morte de cerca de 23.000 trabalhadores nordestinos durante a "Batalha da Borracha". Parlamentar de postura governista, foi a favor da manutenção da Constituição de 1937 no decorrer dos trabalhos constituintes e pronunciou discurso justificando e apoiando o uso de decretos-lei pelo governo Dutra, principalmente aqueles cujo objetivo era a repressão ao movimento popular, tendo também ocupado a tribuna para proferir violento discurso exigindo a imediata expulsão de terroristas japoneses da seita "Shindo-Remmei" (XX, 355). Além disso, manifestou-se por diversas vezes favorável à extinção dos Territórios do Rio Branco e do Guaporé, pronunciando-se veementemente contra a manutenção dos mesmos, tendo ainda requerido destaque para a emenda Nº 2764 de Severiano Nunes (rejeitada em plenário; XXIV, 401) regulamentando a liquidação destas unidades da federação.

Apresentou três emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1287 (rejeitada em plenário; XXIV, 407), determinando que a União indenizasse os Estados cujas terras fossem ou tivessem sido desapropriadas para a formação de novos Territórios, e a de Nº 2039, criando dispositivo de estímulo à entrada de capitais estrangeiros no ramo de serviços públicos e atacando veementemente a proposta de nacionalização progressiva das empresas concessionárias de serviço público.

---

## B) BANCADA DA UDN/AM.

### • MANUEL **SEVERIANO NUNES** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 13/06/1892, Manaus-AM. FALEC: 28/04/1957.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Manaus-AM (1913). Promotor Público em Tefé-AM (1916) e em vários outros municípios do interior amazonense após essa data (1916-1932). Inspetor Federal de Ensino (1933). Superintendente da Diretoria Geral da Instrução Pública (1936). Durante o Estado Novo foi Procurador Fiscal da Fazenda Municipal da Prefeitura de Manaus (1941).

**3) TPol:** Participou da Revolução de 30 no AM, após o que foi nomeado Prefeito de Itaquatiara-AM (1931). Fundador e Presidente do Clube 03 de Outubro no AM (1931). Membro do Diretório do Partido Socialista Amazonense (1933). Secretário Geral do Estado do AM (1934-1935). Deputado Estadual pelo Partido Socialista Amazonense, tendo sido Presidente da Assembléia Legislativa no transcurso do mandato (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Vice-Presidente do Conselho Administrativo do Estado do Amazonas, exonerando-se do cargo para exercer a função de Procurador Fiscal do Estado (SD). No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente da UDN/AM (1945). Após a Constituinte-46, elegeu-se Senador pela coligação UDN-PTB (1947).

**4) LAM:** Na década de 1930 foi fundador e Presidente do Clube 03 de Outubro no AM. Durante o Estado Novo foi um dos fundadores da Sociedade de Amigos da América (1943). Representou o AM no Congresso Jurídico Nacional, realizado no RJ (1943).

**5) AIT:** SI.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Na Constituinte, aliou-se aos membros da bancada do PSD/AM na defesa dos interesses regionais dos agrupamentos dominantes do Amazonas, tendo centrado sua atuação na crítica à política de criação de novos Territórios posta em prática durante o Estado Novo, e na defesa da reintegração aos Estados das regiões que lhes foram "desmembradas" para a criação de novos Territórios.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 1617, determinando a indenização pela União aos Estados do AM e MT dos prejuízos advindos da incorporação do Acre (sic) ao território nacional, e a de Nº 2764 (rejeitada em plenário; XXIV, 399), extinguindo os Territórios do Rio Branco e Guaporé.

---

## C) BANCADA DO PTB/AM.

A bancada do PTB no Amazonas era composta pelo único deputado eleito pela agremiação petebista na região Norte, **Leopoldo Neves**, que logo após a Constituinte de 1946 tornou-se governador do Estado pela coligação PTB/UDN.

### • LEOPOLDO AMORIM DA SILVA NEVES (PTB).

**1) DPF:** NASC: 24/02/1898, Manaus-AM. FALEC: 07/11/1953.
Filho do coronel Leopoldo da Silva Neves.
PROFS: Proprietário de Terras (Fazendeiro de Juta) e Agrônomo.

**2) CPr:** Formado pela Escola de Agronomia de Manaus-AM (1921). Trabalhou no interior do AM como Funcionário do Serviço de Demarcação de Terras. Durante o Estado Novo foi Diretor da Fazenda Pública no AM, abandonando o cargo para dedicar-se ao cultivo da juta nas proximidades de Manaus.

**3) TPol:** Prefeito de Parintins-AM (1927-1928). Deputado Estadual-AM (1928-1930). Membro do Departamento das Municipalidades (1930-1931). Novamente Prefeito de Parintins (1935-1937), tendo nesse período atuado como Chefe da Comissão de Limites no dissídio territorial entre o Pará e o AM. (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46, elegeu-se Governador do AM pela coligação PTB-UDN (1947-1950).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Escreveu trabalhos sobre problemas geoeconômicos da região amazonense.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas efetuou intervenções tópicas em debates sobre a questão amazônica. Numa de suas poucas participações, procurou legislar em causa própria, enviando à Mesa da Assembléia a Indicação de Nº 134 sugerindo ao Poder Executivo a criação de um campo de seleção de sementes no Estado do AM com o objetivo de estimular a lavoura da juta (XII, 227).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido, no entanto, signatário de várias delas apresentas por membros da bancada amazonense.

## BANCADA DE ALAGOAS.

**01) GÓIS MONTEIRO (SENADOR/PSD);**
**02) TEIXEIRA DE VASCONCELOS (SENADOR/PSD);**
**03) AFONSO DE CARVALHO (PSD);**
**04) ANTÔNIO MAFRA (PSD/1º Suplente);**
**05) FARIAS JÚNIOR (PSD);**
**06) JOSÉ MARIA (PSD);**
**07) LAURO MONTENEGRO (PSD);**
**08) MEDEIROS NETO (PSD);**
**09) SILVESTRE PÉRICLES (PSD);**
**10) FREITAS CAVALCANTI (UDN);**
**11) MÁRIO GOMES (UDN);**
**12) RUI PALMEIRA (UDN).**

**09 PSD + 03 UDN = 12.**

### A) BANCADA DO PSD/AL.

Em Alagoas, o PSD foi amplamente vitorioso nas eleições para a Constituinte, elegendo 09 (75%) dos 12 constituintes. A bancada pessedista alagoana era controlada pelo chamado "clã dos Góis Monteiro" e todos os seus integrantes eram estreitamente ligados à maquina governamental consolidada durante a ditadura estadonovista: **Ismar de Góis Monteiro**, ex-interventor federal no Estado de AL (1941-1945), era irmão de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ministro da Guerra após a derrubada de Vargas (1945-1946) e uma das principais lideranças políticas militares do pós-30; **Teixeira de Vasconcelos**, membro do Conselho Administrativo de AL durante o Estado Novo (1942-1945) e padre católico com grande influência na política alagoana; **Afonso de Carvalho**, ex-oficial de gabinete do ministro da Guerra, Eurico Dutra, onde exerceu atividades de censura à imprensa na vigência da ditadura estadonovista (1941-1945); **Antônio Mafra**, prefeito nomeado de Maceió durante o Estado Novo (1945); **Farias Júnior**, ex-secretário da Fazenda do interventor Ismar de Góis (1941-1945), e nomeado presidente do IAA durante os trabalhos constituintes; **José Maria**, prefeito de Assembléia-AL (1937-1945); **Lauro Montenegro**, ex-secretário de Agricultura de PE (1935), engenheiro agrônomo do "Fomento Agrícola" em Maceió e estritamente ligado ao grupo político dos Góis Monteiro; **Medeiros Neto**, outro padre conservador que havia ocupado diversos cargos em Alagoas durante Estado Novo, onde se destacou no combate ao comunismo; e, finalmente, **Silvestre Péricles**, também irmão do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro e "alter ego" do mesmo durante os trabalhos constituintes, presidente do Conselho Nacional do Trabalho (1941-1943) e ex-ministro do Tribunal de Contas da União (1943-1945).

Outro fato digno de menção é que, não obstante a ampla experiência política dos integrantes da bancada pessedista alagoana, todos eles haviam sido eleitos para a primeira legislatura em órgãos parlamentares. Segundo Sérgio Miceli, "Em Alagoas (...) a bancada pessedista incluía políticos que se firmaram em função dos serviços prestados às interventorias, onde a maioria chegou a ocupar postos de relevo ---interventores, secretários de Estado, prefeitos--- sendo que alguns deles pertenciam, ao mesmo tempo, em graus e a títulos diversos, a clãs oligárquicos estaduais. Alguns dos ex-interventores que passaram a integrar a cúpula dirigente do PSD juntavam às suas raízes locais o triunfo de poderem contar com ligações de parentesco nos círculos palacianos do regime" (MICELI, 1986: 568).

- **ISMAR DE GÓIS MONTEIRO** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 27/10/1906, Maceió-AL. FALEC: Sl.
Era irmão de: Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do estado-maior das forças revolucionárias de 30, membro do Clube 03 de Outubro, ministro da Guerra (1934-1935), chefe do estado-maior do Exército (1937-1943), ministro da Guerra (1945-1946), e senador (1947); Silvestre Péricles de Góis Monteiro, deputado federal constituinte por AL (1946); Edgar de Góis Monteiro, interventor federal em Alagoas (1945) e presidente do IAA; Manuel César de Góis Monteiro, diplomata, deputado federal constituinte (1933-1935) e senador por AL (1935-1937).
PROFS: Militar e Engenheiro.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro-DF (1924-1927), após o que seguiu carreira na burocracia militar. Aspirante-a-Oficial e Segundo-Tenente (1927). Primeiro-Tenente (1928). Após a Revolução de 30 foi promovido a Capitão (1932). Formou-se Engenheiro Mecânico e Eletricista pela Escola Técnica do Exército (1936-1939). Durante o Estado Novo tornou-se Major (1941) e Tenente-Coronel (1945).

**3) TPol:** Participou da Revolução de 30, tendo ocupado sucessivos postos militares após esse acontecimento. Durante o Estado Novo foi Interventor Federal em AL (1941-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Presidente do Diretório Regional do PSD/AL e Membro do Diretório Nacional do partido (1946-1947). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Membro do Clube Militar e do Círculo Técnico Militar.

**5) AIT:** Colaborou em diversos periódicos alagoanos.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, na 16ª Sessão, a 26/02/1946 (II, 223). Concentrou sua atuação na participação nos debates sobre a questão do açúcar, tendo ocupado a tribuna para efetuar várias intervenções e proferir discursos sobre "A indústria açucareira em Alagoas" (XX, 290-296; XXI, 385-386), onde defendeu a política implementada pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool dos freqüentes ataques de parlamentares de vários Estados ligados à agroindústria da cana, rebatendo as acusações de que o instituto seria um órgão a serviço dos grandes usineiros da região nordeste. Além da defesa das autarquias em geral e do IAA em particular, também subiu à tribuna para contestar denúncias de membros da bancada da UDN/AL sobre a ocorrência de violências policiais em seu Estado. Também destacou-se durante os trabalhos constituintes, por ter agredido, juntamente com seu irmão Silvestre Péricles, o deputado Barreto Pinto (PTB/DF) nos corredores do Palácio Tiradentes após este ter feito acusações em plenário a seu outro irmão, o ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 2930 (aprovada em plenário; XXII, 405) regulamentando a transmissão do imposto *causa mortis* entre os Estados.

---

• CÍCERO **TEIXEIRA DE VASCONCELOS** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 08/01/1892, Assembléia-AL. FALEC: SI.
PROFS: Sacerdote (Padre Católico) e Professor.

**2) CPr:** Após tornar-se Padre (1915), faz vários cursos (filosofia, teologia e direito canônico) e iniciou sua ascensão na hierarquia da Igreja Católica. Capelão em diversas Igrejas até ser nomeado Cônego de Santa Rita-AL (1945). Foi também Professor de Latim e Português em Maceió-AL.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do Estado de AL (1942-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Atuou em diversas associações católicas e foi líder católico em Alagoas.

**5) AIT:** Publicou "A CENTELHA DIVINA" e "AQUI ESTÁ ALAGOAS" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para manifestar "votos de pesar" a personalidades alagoanas falecidas, e para proferir discurso sobre a "Recuperação dos silvícolas" (X, 285-287), no qual preconizou a cooperação entre a Igreja e o Estado no trabalho de catequização dos indígenas.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• FRANCISCO **AFONSO DE CARVALHO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 18/10/1897, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 1953.
Filho de Antônio Afonso de Carvalho, militar, coronel e chefe político em AL.
PROFS: Militar e Escritor.

**2) CPr:** Estudou na Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro-DF (1915-1918). Aspirante-a-Oficial (1918). Segundo-Tenente (1919). Primeiro-Tenente (1921). Capitão (1924). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1929). Major (1935). Durante o Estado Novo foi promovido a Tenente-Coronel (1941), tornando-se Coronel no decorrer dos trabalhos constituintes (1946).

**3) TPol:** Apoiou a Revolução de 30. Vitoriosa a Revolução, tornou-se Interventor Federal em AL (1932-1934). Fundador e Presidente da Comissão Executiva do PN/Partido Nacional em AL (1933-1934). Durante o Estado Novo representou o Exército em missões diplomáticas na Argentina (1939) e em Portugal (1940), tendo também trabalhado no gabinete do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (1941-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Durante o Estado Novo, na condição de Chefe de Gabinete do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, exerceu implacável atividade de censura a periódicos não simpáticos ao regime. Segundo o testemunho de Samuel Wainer, durante o período em que Afonso de Carvalho ocupou a chefia de gabinete, " (...) o Ministério da Guerra era o terror dos jornalistas de oposição: muitos dos que eram convocados àquele prédio no Campo de Santana dali seguiam para alguma cadeia". Ainda

de acordo com o jornalista, Afonso de Carvalho era "...uma sinistra figura, ostensivamente fascista. (...) um dos mais temíveis servidores da ditadura" (WAINER, 1987: 55).

**5) AIT:** Colaborou em diversos periódicos no Rio de Janeiro, tais como "O Jornal", "Revista da Semana", "O Radical", "Nação Armada" etc. Além disso, publicou livros de poemas, biografias de "vultos da pátria" (Bilac, Caxias) e trabalhos literários e historiográficos, dentre os quais: "CARTAS AO SENHOR DIABO (1922); "MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE UM HOMEM VIVO" (1928); "GOLPE DE VISTA NA REVOLUÇÃO DE 30 (Correspondência telegráfica do estado-maior revolucionário)" (1931); "CAPACETES DE AÇO" (SD); "VALE A PENA ACORDAR AMANHÃ?" (SD) etc.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação no combate à autonomia do DF e na apresentação de emendas a vários artigos do Projeto Constitucional, mormente os relativos à organização da forças armadas. Um dos parlamentares mais conservadores em plenário, logo no início dos trabalhos constituintes posicionou-se a favor da vigência da Carta de 1937 e apoiou libelo proferido contra o PCB pelo "palhaço queremista" Barreto Pinto (PCB/DF) contra a existência legal da agremiação; além disso, manifestou-se favorável à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição e fez uma tumultuada declaração de voto contra a moção proposta pelo líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) louvando as forças armadas pela deposição de Vargas (PSD/RS), no dia da posse do ex-presidente de seu mandato de senador (XI, 255). Ao posicionar-se contrário ao direito dos habitantes do DF de elegerem o prefeito, envolveu-se em freqüentes e acirradas polêmicas com parlamentares desta região, chegando a ser tachado de "retrógrado e escravocrata" (V, 227) por Rui Almeida (PTB/DF).

Apresentou 32 emendas ao Projeto de Constituição, enfocando principalmente a regulamentação do funcionamento do aparelho militar e das instituições parlamentares. Destacam-se as de Nº 2304, aumentando de 1/3 para a metade o "quorum" de parlamentares necessário para a convocação extraordinária do Congresso Nacional; Nº 2815, retirando do Senado a competência para nomear interventores federais nos Estados e conferindo tal atribuição exclusivamente ao presidente da República; Nº 2837, contrária à eleição direta dos prefeitos das capitais e dos Municípios considerados "base ou porto militar de importância" (XV, 349); e a de Nº 3252 (aprovada em plenário com redação modificada; XXIII, 175), estabelecendo exceções para a proibição do trabalho aos menores de 14 anos.

---

## • ANTÔNIO MÁRIO MAFRA (PSD/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 05/06/1916, Maceió-AL. FALEC: 27/09/1983.
PROF: Engenheiro Civil.

**2) CPr:** Formado pela Escola de Engenharia de Pernambuco (1936). Diretor de Obras do Porto de Cabedelo-PB (1939). Durante o Estado Novo foi nomeado Diretor de Viação e Obras Públicas (1941) e Superintendente do Porto de Maceió-AL (1942).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Maceió-AL (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado, assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 114ª Sessão, a 30/07/1946 (XIX, 291). Sua atuação limitou-se à apresentação de algumas emendas de redação à Constituição e a um Requerimento de destaque para a emenda Nº 324 de José Romero (PSD/DF) referente à nomeação de uma Comissão de Técnicos para estudar a localização da nova capital federal no interior do país (emenda aprovada; XXV, 82)

---

## • ESPERIDIÃO LOPES DE **FARIAS JÚNIOR** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 28/09/1899, São Luís do Quitunde-AL. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras e Agrônomo.

**2) CPr:** Formado Engenheiro Agrônomo pela Escola de Agronomia de Socorro-PE (1920). Foi Ajudante de Inspetor Agrícola em MG e Diretor da Fazenda de Sementes de União dos Palmares-AL (SD).

**3) TPol:** Prefeito de Murici-AL (SD). Durante o Estado Novo foi Secretário da Fazenda de AL no governo do interventor Ismar de Góis Monteiro (1941-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte-46, exerceu o cargo de Presidente do IAA (1946) e elegeu-se suplente do senador Ismar de Góis Monteiro (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Participou por um curto período dos trabalhos constituintes, renunciando ao mandato em abril de 1946 para assumir a presidência do IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool.

---

## • **JOSÉ MARIA** DE MELO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 17/02/1906, Assembléia-AL. FALEC: SI.
PROFS: Médico, Professor e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1930). Professor Catedrático de História Natural e Chefe de Clínica do Hospital Nossa Senhora da Conceição em Assembléia-AL. Médico do Banco do Brasil em Maceió-AL (SD).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Assembléia-AL (SD). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Foi 1º Presidente da Sociedade Alagoana de Folclore e Membro do Instituto Histórico de AL.

**5) AIT:** Além de exercer o jornalismo, publicou trabalhos nas áreas de medicina e folclore.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Constituinte pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna poucas vezes, uma delas para pronunciar discurso sobre o tema da "Valorização do município" (IX, 254) e outra para declarar voto a favor da "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, a 29/outubro/1945.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entanto, sido signatário de várias delas sugeridas por membros da bancada do PSD/AL.

---

## • LAURO BEZERRA MONTENEGRO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 28/02/1896, Guarabira-PB. FALEC: 22/04/1950.
PROF: Engenheiro Agrônomo.

**2) CPr:** (SI sobre curso universitário). Durante o Estado Novo foi Diretor do Departamento de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura em AL (SD).

**3) TPol:** Secretário de Agricultura em Pernambuco no governo de Carlos de Lima Cavalcanti (1935). Durante o Estado Novo, através de seu trabalho como Agrônomo do Fomento Agrícola, ligou-se politicamente ao clã familiar dos Góis Monteiro em AL. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi 3º Secretário da Mesa da Assembléia. Concentrou sua atuação na defesa da política implementada pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool durante o Estado Novo e na apresentação de emendas regulamentando a carreira do funcionalismo público. Assim, ocupou a tribuna várias vezes para defender o IAA em particular e as autarquias em geral dos ataques de constituintes ligados à agroindústria da cana, intervindo freqüentemente nos debates sobre o assunto, manifestando-se a favor da absorção dos bangüês pelas usinas de cana-de-açúcar e da intervenção do Estado para promover o desenvolvimento da grande indústria no Nordeste.

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 210 (aprovada em plenário; XXIII, 443), determinando a contagem de tempo integral dos serviços prestados à União, Estados e Municípios pelos funcionários públicos para fins de aposentadoria; Nº 712 (rejeitada; XXIII, 445), regulamentando a concessão de licenças especiais ao funcionalismo público; e a de Nº 2830 (rejeitada; XXI, 318), criando o "Consórcio de Municípios" como entidade

intermediária de divisão político-administrativa entre os Estados e os Municípios. Além disso, também co-assinou diversas emendas apresentadas por seu companheiro de bancada, Silvestre Péricles (PSD/AL).

---

- LUÍS DE MENESES **MEDEIROS NETO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/11/1914, Traipu-AL. FALEC: SI.
PROFS: Sacerdote (Padre Católico) e Professor.

**2) CPr:** Ordenou-se Padre no Seminário Arquiepiscopal de Maceió-AL (1935). Estudou Filosofia e Letras no Seminário Diocesano de Aracaju (SD). Durante o Estado Novo foi Professor de História em Maceió.

**3) TPol:** Nomeado Diretor do Departamento de Educação e Cultura, e do Departamento das Municipalidades e Assistência ao Cooperativismo de Alagoas pelo Interventor Ismar de Góis Monteiro (1941-1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, tornou-se Presidente do Diretório Regional do PSD/AL e Membro do Diretório Nacional do partido (SD).

**4) LAM:** Pertenceu a diversas associações culturais e foi líder católico em AL.

**5) AIT:** Publicou "VERSOS E RIMAS" (1941) e "HISTÓRIA DO RIO SÃO FRANCISCO" (1942).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo na defesa dos postulados da Igreja Católica e do programa da Liga Eleitoral Católica, concentrou sua atuação na abordagem de problemas regionais do Estado de Alagoas, na questão da denominação do idioma a ser adotado no Brasil, e no combate ao "comunismo" e ao divórcio. Logo no início dos trabalhos constituintes, envolveu-se em acirrada polêmica com parlamentares comunistas ao contrapor-se veementemente à proposta defendida pela bancada do PCB de se incluir na Constituição dispositivo determinando a separação entre a Igreja e o Estado, tendo também declarado voto contra a moção pecebista de censura à ditadura de Franco (III, 374). Ocupou a tribuna para proferir discursos justificando Requerimento Nº 30 de sua autoria solicitando "O aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso" (IX, 127; X, 367), defendendo a denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil (XVII, 141; XX, 28), e combatendo veementemente a instituição do divórcio (XIX, 403). Manifestou-se ainda a favor da invocação da proteção de Deus e da Santíssima Trindade no preâmbulo da Carta Constitucional, da proibição do jogo, da indissolubilidade do vínculo matrimonial e da mudança da capital para o interior do país.

Declarou ser adepto do "capitalismo católico", posicionando-se favorável à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, ao mesmo tempo em que fazia o elogio da "livre iniciativa". Defendeu veementemente a industrialização do interior nordestino e o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, tendo apresentado Requerimento sobre o assunto que gerou intensas discussões em plenário. Além disso, pronunciou incontáveis discursos de "voto de pesar" a personalidades falecidas e enviou à Mesa da Assembléia inúmeros Requerimentos e Indicações solicitando ao "Poder Executivo" auxílio para a construção de obras no interior de seu Estado.

Apresentou apenas uma emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3612, às "Disposições Transitórias".

---

- **SILVESTRE PÉRICLES DE GÓIS MONTEIRO (PSD).**

**1) DPF:** NASC: 30/03/1896, São Luís do Quitunde-AL. FALEC: 13/11/1972.
Irmão do senador constituinte (1946) e ex-interventor de AL, Ismar de Góis Monteiro e um dos mais destacados representantes do "clã dos Góis Monteiro" em AL.
PROFS: Militar e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1918), após o que ocupou vários postos na burocracia de Estado, destacando-se os de: Delegado de Polícia em Maceió-AL (1918-1919); Auditor de Guerra em Belém-PA (1926); Juiz Distrital em Erechim-RS; Auditor de Guerra em Erechim, São Gabriel-RS e Porto Alegre-RS na segunda metade da década de 1920; Corregedor da Justiça Militar (1930); Auditor de Guerra no Rio de Janeiro (1934). Durante o Estado Novo foi Presidente da Junta de Alistamento Militar (1943).

**3) TPol:** Participou da Revolução de 30, marchando do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro nas tropas sob o comando de seu irmão, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, por ocasião da tomada do poder pelas forças revolucionárias. Chefe da Justiça Militar das Forças Nacionais durante a Revolução; nessa condição, combateu o movimento constitucionalista ocorrido em São Paulo (1932). Membro da Comissão Executiva do Partido Nacional Alagoano (1933). Candidato derrotado às eleições para o governo de AL pelo PPN/Partido Progressista Nacional (1935); o pleito, bastante tumultuado, culminou num violento tiroteio envolvendo militantes das chapas concorrentes. Durante o Estado Novo foi Presidente do Conselho Nacional do Trabalho (1941-1943) e Ministro do Tribunal de Contas da União (1943-1945). Embora fosse um político experiente, esta foi sua 1ª Legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte-46, elegeu-se Governador de Alagoas (1947-1951); durante o exercício de seu mandato, promoveu violenta repressão ao movimento popular em seu Estado, tendo sido responsável pelo assassinato, tortura e prisão política de vários líderes populares e militantes comunistas em AL.

**4) LAM:** Chefiou a delegação brasileira à XXVII Conferência Internacional do Trabalho em Paris (1945).

**5) AIT:** Durante o Estado Novo foi Diretor da revista "Trabalho e Seguro Social (mensário sistematizado de Direito, Medicina e Economia Social)", editado pela empresa "A Noite" no Rio de Janeiro-DF, onde foram transcritos inúmeros discursos e entrevistas de sua autoria. Publicou "JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA" (com prefácio de Pontes de Miranda; 1935) e "PONTO DE VISTA BRASILEIRO (Discurso na Sorbonne na XXVII Conferência Internacional do Trabalho; 1945)."

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Subcomissão "Segurança Nacional" da Comissão de Constituição, tendo participado intensamente na redação dos dispositivos relacionados à organização do aparelho militar; na condição de Membro da Comissão da Constituição, ocupou por diversas vezes a tribuna

para emitir pareceres à emendas apresentadas ao projeto. Em plenário Constituinte, concentrou sua atenção nas questões mais diretamente relacionadas aos interesses estratégicos das forças armadas; nesse particular, sua preocupação básica foi a de estender também para os "crimes contra a segurança interna" ou para os casos de "comoção intestina" o campo de abrangência dos dispositivos constitucionais referentes à aplicação de sanções repressivas por parte da burocracia militar. Também manifestou-se favorável à manutenção dos Territórios criados durante o Estado Novo, tendo inclusive ocupado a tribuna para ler telegrama assinado pelo General Caronbert Pereira da Costa, em nome do Estado Maior do Exército, defendendo a conservação dos mesmos.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 1274 (rejeitada em plenário; XXII, 233) ampliando a esfera de competência de julgamento da justiça militar aos civis para os casos de crimes contra a segurança interna ou insurreição armada, e a de Nº 1603 sugerindo nova redação ao cap. IV) "Do Estado de Sítio e do Estado de Guerra". Além disso, também apresentou emenda (sem número) determinando o confisco de bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias ou empresas paraestatais (aprovada após votação nominal; XXII, 446), e defendeu destaque (rejeitado; XXV, 19) às "Disposições Transitórias" da Constituição favorável à eleição direta para Vice-Presidente da República logo após o encerramento dos trabalhos constituintes.

---

## B) BANCADA DA UDN.

Segundo Sérgio Miceli, "Em Alagoas e Pernambuco, o udenismo também se converteu na legenda de setores agrários, elegendo plantadores de cana que eram, ao mesmo tempo, dirigentes de organizações patronais. (...) A bancada udenista em Alagoas se constituía dos deputados **Mário Gomes Barros** (1902/Camaragibe/AL), senhor de engenho e líder patronal, **Rui Soares Palmeira** (1910/São Miguel dos Campos/AL), grande proprietário rural e diretor da Cooperativa Central do Banguezeiros e Fornecedores de Cana, e **Antônio de Freitas Cavalcanti** (1908/Penedo/AL), plantador de cana" (MICELI, 1986: 571).

### • ANTÔNIO DE **FREITAS CAVALCANTI** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 12/12/1908, Penedo-AL. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Jornalista e Professor Universitário.
Segundo Miceli (Op. cit., p. 571), foi também Plantador de Cana.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1936), especializando-se em Direito Constitucional e Criminal. Diretor da Imprensa Oficial do Estado. Durante o Estado Novo foi Delegado Seccional do Recenseamento da República (1940) e Professor Catedrático de Teoria do Estado na Faculdade de Direito de AL (1944-1945).

**3) TPol:** Secretário-Geral do Estado de AL (1934). Deputado Estadual, AL (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Membro da OAB/AL.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em AL, tendo sido Diretor do jornal "Diário do Povo" em Maceió-AL. Publicou "À MARGEM DO PROJETO CONSTITUCIONAL" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema educacional e na defesa do desenvolvimento regional do Nordeste, mormente da região do Baixo São Francisco. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso analisando o Projeto Constitucional (XVIII, 428-434), censurando-o por não ser suficientemente democrático e também por não contemplar satisfatoriamente a questão da educação, tendo ainda realizado outros pronunciamentos abordando problemas geoeconômicos de sua região de origem (X, 441; XVIII, 109).

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 2207, acrescentando dispositivos determinando a execução de um plano nacional de aproveitamento da energia hidráulica e a promoção do equilíbrio econômico entre as diferentes regiões do país, e a de Nº 3065, estabelecendo diretrizes para um capítulo "Da Educação e da Cultura" a ser acrescentado ao Projeto.

---

## • MÁRIO GOMES DE BARROS (UDN).

**1) DPF:** NASC: 30/03/1902, Camaragibe-AL. FALEC: junho/1966.
PROFS: Proprietário de Terras (Senhor de Engenho) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (SD). (SI sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** Prefeito de União dos Palmares-AL (1933-1935). Deputado Estadual Constituinte, AL (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Líder Patronal em seu Estado, foi Membro da Cooperativa de Banguezeiros e Fornecedores de Cana, e do Sindicato dos Fornecedores e Banguezeiros de AL (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, interveio apenas através de apartes a discursos de outros constituintes sobre o problema do IAA e sobre o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, não tendo apresentado nenhuma emenda ao Projeto de Constituição.

---

## • RUI SOARES PALMEIRA (UDN)

**1) DPF:** NASC: 02/03/1910, São Miguel dos Campos-AL. FALEC: 16/12/1968.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro), Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Recife (1934). Foi Delegado de Polícia, Diretor do Departamento de Estatística e Membro da Comissão Censitária de Maceió-AL (1935-1940).

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do Prefeito de Maceió-AL (1930-1932). Secretário da Prefeitura de Maceió (1932-1933). Durante o Estado Novo foi novamente Secretário Municipal de Maceió (1940). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da "ala moça" da UDN (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte-46, foi derrotado por Silvestre Péricles nas eleições para o governo do Estado de Alagoas (1947).

**4) LAM:** Fundador da primeira Usina Cooperativa da América do Sul. Um dos organizadores do I Congresso de Cooperativismo e do Congresso de Banguezeiros de AL. Diretor da Cooperativa Central de Banguezeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas. Foi também Secretário da OAB/AL.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em seu Estado, tendo ocupado posições de destaque em diversos órgãos da imprensa alagoana.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na defesa do "cooperativismo" e na denúncia da continuidade da máquina administrativa estadonovista em Alagoas. Numa dessas denúncias, entrou em polêmica com o senador Ismar de Góis Monteiro (PSD/AL) sobre política regional de Alagoas, ao ocupar a tribuna para responsabilizar o interventor alagoano Guedes de Miranda (PSD/AL) por violências policiais a oposicionistas ocorridas em seu Estado (XX, 78; XIX, 365).

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 795, indicando a necessidade de um maior estímulo ao cooperativismo por parte do Estado, e em cuja "justificativa" se faz menção às recomendações contidas na "Carta Econômica de Teresópolis" sobre o assunto; e a de Nº 833, estendendo aos incapacitados para o trabalho os direitos à Previdência Social.

## BANCADA DA BAHIA.

**01) ALOÍSIO DE CARVALHO (SENADOR/UDN);**
**02) ALBÉRICO FRAGA (UDN);**
**03) ALIOMAR BALEEIRO (UDN);**
**04) CLEMENTE MARIANI (UDN);**
**05) DANTAS JÚNIOR (UDN);**
**06) JOÃO MENDES (UDN);**
**07) JURACI MAGALHÃES (UDN);**
**08) LUÍS VIANA (UDN);**
**09) MANUEL NOVAIS (UDN);**
**10) NESTOR DUARTE (UDN);**
**11) OTÁVIO MANGABEIRA (UDN);**
**12) RAFAEL CINCURÁ (UDN);**
**13) RUI SANTOS (UDN);**
**14) PINTO ALEIXO (SENADOR/PSD);**
**15) ALOÍSIO DE CASTRO (PSD);**
**16) ALTAMIRANDO REQUIÃO (PSD);**
**17) ARISTIDES MILTON (PSD/ 3º Suplent**
**18) EUNÁPIO QUEIROZ (PSD);**
**19) FRÓIS DA MOTA (PSD/ 2º Suplente);**
**20) GUILHERME MARBACK (PSD);**
**21) LAURO DE FREITAS (PSD);**
**22) LUÍS BARRETO (PSD/1º Suplente);**
**23) NEGREIROS FALCÃO (PSD);**
**24) RÉGIS PACHECO (PSD);**
**25) VIEIRA DE MELO (PSD);**
**26) LUÍS LAGO (PTB/1º Suplente);**
**27) CARLOS MARIGHELA (PCB);**
**28) TEÓDULO ALBUQUERQUE (PSP).**

**13 UDN + 12 PSD + 01 PTB + 01 PCB + 01 PPS = 28.**

### A) BANCADA DA UDN/BA.

Segundo Sérgio Miceli, "Alguns dos principais núcleos de oposição, no Rio, em Minas e na Bahia, encontraram alento junto a um conglomerado de grupos econômicos privados cujos investimentos estavam fortemente concentrados nos setores financeiro, securitário, imobiliário e em áreas afins de prestação de serviços comerciais. Apesar de esses mesmos grupos terem participação acionária em empresas industriais, a maior parte de seus interesses e aplicações se voltava então para esses setores da atividade econômica amplamente dependentes de manobras especulativas, ou então, da concessão de favores e créditos por parte dos poderes públicos" (MICELI, 1986: 582).

Ainda de acordo com o mesmo autor " (...) em especial na Bahia e em Minas Gerais, a principal ala de parlamentares udenistas se constituía de bacharéis ilustres, herdeiros de antigas linhagens atuantes nas carreiras e profissões de maior prestígio. Sentindo-se preteridos pelos próceres do Estado Novo que lhes bloquearam o acesso às posições de cúpula para as quais se sentiam habilitados de fato e de direito, confinaram momentaneamente suas atividades ao trabalho que faziam como professores catedráticos nas faculdades de Direito e em outras instituições de ensino superior, e como assessores jurídicos de grupos privados" (p. 572). (...) "Na Bahia a 'ala dos bacharéis' udenistas congregava os mesmos elementos (**Nestor Duarte, João Mendes, Luís Vianna Filho, Albérico Fraga**) que, em 1929, ainda estudantes de Direito, haviam fundado a *"Revista de Cultura Jurídica"*, sob a direção de **Aloysio de Carvalho Filho**" (MICELI, Op. cit.: 585).

• **ALOÍSIO LOPES DE CARVALHO FILHO** (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 03/03/1901, Salvador-BA. FALEC: 28/02/1970.
PROFS: Advogado, Professor Universitário, Escritor e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Bahia, especializando-se em Direito Penal (1921). Redator do "Diário da Bahia" (1921-1924). Adjunto de Promotor Público em Salvador-BA (1923-1924). Diretor da Imprensa Oficial do Amazonas (1924-1926). Voltando à BA, reassume o cargo de Adjunto de Promotor Público (1926). Professor Catedrático de Direito Penal na Faculdade de Direito da BA (1929). Procurador Público em Salvador (1935-1936). Durante o Estado Novo foi Subprocurador-Geral e Fiscal do Estado junto ao Tribunal de Contas (1937-1942), e Diretor da Faculdade de Direito da BA (1939-1946).

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do governador da BA, Vital Soares (1928-1930). Opôs-se à Revolução de 30, permanecendo aliado a Vital Soares, candidato a vice-presidente da República na chapa de Júlio Prestes (1930). Opôs-se ao Governo Revolucionário Provisório, solidarizando-se com o movimento oposicionista irradiado do Estado de São Paulo (1931). Um dos fundadores da LASP/Liga de Ação Social e Política da BA, também conhecida como Liga do Amigos de São Paulo, referência ao movimento constitucionalista paulista (1932). Presidente da LASP (1933). Deputado Constituinte e Federal pela LASP (1933-1935). Reeleito Deputado Federal na legenda oposicionista "Governador Otávio Mangabeira" (1935-1937). Membro do Diretório da Concentração Autonomista da BA, agremiação formada por diversas facções oposicionistas ao interventor Juraci Magalhães (1935). Durante o Estado Novo atuou em movimentos de oposição ao regime.

**4) LAM:** Membro e 1º Secretário do Conselho da OAB-BA. Membro da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, do Instituto Brasileiro de Direito Público, da Associação Baiana de Imprensa e de várias instituições culturais.

**5) AIT:** Redator-Secretário da "Revista do Instituto da Ordem dos Advogados" (1927). Diretor da "Revista de Cultura Jurídica" (1929), na qual colaboraram vários elementos (Nestor Duarte, João Mendes, Luís Viana Filho, Albérico Fraga, etc.) que posteriormente viriam a fazer parte da "ala dos bacharéis" da UDN. Além de exercer o jornalismo, publicou trabalhos nas áreas de Direito Penal, Literatura e Política, dentre os quais "CRIMES E CRIMINOSOS NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS" (1939).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa do fortalecimento das instituições representativas para fazer frente à "hipertrofia do Poder Executivo", e na abordagem de questões referentes aos Direitos e Garantias Individuais e à organização do aparelho judiciário. Logo no início dos trabalhos constituinte, durante os trabalhos de elaboração do Regimento Interno, manifestou-se contra a Constituição de 1937 e foi favorável à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária, tendo votado a favor da emenda (rejeitada) de Paulo Sarasate (UDN/CE) que concedia tal prerrogativa à Assembléia. Partidário da adoção do parlamentarismo como forma de combater a "hipertrofia do Executivo" e a excessiva centralização administrativa instauradas no pós-30, quando da votação do projeto revisto em plenário proferiu longo discurso (XXII, 146-148) defendendo veementemente a emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista, tendo afirmado, dentre outras coisas, que "(...) O que nós, parlamentaristas,

queremos não é estabelecer a supremacia ou a superioridade do parlamento, mas restituir-lhe o lugar na engrenagem governamental e dar-lhe a sua soberania, as atribuições que lhes são próprias, o direito de sua cooperação e da sua penetração mais profunda e mais íntima nos negócios políticos e administrativos do país" (XXII, 147). Além disso, declarou voto a favor da autonomia do DF e enviou à Mesa da Assembléia Requerimento "solicitando informações" ao governo sobre a intervenção no sindicato dos bancários, tendo ainda se manifestado sobre diversos outros temas, sempre na defesa das liberdades individuais e denunciando sua supressão na vigência do Estado Novo.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição, grande parte delas restaurando dispositivos contidos na Carta de 1934. Destacam-se as de Nº 2265 (aprovada em plenário; XXI, 120), atribuindo à União competência para legislar sobre o regime penitenciário e assegurando a individualização da pena; Nº 2490 (aprovada ; XXII, 151), sugerindo nova redação para o termo de posse do presidente da República; e a de Nº 2726 (aprovada; XXII, 282) determinando a inclusão de dispositivo no capítulo "Dos Direitos Individuais" conservando a instituição do Júri.

---

## • ALBÉRICO PEREIRA FRAGA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 29/03/1904, Muritiba-BA. FALEC: SI.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1927), após o que exerceu a advocacia em Salvador-BA. Consultor Jurídico do Estado da BA (SD). Durante o Estado Novo tornou-se Professor Catedrático de Direito Judiciário Civil na Faculdade de Direito da BA (1937-1945).

**3) TPol:** Oficial de Gabinete dos governadores baianos Francisco Góis Calmon (1924-1928) e Vital Soares (1928-1930) durante a República Velha. (SI sobre sua atuação política no início da década de 1930). Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46 tornou-se Secretário do Interior e Justiça da BA no Governo de Otávio Mangabeira (1947).

**4) LAM:** Foi Membro da Sociedade de Amigos da América e Presidente do Instituto dos Advogados da BA (SD).

**5) AIT:** Além de ter colaborado em revistas jurídicas, publicou "INFORMAÇÕES SOBRE CAIXAS RURAIS RAIFFEISEN" (1925); "O ESTADO DE SÍTIO NA PRÁTICA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA" (1927); "DO PODER LEGISLATIVO" (1928); e "RECURSO EXTRAORDINÁRIO" (1936).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa da autonomia municipal, na crítica à centralização político-administrativa herdada do Estado Novo, e na apresentação de emendas aos dispositivos referentes à organização do aparelho judiciário e ao funcionamento das instituições representativas. Defensor dos interesses das classes dominantes de sua região de origem, juntamente com toda UDN baiana enviou à Mesa da Assembléia Indicação Nº 108 exigindo do governo "a restituição aos cacauicultores da diferença havida entre o pagamento aos lavradores pelo Instituto do Cacau e o preço que recebeu pela venda do cacau nos mercados estrangeiros", cuja "justificativa"

consiste num libelo contra a intervenção do Instituto do Cacau no mercado de exportação do produto (X, 384). Também manifestou-se favorável à intervenção do Estado para solucionar o problema da Educação, tendo participado dos debates travados em plenário sobre o assunto, e foi ainda contra a manutenção dos Conselhos Administrativos dos Estados até a promulgação das Constituições estaduais.

Apresentou 16 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 344, contrária à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional; Nº 401 (rejeitada; XXI, 242) facultando aos Estados a criação de órgãos de assistência técnica e fiscalização financeira dos municípios; e a de Nº 409, determinando a realização simultânea de eleições federais, municipais e estaduais. Além disso foi signatário de grande número das emendas apresentadas ao projeto por seu companheiro de bancada, Clemente Mariani (UDN/BA).

---

- **ALIOMAR** DE ANDRADE **BALEEIRO** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 05/05/1905, Salvador-BA. FALEC: 03/03/1978.
Neto de Belarmino de Andrade, jornalista do "Diário da Bahia" durante o Império. Filho de Arnaldo Baleeiro, despachante aduaneiro. Irmão de Arquibaldo Baleeiro, chefe da casa civil no governo de Juraci Magalhães (1935).
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Repórter de "A Imprensa", jornal de propaganda da candidatura de Artur Bernardes à presidência da República (1921-1922). Formado pela Faculdade de Direito da BA (1925), após o que exerceu a profissão de advogado no mesmo Estado juntamente com Luís Viana Filho, seu colega de faculdade. Após a Revolução de 30 dirigiu o jornal "O Estado da Bahia" (1933-1935), de linha editorial favorável ao situacionismo estadual. Durante o Estado Novo, além de dedicar-se à advocacia e ao jornalismo, tornou-se Professor Catedrático de Ciências das Finanças na Faculdade de Direito da BA (1942-1945).

**3) TPol:** Influenciado pelas idéias de Rui Barbosa, atuou no movimento estudantil, fazendo oposição ao governador baiano José Joaquim Seabra (1920-1924). (SI sobre sua atuação política durante a Revolução de 30). Após a Revolução, aproximou-se politicamente do Interventor Juraci Magalhães. Filiou-se ao PSD/Partido Social Democrático, agremiação organizada por Juraci Magalhães na BA (1934). Deputado Estadual Constituinte, (1935-1937). Apoiou a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República e, logo após, acompanhou Juraci Magalhães em sua oposição ao golpe de 10/novembro/1937. Durante o Estado Novo, atuou na oposição: colaborou na revista "Seiva" (1938); participou do I Congresso Jurídico Nacional no Rio de Janeiro (1943); e, dentre outras atividades no movimento de oposição liberal ao regime, promoveu uma malograda tentativa de lançar um documento análogo ao "Manifesto dos Mineiros" na BA (1943). No contexto da redemocratização, fundou a UDN baiana em seu escritório de advocacia em Salvador, tornando-se um dos mais destacados dirigentes do partido no Estado (1945). Após a Constituinte-46, foi eleito Secretário-Geral da UDN, tendo sido um dos principais defensores do acordo interpartidário PSD/UDN/PR (1947-1948).

**4) LAM:** Membro da OAB-BA. Durante o Estado Novo chefiou a "Revista Fórum", publicada pela entidade (1940-1942).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo, tendo colaborado em inúmeros periódicos na Bahia e no Distrito Federal. Publicou: "LIVRAMENTO CONDICIONAL" (1926); "DIREITO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO" (juntamente com Luis Viana Filho; 1932); "IMPOSTO SOBRE A RENDA" (1938); "A TRIBUTAÇÃO E A IMUNIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA" (1939), dentre outros trabalhos na área de Direito.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator da Subcomissão "Discriminação de Rendas" da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Um dos parlamentares mais atuantes em plenário, foi um dos mais destacados líderes da "corrente municipalista" na Constituinte, tendo concentrado sua atuação na defesa da autonomia municipal e na participação nos debates referentes à organização do aparelho fiscal. Crítico ferrenho do Estado Novo, logo no início dos trabalhos constituintes manifestou-se contra a vigência da Constituição de 1937 e tomou parte nos violentos debates travados no recinto da Assembléia envolvendo o "caso Borghi" do financiamento do algodão, tendo inclusive proferido discurso sobre o assunto (IV, 177-180), no qual secundou as veementes acusações feitas por udenistas à atuação do governo no episódio. Também ocupou a tribuna para pronunciar longo discurso de "Crítica ao projeto da Constituição" (XII, 262-276), censurando o projeto por ser conservador, e mesmo reacionário, em alguns pontos, e fazendo várias outras críticas ao mesmo, dentre as quais a de não possibilitar a organização de um aparelho fiscal capaz de promover a "justiça social" no país. Quase ao término dos trabalhos de elaboração constitucional, provocou grande celeuma em plenário ao denunciar a prisão do advogado Adauto Lúcio Cardoso pela polícia política do DF (XXIII, 358), aproveitando a ocasião para proferir um violentíssimo libelo contra Vargas, responsabilizando o ex-ditador pelo conjunto das desgraças ocorridas no Brasil no pós-30, o que acirrou os ânimos de vários getulistas presentes à sessão.

Parlamentar de postura anticlerical, posicionou-se freqüentemente contra a exagerada influência da Igreja Católica no processo de elaboração constitucional, manifestando-se contra a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição e amplamente favorável ao divórcio, pontos de vista estes que lhe valeram várias ameaças de excomunhão da parte de constituintes ligados ao clero católico mais tradicional. Além disso, manifestou-se a favor da adoção do sistema de governo presidencialista, do critério do custo histórico para a avaliação das firmas concessionárias de serviço público, da concessão de anistia para os militares punidos no pós-30, da extinção do território do Iguaçu, e contra o unicameralismo, sendo, portanto, favorável ao Senado. Na condição de membro da subcomissão "Discriminação de Rendas", ocupou a tribuna inúmeras vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros constituintes durante a votação do projeto em plenário.

Apresentou 60 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 938 (aprovada), dando a União competência privativa para legislar sobre Direito Financeiro; Nº 949, regulamentando a perda de mandato de deputados e senadores por falta de decoro parlamentar; Nº 1145 (rejeitada; XXIII, 297) de cunho nacionalista e concedendo apenas a brasileiros ou a empresas controladas por brasileiros autorização para o aproveitamento de minas e quedas d'água; Nº 1525 (rejeitada; XXII, 434), restringindo o pagamento de assistência religiosa nos quartéis, hospitais, e demais estabelecimentos oficiais; Nº 2424-A (rejeitada; XXIV, 278), transferindo do presidente da República para o Senado Federal a prerrogativa de decretar a intervenção federal e de nomear os interventores no Estados; Nº 3010, instaurando os Tribunais Estaduais de Contas, a fim de promover a fiscalização financeira dos Estados e Municípios, e a de Nº 3140, favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública.

Após o término da Constituinte, Aliomar Baleeiro publicou *"Alguns andaimes da Constituição"* (1950), contendo um resumo de sua atuação durante o processo de feitura da Carta Constitucional.

---

- **CLEMENTE MARIANI** BITTENCOURT (UDN).

**1) DPF:** NASC: 28/09/1900, Salvador-BA. FALEC: 13/08/1981.
Filho do desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt. Bisneto de Clemente Bonifácio de Abreu (irmão do Barão de Vila da Barra) e de Ana Joaquina Mariani Wanderlei (irmã do Barão de Cotegipe).
PROFS: Banqueiro, Proprietário de Terras, Advogado, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1920), exerceu a profissão de Advogado no mesmo Estado a partir do ano seguinte (1921). Simultaneamente atuou como jornalista, tornando-se Redator e Redator-Chefe do "Diário da Bahia" (1921-1927). Professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da BA a partir de 1925. Durante o Estado Novo dedicou-se primordialmente às atividades empresariais: Presidente da CIRB e da Companhia Usina Cinco Rios (subsidiária da Shell); Diretor do Banco Comercial da Bahia (1942); Diretor e Presidente do Banco da Bahia (1942-1944).

**3) TPol:** Militou na campanha da "Reação Republicana", ligando-se ao Partido Republicano Democrático, liderado por José Joaquim Seabra (1922). Eleito Deputado Estadual (1924) pelo distrito de São Francisco, tradicional curral eleitoral de sua família materna, tendo abandonado o mandato no ano seguinte para dedicar-se às atividades docentes. Reeleito Deputado Estadual pelo Distrito de São Francisco (1929-1930). Atuou intensamente na Reforma Constitucional baiana ocorrida durante a gestão do governador Vital Soares, político a quem era ligado e que veio a ser candidato à vice-presidência da República na chapa de Júlio Prestes às eleições de 1930. Opôs-se à Revolução de 30 e aos atos do Governo Provisório (1930-1931). Primeiro-Secretário do PSD/Partido Social Democrático da BA (1933). Deputado Constituinte e Federal, PSD/BA (1933-1935). Deputado Federal, PSD/BA (1935-1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, não ocupou cargos políticos de importância, sendo, no entanto, nomeado por Vargas liquidante das duas maiores empresas alemãs sediadas no Brasil (a Herm Stoltz e a Teodor Willy) em conseqüência das retaliações de Guerra (1942). Após a Constituinte-46, tornou-se Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Dutra como conseqüência do acordo interpartidário PSD/UDN/PR, e foi um dos principais líderes udenistas na campanha pela cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** Membro da OAB-BA, tendo sido orador oficial do Instituto da OAB-BA durante os anos de 1931-1932. Diretor da "Associação Comercial da Bahia", foi o autor da mensagem enviada pela entidade ao I Congresso das Classes Produtoras realizado em Teresópolis-RJ (1945).

**5) AIT:** Exerceu atividade jornalística, tendo escrito inúmeros discursos políticos e artigos para revistas jurídicas. Durante sua juventude foi Colaborador e Diretor da "Revista de Assistência Judiciária Acadêmica". Colaborou na "Revista da Ordem dos Advogados da Bahia" (1927-1930). Durante o Estado Novo foi Diretor da "Revista Forense" (1937-1945). Além de inúmeros artigos em diversos periódicos, publicou "O GOVERNO DA BAHIA E A DEFESA DA REPÚBLICA CONTRA AS AGITAÇÕES EXTREMISTAS" (1936).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, na 21ª Sessão, a 08/03/1946 (III, 157). Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação no combate doutrinário ao "comunismo", e na participação nos debates referentes à matéria tributária e fiscal. Pouco antes de se iniciar a votação do Projeto Revisto em plenário, ocupou a tribuna para proferir um dos mais violentos libelos contra o "comunismo" e o PCB realizados durante o processo constituinte (XX, 385-402), aproveitando a ocasião para defender sua concepção de democracia como uma forma de governo capaz de contrabalançar a "hipertrofia do Executivo", por um lado, e de evitar a emergência de movimentos contestatórios à "ordem" vigente, por outro, afirmando, dentre outras coisas, que " (...) A Democracia que queremos implantar no Brasil não é a democracia social ou proletária, mas a democracia formal, burguesa, que tem seu fundamento sobretudo na liberdade, e não na igualdade" (XX, 388); concluiu seu pronunciamento ---que teve papel decisivo na aprovação da emenda que serviria para cassar o PCB pouco tempo depois--- dizendo: "...Parece desnecessário acrescentar maiores razões para demonstrar que o Partido Comunista é incompatível com a democracia, tal como a entendemos e procuramos estabelecer no Brasil" (XX, 399). Também tomou parte nos debates sobre o "caso Borghi" do algodão, criticando a intervenção governamental no mercado de exportação do produto, e participou ativamente nas discussões sobre matéria fiscal aquando da votação em plenário dos dispositivos que regulamentavam o assunto, opondo-se tenazmente à proposta (a seu ver predominante na Subcomissão "Discriminação de Rendas") de se utilizar a tributação como meio de corrigir as desigualdades sociais vigentes no país. Além disso, manifestou-se favorável à entrada de capital estrangeiro na economia brasileira e ao mandato de 04 anos para presidente da República.

Apresentou 66 emendas ao Projeto de Constituição, grande parte delas concretizando aspectos da plataforma doutrinária exposta em seus pronunciamentos. Destacam-se as de Nº 2857 (rejeitada; XXI, 415), proibindo a bitributação; Nº 2902-A (rejeitada; XXI, 173), retirando da competência da União a arrecadação do imposto cedular de renda de imóveis; Nº 2927 (rejeitada; XXI, 207), regulamentando a cobrança do imposto sobre vendas e consignações pelos Estados; Nº 2989 (aprovada; XXIV, 177) determinando a aplicação de 1% da renda tributária da União no aproveitamento das possibilidades econômicas do Vale do Rio São Francisco; Nº 3081, restringindo ainda mais que no projeto a possibilidade de desapropriação em caso de necessidade ou utilidade pública; Nº 3158 (aprovada; XXIII, 24), vedando "a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o regime democrático que se baseie na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem"; e a de Nº 3487, favorável à instauração do "estado de sítio preventivo".

---

- JOÃO DA COSTA PINTO **DANTAS JÚNIOR** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 28/08/1898, Salvador-BA. FALEC: 19/08/1969.
Neto de Cícero Dantas Martins, Barão de Geremoabo e deputado geral por várias legislaturas durante o Império. Filho de João da Costa Pinto Dantas, proprietário de terras, senador, deputado federal, estadual e prefeito de Itapicuíma-BA (1901-1904) durante a República Velha.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1919). Promotor Público nas Comarcas de Itaberaba (1919) e Jacobina (1919-1921), no interior baiano. Juiz Substituto da Vara dos Feitos da

Fazenda Estadual e Municipal (1922-1926). Curador de Menores e Delinqüentes na BA a partir de 1926. Professor da Escola de Comércio Feminina da BA (1934).

**3) TPol:** Deputado Estadual, BA (1921-1922). Deputado Estadual Constituinte na BA, tendo sido 1º Secretário da Assembléia Legislativa (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário de Governo do interventor Pinto Aleixo (1943-1944) e Presidente do Conselho Administrativo do Estado (1944-1945). Após a Constituinte-46, tornou-se Secretário Estadual da Fazenda no governo de Otávio Mangabeira (1947-1950).

**4) LAM:** Foi 2º Secretário da OAB-BA e Membro do Conselho da mesma entidade, além de ter pertencido a inúmeras associações culturais e de pesquisa.

**5) AIT:** Publicou várias obras na área de direito constitucional, destacando-se: "AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL" (SD); "CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO PROCESSO DO ESTADO DA BAHIA" (SD) e "O NOME DE DEUS NA CONSTITUIÇÃO BAIANA DE 1935" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de problemas regionais do Estado da BA e na remessa à Mesa da Assembléia de incontáveis Requerimentos e Indicações solicitando ao "Poder Executivo" a feitura de obras e serviços no interior baiano. Além disso, ocupou a tribuna para pronunciar discurso justificando emendas de sua autoria ao capítulo sobre o "Poder Judiciário" (XIV, 313), onde também reivindicou medidas de proteção ao "pequeno lavrador", tendo se manifestado ainda a favor da invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição e contrário à mudança da capital para o interior do país por julgá-la "utópica".

Apresentou 34 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas a dispositivos concernentes ao funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de Nº 147 (aprovada; XXIII, 284), estabelecendo critério único para a promoção de juizes; Nº 163, tornando vitalícios os magistrados, os serventuários de justiça, os professores catedráticos e os membros do Ministério Público; Nº 193, regulamentando a competência do Tribunal Federal de Recursos; Nº 282, ampliando os critérios de recrutamento para o Tribunal de Contas da União, e a de Nº 3620, eliminando artigo das "Disposições Transitórias" que determinava a mudança da capital federal para a região central do país, sob a alegação de que "não devemos alimentar sonhos e desejos irrealizáveis, nem consentir que figure na Constituição dispositivo que jamais será cumprido" (XVI, 231).

## • JOÃO MENDES DA COSTA FILHO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 03/09/1903, Feira de Santana-BA. FALEC: 25/03/1971.
Filho de João Mendes da Costa, coronel, proprietário de terras, comerciante e chefe político (foi vereador, prefeito e presidente do diretório municipal da UDN) em Feira de Santana-BA.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1927). Delegado em Amargosa-BA e Auditor da Força Pública do Estado (1928-1930). Durante a década de 1930 exerceu a advocacia em Cachoeira-BA.

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte, BA (1935-1937). Militou na oposição ao governador Juraci Magalhães liderada por Otávio Mangabeira (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46, participou ativamente da campanha pela cassação do PCB (1947/1948).

**4) LAM:** Membro da OAB-BA, tendo sido Presidente da Subseção da instituição na cidade de Cachoeira-BA. Foi também Orador Oficial do Instituto dos Advogados de Salvador (SD).

**5) AIT:** Escreveu diversos trabalhos na área de Direito, destacando-se: "PENA DE MORTE" (Tese, 1927); "APROPRIAÇÃO INDÉBITA" (1932); "INSTITUIÇÃO DO JÚRI" (1935); "GOVERNOS FORTES E GOVERNOS DE FORÇA" (1937); e "DA SIMULAÇÃO" (1939).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Um dos parlamentares mais virulentamente reacionários da Constituinte, concentrou sua atuação no combate ao divórcio e ao "comunismo", e na abordagem de questões referentes à organização do aparelho judiciário. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para defender Indicação de sua autoria proibindo a Assembléia de tratar de assuntos estranhos à elaboração constitucional (I, 290), aproveitando a ocasião para censurar certos parlamentares por "abusarem da liberdade de palavra" ao se pronunciarem sobre assuntos "não constitucionais" e por provocarem manifestações nas galerias do palácio Tiradentes. Também subiu à tribuna para proferir um longo e incrível discurso sobre "Matéria Constitucional" (X, 386-395), no qual justificou sua emenda (posteriormente aprovada) estabelecendo a obrigatoriedade do trabalho no primeiro artigo do capítulo "Ordem Econômica e Social", a fim de contrabalançar o "excesso de direitos", a seu ver concedidos aos trabalhadores no projeto de constituição; argumentando longamente a favor de sua emenda, responsabilizou a legislação trabalhista implementada no pós-30 por ter gerado a "luta de classes" (antes inexistente) entre "patrão" e "empregado" no Brasil, e atribuiu aos próprios trabalhadores e à sua "preguiça", a situação de miséria da qual eram objeto. Além disso, efetuou pronunciamentos defendendo emendas aos dispositivos sobre o "Poder Judiciário" (XI, 156), e combatendo veementemente o divórcio (XXII, 260; XXII, 385), tendo, finalmente, se manifestado contra o mandato presidencial de 06 anos e a favor da "autonomia municipal".

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1041-A (aprovada; XXII, 246), favorável à alternância dos critérios da antigüidade e merecimento para a promoção dos juizes estaduais; Nº 1045 (rejeitada; XXII, 302) colocando sob controle e censura do Conselho Disciplinar da Magistratura a inscrição de candidatos ao cargo de juizes vitalícios; e a de Nº 1146 (aprovada; XXIII, 138) incluindo no título "Ordem Econômica e Social" dispositivo

determinando a "obrigatoriedade do trabalho" a fim de contrabalançar o excesso de direitos do trabalhador assegurados em lei. Além disso, apresentou emenda de Nº 1079 (cuja "justificação" constitui uma furibunda profissão de fé anticomunista), determinando a perda da nacionalidade dos "servos fanáticos dos profetas sociais de além mar" e visando a eliminação do "vírus comunista" (XIII, 273).

---

• **JURACI MONTENEGRO MAGALHÃES** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 04/08/1905, Fortaleza-CE.
PROFS: Militar e Proprietário de Terras (Fazendeiro).

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro-DF (1923-1927). Aspirante-a-Oficial (1927). Segundo-Tenente, transferindo-se para o 1º Regimento de Infantaria no Rio de Janeiro (1927). 1º Tenente (1929). Enviado para o 22º BC na Paraíba, juntamente com outros líderes tenentistas como Jurandir Mamede, Paulo Cordeiro de Melo e Agildo Barata (1930). Após a Revolução de 30 tornou-se Capitão (1933). Durante o Estado Novo, após um período de intensa atividade política, retornou à carreira militar: cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1938) e a Escola do Estado-Maior do Exército (1940-1942); Major (1942); ingressou no quadro do Estado-Maior da Ativa (1942); cursa o Command and General Staff School em Fort Leavenwort, Kansas-EUA (1943); serviu no 21º BC em Recife-PE e no 14º BC em Florianópolis-SC (1944-1945); Tenente-Coronel (1945).

**3) TPol:** Participou ativamente do movimento tenentista na década de 1920, envolvendo-se em várias atividades conspirativas e ligando-se politicamente a Juarez Távora. Foi um dos principais dirigentes da Revolução de 30 na Paraíba e no Nordeste: como 1º Tenente do 22º BC defendeu veementemente a luta armada como principal instrumento de ação revolucionária; na condição de Comandante da Brigada Leste tomou parte de operações militares em vários Estados nordestinos; desempenhou ainda diversas outras missões políticas durante a Revolução. Nomeado Interventor da BA por Indicação de Juarez Távora (1931-1934); durante sua gestão, reprimiu severamente ato estudantil ocorrido na BA em apoio ao movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo (1932), e obteve apoio político da "Coligação Sertaneja", entidade organizada por "coronéis" do interior baiano (1933). Apoiando-se na máquina burocrática e nos "coronéis" do interior, foi um dos principais organizadores do PSD baiano (janeiro/1933), agremiação que elegeu 20 dos 22 deputados à Constituinte de 1934. Participou de inúmeras articulações políticas no período, tanto a nível estadual como federal. Governador eleito do Estado da Bahia (1935-1937); durante seu mandato consolidou-se como uma das principais lideranças políticas nacionais. Renunciou ao cargo de Governador por ocasião da instauração do Estado Novo, ao qual se opôs (1937). Durante o Estado Novo, além de seguir carreira militar, desenvolveu atividades conspirativas, entrando em contato com Otávio Mangabeira em seu exílio em Nova York, discutindo com este a derrubada do regime. No contexto da redemocratização foi um dos principais articuladores da candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República, tendo sido eleito Membro da I Comissão Executiva da UDN (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares, foi o parlamentar mais votado em seu Estado nas eleições para a Constituinte. Foi um dos principais defensores e articuladores da aproximação com o Governo Dutra no seio da UDN (1946-1947). Anticomunista ferrenho, votou a favor da cassação do PCB em 1947.

**4) LAM:** Presidente da Sociedade de Amigos da América (1946-1947). Embora ao longo de sua trajetória tivesse estabelecido ligações com inúmeras associações civis, mormente empresariais, inexistem informações precisas sobre o período aqui abrangido.

**5) AIT:** Uma das principais lideranças políticas nacionais do pós-30, produziu inúmeros discursos de impacto ao longo de sua trajetória política, e publicou: "DEFENDENDO O MEU GOVERNO" (1934).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, tendo deixado a mesma em 02/05/1946, sendo substituído por Gilberto Freire (UDN/PE). Concentrou sua atuação na participação nas manobras visando o isolamento político-ideológico do PCB na Assembléia, e na defesa da política de "crédito de confiança" ao governo Dutra, da qual foi um dos principais propugnadores no seio da UDN. Além disso, envolveu-se em violentas discussões com o pessedista Vieira de Melo (PSD/BA) sobre política baiana, tendo ocupado a tribuna várias vezes (VIII, 254 e *passim.*) para responder às acusações deste parlamentar de que estaria envolvido na articulação de "cambalachos" e barganhas políticas entre a UDN baiana e o governo central, contrariando assim interesses regionais do PSD/BA. Também tomou parte nas provocações feitas ao líder comunista Luís Carlos Prestes (PCB/DF) sobre o eventual posicionamento do PCB numa hipotética "guerra imperialista" contra "a Rússia", participando assim das manobras realizadas em plenário constituinte visando criar as pré-condições ideológicas para o fechamento do partido, tendo se incumbido de efetuar a famosa pergunta que embaraçou o senador pecebista: " (...) no caso de uma guerra a que for arrastado o Brasil, por força das obrigações internacionais, cumprindo o governo os dispositivos constitucionais e legais que regerão a declaração de Guerra, e no caso de ser a Rússia, nessa Guerra, adversária do Brasil, o Senador Luís Carlos Prestes e o Partido Comunista do Brasil, lutarão pela sua pátria ou iniciarão uma Guerra Civil?" (V, 48).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 1719, estendendo aos suplentes de deputados e senadores as imunidades parlamentares.

Juraci Magalhães produziu duas ricas narrativas sobre sua atuação política no período: *"Minhas Memórias Provisórias" (1982)* e *"O último dos tenentes" (1996).*

---

## • LUÍS VIANA FILHO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 28/03/1908, Paris-França. FALEC: 05/06/1990.
Filho de Luís Viana, desembargador e presidente do Tribunal de Apelação da BA; senador à Constituinte Estadual baiana; governador da BA (1896-1900) e senador pelo mesmo Estado (1911-1920) durante a República Velha.
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1928), exerceu a seguir a profissão de advogado na capital do Estado, montando escritório de advocacia juntamente com Aliomar Baleeiro. Professor de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da BA (1933). Durante o Estado Novo foi Professor de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito da BA e Professor Catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade da BA (1940).

**3) TPol:** Aliou-se a Otávio Mangabeira na oposição à Revolução de 30 na BA. Filiou-se à LASP/Liga de Ação Social e Política, agremiação que congregava opositores ao Governo Provisório tenentista na BA (1933). Deputado Federal, LASP/BA (1935-1937). Durante o Estado Novo não ocupou cargos políticos de importância. No contexto da redemocratização, participou ativamente do movimento oposicionista (1945).

**4) LAM:** No contexto da redemocratização integrou a delegação da Bahia ao I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo (janeiro/1945).

**5) AIT:** Durante o Estado Novo, colaborou na revista "Seiva" e em diversas revistas jurídicas. Publicou obras nas áreas de direito, historiografia e ficção, dentre as quais: "O DIREITO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO" (em colaboração com Aliomar Baleeiro; 1932); "A SABINADA" (1938); "A LÍNGUA NO BRASIL" (1939); "A VIDA DE RUI BARBOSA" (1941); "A VERDADE NA BIOGRAFIA" (1945) e "O NEGRO NA BAHIA" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na crítica a vários aspectos do regime estadonovista, e na participação nos debates sobre o funcionamento do aparelho judiciário e das instituições representativas. Ocupou a tribuna para proferir discursos abordando a questão da habitação (VI, 352-358) e analisando longamente o Projeto de Constituição (XVII, 111-116), no qual fez várias críticas aos dispositivos do mesmo que regulamentavam a intervenção federal nos Estados, aproveitando a ocasião para fazer o elogio do "regime federativo" e da "federação", e a defesa da nomeação do interventores pelo Senado Federal e não pelo presidente da República, como constava no projeto. Também ocupou a tribuna para justificar Requerimento Nº 225 de sua autoria, solicitando " (..) a pronta prestação de contas pelo Instituto do Cacau da Bahia durante o período em que teve o monopólio do comércio e da exportação desse produto" (XI, 347), e criticando veementemente a atividade do Instituto do Cacau em seu Estado, acusando esta autarquia de implementar política contrária aos interesses dos exportadores de cacau baianos. Além disso, manifestou-se contra a vigência da Constituição de 1937 no decorrer dos trabalhos constituintes, a favor do sistema de governo presidencialista, do direito de voto aos soldados e sargentos, e efetuou várias outras intervenções tópicas em debates realizados em plenário, a maior parte delas sem expressar um posicionamento político-ideológico definido.

Apresentou 36 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 284 e 316, referentes à aquisição da nacionalidade brasileira de filhos de pais brasileiros nascidos em território estrangeiro; Nº 745, regulamentando a criação e o funcionamento das Câmaras Federais de Justiça; Nº 2160 (aprovada; XXIV, 216), isentando de impostos os salários e os direitos autorais de escritores, jornalistas e professores; e a de Nº 2166, restringindo o direito dos ex-interventores de se candidatarem às eleições para os governos estaduais.

• **MANUEL CAVALCANTI DE NOVAIS** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 06/03/1908, Floresta-PE. FALEC: SI.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da BA (1930). Médico da Saúde Pública na BA, a partir de 1931.

**3) TPol:** Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 na BA (1929-1930). Membro da Junta Revolucionária encarregada de investigar as responsabilidades de elementos ligados ao governo anterior na reação ao movimento revolucionário (1930-1931). Oficial de Gabinete dos interventores baianos Leopoldo Amaral (1930-1931) e Juraci Magalhães (1931-1933). Deputado Constituinte e Federal, PSD/BA (1933-1935). Deputado Federal, PSD/BA (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao desenvolvimento econômico do interior baiano, especializando-se na remessa à Mesa da Assembléia de incontáveis Requerimentos e Indicações solicitando ao "Poder Executivo" a feitura de obras e serviços no interior de seu Estado. Assim, ocupou a tribuna diversas ocasiões para proferir vários discursos defendendo a industrialização e o desenvolvimento econômico de sua região de origem, nos quais fez uma exortação a favor do aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso (X, 307), preconizou entusiasticamente a "colonização do Vale do São Francisco" (XVII, 26) e lamentou-se pela situação precária do sistema ferroviário de seu Estado (XXIV, 80), sempre entremeando seus pronunciamentos com pedidos de "auxílio" e reivindicações ao poder central.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 179, obrigando o governo federal a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Vale do Rio São Francisco e de seus afluentes, e a de Nº 3674, regulamentando a readmissão de funcionários públicos afastados em conseqüência de atos do governo revolucionário provisório no pós-30.

---

- **NESTOR DUARTE** GUIMARÃES (UDN).

**1) DPF:** NASC: 03/12/1902, Caitité-BA. FALEC: 25/12/1970.
Filho do Desembargador Francisco Duarte Guimarães.
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1924). Delegado do Convênio Interestadual de Combate ao Crime na BA, Sergipe e Alagoas (1925). Professor de Psicologia e Sociologia na Escola Normal da BA (1928). Após a Revolução de 30 exerceu a advocacia em Salvador. Professor de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da BA (1933). Durante o Estado Novo, segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981: 505) foi Consultor Jurídico da BA (1944-1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual, BA (1929-1930). Militou na LASP/Liga de Ação Social e Política (1933). Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). Opôs-se ao Estado Novo, chegando a permanecer na condição de Preso Político por um curto período durante a vigência do regime (1938). No contexto da redemocratização, foi um dos organizadores da Esquerda Democrática (1945). Após a Constituinte-46, tornou-se Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio da BA no governo de Otávio Mangabeira (1947-1950).

**4) LAM:** Foi Presidente da OAB-BA (SD). Representou o Estado da BA no I Congresso Brasileiro de Escritores (janeiro/1945).

**5) AIT:** Colaborou em diversos periódicos e revistas jurídicas tendo publicado, além de inúmeros artigos na área de Direito, "O DIREITO: NOÇÃO E NORMA" (1933); "GADO HUMANO" (romance, 1936); "A ORDEM PRIVADA E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NACIONAL" (1939); "OS FUNDAMENTOS DO DIREITO NATURAL" (1941); e "DIRETRIZES DO POSITIVISMO JURÍDICO" (1942).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Um dos parlamentares mais atuantes em plenário, participou ativamente nos debates referentes à redação de vários dispositivos constitucionais, tendo ocupado a tribuna freqüentemente para manifestar seus pontos de vista sobre diversos assuntos. Crítico ferrenho do Estado Novo, principalmente no tocante ao excesso de centralização do aparelho administrativo e à supressão das liberdades políticas vigentes durante o regime, preconizou insistentemente a adoção de uma série de reformas constitucionais para fazer frente ao legado da ditadura estadonovista, propugnando pela adoção do parlamentarismo e pelo fortalecimento das instituições representativas como forma mais eficaz de combater a herança ditatorial. Parlamentar de postura anti-autoritária e anticlerical, ocupou a tribuna para proferir longo discurso fazendo várias críticas ao projeto constitucional (XII, 251-256), no qual censurou veementemente o mesmo por ter se constituído na "maior vitória da luta de prestígio, da corrida para a hegemonia que a Igreja Católica acedeu e empreendeu entre nós" (XII, 254), o que lhe valeu a entrada no rol de constituintes ameaçados de excomunhão por parte de parlamentares ligados ao clero; também criticou o projeto por ter "agravado até a inconsciência o poder pessoal do presidente da República" (XII, 252), e por não ter consignado a "unificação do Poder Judiciário" e o regime unicameral.

Participando ativamente de vários debates travados em plenário, logo no início dos trabalhos constituintes posicionou-se amplamente favorável à capacidade da Assembléia de elaborar

legislação ordinária e de deliberar sobre assuntos "não-constitucionais", tendo votado a favor da Indicação udenista propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição estadonovista, afirmando num de seus apartes que "vamos fazer a crítica ao Estado Novo até a consumação dos séculos" (VI, 111). Defensor ativo das liberdades políticas, ocupou a tribuna para denunciar arbitrariedades policiais cometidas contra jornalistas e membros do movimento democrático, e para fazer apartes a pronunciamentos de outros parlamentares nos quais manifestou-se a favor do divórcio, da extensão do direito de voto aos soldados e sargentos, e da eleição direta para prefeito no DF e nas capitais dos Estados. Além disso, manifestou-se contra a eliminação da palavra "reacionário" dos Anais da Constituinte, a concessão do direito de greve ao funcionalismo público, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, a extensão da competência do Tribunal Militar para julgar civis em caso de "crimes contra a segurança interna", e a necessidade de indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social.

Apresentou 43 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 283 (aprovada; XXIV, 269), dando ao Tribunal de Contas da União competência para apreciar a execução orçamentária dos municípios; Nº 295, favorável à "naturalização progressiva" (em vez de "nacionalização") dos serviços públicos; Nº 336 (rejeitada; XXII, 78) eliminando o Senado e instituindo o regime unicameral; Nº 341 (aprovada; XXI, 108) sugerindo uma série de dispositivos visando "atenuar as inconveniências do sistema bicameral" (XII, 186) e agilizar o processo de elaboração de leis pelo Congresso Nacional; Nº 348 (rejeitada; XXII, 213) favorável à unificação da Justiça e da magistratura; e a de Nº 364 (rejeitada; XXIV, 276), estabelecendo a coincidência dos mandatos presidencial e legislativos.

---

## • OTÁVIO MANGABEIRA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 27/08/1886, Salvador-BA. FALEC: 29/11/1960.
PROFS: Jornalista, Engenheiro e Professor.

**2) CPr:** Redator dos jornais baianos "Gazeta do Povo" e "O Democrata" (1904). Formado em Engenharia pela Escola Politécnica da BA (1905). Professor da Escola Politécnica da BA (1906). Engenheiro da Comissão Fiscal do Porto da BA e da companhia anglo-canadense "Light and Power", concessionária de serviços públicos na BA (1906). Após 1909 abandonou os cargos que ocupava como engenheiro para dedicar-se à política, continuando, entretanto, a exercer o jornalismo.

**3) TPol:** Vereador do Conselho Municipal de Salvador pelo PRB/Partido Republicano da Bahia (1908-1912). Deputado Federal pelo PRD/Partido Republicano Democrata, agremiação fundada pelo político baiano José Joaquim Seabra (1912-1914). Deputado Federal, PRD (1915-1918). Deputado Federal, PRD (1918-1920). Abandonou o PRD em virtude de divergências com José Joaquim Seabra, indo para a oposição estadual (1919). Deputado Federal, PRB (1921-1923). Como Deputado, apoiou a decretação do estado de sítio solicitada pelo presidente Epitácio Pessoa para reprimir o movimento tenentista (1922). Deputado Federal pela CRB/Concentração Republicana da BA (1924-1926). Ministro das Relações Exteriores no governo Washington Luís (1926-1930). Um dos organizadores do novo Partido Republicano da Bahia (1927). Apoiou a candidatura presidencial de Júlio Prestes e foi um dos mais virulentos adversários da Revolução de 30. Vitoriosa a Revolução, foi deposto do cargo, acompanhando o presidente Washington Luís em seu exílio na Europa (1930-1934). Após retornar do exílio, elegeu-se Deputado Federal pela LASP/Liga de Ação Social e Política da BA, agremiação da qual foi um dos principais líderes (1935-1937). Sempre na

oposição ao governo Vargas, apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à sucessão presidencial, tendo sido um dos principais organizadores e membro da Comissão Executiva da UDB/União Democrática Brasileira (1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, aliou-se à Ação Integralista Brasileira nos preparativos para o malogrado "putsch" objetivando a derrubada de Vargas, tendo sido preso pouco antes da deflagração da rebelião (1938). Após ser solto, exilou-se em New York/EUA (1938-1945). No contexto da redemocratização, retornou ao Brasil após a anistia de 02/03/1945, exercendo intensa atividade política no período final da ditadura estadonovista: um dos fundadores da UDN, tendo sido eleito primeiro Presidente do partido em agosto de 45, cargo que ocupou até sua eleição para o governo da Bahia (1945-1947). Foi um dos principais defensores da política de "crédito de confiança" ao governo Dutra no seio da UDN (1946). Após a Constituinte-46, elegeu-se Governador da Bahia pela UDN (1947).

**4) LAM:** Além de ter participado de inúmeros movimentos políticos ao longo de sua trajetória, foi Membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia e Sócio Benemérito da Associação Comercial da BA.

**5) AIT:** Publicou trabalhos literários, discursos políticos e conferências sobre diversos temas. Durante o Estado Novo, lançou vários manifestos oposicionistas do exílio, tais como: *"Uma sucinta exposição dos fatos"* (novembro/1943); *"Ainda uma vez, meus companheiros"* (novembro/1944) e *"Pontos nos ii da Ditadura Brasileira"* (março/1945).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi 1° Vice-Presidente da Mesa da Assembléia e Líder da bancada da UDN na Constituinte. Uma das mais destacadas figuras da UDN em plenário, ocupou a tribuna diversas ocasiões para fazer longos pronunciamentos expondo as diretrizes mais gerais que nortearam a atuação da "minoria udenista" durante o processo de elaboração constitucional. Assim, polarizou a atenção do recinto da Assembléia ao proferir discursos sobre o "Restabelecimento da ordem democrática no Brasil" (I, 61), no qual justificou Indicação udenista (rejeitada) propondo que a Mesa da Assembléia fosse organizada de acordo com as normas do Regimento Interno da Constituinte de 34; defendendo entusiasticamente a famosa Indicação N° 24 udenista (rejeitada) propondo a nomeação de uma Comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição de 1937, aproveitando a ocasião para fazer uma longa recapitulação de sua própria carreira política (II, 62-74); justificando Requerimento N° 15 de sua autoria (aprovado), solicitando a nomeação de uma Comissão de Investigação Econômica e Social para investigar a política econômica estadonovista (IV, 22-31); proferindo um libelo contra a atuação do governo no "caso Borghi" sobre o financiamento do algodão (IV, 173-177), onde afirmou, dentre outras coisas, "estar profundamente convencido de que o caso do financiamento do algodão envolve o maior escândalo político-administrativo da história do Brasil" (IV, 176); declarando voto contra a urgência para a apreciação do Requerimento da bancada pecebista censurando veementemente o decreto-lei do governo Dutra proibindo as greves (IV, 255); definindo "A atitude da União Democrática Nacional ante o comunismo e a reação" (V, 375-381) no qual enunciou o lema ---"Anticomunista sempre, reacionário nunca"--- que, segundo Mangabeira, iria nortear a atuação udenista na Constituinte; combatendo o mandato presidencial de 06 anos (VII, 264); mantendo postura ambivalente em relação à dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca (XI, 197); contestando acusações de Prestes de que a UDN estaria se envolvendo em acordos com o governo Dutra visando a criação das pré-condições para a cassação do PCB (XXII, 43), e pedindo rapidez aos constituintes nos trabalhos de elaboração constitucional

(XXIII, 299; XXIV, 285), a fim de que os mesmos se encerrassem a 07 de setembro, dia da proclamação da independência

Além destes pronunciamentos, causou grande celeuma em plenário ao obter aprovação --- após votação nominal e no mesmo dia em que Getúlio Vargas assumiu seu mandato de senador pelo RS (XI, 251-255) --- de uma moção de sua autoria louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, e ao beijar a mão do general Eisenhower após ter pronunciado discurso de saudação ao mesmo em nome da bancada udenista (XX, 213-217), acontecimento que alcançou grande repercussão também fora do recinto da Assembléia.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2485, favorável ao mandato presidencial de 04 anos; a de Nº 2638, restaurando os dispositivos da Constituição de 1934 referentes à regulamentação da Justiça Eleitoral; e a de Nº 3673, às "Disposições Transitórias" da Constituição, transferindo para o Estado do Piauí as fazendas de gado do domínio da União situadas naquele Estado e remanescentes de confisco aos jesuítas no período colonial.

---

## • RAFAEL CINCURÁ DE ANDRADE (UDN).

**1) DPF:** NASC: 27/12/1903, Ituberaba-BA. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1924). Após formar-se foi Agricultor e Pecuarista nos municípios de Itaberaba, Andaraí e Ipirá, no interior baiano. Durante o Estado Novo exerceu a advocacia no Rio de Janeiro (1938-1945).

**3) TPol:** Filiou-se ao PSD/BA (1933). Deputado Federal, PSD/BA (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização, participou da 1ª reunião do Diretório Nacional da UDN, tornando-se Membro da Comissão de Orientação Política do Partido (1945). Após a Constituinte-46 foi vice-líder da UDN na Câmara dos Deputados (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao funcionamento das instituições representativas, tendo ocupado a tribuna para proferir discurso sobre "Presidencialismos" (XVIII, 81-90), no qual fez a defesa de um "presidencialismo eclético" que combinasse elementos deste sistema de governo com o parlamentarismo. Além disso, defendeu o federalismo e manifestou-se favorável à descentralização administrativa, ao mandato de 04 anos para presidente da República, ao bicameralismo e à coincidência de mandatos entre os cargos legislativos e executivos.

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 105 (aprovada; XXII, 59), determinando que a convocação extraordinária do Congresso pudesse ser feita por um terço da Câmara ou do Senado, sem necessidade de as duas Câmaras a requererem em conjunto; a de Nº 138, proibindo aos juízes o acúmulo de cargos públicos; a de Nº 156, proibindo a propaganda de processos violentos com o objetivo de subverter a "ordem política ou social"; e a de

Nº 2136, obrigando a União a criar hospitais regionais nos Estados. Além disso , apresentou várias outras emendas ao capítulo "Das Garantias Individuais".

---

## • RUI SANTOS (UDN)

**1) DPF:** NASC: 15/02/1906, Casa Nova-BA. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Fazendeiro), Médico, Jornalista e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da BA (1928). Foi Fazendeiro em Feira de Santana-BA e Professor da Faculdade de Medicina da BA. Também foi Redator-Chefe do jornal "Estado da Bahia" e do "Diário de Notícias", este último pertencente à cadeia jornalística "Diários Associados", de Assis Chateaubriand.

**3) TPol:** Durante a década de 1930 foi Prefeito no interior baiano (SD). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte-46 foi favorável à cassação do PCB, tendo integrado a Comissão formada pela UDN na Câmara dos Deputados para elaborar parecer sobre o assunto (1947).

**4) LAM:** Durante o Estado Novo foi Membro da Sociedade de Amigos da América.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo na BA.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 29ª Sessão, a 20/03/1946 (IV, 186). Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na participação em vários debates travados na Assembléia sobre a "questão social" (educação, saúde e habitação) e referentes a problemas regionais de seu Estado, tendo apresentado diversas sugestões e realizado pronunciamentos abordando esses assuntos. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos criticando duramente o Projeto de Constituição (XVII, 427-432; XVIII, 75-78), nos quais afirmou que o maior defeito do mesmo era a "verdadeira ausência de matéria educacional", tendo censurado ainda veementemente o caráter reacionário de alguns dispositivos do capítulo sobre os "Direitos Individuais". Além disso, causou sensação em plenário ao pronunciar discurso justificando Requerimento Nº 97 de sua autoria pedindo informações sobre as atividades do DIP/Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo (XX, 21-23), aproveitando a ocasião para ridicularizar o conteúdo apologético da propaganda feita pelo órgão no transcurso da ditadura estadonovista, mormente em relação à figura de Vargas. Manifestou-se ainda contra a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, a indissolubilidade do vínculo matrimonial, e favorável à autonomia do DF e à extinção dos Territórios do Guaporé e Iguaçu.

Apresentou 35 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 221 (aprovada com redação modificada; XXIII, 396), obrigando o "poder público" a promover a criação de institutos especializados de pesquisas junto aos estabelecimentos de ensino superior; Nº 320, obrigando a União a executar um Plano de Alfabetização Popular em todo o território nacional; Nº 885, impossibilitando a candidatura a mandatos eletivos de um mesmo postulante por mais de um Estado, e a de Nº 1541, proibindo a União, os Estados e os Municípios de serem proprietários de empresas jornalísticas, a não ser com finalidade educativa ou para divulgação de atos oficiais.

---

## B) BANCADA DO PSD/BA.

A Bahia foi um dos Estados nordestinos onde a bancada pessedista foi derrotada eleitoralmente pela UDN. Na Bahia, a bancada do PSD agrupava basicamente lideres politicos de expressão regional e municipal, oriundos da máquina governamental montada durante a gestão do ex-interventor Pinto Aleixo. A bancada do PSD/BA era composta pelo próprio **Pinto Aleixo**, general do exército e ex-interventor na Bahia durante o Estado Novo (1942-1945); **Aloísio de Castro**, ex-consultor jurídico da Secretaria da Agricultura da Bahia (1937-1945); **Altamirando Requião**, ex-secretário do Gabinete Civil do interventor Pinto Aleixo (1942-1945); **Aristides Milton**, prefeito nomeado de Salvador durante o Estado Novo (1945); **Eunápio de Queiroz**, ex-prefeito nomeado de Ilhéus (1943-1945); **Fróis da Mota**, ex-prefeito de Feira de Santana (1945); **Guilherme Marback**, ex-secretário da Fazenda da Bahia nas interventorias de Landulfo Alves (1938-1942) e Pinto Aleixo (1942-1945); **Lauro de Freitas**, assessor do ministro da Viação e Obras Públicas, Mendonça Lima, durante Estado Novo (1940-1945); **Luís Barreto**, industrial e membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda no regime estadonovista; **Negreiros Falcão**, ex-deputado federal constituinte (1933-1935) e com ampla militância política em diversas associações de classe na Bahia (OAB, Associação Comercial, Associação dos Funcionários Públicos etc.); **Régis Pacheco**, ex-vereador em Vitória da Conquista (1934-1937) e prefeito nomeado desta cidade durante o Estado Novo (1942-1945); e o jovem e talentoso **Vieira de Melo**, Diretor das Municipalidades, secretário do Interior e da Justiça da Bahia (1943-1945), e um dos principais articuladores politicos do ex-interventor Pinto Aleixo. Dos 12 constituintes eleitos pela bancada pessedista baiana, 07 estavam na 1ª legislatura parlamentar.

### • RENATO ONOFRE **PINTO ALEIXO** (PSD/SENADOR).

**1) DPF:** NASC: 12/07/1890, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 14/06/1963.
PROF: Militar.

**2) CPr:** Aspirante-a-Oficial de artilharia pela Escola Militar do Realengo, DF (1911). Concluiu o curso da Escola Militar (1913). Segundo-Tenente do Exército (1913). Primeiro-Tenente (1917). Capitão (1921). Comandante da 2ª Bateria Isolada de Artilharia da Costa no Rio de Janeiro, DF (1921). Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1929). Comandante do 1° Grupo de Artilharia em Campinho-DF (1931). Comandante do 3° Regimento de Artilharia Montada (1932). Tenente-Coronel (1933). Cursou a Escola do Estado Maior do Exército (1935). Durante o Estado Novo tornou-se Coronel (1939), foi Comandante da 6ª Região Militar sediada na BA (1940-1943) e, posteriormente, foi promovido a General-de-Brigada (1943).

**3) TPol:** Participou do movimento de solidariedade à Revolta Tenentista do Forte de Copacabana (1922). Preso após a repressão ao movimento, só foi libertado quatro anos depois (1922-1926). Revolucionário de 30, participou da campanha de São Paulo, no posto de Comandante de Agrupamento, com o 2° Regimento de Artilharia Montada (1930). Tomou parte na repressão ao movimento constitucionalista paulista (1932), tendo ocupado vários cargos militares no transcurso da década de 30. Durante o Estado Novo, tornou-se Interventor Federal na BA, em substituição a Landulfo Alves (1942-1945). No contexto da crise do Estado Novo, foi encarregado de anunciar,

juntamente com Agamenon Magalhães e Magalhães Barata, as medidas possibilitando a formação dos novos partidos políticos (1945). Presidente do Diretório Estadual do PSD/BA (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** No início da década de 1930 foi Membro do Clube 03 de Outubro.

**5) AIT:** Sl.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna apenas para manifestar "votos de pesar" a personalidades falecidas e para desmentir notícias envolvendo seu nome veiculadas na imprensa; num desses desmentidos, contestou jornal que atribuiu a si a frase "Dou 48 horas de vida ao PSD", aproveitando a ocasião para reiterar sua crença na vitalidade do partido (XI, 459). Também foi signatário de vários Requerimentos e Indicações solicitando obras em seu Estado, manifestando-se ainda favorável à emenda que proibia os juízes de exercerem cargos públicos, e a uma outra de Vieira de Melo (PSD/BA), adotando o critério do custo histórico para a avaliação do capital de empresas concessionárias de serviço públicos em caso de desapropriação.

Juntamente com Silvestre Péricles (PSD/AL) e Magalhães Barata (PSD/PA) apresentou emenda substitutiva Nº 1603 estendendo a possibilidade de decretação do "Estado de Guerra" também para o caso de "crimes contra a segurança interna".

---

## • ALOÍSIO DE CASTRO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 08/06/1901, Salvador-BA. FALEC: 25/09/1983.
PROFS: Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Salvador-BA (1925), após o que exerceu a advocacia e o jornalismo no Estado, tendo sido Diretor de "O Imparcial" e Diretor-Proprietário do "Diário de Notícias" na BA. Durante o Estado Novo foi Consultor Jurídico da Secretaria de Agricultura do Estado da BA (1937-1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Consultor Jurídico da Secretaria de Agricultura do Estado da BA (1937-1945).

**4) LAM:** Membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo e foi proprietário de jornal na BA.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização do aparelho judiciário e na defesa dos Estados, a seu ver prejudicados pela intenção de fortalecimento dos Municípios prevalecente no projeto constitucional. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar longo discurso sobre "O Poder Judiciário na nova Constituição" (VIII, 233-237), onde defendeu a necessidade de fortalecimento do Judiciário e sustentou vários pontos de sua proposta em relação a

organização desse ramo do aparelho de Estado, tais como: (i) fixação do número de membros do Supremo Tribunal Federal no texto da Constituição; (ii) unificação da magistratura para libertar os juizes e tribunais estaduais da influência dos poderes locais; (iii) necessidade de Justiça Togada em todos os níveis e afastamento dos vogais representantes de patrões e empregados na Justiça do Trabalho; (iv) aumento dos vencimentos dos Desembargadores. Também proferiu discurso de crítica ao Projeto de Constituição (XIV, 320), censurando veementemente o mesmo por favorecer excessivamente os Municípios em detrimento dos Estados, a seu ver os grandes prejudicados pelo texto do projeto. Além disso, defendeu a vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes e participou das violentas discussões travadas em plenário referentes ao encaminhamento do acordo PSD/UDN no Estado da Bahia, tendo denunciado da tribuna a "ação nefasta do atual interventor baiano Guilherme Marback" (X, 367), ao procurar articular o acordo entre os diretórios nacionais dos dois partidos sem consultar as organizações locais do PSD baiano.

Apresentou 49 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1276 (rejeitada; XXII, 244), tornando privativa dos juizes togados a ocupação de postos na Justiça do Trabalho; Nº 1284, referente aos vencimentos dos desembargadores; Nº 1285 (rejeitada; XXII, 251), regulamentando a investidura dos juizes no Tribunal de Justiça; e a de Nº 1379, incluindo dispositivo determinando o aumento da receita tributária dos Estados.

---

## • ALTAMIRANDO REQUIÃO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 27/08/1893, Salvador-BA. FALEC: Sl.
PROFS: Professor Universitário, Jornalista, Advogado e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, DF (1917). Diretor do "Diário de Notícias" na BA. Professor da Faculdade de Filosofia da BA e de várias outras instituições de ensino (SD).

**3) TPol:** Deputado Federal, PSD/BA (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário do Gabinete Civil da BA na interventoria de Pinto Aleixo (1942-1945).

**4) LAM:** Membro da Associação Comercial da BA. Sócio Honorário da "Sociedade Baiana de Agricultura". Presidente da Associação de Imprensa da BA. Membro do Sindicato dos Jornalistas da BA.

**5) AIT:** Além de ter exercido o jornalismo na BA, publicou: "O HERÓI" (teatro, 1917); "LUZ" (poesia, 1918); "RÉPLICA AO SR. JOÃO RIBEIRO" (1922); "CONSCIÊNCIA E LIBERDADE" (1922); "BRUTOS E TITÃS" (romance, 1923); "OS ROSAIS DO MEU AMOR" (1925); "VISÕES FIDALGAS E PLEBÉIAS" (novelas, 1928); "MEDITAÇÕES E CONFIDÊNCIAS" (1930); "O BALUARTE" (romance, SD); "A QUEDA DO GÊNIO" (teatro, SD); "A VITÓRIA DO GÊNIO" (teatro, SD); e "EPÍSTOLAS, PRECONCEITO E RAZÃO" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na participação nos debates referentes ao problema da Educação, combatendo as propostas elaboradas por Gustavo Capanema (PSD/MG), de um lado, e Ataliba Nogueira (PSD/SP), de outro, sobre o assunto. Defensor de uma forte e ativa presença do Estado no setor educacional, ocupou a tribuna diversas ocasiões (VIII, 129; VIII, 177; XII, 19) para

proferir longos discursos justificando pontos de vista contidos em suas emendas sobre o assunto, nos quais combateu veementemente as "tendências fascistas" da reforma educacional implementada durante a gestão do ex-ministro estadonovista Gustavo Capanema (a "reforma Capanema"), e polemizou contra a proposta antiintervencionista e descentralizante preconizada por Ataliba Nogueira para o equacionamento da questão educacional. Também ocupou a tribuna para declarar voto a favor da "moção Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, da denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, e contra o substitutivo elaborado por Gustavo Capanema ao capítulo sobre a Educação aprovado em plenário. Já no final dos trabalhos constituintes, efetuou pronunciamento sobre "Revisão da Carta Constitucional" (XXV, 426) onde, em português quinhentista, fez reparos às "incorreções, vernáculos, despautérios, cacofonias, aliterações, dissonâncias, colizões, em suma, vícios de linguagem", por ele detectados no projeto revisto.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição : a de Nº 223 (rejeitada; XXI, 124), estabelecendo os princípios fundamentais de um Plano Nacional de Educação a ser implementado pela União e contendo várias outras propostas sobre o assunto; a de Nº 228, fixando a data 22 de abril (descobrimento do Brasil) para o início dos trabalhos do Congresso Nacional; e a de Nº 619 (rejeitada; XXIII, 279), de cunho nacionalista e conferindo apenas a empresas nas quais a direção pertencesse a brasileiros a autorização para a exploração de minas, jazidas e quedas d'água em território nacional.

---

- **ARISTIDES MILTON** DA SILVEIRA (PSD/3º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 06/05/1894, Salvador-BA. FALEC: 01/08/1969.
PROFS: Engenheiro Civil e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica da BA (1919). Chefe de Construção da Estrada de Ferro de Nazaré-BA. Diretor de Obras e Jardins da Prefeitura de Salvador. Diretor do Patrimônio Municipal de Salvador. Professor de Geofísica e Cosmografia no Ginásio da BA (SD).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Salvador (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 3º Suplente de deputado, assumiu o mandato já no final dos trabalhos constituintes, na 120ª Sessão, a 15/08/46 (XXI, 235), no lugar do 2º Suplente licenciado, Luís Barreto (PSD/BA). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • EUNÁPIO PELTIER DE QUEIRÓZ (PSD).

**1) DPF:** NASC: 05/10/1905, Valença-BA. FALEC: SI.
PROF: Engenheiro Civil.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica da BA (1928). Engenheiro-Chefe do Setor de Tráfego na Estrada de Ferro de Nazaré (1929-1933). Diretor da Construção do Sistema Rodoviário do Instituto do Cacau da BA (1934). Diretor da Companhia Viação Sul Baiano (1934-1945).

**3) TPol:** Nomeado Prefeito de Nazaré-BA após a Revolução de 30 (1931). Durante o Estado Novo foi Prefeito de Ilhéus-BA (1943-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Membro do Sindicato dos Engenheiros da BA e de várias outras associações profissionais de Engenheiros.

**5) AIT:** Escreveu trabalhos e relatórios sobre problemas geoeconômicos da região de Ilhéus.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório sobre o tema "Transportes". Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso justificando Indicação Nº 92 de sua autoria, "sugerindo ao Poder Executivo providências no sentido do restabelecimento do tráfego marítimo de navios nacionais para o porto de Ilhéus" (X, 275), e para declarar voto contra a "emenda do confisco", de Silvestre Péricles (PSD/AL), aprovada em plenário.

Além disso, apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 3648, determinando o cancelamento de todos os débitos dos Municípios aos Estados provenientes de "cotas" em atraso, quaisquer que fossem a sua incidência ou procedência, e a de Nº 3649, regulamentando a extinção progressiva do Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial, visando proteger os Municípios prejudicados com o término do tributo.

---

## • EDUARDO FRÓIS DA MOTA (PSD/2º Suplente).

**1) DPF:** NASC: (SD), 1897, Feira de Santana-BA. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da BA (1921). (SI sobre sua carreira profissional). Também foi pecuarista em Feira de Santana.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Feira de Santana-BA (1944-1945). 1ª Legislatura em órgão parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, na 35ª Sessão, a 28/03/46 (V,190). Pouco atuante em plenário, concentrou-se na defesa da exploração do petróleo na Bahia, e na remessa à Mesa da Assembléia de Requerimentos e Indicações solicitando a feitura de obras no interior de seu Estado. Ocupou a tribuna constituinte apenas uma vez, para proferir discurso justificando Requerimento Nº 281 de sua autoria solicitando informações sobre o andamento dos trabalhos de prospecção do petróleo na BA, aproveitando a ocasião para defender entusiasticamente a viabilidade econômica da prospecção do produto em seu Estado (XVIII, 249).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **GUILHERME** CARNEIRO DA ROCHA **MARBACK** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 1898, Salvador-BA. FALEC: 1954.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1919). Fiscal Federal na Inspetoria Geral de Bancos em Salvador. Tabelião de Notas (1935). Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da BA.

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do governador baiano Vital Soares na República Velha (1928-1929). Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário da Fazenda e Tesouro da BA nas interventorias de Landulfo Alves (1938-1942) e de Pinto Aleixo (1942-1945).

**4) LAM:** Sl.

**5) AIT:** Sl.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato de deputado no início dos trabalhos constituintes, tendo renunciado ao posto na 23ª Sessão, a 12/03/46 (III, 270), para assumir o cargo de Interventor no Estado da Bahia. Durante sua breve gestão, enfrentou grave crise política, que repercutiu intensamente em plenário, em virtude de ter sido encarregado pelo governo central de "costurar" os primeiros passos do acordo entre o governo Dutra e a UDN, mormente com as lideranças baianas deste partido. No curso do processo de elaboração constitucional, foi alvo de constantes e violentas críticas efetuadas por pessedistas baianos (principalmente Negreiros Falcão e Vieira de Melo), que ocuparam a tribuna freqüentemente para acusá-lo de ser um "traidor" do PSD/BA, ao nomear udenistas para as prefeituras de cidades do interior do Estado, em conseqüência dos "cambalachos" implementados pelos diretórios nacionais das duas agremiações. Ainda durante os trabalhos constituintes, foi destituído do cargo de Interventor por ter feito declarações desastradas na imprensa, ao procurar defender-se das acusações feitas na Constituinte por seus correligionários.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **LAURO** FARANI PEDREIRA **DE FREITAS** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 15/04/1901, Alagoinhas-BA. FALEC: setembro/1950.
PROFS: Engenheiro Civil, Funcionário Público e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica da BA (1922). Inspetor de Ensino (1922). Trabalhou na Compagnie de "Chémins de Fer Fédéraux de l'est Brasilien" (1922-1935). Durante o Estado Novo foi Subdiretor da Viação Férrea Federal Leste Brasileira, tendo participado da construção de diversas obras ferroviárias na BA.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo trabalhou no gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, João de Mendonça Lima (1940). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte-46 faleceu em acidente aéreo por ocasião de sua campanha eleitoral para o governo da BA (1950).
**4) LAM:** Membro da Associação de Engenheiros Civis da BA e de várias outras associações de Engenheiros. Membro do Instituto de Organização Racional do Trabalho e da Associação Brasileira de Engenharia Ferroviária. Foi também Presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da BA e de Sergipe (1931-1943).

**5) AIT:** Publicou "MOVIMENTOS RÍTMICOS DAS ÁGUAS DO MAR" e "ASPECTOS DA SUPERFÍCIE DO SOL" (SD).

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema dos transportes ferroviários, tendo enviado à Mesa da Assembléia Indicação sobre o assunto e apresentado ao Projeto de Constituição 04 emendas, todas elas regulamentando a competência privativa da União para legislar no ramo ferroviário, e favoráveis a uma ampla intervenção do Estado no setor. Destaca-se a emenda de Nº 2981, determinando a aplicação de no mínimo 3% da receita tributária da União para a execução de um Plano Geral de Viação.

---

• **LUÍS** DE OLIVEIRA **BARRETO** FILHO (PSD/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 11/09/1892, SI sobre localidade. FALEC: 01/12/1954.
PROFS: Industrial e Proprietário de Terras.

**2) CPr:** Diplomado pela Academia de Ciências Econômicas da BA (1916). (SI sobre sua carreira profissional).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho da Fazenda do Conselho Técnico de Economia e Finanças (SD). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Vice-Presidente da "Associação Comercial da Bahia" (SD).

**5) AIT:** Escreveu "A PERIODICIDADE DA CRISE FUMAGEIRA NO ESTADO DA BAHIA"; "INTRODUÇÃO AO CONSUMO NACIONAL DO FUMO DE CORDA" e "PROBLEMA AGRÁRIO DA BAHIA" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, na 35ª Sessão, a 28/03/46 (V, 190), em substituição ao titular Hildebrando Araújo Góis, que renunciou ao posto por ter sido nomeado prefeito do Distrito Federal. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo se licenciado do mandato de deputado por quatro meses, na 110ª Sessão, a 23/07/46, "a fim de tratar de assunto particular" (XIX, 76).

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2779, estipulando que "O Estado regulará a exportação de matérias primas nacionais, de modo a garantir a satisfação das necessidades do consumo interno" (XV, 333), e a de Nº 2780 assegurando "colocação condigna aos alunos laureados que tenham concluído curso que os habilite ao exercício de profissões liberais, científicas ou técnicas" (XV, 333).

---

• ARTUR **NEGREIROS FALCÃO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/11/1892, Queimada-BA. FALEC: 27/04/1962.
PROFS: Comerciante e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Escrivão da Vara Cível (1910) e Escrivão do Alistamento Militar de Salvador-BA (1910-1924). Formado pela Faculdade de Direito da BA (1914). Durante o Estado Novo foi Consultor Jurídico da Secretaria do Interior e Justiça do Estado da BA. Segundo Gastão Pereira da Silva, foi "chefe da firma Ramos de Almeida & Cia, atacadistas no Estado da BA" (SILVA, 1947: 145).

**3) TPol:** Ainda estudante de Direito, foi Secretário da Organização Eleitoral pró-Rui Barbosa, entidade vinculada à Campanha Civilista (1909-1910). Membro da Comissão Executiva do PSD/BA (1933). Deputado Federal Constituinte, PSD/BA (1933-1935). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, afastou-se da política, dedicando-se às atividades empresariais (1937-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Executiva do PSD/BA (1945).

**4) LAM:** Membro da OAB e do Instituto dos Advogados da BA, da Associação Comercial da BA, da Associação de Empregados do Comércio e da Associação dos Funcionários Públicos da BA.

**5) AIT:** Colaborou no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro/DF.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na participação nos debates sobre política regional baiana, e na defesa do direito de voto aos sargentos, soldados e analfabetos. Foi o primeiro parlamentar do PSD da Bahia a ocupar a tribuna para manifestar-se criticando veementemente a aproximação entre as direções nacionais do PSD e da UDN, tendo proferido violento discurso denunciando o fato de os diretórios locais do PSD baiano terem se transformado "em cobaia da grande experiência de apaziguamento partidário, em termos que podem servir a tudo, menos aos imperativos de uma sólida ordem democrática" (VIII, 185-189). Também proferiu longo discurso justificando sua emenda favorável à concessão do direito de voto aos sargentos, soldados e analfabetos (XI, 24-29), e para ler extensa "declaração de voto" a favor da autonomia do DF (XXV, 95), na qual atacou o posicionamento da "maioria pessedista" de negar aos habitantes do Distrito

Federal o direito de elegerem seu prefeito. Além disso, manifestou-se contrário à nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos, à restauração dos símbolos estaduais, e à extinção dos territórios do Iguaçu e Ponta Porã, tendo ainda votado a favor da emenda de José Augusto (UDN/RN) e Miguel Couto (PSD/RJ) proibindo a imigração japonesa.

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 91, sugerindo a inclusão de vários dispositivos regulamentando a decretação do "estado de emergência econômica" (instituição de efeitos análogos ao "estado de sítio") pelo Congresso Nacional; Nº 297, disciplinando rigidamente vários aspectos do funcionamento das empresas concessionárias de serviços públicos, mas veementemente contrária à nacionalização das mesmas; Nº 379, suprimindo dispositivo que vedava o direito de voto aos soldados, marinheiros e sargentos; e a de Nº 2763, regulamentando o aproveitamento de mulheres no funcionalismo público, "tendo em vista assegurar-lhes preferência nos misteres para os quais ela tenha tendência natural, e só lhes permitindo o exercício de funções mais apropriadas ao sexo masculino quando, comprovadamente, constituirem arrimo de família", e acompanhada de extensíssima "justificação" na qual é reproduzida uma longa querela gerada na imprensa da época em decorrência de um artigo de sua autoria sobre o assunto (XV, 290-307).

---

- LUÍS **RÉGIS PACHECO** PEREIRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 25/11/1895, Salvador-BA. FALEC: SI.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da BA (1919). Após formar-se exerceu a Medicina em Salvador-BA, tendo sido Proprietário de uma clínica nesta cidade.

**3) TPol:** Iniciou sua atuação política na República Velha, aliando-se ao grupo político liderado por José Joaquim Seabra na BA (1923). Opôs-se à Revolução de 30, tendo sido preso por ter simpatizado com o movimento constitucionalista paulista (1932). Vereador e Presidente do Conselho Municipal de Vitória da Conquista-BA (1934-1937). Durante o Estado Novo foi Prefeito de Vitória da Conquista na Interventoria de Pinto Aleixo (1942-1945). Após a Constituinte-46 apoiou o candidato udenista Otávio Mangabeira nas eleições para o governo do Estado da BA (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha e da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Concentrou sua atuação na participação nos debates travados em plenário sobre o problema da pecuária, secundando lamentações de outros constituintes referentes às agruras sofridas pelo pecuaristas durante o período da guerra, e efetuando breves pronunciamentos sobre o assunto. Também envolveu-se nas violentas discussões ocorridas no recinto da Assembléia sobre política baiana, tendo sido o responsável pela eclosão de um tremendo charivari em plenário ao referir-se ao prócer udenista Juraci Magalhães (UDN/BA), afirmando que "A linha política de V. Exª. na Bahia tem sido sempre a dos cambalachos", acusando também o ex-governador de ter sido o

primeiro político brasileiro a ter utilizado gás lacrimogêneo para dissolver uma manifestação quando de sua gestão à frente do governo baiano (VIII, 255 e *passim.*).

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 366, concedendo personalidade jurídica ao "agrupamento de municípios" de uma mesma região objetivando explorar determinada atividade econômica, e a de Nº 387, regulamentando a concessão do direito de asilo.

---

## • TARCÍLIO VIEIRA DE MELO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 24/12/1913, Barreiras-BA. FALEC: 22/04/1970.
Filho de Antônio Joaquim Vieira de Melo, procurador-geral do Estado da BA.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da BA (1936). Durante o Estado Novo foi Promotor de Justiça nas comarcas de Barreiras e Gerimoabo-BA (1937-1938), e Juiz de Direito na Comarca de Macaúbas-BA (1941-1942).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi nomeado Diretor do Departamento das Municipalidades da BA na gestão do interventor Pinto Aleixo (1943-1944); Secretário Geral da Interventoria e Secretário do Interior e da Justiça do Estado da BA (1945). No contexto da redemocratização participou da reunião de fundação do PSD de Minas Gerais e foi um dos principais organizadores do Diretório do PSD na Bahia (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na participação nos debates sobre política regional baiana, no combate aos dispositivos constitucionais que consagravam a indissolubilidade do vínculo matrimonial, e na defesa da adoção do critério do custo histórico para a avaliação do capital das empresas concessionárias de serviços públicos em caso de desapropriação, tendo realizado longos e bem articulados pronunciamentos sobre cada um desses temas. Assim, ocupou a tribuna várias ocasiões para proferir discursos sobre a política de seu Estado (VIII, 198-199; VIII, 355-361; VIII, 411-420), nos quais denunciou veementemente a aproximação ocorrida entre as lideranças nacionais da UDN e do PSD, e criticou os próceres dos dois partidos por estarem contrariando os interesses locais do PSD baiano, atacando especialmente as "manobras e conchavos levados a efeito pelo Sr. Juraci Magalhães no gabinete do Sr. Ministro da Justiça", ataques estes que ocasionaram violentas reações em plenário, especialmente da parte de Juraci Magalhães e de outros udenistas baianos. Também proferiu longos e bem elaborados discursos argumentando a favor do divórcio (XII, 371; XVII, 245-251; XVIII, 291) que tiveram grande repercussão na Assembléia e lhe valeram furibundas ameaças de excomunhão por parte de Constituintes ligados ao clero católico, principalmente Arruda Câmara (PDC/PE), Adroaldo Costa (PSD/RS) e Hamilton Nogueira (UDN/DF). Além disso, realizou vários pronunciamentos defendendo a adoção do critério do "custo histórico" para a avaliação do capital das empresas concessionárias de serviço público (XIX, 295-300; XIX, 345-350; XIX, 398-401), afirmando, em defesa de sua tese, que "Não cogitamos de

afugentar o capital estrangeiro. Pelo contrário, nenhum de nós deixa de ter consciência de que precisamos importar capitais estrangeiros. Precisamos, porém, não ser escravos desses capitais. Não podemos admitir que venham para cá não para nos ajudar em nosso desenvolvimento, mas para sugar nossas energias. Não é possível que venha o povo a pagar por um serviço seis a dez vezes mais do que realmente vale" (XIX, 300).

Apresentou 09 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas fazendo pequenos reparos de redação ao "projeto primitivo", destacando-se a de Nº 161 (prejudicada após rejeição de outra emenda de conteúdo análogo; XXIII, 319) contrária à indissolubilidade do vínculo matrimonial. Também requereu destaque (rejeitado; XXIII, 189), para proposta de sua autoria determinando a adoção do princípio do "custo histórico" para as empresas concessionárias de serviço público, quando da votação em plenário do polêmico dispositivo constitucional que regulamentava o assunto.

---

## C) BANCADA DO PTB/BA.

A bancada petebista baiana era formada pelo único constituinte eleito pelo PTB na região Nordeste, **Luís Lago,** advogado que havia ocupado diversos cargos na burocracia civil e judiciária durante o Estado Novo.

### • LUÍS LAGO DE ARAÚJO (PTB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 25/10/1912, Nova Friburgo-RJ. FALEC: SI.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1935). Durante o Estado Novo foi Inspetor do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na BA; foi também Delegado, Procurador, Diretor e Presidente do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Comerciários (IAPC) na BA.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Suplente de Vogal Especializado na Justiça do Trabalho. 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** No contexto da redemocratização, participou ativamente do "movimento queremista" na BA.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º suplente de Getúlio Vargas, também deputado federal pelo PTB/BA, assumiu o mandato após a renúncia do titular, na 4ª Sessão, a 11/02/46 (I, 118). Pouco atuante em plenário, limitou-se ao envio à Mesa da Assembléia de Requerimentos sobre assuntos diversos, destacando-se o de Nº 312, solicitando informações "sobre a situação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões em face do decreto-lei Nº 9485" baixado pelo governo Dutra (XIX, 267),

e o de Nº 337 solicitando ao Ministério da Educação providências no sentido de ser lido nas escolar públicas o discurso pronunciado pelo general Dwight Eisenhower quando de sua visita à Assembléia Constituinte (XX, 269).

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1420, vedando ao vice-presidente da República o direito ao acúmulo do cargo de presidente do Senado Federal.

---

## D) BANCADA DO PCB/BA.

A bancada baiana do PCB era formada por **Carlos Marighela**, histórico dirigente comunista na Bahia, preso político durante todo o Estado Novo (1937-1945), e um dos quatro constituintes eleitos pelo Partido na região Nordeste.

### • CARLOS MARIGHELA (PCB).

**1) DPF:** NASC: 05/12/1911, Salvador-BA. FALEC: 05/11/1969.
PROF: Jornalista.

**2) CPr:** Cursou até o 3º ano de engenharia na Escola Politécnica da BA, sendo obrigado a abandonar os estudos em virtude de perseguições políticas (1932).

**3) TPol:** Líder estudantil na BA, ingressou no PCB no início da década de 1930. Atuou no movimento estudantil, tendo sido preso pela primeira vez em 1932. Após sair da prisão, retomou sua militância no movimento estudantil (1933-1936). Convocado pela Direção Nacional do PCB, atuou clandestinamente no Rio de Janeiro e em São Paulo (1936). Em 1936 foi preso, tendo sido brutalmente torturado diversas vezes durante sua permanência no cárcere (1936-1937). Saindo da prisão, procurou reorganizar clandestinamente o PCB em São Paulo (1937-1938). Durante o Estado Novo foi novamente preso, juntamente com outros membros do comitê estadual do PCB paulista (1938); permaneceu nas prisões de Fernando de Noronha e Ilha Grande (1938-1945); ainda na prisão, foi eleito para a Direção Nacional do PCB na "Conferência da Mantiqueira" (1943). No contexto da redemocratização, foi eleito Membro do Comitê Nacional do PCB (agosto/1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Atuou no movimento estudantil e foi um dos principais dirigentes da ANL na BA (1935), tendo ainda participado ativamente de inúmeros outros movimentos sociais em seu Estado.

**5) AIT:** Exerceu intensa atividade jornalística em periódicos do PCB e foi o primeiro Diretor da Revista teórica "Problemas", editada pelo partido (1947).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi 2º Suplente de Secretário da Mesa da Assembléia, também chamada de "Comissão de Polícia". Um dos mais combativos defensores dos interesses das massas trabalhadoras em plenário, teve intensa atuação nas várias etapas do processo de elaboração constitucional, concentrando sua atuação na luta por uma Constituição que traçasse normas inequívocas e positivas visando a melhoria das condições de vida das classes populares, e a instauração de um regime efetivamente democrático que liquidasse os "restos de fascismo" vigentes no país. Mal iniciados os trabalhos constituintes, ainda na Sessão Preparatória de Instalação da Assembléia, tomou a palavra para declarar apoio à greve dos bancários e para protestar veementemente contra a presença do ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, na presidência das sessões de instalação da Constituinte, ato a seu ver atentatório à soberania da Assembléia (I, 08). Durante os trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para realizar numerosos pronunciamentos, nos quais abordou diversos temas; assim, proferiu discursos defendendo Indicação Nº 25 (rejeitada) da bancada comunista propondo a imediata revogação da Carta de 1937 e analisando detalhadamente as inconsistências de tal documento (I, 325-333); declarando voto contra Requerimento de homenagem à investidura de cardeais brasileiros, aproveitando a ocasião para propugnar pela radical separação entre a Igreja e o Estado (II, 08); demonstrando o caráter reacionário do Regimento Interno adotado pela Constituinte e fazendo declaração de voto contrária ao mesmo (III, 83-92); protestando contra a decisão da Assembléia de omitir a publicação da palavra "reacionário" dos Anais (III, 350); defendendo a atribuição à Constituinte da capacidade de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo (VII, 65-69); homenageando a memória do Duque de Caxias e enaltecendo sua figura de "pacificador porque, apesar de esmagar movimentos populares, tinha a compreensão de que o vencedor não deveria tripudiar sobre o vencido" (IX, 33); criticando minuciosamente o projeto constitucional --- mormente aqueles seus dispositivos que consagravam na Constituição as superstições religiosas --- e justificando declaração de voto da bancada comunista contra o mesmo (XVII, 298-306); denunciando as péssimas condições de vida dos trabalhadores nas Usinas de açúcar do interior da Bahia (XVIII, 360-364; XVIII, 401-406), tendo também ocupado a tribuna para defender várias emendas do PCB durante a votação do projeto em plenário, e para expressar os pontos de vista de seu Partido sobre diversos outros assuntos da conjuntura política da época.

Além disso, realizou dezenas de pronunciamentos apoiando reivindicações das massas trabalhadoras e denunciando veementemente violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular em geral e o PCB em particular, responsabilizando "meia dúzia de elementos fascistas infiltrados no governo" (XX, 96), e não o governo Dutra em seu conjunto, por tais práticas. O próprio Marighela foi vítima de uma dessas arbitrariedades, ao ter, em pleno processo constituinte, sua residência invadida e revistada por agentes da polícia do DF, tendo ele próprio protestado contra tal fato em plenário (XXIII, 365). Encarregando-se de sustentar da tribuna as propostas do PCB referentes à separação entre Igreja e Estado, e ao capítulo "Da Educação e da Família" da Constituição, entrou em acirrados debates com parlamentares ligados à Igreja Católica ao posicionar-se a favor do divórcio, contra a obrigatoriedade do ensino religioso e defender vários outros pontos de vistas anticlericais, que também lhe valeram a entrada no rol dos Constituintes ameaçados de excomunhão. Finalmente, manifestou-se favorável à adoção do processo de votação nominal para as deliberações da Assembléia, às eleições diretas para prefeitos das capitais dos Estados e nos Municípios onde se localizassem bases militares, ao mandado de 02 anos para deputado, 04 para presidente da República e 06 para senador, à imediata dissolução das polícias políticas formadas durante o Estado Novo, tendo se posicionado também contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional, a extensão dos tribunais militares aos civis em tempos

de paz, o "estado de sítio preventivo", e a proibição da inscrição de um mesmo candidato por diferentes Estados às eleições para mandatos legislativos.

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2327, extinguindo o cargo de vice-presidente da República; Nº 3125 (prejudicada após rejeição de emenda de Hermes Lima (UDN/DF) com conteúdo análogo; XXIII, 336), determinando a laicidade do ensino nas escolas públicas; Nº 3127, inscrevendo da Constituição dispositivo assegurando ampla liberdade de crença e garantindo o livre exercício de cultos; Nº 3218 (rejeitada; XXIII, 429), restringindo a assistência religiosa paga nos estabelecimentos oficiais; Nº 3129, negando validade civil ao casamento religioso; Nº 3204, contrária à indissolubilidade do vínculo matrimonial; Nº 3413 (rejeitada; XXIII, 405), eliminando a concessão de privilégios aos eclesiásticos na prestação do serviço militar; Nº 3436 (rejeitada; XXIV, 38), transformando em cargos de carreira os serviços de tabelião e escrivão; e a de Nº 3440 (rejeitada; XXIV, 38), estipulando que "Os emolumentos, custas, taxas e quaisquer outras despesas serão pagas por selo". Também apresentou diversas outras emendas visando a agilização do processo legislativo, e enviou à Mesa da Assembléia incontáveis Requerimentos e Indicações, ora apoiando as mais variadas reivindicações do movimento popular, ora denunciando violências policiais e arbitrariedades perpetradas contra o mesmo.

---

## E) BANCADA DO PPS/BA.

A bancada do PPS aa BA era formada pelo médico **Teódulo Albuquerque**, um dos dois constituintes eleitos fora do Estado do Ceará pela agremiação.

### • TEÓDULO LINS ALBUQUERQUE (PPS-PSP).

**1) DPF:** NASC: 16/06/1914, Pilão do Arcado-BA. FALEC: 15/08/1979.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da BA (1939). Durante o Estado Novo, exerceu a Medicina e foi Inspetor Federal de Educação na BA.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para enviar à Mesa da Assembléia Indicações solicitando ao "Poder Executivo" obras e serviços no interior baiano e para, em conjunto com toda a bancada do Partido Popular Sindicalista, declarar voto a favor da

invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição (XXI, 51). Numa de suas Indicações, na qual "sugeriu ao Executivo" a construção de uma barragem em Boqueirão do Rio Grande-BA, chegou a afirmar que "A represa do Boqueirão, com duas vezes o volume de Assuan, é capaz de assegurar ao Brasil um grau de prosperidade maior do que o trazido ao antigo reino dos faraós pela iniciativa de Lord Curzon" (X, 406), para justificar seu pedido de verba.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1720, obrigando a União a executar um Plano de Valorização Econômica do rio São Francisco, e a de Nº 1943, isentando o pequeno produtor rural do pagamento do imposto sobre vendas e consignações.

## BANCADA DO CEARÁ.

**01) PLÍNIO POMPEU (SENADOR/UDN);**
**02) ALENCAR ARARIPE (UDN);**
**03) BENI CARVALHO (UDN);**
**04) EDGAR DE ARRUDA (UDN);**
**05) EGBERTO RODRIGUES (UDN);**
**06) FERNANDES TÁVORA (UDN);**
**07) FERNANDES TELES (UDN);**
**08) GENTIL BARREIRA (UDN);**
**09) JOSÉ DE BORBA (UDN);**
**10) LEÃO SAMPAIO (UDN);**
**11) PAULO SARASATE (UDN);**
**12) ALMEIDA MONTE (PSD);**
**13) FROTA GENTIL (PSD);**
**14) MOREIRA DA ROCHA (PSD);**
**15) OSVALDO STUART (PSD);**
**16) RAUL BARBOSA (PSD);**
**17) OLAVO OLIVEIRA (SENADOR/PPS);**
**18) ALVES LINHARES (PPS/1° Suplente);**
**19) JOÃO ADEODATO (PPS);**
**20) STÊNIO GOMES (PPS).**

**11 UDN + 05 PSD + 04 PPS-PSP = 20.**

### A) BANCADA DA UDN/CE.

O Ceará foi um dos Estados onde a UDN foi mais bem sucedida eleitoralmente a nível nacional, elegendo 11 deputados (55,0%) de uma bancada de 20, sendo que seu principal líder era **Fernandes Távora**, ex-interventor no Estado e irmão de Juarez Távora, "vice Rei" do Norte após a Revolução de 30, e uma das mais destacadas lideranças políticas militares do período. Segundo Sérgio Miceli, "No Ceará e no Rio Grande do Norte, as bancadas udenistas reúnem políticos ilustres da República Velha ---**Fernandes Távora**, **José de Borba Vasconcelos**, José Augusto Bezerra de Medeiros--- a jornalistas e magistrados locais vinculados à Igreja" (MICELI, 1986: 572).

- **PLÍNIO POMPEU DE SABÓIA MAGALHÃES (SENADOR/UDN).**

**1) DPF:** NASC: 03/03/1892, Sobral-CE. FALEC: SI.
PROF: Engenheiro.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica da Bahia (1914). Após formar-se, exerceu a profissão de Engenheiro, tendo ocupado vários cargos, destacando-se os de Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana; Engenheiro do Departamento Federal de Obras Contra a Seca; Engenheiro-Chefe da Construção da Estrada de Ferro Ceará-Patos; Superintendente da Fundação da Casa Popular e Chefe de Divisão das Obras do Porto de Mucuripe.

**3) TPol:** Diretor de Obras Públicas do CE durante a interventoria de Fernandes Távora (1930-1931). Candidato derrotado às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte pelo PSD/CE (1933). Deputado Federal (1935-1937). Prefeito de Fortaleza (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se 2º Vice-Presidente do Diretório Executivo Estadual da UDN/CE.

**4) LAM:** Membro da Ação Integralista Brasileira (1935-1937) e do Comitê de Negócios Inter-Americano.

**5) AIT:** Publicou trabalhos técnicos na área de Engenharia.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso de "voto de pesar" pelo falecimento do ex-interventor do CE, major Carneiro de Mendonça (VII, 72), e para enviar à Mesa da Assembléia Indicações solicitando ao "Executivo" obras no interior de seu Estado, tendo também tomado parte nos debates sobre a "campanha da borracha" onde criticou veementemente a atuação do Banco da Borracha durante a gestão do interventor Álvaro Maia (PSD/AM).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3517, ao Capítulo VII "Dos Bens Públicos da União e dos Estados".

---

- ANTÔNIO DE **ALENCAR ARARIPE** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 15/11/1897, Pereiro-CE. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do CE (1920), após o que atuou como advogado em diversas cidades no interior do Estado. Foi também fundador de vários jornais no CE.

**3) TPol:** Filiado ao Partido Republicano CE, participou da campanha da Reação Republicana (1921-1922). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no CE (1929-1930). Após a Revolução tornou-se Prefeito de Crato-CE (1930-1935). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi Fundador e Membro da Comissão Executiva da UDN/CE (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Membro da OAB/CE.

**5) AIT:** Além de ter colaborado em inúmeros jornais cearenses e revistas jurídicas ("Revista de Direito", "Revista Forense" e "Ceará Jurídico"), publicou: "MANUTENÇÃO DE POSSE-APELAÇÃO CÍVEL 1388 DE LAVRAS" (1921); "AÇÃO DE NULIDADE DE TESTAMENTO E PETIÇÃO DE HERANÇA" (1925); "A MORTE DE PAULO BRASIL" (1927); "AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE" (1930); "DEZ MESES NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL" (1931); "DELITO CONTRA A HONRA" (1933); "CASO CÉLEBRE DE ESPOLIAÇÃO" (1939); "AÇÃO DE USUCAPIÃO" (1939); "CASO TÍPICO DE HABEAS CORPUS POR ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER" (1940); "DOS EFEITOS DA COISA JULGADA NA IMISSÃO DE POSSE" (1941); "ESBULHO COM DERRUBADA E INCÊNDIO" (1942);

"APELAÇÕES CÍVEIS DE JAICÓS" (1943); "DA PROVA NO MANDATO CRIMINAL" (1944); "INCONSTITUCIONALIDADE DO PARLAMENTARISMO ESTADUAL" (1947), dentre outros trabalhos na área de Direito, mormente Direito Civil.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 20ª Sessão, a 07/03/1946 (III, 04). Concentrou sua atuação na defesa do fortalecimento do aparelho judiciário para fazer frente à "hipertrofia do Executivo" instaurada no pós-30, e na abordagem de problemas regionais do Estado do CE. Durante a discussão do projeto em plenário ocupou a tribuna para proferir longo discurso sobre "A Organização dos Poderes no Projeto Constitucional" (XVII, 311-320), no qual defendeu a necessidade da retirada do Supremo Tribunal Federal da tutela do Executivo e justificou várias emendas propostas ao capítulo "Do Poder Judiciário", visando fortalecer este ramo do aparelho de Estado com o fito de criar um "sistema de freios e contrapesos" para restabelecer o "equilíbrio entre os poderes" suprimido no pós-30. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia uma série de Requerimentos e Indicações solicitando a feitura de obras e serviços no interior do Ceará.

Apresentou 34 emendas ao Projeto de Constituição, mormente aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de Nº 546, retirando prerrogativas do Executivo no tocante à nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal; Nº 756, suprimindo os Tribunais Federais de Recursos e transferindo suas funções para o Supremo Tribunal Federal; Nº 1047 (aprovada em plenário; XXII, 317), regulamentando a transferência de juizes em caso de mudança da sede do juízo; Nº 2167, reintegrando em suas funções servidores públicos demitidos pelo Governo Provisório; e a de Nº 2777 (rejeitada; XXIV, 38), assegurando aos escreventes de justiça o direito de preferência na substituição dos funcionários aposentados no judiciário.

---

- BENEDITO AUGUSTO CARVALHO DOS SANTOS (UDN).
**(BENI CARVALHO)**

**1) DPF:** NASC: 03/01/1886, Aracati-CE. FALEC: 22/01/1959.
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Recife-PE (1911). Professor de Legislação Comparada na Faculdade de Direito do CE (1912-1917). Professor Catedrático de Direito Penal na Faculdade de Direito do CE (1917). Doutor em Direito com a tese "Causas Dirimentes e Flagrante Delito" (1918). Professor do Colégio Militar do Ceará (1921). Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro-DF (1937).

**3) TPol:** Vice-Presidente do CE e Deputado Federal pelo mesmo Estado (1930), tendo seu mandato interrompido pela Revolução de 30, à qual se opôs. Nomeado Membro do Conselho Nacional de Educação pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (1936). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização, tornou-se Interventor Federal no CE por um breve período no governo provisório de José Linhares (1945-1946).

**4) LAM:** Foi Membro de diversas associações culturais.

**5) AIT:** Além de ter exercido o jornalismo, publicou, dentre outros trabalhos: "MORFOLOGIA E SINTAXE DO SUBSTANTIVO" (1920); "DROIT ET LA SOCIOLOGIE" (1920); "SEXUALIDADE ANÔMALA NO DIREITO CRIMINAL" (1937) e "CRIMES CONTRA A RELIGIÃO, OS COSTUMES E A FAMÍLIA" (1943).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir longo discurso sobre "Matéria Constitucional" (X, 119-127) defendendo o "princípio da irretroatividade", e para manifestar-se favorável à denominação de língua brasileira para o idioma falado no Brasil.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • EDGAR CAVALCANTI DE ARRUDA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 05/06/1892, Fortaleza-CE. FALEC: 24/04/1965.
Filho de Raimundo Leopoldo de Arruda, secretário da Fazenda e do Interior, e deputado federal pelo CE (SD).
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Funcionário da Secretaria do Interior e Justiça do CE (1911). Formado em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo (1913). Promotor de Justiça na Comarca de Maranguape-CE (1914-1917). Segundo-Promotor de Justiça de Fortaleza-CE (1918-1920). Doutor pela Faculdade de Direito do CE (1918) e Professor de Direito Civil e Comercial da mesma Universidade (1921). Presidente do Conselho Penitenciário do CE (1935-1937).

**3) TPol:** Membro da Comissão Legislativa do CE (1932). Um dos Fundadores da LEC/Liga Eleitoral Católica no CE (1932). Como Presidente da Junta Estadual da LEC, militou ativamente na organização de campanhas eleitorais no CE (1933-1934). Presidente da Comissão Executiva do PRP/Partido Republicano Progressista do CE (1935). Senador Federal, PRP/CE (1935-1937). Delegado do PRP à Convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se 3º Vice-Presidente do Diretório da UDN/CE (1945).

**4) LAM:** Além de ter participado de movimentos católicos, foi Membro do Instituto da OAB/CE e Presidente da Seção Estadual da OAB (1945-1947).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no CE, tendo sido Fundador e Diretor do jornal "O Estado", editado em Fortaleza (1937). Além disso, publicou "DISSERTAÇÕES PROCESSUAIS" (1918) e "MONOPÓLIOS EXCLUSIVOS" (1930).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já iniciados os trabalhos Constituintes, na 29ª Sessão, a 20/03/1946 (IV, 210). Foi Membro da Subcomissão "Segurança Nacional" da Comissão de Constituição tendo concentrado sua atuação nos debates travados neste órgão. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para, em nome da Comissão, dar pareceres a destaques requeridos

por outros parlamentares aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento das instituições militares, quando da votação do projeto revisto no recinto da Assembléia.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2912, regulamentando a competência privativa da União para tributar a exploração de recursos minerais; a de Nº 3244, sugerindo redação mais moderada ao dispositivo que versava sobre a nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; e a de Nº 3267, favorável à intervenção da União no sentido de estimular a exploração de recursos minerais estratégicos.

---

- **EGBERTO** DE PAULA PESSOA **RODRIGUES** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 03/03/1908, Fortaleza-CE. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras e Engenheiro.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do RJ (1933). (SI sobre atividades profissionais).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na denúncia da política posta em prática pelo Estado Novo por ocasião da "batalha da borracha", organizada pelo governo brasileiro em conseqüência dos "Acordos de Washington". De acordo com Osny Duarte Pereira, "Os que quiserem se informar sobre a insensatez dos 'Acordos de Washington', segundo os quais o Brasil se prestou a, praticamente, doar sua Borracha, deveriam ler o depoimento de Egberto Rodrigues (UDN/CE) nos Anais (XIV, 175). Morreram de fome e de moléstia 23.000 cearenses. O deputado clamava, em 21/07/1946, por medidas para permitir o regresso dos que sobreviveram abandonados na selva amazônica" (PEREIRA, 1964: 59). Suas denúncias provocaram vários discursos de réplica por parte de parlamentares das bancadas do AC, AM e PA, comprometidos ideologicamente com a forma de gestão do aparelho de Estado instaurada pelas interventorias da região norte durante a ditadura estadonovista. Além disso, também manifestou-se contra a vigência da Constituição de 37 durante os trabalhos constituintes, tendo ainda ocupado a tribuna para declarar voto a favor da indicação udenista propondo a nomeação de uma Comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Carta de 37 (III, 11).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3454, regulamentando a remuneração dos funcionários públicos ocupantes de funções equivalentes.

---

- MANUEL DO NASCIMENTO **FERNANDES TÁVORA** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 21/03/1877, Jaguaribe-CE. FALEC: 23/09/1973.
Irmão de Juarez Távora, um dos principais líderes tenentistas na década de 1920, "Vice-Rei do Norte" e ministro da Viação e Agricultura após a Revolução de 30.
PROFS: Médico, Jornalista e Professor.

**2) CPr:** Graduado em Farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro (1900). Formado em Medicina pela mesma Faculdade (1903), após o que clinicou na região amazônica e no CE. Professor do Colégio Militar do CE (1919-1921). Inspetor Médico das Caixas de Aposentadorias e Pensões do Conselho Nacional do Trabalho (1932).

**3) TPol:** Participou da Campanha Civilista no CE (1909-1910). Deputado Estadual, CE (1913-1914). Deputado Estadual, CE (1918-1920). Um dos principais dirigentes da "Reação Republicana" no CE (1921-1922). Diretor e Redator-Chefe de "A Tribuna", jornal de oposição ao governo de Artur Bernardes (1922-1925); por ocasião da decretação do estado de sítio o jornal foi empastelado, e Fernandes Távora exilou-se na Europa (1926-1928). Retornando ao Brasil, participou do movimento tenentista e da fundação do Partido Democrático no CE (1928). Um dos principais dirigentes da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no CE (1929-1930). Após a vitória da Revolução, foi nomeado Interventor Federal no CE (1930-1931). Juntamente com membros do Clube 03 de Outubro, fundou o PSD/Partido Social Democrático no CE (1933). Deputado Constituinte e Federal (1933-1935). Deputado Federal, PSD/CE (1935-1937). Apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores e Membro da Comissão de Estudos de Saúde Pública da UDN, tornando-se também Presidente do Diretório Estadual do partido no CE (1945). Após a Constituinte-46 elegeu-se Senador pela UDN/CE (1947) e foi favorável à cassação do PCB.

**4) LAM:** Membro da Associação Cearense de Imprensa, do Clube 03 de Outubro e da Sociedade de Amigos de Alberto Torres.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no CE e publicou: "O PREÇO DA LIBERDADE" (1930); "ESTADO MENTAL DO PADRE CÍCERO" (1943); "PERSONALIDADE MORAL E MENTAL DO PADRE IBIAPINA" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa da autonomia municipal, na crítica a vários aspectos do regime estadonovista, e no combate à imigração japonesa. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "Distribuição das Rendas Nacionais" (XIII, 13-19), onde argumentou longamente a favor de uma maior transferência de recursos para os municípios como meio mais eficaz de solucionar os problemas nacionais, e sobre "A Divisão do Território do Acre" (XVII, 90-92), no qual justificou emenda de sua autoria favorável à subdivisão administrativa do Acre. Através de apartes e intervenções tópicas, manifestou-se sobre vários assuntos, tendo ainda participado dos acirrados debates travados em plenário sobre a "Batalha da Borracha" e efetuado várias críticas à atuação do governo brasileiro no acontecimento; assim posicionou-se favorável à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo

da Constituição, à cassação do PCB e à extinção das autarquias criadas no pós-30, tendo sido ainda contrário à vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes, à autonomia do DF, e à concessão para capitais estrangeiros do direito de exploração de minas e jazidas minerais. Além disso, enviou à Mesa importante Requerimento Nº 105 solicitando ao "Poder Executivo" informações sobre vários aspectos da atuação do DNC/Departamento Nacional do Café e em cuja justificativa são feitas veementes críticas à "desastrada política de defesa do Café" implementada durante o Estado Novo (VII, 317-319), Requerimento este que recebeu menção elogiosa da "Revista Rural Brasileira", editada pela SRB/Sociedade Rural Brasileira.

Apresentou 21 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 83 (rejeitada; XXIV, 353) determinando a subdivisão administrativa do Acre em dois Territórios; Nº 518, dando à União competência privativa para fiscalizar e rever periodicamente as tarifas de fornecimento de energia elétrica; Nº 620, favorável à adoção do princípio do custo histórico para a avaliação dos capitais das empresas concessionárias de serviços públicos; Nº 2042, determinando a eliminação dos "quistos raciais" (sic) existentes no país; e a de Nº 2043, proibindo a entrada de imigrantes japoneses no Brasil.

---

- **JOAQUIM FERNANDES TELES** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 15/04/1889, Crato-CE. FALEC: maio/1970.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro) e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1916). Diretor do Hospital São Francisco de Assis, em Crato-CE. Na condição de Usineiro, organizou as primeiras empresas da agroindústria açucareira no CE.

**3) TPol:** Prefeito de Crato-CE na República Velha (1920-1924). Deputado Estadual, CE (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Sócio-Fundador e Presidente da Associação Agrícola e Pastoril do Cariri, no interior do CE.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à organização da Saúde Pública e ao problema educacional, tendo efetuado pronunciamentos e enviado à Mesa da Assembléia Requerimentos e Indicações sobre estes assuntos.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas facilitando a remessa de verbas governamentais para instituições privadas de Saúde. Destacam-se as de Nº 2525, retirando do Congresso Nacional a prerrogativa de deliberar sobre a celebração de contratos com entidades particulares brasileiras para o combate a epidemias ou endemias; Nº 2974, facultando a abertura de créditos extraordinários para o combate às epidemias; e a de Nº 2978, destinando percentagem da receita líquida da União para o desenvolvimento do ensino, Saúde Pública e rodovias.

---

• **GENTIL PINHEIRO BARREIRA** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 10/02/1895, Cachoeira-CE. FALEC: 10/06/1970.
Filho de José Lopes Barreira, coronel e chefe político no interior cearense.
PROFS: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do CE (1918). Promotor Público em Jaguaribe-CE (1919-1920) e em varias cidades do interior cearense após essa data.

**3) TPol:** Deputado Estadual, CE (1928-1930). Prefeito de Camocin-CE (1930-1935). Prefeito de Fortaleza-CE (1935). Deputado Estadual, CE (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do CE (1937-1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas enviou à Mesa da Assembléia Indicações e Requerimentos, juntamente com outros constituintes do Ceará, solicitando a feitura de obras e serviços no interior de seu Estado. Destaca-se a Indicação Nº 82, exigindo a volta ao CE dos "Soldados da Borracha" e denunciando veementemente as péssimas condições de vida destes trabalhadores (X, 10).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **JOSÉ DE BORBA** VASCONCELOS (UDN).

**1) DPF:** NASC: 23/09/1885, João Pessoa-PB. FALEC: 05/11/1963.
Filho do coronel Luís Aranha de Vasconcelos.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1907). Juiz Municipal de Itapipoca-CE (1909-1910). Delegado de Polícia em Fortaleza-CE (1910-1911). Juiz Municipal em Cascavel-CE (1911). Procurador Fiscal da Fazenda (1914-1916). Professor da Faculdade de Direito do CE (1914). Durante o Estado Novo tornou-se Professor Catedrático na Faculdade de Direito do CE (1937-1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual pelo PRC/Partido Republicano Conservador (1913-1915). Como Deputado, participou do "Movimento de 1913", quando a Assembléia Estadual Oposicionista reuniu-se em Juazeiro, votando a transferência do Executivo Estadual para aquela cidade; foi comandante das tropas que marcharam sobre Fortaleza, derrotando as forças governamentais (1913). Deputado Estadual, CE (1915-1917). Secretário de Justiça e Chefe de Polícia no CE durante o governo Benjamin Barroso (1915-1916). Deputado Estadual, CE (1917-1920). Membro do Comitê Central da "Reação Republicana", movimento de oposição à candidatura de Artur Bernardes (1921). Deputado Estadual, CE (1926-1929). Participou da Revolução de 30 no CE, tendo sido preso pelo governo deposto em virtude dessa participação; com a vitória da Revolução, foi libertado

e nomeado Chefe de Polícia do Estado na gestão do interventor Fernandes Távora (1930-1931). Um dos Fundadores e Membro da Comissão Executiva do PSD/CE (1932). Deputado Constituinte e Federal, PSD/CE (1933-1935). Deputado Federal, PSD/CE (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Executiva da UDN/CE (1945).

**4) LAM:** Pertenceu a inúmeras associações culturais.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no Ceará, tendo colaborado nos jornais "A União", "O Comércio" e "O Combate".

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na apresentação de emendas ao projeto constitucional, não tendo ocupado a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes.

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 881 incluindo no art. 1 do projeto a expressão "regime representativo" para designar a forma de governo vigente no Brasil; a de Nº 1430, regulamentando aspectos da composição e do funcionamento da Comissão Permanente do Congresso Nacional; e a de Nº 2174, estabelecendo norma para a inelegibilidade dos ocupantes de cargos públicos às eleições para o executivo estadual.

---

## • LEÃO SAMPAIO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 06/02/1897, Barbalha-CE. FALEC: SI.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1921), após o que clinicou em Fortaleza. Diretor do Posto Médico de Profilaxia Rural na mesma cidade (1923-1924).

**3) TPol:** Participou da campanha da Aliança Liberal (1929-1930). Um dos Fundadores e Membro do Diretório Central do PSD/CE (1932-1933). Aderiu à LEC/Liga Eleitoral Católica, tendo sido eleito por essa legenda Deputado Constituinte e Federal (1933-1935). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Membro do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, do Centro Médico de Fortaleza e do Centro Dom Vital de Cultura Católica.

**5) AIT:** Durante sua militância no movimento católico na década de 1930, pronunciou conferências no "Círculo Católico de Estudos da Mocidade Acadêmica", publicadas posteriormente na coletânea "VIDA E ALMA" (SD). Além disso, escreveu "SEMIOLOGIA DA INSUFICIÊNCIA HEPÁTICA" (tese, 1921).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 18ª Sessão, a 28/02/1946 (III, 32). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas enviou à Mesa da Assembléia Indicações solicitando ao "Poder Executivo" a feitura de obras em seu Estado.

Apresentou 22 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 133 (parcialmente aprovada; XXIII, 327), incluindo dispositivo destinando 1% das receitas tributárias da União, Estado e Municípios para o amparo à maternidade e à infância em todo o território nacional; Nº 1741 (aprovada; XXII, 66), facultando aos suplentes substituírem os deputados titulares quando estes solicitarem licença; as de Nº 2411 e 2483, favoráveis ao mandato de 04 anos para senador e para presidente da República; e a de Nº 3250, supressiva ao parágrafo 4º do art. 164 do projeto que condicionava o uso da propriedade privada ao bem-estar social sob a alegação de que "o parágrafo em apreço representa um atentado ao sagrado Direito de Propriedade" (XVI, 92).

---

- **PAULO SARASATE** FERREIRA LOPES (UDN).

**1) DPF:** NASC: 03/11/1908, Fortaleza-CE. FALEC: 24/06/1968.
Genro de Demócrito Rocha, deputado federal e jornalista.
PROF: Jornalista e Advogado.

**2) CPr:** Fundador do jornal "O Povo" em Fortaleza, juntamente com Demócrito Rocha (1928). Formado pela Faculdade de Direito do CE (1930). Inspetor Federal de Ensino, Procurador da Junta de Sanções e Procurador do Tribunal Regional Eleitoral no CE (SD).

**3) TPol:** Participou da Revolução de 30 no CE. Filiou-se ao PSD cearense, apoiando a candidatura derrotada de Juarez Távora ao Governo do CE (1933). Deputado Estadual Constituinte, PSD/CE (1935-1937). Durante o Estado Novo militou ativamente na campanha a favor da entrada do Brasil na Guerra (1942). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores e Membro do Diretório Nacional da UDN (1945).

**4) LAM:** Membro da OAB/CE e da Associação Cearense de Imprensa. Durante o Estado Novo, atuou no movimento a favor da participação do Brasil na guerra, tendo realizado inúmeras conferências e escrito vários artigos combatendo o Nazismo e o Fascismo.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no Ceará e publicou: "POR QUE DEVEMOS COMBATER O NAZISMO?" (1942); "O PROBLEMA ECONÔMICO DO NORDESTE E A CONSTITUIÇÃO DE 1946" (SD) e "A BATALHA DA BORRACHA" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator Geral da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Um dos parlamentares mais atuantes em plenário, participou ativamente nas diversas fases do processo de elaboração constitucional, intervindo freqüentemente em inúmeros debates travados no recinto da Assembléia. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao desenvolvimento regional do Nordeste e do Estado do Ceará, e na defesa de várias propostas contidas em suas emendas concernentes à regulamentação da carreira do funcionalismo público. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna numerosas vezes para apoiar a Indicação udenista propondo a nomeação de uma Comissão para redigir um "projeto de normas gerais" em substituição à Carta de 37, e para defender emenda de sua autoria (rejeitada após votação nominal por 136 votos contra 92; III, 227-230), suprimindo o artigo 76 do Regimento Interno que proibia a Constituinte de legislar sobre assuntos estranhos ao processo de elaboração constitucional, manifestando-se veementemente contra o draconiano dispositivo mantido pela Assembléia. Também ocupou a tribuna

para proferir vários discursos, nos quais reivindicou a inclusão na Constituição de dispositivos recomendando o combate aos efeitos das secas nas regiões Norte/Nordeste do país (VII, 274-283); justificou emendas regulamentando a situação de trabalho dos funcionários públicos e dos extranumerários (XIII, 41; XX, 10; XX, 73), e denunciou veementemente a política implementada pelo Estado Novo por ocasião da "batalha da borracha" (XVII, 92; XVII, 353-365), reivindicando ainda a formação de uma Comissão para investigar os boatos sobre a morte de cerca de 23.000 trabalhadores nordestinos na região amazônica durante a execução do empreendimento.

Mais preocupado em alavancar sua carreira política do que em explicitar de forma inequívoca seu posicionamento em relação às questões candentes debatidas na Constituinte, não utilizou-se de suas incontáveis intervenções em plenário para posicionar-se de maneira clara sobre os assuntos relevantes debatidos na Assembléia. Entretanto, não obstante essa postura ambígua, manifestou-se favorável à autonomia municipal, à atribuição de competência privativa à União para legislar sobre Direito Trabalhista, ao sistema de governo parlamentarista e ao adiamento para as "Disposições Transitórias" da votação do artigo sobre a autonomia do DF, postura esta que facilitou a rejeição pela "maioria" da proposta de concessão aos habitantes do DF do direito de elegerem seu Prefeito; foi ainda contrário à nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos, à inscrição de um mesmo candidato por mais de um Estado, ao divórcio, ao ensino religioso obrigatório nas escolas públicas, ao voto de qualidade do vice-presidente da República no Senado, tendo também ocupado a tribuna para solicitar inúmeros destaques e emitir vários pareceres durante a votação do projeto revisto em plenário, mormente no tocante aos dispositivos que regulamentavam a carreira do funcionalismo público.

Apresentou 34 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 24, dando à Comissão Permanente do Congresso Nacional competência para convocar ministros de Estado durante o recesso legislativo; Nº 74 (aprovada; XXIII, 205), incluindo na Constituição artigo determinando a "Participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros das empresas"; Nº 308 (aprovada; XXIV, 27), estabelecendo remuneração integral para os funcionários públicos em disponibilidade; Nº 310 (rejeitada; XXIV, 30), regulamentando a reintegração nos cargos de funcionários públicos afastados; Nº 311 (aprovada; XXIII, 440), sugerindo nova redação a vários dispositivos concernentes à aposentadoria do funcionalismo público e restaurando as "garantias da aposentadoria expressas na Constituição de 1934" (XII, 107) no tocante a esta categoria de trabalhadores; Nº 2405, favorável ao mandato de 08 anos para Senador; e a de Nº 2845, determinando a eleição direta para Prefeito nas capitais dos Estados, no Distrito Federal, nas instâncias hidrominerais e nos municípios de base militar. Além disso, juntamente com Gabriel Passos (UDN/MG) e Magalhães Pinto (UDN/MG), encarregou-se de remeter à Mesa da Assembléia 143 emendas (Nº 3881 a 4026) sugeridas ao Projeto Constitucional pelo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

## B) BANCADA DO PSD/CE.

A bancada do PSD/CE era formada por parlamentares sem expressão nacional, ligadas politicamente ao ex-interventor federal do Ceará, Francisco de Meneses Pimentel (1937-1945): **Almeida Monte**, ex-deputado estadual constituinte no Ceará (1935-1937); **Frota Gentil**, banqueiro e membro do Conselho Administrativo do CE durante o Estado Novo (1937-1945); o médico **Moreira da Rocha; Osvaldo Stuart**, engenheiro e industrial cearense, ex-vereador e membro do Conselho Administrativo do CE durante o Estado Novo (1937-1945); e **Raul Barbosa**, advogado e procurador geral do CE na vigência do regime estadonovista (1937-1945).

### • FRANCISCO DE ALMEIDA MONTE (PSD).

**1) DPF:** NASC: 03/10/1895, Sobral-CE. FALEC: 16/03/1961.
PROF: Proprietário de Terras (Pecuarista).

**2) CPr:** Sem curso universitário. Dedicou-se às atividades agrícolas e à pecuária no interior cearense.

**3) TPol:** Vereador em Sobral-CE (1921). Deputado Estadual Constituinte, CE (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para pronunciar-se sobre assuntos relevantes. Apresentou apenas uma emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3047, regulamentando a inelegibilidade de ocupantes de cargos públicos nas eleições para as Assembléias Legislativas dos Estados.

---

### • ÂNTÔNIO DA FROTA GENTIL (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/12/1887, Sobral-CE. FALEC: 03/10/1969.
PROF: Banqueiro e Corretor de Imóveis.

**2) CPr:** Sem curso universitário. (SI sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do CE (1937-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Vice-Presidente da Comissão Executiva do PSD/CE (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

- CRISANTO **MOREIRA DA ROCHA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/05/1905, Fortaleza-CE. FALEC: abril/1975.
Filho de Manuel Moreira da Rocha, fundador do Partido Democrático do CE, deputado federal (1912-1923; 1927-1930) e líder de sua bancada na Câmara dos Deputados. Irmão de Acrísio Moreira da Rocha, secretário da Fazenda e interventor federal no CE (SD).
PROF: Médico Oftalmologista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1929). Durante sua carreira foi Médico do Instituto Benjamim Constant, Membro do Quadro Clínico do Ministério da Educação e Saúde, Diretor da Policlínica de Copacabana e trabalhou como Químico no Serviço de Fiscalização do Leste em Fortaleza e no Rio de Janeiro (SD).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Durante sua juventude, atuou no movimento estudantil cearense, tendo sido Fundador da Casa do Estudante do Brasil e Presidente do Centro Universitário Júlio Prestes (1930). Foi também Membro da Sociedade Brasileira de Oftalmologia (SD).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo e foi Diretor do jornal "Folha do Povo" em Fortaleza-CE.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para manifestar-se favorável ao gesto do líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) de beijar a mão do general Eisenhower, e para registrar seu apoio à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional.

Apresentou apenas uma emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3661, determinando a reintegração de funcionários que acumulavam cargos públicos aposentados compulsoriamente pela Constituição de 1937.

---

- **OSVALDO STUDART FILHO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/03/1894, Fortaleza-CE. FALEC: 21/01/1956.
PROFS: Industrial e Engenheiro Civil.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica da BA (1918). Engenheiro da Estrada de Ferro Rio Negro-Caxias (SD). Engenheiro-Ajudante da Rede de Viação Cearense. Sócio da empresa Studart & Cia. Agente da Ford Motor Co. Exp. Inc., da Companhia S.K.F. do Brasil e da Michelin no Estado do CE.

**3) TPol:** Diretor-Geral de Viação e Obras Públicas do CE (SD). Vereador em Fortaleza (1935). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do CE (1937-1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema dos transportes, e na defesa de uma maior intervenção da União no tocante a sua competência para deliberar sobre o Plano Nacional de Viação e sobre o tráfego rodoviário interestadual, tendo ocupado a tribuna para proferir longo discurso sobre "Os problemas do Vale do São Francisco" (XVIII, 36-40) no qual justificou propostas de sua autoria concernentes a esses assuntos.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 2210, ampliando a competência da União para atuar também sobre as linhas de navegação fluvial e lacustre e sobre as rodovias constantes do Plano Nacional de Viação, e a de Nº 2894, determinando a aplicação integral da renda do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos no desenvolvimento rodoviário.

---

- **RAUL BARBOSA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/08/1911, Fortaleza-CE. FALEC: 16/08/1975.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Amanuense da Secretaria da Fazenda do Estado do CE (1928). Diretor de Seção da Secretaria da Fazenda do Estado (1933-1935). Formado pela Faculdade de Direito do CE (1935).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Subprocurador, Procurador Judicial e Procurador-Geral do Estado do CE na gestão do interventor Francisco Mendes Pimentel (1937-1945). No contexto da redemocratização tornou-se 1º Secretário do Diretório Estadual do PSD/CE (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa da "unificação do Judiciário" e na apresentação de emendas ao capítulo "Poder Judiciário" do projeto constitucional. Pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna apenas para pronunciar discurso sobre a "Unidade da justiça brasileira" (XI, 315), onde argumentou veementemente a favor da centralização do aparelho judiciário nas mãos da União como forma de retirar o mesmo da influência dos poderes locais, e justificou diversas emendas de sua autoria sobre o assunto.

Apresentou 50 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas ao dispositivos que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de Nº 1180, traçando princípios básicos de organização do "Estatuto dos Funcionários Públicos"; Nº 1795, favorável à unificação do Judiciário e modificando a redação da seção I "Disposições Gerais", do capítulo IV "Do Poder Judiciário"; Nº 2665, sugerindo nova redação a toda uma seção "Do Ministério Público" da Carta Constitucional; Nº 3537, determinando a transferência para o capítulo "Dos Direitos Sociais" de dispositivo garantindo a posse de terras aos "silvícolas"; Nº 3552 (aprovada; XXI, 319), regulamentando o uso das Águas Públicas pela União e pelos Estados; e a de Nº 3695, indicando nova redação a toda uma seção "Dos Tribunais de Justiça e dos Juizes de Direito" do primitivo projeto.

---

## C) BANCADA DO PPS-PSP/CE.

No Ceará, o PPS (Partido Popular Sindicalista) elegeu sua maior bancada a nível nacional, formada por 04 deputados dos 06 eleitos nacionalmente pela legenda (que durante os trabalhos constituintes integrou-se ao PSP). A bancada do PPS/CE era formada por **Olavo de Oliveira**, político ligado à oligarquia dos Acióli na Republica Velha, ex-deputado federal e membro do Conselho Administrativo do CE (1937-1945) durante o Estado Novo; **Alves Linhares**, sobrinho e secretário particular de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal e ex-presidente da Republica após a derrubada de Vargas (1945-1946); **João Adeodato**, comerciante e presidente da Associação Comercial do CE; e **Stênio Gomes**, político ligado à Liga Eleitoral Católica e procurador-geral do Estado do Ceará na vigência do regime estadonovista (1937-1945).

### • OLAVO DE OLIVEIRA (SENADOR/PPS-PSP).

**1) DPF:** NASC: 13/06/1893, Granja-CE. FALEC: 28/12/1966.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife (1916). Promotor de Justiça em Granja e em Fortaleza durante a década de 1920, tendo também exercido a advocacia nesta última cidade. Professor Catedrático de Direito Penal na Faculdade de Direito do CE.

**3) TPol:** Membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Nacionalista, metamorfose no antigo Partido Republicano Conservador, controlado pela oligarquia dos Acióli (1933). Deputado Federal, CE (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do CE (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PPS/Partido Popular Sindicalista, tendo sido eleito Vice-Presidente da agremiação e Presidente da Comissão Diretora

Estadual do partido no CE (1945). Durante a Constituinte-46, juntamente com toda a bancada do PPS/CE, filiou-se ao PSP/Partido Social Progressista após a formação desta agremiação.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Líder da bancada do Partido Popular Sindicalista na Constituinte e único senador eleito pela legenda, tendo concentrado sua atuação na defesa do fortalecimento do legislativo e do direito à representação dos pequenos partidos nas instituições parlamentares. Embora doutrinariamente favorável ao parlamentarismo, pronunciou discursos sobre a "morfologia e a fisiologia do legislativo" (XII, 213; XXI, 445) nos quais procurou justificar várias propostas de sua autoria visando a implantação de um "presidencialismo temperado" através do aumento das prerrogativas do Congresso Nacional, dada a inviabilidade de implantação do parlamentarismo no Brasil. Além disso, declarou voto a favor da inclusão do nome de Deus no preâmbulo da Constituição e da emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista.

Apresentou 29 emendas, a maior parte delas ao capítulo "Do Poder Legislativo" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 956, fornecendo às Comissões Parlamentares de Inquérito a prerrogativa de recolher provas para fins de julgamento; Nº 971, dando ao Congresso Nacional competência para propor ao presidente da República a destituição total ou parcial de Ministros de Estado; Nº 1101, proibindo ao Poder Executivo a apreensão de livros e periódicos sem sentença judicial; e a de Nº 1148 (rejeitada, XXIII, 294), declarando impenhorável para efeito de pagamento de dívidas a casa residencial única e a pequena propriedade do produtor rural. Além disso, apresentou várias emendas de cunho populista regulamentando a "proteção do Estado aos destituídos de recursos".

---

### • JOSÉ ALVES LINHARES (PPS-PSP/1° Suplente)

**1) DPF:** NASC: 09/05/1919, Fortaleza-CE. FALEC: SI.
Sobrinho de José Linhares, ministro do Supremo Tribunal Federal (1935-1945), presidente do Tribunal Superior Eleitoral (1945) e presidente do Governo Provisório instaurado após a derrubada de Vargas (1945/46).
PROF: Funcionário Público.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Durante o Estado Novo foi Funcionário do Instituto Nacional do Mate (1938-1940) e Chefe de Gabinete do presidente do mesmo Instituto. Oficial de Registro Civil no Rio de Janeiro-DF (1941).

**3) TPol:** No contexto da redemocratização foi Secretário Particular do presidente da Republica José Linhares (1945-1946). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de Deputado pelo PPS, assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 74ª Sessão, a 31/05/1946 (XI, 77), substituindo temporariamente o titular licenciado Stênio Gomes (PPS/CE). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para, juntamente com toda a bancada do PPS, declarar voto a favor da invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional (XXI, 54).

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 3689, às "Disposições Transitórias", e a de Nº 3690, regulamentando o reajuste dos salários dos funcionários públicos.

---

## • JOÃO NOGUEIRA ADEODATO (PPS/PSP).

**1) DPF:** NASC: 17/10/1902, Sobral-CE. FALEC: 18/05/1974.
PROF: Comerciante.

**2) CPr:** (SI sobre suas atividades profissionais). Sem curso universitário.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). No contexto da redemocratização tornou-se Tesoureiro do Diretório Executivo Estadual do Partido Popular Sindicalista no CE (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Presidente da Associação Comercial do Ceará (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 30ª Sessão, a 21/03/1946 (IV, 241). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para, juntamente com toda bancada do PPS, declarar voto a favor da invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição (XXI, 54).

Além disso, foi signatário de algumas emendas apresentadas por membros da bancada do PPS ao Projeto de Constituição.

---

## • STÊNIO GOMES DA SILVA (PPS/PSP).

**1) DPF:** NASC: 02/01/1907, Baturité-CE. FALEC: SI.
Filho do desembargador Luís Gonzaga Gomes da Silva. Neto do coronel Inácio Alves Barreira, chefe de polícia em Quixadá-CE.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Fortaleza-CE (1930) Promotor de Justiça no CE (1931-1933). Durante o Estado Novo foi Procurador-Geral do Estado do CE (1938-1941) e Desembargador do Tribunal de Justiça (1941-1945).

**3) TPol:** Membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Nacionalista (1933). Deputado Estadual Constituinte pela Liga Eleitoral Católica (1935-1937). Durante o Estado Novo ocupou cargos na burocracia judiciária. No contexto da redemocratização tornou-se Secretário Geral da Comissão Diretora Estadual do PPS/ Partido Popular Sindicalista no CE (1945). Após a Constituinte-46 foi Secretário de Agricultura do CE (1947)

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, na 32ª Sessão, a 25/03/1946 (IV, 346). Licenciando-se diversas vezes por motivos de saúde, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido apenas signatário de algumas delas elaboradas por membros da bancada cearense.

## BANCADA DO DISTRITO FEDERAL.

**01) ANTÔNIO SILVA (PTB )**
**02) BAETA NEVES (PTB);**
**03) BARRETO PINTO (PTB/1º Suplente);**
**04) BENÍCIO FONTENELE (PTB);**
**05) BENJAMIN FARAH (PTB);**
**06) GURGEL DO AMARAL (PTB);**
**07) RUI ALMEIDA (PTB);**
**08) SEGADAS VIANA (PTB);**
**09) VARGAS NETO (PTB);**
**10) HAMILTON NOGUEIRA (SENADOR/UDN);**
**11) EUCLIDES FIGUEIREDO (UDN);**
**12) HERMES LIMA (ED-UDN);**
**13) JURANDIR PIRES (UDN);**
**14) CARLOS PRESTES (SENADOR/PCB);**
**15) BATISTA NETO (PCB/1º Suplente);**
**16) JOÃO AMAZONAS (PCB);**
**17) MAURÍCIO GRABOIS (PCB);**
**18) JONAS CORREIA (PSD);**
**19) JOSÉ ROMERO (PSD).**

**09 PTB + 04 UDN + 04 PCB + 02 PSD = 19.**

### A) BANCADA DO PTB/DF.

No Distrito Federal, o PTB obteve seu melhor resultado eleitoral dentre todas as unidades da federação, elegendo 09 (47,4%) constituintes de uma bancada de 19. No DF, o PTB beneficiou-se amplamente do chamado "mecanismo das sobras", pelo qual assegurava-se a transferência dos sufrágios dos candidatos "puxadores de voto" para os menos votados. Assim, o candidato a deputado federal Getúlio Vargas (que optou pelo mandato de senador pelo PDS/RS), por exemplo, teve 116.712 votos no DF, enquanto que Barreto Pinto elegeu-se com apenas 592 votos.

Em termos da composição social de sua bancada, o PTB era formado por lideranças políticas e sindicais oriundas dos vários ramos da burocracia de Estado ligadas ao Ministério e à Justiça do Trabalho estadonovistas: **Antônio Silva**, eleito com 722 votos, foi presidente do Sindicato dos Padeiros do DF e vogal da categoria dos Padeiros junto à Justiça do Trabalho durante o Estado Novo (1937-1945); **Baeta Neves**, advogado trabalhista e membro da várias associações sindicais dos comerciários, foi eleito 1º presidente do PTB a nível nacional, tendo sido ainda suplente da 1ª região da Justiça do Trabalho; **Barreto Pinto**, também conhecido como "palhaço queremista" e político estreitamente ligado a Vargas, foi secretário do presidente do Tribunal Superior Eleitoral durante o Estado Novo (1945); **Benício Fontenele**, atuou em associações sindicais dos trabalhadores têxteis na vigência do regime estadonovista; **Benjamim Farah**, médico que clinicou em diversos sindicatos durante o Estado Novo; **Gurgel do Amaral**, advogado trabalhista atuante em várias instituições ligadas ao Ministério do Trabalho; **Rui Almeida**, o 2º deputado mais votado pelo PTB/DF, ex-tenente e assessor do ministro João Alberto na Coordenação da Mobilização Econômica durante o Estado Novo (1942-1945); **Segadas Viana**, ocupou inúmeros cargos na burocracia ligada ao Ministério do Trabalho

tendo sido um dos principais auxiliares do ministro Marcondes Filho durante o processo de criação e implementação da CLT; **Vargas Neto**, escritor, advogado trabalhista, procurador da Prefeitura do DF e sobrinho de Getúlio Vargas.

## • ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA (PTB).

**1) DPF:** NASC: 13/06/1900, Mar de Espanha-MG. FALEC: SI.
PROFS: Padeiro e Lavrador.

**2) CPr:** Trabalhou como Lavrador e Comerciário em sua terra natal. Após transferir-se para o Rio de Janeiro, exerceu a profissão de Padeiro nesta cidade (SD). Sem curso universitário.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Vogal da Categoria dos Padeiros junto à Justiça do Trabalho (1937-1945). No contexto da redemocratização, foi um dos Fundadores e Presidente da Comissão Executiva do PTB/DF (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 tornou-se Presidente do Diretório Estadual do PTB/DF (1946).

**4) LAM:** Foi Presidente do Sindicato dos Padeiros do Rio de Janeiro (SD).

**5) AIT:** Segundo Gastão Pereira da Silva, durante sua atuação como líder sindical, Antônio Silva "pugnou pelos direitos das massas proletárias sem, contudo, querer ferir às conquistas patronais" (SILVA, 1947: 214).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para efetuar intervenções tópicas nos debates referentes aos artigos do título "Ordem Econômica e Social" do projeto constitucional, e para protestar veementemente contra alguns decretos-lei baixados pelo governo Dutra revogando artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (XX, 354), manifestando-se em suas intervenções favorável à proibição do trabalho remunerado para menores de 14 anos e à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. Além disso, foi encarregado pela bancada do PTB de proferir discurso em homenagem ao 1º aniversário de falecimento do ex-presidente norte-americano Franklin Roosvelt (VII, 28), quando da Sessão Especial em homenagem ao ex-presidente americano realizada a 21/04/1946.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 1732, possibilitando aos deputados a celebração de contratos com pessoa de direito público em caso de aquisição de casa própria, e a de Nº 3440, assegurando vencimentos integrais aos servidores públicos colocados em disponibilidade.

• PAULO **BAETA NEVES** (PTB).

**1) DPF:** NASC: 02/08/1898, Conselheiro Lafaiete-MG. FALEC: 20/07/1966.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Comerciário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do RJ (1921). Trabalhou como Comerciário em Belo Horizonte-MG (1927). Também exerceu a advocacia no Rio de Janeiro (SD).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo atuou no movimento sindical. No contexto da redemocratização, foi eleito Presidente da 1ª Comissão Executiva Nacional do PTB e, segundo Campolina de Sá, "obteve a adesão dos Sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho" para a formação do partido, tendo, além disso, juntamente com Segadas Viana (PTB/DF), integrado a facção do PTB que relutou em apoiar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. (CAMPOLINA DE SÁ, 1985: 31, 46). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Diretor da União dos Empregados do Comércio de Belo Horizonte-MG (1927-1934). Diretor e Presidente do Sindicato dos Vendedores e Viajantes de Belo Horizonte (1928-1934). Presidente da Federação dos Trabalhadores de MG (1932). Durante o Estado Novo foi Secretário da Federação das Uniões dos Vendedores e Viajantes Comerciários do Brasil (1938-1942); Participou do Congresso dos Comerciários realizado em São Paulo e do II Congresso Pan-Americano de Viajantes e Vendedores Comerciários (1941); Membro do Conselho de Representantes da Federação dos Empregados do Comércio do RJ (1944); Suplente da 1ª Região de Justiça do Trabalho (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Ordem Econômica e Social" da Comissão de Constituição, onde teve participação ativa na redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os referentes à adaptação da legislação trabalhista estadonovista ao novo quadro institucional vigente no pós-guerra. Em plenário, teve atuação discreta, apenas ocupando a tribuna para solicitar inserção em ata de "mensagem dirigida aos trabalhadores pelo senador Getúlio Vargas" (VIII, 177), e para declarar voto a favor da emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema parlamentarista de governo (XXII, 171). Além disso, manifestou-se a favor da autonomia do DF e da participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas.

Apresentou apenas 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3320, recomendando às empresas industriais, comerciais e agrícolas a manutenção de serviços de alimentação para seus empregados, tendo também sido signatário de várias outras emendas apresentadas por parlamentares da bancada petebista.

• EDMUNDO **BARRETO PINTO** (PTB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 15/04/1900, Vassouras-RJ. FALEC: 30/05/1972.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil (1920). Secretário-Geral da Diretoria Geral de Saneamento no RJ (1922-1926). Chefe de Contabilidade da Assistência Hospitalar no RJ (1926-1931). Diretor da Biblioteca da Câmara Municipal do Distrito Federal (1932-1934). Distribuidor do 10º Ofício de Justiça (1935). Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro-DF (1936). Foi também Diretor das "Companhias Carboníferas" da Firma Martinelli, em Santa Catarina.

**3) TPol:** Apoiado por Getúlio Vargas, elegeu-se Deputado Federal Classista, como representante dos Funcionários Públicos (1935-1937). Apoiou a instauração da ditadura estadonovista (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da crise do regime, foi Secretário do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Frederico de Barros Barreto, contato este do qual utilizou-se para conseguir facilidades na obtenção do registro eleitoral do PTB, partido do qual foi um dos fundadores (1945). Após a Constituinte-46, teve seu mandato de deputado federal cassado por falta de decoro parlamentar, em virtude de ter sido fotografado de cuecas por repórteres da revista "O Cruzeiro" (1949).

**4) LAM:** Foi Representante dos Funcionários Públicos Estaduais e Municipais na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo , tendo pertencido ao corpo editorial de "A Noite" no Rio de Janeiro. Publicou "A NOVA LEI ELEITORAL" (SD), além de ter sido autor de várias chanchadas teatrais, destacando-se "O MUNDO EM CUECAS" (1948).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º suplente de deputado com apenas 592 votos, beneficiado pelo "mecanismo das sobras" assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição ao titular Getúlio Vargas (PSD/RS), também eleito deputado pelo PTB/DF. Um dos mais assíduos freqüentadores da tribuna da Assembléia, concentrou sua atuação no combate virulento e furibundo ao "comunismo" e ao PCB, tendo sido encarregado de empreender em plenário uma verdadeira cruzada visando o fechamento desta agremiação, acusando-a reiteradas vezes de estar a serviço da Rússia e do comunismo internacional. Ocupou a tribuna várias vezes para realizar pronunciamentos histriônicos e teatrais visando chamar a atenção do plenário para sua própria figura política, sempre em busca de assuntos políticos "quentes" que o permitissem lograr tais objetivos. Assim, proferiu discursos apoiando a greve dos bancários deflagrada logo no início dos trabalhos constituintes (I, 77); denunciando veementemente a participação dos comunistas em greves dos trabalhadores e acusando-os de serem "assalariados da Rússia" (III, 201); comunicando à Assembléia Constituinte que estava entrando na Justiça Eleitoral com um mandato visando a cassação do PCB pelo fato do partido estar "a serviço da Rússia" (IV, 234-238); declarando voto antecipado a favor da autonomia do DF (VI, 204); combatendo a tese defendida por Acúrcio Torres (PSD/RJ) na Comissão da Constituição a favor do mandato presidencial de seis anos (VIII, 345); apoiando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca (X, 167); declarando voto contra a moção Otávio Mangabeira louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, no dia da posse do ex-presidente (XI, 249); reiterando a

necessidade de cassação imediata do registro do PCB (XII, 230), tendo ainda pronunciado incontáveis discursos sobre os mais variados temas, tendo se tornado menos eloqüente após ter sido fotografado de cuecas em reportagem da revista "O Cruzeiro", em pleno processo constituinte, fato que foi amplamente comentado pela Imprensa da época. Além de ter sido fotografado de cuecas, notabilizou-se também durante os trabalhos constituintes por ter sido esbofeteado nos corredores do palácio Tiradentes pelo senador Ismar de Góis Monteiro (PSD/AL) e por seu irmão, Silvestre Péricles (PSD/AL), em resposta a um discurso proferido em plenário no qual endereçou várias críticas ao ministro da Guerra, Góis Monteiro (X, 364). Por estas e outras atitudes, ganhou o apelido de "palhaço queremista" dos jornalistas encarregados de efetuar a cobertura da Assembléia Constituinte (MIRANDA, 1982: 50).

Também manifestou-se sobre uma infinidade de outros assuntos nas várias fases do processo de elaboração constitucional. Durante a etapa de elaboração do Regimento Interno, realizou pronunciamento no qual justificou várias propostas de sua autoria ao mesmo (III, 67-75), tendo sido favorável à adoção do Regimento da Constituinte de 1934 para a regulação dos trabalhos constituintes, e ao direito da Assembléia Constituinte de convocar ministros de Estado para prestarem depoimento em plenário. Além disso, declarou voto a favor da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, e posicionou-se contra a concessão de anistia aos militares punidos no pós-30 e o Requerimento da bancada pecebista apoiando o restabelecimento da democracia do Paraguai. Foi ainda favorável ao decreto-lei Nº 9070 baixado pelo governo Dutra proibindo o direito de greve e a várias outras medidas repressivas contra o movimento popular e os comunistas tomadas pelo governo, à extinção do jogo, à instituição da Comissão Permanente do Congresso Nacional, ao mandato presidencial de 04 anos, e à eleição direta para vice-presidente após o término dos trabalhos constituintes.

Apresentou 124 emendas ao Projeto de Constituição, logrando assim o objetivo de ser o "campeão" de emendas entre os Constituintes de 1946, nenhuma delas, no entanto, regulamentando a cassação de mandato por falta de decoro parlamentar. Destacam-se as de Nº 215, favorável à eleição direta para prefeito do DF; Nº 2294 (rejeitada; XXI, 116), reduzindo de 25 para 21 anos a idade limite para candidatos ao mandato de deputado federal; Nº 2489 (rejeitada; XXII, 153) regulamentando a posse do presidente da República; Nº 3209 (rejeitada; XXIII, 286) reduzindo de 30 para 20 anos o prazo máximo de concessão de proteção alfandegária à indústria nacional; e a de Nº 3668, submetendo a Constituição Federal a plebiscito popular após a sua promulgação.

---

• MANOEL **BENÍCIO FONTENELE** (PTB).

**1) DPF:** NASC: 22/02/1902, Itaocara-RJ. FALEC: fevereiro/1978.
PROFS: Professor e Trabalhador Têxtil.

**2) CPr:** Professor da Escola Técnica Fluminense e da Escola Normal do Comércio. Sem curso universitário.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo atuou no movimento sindical. No contexto da redemocratização, foi eleito Primeiro Presidente do PTB-DF (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Presidente do Sindicato de Mestres e Contramestres da Indústria de Fiação e Tecelagem no Rio de Janeiro-DF. Secretário da União Geral dos Sindicatos de Empregados do Rio de Janeiro (SD). Participou do I Congresso Nacional de Delegados-Eleitores (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização sindical e ao problema da habitação na cidade do Rio de Janeiro-DF, tendo ocupado a tribuna diversas ocasiões para denunciar as precárias condições de moradia da população de baixa renda do Distrito Federal, e enviado à Mesa da Assembléia diversos Requerimentos e Indicações sobre o assunto. Além disso, proferiu discurso defendendo propostas de sua autoria ao projeto constitucional (XX, 409-416), onde sustentou de maneira sistemática vários de seus pontos de vista sobre a questão trabalhista, buscando adaptar a estrutura sindical herdada do Estado Novo às novas circunstâncias sócio-políticas da conjuntura de redemocratização; em seu pronunciamento, manifestou-se contra a proposta de Constituição sintética defendida por Plínio Barreto (UDN/SP) e favorável à unicidade sindical, à manutenção da Justiça do Trabalho paritária, à autonomia do DF, e à concessão do direito de voto aos soldados e marinheiros, tendo inclusive se destacado posteriormente por ter sido o único deputado da bancada petebista a declarar voto a favor da concessão de tal direito também aos analfabetos (XXII, 418). Participou ainda dos debates travados em plenário referentes ao título "Ordem Econômica e Social" da Constituição, posicionando-se a favor da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas como meio de promover uma maior integração entre patrão e empregado ao nível das firmas.

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 622, regulamentando a instituição do salário profissional progressivo; Nº 623, favorável à "autonomia sindical" e sugerindo vários dispositivos regulamentando a forma de constituição e organização das associações profissionais e sindicais; Nº 764, determinando a adoção do princípio da paridade para a eleição dos membros das Juntas de Conciliação e Julgamento, e cuja "justificativa" constitui-se num tratado sobre o assunto (XIII, 108-110); Nº 1089 (rejeitada; XXII, 413), acrescentando a expressão "Sem distinção de raça e de cor" ao dispositivo que estipulava serem "todos iguais perante a lei"; e a de Nº 3264, regulamentando a desapropriação de terras não aproveitadas nas zonas já povoadas, para fins de reforma agrária.

---

## • BENJAMIN MIGUEL FARAH (PTB).

**1) DPF:** NASC: 31/03/1911, Corumbá-MT.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1937), após o que exerceu a profissão de Médico, tendo clinicado em diversos sindicatos (1937-1945).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura. Logo após a Constituinte-46, abandonou o PTB, acompanhando a facção liderada por Hugo Borghi, que se afastara do partido em razão de ter sua candidatura ao governo paulista vetada pelo diretório do PTB/SP (1946).

**4) LAM:** Na condição de Médico, prestou serviços a inúmeros sindicatos.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na apresentação de emendas ao projeto constitucional, e na defesa ferrenha da figura de Vargas e do legado do Estado Novo dos ataques efetuados contra ambos em plenário por parlamentares oposicionistas. Suas poucas intervenções no processo constituinte foram no sentido de defender próceres governistas, tendo inclusive entabulado uma acirrada polêmica com Osvaldo Pacheco (PCB/SP) ao procurar defender o ministro do Trabalho, Negrão de Lima, das acusações de que teria sido responsável pela repressão à greve dos portuários de Santos (VIII, 456). Além disso, assim como os demais membros de sua bancada, enviou à Mesa da Assembléia várias Indicações solicitando ao "Poder Executivo" o atendimento a demandas sociais da população de baixa renda no DF.

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição, boa parte delas regulamentando vários aspectos da carreira do funcionalismo público. Destacam-se as de Nº 1592, atrelando o reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos federais, estaduais e municipais à variação do custo de vida nas cidades; Nº 2353, assegurando remuneração integral para servidores públicos aposentados compulsoriamente com mais de 30 anos de trabalho; Nº 3451, regulamentando a concessão de licença prêmio ao funcionalismo público; e a de Nº 3556, sugerindo normas gerais para a reorganização do sistema penitenciário em todo o território nacional.

---

• FRANCISCO **GURGEL DO AMARAL** VALENTE (PTB).

**1) DPF:** NASC: 16/08/1915, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 14/10/1974.
PROFS: Advogado Trabalhista e Jornalista.

**2) CPr:** No transcurso da década de 1930, trabalhou como Jornalista em diversos periódicos em Belo Horizonte-MG e no Rio de Janeiro. Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1936). Durante o Estado Novo especializou-se em Direito Trabalhista, defendendo causas de sindicatos e federações sindicais (1937-1945).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do Centro de Estudos Políticos e Sociais que se tornaria um dos núcleos de formação do PTB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e Gráficos de Belo Horizonte (SD). Membro da OAB e da Associação Brasileira de Imprensa. Participou do Congresso dos Partidos Populares e Socialistas da América, realizado no Chile (1946).

**5) AIT:** Colaborou em inúmeros jornais em MG e no Rio de Janeiro, tendo sido também Redator da "Rádio Nacional" nesta última cidade.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Líder da bancada do PTB na Constituinte, tendo, no entanto, exercido na prática a liderança em virtude da enfermidade do líder titular, o senador Marcondes Filho (PTB/SP). Concentrou sua atuação na defesa da Justiça do Trabalho paritária, da autonomia do DF, e na abordagem de questões referentes à organização da Previdência Social. Ativo em plenário, ocupou a

tribuna diversas vezes para expor pontos de vista de sua bancada no tocante a várias questões debatidas na Assembléia, mormente as relacionadas à Justiça do Trabalho; assim, proferiu discursos expondo as diretrizes doutrinárias mais gerais que nortearam a atuação de seu partido no seio da Constituinte (I, 43); declarando voto, em nome da bancada petebista, contra a Indicação Nº 157 de Euclides Figueiredo (UDN/DF) tornando mais ampla a anistia aos militares punidos no pós-30 (IV, 87-89); abordando o tema da "Organização paritária da Justiça do Trabalho" (VII, 121-132) e combatendo veementemente a proposta de Plínio Barreto (UDN/SP) contrária à justiça paritária, pronunciamento este que provocou uma violenta polêmica entre os dois parlamentares em plenário. Ainda efetuou pronunciamentos defendendo a autonomia do DF e a competência da União para legislar sobre Previdência Social (XXI, 70-74); sustentando a opinião de que "A Justiça do Trabalho tem sentido político" (XXII, 238-244), ao formular parecer contrário a emenda (rejeitada) de Aloísio de Castro (PSD/BA) eliminando os vogais eleitos pelos trabalhadores dos órgãos da Justiça do Trabalho; e protestando moderadamente contra a prisão do suplente de deputado e constituinte pelo PCB/RS, Trifino Correia (XXIII, 370). Além disso, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes, à autonomia do DF, à adoção do critério do custo histórico para a avaliação do capital das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação, ao direito de voto para soldados e marinheiros, tendo posicionado-se ainda contrário à concessão do direito de voto aos analfabetos, à instituição do chamado "estado de sítio preventivo" e participado de vários outros debates referentes à regulamentação dos Direitos Trabalhistas.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 301, sugerindo nova redação a todo um capítulo "Dos Funcionários Públicos Civis"; Nº 765 (aprovada; XXII, 244) estabelecendo no texto constitucional o princípio da organização paritária da Justiça do Trabalho; Nº 811, regulamentando vários aspectos do ingresso na carreira e da estabilidade do funcionalismo público; Nº 2100 (rejeitada; XXIV, 38), estabelecendo critério para o provimento dos cargos de serventuários e oficiais da justiça; Nº 3573, equiparando os servidores das autarquias ou entidades paraestatais aos funcionários públicos civis, no tocante ao usufruto das garantias funcionais; e a de Nº 3672 (rejeitada; XXIII, 294), fixando quota adicional de remuneração aos empregados das indústrias ou ambientes considerados insalubres.

---

## • RUI DA CRUZ ALMEIDA (PTB).

**1) DPF:** NASC: 17/10/1900, São Luís-MA. FALEC: 27/08/1956.
PROFS: Militar e Professor.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro-DF (1919-1921). Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia (1922). Segundo-Tenente (1922). Primeiro-Tenente (1923). Após a Revolução de 30 foi promovido a Capitão (1933). Durante o Estado Novo tornou-se Major (1938) e Tenente-Coronel (1939). Foi também Professor de Português no Colégio Militar do Rio de Janeiro (SD).

**3) TPol:** Na década de 1920 tomou parte de diversas rebeliões tenentistas contra o governo de Artur Bernardes, tendo sido preso em várias ocasiões (1922-1926). Combateu nas tropas governistas contra o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932), após o que serviu no gabinete do chefe de polícia Filinto Müller (1933). Vereador no Distrito Federal (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro da Coordenação da Mobilização Econômica, tendo ocupado na mesma a função de Assessor do ministro João Alberto (1942-1945).

**4) LAM:** Foi Membro do Clube 03 de Outubro no início da década de 1930. Pertenceu a diversas associações culturais e foi Membro da Sociedade de Sociologia de São Paulo.

**5) AIT:** Publicou trabalhos nas áreas de literatura e língua portuguesa.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi 4º Secretário da Mesa da Assembléia Constituinte. Concentrou sua atuação na defesa da autonomia político-administrativa do DF e no combate ao "comunismo" e ao PCB. Ocupando a tribuna freqüentemente para efetuar intervenções tópicas e participar de debates sobre variados assuntos, manifestou-se a favor da eleição direta para prefeitos das capitais e do DF, da proibição da imigração japonesa, do decreto-lei governamental extinguindo o jogo, da denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil e da manutenção dos símbolos estaduais, tendo posicionado-se ainda contra o divórcio, e se contraposto veementemente à proposta do vice-líder udenista Prado Kelly (UDN/RJ) de se transferir para as "Disposições Transitórias" da Constituição a decisão acerca da autonomia do DF, aproveitando-se da ocasião para qualificar esta parte da Carta Constitucional de "a vala comum dos assuntos interessantes" (XXIII, 72) . Também ocupou a tribuna para declarar voto contra o Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) reivindicando anistia para os militares punidos durante o Estado Novo (IV, 86), para proferir discurso contestando afirmações de Hamilton Nogueira (UDN/DF) sobre a existência de preconceito racial no seio das forças armadas (IV, 129-136) e, já no final dos trabalhos constituintes, efetuar importante pronunciamento defendendo veementemente o direito (negado) dos parlamentares de apresentarem emendas às "Disposições Transitórias" da Constituição, tendo ainda formulado acerbas críticas à maneira autoritária pela qual foi conduzida a votação desta parte final da Carta Constitucional (XXIV, 306-312).

Apresentou 69 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 96, dando à União competência privativa para explorar ou dar em concessão os serviços de rádio-comunicação, de telefones, e de toda e qualquer espécie de telecomunicação e de navegação aérea; Nº 292, eliminando dispositivo que isentava do imposto de consumo os artigos que a lei classificasse como mínimo indispensável à sobrevivência; Nº 3243, suprimindo dispositivo do título "Ordem Econômica e Social" que assegurava a "justa distribuição das propriedades com oportunidades iguais para todos" (XVI, 85); Nº 3469 (rejeitada; XXIV, 40), tornando vitalícios os professores catedráticos com mais de dez anos de serviço; e a de Nº 3643 (rejeitada; XXIV, 411), concedendo aos parlamentares o direito de "livre trânsito" nas empresas de transporte federais e estaduais.

---

## • JOSÉ DE **SEGADAS VIANA** (PTB).

**1) DPF:** NASC: 01/07/1906, Rio de Janeiro-DF. FALEC: SI.
Irmão de João de Segadas Viana, militar.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1929). Promotor Público em Monte Carmelo-MG (1929). Após a Revolução de 30 colaborou em diversos jornais, dentre os quais o "Diário da Noite" e "O Jornal", ambos pertencentes à cadeia "Diários Associados". Durante o Estado Novo integrou-se à cúpula burocrática do Ministério do Trabalho, tendo ocupado inúmeros cargos na instituição.

**3) TPol:** Participou da campanha da Aliança Liberal e apoiou a Revolução de 30 (1929-1930). Simpatizou com o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Durante o Estado Novo foi Procurador da Justiça do Trabalho, atuando no setor de Previdência Social (1940); Assistente-Técnico e Secretário Particular do ministro do Trabalho, Marcondes Filho (1942); Diretor-Geral do DNT/Departamento Nacional do Trabalho (1942); Chefe da Divisão de Organização e Assistência Sindical, órgão vinculado ao DNT (1943); Membro de várias Comissões que elaboraram o anteprojeto e o projeto final da CLT/Consolidação das Leis do Trabalho (1943); Membro da Comissão Permanente de Legislação do Trabalho; Presidente da Comissão de Enquadramento Sindical e da Comissão Técnica de Orientação Sindical; Secretário da Comissão do Imposto Sindical, tendo pertencido ainda a diversas outras instituições ligadas ao Ministério do Trabalho. No contexto da redemocratização, tornou-se Presidente do Diretório Regional do PTB/DF (agosto/1945), tendo sido eleito Secretário-Geral da 1ª Comissão Executiva do PTB na convenção nacional do Partido (setembro/1945), afastando-se do cargo pouco depois devido a divergências com a facção partidária liderada por Hugo Borghi (janeiro/1946). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** No contexto da redemocratização dirigiu o jornal "Democracia" e foi um dos fundadores do Centro Trabalhista de Estudos Políticos e Sociais (1945), instituição que seria uma das bases para a formação do PTB. Foi ainda Diretor do Instituto Brasileiro de Direito do Trabalho e Diretor da "Revista do Trabalho". Logo após o golpe de 29 de outubro de 1945, liderou uma fracassada greve dos trabalhadores da Light em protesto contra a deposição de Vargas.

**5) AIT:** Um dos principais dirigentes ideológicos do Estado Novo na área sindical, Segadas Viana foi colaborador assíduo da "Revista do Trabalho", da revista "Crítica Judiciária" e do "Boletim do Ministério do Trabalho", além de ter escrito e publicado inúmeras obras referentes à questão trabalhista, destacando-se: "LEI DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA" (1941); "DIREITO BRASILEIRO DO TRABALHO (em colaboração com Arnaldo Sussekind e Dorval Lacerda; 1943)"; "O ESTADO NACIONAL E O AMPARO DOS TRABALHADORES" (SD); "A ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA" (1943); "BRASIL TRABALHISTA" (1944), dentre inúmeros outros artigos publicados nos periódicos acima citados.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi líder da bancada do PTB/DF e Membro da Comissão de Estudos das Indicações, tendo sido uma das principais figuras de seu partido na Constituinte. Concentrou sua atuação na defesa combativa e articulada do legado do Estado Novo e do populismo (mormente no campo da legislação trabalhista), e na adaptação de tal legado ao novo quadro institucional vigente no contexto da redemocratização. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se a favor da vigência da Constituição de 1937 e declarou voto contra Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) reivindicando a ampliação da anistia para os militares punidos durante o Estado Novo (IV, 82), aproveitando a ocasião para utilizar-se das famosas declarações de Prestes (PCB/DF) acerca do eventual posicionamento do PCB numa hipotética "guerra imperialista" contra a URSS, com o objetivo de reforçar as manobras visando o isolamento político-ideológico do Partido Comunista na Assembléia e o ulterior fechamento da agremiação, tendo sido o primeiro Constituinte a utilizar-se das declarações do líder pecebista para tal finalidade. Além de combater o "comunismo" e o PCB, foi também um veemente defensor do intervencionismo estatal e crítico ferrenho do liberalismo, tendo ocupado a tribuna várias ocasiões para realizar importantes pronunciamentos sustentado seus pontos de vista e os de seu partido sobre diversos assuntos, principalmente aqueles referentes aos dispositivos do título "Ordem Econômica e Social" da Constituição; assim, proferiu discursos abordando o tema do "Conteúdo social

das Constituições" (VIII, 104-113), no qual preconizou a necessidade da adoção de uma série de medidas visando fortalecer o papel do Estado enquanto agente mediador das relações entre Capital e Trabalho; apoiando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na capital federal (X, 190); combatendo a doutrina liberal e censurando a timidez dos redatores do projeto primitivo em promover a estatização e a nacionalização de certas atividades econômicas básicas (XIV, 309-313); abordando o tema da "Concessão de Aposentadorias e Seguro Social" (XX, 85-90), no qual fez a apologia da legislação trabalhista promulgada no pós-30 e da "obra social" realizada por Vargas; justificando o ponto de vista geral da bancada do PTB sobre o título "Ordem Econômica e Social" (XXIII, 42-49) antes da votação do Projeto Revisto em plenário, onde posicionou-se a favor da nacionalização das minas, das jazidas do subsolo, dos bancos e empresas de seguros e capitalização, tendo também aproveitado a ocasião para fazer a apologia da estrutura sindical populista consolidada durante o Estado Novo.

Na condição de Membro da Comissão de Estudo das Indicações, emitiu pareceres a varias delas sugeridas por outros Constituintes, destacando-se seu parecer contrário à Indicação Nº 29-A, de Prestes (PCB/DF), propondo a desaprovação pela Assembléia de decreto-lei baixado pelo governo proibindo o Direito de Greve e "pedindo informações sobre os motivos da presença dos agentes da Ordem Política e Social nas assembléias dos Sindicatos" (VI, 270), tendo afirmado em seu parecer que " (...) se a Assembléia não tem poderes legislativos, muito menos poderia ter ela o poder de censurar ou desaprovar atos praticados pelo chefe do Executivo no exercício de suas funções que lhe foram reconhecidas pela própria Assembléia. Tal censura ou desaprovação importaria, também, da quebra do regime de independência de poderes fixado na Carta de 1937 e tradicional em nosso país" (VI, 276). Além disso, participou de uma série de debates travados em plenário, manifestando-se a favor da autonomia do DF, da proposta de Jurandir Pires (UDN/DF) de se transitar para o socialismo através da tributação sobre o imposto de herança, da representação eleitoral proporcional, da extinção do Território do Iguaçu, da nacionalização dos serviços portuários, e da unicidade sindical, tendo sido ainda contrário à concessão do direito de voto aos analfabetos, e ao trabalho de menores de 14 anos.

Apresentou 09 emendas ao Projeto de Constituição, sendo que nenhuma delas foi posta em votação em plenário. Destacam-se a de Nº 289, favorável à extensão do direito de voto aos sargentos e soldados; Nº 488 (prejudicada em razão da aprovação da emenda Nº 74 de Paulo Sarasate, de conteúdo análogo; XXIII, 205), estabelecendo a "participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas e, na forma que a lei determinar, na gestão das mesmas"; e a de Nº 763, determinando a criação de um Tribunal Regional do Trabalho em cada capital de Estado.

---

• MANOEL DO NASCIMENTO **VARGAS NETO** (PTB).

**1) DPF:** NASC: 30/01/1903, São Borja-RS. FALEC: 05/05/1977.
Filho de Viriato Dornelles Vargas, fazendeiro, chefe político e prefeito em São Borja; Sobrinho de Getúlio Vargas, presidente da República (1930-1945); Neto de Manoel do Nascimento Vargas, chefe político em São Borja.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Escritor e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1927), após o que exerceu a profissão de Advogado Criminalista em São Borja-RS (1929-1930). Secretário da Procuradoria do RS. Procurador Público no Distrito Federal (SD). Consultor Jurídico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (1933-1937). Procurador da Prefeitura do Distrito Federal (1934-1945).

**3) TPol:** Como Membro do Partido Republicano em São Borja, engajou-se na campanha de seu tio, Getúlio Vargas, à presidência da República, tendo participado ativamente da campanha da Aliança Liberal em seu Estado (1929-1930). Diretor dos jornais locais do Partido Republicano em São Borja e em Porto Alegre (1930). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Presidente da Federação Metropolitana de Futebol do Rio de Janeiro e participou de diversos movimentos literários no seu Estado de origem.

**5) AIT:** Colaborou em jornais no Rio de Janeiro e Porto Alegre e publicou trabalhos literários, dentre os quais "TROPILHA CRIOULA" (1925); "JOÁ" (1927); "GADO CHUCRO" (1928); "TIÉ" (1928) e "GETÚLIO VARGAS" (biografia, 1938).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo sido apenas signatário de Requerimentos e Indicações solicitando ao "Executivo" obras e serviços em sua região de origem, enviados à Mesa da Assembléia por seus companheiros de bancada.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 1489, isentando de tributos as atividades esportivas, e a de Nº 3565 (rejeitada; XXV, 331), também isentando de impostos e taxas determinadas associações e atividades esportivas auxiliadas pelo poder público.

---

## B) BANCADA DA UDN/DF.

A bancada da UDN era formada por **Hamilton Nogueira**, médico e intelectual católico, eleito com o apoio da Liga Eleitoral Católica; **Euclides Figueiredo**, uma das principais lideranças militares do movimento constitucionalista paulista de 1922 e preso político durante o Estado Novo (1938-1945) por ter participado do malogrado "putsch" integralista contra Vargas; **Hermes Lima**, advogado, ex-membro da Aliança Libertadora Nacional e eleito pela Esqueda Democrática em coligação com a UDN; e pelo engenheiro **Jurandir Pires**, que tomou parte em diversos congressos sobre temas econômicos no contexto da redemocratização.

### • HAMILTON DE LACERDA NOGUEIRA (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 14/01/1897, Campos-RJ. FALEC: 06/05/1981.
PROFS: Médico, Professor Universitário e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1918). Trabalhou como Médico e, posteriormente, tornou-se Diretor do Hospital Pedro II, no Rio de Janeiro (1921-1946). Livre-Docente de Higiene na Faculdade de Medicina do RJ (1929). Professor do Instituto Hahnemaniano do Brasil (1930). Professor Catedrático de Biologia Geral na Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro (1932). Durante o Estado Novo foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Úrsula do RJ, onde lecionou Fundamentos Biológicos da Educação (1938); um dos

fundadores e Professor de Medicina Legal da Faculdade Católica de Direito (1941); Professor Catedrático da Faculdade Nacional de Medicina (1943).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo, militou no movimento católico. No contexto da redemocratização foi um dos componentes do Centro Dom Vital a se integrarem na Campanha da "Resistência Democrática", liderada pelo jurista Sobral Pinto e vinculada à UDN; foi também Membro do Diretório Nacional da Liga Eleitoral Católica. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Desenvolveu intensa atuação como líder católico. Um dos fundadores e, posteriormente, Vice-Presidente do Centro Dom Vital de Cultura Católica, organização dirigida ideologicamente por Jackson de Figueiredo (1921). Ao longo das décadas de 1920 e 1930 militou ativamente na entidade. Foi Membro da Academia Nacional de Medicina e de inúmeras outras associações profissionais e culturais.

**5) AIT:** Intelectual católico, publicou: "DOUTRINA DA ORDEM" (1925); "JACKSON DE FIGUEIREDO, DOUTRINADOR CATÓLICO" (1928); "FREUD E A RENOVAÇÃO PSICOLÓGICA" (1930); "ENSAIOS DE BIOLOGIA" (1934); "DOSTOIEWSKI" (1935) e "EDUCAÇÃO SEXUAL" (1941).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação no combate ao divórcio, e na abordagem de questões referentes ao problema da discriminação racial e da Saúde Pública, tendo usado a palavra diversas ocasiões para abordar cada um destes temas. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos denunciando veementemente e combatendo a existência de preconceito racial contra os negros e judeus no Brasil (III, 408; IV, 136; XVIII, 40), argumentando na ocasião a favor de sua proposta de se consagrar em lei a igualdade de todas as raças; definindo sua "Posição diante dos comunistas, do P.C. e do comunismo" (IV, 313-317); protestando veementemente contra críticas endereçadas à Constituinte pelo Diretor-Geral da "Light & Power" no Brasil, Major McCrimon (XII, 11); abordando o problema da Saúde Pública no país e denunciando as más condições sanitárias em que viviam as populações de baixa renda nas regiões rurais e nos centros urbanos (XIV, 376-380); combatendo ferrenhamente a instituição do divórcio (XIV, 541), tendo chegado a afirmar, a certa altura de seu pronunciamento, que "...Quando o divórcio se generaliza no povo (sic) é um cancro tão terrível que esse povo perece" (XIV, 544).

Além disso, notabilizou-se em plenário por sua postura ambígua em relação ao "comunismo" e ao PCB, ora posicionando-se a favor da existência legal do partido, ora participando das manobras visando criar as pré-condições para a cassação da agremiação, atribuindo à "infiltração comunista" a responsabilidade pelos movimentos grevistas deflagrados no país. Manifestou-se ainda favorável à adoção do processo de votação nominal e aberto durante os trabalhos constituintes, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, à indissolubilidade do vínculo matrimonial, à obrigatoriedade do ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de ensino, à estabilidade do funcionalismo público, e à autonomia do DF. Finalmente, na condição de Membro e Presidente da Comissão citada acima, leu da tribuna o "Relatório do presidente da Comissão Parlamentar encarregada de estudar a situação dos trabalhadores da 'Light'" (VIII, 367-369) -- que na verdade é um dos mais virulentos libelos contra o movimento grevista, dentre os muitos proferidos durante a Constituinte --, qualificando a greve da "Light" de "criminosa" (VIII, 367), sem meias palavras.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 1087, assegurando o ingresso de qualquer cidadão sem distinção de cor, nas carreiras diplomáticas, militares e civis; e a de Nº 3454, incluindo os empregados de todas as autarquias na carreira do funcionalismo público.

---

## • EUCLIDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 12/11/1883, Rio de Janeiro-RJ. FALEC: 16/12/1963.
PROFS: Militar e Empresário.

**2) CPr:** Estudou na Escola Militar da Praia Vermelha (1904). Segundo-Tenente (1908). Formado pela Escola Militar de Artilharia e Engenharia do Realengo (1910). Estagiou em um Regimento de Cavalaria do Exército Alemão sediado em Ohlau, antiga Prússia Oriental, onde entrou em contato com a Doutrina Militar Alemã (1911-1912). Primeiro-Tenente (1912). Instrutor da Escola Militar do Realengo e Adjunto do Estado Maior do Exército (1915-1918). Capitão (1919). Major (1922). Tenente-Coronel (1924). Comandante do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (1926-1927). Coronel (1927). Opondo-se à Revolução de 30, afastou-se do Exército, voltando ao Serviço Ativo somente em 1946 no posto de General-de-Brigada, passando no mesmo ano para a Reserva como General-de-Divisão (1946). Anteriormente, no contexto da redemocratização, após ser anistiado, tornara-se Membro do Conselho Deliberativo da "Schering do Brasil", empresa do ramo químico e farmacêutico adquirida por Assis Chateaubriand em negociata durante a Guerra (apud. MORAIS, 1994: 436)

**3) TPol:** Durante a República Velha participou da repressão à Revolta Camponesa do Contestado (1912-1915) e da repressão aos levantes tenentistas ocorridos no Rio de Janeiro-DF (1922). Oficial de Gabinete do ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, no governo de Artur Bernardes (1922-1926). Identificando-se ideologicamente com o governo Washington Luís, opôs-se à Revolução de 30, por considerá-la uma catástrofe para a vida política nacional (1930). Opôs-se ao Governo Provisório, tendo participado de articulações no sentido de empreender um levante armado contra o mesmo (1930-1932). Um dos principais líderes militares do movimento constitucionalista ocorrido em São Paulo (1932). Derrotado o movimento, exilou-se em Lisboa e Buenos Aires (1932-1934). Retornando ao Brasil, foi candidato derrotado a Deputado Federal pela legenda do PRP/Partido Republicano Paulista (1934). Ingressou no Partido Libertador Carioca (1936). Aderiu à UDB/União Democrática Brasileira, apoiando a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, juntamente com Otávio Mangabeira e Júlio de Mesquita Filho, tomou parte nos preparativos do malogrado "putsch" integralista (1938), tendo sido detido pouco antes da deflagração do movimento; condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, permaneceu na condição de Preso Político durante todo o Estado Novo (1938-1945). Anistiado, tornou-se Presidente da UDN/DF no contexto da redemocratização (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 posicionou-se contrário à cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Juntamente com Bertoldo Klinger e outros militares, fundou a revista "Defesa Nacional" durante a República Velha (1912). No transcurso do Estado Novo, escreveu comentários sobre a II Guerra Mundial para "O Jornal" e para "O Jornal do Comércio" no Rio de Janeiro, assinando com o pseudônimo de "Um observador militar".

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na luta pela ampliação da anistia concedida aos militares punidos no pós-30 e na abordagem de questões referentes à organização das forças armadas. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se contra a vigência da Constituição de 37 e proferiu discurso justificando Indicação Nº 27 de sua autoria (rejeitada; IV, 94), que causou grande repercussão em plenário, eliminando as restrições à anistia por crimes políticos a militares e civis concedida pelo decreto-lei Nº 7474, de 1º/abril/1945, ainda na vigência da ditadura estadonovista (IV, 72-76). Crítico ferrenho do Estado Novo, no dia da posse de Vargas na Assembléia, proferiu violento libelo contra o regime, criticando vários aspectos do mesmo (XI, 234), tendo também ocupado a tribuna para defender várias propostas de sua autoria às "Disposições Transitórias" da Constituição favoráveis à concessão de anistia (XXIV, 300-306), propostas estas que foram posteriormente rejeitadas (XXV, 160-162) após parecer contrário do líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC). Além de ter efetuado diversas intervenções tópicas em debates sobre questões militares, manifestou-se favorável à autonomia do DF, e contrário à mudança da capital federal para o interior do país, tendo ainda declarado voto a favor da "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia Requerimento Nº 109 (aprovado), solicitando a "nomeação de uma comissão de parlamentares para proceder a investigações no Departamento de Segurança Pública e no extinto Tribunal de Segurança Nacional", e em cuja "justificação" são feitas várias denúncias à repressão política implementada pela ditadura estadonovista.

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos referentes à organização do aparelho militar. Destacam-se as de Nº 1163, estabelecendo regras para o pagamento dos vencimentos de militares da reserva; Nº 1631 (rejeitada; XXV, 162) regulamentando a concessão de anistia a militares e civis punidos por crimes políticos no pós-30; Nº 2852, isentando de impostos o papel importado utilizado na impressão de livros e periódicos; e a de Nº 3405, sugerindo normas gerais para a regulamentação do funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.

---

## • HERMES LIMA (ED/UDN).

**1) DPF:** NASC: 22/12/1902, Livramento do Brumado-BA. FALEC: 02/10/1978.
PROFS: Advogado, Professor Universitário, Jornalista e Escritor.

**2) CPr:** Trabalhou como Jornalista nos periódicos "O Imparcial" (1921) e no "Diário da Bahia" (1923) em Salvador-BA. Formado pela Faculdade de Direito da BA (1924). Livre-Docente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da BA (1925). Livre-Docente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco-SP (1926). Trabalhou como Jornalista no "Correio Paulistano", na "Folha da Manhã" e na "Folha da Noite" em São Paulo (1926-1933). Transferindo-se para o Rio de Janeiro, tornou-se Professor de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1934). Colaborou no jornal carioca "Diário de Notícias". A convite de Anísio Teixeira, dirigiu a Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, tendo sido afastado da mesma e encarcerado logo a seguir em virtude de suas posições políticas progressistas (1935). Perseguido politicamente durante o Estado Novo, trabalhou como Jornalista no "Correio da Manhã" e como Advogado da "Companhia Usinas de Sergipe", de propriedade de Durval Cruz, posteriormente eleito senador à Constituinte de 1946 pelo PR/SE (1937-1944). No contexto da redemocratização, após a anistia, foi readmitido na Universidade do Brasil juntamente com Leônidas Resende e outros professores perseguidos e afastados durante a ditadura estadonovista (1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual pela Concentração Republicana (1924). Secretário Particular e Oficial de Gabinete do governador baiano Góis Calmon (1925-1926). No final da década de 1920 atuou no PD/Partido Democrático em São Paulo (1926-1930). (SI sobre sua atuação política na Revolução de 30). Participou como soldado no movimento constitucionalista paulista (1932). Militou na ANL, tendo permanecido 13 meses na prisão devido a sua atuação na entidade (1935-1936). Durante o Estado Novo, em razão das perseguições políticas que sofreu, dedicou-se às atividades profissionais. No contexto da redemocratização, pela qual lutou ativamente, participou da fundação da UDN, tendo sido ainda um dos principais organizadores e fundador da ED/Esquerda Democrática (1945). Após a Constituinte-46 foi um dos fundadores do PSB/Partido Socialista Brasileiro (1947).

**4) LAM:** Militou na ANL/Aliança Nacional Libertadora, tendo colaborado regularmente no jornal "A Manhã", órgão da entidade. No contexto da redemocratização participou ativamente do I Congresso Brasileiro de Escritores (janeiro/1945), tendo sido membro da comissão encarregada de redigir a "Declaração de Princípios" ao final do evento. Foi também Membro da "Comissão Nacional pró-Anistia" (abril/1945).

**5) AIT:** Além de ter exercido intensa atividade jornalística, escreveu e publicou inúmeros trabalhos na área de Direito e Sociologia, destacando-se: "Conceito Contemporâneo de Sociologia" (tese de Livre-Docência, 1925); "Direito de Revolução" (tese de concurso, 1926); "Material para um Conceito de Direito" (tese de concurso, 1933); "INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO" (1933); "PROBLEMAS DO NOSSO TEMPO" (1935); "TOBIAS BARRETO, A ÉPOCA E O HOMEM" (1939); e "NOTAS À VIDA BRASILEIRA" (1945).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Ordem Econômica e Social" da Comissão de Constituição, tendo participado intensamente dos debates travados neste órgão. Em plenário, onde foi um dos mais destacados constituintes, combateu ativamente pela ampliação das liberdades políticas e por uma Constituição que, segundo suas próprias palavras, servisse como um "instrumento à eliminação das condições miseráveis em que vive o povo brasileiro" (VI, 208). Coerente com essa diretriz mais geral, ocupou a tribuna diversas vezes para defender suas posições reformistas avançadas e os princípios democráticos; assim, proferiu discursos denunciando a presença do embaixador do governo Salazarista, Teotônio Pereira, no Brasil (II, 31-33); protestando veementemente, em nome da Esquerda Democrática, contra o decreto-lei governamental proibindo o direito de greve (IV, 62); defendendo a autonomia político-administrativa do DF (V, 240); discorrendo longamente sobre a "Situação social do povo brasileiro" (VI, 205-212 e 281-289), onde preconizou, dentre várias outras medidas, a necessidade de realização de uma reforma agrária e da ampliação do mercado interno para a elevação da qualidade de vida da população brasileira e para a consolidação do regime democrático no país; expressando posição vacilante e ambígua no tocante à dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB (X, 189), tendo ainda realizado pronunciamento de "Crítica ao Projeto da Constituição" (XII, 255-261) no qual analisou longamente o projeto constitucional, censurando o mesmo, dentre outras coisas, por não proporcionar instrumentos suficientes para promover a intervenção do Estado no domínio econômico e por não consagrar de maneira suficientemente clara o princípio da nacionalização das principais atividades econômicas (XII, 255-261).

Na condição de membro da Subcomissão "Ordem Econômica e Social", ocupou a tribuna incontáveis vezes para emitir inúmeros pareceres a destaques solicitados por outros constituintes

quando da votação do Projeto Revisto em plenário, posicionando-se, nestes pareceres, favoravelmente ao direito do Estado de monopolizar determinado ramo ou setor industrial, a um maior controle sobre a entrada de capital estrangeiro na economia nacional, à adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público, tendo ainda dado parecer favorável à emenda de Prestes (PCB/DF) determinando a nacionalização progressiva dos bancos e das empresas de seguro e capitalização afirmando em seu parecer que "... não é possível desarmar o Estado, nesta altura da vida contemporânea e da transformação social que estamos presenciando, do poder de intervir, de nacionalizar ou de monopolizar" (XXIII, 185). Além disso, participou de vários outros debates travados em plenário, nos quais manifestou-se a favor do divórcio, do sistema de governo presidencialista, da unicidade sindical, da ampla liberdade de culto e de crença, dos direitos de asilo e de greve, da necessidade de planificação da economia brasileira, e veementemente contrário à consagração do princípio da censura prévia a periódicos no texto constitucional e à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil.

Apresentou 28 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 621-A, contrária à indissolubilidade do vínculo matrimonial; Nº 648, centralizando nas mãos da União a prerrogativa de conceder linhas telefônicas e retirando dos municípios tal competência; Nº 2245, dando à União competência privativa para estabelecer diretrizes nacionais de política educacional em todos os seus graus e ramos; Nº 2539, condicionando à aprovação pelo Senado a nomeação de ministros de Estado que não tivessem assento no Congresso Nacional; Nº 2573, dando ao Supremo Tribunal Federal competência para apreciar a constitucionalidade da lei que decretar ou prorrogar o Estado de Sítio; Nº 3133, secularizando os cemitérios municipais; Nº 3134 (rejeitada; XXIII, 334) contrária á obrigatoriedade do ensino religioso e determinando a laicidade do ensino nas escolas públicas; Nº 3156, eliminando dispositivo que protegia o texto constitucional "contra qualquer propaganda ou processo tendente a suprimi-lo ou a instaurar regime incompatível com a sua existência"; Nº 3221, reconhecendo o direito de greve e transferindo para "legislação ordinária" a sua regulamentação; e a de Nº 3224, condicionando a nacionalização dos meios de produção à justa indenização em dinheiro. Além disso, apresentou destaque (rejeitado; XXV, 13) às "Disposições Transitórias" determinando o parcelamento por 25 anos do pagamento das indenizações em caso de desapropriação por interesse social.

Hermes Lima narrou alguns aspectos de sua atuação constituinte no capítulo *"A Constituição de 1946"* (pp. 155-171), de seu livro de memórias *"Travessia"* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1976).

---

• **JURANDIR** DE CASTRO **PIRES** FERREIRA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 22/02/1900, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 04/05/1982.
Filho de Joaquim Pires Ferreira, deputado federal pelo Piauí na República Velha por várias legislaturas e senador pelo mesmo Estado após a Constituinte de 1946 (1947).
PROFS: Engenheiro e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (SD), após o que exerceu a profissão de Engenheiro nos Estados do Piauí e RJ. Diretor da Estrada de Ferro Petrolina-Teresina. Engenheiro e Diretor Comercial da Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi também Professor de Urbanismo e Arquitetura na Escola de Engenharia da Universidade do Brasil (SD).

**3) TPol:** Após a Revolução de 30 exilou-se em Lisboa/Portugal. Durante o Estado Novo foi Chefe de Gabinete do ministro da Viação, João Mendonça de Lima, tendo participado do processo de elaboração

de normas para a feitura dos estatutos da Companhia Siderúrgica Nacional; Presidente da Comissão de Coordenação de Transportes (1937-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Nacional Provisória da Esquerda Democrática (1945). Após a Constituinte-46 abandonou a UDN, filiando-se ao PSD (1946). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Presidente da Confederação das Associações de Engenheiros Ferroviários do Brasil. Participou do I Congresso Brasileiro de Economia (1943) e de vários outros encontros sobre economia.

**5) AIT:** Colaborou em vários periódicos na imprensa carioca e em revistas de engenharia tendo ainda publicado "ABAIXO AS MÁSCARAS" (1931).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Autodefinindo-se como "saint-simoniano", foi um dos mais assíduos parlamentares na tribuna Constituinte onde efetuou incontáveis pronunciamentos, ocupando-a seguidas vezes para manifestar-se sobre os mais variados assuntos, tendo concentrado sua atuação na defesa da instituição do "Poder Econômico" como complemento aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e na propugnação do imposto progressivo de herança como meio de transformação da sociedade capitalista em socialista. Assim, ocupou a tribuna para proferir ecléticos e palavrosos discursos (III, 303-307; V, 277-281; VII, 48-53; IX, 279-287 e 347-354; XI, 460-467; XVII, 217-220; XX, 176; XXI, 73-77 etc., etc.) abordando vários aspectos da política econômico-financeira governamental e justificando propostas contidas em suas emendas, Indicações e Requerimentos sobre os assuntos abordados, mormente sobre temas econômicos e financeiros. Não utilizou-se de seus incontáveis pronunciamentos, no entanto, para defender de maneira clara seus pontos de vista, tendo se manifestado contra a adoção do princípio do custo histórico para a avaliação do capital das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação, e a favor da capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e da denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil.

Juntamente com Paulo Nogueira Filho (UDN/SP), apresentou 160 emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido o primeiro signatário de 122 delas. Destacam-se as de Nº 642 (rejeitada; XXV, 200), efetivando professores interinos no serviço público; Nº 3704 (rejeitada; XXI, 149), instituindo os poderes "Econômico" e "Financeiro", ao lado dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Nº 3710 (aprovada; XXII, 61), determinando a necessidade de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional para o caso de prisão ou processo criminal contra os parlamentares; Nº 3721 (rejeitada; XXII, 119), estipulando a classificação das leis em constitucionais, orgânicas, orçamentárias e ordinárias; Nº 3729, favorável ao mandato presidencial de 04 anos; Nº 3768, acrescentando todo um capítulo "Do Poder Econômico" ao texto constitucional; Nº 3790 (rejeitada; XXI, 411), visando a implantação do "socialismo" através da criação de "um imposto progressivo e em espécie sobre a herança de bens de produção"; Nº 3804 (rejeitada; XXIII, 435), contrária à assistência religiosa gratuita às forças armadas em tempo de paz; Nº 3812 (rejeitada; XXIII, 105), contrária à faculdade do Estado de monopolizar, mediante lei especial, determinada indústria ou atividade; Nº 3815 (rejeitada; XXIII, 66), sujeitando à concessão federal o aproveitamento das minas, quedas d'água e demais riquezas do subsolo; Nº 3822 (rejeitada; XXIII, 137), proibindo as diferenças de salário por motivo de idade, sexo e nacionalidade; e a de Nº 3846 (aprovada; XXIV, 44), estipulando que "Os inativos do serviço público terão suas pensões reajustadas toda vez que a oscilação do poder aquisitivo da moeda forçar um novo padrão de vencimentos para os servidores em exercício".

## C) BANCADA DO PCB/DF.

O DF foi a unidade da federação onde o PCB obteve seu melhor desempenho eleitoral, elegendo 04 constituintes (01 senador e 03 deputados) de um total de 19. A bancada do PCB/DF era composta por **Luís Carlos Prestes**, único senador eleito pelo partido, preso político durante todo o Estado Novo (1936-1945) e principal liderança comunista nacional do pós-30; **Batista Neto**, operário do Arsenal de Marinha, e presidente do Comitê Metropolitano do MUT no Rio de Janeiro-DF; **João Amazonas**, que participou decisivamente da reorganização do PCB após a "Conferência da Mantiqueira" e foi um dos mais destacados dirigentes do MUT a nível nacional, tendo sido ainda o deputado federal mais votado no DF com 18.379 votos; e **Maurício Grabois**, outro destacado dirigente do PCB durante a clandestinidade estadonovista, ex-dirigente estadual do Partido na BA e o 2º deputado mais votado da bancada do DF com 15.243 votos.

### • LUÍS CARLOS PRESTES (SENADOR/PCB).

**1) DPF:** NASC: 03/01/1898, Porto Alegre-RS. FALEC: 07/03/1990.
PROF: Engenheiro Militar.

**2) CPr:** Aspirante-a-Oficial pela Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro-DF (1918). Formado em Engenharia Militar pela Escola Militar do Realengo (1919). Oficial pela Escola Militar do Realengo (1919). Segundo-Tenente do Exército (03/01/1920). Serve na 1ª Companhia Ferroviária de Deodoro-RJ (1920). Instrutor da Escola Militar do Realengo (1921). Capitão do Exército (outubro/1922). Membro da Comissão de Fiscalização da Construção de Quartéis nas cidades de Santo Ângelo, Santiago de Boqueirão e São Nicolau, na região sul do país (novembro/1922 a junho/1923). Chefe da Seção de Construção do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo-RS (1923-maio/1924). A partir de maio/1924, em licença sem vencimentos, trabalhou como Engenheiro Civil na instalação de luz elétrica em Santo Ângelo e em outras cidades da região missioneira (inauguração em setembro/1924). Durante seu exílio, trabalhou como Engenheiro na Argentina (1928 a outubro/1930), tendo construído, entre outras obras, a Avenida de la Libertad, em Santa Fé, margeando o rio Paraná. Refugiado no Uruguai, em fins de 1930, trabalhou como capataz na construção de galerias pluviais em Montevidéu, até setembro de 1931. Trabalhou como Engenheiro em Moscou, no Truste de Construção "Soiuzstrói" (1931-1933) e, posteriormente, no Instituto Agrário de Moscou/URSS (1934).

**3) TPol:** Conspirou e participou ativamente do primeiro "5 de julho" de 1922, não tendo participação direta na revolta por estar doente com tifo (1922). Juntamente com Isidoro Dias, Siqueira Campos e outros líderes tenentistas foi um dos dirigentes da Revolta Militar de 1924, tendo levantado o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo-RS (1924). Comandante da Coluna Tenentista, conhecida como Coluna Prestes que, de outubro de 1924 a 1927, percorreu o Brasil perseguida por tropas do exército brasileiro (1924-1927). Após o término da Coluna, exilou-se na Bolívia (1927-1928) e na Argentina (abril/1928-setembro/1930), onde entrou em contato com militantes comunistas de vários países. Do exílio, participou ativamente da organização da Revolução de 30 através de manifestos e entrevistas; era o "chefe militar da Revolução" nomeado pelos "tenentes" até seu rompimento com eles em maio de 1930, com o lançamento de seu "Manifesto de Maio". Expulso da Argentina, exilou-se no Uruguai (1930-1931) e, posteriormente, na União Soviética (1931-1934). Durante sua permanência na URSS, filiou-se ao PCB (1934) e foi eleito Membro do COMITERN/Comitê Executivo da Internacional Comunista (1935). De volta ao Brasil, militou na ANL e atuou clandestinamente no trabalho de

organização do PCB (1935). Em razão de sua participação em movimentos das classes trabalhadoras e no malogrado levante organizado pelo PCB em novembro de 1935, foi preso, permanecendo na condição de Preso Político durante todo o Estado Novo (1936-1945); ainda na prisão, foi eleito Secretário Geral da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB pouco depois da II Conferência Nacional do Partido --- a "Conferência da Mantiqueira" (1944). No contexto da redemocratização, após ser anistiado, emergiu como a principal liderança comunista a nível nacional, tendo sido eleito Secretário Geral da Comissão Executiva do PCB e Membro do Comitê Nacional do Partido (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Participou de várias lutas em prol da melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras ao longo de sua trajetória. Foi líder tenentista e Presidente de Honra da ANL/Aliança Nacional Libertadora (1935).

**5) AIT:** Além de inúmeros discursos políticos, entrevistas e manifestos, publicou livros e folhetos, dentre os quais: "UNIÃO NACIONAL PARA O PROGRESSO" (1945); "ORGANIZAR O POVO PARA A DEMOCRACIA" (1945); "O PCB NA LUTA PELA PAZ E PELA DEMOCRACIA" (1946) e "PROBLEMAS ATUAIS DA DEMOCRACIA" (1947).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Também eleito deputado pelos Estados do RS, PE e DF, renunciou a esses mandatos em 04/02/1946 e optou pelo cargo de senador pelo PCB/DF (I, 21). Foi o único senador do PCB na Assembléia e uma das principais figuras da Constituinte, polarizando freqüentemente a atenção do plenário ao expor os pontos de vista dos comunistas sobre vários assuntos constitucionais e referentes à conjuntura sócio-política do momento. Concentrou sua atuação na defesa dos interesses das massas exploradas e na feitura de inúmeros pronunciamentos expondo o posicionamento da bancada pecebista sobre os temas mais candentes da conjuntura do pós-guerra, tendo ocupado a tribuna seguidas vezes para, acompanhado atentamente pelo plenário, proferir vários discursos expondo as diretrizes doutrinário-programáticas básicas que norteavam a ação de seu partido. Assim, proferiu discursos explicitando os princípios gerais de atuação do PCB na Assembléia e a postura da agremiação em relação ao governo Dutra (I, 37-42); justificando longamente suas polêmicas declarações anteriores publicadas com destaque na imprensa burguesa acerca do eventual posicionamento do PCB numa hipotética "guerra imperialista" contra a URSS (V, 31-68); comemorando o primeiro aniversário do término da II Guerra Mundial e expondo os pontos de vista do PCB sobre a conjuntura política internacional (VIII, 314-332); realizando um longo balanço sobre o 1º aniversário de vida legal do PCB, a 23/05/46 (X, 91-110), no qual preconizou a necessidade de uma reforma agrária para consolidar a democracia no Brasil e defendeu uma Constituição que servisse como instrumento de resolução dos problemas fundamentais da Revolução democrático-burguesa no Brasil; protestando veementemente contra a permanência de tropas americanas em território brasileiro após o término da II Guerra Mundial (X, 409); justificando longamente voto contrário do PCB ao projeto constitucional e endereçando diversas críticas ao mesmo, a principal delas a de não conter dispositivos capazes de estimular uma reforma agrária no país com o fito de abolir os restos feudais no campo brasileiro (XIII, 363-390), aproveitando a ocasião para justificar várias emendas do PCB ao projeto. Também proferiu discursos expondo o parecer geral da bancada comunista aos capítulos "Da organização Federal" (XXI, 77-82) e "Do poder legislativo" (XXI, 428-434) da Constituição, pouco antes da votação do Projeto Revisto em plenário; criticando o sistema de governo presidencialista e declarando apoio à emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o parlamentarismo (XXII, 140-144), tendo ainda efetuado diversos

outros pronunciamentos defendendo propostas e emendas (a maior parte delas rejeitadas) da bancada pecebista quando da votação do Projeto Revisto em plenário.

Na condição de principal liderança do PCB na Constituinte, foi o 1º signatário de inúmeras declarações de voto explicitando o posicionamento do Partido sobre várias questões debatidas em plenário; assim, votou a favor do parlamentarismo, da ruptura de relações diplomáticas com as ditaduras de Franco e Salazar, do direito de voto aos soldados, marinheiros e analfabetos, da nacionalização dos bancos, dos serviços públicos e das empresas que ocupassem postos estratégicos na economia, da eleição dos juizes e da subordinação do judiciário ao Congresso Nacional, do mandato de 02 anos para deputados, 04 para presidente e 06 para senadores, da autonomia político-administrativa do DF e da eleição direta para prefeito das capitais estaduais, do sistema eleitoral proporcional, da criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional, da proibição da imigração japonesa, do sistema unicameral com a correspondente extinção do senado federal, e da realização de plebiscito para a aprovação da Constituição. Também declarou voto contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945, contra a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional, a necessidade de indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social, a isenção de impostos para empresas concessionárias de serviços públicos, o "estado de sítio preventivo", e a proibição de um candidato inscrever-se às eleições por mais de um Estado. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia incontáveis Requerimentos e Indicações, a maior parte deles apoiando reivindicações do movimento popular ou protestando contra violências e arbitrariedades perpetradas pela polícia contra o mesmo; dentre as Indicações, destacam-se as de Nº 25 (rejeitada; II, 376), determinando a imediata revogação da Constituição de 1937; e a de Nº 29 (rejeitada; IV, 255) propondo a desaprovação, pela Constituinte, de decreto-lei baixado pelo governo Dutra proibindo o direito de greve; no tocante aos Requerimentos, destacam-se os de Nº 69, solicitando a revogação do decreto que prorrogou arbitrariamente por um ano o mandato das diretorias sindicais pelegas e o de Nº 75, solicitando ao "Executivo" informações sobre a presença de agentes da polícia política nas Assembléias sindicais (V, 311), os quais são apenas uma parca amostra de sua atuação em prol dos interesses das massas trabalhadoras no seio da Constituinte.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2280 (rejeitada; XXI, 294) instaurando a Assembléia Nacional eleita pelo povo como Poder Supremo da Nação, ao qual se subordinariam os demais ramos do aparelho de Estado; Nº 2397, favorável a adoção do critério da representação proporcional para a fixação do número de membros do legislativo; Nº 2408 (prejudicada; XXIV, 363), reduzindo de 08 para seis anos o mandato dos senadores; Nº 3098 (rejeitada; XXII, 410), condicionando o direito de propriedade ao interesse e ao bem-estar social e em cuja justificativa se afirma que "limitar o direito de propriedade com um dispositivo que não dê margem a interpretações dúbias, é condição essencial para as bases de um regime verdadeiramente democrático" (XVI, 93); Nº 3258 (rejeitada; XXIII, 298), facultando ao Estado a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras não aproveitadas situadas nas zonas de maior densidade demográfica e/ou beneficiadas por obras públicas; Nº 3259, eliminando o "aspecto chovinista" do projeto primitivo no tocante à exploração de jazidas minerais por capitais estrangeiros, e em cuja "justificativa" se afirma que "As empresas estrangeiras que têm concessões no país não constituem perigo para a Nação pelo fato de serem empresas estrangeiras, mas por serem empresas imperialistas, que entravam o progresso nacional e drenam para o exterior os lucros obtidos com a exploração do povo, constituindo uma ameaça permanente à nossa soberania, uma vez que a qualquer momento, desde que se julguem lesadas nos seus interesses, podem pedir a intervenção dos seus governos" (XVI, 94); Nº 3260 (rejeitada; XXIII, 189) determinando a reinversão em território nacional dos lucros líquidos obtidos pelas empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos; Nº 3261, recomendando a nacionalização progressiva dos bancos e das empresas de seguros e capitalização; Nº 3262, condicionando o direito de propriedade

e seu uso ao bem-estar social; e a de Nº 3383, suprimindo dispositivo que recomendava a formação de blocos regionais em política exterior.

---

• JOAQUIM **BATISTA NETO** (PCB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 23/04/1906, Fortaleza-CE.
PROFS: Operário e Marinheiro.

**2) CPr:** Trabalhou inicialmente como Marinheiro (1922-1928). Expulso da Marinha por ter se recusado a cumprir ordens de um oficial, trabalhou como Empilhador de Sacos no Moinho Fluminense, no Rio de Janeiro-DF (1928-1938). Operário do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras-DF (1938-1945).

**3) TPol:** Ingressou no PCB (1931). Delegado da Zona Portuária no Congresso Sindical realizado na Sede do Sindicato dos Caldeireiros de Ferro em Niterói (1933). Participou do Congresso Nacional Antiguerra (1934). Durante o Estado Novo, atuou clandestinamente no Arsenal de Marinha, tendo sido o Secretário da Célula Comunista "Luis Carlos Prestes" organizada nesta empresa paraestatal (1938-1945); Presidente do Comitê Metropolitano do PCB no RJ (1944). No contexto da redemocratização foi um dos principais organizadores e dirigentes do MUT/Movimento Unificador dos Trabalhadores (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Além da intensa militância legal e clandestina em diversos movimentos populares, participou ativamente do esforço de guerra do Brasil (1943-1944). Foi também Presidente da "Sociedade de Defesa dos Trabalhadores do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras" durante o Estado Novo (1943-1945).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, no lugar de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), que renunciou ao cargo para assumir a cadeira de senador pelo PCB/DF. Foi Membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da "Light". Concentrou sua atuação na defesa dos interesses da classe operária em geral, e dos trabalhadores do Arsenal de Marinha, da Central do Brasil e da empresa canadense "Light & Power" em particular, ocupando a tribuna várias ocasiões para denunciar as más condições de vida e apoiar as mais variadas reivindicações destas categorias de trabalhadores. Logo no início dos trabalhos constituintes, tomou a palavra para justificar Requerimento de urgência da bancada comunista (rejeitado; II, 361) censurando veementemente a medida do governo Dutra de proibir comícios e reuniões em recintos fechados, tendo ocupado a tribuna logo a seguir para defender Indicação do PCB (também rejeitada) determinando a imediata revogação da Carta de 37 (II, 379). Também ocupou a tribuna para proferir discursos apoiando reivindicações dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil (IX, 92); reivindicando a soltura de trabalhadores da "Light" e do porto de Santos, encarcerados em virtude de terem participado de greves (XVIII, 223); e posicionando-se veementemente contra os boatos de "privatização" da Estrada de Ferro Central do Brasil (XXIV, 163). Além disso, manifestou-se várias vezes contra arbitrariedades e violências policiais perpetradas contra o movimento

popular, e foi favorável à unicidade sindical, à participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas, aos mandados de 02, 04 e 06 anos para deputados, presidente da República e senadores, respectivamente, e à convocação de novas eleições para a Câmara dos Deputados 90 dias após a promulgação da nova Constituição.

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição: as de Nº 2219, proibindo a concessão a capitais estrangeiros, pela União, da exploração de serviços nos ramos de telégrafos, radiocomunicação e de navegação aérea; Nº 2400, transferindo do Senado para a Câmara a competência para autorizar a intervenção federal nos Estados; Nº 2693, favorável à eleição dos membros dos Tribunais de Justiça pelos legislativos estaduais; Nº 2892, dando à União competência exclusiva para taxar os capitais das empresas e sociedades anônimas cujos lucros atingissem mais de 10% sobre o capital investido; Nº 3374, determinando a participação dos trabalhadores na gestão das firmas, a fim de fiscalizar a destinação da parcela do lucro a que tinham direito por dispositivo constitucional; Nº 3375, proibindo o trabalho a menores de 14 anos e o trabalho noturno e em indústrias insalubres a menores de 18 anos; Nº 3377 (aprovada; XXIII, 106) incluindo dispositivo estipulando que "O trabalho noturno será remunerado com salário superior ao diurno"; e a de Nº 3376, regulamentando o repouso semanal remunerado dos trabalhadores.

---

## • JOÃO AMAZONAS DE SOUZA PEDROSO (PCB).

**1) DPF:** NASC: 01/01/1912, Belém-PA.
PROFS: Contador e Desenhista Técnico.

**2) CPr:** Trabalhou como Contador e Desenhista Técnico no PA.

**3) TPol:** Participou da Revolução de 30 na região Norte do país (1930). Por intermédio de sua militância na ANL/Aliança Nacional Libertadora ingressou no PCB, tornando-se Membro do Comitê Estadual do Partido (1935). Dirigente da ANL no PA, foi preso durante dois meses em virtude de sua atuação na entidade (1935). Após sair da prisão, tornou-se Diretor da União Geral dos Sindicatos Proletários do PA (1936). Durante o Estado Novo, militou clandestinamente no movimento sindical, tendo sido o responsável pela organização de vários sindicatos; devido a essa atuação foi preso em diversas ocasiões (1936-1940); após fugir da prisão deslocou-se clandestinamente para o Rio de Janeiro onde participou ativamente do trabalho de reorganização do PCB (1941-1942); após fugir da prisão deslocou-se clandestinamente para o Rio de Janeiro onde participou ativamente do trabalho de reorganização do PCB (1941-1942); trabalhou na reorganização clandestina do Partido em Belo Horizonte-MG e nos Estados do RS, SC e PR, e foi Membro da Comissão Executiva da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB encarregada da organização da "Conferência da Mantiqueira" (1943), na qual foi eleito Secretário do Trabalho Sindical e de Massas do PCB (1943-1945). No contexto da redemocratização destacou-se como um dos principais dirigentes do PCB na área sindical, tornando-se Membro da Comissão Executiva do Comitê Nacional do PCB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Atuou primordialmente no movimento sindical, tendo sido fundador de vários sindicatos, inclusive durante a fase mais repressiva do Estado Novo. No contexto da redemocratização tornou-se um dos principais Dirigentes Nacionais do MUT/Movimento Unificador dos Trabalhadores (1945-1946). Representante do MUT no Congresso de Fundação da CGTB/Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, entidade que seria empastelada pouco depois pelo governo Dutra (1946).

**5) AIT:** Além de exercer intensa atividade jornalística, propagandística e organizacional no PCB, publicou: "PELO FORTALECIMENTO E UNIDADE SINDICAL" (1946) e "EM DEFESA DOS MANDATOS DO POVO E PELA RENÚNCIA DO DITADOR" (juntamente com Carlos Marighela e Mauricio Grabois, 1947).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light. Um dos mais combativos e atuantes constituintes na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, concentrou sua atuação na defesa em plenário das propostas de seu Partido no tocante à questão sindical, ao problema do funcionalismo público e à organização da Justiça do Trabalho. Logo no início dos trabalhos constituintes, ainda nas sessões preparatórias à instalação da Assembléia, tomou a palavra para protestar veementemente contra a presença do ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, no recinto da Constituinte, convidando o ministro a retirar-se imediatamente do palácio Tiradentes e defendendo proposta da bancada comunista para que a direção dos trabalhos de instalação da Assembléia passasse para o constituinte mais idoso presente em plenário (I, 10). Também ocupou a tribuna para proferir discursos apoiando a greve dos bancários e justificando Requerimento de urgência sobre o assunto (I, 118); protestando veementemente contra a proibição de comícios e Assembléias sindicais pelo governo (III, 249); denunciando articulações para empastelar o MUT (III, 265); protestando diversas vezes contra violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular pela polícia política do DF (VII, 448-458; VIII, 82; XI, 141; XX, 134; XXII, 192; XXIV, 151, etc.); justificando várias emendas de seu partido ao título "Ordem Econômica e Social" do projeto constitucional (IX, 09-18), no qual defendeu a liberdade e autonomia sindicais, a jornada de trabalho de 08 horas diárias, a Justiça do Trabalho paritária e procurou demonstrar a mistificação do dispositivo que determinava a "participação" dos trabalhadores nos lucros das empresas sem assegurar o direito dos trabalhadores na gestão das mesmas. Tomou a palavra ainda para efetuar pronunciamentos protestando veementemente contra a intervenção no sindicato dos bancários feita pelo ministério do Trabalho (XIX, 148-153); expondo o parecer geral da bancada pecebista ao título "Ordem Econômica e Social" do projeto constitucional (XXIII, 56-59) e justificando diversas propostas da bancada comunista ao mesmo, tendo ainda ocupado a tribuna para defender várias emendas propostas pela bancada comunista quando da votação do Projeto Revisto em plenário.

Além disso, manifestou-se a favor do sistema de governo parlamentarista, do reconhecimento absoluto e irrestrito do direito de greve, do direito de voto aos soldados, marinheiros e analfabetos, da reforma agrária, da nacionalização das empresas de serviços públicos e da adoção do critério do custo histórico para a avaliação do capital das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação, e da realização de eleições diretas para prefeito do DF, tendo ainda declarado voto contra a vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, e o "estado de sítio preventivo".

Apresentou 17 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2654 (rejeitada; XXII, 243) determinando a disseminação das Juntas de Conciliação e Julgamento por todo o território nacional; Nº 2660, favorável à Justiça do Trabalho paritária; Nº 3187, garantindo a liberdade e autonomia sindicais e suprimindo dispositivo que transferia para "lei ordinária" sua regulamentação; Nº 3192 (rejeitada; XXIII, 207), determinando a participação obrigatória dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas; Nº 3193, estabelecendo a jornada de trabalho máxima de oito horas diárias; Nº 3195 (aprovada; XXIII, 106) acrescentando "Higiene e Segurança do Trabalho" ao elenco de recomendações a serem observadas pela legislação do trabalho em suas medidas que visassem "melhorar as condições de vida dos trabalhadores"; Nº 3197, reconhecendo sem restrições o direito de

greve e em cuja "justificativa" se afirma que "O direito de greve é um dos direitos fundamentais do homem e por isso não pode admitir limitações que na prática possam torná-lo insubsistente. Não se pode admitir as restrições do Projeto pois levariam fatalmente à eliminação do direito de greve" (XVI, 72), e as de Nº 3471, 3475, 3746 e 3477, regulamentando vários aspectos da carreira do funcionalismo público.

---

## • MAURÍCIO GRABOIS (PCB).

**1) DPF:** NASC: 02/10/1912, Salvador-BA. FALEC: dezembro/1973.
PROF: Jornalista.

**2) CPr:** Ingressou na Escola Militar (1931), tendo sido expulso da mesma em virtude de sua militância política (1933). Após ter sido expulso, dedicou-se às atividades políticas. Durante o Estado Novo trabalhou por um breve período na empresa de aviação Panair (SD).

**3) TPol:** Ingressou na Juventude Comunista e no PCB, dedicando-se à organização do Partido nas forças armadas durante seu curso na Escola Militar (1932-1933). Encarregado do Setor Nacional de Agitação e Propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil (1934). Militou na ANL (1935). Durante o Estado Novo, atuou na clandestinidade; Preso Político (1941-1942), após ser solto foi um dos mais destacados articuladores da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB, tendo participado e sido um dos principais organizadores da II Conferência Nacional do PCB (a "Conferência da Mantiqueira"), onde foram traçadas as diretrizes básicas da linha política a ser seguida pela Partido no transcurso da Guerra (1943); Membro da Comissão Executiva da CNOP (1943); Secretário Nacional de Divulgação, e Secretário Nacional dos Setores de Massa e Eleitoral do PCB (1943-1945); no final do regime estadonovista foi novamente preso em decorrência da onda repressiva desencadeada por ordens do chefe de polícia do DF, Coriolano de Góis (dezembro/1944). No contexto da redemocratização tornou-se Diretor do jornal "A Classe Operária", órgão do PCB (1945). 1ª Legislatura. Eleito Membro Efetivo do Comitê Central e da Comissão Executiva do PCB durante a III Conferência Nacional do Partido (1946).

**4) LAM:** Participou ativamente do movimento em prol da entrada do Brasil na guerra e ao envio de uma força expedicionária brasileira para a Europa (1942-1943). No contexto da crise da ditadura estadonovista foi um dos signatários do "Manifesto das Esquerdas" (15/março/1945), defendendo a união nacional e a ampliação das liberdades políticas

**5) AIT:** Além de ter colaborado em periódicos comunistas, foi um dos fundadores e Diretor da Editora Horizonte do PCB (1944-1945) tendo ainda publicado: "LEVEMOS ÀS MASSAS NOSSA LINHA POLÍTICA" (1945) e "EM DEFESA DOS MANDATOS DO POVO E PELA RENÚNCIA DO DITADOR" (juntamente com João Amazonas e Carlos Marighela, 1947).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Líder da Bancada do PCB na Assembléia Constituinte de 1946 e Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Logo no início dos trabalhos de elaboração constitucional, foi o primeiro Constituinte a usar da palavra, ainda na 1ª Sessão Preparatória de Instalação da Assembléia para, em nome da bancada do PCB, protestar veementemente contra o decreto-lei Nº 8708 que regulamentou a convocação da Constituinte, e para apresentar um "Projeto de

normas regimentais dos trabalhos iniciais da Assembléia Constituinte" proposto por seu partido (I, 04-05). Ainda na etapa inicial dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para encaminhar votação de Requerimento Nº 25 da bancada comunista (rejeitado) determinando a imediata revogação da Constituição de 1937 (II, 371-376), para manifestar-se contrário à vigência da Carta de 37 e favorável à concessão de poderes de legislação ordinária à Assembléia, e para justificar com veemência (III, 74-79) emenda de sua autoria ao Regimento Interno (rejeitada; III, 173) proibindo os deputados e senadores constituintes de serem advogados de grandes empresas nacionais ou estrangeiras ligadas a "trusts" ou monopólios durante o exercício de seus mandatos. Concentrando sua atuação na abordagem de questões referentes à autonomia dos municípios, na condição de líder da bancada comunista na Constituinte ocupou a tribuna para posicionar-se sobre vários outros assuntos debatidos em plenário; assim, proferiu discursos justificando moção apresentada pelo PCB protestando contra o fuzilamento de republicanos espanhóis pela ditadura franquista (III, 188-193); declarando voto a favor da Indicação Nº 27 de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo; denunciando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca em comemoração ao primeiro aniversário da agremiação (X, 182); protestando contra violências e torturas impingidas a trabalhadores da "Light" em greve (XI, 281); denunciando longamente e dando os nomes de grevistas da "Light" presos e torturados pela polícia do DF (XV, 9-15); expondo os pontos de vista do PCB no tocante à autonomia municipal e criticando o projeto constitucional por só conceder autonomia aos municípios onde predominavam o latifúndio e o "coronel" do interior (XVII, 11-16); e protestando contra a apreensão do diário comunista "Tribuna Popular" pela polícia política do DF (XIX, 178).

Também ocupou a tribuna para justificar Requerimento Nº 224, solicitando informações sobre os motivos da propaganda oficial feita pelo DNI/Departamento Nacional de Imprensa contra a Rússia, e para declarar voto contra a moção de congratulações (aprovada) ao governo norte-americano pelo êxito da experiência da bomba atômica (XX, 152), tendo ainda se manifestado a favor da autonomia do DF, do mandato presidencial de 04 anos, das eleições diretas para prefeitos nas capitais dos Estados e nos Municípios onde se situassem estâncias hidrominerais, da dissolução das polícias políticas, da concessão de estabilidade aos funcionários públicos ex-combatentes da FEB, da convocação de novas eleições para a Câmara Federal após o término dos trabalhos constituintes, e contra a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição

Apresentou 17 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2332 (rejeitada; XXII, 115), estendendo ao suplente imediato de deputado ou senador as imunidades parlamentares usufruídas pelo titular; Nº 2352, proibindo os parlamentares de aceitarem comissões ou empregos remunerados de trustes ou monopólios privados; Nº 2448, eliminando o cargo de vice-presidente da República; Nº 2507, favorável à autonomia do DF e retirando a competência do presidente da República para nomear e demitir o prefeito do DF; Nº 2819 (rejeitada; XXIV, 427), estipulando que "O Distrito Federal será administrado por um prefeito e uma Câmara, eleitos pelo povo, cabendo à última poderes legislativos" (XV, 342); Nº 2832, suprimindo dispositivo que proibia eleições diretas para prefeitos das capitais dos Estados, e nos municípios onde se situassem bases militares e estâncias hidrominerais; Nº 3143 (aprovada; XXIII, 30) proibindo a extradição de estrangeiros casados com brasileiros ou que tivessem filhos brasileiros natos; Nº 3370, proibindo a formação de trustes, cartéis e monopólios, ou "ajustes de qualquer organização, sejam de que natureza forem, para dominar os mercados internos, eliminar concorrentes e explorar os consumidores pelos preços ou qualquer outra forma de opressão" (XVI, 135); Nº 3371, favorável à nacionalização dos trustes e monopólios estrangeiros que ameaçassem a independência nacional; e a de Nº 3498, condicionando a prorrogação do estado de sítio pelo presidente da República à aquiescência prévia da Comissão Permanente do Congresso Nacional, no caso deste estar em recesso.

## D) BANCADA DO PSD/DF.

O DF foi a unidade da federação onde o PSD obteve seu pior resultado eleitoral, elegendo dois parlamentares (**Jonas Correia** e **José Romero**) sem grande expressão política a nível nacional.

### • JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 21/09/1903, Parnaíba-PI. FALEC: SI.
PROFS: Militar, Professor, Jornalista e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Ingressou na Escola Militar do Realengo-DF (1920). Afastado do Exército por sua participação no movimento tenentista (1922). Funcionário do Banco do Brasil (1924). Formado pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade (1930). Perito-Contador do Banco do Brasil (1930). Anistiado após a Revolução de 30, foi promovido a 1º Tenente (1930). Capitão (1933). Professor de Contabilidade na Escola de Intendência do Exército (1933). Adjunto do Serviço de Engenharia da 8ª Região Militar em Belém-PA (1934-1936). Formado pela Faculdade de Direito do RJ (1936). Durante o Estado Novo tornou-se Major (1938); Tenente-Coronel (1939); Professor da Escola Militar do Realengo (1939); Chefe da Comissão Especial de Compras da Secretaria Geral de Educação e Cultura do DF (1942). Foi também Membro Relator da Comissão encarregada pela Ministério da Educação e Saúde de emitir parecer sobre o vocabulário da língua nacional (SD).

**3) TPol:** Participou da Revolta Tenentista de 1922 no Rio de Janeiro, sendo por isso afastado do exército (1922). Durante a década de 30 e o Estado Novo ocupou inúmeros cargos no 2º escalão da burocracia e participou de várias comissões técnicas, mormente na área educacional. No contexto da redemocratização tornou-se Diretor de Legislação da Comissão Executiva do PSD (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Sócio-Fundador do Sindicato dos Bancários (1930) e pertenceu a inúmeras associações culturais.

**5) AIT:** Colaborou em jornais no RJ e publicou diversas obras sobre variados assuntos, dentre as quais "UMA PRISÃO DE FLORIANO" (SD); "O ESPÍRITO DE CAXIAS" (SD); e "ANTOLOGIA GINASIAL" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na defesa da autonomia político-administrativa do Distrito Federal, tendo efetuado pronunciamentos favoráveis à eleição direta do prefeito e da Assembléia Legislativa pelos habitantes do DF, e participado dos debates travados no recinto Constituinte sobre o assunto.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 397, sugerindo nova redação ao dispositivo que regulamentava o exercício das profissões liberais em território nacional; a de Nº 2774, determinando a efetivação dos extranumerários no funcionalismo público e acompanhada de uma gigantesca "justificação" contendo extratos do inquérito realizado pela revista "Diretrizes" sobre a situação dessa categoria de trabalhadores (XVI, 311-330); e a de Nº 2776, reconhecendo aos

aposentados não inscritos como segurados do IPASE o direito de inscreverem-se como contribuintes do montepio civil. Além disso foi co-signatário de várias emendas apresentadas por seu companheiro de bancada José Romero (PSD/DF).

---

• **JOSÉ** DE LIMA FONTES **ROMERO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/10/1913, Rio de Janeiro-DF. FALEC: SI.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1937). Durante o Estado Novo foi um dos fundadores e Diretor-Técnico da Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora da Penha (1937-1945).

**3) TPol:** No transcurso da década de 1930 foi Redator-Chefe de "O Autonomista", periódico engajado na campanha pela autonomia político-administrativa do DF e órgão oficial do Partido Autonomista (1933-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Militou no movimento pela autonomia do DF durante a década de 30.

**5) AIT:** Escreveu trabalhos técnicos e artigos de divulgação na área de medicina.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa da autonomia do DF e na abordagem de questões referentes à política local do município do Rio de Janeiro, onde se situava sua base eleitoral. Parlamentar de postura governista, logo no início dos trabalhos constituintes fez questão de ler declaração de voto contra a Indicação udenista propondo a substituição da Carta de 37 por um projeto de "normas gerais" que organizasse a vida constitucional do país, e apoiou a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, em comemoração ao primeiro aniversário da agremiação. Além dos pronunciamentos que realizou sobre política municipal, ocupou a tribuna para proferir discursos protestando contra o "Aumento do preço do pão" (II, 333), defendendo a autonomia do DF (V, 193-195; V, 228), e reivindicando "Amparo aos desempregados pela extinção do jogo" (VIII, 437), embora fizesse questão de acentuar que não discordava da medida governamental nesse sentido. Também enviou à Mesa da Assembléia diversos Requerimentos e Indicações solicitando ao "Poder Executivo" obras e serviços para o DF, tendo ainda se manifestado a favor da isenção do imposto predial urbano a jornalistas em caso da aquisição de imóveis.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas regulamentando aspectos da carreira do funcionalismo público e da organização administrativa do DF. Destacam-se as de Nº 298, assegurando o ensino gratuito "em todos os graus" aos brasileiros pobres; Nº 302, efetivando todos os funcionários interinos com mais de dois anos de serviço; e a de Nº 317 (rejeitada; XXIV, 428), favorável às eleições diretas para o governo e a Assembléia Legislativa do Distrito Federal.

---

---

## BANCADA DO ESPÍRITO SANTO.

**01) ATÍLIO VIVACQUA (SENADOR/PSD);**
**02) HENRIQUE DE NOVAIS (SENADOR/PSD);**
**03) ÁLVARO CASTELO (PSD);**
**04) ARI VIANA (PSD);**
**05) ASDRÚBAL SOARES (PSD);**
**06) CARLOS LINDEMBERG (PSD);**
**07) EURICO SALES (PSD);**
**08) VIEIRA RESENDE (PSD);**
**09) LUÍS CLÁUDIO (UDN).**

**08 PSD + 01 UDN = 09.**

### A) BANCADA DO PSD/ES.

Em termos percentuais, o Espírito Santo foi o Estado onde o PSD obteve seu melhor desempenho eleitoral, elegendo 08 constituintes (88,9%) de uma bancada de 09 parlamentares. Como demonstra Marta Zorzal e Silva em seu estudo sobre a história política espírito-santense (1995: 155-195)[1], no Espírito Santo o PSD agrupou lideranças políticas entrosadas com a interventoria de Punaro Bley (1937-1943), e antigos grupos políticos destronados do poder com a Revolução de 30 que reconquistaram espaço político durante o Estado Novo. A bancada do PSD/ES era composta por **Atílio Vivácqua**, secretário da Instrução Pública do ES na República Velha, deputado estadual constituinte (1935-1937) e Consultor Jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional durante o Estado Novo; **Henrique de Novais**, engenheiro e prefeito nomeado de Vitória (1944-1945); **Álvaro Castelo**, anteriormente prefeito de Afonso Cláudio (1945); **Ari Viana**, ex-secretário da Fazenda do ES e prefeito nomeado de Cachoeiro do Itapemirim (1943-1945); **Asdrúbal Soares**, ex-prefeito de Vitória (1930-1933) e secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do ES após a Revolução de 30 (1933); **Carlos Lindemberg**, líder patronal no ES, secretário de Agricultura (1936-1939) e presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória durante o Estado Novo (1941-1945); **Eurico Sales**, secretário da Educação e Cultura do ES durante a interventoria de Punaro Bley (1937-1943); e o advogado **Vieira de Resende.** Segundo Sérgio Miceli, "Em Sergipe, Espírito Santo e, sobretudo, em Minas Gerais, as bancadas pessedistas incorporaram herdeiros à testa de importantes clãs oligárquicos, muitos dos quais já haviam consolidado sua carreira política desde a década de 1920" (MICELI, 1986: 569).

---

[1] SILVA, Marta Zorzal e (1995). *Espírito Santo: Estado, interesses e poder.* Vitória, FCAA/SPDC, cap. III, pp. 155-195.

## • ATÍLIO VIVACQUA (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 11/10/1894, Muniz Freire-ES. FALEC: 20/01/1961.
Filho de Antônio Vivacqua, fazendeiro e comerciante.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, após o que exerceu a advocacia em Colatina-ES, Vitória e Rio de Janeiro (1917). Durante o Estado Novo tornou-se Professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, RJ (1940); Procurador da Justiça do Trabalho (1941); Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Companhia Siderúrgica Nacional (SD).

**3) TPol:** Vereador em Cachoeiro do Itapemirim-ES pelo Partido da Lavoura (1920-1924); como Presidente da Câmara, assumiu interinamente a Prefeitura da Cidade (1920-1921). Deputado Estadual durante três legislaturas seguidas pelo Partido da Lavoura (1922-1924); (1924-1927); (1927-1928). Diretor-Presidente da Empresa de Colonização Vale do Rio Doce (1924-1928). Secretário da Instrução Pública do Estado do ES (1928-1930). Secretário Interino do Interior (1930). Após a Revolução de 30 foi um dos fundadores do novo Partido da Lavoura no ES (1933). Eleito Deputado Federal à Constituinte de 1934, não tomou posse em virtude do decreto baixado pelo governo proibindo a eleição de ex-secretários de Estado (1934). Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). Durante o Estado Novo ocupou cargos burocráticos de 2º escalão e dedicou-se às atividades docentes. No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD no ES (1945). Após a Constituinte-46 abandonou o PSD, filiando-se ao PR/Partido Republicano (1946).

**4) LAM:** Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil (1933-1944). Membro da Academia de Ciências da Educação (1934). Presidente do Clube dos Advogados e Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do ES (SD).

**5) AIT:** Colaborou em jornais no ES e no Rio de Janeiro, nas revistas cariocas "Revista do Direito" e "Revista Jurisprudência", e também na "Resenha Judiciária" do ES. Além disso, publicou: "A MORAL E O DIREITO" (1916); "SEPARAÇÃO DOS CORPOS NO DIREITO BRASILEIRO" (1917); "MOTIVOS DO BRASIL MODERNO" (1917); "A ESCOLA ATIVA BRASILEIRA" (1930); "EDUCAÇÃO BRASILEIRA" (1930); "A QUESTÃO DO IMPOSTO EM ESPÉCIE SOBRE O CAFÉ" (1932); "A INAMOVIBILIDADE DA MAGISTRATURA E O HABEAS CORPUS" (1932); "A NOVA POLÍTICA DO SUBSOLO E O REGIME LEGAL DAS MINAS" (1942); "A PROPRIEDADE DA UNIÃO SOBRE AS JAZIDAS MANIFESTADAS" (tese apresentada ao Congresso Jurídico Nacional, realizado em 1943), dentre outros trabalhos.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Poder Judiciário" da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao litígio territorial entre os Estados de MG e ES, e na participação nos debates sobre a nacionalização das jazidas minerais e quedas d'água. No tocante a este último ponto, combateu em plenário a emenda de Jurandir Pires (UDN/DF) declarando serem de propriedade do Estado as quedas d'água e jazidas minerais, e defendeu uma posição mais flexível sobre o tema, que conciliasse o "interesse público" com a "iniciativa privada", tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia longo estudo sobre "O Aproveitamento das Reservas

Minerais e de Energia Hidráulica" (XXVI, 122) onde procurou justificar seu ponto de vista mais moderado em relação à questão. Também ocupou a tribuna para proferir extenso discurso sobre "A Questão dos Limites Interestaduais e o Litígio Minas-Espírito Santo" (XV, 48-68), no qual buscou fundamentar emenda da bancada capixaba favorável à adoção do laudo do Serviço Geográfico do Exército como parâmetro para a resolução da questão dos limites entre os dois Estados. Na condição de Membro da Comissão da Constituição, emitiu pareceres a várias emendas quando da votação do projeto revisto em plenário, tendo se manifestado ainda contra o unicameralismo e a favor da manutenção do Senado.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 2554, regulamentando o funcionamento do Tribunal Marítimo Administrativo.

---

## • HENRIQUE DE NOVAIS (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 16/08/1884, Cachoeiro do Itapemirim-ES. FALEC: 04/04/1950.
PROFS: Engenheiro Civil e Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro-DF (1903), após o que exerceu a profissão de Engenheiro em diversas localidades. Trabalhou no Ministério da Educação e Saúde no RJ (1903-1906). Chefe de Seção na Inspetoria de Obras Públicas em São Paulo (1907-1910). Diretor do escritório técnico da firma Sampaio Correia no RJ, onde projetou o prolongamento das linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (1910-1912). Engenheiro do Governo do Estado de São Paulo (1912). Diretor do Departamento Federal de Águas e Esgotos de Vitória-ES (1913-1916). Chefe do Serviço de Águas no Rio de Janeiro (1925-1926). Diretor da Comissão de Obras Novas do Abastecimento de águas em São Paulo (1926-1930). Durante as décadas de 1930 e 1940 trabalhou em inúmeras obras de engenharia em diversos Estados do Brasil, destacando-se seu trabalho nas obras de eletrificação e urbanização em Vitória-ES.

**3) TPol:** Prefeito de Vitória-ES (1916-1920). Durante o Estado Novo tornou-se novamente Prefeito de Vitória (1944-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Membro do Clube de Engenharia.

**5) AIT:** Ao longo de sua carreira profissional, escreveu diversos estudos técnicos e relatórios, principalmente na área de abastecimento de águas.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa da mudança da capital do Brasil para o Planalto Central e na participação nos debates sobre o dissídio territorial envolvendo os Estados de MG e ES. Parlamentar de postura governista, logo no início dos trabalhos constituintes manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, e declarou voto contra a Indicação Nº 25 da UDN propondo a nomeação de uma comissão com o objetivo de elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição estadonovista. Além disso, já perto do encerramento dos trabalhos de elaboração constitucional, ocupou a tribuna para censurar veementemente a postura do presidente da Assembléia, o senador mineiro Fernando de Melo Viana (PSD/MG), por este ter recusado de forma sumária destaque requerido por membros da bancada espiritossantense exigindo

que a Constituinte decidisse sobre a questão do litígio territorial entre Minas e Espírito Santo (XXV, 209-213).

Apresentou apenas uma emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3619, fixando área no interior do país para a futura transferência da Capital Federal e estabelecendo normas para execução, pela União, de Planos visando o aproveitamento econômico das regiões Amazônica e do Vale do São Francisco. Também apresentou destaque ao texto das "Disposições Transitórias" da Carta Constitucional (aprovado; XXV, 73), acrescentando dispositivo determinando a transferência da Capital Federal para a região central do país.

---

## • ÁLVARO CASTELO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 12/02/1896, Serra-ES. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro-DF (1923). Promotor Público no ES (1923-1935). Durante o Estado Novo foi Consultor Jurídico do Estado do ES e Chefe do Serviço Jurídico do Estado (1937-1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual, ES (1935-1937). Durante o Estado Novo foi nomeado Prefeito de Afonso Cláudio-ES (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no ES e publicou "DISCURSOS E RAZÕES DO ADVOGADO" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se no combate, não ao comunismo, mas às "formigas cortadeiras" (ou cabeçudas), e na remessa de emendas ao projeto constitucional. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos (VI, 311; XVIII, 63), nos quais reivindicou medidas de proteção ao "pequeno agricultor" e preconizou a formação de uma Junta Nacional do Combate à Saúva, a seu ver o "inimigo número um do Brasil" (VI, 312), divergindo assim da opinião da maior parte dos constituintes. Também participou dos debates sobre o litígio territorial entre MG e ES, e tomou a palavra para justificar Requerimento Nº 100 de sua bancada, do qual foi um dos signatários, denunciando veementemente a invasão do território capixaba por tropas da polícia mineira (VIII, 93).

Apresentou 22 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2215, favorável à "nacionalização do rádio" e dando à União competência privativa para explorar ou dar em concessão os serviços de radiodifusão; Nº 2739, isentando de impostos várias categorias de pequenos produtores e pequenos proprietários; Nº 3034, supressiva a dispositivo que impedia o direito de voto a soldados e sargentos; Nº 3580, proibindo a entrada no país de "elementos da raça amarela" (XVI, 203) para efeitos de residência; Nº 3684, reservando 2% da renda tributária da União para a execução de um plano de combate às formigas cortadeiras; e a de Nº 3684, favorável à adoção do laudo elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército para a demarcação da linha divisória entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

---

## • ARI DE SIQUEIRA VIANA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 25/01/1905, Cachoeiro do Itapemirim-ES. FALEC: SI.
PROFS: Contador e Funcionário Público.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Como Contador, ocupou vários cargos no funcionalismo público: foi Chefe de Contabilidade da Secretaria da Fazenda, Diretor da Receita Pública e Diretor-Geral dos Departamentos das Municipalidades e do Serviço Público do ES (SD).

**3) TPol:** Secretário da Fazenda do Estado ES (SD). Durante o Estado Novo foi nomeado Prefeito de Cachoeiro do Itapemirim-ES (1943-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na apresentação de emendas aos dispositivos referentes à elaboração e execução do orçamento, e na participação nos debates sobre o dissídio territorial entre MG e ES. Assim, ocupou a tribuna para justificar Requerimento da bancada capixaba "solicitando ao Executivo que esclareça sua atitude em face da invasão do território espiritossantense por forças policiais mineira" (VI, 77-79), tendo solicitado ainda transcrição em ata de laudo arbitral elaborado pelo Exército com o fito de dirimir a questão dos limites entre os dois Estados (VIII, 95-113).

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, todas elas regulamentando múltiplos aspectos do processo orçamentário a nível federal, estadual e municipal. Destacam-se as de Nº 1305, contendo proposta abrangente de elaboração e execução do orçamento nos vários níveis do aparelho de Estado, e regulamentando o funcionamento de um órgão especializado junto ao Executivo visando dar mais eficácia ao planejamento orçamentário, e a de Nº 1311, tratando de vários aspectos da fiscalização da execução do orçamento pelo Poder Executivo e reduzindo as prerrogativas dos Tribunais de Contas da União no tocante a tal fiscalização.

---

## • ASDRÚBAL MARTINS SOARES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 18/07/1900, Piúma-ES. FALEC: SI.
Filho do desembargador João Batista Martins Soares.
PROFS: Engenheiro e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1924). Exerceu a profissão de Engenheiro no ES até 1930, dedicando-se às atividades políticas após essa data. Durante o Estado Novo tornou-se Diretor-Proprietário de um Companhia de Serviços de Engenharia.

**3) TPol:** Prefeito de Vitória-ES (1930-1933). Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas do ES durante a gestão do interventor João Punaro Bley (1933). Chefe da Comissão de Limites do ES e Candidato derrotado ao Governo do Estado (1934-1935). Deputado Federal, PSD/ES (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Membro do Clube de Engenharia e do Instituto Histórico e Geográfico do ES.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo, tendo sido Diretor do jornal "O Estado" em Vitória-ES.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do ES, mormente ao problema do litígio territorial envolvendo este Estado e MG. Ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "A questão dos limites interestaduais e o litígio MG-ES" (XV, 101-105; XVII, 23-26), no qual denunciou e combateu pontos de vista expansionistas de parlamentares mineiros, tendo também defendido em plenário emenda da bancada capixaba (da qual foi um dos signatários) sobre o assunto. Além disso, já quase ao término dos trabalhos constituintes, tomou a palavra para defender o interventor capixaba, Aristides Campos (PSD/ES), das acusações de seu correligionário, Henrique de Novais (PSD/ES), de que o mesmo teria plagiado um trabalho de sua autoria sobre a "questão dos limites", com o agravante de tê-lo lido em solenidade oficial no ES (XXVI, 349).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido no entanto signatário de várias delas formuladas por seus companheiros de bancada.

---

• **CARLOS** FERNANDO MONTEIRO **LINDEMBERG** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 13/01/1899, Cachoeiro do Itapemirim-ES. FALEC: SI.
Neto de Henriqueta Rios de Souza, proprietária da grande fazenda "Monte Líbano" em Cachoeiro do Itapemirim; Sobrinho de Jerônimo de Souza Monteiro, deputado federal, senador e presidente do Estado do ES na República Velha (1908-1912); Sobrinho de Bernardino de Souza Monteiro, vereador, deputado estadual e presidente do ES (1916-1920).
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Comerciante e Advogado.

**2) CPr:** Administrador da Fazenda Monte Líbano, de propriedade de sua família, em Cachoeiro do Itapemirim (1919-1924). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1921). Durante as décadas de 30 e 40 dedicou-se à administração de suas propriedades no ES.

**3) TPol:** Ingressou no Partido Republicano do ES, agremiação chefiada por seu tio Jerônimo de Souza Monteiro (1922). Participou da Revolução de 30 no ES. Um dos Fundadores do PSD/Partido Social Democrático no ES (1933), agremiação pela qual elegeu-se Deputado Federal Constituinte (1933-1935). Secretário da Fazenda (1935-1937) e da Agricultura (1936) do ES durante o governo do interventor João Punaro Bley, mantendo-se no cargo de Secretário da Agricultura no início do Estado Novo (1936-1939). Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória-ES (1941-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/ES (1945). Após a Constituinte-46, elegeu-se Governador do Estado do ES (1947-1950).

**4) LAM:** Presidente da "Junta Comercial" do ES (1930-1934). Vice-Presidente da Associação Comercial do ES (1932-1933). Representou o Estado do AM no "Congresso Cafeeiro" (SD). Membro do Conselho Federal Rural do ES.

5) AIT: SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação no enfoque de questões referentes ao dissídio territorial envolvendo os Estados de MG/ES, e na reivindicação de medidas de proteção ao pequeno produtor agrícola, a seu ver prejudicado pelo excesso de tributos governamentais. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso criticando veementemente a política do IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool em relação ao Espírito Santo (V, 142-144), acusando a autarquia de favorecer os grandes produtores nordestinos em detrimento dos agricultores de outros Estados ao proibir a instalação de pequenos estabelecimentos produtores de cana e derivados. Além disso, assim como toda a bancada do PSD/ES, tomou parte nos debates sobre a "impatriótica querela vinculada a divisas do solo brasileiro" (X, 415), secundando as reiteradas críticas de parlamentares da bancada capixaba à política expansionista do governo mineiro na divisa com o ES, tendo realizado pronunciamento onde leu o parecer do general Tristão de Alencar Araripe sobre o assunto (XVII, 190-192).

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2928, isentando o pequeno lavrador do imposto territorial, e a de Nº 3679, efetivando os professores interinos não concursados com mais de 04 anos no exercício de cargos públicos.

---

## • EURICO DE AGUIAR SALES (PSD).

1) DPF: NASC: 24/08/1910, Vitória-ES. FALEC: 01/09/1959.
Sobrinho de Aristeu Borges de Aguiar, governador do ES na República Velha.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

2) CPr: Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1931), após o que especializou-se em Direito Comercial Penal, e exerceu a advocacia em Vitória-ES. Consultor Jurídico do Banco de Crédito Agrícola do ES e Professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito do mesmo Estado (1935).

3) TPol: Oficial de Gabinete do governador do ES, Aristeu Borges de Aguiar, na República Velha (1928-1930). Militou no Partido da Lavoura no transcurso da década de 1930. Durante o Estado Novo foi Secretário da Educação e Cultura do ES na interventoria do coronel João Punaro Bley (1937-1943). 1ª Legislatura.

4) LAM: Membro do Instituto dos Advogados do ES e da Associação dos Juristas.

5) AIT: SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assim como os demais membros da bancada espiritossantense, concentrou-se na abordagem do problema do litígio territorial entre MG e ES, tendo participado ativamente dos debates travados em plenário sobre o assunto. Pronunciou longos discursos enfocando "A questão de limites entre ES e Minas" (IX, 44; XVII, 270-282), onde denunciou veementemente a ocupação do território de seu Estado por tropas policiais do governo de MG, e colocou-se a favor da adoção do laudo do Serviço de Geografia do Exército como critério para a resolução do conflito. Além disso, também tomou parte nas discussões sobre o problema educacional, tendo se manifestado contrário à

emenda de Paulo Sarasate (UDN/CE) proibindo os professores catedráticos de exercerem atividades paralelas ao magistério.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 3241, condicionando a participação do trabalhador no lucro das empresas a sua assiduidade no emprego, e a de Nº 3647, determinando a contagem do tempo de serviço dos servidores públicos afastados por atos do Governo Provisório.

---

• PAULO AFONSO **VIEIRA RESENDE** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 26/02/1898, Cataguazes-MG. FALEC: SI.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do ES (1940). Segundo Gastão Pereira da Silva, Vieira de Resende exerceu a profissão de "Serventuário de Justiça" (SILVA, 1947: 166).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Publicou "O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E A AMPLITUDE DO ARTIGO 834 DO CÓDIGO CIVIL" (1938) , "VALORES TERRITORIAIS, SUA MOBILIZAÇÃO E A URGENTE NECESSIDADE DE UMA REFORMA" (1942) e "REAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO CONTRA MINAS GERAIS" (SD).

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas enviado à Mesa da Assembléia Requerimentos e Indicações tratando de assuntos de interesse das classes dominantes do Estado do Espírito Santo; dentre estes, destaca-se o Requerimento Nº 274, solicitando ao Poder Executivo o cancelamento da execução de medidas proibindo a exportação de madeiras, medidas estas prejudiciais aos exportadores e fornecedores de madeira do ES (XXV, 07).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## B) BANCADA DA UDN/ES.

A bancada da UDN/ES era composta por **Luís Cláudio**, um dos dois sacerdotes udenistas eleitos para a Constituinte (o outro era Tomás Fontes, da UDN/SC).

### • LUÍS CLÁUDIO DE FREITAS ROSA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 07/09/1882, Serra-ES. FALEC: 02/02/1956.
PROFS: Sacerdote (Padre Católico) e Professor.

**2) CPr:** Ordenou-se Padre no Seminário de Mariana-MG. Professor da Escola Normal em Vitória-ES (SD),

**3) TPol:** Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal em Serra-ES (SD).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas efetuou intervenções tópicas em debates sobre assuntos religiosos e sobre a invasão do território do ES por forças policiais mineiras. De acordo com o testemunho de Gastão Pereira da Silva, Luís Cláudio "Não tomou parte direta nos debates, nem mesmo quando na arena se encontravam os comunistas, adversários potenciais da Igreja" (SILVA, 1947: 170).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

## BANCADA DE GOIÁS.

**01) PEDRO LUDOVICO (SENADOR/PSD);**
**02) DÁRIO CARDOSO (SENADOR/PSD);**
**03) CAIADO GODÓI (PSD);**
**04) DIÓGENES MAGALHÃES (PSD);**
**05) GALENO PARANHOS (PSD);**
**06) GUILHERME XAVIER (PSD);**
**07) JOÃO D'ABREU (PSD);**
**08) DOMINGOS VELASCO (ED/UDN);**
**09) JALES MACHADO (UDN).**

**07 PSD + 01 UDN + 01 ED/UDN = 09.**

### A) BANCADA DO PSD/GO.

Em Goiás, o PSD foi organizado sob a liderança do ex-interventor Pedro Ludovico, a principal personalidade política do Estado no pós-30 e intimamente entrosado com as diretrizes administrativas do governo central. A bancada do PSD/GO era composta por **Pedro Ludovico**, interventor nomeado por Vargas (1930-1934), governador eleito (1935-1935), e novamente interventor federal (1937-1945) em Goiás durante o Estado Novo; **Dário Cardoso**, procurador-geral do Estado (1934-1945) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1937-1945) de GO durante o Estado Novo; **Caiado de Godói**, prefeito de Goiás (1936-1937) e secretário de Segurança Pública de Goiás na vigência da ditadura estadonovista; **Diógenes Magalhães,** assessor e amigo pessoal de Pedro Ludovico; **Galeno Paranhos**, chefe de polícia (1938-1942) e presidente do Conselho Administrativo de GO durante o Estado Novo (1945); **Guilherme Xavier**, prefeito de Morrinhos (1936-1945); **João d'Abreu**, prefeito de Arraias (1926-1930) na República Velha e secretário da Fazenda de GO na vigência do Estado Novo. Segundo Sérgio Miceli, em Goiás "a bancada pessedista incluía políticos que se firmaram em função dos serviços prestados às interventorias, onde a maioria chegou a ocupar postos de relevo ---interventores, secretários de Estado, prefeitos---, sendo que alguns deles pertenciam, em graus e a títulos diversos, a clãs oligárquicos estaduais" (MICELI, 1986: 568).

• **PEDRO LUDOVICO** TEIXEIRA (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 23/10/1891, Goiás Velho-GO. FALEC: 17/08/1979.
Filho de João Teixeira Álvares, médico e membro da Academia Nacional de Medicina. Casado com Gersina Borges Teixeira, filha de Antônio Martins Borges, fazendeiro, comerciante e senador estadual por GO durante a República Velha (SD).
PROFS: Proprietário de Terras, Banqueiro e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1915), após o que exerceu a medicina no interior de GO. Foi também Acionista e Fundador do Banco do Comércio de Anápolis-GO e Proprietário de várias fazendas em Rio Verde-GO.

**3) TPol:** Iniciou sua atuação política na década de 1920 fazendo oposição ao clã familiar situacionista dos Caiado no Estado de GO, através do jornal "O Sudoeste", do qual foi um dos fundadores. Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em GO. Membro da Junta Governativa que tomou o poder após a Revolução de 30 e Interventor do Estado de GO (1930-1934). Fundador e um dos principais dirigentes do Partido Social Republicano de GO, agremiação que viria a eleger todos os membros da bancada goiana à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Governador eleito de GO (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Interventor Federal no Estado de GO (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/GO, tornando-se Presidente da Seção Estadual do partido (1945). Embora tenha permanecido por 15 anos consecutivos na chefia do governo goiano, essa foi sua 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em GO, tendo sido Redator do jornal goiano "A Voz do Povo" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Estado de Goiás e na defesa da mudança da capital para a região central do país. Nesse sentido, ocupou a tribuna várias vezes para realizar pronunciamentos defendendo a si próprio e a seu governo das freqüentes e virulentas críticas feitas por Jales Machado (UDN/GO) aos quinze anos de sua gestão à frente do governo de GO (XIV, 526; XV, 06 etc.), envolvendo-se em violentas polêmicas e trocas de acusações com o deputado udenista, que se tornaram conhecidas durante os trabalhos constituintes como "pugilato goiano"; num desses arrazoados, chegou a afirmar que "É doloroso, Sr. Presidente, ver a reputação sujeita aos botes traiçoeiros e às mesquinhas investidas de um aventureiro audacioso remanescente dos tempos ominosos da Velha República, quando desempenhou papel saliente em uma das mais sujas e indignas situações políticas de que há memória no Estado" (XIV, 527), o que é bem uma amostra da intensidade das acusações trocadas entre os dois parlamentares. Além disso, também proferiu discurso favorável à mudança da capital para o Planalto Central (VIII, 260) e participou dos debates sobre o problema da pecuária, denunciando a exploração imposta pelos charqueadores e frigoríficos aos pecuaristas, tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia Indicações e Requerimentos solicitando ao "Executivo" a feitura de obras no interior de seu Estado.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 986 (rejeitada; XXIII, 280), proibindo "contratos de arrendamento ou parceria agrícola que impliquem em pagamento superior a 25% da produção do trabalhador ao proprietário de terras agrícola", e a de Nº 3635,

determinando a nomeação, 90 dias após a promulgação da Carta Constitucional, de uma Comissão de Técnicos objetivando escolha de área no Planalto Central para a localização da nova capital do país.

---

## • DÁRIO DÉLIO CARDOSO (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 10/08/1899, Corumbá-GO. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Amanuense da Secretaria Particular da Presidência do Estado de GO (1922). Escriturário da Prefeitura de GO (1923-1924). Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1927). Procurador-Geral da República em GO (1928-1936). Professor da Faculdade de Direito de GO (1932). Diretor da Faculdade de Direito de GO (1933). Procurador-Geral do Estado de GO (1934-1945).

**3) TPol:** Em meados da década de 30 fez parte da "ala esquerdista" do PSR/Partido Social Republicano de GO (1934-1937), tendo apoiado a candidatura derrotada de Domingos Velasco ao governo do Estado (1934). Durante o Estado Novo foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral em GO (1937-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Membro do Conselho Federal da OAB.

**5) AIT:** Colaborou em jornais e revistas jurídicas em GO e no RJ e escreveu "A FAMÍLIA" (SD) e "FORMAS DE ESTADO E FORMAS DE GOVERNO" (tese de concurso, SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública e Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 28ª Sessão, a 19/03/1946 (IV, 129). Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da produção agropecuária no interior do país, à política regional goiana, e à organização do aparelho judiciário. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos enumerando as agruras do "homem do campo" e reivindicando medidas de "amparo" ao produtor rural (VI, 220; XIX, 11), e para justificar propostas de sua autoria ao capítulo sobre o "Poder Judiciário" e sobre a educação da Constituição (XI, 390-399; XIX, 316-320; XX, 140), tendo ainda realizado longo pronunciamento abordando o tema da "Imigração" (IX, 58-68), no qual preconizou a necessidade de uma imigração seletiva que excluisse os germânicos e japoneses. Também tomou parte no charivari ocorrido em plenário envolvendo Pedro Ludovico (PSD/GO) e seu "perene adversário" Jales Machado (UDN/GO), utilizando-se da palavra várias vezes para defender sua própria figura e a do ex-interventor dos libelos proferidos da tribuna pelo udenista goiano. Além disso, manifestou-se a favor da "unificação do judiciário", da mudança da capital federal para o interior do país, e declarou voto contra o "substitutivo Capanema" sobre o problema da educação, a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, e contra a emenda (aprovada) de Aloísio de Carvalho (UDN/BA), estabelecendo a soberania das decisões do Tribunal do Júri.

Apresentou 36 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas regulamentando aspectos do funcionamento do aparelho judiciário e da carreira do juizes. Destacam-se as de Nº 434, proibindo aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a delegação de funções; Nº

457, determinando a eleição dos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais pelos tribunais de justiça locais; Nº 1191, reintegrando em seus cargos os professores catedráticos vitalícios afastados em virtude de dispositivo da Constituição de 1937; Nº 2091 (rejeitada; XXIV, 227) equiparando os vencimentos dos funcionários da União, dos Estados e dos Municípios que exercessem cargos ou funções da mesma natureza e de igual responsabilidade; e a de Nº 3246 (rejeitada; XXIII, 385), sugerindo nova redação a todo um capítulo "Da Educação e da Cultura" a ser acrescentado à Carta Constitucional e contrária ao ensino de línguas estrangeiras em colégios nacionais.

---

## • ALBATÊNIO CAIADO DE GODÓI (PSD).

**1) DPF:** NASC: 14/04/1893, Goiás Velho-GO. FALEC: 04/02/1973.
Filho de João Francisco de Oliveira Godói, promotor público, juiz de Direito, chefe de polícia, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça de GO.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1919), após o que tornou-se Promotor Público em Santa Rita do Parnaíba (1919). Consultor Jurídico da Delegacia Fiscal em GO (1932-1935). Durante o Estado Novo foi Procurador da República do Estado de GO (1937-1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual (1922-1924). Deputado Estadual (1924-1928). Secretário Geral do Estado de GO (1936). Prefeito da cidade de Goiás-GO (1936-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário de Segurança Pública do Estado na interventoria de Pedro Ludovico (SD).

**4) LAM:** Presidente do Instituto dos Advogados de GO e do Conselho Seccional da OAB. Participou do I Congresso Nacional de Direito Judiciário (1936) e da II Conferência Penitenciária Brasileira (1944). Foi Presidente da Associação Goiana de Imprensa.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em GO e colaborou na "Revista de Jurisprudência de Goiás" . Dirigiu ainda o jornal "Voz do Povo" no mesmo Estado.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre o "Casamento religioso com validade civil" (XVII, 140; XX, 336), nos quais justificou emenda de sua autoria sobre o assunto, e para declarar voto a favor das moções de Nereu Ramos (PSD/SC) apoiando o governo por ter dissolvido a tiros comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca (X, 217), e de Otávio Mangabeira (UDN/BA), louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945. Além disso, interveio nos debates sobre a questão da pecuária, culpando os frigoríficos compradores de carne pela escassez do produto nos centros urbanos e enviou à Mesa da Assembléia Requerimentos solicitando obras na região de Anápolis, no interior de seu Estado.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 3675, favorável ao mandato presidencial de 06 anos, e a de Nº 3085, regulamentando a validade civil do casamento religioso.

---

## • DIÓGENES MAGALHÃES SILVEIRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 31/03/1895, Maceió-AL. FALEC: janeiro/1981.
Genro do coronel Antônio Martins Borges, proprietário de terras e senador por GO na República Velha (SD). Concunhado de Pedro Ludovico, ex-interventor de GO e senador à Constituinte de 1946 (PSD/GO).
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte-MG (1916). (SI sobre suas atividades profissionais). Segundo Gastão Pereira da Silva, à época Diógenes Magalhães era proprietário de uma "grande e moderna Casa de Saúde em Uberlândia", onde havia se radicado (SILVA, 1947: 322).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). Ainda de acordo com Gastão Pereira da Silva, era "amigo pessoal do ex-interventor Pedro Ludovico" (SILVA, 1947: 322). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Concentrou sua atuação na defesa da gestão do ex-interventor Pedro Ludovico (PSD/GO) das contínuas e insistentes críticas feitas a seu governo pelo udenista Jales Machado, tendo por várias vezes participado de trocas de acusações com este parlamentar. Além de tomar parte no "pugilato goiano", pronunciou longo discurso sobre a "Transferência da capital da República" (XVIII, 186-190), no qual defendeu veementemente a mudança da capital federal para o interior do país.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • GALENO PARANHOS (PSD).

**1) DPF:** NASC: 26/03/1898, Catalão-GO. FALEC: 03/05/1969.
Filho de Augusto Pimentel Paranhos, deputado estadual, coronel e chefe político em Catalão. Genro de João Alves de Souza, tenente-coronel do exército e chefe político em Patrocínio-MG.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Goiás (SD). Advogado da Agência do Banco do Brasil em Ipameri-GO (1929-1930). Inspetor Federal de Ensino (SD). Durante o Estado Novo foi Procurador do Estado de GO (1937-1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Chefe de Polícia (1938-1942) e Presidente do Conselho Administrativo do Estado de GO (1945) na gestão do interventor Pedro Ludovico.

**4) LAM:** Durante o regime estadonovista representou o III Congresso agropecuário do Brasil Central junto ao ministro da Fazenda Souza Costa (SD).

**5) AIT:** Sl.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Defesa e Amparo da Pecuária. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de problemas referentes à questão agrária e na defesa combativa dos interesses dos pecuaristas de sua região de origem, participando de vários debates no recinto da Assembléia sobre o problema da pecuária e do zebú. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para proferir longos e importantes discursos sobre "A situação da pecuária nacional" (III, 426-434; IV, 239-241), nos quais, dentre outras coisas, apoiou várias reivindicações dos pecuaristas, protestou veementemente contra recentes medidas governamentais de corte do crédito agrícola, e acusou o governo de prejudicar os fazendeiros pecuaristas em detrimento dos intermediários (banqueiros, frigoríficos estrangeiros e charqueadores). Também realizou pronunciamentos sobre "A mecanização da lavoura e os problemas agropecuários do Brasil" (V, 383-391; X, 261-267), onde posicionou-se a favor da necessidade de uma reforma agrária e de maior facilidade ao crédito para modernizar a agropecuária brasileira, e proferiu discurso defendendo a mudança da capital federal para Goiânia (XX, 350). Finalmente, manifestou-se ferrenhamente contrário à proposta de alguns parlamentares de proibir a Constituinte de tratar de assuntos estranhos ao processo de elaboração constitucional, e foi a favor do sistema eleitoral proporcional.

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 611, favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social; Nº 1121 (aprovada; XXIII, 287), determinando a criação, pela União, de estabelecimento de crédito especializado no amparo à lavoura e à pecuária nacional por parte do Poder Público; e a de Nº 2566 (rejeitada; XXII, 331), permitindo o exercício de outra função profissional aos juizes aposentados ou em disponibilidade.

---

## • GUILHERME XAVIER DE ALMEIDA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 07/02/1910, Morrinhos-GO. FALEC: 07/06/1973.
Filho de José Xavier de Almeida, proprietário de terras (pecuarista), presidente da província de GO (1901-1905) e deputado federal (1905-1909) durante a República Velha.
PROFS: Proprietário de Terras e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1932). Juiz Municipal em Caldas Novas-GO (1933-1934). Durante o Estado Novo foi Tabelião do 1º Ofício em Morrinhos-GO (1944).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte pelo PSR/Partido Social Republicano-GO (1935-1936). Prefeito de Morrinhos-GO, cargo em que permaneceu durante o Estado Novo (1936-1945).

**4) LAM:** Sl.

**5) AIT:** Colaborou em jornais de GO e da região do triângulo mineiro.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para defender o ex-interventor goiano Pedro Ludovico das acusações de seu "perene adversário", Jales Machado (UDN/GO), acerca do uso da máquina eleitoral estadonovista nas eleições de 02/dezembro/1945.

Apresentou uma emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3572, proibindo o acúmulo de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

---

## • JOÃO D'ABREU (PSD).

**1) DPF:** NASC: 04/07/1888, Taguatinga-GO. FALEC: 28/10/1976.
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Dentista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Odontologia do RJ (1911) e pela Faculdade de Direito de GO (1925). Professor da Faculdade de Odontologia de GO. Professor Catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito de GO (SD). Procurador da Fazenda Pública em GO.

**3) TPol:** Vereador em Arraias-GO (1923-1926). Prefeito de Arraias-GO (1926-1930). Secretário de Finanças e de Segurança Pública do Estado de GO (SD). Deputado Estadual (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário da Fazenda de GO (SD).

**4) LAM:** Presidente do Conselho Penitenciário e do Conselho de Economia de GO (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assim como boa parte dos membros da bancada pessedista goiana, concentrou sua atuação da defesa da gestão do ex-interventor Pedro Ludovico dos ataques de Jales Machado e na realização de pronunciamentos argumentando favoravelmente à mudança da capital da República para a região do planalto central do Brasil. Assim, pronunciou discursos procurando demonstrar as vantagens da mudança da capital para o interior do país (XI, 299-309; XXV, 27) e tomou parte no "pugilato goiano", tendo chegado a afirmar, numa de suas intervenções a favor do ex-chefe de governo de GO, que "...não há um só goiano que não aplique ao Senador Pedro Ludovico a célebre frase do grande Ministro Churchil: 'Nunca tantos deveram tanto a tão poucos'" (XV, 17).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3635 (prejudicada após aprovação de outra com conteúdo análogo; XXV, 73), regulamentando a transferência da capital federal para o interior do país.

---

## B) BANCADA DA UDN/GO.

Segundo Maria Vitória Benevides, "Em Goiás, a UDN sempre foi a segunda força eleitoral. Fundada pelo antigo militante da Aliança Nacional Libertadora, **Domingos Velasco** (que ingressara na Esquerda Democrática e, posteriormente, no Partido Socialista) a UDN goiana consubstanciava a oposição ao principal grupo político chefiado pelo cacique do PSD, Pedro Ludovico (o que não a impedia de agregar grupos oligárquicos de oposição, como os Caiado e os **Jales Machado**)" (BENEVIDES, 1981: 235).

### • DOMINGOS NETO VELASCO (ED/UDN).

**1) DPF:** NASC: 08/10/1899, Goiás-GO. FALEC: 10/03/1973.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Jornalista, e Militar.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro-DF, formando-se Segundo-Tenente do Exército (1920). No início da década de 1920 exerceu o jornalismo, tendo colaborado na "Revista dos Militares" editada em Porto Alegre, e em outros periódicos. Reformado no posto de 1º Tenente por sua participação no movimento tenentista em São Paulo (1924). Formado pela Faculdade de Direito de Niterói (1931). Procurador do governo de GO no Distrito Federal (1932).

**3) TPol:** Militou no movimento tenentista a partir de 1922. Participou da revolta tenentista em São Paulo (1924). Atuou na oposição ao domínio do clã familiar dos Caiado em GO durante a República Velha (1925-1929). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em GO (1929-1930). Secretário de Segurança e Assistência Pública em GO na gestão do interventor Pedro Ludovico (1931-1932). Comandante Geral das Forças Goianas no combate ao movimento constitucionalista paulista (1932). Um dos fundadores do PSR/Partido Social Republicano em GO (1933), tendo feito parte da "ala esquerdista" do partido, que divergia da "ala direitista", liderada por Pedro Ludovico. Deputado Federal Constituinte, PSR/GO (1933-1935). Deputado Federal, PSR/GO; durante seu mandato fez parte do "Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares" e sofreu prisão política, sob o pretexto de pertencer à ANL e ao PCB (1936-1937). Já em liberdade, apoiou a candidatura presidencial de José Américo de Almeida opondo-se em seguida à instauração do Estado Novo (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da crise da ditadura estadonovista, participou ativamente do movimento em prol da redemocratização; integrou a Comissão de Estudos de Direito Eleitoral e Organização Partidária da UDN e, posteriormente, foi um dos fundadores e Secretário Geral da Esquerda Democrática (1945). Após a Constituinte-46 foi um dos fundadores do PSB/Partido Socialista Brasileiro (1946).

**4) LAM:** No início da década de 1930 foi Membro do Clube 03 de Outubro, organização tenentista. Durante seu mandato parlamentar em meados da década de 1930, pronunciou vários discursos defendendo o direito à existência legal da ANL (1935).

**5) AIT:** Além de exercer o jornalismo, publicou: "DIREITO ELEITORAL" (1934); "DEFESA PRÉVIA" (1936); "SAL DA TERRA" (1939) e "RUMOS POLÍTICOS" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator Geral da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da "Light" e Membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar atuante em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao legado ditatorial do regime estadonovista, na defesa da ampliação das liberdades políticas, e na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária no Brasil Central. Logo no início dos trabalhos constituintes, tomou a palavra para manifestar-se veementemente contrário à vigência da Constituição de 1937 (II, 343; II, 377) e para ler documento elaborado pela Esquerda Democrática analisando a conjuntura econômico-política do momento e criticando a postura governamental de repressão às greves (III, 51). Também ocupou a tribuna para proferir vários discursos enfocando "A situação da pecuária no Brasil Central" (IV, 226-231; VIII, 397-400; XIV, 524; XVII, 204; XIX, 359) nos quais criticou duramente os proprietários dos frigoríficos e os "grupos do capital financeiro internacional" por estarem especulando no mercado de carnes em detrimento dos fazendeiros criadores de gado, e expôs várias reivindicações dos pecuaristas ao governo central. Crítico tanto do liberalismo econômico, quanto do "comunismo", em seus pronunciamentos doutrinários procurou conservar-se eqüidistante em relação a essas duas correntes ideológico-programáticas, tendo afirmado que "...Como cristão e como católico, reafirmo a minha independência em face do comunismo ateu e do capitalismo burguês" (V, 80). Além disso, posicionou-se diversas vezes contra as medidas governamentais de repressão ao movimento grevista e sindical, e manifestou-se favorável ao mandato de 04 anos para deputados e para presidente da República, e veementemente contrário à concessão a Câmara e ao Senado Federal da prerrogativa de suspensão das imunidades dos parlamentares. Na condição de Relator Geral da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da "Light", posicionou-se a favor da readmissão dos trabalhadores demitidos durante a greve na empresa anglo-canadense (XII, 336).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3550, regulamentando a aposentadoria por tempo de serviço dos funcionalismo público.

---

## • JALES MACHADO DE SIQUEIRA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 14/04/1894, Alfenas-MG. FALEC: 25/07/1975.
PROFS: Proprietário de Terras (Cafeicultor e Pecuarista), Industrial e Engenheiro.

**2) CPr:** Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo (1919), após o que trabalhou em diversas obras em GO e na região do triângulo mineiro. Diretor da Estrada de Ferro de GO (1930-1931). Diretor da Empresa de Força e Luz de Buriti Alegre (1931-1933). Fundador e Diretor da Empresa Minerva de Eletricidade Industrial (1934). Foi Grande Proprietário de Terras (Cafeicultor e Pecuarista) no interior dos Estados de MG e GO.

**3) TPol:** Prefeito de Buriti Alegre-GO pela legenda do PL/Partido Libertador de GO (1928-1929). Secretário de Obras Públicas do Estado de GO (1929-1930). Secretário da Aliança Liberal em MG, tendo participado da Revolução de 30 neste último Estado na condição de Comandante do Batalhão Revolucionário de Tupaciquara-MG (1929-1930). Eleito Suplente de Deputado Federal nas eleições

de 1934. Apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Foi Membro do Instituto de Engenharia de São Paulo. Militou na "Coligação Libertadora", agremiação de oposição ao interventor Pedro Ludovico fundada por Domingos Velasco, tendo abandonado a entidade para apoiar a candidatura de Armando Sales de Oliveira à presidência da República (1937)

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se no combate ao intervencionismo estatal e na abordagem de questões referentes à política regional goiana, tendo ocupado a tribuna inúmeras vezes para desferir inúmeros e violentos libelos contra o ex-interventor de Goiás, Pedro Ludovico (PSD/GO), que provocaram acirradas discussões no recinto da Assembléia. Crítico ferrenho das práticas intervencionistas implementadas no pós-30 em geral, e durante o Estado Novo em particular, logo no início dos trabalhos constituintes tomou a palavra para proferir longo discurso enfocando o tema da "Economia Dirigida" (II, 338-343), no qual criticou veementemente a intervenção de vários órgãos estatais (DNC, IAA, Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil etc.) nos mercados de produtos agrícolas e reivindicou a imediata extinção de todas as autarquias e órgãos de "economia dirigida" criados durante o Estado Novo; participando freqüentemente dos debates travados em plenário sobre o tema, acusou reiteradas vezes o governo e a Coordenação da Mobilização Econômica de serem "sócios dos industriais" na obtenção de "lucros extraordinários" nas atividades urbanas, ocasionando o "êxodo rural" e prejudicando a produção agrícola, reivindicando a imediata supressão dos mecanismos reguladores das "forças de mercado" para a resolução dos problemas que afligiam a economia brasileira. Também ocupou a tribuna para pronunciar-se sobre a "Crise da Lavoura Cafeeira" (III, 307-311), louvando o governo Dutra e o ministro da Fazenda, Gastão Vidigal, "pela sua resolução de extinguir o DNC, medida anunciada aos representantes da lavoura e comércio cafeeiro, recentemente reunidos nesta Capital (...) e há tempos preconizada pelo nosso grande candidato --- Brigadeiro Eduardo Gomes" (III, 307), tendo afirmado também que "A medida mais eficiente de amparo não só do café, mas de toda a lavoura nacional, seria o abandono absoluto do dirigismo econômico e a decretação da inteira liberdade de comércio e produção" (III, 308).

Além disso, realizou seguidos pronunciamentos (XIV, 284; XIV, 528; XV, 15; XVII, 06, etc.) criticando violentamente diversos aspectos da gestão do ex-interventor Pedro Ludovico em Goiás (continuidade da máquina administrativa estadonovista, perseguições policiais a adversários, falcatruas administrativas, etc.) e envolvendo-se em acirradas polêmicas e trocas de acusações com o senador pessedista, que várias vezes culminaram na interrupção da sessão por falta de decoro parlamentar, e ocasionaram o pinga-fogo que foi denominado de "pugilato goiano" durante os trabalhos constituintes. Manifestou-se ainda amplamente favorável à "autonomia municipal", à entrada de capital estrangeiro (mormente norte-americano) na economia nacional, à autonomia municipal, à mudança da capital federal para o interior do país, à extinção do Imposto de Vendas e Consignações para as atividades rurais, tendo finalmente se posicionado contra a emenda de Hermes Lima (ED/DF), parcelando pelo prazo de 25 anos o pagamento de indenizações em caso de desapropriação por interesse social.

Apresentou 18 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 834, sugerindo vários dispositivos assegurando o desenvolvimento dos meios de transporte para promover o crescimento econômico do interior do país; Nº 1112, determinando a distribuição das instituições e

obras de benefício social pelas zonas rurais de maiores possibilidades econômicas, e objetivando evitar "...o adensamento pernicioso e perigoso de grandes massas proletárias em torno dos grandes centros, onde ficam à mercê de perturbações extremistas e dissolventes, em prejuízo do nosso trabalho e da nossa produção agrícola". (XIII, 285); Nº 1113 (rejeitada: XXIII, 105), vedando aos governos "o estabelecimento de qualquer controle econômico que suprima os efeitos da lei econômica da oferta e da procura, salvo nos períodos de guerra, de extrema escassez, ou de excedentes gravosos" e cuja "justificação" consiste num libelo contra o "dirigismo econômico estadonovista" (XIII, 285); Nº 1115, eliminando dispositivo que assegurava a todos "trabalho que possibilite existência digna"; Nº 1118, contrária à "limitação absoluta" da jornada de trabalho a oito horas diárias; e a de Nº 1196, determinando a criação, pela União, de um Banco Central no prazo máximo de 04 anos com o objetivo de regularizar a circulação monetária, o crédito e o mercado de capitais.

## BANCADA DO MARANHÃO.

**01) CLODOMIR CARDOSO (SENADOR/PSD);**
**02) PEREIRA JÚNIOR (SENADOR/PSD);**
**03) AFONSO MATOS (PSD);**
**04) CRÉPORI FRANCO (PSD);**
**05) JOSÉ NEIVA (PSD);**
**06) LUÍS CARVALHO (PSD);**
**07) ODILON SOARES (PSD);**
**08) VITORINO FREIRE (PSD);**
**09) ALARICO PACHECO (UDN);**
**10) ANTENOR BOGÉA (UDN);**
**11) LINO MACHADO (PR).**

**08 PSD + 02 UDN + 01 PR = 11.**

### A) BANCADA DO PSD/MA.

No Maranhão, o PSD agrupou antigas lideranças políticas da República Velha, e políticos ligados ao ex-interventor Martins de Almeida e a Vitorino Freire, este último intimamente entrosado com as diretrizes do poder central e à cúpula do governo Dutra, e dando início ao fenômeno do "Vitorinismo", que marcaria a política maranhense no pós-II Guerra Mundial. A bancada do PSD/MA era composta por **Clodomir Cardoso**, antigo político maranhense, secretário da Fazenda (1914) e prefeito de São Luís na República Velha (1914-1918), tendo ainda sido interventor federal no Maranhão por um curto período no contexto da crise da ditadura estadonovista (1945); **Pereira Júnior**, outro antigo político maranhense que foi chefe de polícia do Maranhão na República Velha; **Afonso Matos**, membro do Conselho Administrativo do Maranhão na gestão do interventor Clodomir Cardoso (1945); **Crépori Franco**, chefe do contencioso do Departamento Nacional do Café durante o Estado Novo (1937-1945); **José Neiva**, advogado, promotor público e Juiz de Direito no MA; **Luís Carvalho**, também velho político maranhense, várias vezes deputados estadual e federal na República Velha; **Odilon Soares**, médico em São Luís/MA e em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares; e **Vitorino Freire**, chefe político no Estado, político estritamente ligado a Dutra, e oficial de gabinete do ministro da Viação, Mendonça Lima, durante o Estado Novo (1939-1943). Segundo Sérgio Miceli, "No Amazonas, Pará e Maranhão, a bancada pessedista comportava prepostos do poder central que haviam assumido uma gama variada de encargos, inclusive aqueles interventores que se saíram relativamente bem no trabalho de conciliar as facções dirigentes locais, seus ajudantes-de-ordens militares ou civis que haviam se incumbido de missões políticas espinhosas, e mais alguns elementos da magistratura federal que, tanto por essa razão como pelo fato de serem por vezes originários dos Estados por onde haviam sido eleitos, estavam em situação vantajosa para enfrentar a campanha eleitoral" (MICELI, 1986: 570).

• **CLODOMIR** SERRA SERRÃO **CARDOSO** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/12/1879, São Luís-MA. FALEC: 31/07/1953.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Jornalista e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1904). Juiz Substituto e Promotor Público no PA (1906-1910). Consultor Jurídico do governo do MA (1911). Redator e Proprietário do jornal "A Pacotilha", no MA. Foi também Advogado do Instituto Nacional do Sal (SD).

**3) TPol:** Secretário da Fazenda do Estado do MA (1914). Prefeito de São Luís-MA (1914-1918). Deputado Federal pelo Partido Republicano Federal (1925-1927). Reeleito Deputado Federal (1927-1930). Novamente reeleito Deputado Federal, não chegou a tomar posse em razão da Revolução de 30. Senador pela União Republicana Maranhense (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Interventor Federal no MA (março-outubro/1945). No contexto da redemocratização tornou-se Presidente do Diretório Regional do PSD/MA (1945).

**4) LAM:** Membro do Instituto dos Advogados do Brasil.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo e publicou inúmeros trabalhos jurídicos e literários, dentre os quais: "A MULHER E O DIREITO DE VOTO ANTE A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926" (SD); "A CLÁSULA-OURO NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DE MÚTUO" (SD); "A INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS" (SD); "RUI BARBOSA, A SUA INTEGRIDADE MORAL E A UNIDADE DA OBRA" (SD) etc.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Subcomissão "Organização Federal", da Comissão de Constituição. Concentrou sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, onde teve participação destacada redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os do Título I "Da Organização Federal" da Constituição. Em plenário, onde foi pouco atuante, limitou-se à remessa de emendas ao Regimento Interno e ao pronunciamento de discurso de voto de pesar pelo falecimento do senador maranhense Pereira Júnior (XX, 120).

Apresentou 107 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas reproduzindo ou desenvolvendo o conteúdo do "Substitutivo Clodomir Cardoso", por ele elaborado durante os trabalhos da "Grande Comissão". Embora várias de suas propostas tenham sido incorporadas ao texto constitucional, nenhuma de suas emendas foi objeto de discussão em plenário.

---

• ANTÔNIO JOSÉ **PEREIRA JÚNIOR** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 24/03/1869, Alcântara-MA. FALEC: 05/08/1946.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1890), após o que foi Juiz de Direito em São Luís-MA e em Pinheiro-MA, e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (SD).

**3) TPol:** Chefe de Polícia no MA na República Velha (SD). Deputado Federal, MA (1926). Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte pela legenda da União Republicana Maranhense (1933). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Publicou "GRAMÁTICA PRATICA" (1924).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Pouco atuante em plenário por motivo de doença, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, vindo a falecer em pleno processo constituinte, a 05/08/1946. A 119ª Sessão da Assembléia Constituinte, realizada a 06/08/46 (XX, 119-126), foi dedicada a manifestações de pesar pelo seu falecimento.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **AFONSO** DA SILVA **MATOS** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 30/10/1911, São Luís-MA. FALEC: SI.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro-DF (SD). Médico-Chefe do Serviço de Saúde dos Correios e Telégrafos de São Luis-MA; Médico do Ministério da Viação e Obras Públicas; Chefe da clínica médica do Hospital Português de São Luís e Segundo-Tenente Médico do Exército (SD).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do Maranhão na gestão do interventor Clodomir Cardoso (março/outubro de 1945). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Executiva do PSD/MA (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do MA e Vice-Presidente da "Cruz Vermelha" no mesmo Estado.

**5) AIT:** Escreveu trabalhos técnicos na área de medicina.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 20ª Sessão, a 07/03/1946 (III, 121). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• ROMUALDO CRÉPORI BARROSO FRANCO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/11/1895, Areias-MA. FALEC: outubro/1965.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Pará (1919). Promotor Público no PA (1919-1921), após o que exerceu a advocacia no PA e no MA (1922-1923). Juiz Substituto em São Luís e Procurador Geral do Estado do MA (1924-1926). Professor de Filosofia no Liceu Maranhense (1926). Procurador da República (1927-1930). Consultor Jurídico da agência do Banco do Brasil em São Luís-MA (1929-1937).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Chefe do Contencioso do Departamento Nacional do Café (1937-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Membro da OAB e do Instituto dos Advogados do MA.

**5) AIT:** Publicou "A POLÍTICA ECONÔMICA DO CAFÉ" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Concentrou sua atuação na feitura de discursos doutrinários sobre "Matéria Constitucional", nos quais buscou sugerir princípios básicos de estruturação do Estado Brasileiro (XI, 368-373) e justificar emendas de sua autoria ao título "Dos Direitos Individuais" do projeto constitucional (XVII, 195-198). Além disso, participou nos debates sobre o destino a ser dado aos funcionários do extinto DNC/Departamento Nacional do Café, e manifestou-se favorável à coincidência dos mandatos presidencial e legislativos. Segundo o testemunho de um repórter que fazia a cobertura dos trabalhos constituintes, "O Maranhão, a tão decantada Atenas brasileira, sofria o constrangimento de oferecer o conselheiro Acácio dos constituintes, o deputado Crépori Franco: de voz empolada e pose de senador romano, utilizava todo esse aparato para afirmar e reafirmar com ênfase as mais elementares noções de direito. Mas tão bem-comportado e firme com o governo que acabou ganhando um bom cartório" (WAMBERTO, 1993: 4).

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1086 (rejeitada; XXII, 416), regulamentando o direito de requisição do "habeas-corpus" e do mandato de segurança de molde a suprimir restrições ao mesmo contidas no projeto; Nº 1989 (rejeitada; XXII, 438), condicionando o direito de propriedade ao interesse social ou coletivo; Nº 3231, suprimindo dispositivo que assegurava a "justa distribuição da propriedade com iguais oportunidades para todos"; Nº 3232, favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social; e a de Nº 3669 (rejeitada; XXV, 121), às "Disposições Transitórias" da Constituição, assegurando o reaproveitamento dos funcionários demitidos após a extinção do Departamento Nacional do Café.

---

## • JOSÉ NEIVA DE SOUZA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 26/05/1885, Nova Iorque-MA. FALEC: dezembro/1960.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Fortaleza-CE (1907). Foi Promotor Público (1908) e Juiz de Direito (SD) no Maranhão.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Executiva do PSD/MA. 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 foi eleito Senador pelo Estado do MA na legenda do PPB/Partido Proletário do Brasil (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já com os trabalhos constituintes em andamento, na 11ª Sessão, a 19/02/1946 (II, 10). Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • LUÍS CARVALHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 25/08/1880, Oeiras-PI. FALEC: 06/06/1963.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife (1906), após o que exerceu a advocacia no MA. Fiscal Federal de Ensino (1907). Um dos Proprietários e Diretor do "Jornal do Maranhão".

**3) TPol:** Deputado Estadual, MA (1907-1909). Deputado Estadual, MA (1910-1913). Deputado Estadual, MA (1914-1916). 1° Secretário da Assembléia Legislativa (1915). Deputado Estadual, MA (1917-1918). Deputado Federal (1918-1921). Secretário de Estado no MA (SD). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Colaborou nos periódicos maranhenses "Jornal da Manhã" e "A Pacotilha". Publicou "AMBULA" (versos) e "PRIMEIRAS ÁGUAS" (contos, SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas apresentado 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1760, regulamentando a fixação de ajuda de custo e subsídios a parlamentares,

e a de Nº 2461, entregando a presidência da Comissão Permanente do Congresso à Mesa do Senado Federal.

---

• **ODILON** DA SILVA **SOARES** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 01/01/1902, Pinheiro-MA. FALEC: 1964.
PROFS: Médico e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro-DF (1928), após o que exerceu a profissão de Médico. Cirurgião da Santa Casa e Chefe de Clínica Cirúrgica em Hospitais Maranhenses. Professor de Biologia do Colégio Estadual. Professor de Alemão do Liceu Maranhense.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Diretor da Liga Maranhense contra a Tuberculose (SD).

**5) AIT:** Escreveu: "DAS APÓFISES PTERIGÓIDES (tese de doutoramento, SD); "GOETHE, SUA VIDA E SUA OBRA" (SD); e "DOS ADJETIVOS DA LÍNGUA ALEMÃ" (SD).

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar pouco atuante em plenário, limitou sua atuação a manifestações de "votos de pesar" a personalidades falecidas (dentre elas o poeta Catulo da Paixão Cearense; VIII, 432), e na remessa à Mesa da Assembléia da Indicação Nº 36 sugerindo ao Poder Executivo "A necessidade urgente da criação de uma cadeira de Tisiologia nas Faculdades de Medicina do País" (V, 359).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **VITORINO** DE BRITO **FREIRE** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 28/11/1908, Pedra do Buíque-PE. FALEC: 27/08/1977.
Filho de Vitorino José Freire, proprietário de terras (pecuarista), coronel e chefe político no interior pernambucano.
PROFS: Proprietário de Terras e Funcionário Público.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Protegido por líderes políticos do movimento revolucionário, ocupou vários cargos políticos no pós-30.

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do Secretário de Agricultura de Pernambuco (1928-1930). Participou da Revolução de 30 em PE, após o que ocupou vários postos na burocracia de Estado. Secretário do ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida (1931). Diretor de Meteorologia do Ministério da Agricultura na gestão de Juarez Távora (1932). Lutou nas tropas governamentais contra o movimento constitucionalista paulista (1932). Secretário do interventor maranhense, capitão Antônio Martins de Almeida (1933-1935). Oficial de Gabinete do presidente da Câmara dos

Deputados, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1936-1937). Segundo-Oficial do Departamento Nacional de Saúde Pública (1934). Filia-se ao PSD/MA, tornando-se um de seus principais dirigentes (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Oficial de Gabinete do ministro da Viação Mendonça Lima (1939-1945), onde, segundo Sérgio Miceli, operou como "elo de ligação entre o ministro da Viação e o ministro da Guerra, buscando consolidar suas bases políticas no MA através da canalização de verbas, de nomeações para cargos federais sediados no Estado e de outros expedientes de que se vale para revidar o interventor Paulo Ramos, hostil aos setores ligados ao Capitão Martins de Almeida" (MICELI, 1986: 578). No contexto da redemocratização emergiu como uma das principais lideranças do PSD/MA, tendo sido um dos fundadores do partido no Estado e Membro de sua Comissão Executiva (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, elegeu-se Senador pelo MA na legenda do PPB/Partido Proletário do Brasil (1947).

**4) LAM:** Foi acusado por seus adversários políticos de liderar no MA um bando de jagunços denominado "Papai Noel", encarregado de aplicar surras em oposicionistas ao governo maranhense.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Uma das figuras mais destacadas da bancada maranhense, com livre trânsito na cúpula dirigente do governo Dutra, concentrou sua atuação na participação nos debates referentes à política regional de seu Estado, envolvendo-se em freqüentes polêmicas e "pugilatos" com seu adversário político, Lino Machado (PR/MA). Por várias vezes ocupou a tribuna para contestar acusações de seus opositores acerca da continuidade da máquina administrativa estadonovista no Maranhão, de sua responsabilidade em surras cometidas por bandos de jagunços a políticos oposicionistas em seu Estado, e ao fato de ter interferido indevidamente na política local piauiense, aproveitando-se das benesses a que tinha acesso no governo central. Parlamentar ferrenhamente governista, apoiou invariavelmente as medidas repressivas tomadas pelo governo Dutra contra o movimento popular, tendo ainda se manifestado favorável à vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes, e contra a proposta da bancada comunista de se incluir na Constituição dispositivo estabelecendo a separação entre a Igreja e o Estado.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## B) BANCADA DA UDN/MA.

A bancada da UDN/MA era composta por **Alarico Pacheco**, médico e presidente da UDN maranhense, e por **Antenor Bogéa**, ex-secretário de Estado e chefe de gabinete da gestão do interventor maranhense Paulo Ramos (1937-1945) , inimigo político de Vitorino Freire no Maranhão.

### • ALARICO NUNES PACHECO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 22/07/1883, Iguaratinga-MA. FALEC: 17/09/1972.
PROFS: Médico, Professor Universitário e Militar.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da BA (1909). Médico do Corpo de Bombeiros (1910). Capitão Médico (1914-1918). Diretor do Instituto de Medicina Legal do MA (1918-1941). Inspetor Sanitário do MA (SD). Chefe do Serviço Médico dos Ferroviários (1932-1937). Foi também Professor Catedrático de Física na Faculdade de Farmácia e Medicina do MA e chegou ao posto de Coronel no corpo de saúde do Exército (SD).

**3) TPol:** Deputados Estadual por três legislaturas seguidas no MA durante a República Velha (1920-1924); (1924-1928); (1928-1930). Deputado Estadual (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se Presidente da UDN/MA (1945).

**4) LAM:** Foi membro de várias associações culturais no MA.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para participar dos debates referentes à política maranhense, e para declarar voto a favor da emenda de José Augusto (UDN/RN) determinando a proibição da imigração japonesa. Dentro dessa linha de limitar-se a temas de interesse regional, proferiu discurso sobre "Política do Maranhão" (XXII, 171), no qual procurou desmentir afirmações de Vitorino Freire (PSD/MA) acerca do término da coligação entre a UDN e o PR de Lino Machado em seu Estado, tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia Indicações solicitando obras em sua região de origem.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1281, regulamentando aspectos da carreira e da remuneração dos Procuradores da República, e a de Nº 3449, assegurando vários privilégios e regalias ao funcionalismo público.

---

## • ANTENOR AMÉRICO MOURÃO BOGÉA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 08/10/1909, Grajaú-MA. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Luís-MA (1932). Promotor Público na comarca de Grajaú-MA (1933-1940). Promotor Público em São Luís-MA (1940-1941). Delegado de Polícia em São Luís (1941-1943). Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Luís e Procurador-Adjunto do Estado (1945).

**3) TPol:** Prefeito de Grajaú (1930-1931). Durante o Estado Novo foi Chefe da Divisão de Imprensa do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, e Diretor da Imprensa Oficial do Estado (1941-1942); Chefe de Polícia no MA (1943); Secretário de Estado na gestão do interventor Paulo Ramos e Chefe de Gabinete da Interventoria (1943-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Maranhão, tendo feito pronunciamentos e enviado à Mesa da Assembléia Requerimentos e Indicações solicitando ao Poder Executivo a feitura de obras e serviços no interior de seu Estado, mormente na região do município de Grajaú. Além disso, ocupou a tribuna para proferir discurso justificando emendas de sua autoria ao Projeto Constitucional (XVII, 320-325), aproveitando a ocasião para manifestar-se favorável à tese da Constituição sintética, e à "obrigatoriedade do trabalho" e do ensino público primário.

Apresentou 46 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas sugerindo pequenos reparos de redação ao mesmo. Destacam-se as de Nº 846, favorável à autonomia do DF; Nº 856 (prejudicada após aprovação de emenda com conteúdo análogo; XXIV, 170), proibindo que o produto das multas fosse revertido aos funcionários que as aplicassem; e a de Nº 871, determinando a obrigatoriedade do trabalho e a penalização do ócio.

---

## C) BANCADA DO PR/MA.

### • LINO RODRIGUES MACHADO (PR).

**1) DPF:** NASC: 02/07/1892, Butiti-MA. FALEC: SI.
PROFS: Militar e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1915). Médico Militar do Exército no posto de Primeiro-Tenente (1918). Capitão Médico (1922). Diretor do Hospital Militar de São Gabriel (1932). Major (1937). Durante o Estado Novo tornou-se Tenente-Coronel (1941). Após a Constituinte-46 foi promovido a Coronel (1947).

**3) TPol:** Deputado Estadual, MA (1921-1923). Deputado Estadual, MA (1927-1929). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no MA (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pelo PR/Partido Republicano do MA (1933-1935). Deputado Federal, PR/MA, Prefeito de São Luís e Vice-Governador do Estado do MA (1935-1937). Delegado do PR/MA na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização participou da fundação da UDN e, posteriormente, foi um dos fundadores e Membro do Diretório Nacional do PR/Partido Republicano (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em seu Estado, tendo sido Fundador, Diretor e Redator do jornal "O Combate" no MA (1925). Publicou "DA HIPOTENSÃO DIASTÓLICA" (tese, 1915).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Um dos parlamentares mais atuantes em plenário, interveio freqüentemente em inúmeros debates travados nas diversas fases do processo de elaboração constitucional, tendo concentrado sua atuação na crítica à "hipertrofia do Executivo" instaurada no pós-30, na denúncia da continuidade da máquina administrativa estadonovista em diversas unidades da Federação, e na abordagem de questões referentes à política regional do Maranhão. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se contrário à vigência da Constituição de 1937 e contra a continuidade da "máquina ditatorial" em vários Estados, tendo ainda tomado parte ativa nas discussões referentes à elaboração do Regimento Interno da Assembléia, posicionando-se veementemente contrário à proibição a Constituinte de elaborar legislação ordinária e de contestar atos do Executivo, à eliminação da palavra "reacionário" dos Anais da Assembléia e à censura prévia aos mesmos, tendo apresentado ainda várias outras sugestões ao Regimento. Também ocupou a tribuna para proferir discursos declarando voto a favor da Indicação Nº 27 de Euclides Figueiredo ampliando a anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo (IV, 79-81); defendendo as propostas de seu partido referentes ao tema das "formas de governo" (XVII, 170-176), no qual preconizou a instauração de um "presidencialismo temperado" que criasse um sistema de "freios e contrapesos" que contrabalançasse a "hipertrofia do Executivo"; criticando a atuação do interventor maranhense em seu Estado e fazendo várias acusações ao mesmo, dentre as quais a de ser adepto do "vitorinismo" (XX, 137; XXI, 262); expondo o parecer geral da bancada de seu partido ao título "Do

Poder Executivo" do projeto constitucional (XXI, 440-445), aproveitando a ocasião para posicionar-se a favor do bicameralismo, da manutenção do Senado, e da representação eleitoral proporcional; emitindo ---devidamente autorizado pela Comissão de Constituição--- parecer negativo à emenda (aprovada) de Daniel Faraco (PSD/RS), criando o Conselho Nacional de Economia (XXIV, 229); e defendendo uma anistia ampla aos militares punidos no pós-30 (XXIV, 324).

Além disso, ocupou a tribuna inúmeras vezes para participar dos pugilatos referentes à política maranhense nos quais envolveu-se em várias trocas de acusações com seu adversário político Vitorino Freire (PSD/MA), e para manifestar-se sobre uma série de outros assuntos, destacando-se seu posicionamento favorável à extinção das autarquias criadas no pós-30, à concessão do direito de voto aos soldados e sargentos, à autonomia do DF, à manutenção dos símbolos estaduais e municipais, tendo sido ainda contrário à suspensão das imunidades parlamentares e à figura do "estado de sítio preventivo". Finalmente, tomou a palavra freqüentemente para protestar contra violências policiais cometidas pelo governo contra o movimento popular, e contra a apreensão do diário do pecebista "Tribuna Popular" pela polícia política do DF.

Apresentou 09 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 16, determinando a contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria dos funcionários militares ou civis afastados temporariamente do cargo em virtude do exercício de mandatos eletivos; Nº 2192, sugerindo nova redação ao preâmbulo da Constituição, que substituísse a expressão "sob a proteção de Deus" constante no primitivo projeto por "pondo a nossa confiança em Deus"; e a de Nº 2433, dando ao Senado Federal competência privativa para aprovar a promoção dos oficiais generais de terra, mar e ar.

## BANCADA DE MATO GROSSO.

**01) JOÃO VILASBOAS (SENADOR/UDN)**
**02) VESPASIANO MARTINS (SENADOR/PSD);**
**03) AGRÍCOLA DE BARROS (UDN);**
**04) DOLOR DE ANDRADE (UDN);**
**05) ARGEMIRO FIALHO (PSD);**
**06) MARTINIANO DE ARAÚJO (PSD);**
**07) PONCE DE ARRUDA (PSD).**

**04 UDN + 03 PSD = 07.**

### A) BANCADA DA UDN/MT.

O Mato Grosso foi o único Estado fora da região Nordeste onde a UDN ganhou as eleições, elegendo 04 constituintes de uma bancada de 07 parlamentares. A bancada udenista em MT era composta por **João Vilasboas**, antigo político mato-grossense com várias legislaturas em órgãos parlamentares e ex-aliado de Filinto Müller na política do Estado; **Vespasiano Martins**, senador estadual (1935-1937) e prefeito nomeado de Campo Grande durante o Estado Novo (1941-1945); **Agrícola de Barros**, vereador (1929-1930) e ex-deputado estadual constituinte; e **Dolor de Andrade**, líder dos pecuaristas do Brasil Central com intensa militância em diversas associações de classe dos pecuaristas.

#### • JOÃO VILASBOAS (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 21/04/1891, Cárceres-MT. FALEC: SI.
Filho do coronel Benedito Pio Vilasboas.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1913). Diretor da Imprensa Oficial de MT (1914). Delegado de Polícia em Cuiabá-MT (1914). Foi também Consultor Jurídico do Estado de MT (SD).

**3) TPol:** Chefe de Polícia em MT (1915-1918). Deputado Estadual pelo PRC/Partido Republicano Conservador (1918-1920). Chefe da campanha da "Reação Republicana" no MT (1921-1922). Eleito Deputado Federal nas eleições de 1921 e 1924, não chegou a tomar posse em razão de perseguições políticas feitas pelo governo de seu Estado. Deputado Federal (1927-1929). Deputado Federal (1930). Participou do movimento constitucionalista paulista (1932). Deputado Constituinte e Federal pelo Partido Liberal Mato-grossense (1933-1935). Senador pelo PL/Partido Liberal (1935-1937). Um dos principais dirigentes da Aliança Mato-grossense, partido político que apoiava Filinto Müller a nível estadual (1936). Durante o Estado Novo tornou-se Membro do Conselho Nacional do Trabalho (1940).

**4) LAM:** Membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação de Imprensa Mato-grossense e de diversas instituições culturais.

**5) AIT:** Colaborou em vários jornais no Mato Grosso e no Rio de Janeiro, destacando-se: "O Estado" (1915-1916), "O Republicano" (1917-1926), "O Democrata" (1926-1930), etc. Publicou: "RÉPLICAS ÀS INJÚRIAS ASSACADAS À MAGISTRATURA MATO-GROSSENSE NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE" (1934); "O ARTIGO 177 DA CONSTITUIÇÃO E AS GARANTIAS DA MAGISTRATURA" (1942); "HIPOTECA NAVAL" (1942); e "ELEIÇÕES DE MATO GROSSO" (1942).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 34ª Sessão, a 27/03/1946 (V, 87). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso justificando emenda de sua autoria favorável à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional (IX, 308), no qual censurou veementemente os redatores do primitivo projeto por terem suprimido tal órgão, e para participar dos debates referentes à questão territorial, manifestando-se favorável à imediata extinção do Território de Ponta Porã, situado em área contígua ao Estado do MT.

Além disso, apresentou 23 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2635, excluindo os civis do julgamento perante a Justiça Militar; Nº 2650, regulamentando o funcionamento das Juntas de Conciliação de Julgamento e favorável à Justiça Paritária; Nº 2667, favorável à eleição direta para prefeitos das capitais dos Estados e estâncias hidrominerais; Nº 2797, introduzindo a Justiça de Paz eletiva nos Estados; e a de Nº 3630 (prejudicada; XXIV, 400), obrigando a União a indenizar os Estados do Amazonas e MT dos prejuízos a eles advindos em decorrência da incorporação do Acre ao território nacional.

---

## • VESPASIANO BARBOSA MARTINS (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 04/08/1889, Campo Grande-MT. FALEC: 14/01/1965.
Descendente de tradicional família de pecuaristas e proprietários de terras no Mato Grosso.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1915), após o que clinicou em Campo Grande-MT (1916).

**3) TPol:** Prefeito de Campo Grande-MT (1918). Candidato derrotado à Prefeitura de Campo Grande (1924). Após a Revolução de 30 foi nomeado prefeito de Campo Grande (1931). Membro do Diretório do Partido União Liberal de Mato Grosso (1931). Apoiou o movimento constitucionalista paulista, tendo sido proclamado pelos revoltosos paulistas Governador Militar do Estado de MT (1932). Com a derrota do movimento, exilou-se no Paraguai por seis meses (1933). Um dos Fundadores do Partido Progressista em Mato Grosso (1933). Prefeito Eleito de Campo Grande (1934). Participou da Fundação do Partido Evolucionista de MT (1934), agremiação pela qual se elegeu Senador (1935-1937). Aliado de João Vilasboas nos inúmeros conflitos regionais travados no período. Juntamente com João Vilasboas representou a Aliança Mato-Grossense na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante

o Estado Novo foi novamente nomeado Prefeito de Campo Grande (1941-1945). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores da UDN/MT (1945).

**4) LAM:** Foi Membro da Sociedade Rural Brasileira.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em Mato Grosso.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para apoiar Requerimento de Café Filho (PSP/RN) solicitando ao "Executivo" informações sobre despesas governamentais efetuadas durante a Guerra, não tendo ocupado a tribuna constituinte para pronunciar-se sobre assuntos relevantes.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 234, aumentando de um para dois parlamentares o número mínimo de deputados eleitos por Território.

---

## • AGRÍCOLA PAES DE BARROS (UDN).

**1) DPF:** NASC: 04/11/1897, Santo Antônio do Rio Abaixo-MT. FALEC: 09/05/1969.
PROFS: Médico e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF, e em Odontologia pela Faculdade Hahnemanniana do Rio de Janeiro-DF (1923). Médico da Secretaria de Saúde do MT (1924-1925). Diretor do Departamento de Saúde Pública de MT (1925-1927). Médico Legista da Polícia de Cuiabá-MT (1930). Como Jornalista, foi Fundador e Diretor dos jornais "A Luz", "O Fifó", "A Plebe", e "O Brasil Oeste" (SD).

**3) TPol:** Vereador em Cuiabá-MT (1929-1930). Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Membro da Associação de Imprensa Mato-Grossense.

**5) AIT:** Colaborou em jornais e em revistas médicas no Mato Grosso.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar de postura independente e progressista, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da extinção dos Territórios criados durante o Estado Novo, e na denúncia de violências policiais e espancamentos contra trabalhadores cometidas pela polícia política do governo Dutra. Assim, ocupou a tribuna constituinte para efetuar vários pronunciamentos combatendo veementemente medidas repressivas tomadas pelo governo (VII, 402; XI, 428; XVIII, 363) e protestando contra a prisão e manutenção em incomunicabilidade por cinco dias do presidente do Sindicato do Bancários do DF (IX, 298), tendo inclusive se valido da sua condição de médico para proferir seu diagnóstico sobre a ação da polícia contra trabalhadores da Light em greve, afirmando que: "Examinando as vítimas dos espancamentos, notei que a preocupação máxima da polícia era atingir aqueles homens nos olhos, no fígado, nos rins e nos órgãos genitais. Parece que o principal interesse era inutilizar aqueles homens" (XI, 428). Além

disso, proferiu discursos sobre a "Vivificação da Lavoura" (VI, 161-166), no qual denunciou as agruras do "homem do campo" no interior do país, e abordando o problema dos Territórios (X, 212), onde reivindicou a imediata extinção dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã, e criticou veementemente a política territorial implementada durante o Estado Novo, tendo chegado a acusar o ex-presidente Getúlio Vargas de "tentar transformar-se no Imperador do Brasil, cognominado Getúlio I, o Pai dos Pobres" (X, 213) ao ser responsável pelo desmembramento das áreas dos Estados para a criação de novos Territórios.

Apresentou 09 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 385-A, reconhecendo incondicionalmente o direito de greve e suprimindo a expressão "com as limitações impostas pelo bem público" constante no primitivo projeto; Nº 387-A, determinando a gratuidade do ensino em todos os seus ramos e graus, na cidade e no campo; Nº 1197, extinguindo os Territórios criados durante a ditadura estadonovista e transformando o Território do Acre em Estado; e a de Nº 2821, favorável à eleição direta para prefeito e para a Câmara Legislativa do DF.

---

## • DOLOR FERREIRA DE ANDRADE (UDN).

**1) DPF:** NASC: 09/11/1894, Batatais-SP. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919), especializando-se em Direito Penal Militar. Promotor Público em MT (1921). Foi também Auditor Substituto da 9ª Região Militar em Campo Grande-MT (SD).

**3) TPol:** Na República Velha, militou no Partido Republicano Mato-Grossense. No pós-30, atuou no Partido Evolucionista de MT, agremiação pela qual exerceu o mandato de Deputado Estadual Constituinte (1935-1937). Durante o Estado Novo atuou em associações de classe dos pecuaristas e proprietários de terra do Brasil Central (1937-1945).

**4) LAM:** Foi líder dos proprietários rurais e no MT. Membro da Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central, da Federação das Associações dos Criadores do Sul de MT, da Associação Mato-Grossense de Imprensa e da OAB.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar atuante em plenário, ocupou a tribuna seguidas vezes para manifestar-se sobre vários assuntos, concentrando sua atuação na defesa dos interesses do pecuaristas de sua região de origem e na abordagem de questões referentes ao problema dos territórios. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu longo discurso abordando o problema da pecuária e da criação de zebu no Brasil Central (III, 384-396), no qual expôs detalhadamente várias reivindicações dos pecuaristas mato-grossenses ao governo federal, e responsabilizou o corte do financiamento efetuado pelo Banco do Brasil e o domínio do mercado pelos frigoríficos estrangeiros pela crise que atingia o setor, aproveitando a ocasião para ler trechos do "Memorial dos pecuaristas do Brasil Central" protestando veementemente contra a atuação dos frigoríficos estrangeiros no mercado de carne. Também proferiu discursos abordando o "Problema Imigratório" (XII, 175) e justificando diversas emendas de sua autoria ao

Projeto Constitucional (XIX, 106-111), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia vários Requerimentos e Indicações sobre o problema da pecuária, destacando-se a Indicação de Nº 169, sugerindo ao "Executivo" a abertura de novas linhas de crédito para a instalação de matadouros modelo, em forma cooperativa, para estimular a industrialização da carne e libertar os pecuaristas brasileiros do domínio dos frigoríficos estrangeiros.

Além disso, participou dos debates sobre a autonomia dos municípios, a organização do aparelho judiciário, e sobre a questão territorial, tendo se manifestado favorável à extinção dos Territórios de Guaporé e Ponta Porã, à emenda de Daniel Faraco (PSD/RS) criando o Conselho Nacional de Economia, à manutenção da instituição do júri, à concessão ao Estado da prerrogativa de monopolizar determinado ramo ou setor da indústria, e à mudança da capital federal para o interior do país, sempre centrando sua atenção nos debates referentes ao problema da pecuária.

Apresentou 34 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 580, favorável à eleição direta para prefeito nos municípios onde se situassem bases ou portos de importância militar; Nº 1103, eliminando a exigência de indenização prévia em dinheiro nos casos de desapropriação por necessidade pública; Nº 1126, obrigando a União, os Estados e Municípios a reservarem 20% dos empregos públicos para os estudantes pobres durante o curso universitário; Nº 1611, dando à Justiça Eleitoral competência para fiscalizar a origem dos recursos financeiros dos partidos políticos; e a de Nº 3593, obrigando a União a, durante o prazo de 30 anos a partir de 1947, entregar anualmente aos Estados que tiveram parcelas de terra desapropriadas para a criação de novos Territórios, 1/3 da receita anual obtida nos mesmos.

---

## B) BANCADA DO PSD/MT.

A bancada do PSD compunha-se de 03 deputados sobre os quais existem poucas informações disponíveis: o advogado **Argemiro Fialho**, então em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares; **Martiniano de Araújo**, vice-presidente do Conselho Administrativo de MT durante o Estado Novo (1943-1944); e **Ponce de Arruda**, secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, e secretário geral de Mato Grosso durante a vigência da ditadura estadonovista (1937-1945).

### • ARGEMIRO DE ARRUDA FIALHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/12/1908, Campo Grande-MT. FALEC: SI.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro (1932), após o que exerceu a advocacia em MT.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar pouco atuante em plenário, destacou-se no entanto durante os trabalhos constituintes por assumir uma postura progressista e rebelde em relação às diretrizes políticas de seu partido, tendo ocupado a tribuna para proferir um único e importante discurso (XIV, 524-526) defendendo veementemente o direito de voto ao analfabeto, aproveitando a ocasião para protestar com firmeza (foi um dos poucos pessedistas a ter a iniciativa de fazê-lo) contra o fato de as cúpulas partidárias da UDN e do PSD estarem articulando o "acordo interpartidário" de apoio ao governo Dutra sem informarem as bases de ambas as agremiações. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia Requerimento de Nº 67 solicitando ao "Executivo" informações sobre as operações financeiras efetuadas pelo IAPC/Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 3031, favorável à concessão do direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros; Nº 3177, eliminando dispositivo que determinava a indissolubilidade do vínculo matrimonial; e a de Nº 3186, proibindo o estabelecimento de limitações ao direito de greve por parte da "legislação ordinária" e favorável ao reconhecimento incondicional do mesmo.

---

• GABRIEL **MARTINIANO DE ARAÚJO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 21/09/1897, Cuiabá-MT. FALEC: 11/07/1972.
PROFS: Comerciante, Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Gerente da Caixa Local do IAPC/Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (1935). Durante o Estado Novo foi Presidente do Conselho da Caixa Econômica Federal em MT.

**3) TPol:** Durante a República Velha foi Secretário Particular do governador mato-grossense, Manoel Escolástico Virgílio (SD). Vereador em Cuiabá-MT (1927-1930). Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo de MT (1940-1945), tornando-se em seguida Vice-Presidente da instituição (1943-1945).

**4) LAM:** Foi Membro da Associação Comercial de Cuiabá e da Associação de Imprensa de MT.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em MT tendo colaborado nos jornais "Folhas do Norte", "O Momento", "Constitucionalista" e "O Evolucionista" (órgão do Partido Evolucionista Mato-Grossense).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • JOÃO PONCE DE ARRUDA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 27/07/1904, Cuiabá-MT. FALEC: 17/05/1973.
PROF: Engenheiro Civil.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro-DF (1927), após o que exerceu a profissão de Engenheiro em MT e ocupou cargos na burocracia de Estado.

**3) TPol:** Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas de MT na gestão do interventor Antônio Mena Gonçalves (1930-1931). Diretor do Departamento de Terras, Minas e Colonização em MT (1932-1933). Prefeito nomeado de Cuiabá-MT (1933-1935). Deputado Estadual Constituinte, MT (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, e Secretário-Geral do Estado de MT (1937-1945).

**4) LAM:** Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Associação Mato-grossense de Engenheiros.

**5) AIT:** Publicou "DISCURSO DE FORMATURA" (1927).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na luta pela extinção dos Territórios e na defesa da reincorporação ao Estado do Mato Grosso das áreas que lhe foram desmembradas para a criação dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre a "Redivisão territorial do Brasil" (XVIII, 310-316), no qual justificou emenda de sua autoria determinando a devolução das glebas dos Territórios do Iguaçu e Ponta Porã a seus Estados de origem, tendo ainda tomado parte nos debates travados no recinto constituinte sobre o assunto, sempre na defesa dos interesses regionais dos agrupamentos dominantes do MT.

Apresentou 36 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 21, aumentando o número de membros da Comissão Permanente do Congresso Nacional de forma a incluir mais componentes dos pequenos Estados; Nº 768, extinguindo todos os Territórios Federais, exceto o do Acre; e a de Nº 832, determinando a extinção dos Territórios de Ponta Porã e do Guaporé e a devolução ao Estado de Mato Grosso das glebas de terra que lhes foram desmembradas para a criação daquelas novas unidades da federação.

# "QUEM FOI QUEM NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1946";

## um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946.

## VOLUME II

UNICAMP

# SUMÁRIO

**AGRADECIMENTOS** ..... 05

**LISTA DE QUADROS E TABELAS** ..... 09

**LISTA DE ABREVIATURAS** ..... 10

**RESUMO** ..... 11

## VOLUME I

**Capítulo 1) O tema e seu tratamento da bibliografia** ..... **12**

**Capítulo 2) Objetivos e metodologia** ..... **19**

2.1) Descrição e sistematização dos dados coletados ..... 21

2.2) Análise das bancadas estaduais ..... 24

2.3) Biografia e trajetória política dos constituintes ..... 25

2.4) Atuação constituinte dos deputados e senadores ..... 28

**Capítulo 3) Um perfil da Constituinte de 1946** ..... **30**

3.1) A Constituinte de 1946 e o sistema partidário ..... 31

3.2) A trajetória política dos constituintes ..... 48

3.3) Perfil social ..... 63

3.4) Conclusões ..... 77

Anexo 1: Membros das Comissões e das Subcomissões ..... 87

Anexo 2: Número de legislaturas em órgãos parlamentares (por partido) ..... 93

Anexo 3: Mandatos parlamentares anteriormente exercidos pelos constituintes ..... 96

Anexo 4: Cargos governamentais anteriormente ocupados pelos constituintes ..... 99

Anexo 5: Atividades políticas exercidas durante o Estado Novo ..... 106

Anexo 6: Deputados e senadores constituintes por profissões ..... 111

**Capítulo 4) Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946..... 119**
4.1) Métodos e técnicas..... 119
4.2) Listagem nominal dos constituintes de 1946..... 123
4.3) Bancada do Acre/Amazonas..... 135
4.4) Bancada de Alagoas..... 145
4.5) Bancada da Bahia..... 156
4.6) Bancada do Ceará..... 189
4.7) Bancada do Distrito Federal..... 207
4.8) Bancada do Espírito Santo..... 235
4.9) Bancada de Goiás..... 244
4.10) Bancada do Maranhão..... 255
4.11) Bancada de Mato Grosso..... 266

**VOLUME 2**

4.12) Bancada de Minas Gerais..... 273
4.13) Bancada do Pará..... 318
4.14) Bancada da Paraíba..... 330
4.15) Bancada do Paraná..... 343
4.16) Bancada de Pernambuco..... 353
4.17) Bancada do Piauí..... 379
4.18) Bancada do Rio Grande do Norte..... 388
4.19) Bancada do Rio Grande do Sul..... 400
4.20) Bancada do Rio de Janeiro..... 430
4.21) Bancada de Santa Catarina..... 453
4.22) Bancada de São Paulo..... 464
4.23) Bancada de Sergipe..... 518

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS E FONTES UTILIZADAS** 526
**SUMMARY** 536

## BANCADA DE MINAS GERAIS.

**01) FERNANDO MELO VIANA (SENADOR/PSD);**
**02) LEVINDO COELHO (SENADOR/PSD);**
**03) ALFREDO SÁ (PSD);**
**04) AUGUSTO VIEGAS (PSD);**
**05) BENEDITO VALADARES (PSD);**
**06) BIAS FORTES (PSD);**
**07) CELSO MACHADO (PSD);**
**08) CRISTIANO MACHADO (PSD);**
**09) DUQUE DE MESQUITA (PSD);**
**10) GUSTAVO CAPANEMA (PSD);**
**11) ISRAEL PINHEIRO (PSD);**
**12) JOÃO HENRIQUE (PSD);**
**13) JOAQUIM LIBÂNIO (PSD);**
**14) JOSÉ MARIA ALKIMIN (PSD);**
**15) JUSCELINO KUBITSCHECK (PSD);**
**16) LAIR TOSTES (PSD/1° Suplente);**
**17) MILTON PRATES (PSD/2° Suplente);**
**18) NORALDINO LIMA (PSD);**
**19) OLINTO FONSECA (PSD);**
**20) PEDRO DUTRA (PSD);**
**21) RODRIGUES PEREIRA JR. (PSD);**
**22) RODRIGUES SEABRA (PSD);**
**23) WELLINGTON BRANDÃO (PSD);**
**24) GABRIEL PASSOS (UDN);**
**25) JOSÉ BONIFÁCIO (UDN);**
**26) LICURGO LEITE (UDN);**
**27) LOPES CANÇADO (UDN);**
**28) MAGALHÃES PINTO (UDN);**
**29) MILTON CAMPOS (UDN);**
**30) MONTEIRO DE CASTRO (UDN);**
**31) ARTUR BERNARDES (PR);**
**32) BERNARDES FILHO (PR);**
**33) DANIEL DE CARVALHO (PR);**
**34) FELIPE BALBI (PR);**
**35) JACI FIGUEIREDO (PR);**
**36) MÁRIO BRANT (PR);**
**37) EZEQUIEL MENDES (PTB/1° Supl.);**
**38) LERI SANTOS (PTB).**

**23 PSD + 07 UDN + 06 PR + 02 PTB = 38.**

### A) BANCADA DO PSD/MG.

Segundo Sérgio Miceli, "Em Minas Gerais a bancada pessedista incluía políticos que se firmaram em função dos serviços prestados às interventorias onde a maioria chegou a ocupar postos de relevo --- interventores, secretários de Estado, prefeitos --- sendo que alguns deles pertenciam, ao mesmo tempo, em graus e a títulos diversos, a clãs oligárquicos estaduais. Alguns dos ex-interventores que passaram a integrar a cúpula dirigente do PSD juntavam às suas raízes locais o trunfo de poderem contar com ligações de parentesco nos círculos palacianos do regime, como, por exemplo, (...) **Benedito Valadares Ribeiro** (1892/Pará de Minas/MG -- PSD/MG), sobrinho-neto do Conselheiro Martinho Campos, constituinte em 1934, era concunhado do Capitão Ernesto Dornelles (1897/São Borja/RS -- PSD/RS), chefe de polícia em Minas, interventor federal no Rio Grande do Sul e primo de Getúlio Vargas. (...)

Entretanto, por mais eficientes que tivessem se mostrado no desempenho de suas tarefas e por maiores que fossem os interesses do governo federal em assegurar a sobrevivência política dessa nova geração de gestores, eles não teriam sido bem-sucedidos eleitoralmente se não tivessem podido contar, desde o início de sua trajetória política e profissional, com amplo respaldo por parte de setores de elite com peso considerável no equilíbrio de forças estadual. Em Sergipe, no Espírito Santo e, sobretudo, em Minas Gerais, as bancadas pessedistas incorporaram herdeiros à testa de importantes clãs oligárquicos, muitos dos quais já haviam consolidado sua carreira política desde a década de 20, como, por exemplo: **Israel Pinheiro** (1896/Caeté/MG -- PSD/MG) da família do mesmo nome que controlava o município de Caeté (MG) através da principal fonte de emprego da cidade, a Cerâmica João Pinheiro, fora membro e depois presidente do Conselho Consultivo do Estado, e secretário de Viação e de Agricultura ao tempo da interventoria Valadares; **José Francisco Bias Fortes** (1891/Barbacena/MG), cuja família se revezava com os Andradas no poder em Barbacena às custas da concessão de empregos públicos e do exercício de cargos políticos de relevo tanto a nível estadual como no plano federal, fora deputado estadual de 1915 a 1925, secretário de Segurança Pública em 1926, deputado federal à Constituinte federal de 1934 e prefeito de Barbacena em 1937; **Christiano Monteiro Machado** (1894/Sabará/MG), filho do coronel e negociante Virgílio Machado, descendente de famílias ilustres, fora deputado estadual (1924) e federal (1930, 1934), prefeito de Belo Horizonte (1927), secretário do interior e justiça no governo Olegário Maciel; **Levindo Duarte Coelho** (1891/Queluz/MG), de uma família tradicional de Ubá, fora deputado estadual de 1915 a 1929, secretário da Educação em 1930 e deputado à Constituinte Federal de 1934" (MICELI, 1986: 568-570).

- **FERNANDO DE MELO VIANA** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 15/03/1878, Sabará-MG. FALEC: 01/02/1954.
Filho do comendador, comerciante e fazendeiro Manuel Fontes Pereira de Melo Viana.
PROFS: Banqueiro e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG, na mesma turma de Artur Bernardes e Raul Soares (1900). Promotor Público em Mar de Espanha-MG (1901-1903). Advogado em Sete Lagoas-MG (1905). Juiz de Direito em várias cidades do interior mineiro a partir de 1909. Retornando do exílio após a Revolução de 30, exerceu a advocacia no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte (1931). Foi Presidente do Banco de Crédito Pessoal e da Companhia de Seguros Colúmbia, tendo também atuado em diversas outras instituições bancárias.

**3) TPol:** Vereador em Mar de Espanha e Deputado Estadual (1903-1905). Subprocurador-Geral e Advogado-Geral do Estado de MG no governo de Artur Bernardes (1918-1922). Secretário do Interior de MG no governo de Raul Soares (1922-1924), assumiu a Presidência do Estado após a morte deste (1924-1926). Vice-Presidente da República durante o governo de Washington Luís (1926-1930). Presidente do Senado no final de seu mandato de Vice-Presidente da República (1930). Candidato derrotado ao governo de MG pelo movimento "Concentração Conservadora", organização de apoio à candidatura de Júlio Prestes para a sucessão de Washington Luís à presidência da República (1930). Com a vitória da Revolução de 30, à qual se opôs, foi preso e exilado, indo para Portugal e Espanha (1930-1931). Nomeado Advogado de MG no Rio de Janeiro pelo interventor Benedito Valadares (1934-1946). Durante o Estado Novo, foi Membro da Comissão do Imposto

Sindical do Ministério do Trabalho, na condição de representante das Profissões Liberais (1938). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/MG e Membro da Comissão Executiva Nacional do partido (1945). Após a Constituinte-46 tornou-se Vice-Presidente do Senado Federal (1946-1950).

**4) LAM:** Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1938-1944). Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro do Comitê Coordenador de Propaganda Interamericana contra o Totalitarismo (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, eleito na Sessão Solene de Instalação, a 05/02/1946, por 200 votos contra 15 dados a seu adversário, o senador comunista Luís Carlos Prestes (I, 26). Logo após ter sido eleito Presidente da Constituinte, proferiu breve discurso declarando instalados os trabalhos de elaboração constitucional (I, 35-37), no qual invocou por sete vezes o nome de Deus, a civilização cristã e a Divina Providência, e posicionou-se contra "o ateísmo atrabiliário, diabólico e destruidor", afirmando ainda que "Desta casa, o totalitarismo abominável de múltiplos coloridos fugirá espavorido, diante da evocação de nossas tradições religiosas e políticas" (I, 35). Na condição de Presidente da Constituinte, ocupou a tribuna inúmeras vezes para cumprir sua atribuições regimentais e posicionar-se sobre várias questões de ordem e proposições apresentadas por outros parlamentares.

Durante a fase de votação do Regimento Interno, procurou assegurar aos constituintes de várias correntes políticas (inclusive os comunistas) o direito de palavra, embora ordenasse por diversas vezes a evacuação do recinto Constituinte, com veemência progressiva, veemência esta que chegou ao paroxismo durante a votação da Indicação udenista propondo o repúdio, pela Assembléia, da Constituição de 1937, o que provocou a seguinte impressão em uma jovem repórter política encarregada da cobertura jornalística dos trabalhos constituintes:

"Nos últimos dias, duas decisões surpreendentes devem ser assinaladas: o golpe que foi infligido aos verdadeiros democratas pela maioria pessedista quanto à Carta de 37 e a declaração de Melo Viana ao referir-se à reação popular contra a vitória pessedista:

--- Eu próprio, com minha autoridade de juiz, mandarei a Força (ou seja, a polícia --- SSB) disparar contra o povo, se assim for preciso!

Todos reconhecem seu direito de manter a ordem, mesmo sendo necessário para isso evacuar as galerias, fortificar as entradas do Tiradentes e reforçar a garantia aos parlamentares; mas, daí à ameaça de violência para conter manifestações democráticas de protesto, vai muito! Será bom que nossas autoridades não esqueçam que a ditadura caiu e o Congresso está aberto e em pleno funcionamento..." (MIRANDA, 1982: 43).

Na fase decisiva de votação do Projeto Revisto em plenário, ocupou o papel estratégico de permitir ou negar os destaques solicitados às emendas e emitir "votos de minerva" quando da ocorrência de empates nas votações. Nestas ocasiões, posicionou-se contrário à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos, ao direito dos juízes de participarem da política, e foi favorável à imigração japonesa (decidindo com seu voto de minerva a votação sobre o assunto, e a rejeição pela Assembléia da emenda proibitiva de Miguel Couto e José Augusto).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

## • LEVINDO EDUARDO COELHO (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 13/10/1871, Queluz-MG. FALEC: 06/06/1961.
Originário de tradicional clã familiar de proprietários de terras e de déspotas locais no município de Ubá, no interior de MG.
PROFS: Proprietário de Terras e Médico.

**2) CPr:** Diplomado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto-MG (1894). Professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto (1895-1901). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1902). Médico e Fazendeiro em Ubá-MG a partir de 1903.

**3) TPol:** Filiou-se ao PRM/Partido Republicano Mineiro (1914), a convite do presidente do Estado de MG, Raul Soares (1914). Membro da Comissão Executiva do PRM (1915). Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Ubá-MG (1915-1917). Senador Estadual por várias legislaturas consecutivas (1915-1930). Vereador municipal em Ubá (1918-1920). Deputado Federal, PRM (1930). Apoiou a Revolução de 30. Secretário da Educação e Saúde Pública no governo de Olegário Maciel (1930-1931). Deputado Constituinte e Federal, PRM (1933-1935). Deputado Federal, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo foi nomeado Prefeito de Ubá na gestão do interventor Benedito Valadares (1937-1945). No contexto da redemocratização emergiu como uma das principais lideranças das classes dominantes da zona da mata mineira, tendo sido eleito Membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945).

**4) LAM:** Presidiu o II Congresso Católico realizado em Belo Horizonte-MG (1911), e foi Membro de diversas instituições filantrópicas.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no interior mineiro, tendo sido Proprietário e Diretor dos jornais "O Movimento" (semanário de orientação católica de grande difusão na zona da mata mineira) e da "Folha do Povo" (órgão oficial do PRM em Ubá).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre o "Projeto Constitucional" (XI, 153-156), no qual defendeu a autonomia dos municípios e argumentou longamente a favor de sua emenda contrária à eleição direta de prefeitos nas cidades litorâneas, sob a alegação de que a concessão de tal direito aos habitantes destas cidades estimularia a difusão de ideologias estranhas causadoras da "desordem pública". Além disso, requereu inserção em ata de telegramas de autoridades mineiras louvando o projeto constitucional por "estar de pleno acordo com os postulados cristãos" (XX, 182) ao incorporar reivindicações católicas, tais como a indissolubilidade do vínculo matrimonial, a obrigatoriedade do ensino religioso nos estabelecimentos de ensino e a possibilidade de assistência religiosa gratuita às classes armadas.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 80, proibindo a eleição dos Prefeitos em todos os municípios litorâneos com o objetivo de combater a ação de "grupos alienígenas que estão exercendo perigosa influência sobre a população nacional, dando origem a sérios problemas de ordem pública" (XI, 197); Nº 1486, proibindo a transferência do produto das multas aos funcionários que as tivessem aplicado; e a de Nº 2037, contrária ao reconhecimento do direito de greve mesmo com as "limitações impostas pelo bem público", conforme

constava no primitivo projeto, e em cuja "justificativa" se afirma que "não se deve legitimar a greve, que conduz à luta de classes, em oposição às soluções orgânicas dadas pela justiça" (XIV, 453).

---

## • ALFREDO SÁ (PSD).

**1) DPF:** NASC: 11/12/1878, Teófilo Otoni-MG. FALEC: 13/07/1960.
Filho do proprietário de terras e coronel da Guarda Nacional, Carlos de Oliveira Sá, chefe político em Teófilo Otoni e senador estadual em MG (1895-1898).
PROF: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1901). Promotor Público em Itabira-MG (1902-1903). Juiz Municipal em Teófilo Otoni (1903-1904). Consultor Jurídico da Secretaria da Agricultura de MG (1919-1922). Serventuário da Justiça no Distrito Federal (1934).

**3) TPol:** Senador Estadual (1922). Chefe de Polícia do Estado de MG no governo de Raul Soares (1922-1924). Nomeado pelo presidente da República, Artur Bernardes, Interventor Federal no Estado do AM (1924-1926). Membro da Comissão Executiva do PRM (1925-1929). Vice-Presidente do Estado de MG na gestão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Novamente Senador Estadual (1927-1930). Apoiou a candidatura de Júlio Prestes às eleições presidenciais e de Melo Viana ao governo estadual, opondo-se logo a seguir à Revolução de 30. Secretário do Instituto Mineiro do Café no governo de Olegário Maciel (1930-1933). Durante o Estado Novo foi Prefeito de Teófilo Otoni-MG (1940-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Secretário do Interior de MG por um breve período durante a interventoria de Noraldino Lima (14/novembro-18/dezembro/1946).

**4) LAM:** No final da República Velha militou na "Concentração Conservadora", movimento de apoio às candidaturas de Melo Viana ao governo de MG e de Júlio Prestes à presidência da República (1930).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no interior mineiro, tendo sido Diretor do jornal "O Mucuri" em sua cidade natal (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Comissão de Estudos das Indicações, tendo se concentrado nos trabalhos ocorridos neste órgão, formulando pareceres a inúmeras Indicações enviadas por constituintes de diversas bancadas. Em plenário, concentrou-se na crítica veemente à política implementada pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool durante o Estado Novo, tendo efetuado vários pronunciamentos (XX, 360-363; XXII, 95 etc.) atacando energicamente a autarquia e reivindicando sua imediata extinção, acusando o Instituto de "sabotar a economia nacional" e afirmando, dentre outras coisas, que "Cada um dos Srs. Representantes aqui presentes e que moram no interior de Minas, de São Paulo, da Bahia, de Goiás e do Espírito Santo podem dar seu testemunho pessoal do vandalismo do Instituto do Açúcar e do Álcool, ao mandar destruir todos os pequenos engenhos produtores de açúcar" (XXII, 95-96). Além de proferir libelos contra o IAA,

também ocupou a tribuna para pronunciar discurso justificando emendas de sua autoria ao Projeto Constitucional (XIII, 203-207), para solicitar "amparo governamental" à Companhia Eletroquímica Brasileira (segundo o orador, a única fábrica de alumínio então existente no Brasil e passando por dificuldades financeiras; XXIV, 386), para participar dos debates sobre política regional mineira e para manifestar-se simpático ao parlamentarismo, embora considerasse este sistema de governo inexeqüível no Brasil.

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 952 (aprovada; XXII, 114), permitindo que os deputados ou senadores conservassem seus mandatos no caso de ocuparem os cargos de ministros de Estado, interventor federal ou secretário estadual; Nº 1059, vedando a distribuição dos produtos das multas aos funcionários que as aplicassem; e a de Nº 1205, facultando aos prejudicados por atos do Governo Provisório a faculdade de pleitearem direitos perante o Judiciário.

---

## • AUGUSTO DAS CHAGAS VIEGAS (PSD).

**1) DPF:** NASC: 17/09/1881, São Tiago-MG. FALEC: 03/09/1973.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1908), após o que exerceu a advocacia em São João del Rei-MG.

**3) TPol:** Durante a Republica Velha foi Vereador em São João del Rei por várias legislaturas, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal na mesma cidade, PRM (SD). Apoiou a Revolução de 30, tendo se filiado ao PP/Partido Progressista após a vitória do movimento. Deputado Constituinte e Federal, PP/MG (1933-1935). Deputado Federal, PP/MG (1935-1937). Representante do PP/MG na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46 tornou-se Secretário das Finanças de MG na interventoria de Noraldino Lima (novembro/1946).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, apenas ocupando a tribuna para pronunciar discurso sobre "O nome de Deus no preâmbulo da Constituição" (V, 299-303) no qual defendeu a invocação da proteção do mesmo no preâmbulo da Carta Constitucional.

Apresentou 38 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas sugerindo pequenas modificações de redação em vários dispositivos constitucionais e sem conteúdo doutrinário explícito.

---

## • BENEDITO VALADARES RIBEIRO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 04/12/1892, Pará de Minas-MG. FALEC: 02/03/1973.
Filho do tenente-coronel Domingos Justino Ribeiro. Sobrinho de Martinho Álvares da Silva Campos (presidente do Conselho no Império) e de Benedito Cordeiro dos Campos Valladares, deputado na República Velha (SD). Neto de Francisco Cordeiro dos Campos Valladares, deputado provincial, MG (SD). Concunhado do Capitão Ernesto Dornelles, ex-chefe de polícia em MG, ex-interventor federal no RS durante o Estado Novo (1943-1945), primo de Getúlio Vargas, e senador à Constituinte de 1946 pelo PSD/RS.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1920), após o que exerceu a advocacia em sua cidade natal (1921-1933). Era também formado em odontologia pela Escola de Odontologia de Belo Horizonte-MG (1914), mas não chegou a exercer a profissão.

**3) TPol:** Participou da campanha da Aliança Liberal em MG (1929-1930). Vereador em Pará de Minas-MG (1930). Prefeito de Pará de Minas (1930-1933). Tomou parte nos combates contra o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Eleito Deputado Federal Constituinte, renunciou ao mandato para assumir a interventoria de MG (1933). Após um tumultuado processo sucessório, foi nomeado Interventor em MG, substituindo seu padrinho político Olegário Maciel (1933-1935). Governador de MG (1935-1937); no transcurso de sua gestão, despontou como uma das mais destacadas lideranças políticas nacionais, participando de inúmeras articulações políticas e ligando-se estreitamente a Vargas. Presidente do Partido Nacionalista de MG, agremiação de apoio à candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Um dos principais dirigentes civis do golpe militar que instaurou a ditadura estadonovista (1937). Durante o Estado Novo foi o único Interventor a permanecer formalmente no cargo de "Governador", como recompensa por sua lealdade ao governo central (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos principais articuladores do PSD a nível nacional e da candidatura Dutra à presidência da República; Presidente da 1ª Comissão Executiva do PSD/MG; Presidente da 1ª Convenção Nacional do PSD realizada a 17/07/1945, onde foi eleito Vice-Presidente do Partido a nível nacional, exercendo na prática a Presidência da agremiação no período (1945). Após a Constituinte-46, foi derrotado nas eleições suplementares para o Senado por Bernardes Filho, candidato da coligação UDN/PR/PTN (1947), sendo em seguida substituído na presidência do PSD por Nereu Ramos (PSD/SC). Votou a favor da cassação do PCB (1948).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Um dos mais destacados dirigentes políticos do Estado Novo, durante a vigência do regime implantou sólida base política em seu Estado.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Líder da bancada do PSD/MG na Constituinte e Membro da Subcomissão "Discriminação de Rendas" da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais que regulamentavam matéria fiscal e tributária.

Concentrando sua atuação nos debates ocorridos neste órgão e nas articulações políticas de bastidores, foi pouco atuante em plenário, apenas ocupando a tribuna para manifestar-se contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária, e para tomar parte nos acirrados debates sobre política regional mineira travados no recinto da Assembléia. Assim, pressionado pelas freqüentes críticas efetuadas por udenistas mineiros à sua interventoria em MG, causou grande celeuma durante os trabalhos constituintes ao ocupar a tribuna para proferir longo e tumultuado discurso defendendo vários aspectos de sua gestão à frente da interventoria mineira (VII, 199-223), pronunciamento este que culminou com a retirada conjunta das bancadas da UDN, do PR e do PL do recinto constituinte devido ao fato de Benedito Valadares ter recusado aparte à Gilberto Freire (UDN/PE), sob o pretexto de este não ser mineiro e não ter o direito de se imiscuir em assuntos internos à política de MG. Também manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes e declarou voto contra a moção do líder udenista Otávio Mangabeira louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, a 29/outubro/1945.

Apresentou 79 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 576, contrária à nomeação dos interventor federal pelo senado e concedendo tal prerrogativa exclusivamente ao presidente da República; Nº 586 (rejeitada; XXI, 202), suprimindo dispositivo que isentava do imposto de consumo os "artigos que a lei classificar como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento dentário médico das pessoas de restrita capacidade econômica"; Nº 735, contrária à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional nos intervalos dos períodos legislativos; Nº 760, regulamentando vários aspectos da competência, composição e funcionamento do Tribunal Federal de Recursos; Nº 1551 (aprovada; XXIII, 255) flexibilizando a concessão para empresas estrangeiras da exploração de minas, riquezas do subsolo e quedas d'água; e a de Nº 2171, regulamentando a transferência da capital federal para a região compreendida entre os rios Parnaíba e Rio Grande, no triângulo mineiro.

---

• JOSÉ FRANCISCO **BIAS FORTES** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 03/04/1891, Barbacena-MG. FALEC: 30/03/1971.
Filho de Crispim Jaques Bias Fortes, chefe político em MG, deputado à Assembléia Provincial (1881-1889), fundador do Partido Republicano Mineiro (1888), senador estadual (1891-1894), e presidente de MG (1894-1898). Segundo Sérgio Miceli, "sua família se reservava com os Andradas no poder em Barbacena às custas da concessão de empregos públicos e do exercício de cargos políticos de relevo tanto a nível estadual como no plano federal" (MICELI, 1986: 570).
PROFS: Proprietário de Terras (Fazendeiro) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte (1912), após o que exerceu a advocacia em Barbacena.

**3) TPol:** Vereador em Barbacena, PRM (1913-1914). Deputado Estadual, PRM (1914-1918); (1918-1922); (1923-1925), tendo sido Presidente da Câmara durante a última legislatura. Deputado Federal pela legenda do Partido Libertador, MG (1925-1926). Secretário de Segurança e Assistência Pública de MG na gestão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1929). Participou da campanha da Aliança Liberal em MG (1929-1930). Eleito Deputado Federal pelo PRM, teve seu

mandato interrompido em razão da Revolução de 30 (1930). No início da década participou de inúmeros movimentos políticos em MG. Embora Membro da Comissão Executiva do PRM, filiou-se ao Clube 03 de Outubro (1931). Preso por dois dias em razão de ter participado de uma tentativa de deposição do interventor Olegário Maciel (1931). Membro do Conselho Executivo do PSN/Partido Social Nacionalista (1932), agremiação extinta pouco depois. Juntamente com Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco foi um dos Fundadores e Membro da Comissão Diretora do PP/Partido Progressista de MG (1933). Deputado Constituinte e Federal (o mais votado de seu Estado) pelo PP/MG (1933-1935). Deputado Federal na legenda PRM-Minas Autônoma, que abrigava dissidentes do PP (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Prefeito de Barbacena-MG, consolidando seu domínio a nível local (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/MG e Membro da Comissão Executiva da agremiação (1945). Após a Constituinte-46 foi derrotado por Milton Campos, candidato da coligação UDN/PR/PTN, nas eleições para o governo de MG (1947).

**4) LAM:** No início da década de 30 foi Membro da Legião Liberal Mineira (1931). Durante o Estado Novo teve destacada atuação no Congresso de Prefeitos organizado pelo interventor Benedito Valadares em Belo Horizonte (julho-agosto/1941).

**5) AIT:** Diretor do "Jornal de Barbacena" a partir de 1937.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discursos de "voto de pesar" a personalidades mineiras falecidas e para justificar Requerimento de homenagem aos mortos na II Guerra Mundial (VIII, 345), tendo também efetuado intervenções tópicas nos debates sobre política regional mineira e piauiense, e votado a favor da "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas (XI, 251).

Apresentou 79 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas sugerindo pequenas alterações de redação em dispositivos do mesmo. Destacam-se as de Nº 335, sistematizando matéria esparsa no primitivo projeto referente à composição e ao funcionamento das instituições parlamentares, e a de Nº 796, sugerindo nova redação ao Art. 1º do Título "Ordem Econômica e Social" da Constituição, sendo que nenhuma de suas emendas foi posta em votação em plenário.

---

## • CELSO PORFÍRIO DE ARAÚJO MACHADO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 15/02/1895, Araxá-MG. FALEC: 13/09/1974.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1916). Delegado de Polícia em Rio Branco-MG (1917-1922). Fundador e Redator dos periódicos "O Comércio", "O Rio Branco" e "Minas Jornal" em MG (1918-1921). Durante o Estado Novo foi Procurador da Fazenda Federal no Rio de Janeiro-DF (1938-1945).

**3) TPol:** Oficial de Gabinete de Daniel de Carvalho, secretário de Agricultura no governo de Raul

Soares (1922-1924). Deputado Estadual (1924-1927). Exerceu simultaneamente os mandatos de Deputado Estadual e Vereador no município de Rio Branco-MG (1928-1930). Deputado Estadual (1930). Apoiou a campanha da Aliança Liberal e a Revolução de 30. Deputado Constituinte e Federal pelo PP/Partido Progressista, MG (1933-1935). Deputado Federal, PP/MG (1935-1937). Presidente do Diretório Municipal do Partido Progressista em Rio Branco (1933-1937). Durante o Estado Novo, além de Procurador da Fazenda foi Secretário do Interior e Justiça no último ano do governo de Benedito Valadares (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no interior do Estado de MG, tendo sido Redator e/ou Diretor de vários jornais em sua região de origem.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório intitulado "Mão de Obra". Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para defender Benedito Valadares (PSD/MG) e o interventor mineiro em exercício, João Beraldo (PSD/MG), das críticas efetuadas por oposicionistas acerca da responsabilidade de ambos pela continuidade da máquina administrativa estadonovista em MG.

Apresentou 16 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 603, favorável ao confisco dos bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias ou entidades paraestatais; Nº 2765, contrária à proibição do trabalho para menores de 14 anos; Nº 3168, favorável à manutenção da unicidade e do imposto sindicais; e a de Nº 3170, contrária à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, sendo que nenhuma de suas emendas foi objeto de discussão em plenário.

---

## • CRISTIANO MONTEIRO MACHADO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 05/11/1893, Sabará-MG. FALEC: 26/12/1953.
Filho do coronel, fazendeiro e industrial Virgílio Machado. Casou-se pela 2ª vez com Hilda von Sperling, cunhada de Raul Soares, presidente do Estado de MG na República Velha (1922-1924).
PROFS: Industrial, Banqueiro e Advogado.

**2) CPr:** Formado Farmacêutico pela Escola de Ouro Preto (1910). Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro-DF (1918). Após formar-se, dividiu escritório de advocacia em Belo Horizonte com Francisco Campos, futuro ministro da Justiça de Vargas (1919-1922). Diretor do Banco de Crédito Real de MG em Juiz de Fora (1925-1926). Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú (1944). Diretor da Companhia de Cimento Portland-Itaú (1946).

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do presidente de MG, Raul Soares (1922-1924). Deputado Estadual, PRM (1924-1925). Prefeito de Belo Horizonte-MG (1926-1929). Deputado Federal, PRM (1930), tendo renunciado ao mandato para assumir o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança

Pública no governo de Olegário Maciel (1930). Participou da Revolução de 30 em MG. Juntamente com membros da facção "bernardista" do PRM, tomou parte de uma malograda tentativa de deposição do governador Olegário Maciel (1931). Vice-Presidente da Comissão Executiva do PRM (1933). Deputado Constituinte e Federal, PRM (1933-1935). Deputado Federal, PRM (1935-1936), tendo renunciado ao mandato para ocupar o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública de MG durante o governo de Benedito Valadares, posto no qual manteve-se no transcurso do Estado Novo (1936-1945). Após a Constituinte-46, integrou a dissidência pessedista que apoiou a candidatura de Milton Campos ao governo de MG (1947) e foi candidato derrotado à presidência da República pelo PSD (1950).

**4) LAM:** Membro do Conselho Consultivo do Clube 03 de Outubro (1932), tendo se desligado da entidade pouco depois.

**5) AIT:** Colaborou em jornais no RJ sob o pseudônimo de "Kerenski".

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 15ª Sessão, a 25/04/1946 (II, 184). Em virtude de problemas de saúde, não pôde participar do processo de elaboração constitucional, tendo apenas efetuado breves apartes a discurso de Lopes Cançado (UDN/MG) sobre política mineira, aproveitando a ocasião para justificar sua ausência no acirrados debates travados em plenário sobre o assunto (VIII, 41).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido no entanto signatário de várias delas apresentadas por membros da bancada do PSD/MG.

---

• FRANCISCO **DUQUE DE MESQUITA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 23/02/1896, Três Pontas-MG. FALEC: 15/03/1979.
Genro de Camilo Soares de Moura, prefeito de Caxambu, juiz de direito, deputado estadual e federal, interventor em MG e ministro do Tribunal de Contas da União (SD).
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro-DF (1919), após o que tornou-se Promotor de Justiça em seu Estado (1920).

**3) TPol:** Deputado Estadual por várias legislaturas na República Velha (1923-1930). Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte (1933) e à Deputado Federal (1934) pelo PRM. (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, assim como grande parte dos membros da bancada mineira optou por proferir o "discurso do silêncio", tendo apenas efetuado intervenções tópicas nos debates sobre política regional mineira, para defender o interventor mineiro João Beraldo (PSD/MG) das acusações de parlamentares da UDN e do PR acerca de arbitrariedades cometidas pelo governante mineiro quando da nomeação de prefeitos em cidades do interior mineiro.

Apresentou apenas 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 2093, regulamentando a reintegração em seus mandatos dos deputados ou senadores que desempenhassem outros cargos públicos.

---

## • GUSTAVO CAPANEMA FILHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 10/08/1900, Pitangui-MG. FALEC: 10/03/1985.
Neto de Guilherme Schuch de Capanema, barão de Capanema, engenheiro e físico, responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do Brasil durante o Império escravista brasileiro (1885).
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1924), após o que exerceu a advocacia e lecionou na Escola Normal de Pitangui (1924-1929), dedicando-se a partir de então às atividades políticas.

**3) TPol:** Vereador em Pitangui-MG (1926-1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em MG, aderindo à plataforma tenentista (1929-1930). Oficial de Gabinete de Olegário Maciel, governador de MG (1930). Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública de MG, em substituição a Cristiano Machado, político então ligado à facção bernardista do PRM (1931-1933). Juntamente com Francisco Campos, foi um dos organizadores da "Legião Liberal Mineira" (1931). Envolveu-se em inúmeras lutas políticas regionais e nacionais no período. Um dos principais articuladores, Vice-Presidente e Membro da Comissão Executiva do PP/Partido Progressista de MG (1933). Com a morte de Olegário Maciel tornou-se Interventor Interino de MG (1933-1934). Nomeado Ministro da Educação e Saúde Pública, manteve-se no cargo durante todo o Estado Novo (1934-1945); segundo o dicionário CPDOC, "Após o golpe de 10 de novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo e a Constituição de 1937, da qual Capanema foi um dos signatários, a ação do Ministério da Educação e Saúde foi marcada pelo caráter fortemente centralizador e autoritário do novo regime" (CPDOC, 1984: 610). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945). Após a Constituinte-46, integrou a ala dissidente pessedista que apoiou a candidatura vitoriosa de Milton Campos ao governo de MG (1947) e foi favorável à cassação do PCB (1948).

**4) LAM:** Ainda na República Velha, foi um dos Representantes de MG na 3ª Conferência Nacional de Educação (1929). No início da década de 1930, grandemente influenciado pelas idéias de Francisco Campos, foi um dos principais dirigentes da "Legião de Outubro" ou "Legião Liberal Mineira", organização de inspiração fascista que travou a luta pelo desmantelamento da antiga máquina política perremista em MG.

**5) AIT:** Um dos principais dirigentes ideológicos do Estado Novo, durante sua gestão no Ministério da Educação realizou a chamada "reforma Capanema" do ensino público, além de ter sido o responsável por inúmeras outras iniciativas, mormente no campo educacional. Publicou "OS GRANDES DIAS DO BRASIL NOVO" (em colaboração com Francisco Campos e João Marques dos Reis; 1939); "A EDUCAÇÃO E A SAÚDE NO DECÊNIO GETULIANO" (1941); "ALGUMAS NOTAS DOCUMENTÁRIAS SOBRE O PROJETO DA CONSTITUIÇÃO" (1946), dentre inúmeros outros trabalhos esparsos e discursos políticos.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Subcomissão "Poder Legislativo" da Comissão de Constituição. Concentrou sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, onde foi um dos Constituintes mais influentes e teve participação decisiva na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, apenas interveio de maneira mais intensa na fase final dos trabalhos constituintes, quando da votação do Projeto Revisto no recinto da Assembléia, efetuando a defesa articulada de várias propostas contidas em suas emendas. Assim, polarizou a atenção do plenário ao ocupar a tribuna para pedir destaque para o "substitutivo Capanema", contendo várias sugestões de sua autoria (quase todas aprovadas) ao capítulo "Da Educação e Cultura" da Carta Constitucional (XXIII, 333 e segs.), e para argumentar a favor de sua proposição (parcialmente aprovada; XXI, 151), regulamentando a intervenção federal nos Estados. Além disso, manifestou-se favorável à representação eleitoral que favorecesse os pequenos Estados em detrimento dos grandes, ao sistema de governo presidencialista, e à manutenção do Senado, tendo sido ainda contrário ao sistema unicameral e ao direito do Congresso Nacional de requerer prestação de contas dos ministros de Estado.

Apresentou 89 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 800, suprimindo a expressão "justiça social" do Art. 1 do título "Ordem Econômica e Social" e sugerindo nova redação ao mesmo, estipulando que "A ordem econômica conciliará a liberdade de empresa com a valorização do homem no trabalho" (XIII, 122); Nº 1481, fixando com maior precisão no texto constitucional o conceito de autonomia municipal, e favorável à nomeação dos prefeitos das capitais, no municípios de águas minerais naturais, e nos de importância militar estratégica; Nº 2250, sugerindo nova redação a todo um longo artigo regulamentando a competência legislativa privativa da União; Nº 3225 (aprovada; XXIII, 333 e *passim.*) sugerindo nova redação a todo um capítulo "Da Educação e da Cultura" e posteriormente transformado em plenário no "substitutivo Capanema" sobre matéria educacional; Nº 3346 (aprovada; XXIII, 397), estipulando que "As ciências, as letras e as artes são livres, e terão constante amparo dos poderes públicos" (XVI, 125); e a de Nº 3507 (aprovada; XXIV, 213), estabelecendo uma série de regras para o processo de reforma e apresentação de emendas à Carta Constitucional

## • ISRAEL PINHEIRO DA SILVA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 04/01/1896, Caeté-MG. FALEC: 06/07/1973.
Descendente de tradicional família mineira que controlava politicamente o município de Caeté-MG. Filho de João Pinheiro da Silva, secretário de Estado, deputado constituinte (1890), senador (1905) e presidente de MG (1906-1908). Irmão de João Pinheiro da Silva Filho, prefeito de Poços de Caldas-MG (1928) e deputado classista à Assembléia Nacional Constituinte, na condição de representante dos empregadores mineiros (1933/1934).
PROFS: Industrial, Proprietário de Terras e Engenheiro.

**2) CPr:** Formado em Engenharia pela Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto-MG (1919), após o que realizou estudos de aperfeiçoamento na área siderúrgica na França, Inglaterra e Alemanha. Retornando ao Brasil, trabalhou nas obras de instalação da Usina de Ferro Genspacher, da Usina Gorceix, e foi Diretor-Proprietário da Companhia de Mineração Juca Vieira, da Usina de Tubos Centrifugados Barbará S.A. e da Companhia de Cerâmica João Pinheiro, de propriedade de sua família e fundada por seu pai. Foi também fazendeiro de gado no interior mineiro.

**3) TPol:** Vereador, Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo de Caeté-MG, PRM (1922-1924). Militou no PRM na década de 1920, tendo apoiado a Revolução de 30 em MG. Presidente do Conselho Consultivo de MG no governo de Olegário Maciel (1930-1933). Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de MG na gestão do interventor Benedito Valadares (1933-1935). Membro da Comissão Executiva do PNM/Partido Nacionalista Mineiro, agremiação fundada por Benedito Valadares para apoiar a candidatura presidencial de José Américo de Almeida (1937). Durante o Estado Novo foi Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de MG, cargo que havia assumido já antes da instauração do regime (1935-1942); foi também o 1º Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, empresa estatal de mineração diretamente subordinada à presidência da República (1942-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Vice-Presidente do PSD/MG e Secretário Geral do PSD nacional (1945).

**4) LAM:** Durante o Estado Novo acompanhou o ministro da Fazenda Souza Costa em viagens de negociação a Washington-EUA, visando a encampação, pelo governo brasileiro, das Companhias de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração, remanescentes do antigo grupo Itabira Iron Ore Company (1942).

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante e bastante influente em plenário, concentrou-se na defesa de sua gestão à frente da Companhia Vale do Rio Doce durante o Estado Novo, e na participação nos debates referentes ao título "Ordem Econômica e Social" da Constituição, mormente àqueles seus dispositivos que regulamentavam a entrada de capital estrangeiro na economia, da qual foi um articulado e ferrenho defensor. Assim, ocupou a tribuna para proferir longos e importantes discursos nos quais buscou fazer a defesa detalhada de sua administração à frente da empresa Vale do Rio

Doce (IX, 265-279) e responder à críticas efetuadas à mesma por outros parlamentares em plenário, aproveitando a ocasião para posicionar-se a favor da necessidade de planejamento para promover o desenvolvimento econômico do país e expressar sua postura no tocante ao capital estrangeiro, afirmando que "... tendo em vista a deficiência de capital nacional, desejo encarecer a necessidade de que sejam abolidas de vez as restrições ao capital estrangeiro, fruto de um nacionalismo mal compreendido" (IX, 277), afirmação esta que provocou veementes apartes contrários do senador comunista Luís Carlos Prestes (PCB/DF). Também efetuou importante pronunciamento emitindo o parecer da bancada do PSD/MG ao título "Ordem Econômica e Social" do projeto constitucional (XIX, 210-219), onde, dentre outras coisas, manifestou-se amplamente favorável à entrada de capital estrangeiro na economia brasileira, enfatizando mais uma vez a necessidade de se flexibilizar os dispositivos constitucionais que regulamentavam tal entrada, tendo também combatido veementemente a necessidade de reforma agrária e feito a apologia da grande propriedade rural, afirmando que "A grande propriedade é um bem e o latifúndio, um benemérito" (...) "Não há brasileiros que queiram terras e não as tenham. A terra é que precisa de brasileiros e não encontra braços" (XIX, 218). Além disso, manifestou-se contra a adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação, e amplamente favorável à mudança da capital federal para a região compreendida entre os rios Parnaíba e Grande, no triângulo mineiro.

Apresentou 10 emendas, a maior parte delas ao título "Ordem Econômica e Social" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1135, assinada por todo o PSD mineiro e ferrenhamente contrária à nacionalização progressiva dos bancos de depósito e das empresas de seguro e capitalização, e contendo longa "justificação" onde são dados vários argumentos contrários à proposta de nacionalização das instituições financeiras estrangeiras (XIII, 293-294); Nº 1136 (aprovada; XXIII, 171), suprimindo dispositivo do primitivo projeto que reservava apenas a brasileiros natos o exercício das profissões liberais; Nº 1137, dificultando ainda mais que no projeto inicial a desapropriação de terras não aproveitadas ou beneficiadas por obras públicas; Nº 1138, eliminando dispositivo que recomendava a nacionalização das empresas de serviço público; Nº 1218 (aprovada; XXIII, 171), dando à União competência privativa para legislar sobre energia hidro e termelétrica; Nº 1344, assegurando aos estrangeiros igualdade de condições com os brasileiros no tocante ao direito de aquisição de propriedade que ocupassem por mais de dez anos; e a de Nº 1961, obrigando a União, os Estados e os Municípios a aplicarem pelo menos 5 % de sua renda tributária na conservação, recuperação e desenvolvimento das riquezas naturais do país.

---

• **JOÃO HENRIQUE** SAMPAIO VIEIRA DA SILVA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/06/1896, Fortaleza-CE. FALEC: SI.
PROF: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1917), exercendo em seguida a profissão de Médico em Uberaba-MG. Foi também pecuarista na região do triângulo mineiro.

**3) TPol:** Vereador e Prefeito de Uberaba-MG (1923-1926). Deputado Estadual, PRM (1927-1930). Deputado Federal na legenda do PP/Partido Progressista (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Foi Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba-MG (SD) e líder rural na região do triângulo mineiro..

**5) AIT:** Publicou, dentre outras obras: "DO CONCEITO EUGÊNICO NO HABITAT BRASILEIRO"; "ANGINA DE VINCENT NO RIO DE JANEIRO"; "OBJETIVOS DE POLÍTICA PRAGMÁTICA"; e "A ASPIRAÇÃO DO MAR NA CONSTITUINTE MINEIRA DE 91" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Concentrou sua atuação na defesa da gestão do interventor mineiro João Beraldo (PSD/MG) das acusações feitas por oposicionistas em plenário, e na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária no Brasil Central. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu discurso sobre a questão da pecuária (III, 434-438), no qual atribuiu a crise por que estava passando o setor a um "erro de política econômica" do Banco do Brasil ao restringir o crédito aos produtores, e condenou veementemente os frigoríficos estrangeiros por estarem forçando a baixa do preço do gado de corte e prejudicando o funcionamento do mercado de carne, afirmando que "O interesse do capital estrangeiro empregado em frigoríficos está prejudicando a economia nacional, representada pela classe dos fazendeiros" (III, 435). Além disso, adquiriu notoriedade durante os trabalhos constituintes ao subir a tribuna para protestar veementemente contra a atitude do líder udenista, Otávio Mangabeira (UDN/BA), de beijar a mão do general Eisenhower quando da visita deste ao recinto Constituinte, qualificando o ato de "gesto de servidão política", posicionamento este que causou grande celeuma dentro e fora do plenário, e provocou incontáveis manifestações de desagravo ao político baiano por parte de constituintes de diversos partidos (XX, 254 e *segs.*).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 395, criando dispositivo assegurando assistência médica, dentária e farmacêutica a todos os brasileiros.

---

## • JOAQUIM LIBÂNIO LEITE RIBEIRO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 16/05/1894, Guaxupé-MG. FALEC: 14/06/1949.
PROF: Proprietário de Terras, Empresário (Industrial e Banqueiro) e Médico.

**2) CPr:** Formado em Medicina (1916). Foi Presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Diretor do Banco Mercantil de São Paulo e Fazendeiro nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Fundador e 1º Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de MG.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

### • JOSÉ MARIA ALKIMIN (PSD).

**1) DPF:** NASC: 11/06/1901, Bocaiúva-MG. FALEC: 22/04/1974.
PROFS: Advogado, Empresário e Professor Universitário.

**2) CPr:** Funcionário dos Telégrafos (1919-1924). Repórter e, posteriormente, Diretor do jornal "Minas Gerais", órgão oficial do Estado (1925-1930). Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1929). Subdiretor e Diretor da Imprensa Oficial do Estado de MG (1929-1930). Reitor do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte (1930-1932). Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de MG (1932). Exerceu a advocacia em MG tendo trabalhado no escritório de Abílio Machado. Durante o Estado Novo tornou-se Professor Catedrático de Economia Política na Faculdade de Filosofia de MG (1939); Advogado do Banco de Crédito Real de MG (1942); Diretor das Empresas Granjas Reunidas S.A., pertencentes ao Grupo Matarazzo em Bocaiúva-MG (1944).

**3) TPol:** Participou da campanha da Aliança Liberal em MG, ligando-se politicamente ao governador eleito Olegário Maciel (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pelo PPM/Partido Progressista Mineiro (1933-1935). Reeleito Deputado Federal (1935), renunciou ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado de MG (1935-1936). Secretário do Interior e Justiça de MG na gestão de Benedito Valadares (1936-1939). Apoiou a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, além de Secretário de Estado foi Diretor da Penitenciária Agrícola de Neves-MG (1939-1942). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores e Membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945).

**4) LAM:** Foi Membro do Instituto e da Ordem dos Advogados do Brasil (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na participação nos debates sobre política regional mineira e na abordagem de questões referentes à organização do sistema penal brasileiro. Parlamentar de postura governista, logo no início dos trabalhos constituintes realizou pronunciamento de "Homenagem ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Valdemar Falcão" (I, 27), no qual procurou desqualificar as acusações de parlamentares da bancada comunista segundo as quais a presença do ministro na presidência das Sessões Preparatórias de instalação da Assembléia seria um ato atentatório à soberania da Constituinte. Assim como a maior parte dos pessedistas mineiros, ocupou a tribuna diversas vezes para defender a figura de lideranças do PSD mineiro (principalmente o interventor João Beraldo e o ex-governador Benedito Valadares) das freqüentes e

violentas acusações efetuadas da tribuna por constituintes da UDN e do PR, tendo também tomado a palavra para proferir discurso sobre a "Questão dos limites entre Minas e Espírito Santo" (XII, 380-386) onde procurou contestar afirmações da bancada capixaba acerca da invasão do território do Espírito Santo por tropas da polícia militar de MG. Finalmente, tomou parte nos debates sobre o problema da organização do sistema penitenciário, manifestando-se favorável à individualização da pena e à concessão à União da competência privativa para estabelecer normas gerais sobre o sistema penal.

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1094, instaurando na Carta Constitucional o princípio da individualização da pena; Nº 1494 (rejeitada; XXI, 352) transferindo para as Constituições Estaduais a regulamentação dos impostos sobre propriedade territorial e de indústria e profissões; e a de Nº 2767, estipulando que "A União poderá conceder portos francos a Estados não litorâneos".

---

## • JUSCELINO KUBITSCHECK DE OLIVEIRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 12/09/1902, Diamantina-MG. FALEC: 22/08/1976.
Pelo lado paterno, descendeu de uma família de "capangueiros", como eram denominados os pequenos comerciantes que negociavam com diamantes adquiridos aos garimpeiros no interior mineiro. Genro de Jaime G. de Lemos, comerciante, deputado federal (1915-1924), juiz municipal de paz, presidente da Câmara e agente executivo municipal em Passos-MG.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Telegrafista dos Correios em Belo Horizonte-MG (1921-1928). Formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (1927). Após formar-se, abriu consultório em sociedade com Júlio Soares (seu futuro cunhado), ao mesmo tempo em que exerceu a medicina em estabelecimentos públicos. Por intermédio de José Maria Alkimin, foi nomeado Médico da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial (1928). Após viagens de estudos à Europa, retornou ao Brasil, tendo sido nomeado Médico do Hospital Militar da Força Pública de MG (1931-1932). Capitão-Médico nos combates contra o movimento constitucionalista paulista (1932). Durante o Estado Novo foi Chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar e Chefe do Serviço de Urologia da Santa Casa de Misericórdia (1937-1945).

**3) TPol:** Chefe do Gabinete Civil do interventor mineiro Benedito Valadares (1933-1934). Secretário do Partido Progressista de MG (1935-1937). Deputado Federal, PP/MG (1935-1937), tendo sido o parlamentar mais votado de seu Estado. Durante o Estado Novo foi nomeado Prefeito de Belo Horizonte-MG (1940-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Primeiro-Secretário da Seção Mineira do PSD, firmando-se como uma das principais lideranças políticas do Estado (1945).

**4) LAM:** Durante sua gestão na Prefeitura de Belo Horizonte organizou inúmeros "Comitês de Bairro" que posteriormente, no contexto da redemocratização, foram transformados em Seções do PSD (1945).

**5) AIT:** Foi uma das principais lideranças populistas de Minas no pós-guerra, implantando sólida

base política em seu Estado que o permitiu, posteriormente, eleger-se presidente da República.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Concentrou sua atuação no enfoque de temas referentes à questão social, na defesa da ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados, e na participação nas acirradas discussões travadas em plenário sobre política regional mineira. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando "O problema da residências dos trabalhadores" (VII, 83-92) onde fez um relato de várias medidas tomadas durante sua gestão na prefeitura de Belo Horizonte para o equacionamento da questão da habitação popular; sobre "A mudança da Capital Federal" (IX, 325), no qual defendeu a mudança da capital federal para a região do pontal do triângulo mineiro em MG, seguindo parecer do engenheiro Lucas Lopes em trabalho sobre o assunto; e analisando brevemente o projeto constitucional (XII, 216-218), aproveitando a ocasião para justificar diversas emendas de sua autoria assegurando na Constituição vários direitos sociais dos trabalhadores. Evitando posicionar-se explicitamente sobre os temas mais polêmicos debatidos durante a Constituinte, além da defesa de lideranças políticas do PSD mineiro, interveio nos debates realizados em plenário para manifestar-se contrário à política governamental de liquidação do déficit através da paralisação de obras públicas.

Apresentou 16 emendas ao Projeto de Constituição, sendo que nenhuma delas foi posta em votação em plenário. Destacam-se as de Nº 1032, favorável à organização paritária da Justiça do Trabalho; Nº 1150 a Nº 1157, acrescentando ao título "Ordem Econômica e Social" da Constituição uma série de direitos sociais dos trabalhadores (aviso prévio, higiene e segurança do trabalho, concessão de salário integral ao trabalhador afastado por motivo de doença, férias anuais remuneradas, indenização ao trabalhador dispensado por justa causa, repouso semanal remunerado aos domingos, obrigatoriedade do seguro de trabalho e participação obrigatória do trabalhador no lucro das empresas); Nº 1158, obrigando a União, os Estados e os Municípios a fiscalizarem a aplicação da legislação trabalhista; Nº 1160, obrigando as empresas industriais, comerciais e agrícolas com mais de duzentos trabalhadores a manterem restaurantes para seus empregados; Nº 1168, estabelecendo várias normas para a votação do "Estatuto dos Funcionários Públicos" pelo Congresso Nacional; Nº 1188, garantindo aos militares e funcionários públicos civis a contagem integral do tempo de serviço federal, estadual e municipal para fins de reforma e aposentadoria; e a de Nº 3465, determinando nova redação a todo um capítulo "Dos Funcionários Públicos Civis" a ser acrescentado à Constituição e sugerida pela "Casa dos Funcionários Públicos de Minas".

---

- **LAIR** PALETA DE RESENDE **TOSTES** (PSD/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 22/01/1912, Juiz de Fora-MG. FALEC: SI.
Filho de João de Rezende Tostes, político e deputado federal por MG (1935-1937). Além disso, possuia laços de parentesco com inúmeras outras lideranças políticas mineiras.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Proprietário de Terras.

**2) CPr:** Formado em Direito (SD). Foi Advogado da Companhia Telefônica Brasileira (SD).

**3) TPol:** Foi Secretário Particular de Odilon Braga no Ministério da Agricultura (1933-1937). Segundo Hélio Silva, (SILVA, 1976: 75) durante o Estado Novo foi um dos signatários do

"Manifesto dos Mineiros" documento de oposição ao regime (1943). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 integrou a ala dissidente do PSD mineiro que apoiou a candidatura vitoriosa do udenista Milton Campos para o governo de MG (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de Deputado Federal, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição a Carlos Luz (PSD/MG), que não tomou posse por ter sido nomeado ministro da Justiça do governo Dutra. Pouco atuante em plenário, apenas efetuou intervenções tópicas em debates sobre política regional mineira e proferiu discursos de "voto de pesar" a personalidades falecidas.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2175, regulamentando o aproveitamento de ex-juizes dos Tribunais Federais de Recursos, e a de Nº 2370, permitindo a conservação dos mandatos aos deputados e senadores que fossem nomeados secretários de Estado.

---

## • LUÍS MILTON PRATES (PSD/2º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 07/01/1888, Montes Claros-MG. FALEC: 01/09/1974.
Descendente de tradicional família mineira, composta de inúmeros políticos.
PROF: Jornalista.

**2) CPr:** (SI sobre curso universitário). Exerceu a profissão de Jornalista em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas Francisco Sá (1922-1926). (SI sobre sua atuação política a partir de então). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Foi Editor e Fundador de vários periódicos em MG.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 2º Suplente de deputado pelo PSD, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao titular, Luiz Martins Soares, que renunciou ao mandato. Foi Membro da Comissão Encarregada de Estudar a Situação dos Trabalhadores da Light, embora não tenha se manifestado nenhuma vez durante os trabalhos constituintes sobre problemas de interesse dos trabalhadores. Concentrou sua atuação na luta pela aprovação da única emenda de sua autoria ao Projeto de Constituição, a de Nº 443 (aprovada; XXII, 158), suprimindo dispositivo do primitivo projeto que dava ao ministro da Fazenda a competência para organizar a proposta geral do

Café das críticas efetuadas por Carlos Pinto (PSD/RJ), segundo as quais a autarquia estaria prejudicando os lavradores do café em detrimento dos comerciantes do produto (I, 81), tendo também proferido discurso de "voto de pesar" a parlamentares falecidos.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • OLINTO FONSECA FILHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 08/03/1908, Formiga-MG. FALEC: SI.
PROFS: Médico e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte-MG (SD). Médico da Força Pública de MG e Assistente de Clínica Urológica do Hospital Militar (1934). Exerceu o jornalismo em diversos periódicos na imprensa mineira.

**3) TPol:** Auxiliar de Gabinete do interventor de MG, Olegário Maciel (1930-1933). Durante o Estado Novo foi Secretário Particular e Chefe de Gabinete do Interventor mineiro Benedito Valadares, e Diretor da Imprensa Oficial de MG (1940-1944). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Presidente do Conselho Regional de Desportos, tendo pertencido a diversas outras instituições desportivas.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Um dos parlamentares mais ferrenhamente governistas da bancada do PSD mineiro, concentrou sua atuação na participação nos debates travados em plenário sobre política regional de MG, sempre na defesa da gestão do ex-governador Benedito Valadares e da figura de próceres pessedistas dos freqüentes ataques efetuados por oposicionistas da tribuna constituinte. Assim, posicionou-se ao lado de Benedito Valadares em apartes a discursos de Coelho Rodrigues (UDN/PI), Monteiro de Castro (UDN/MG), José Bonifácio (UDN/MG), Gabriel Passos (UDN/MG), Magalhães Pinto (UDN/MG), Lopes Cançado (UDN/MG), dentre outros constituintes, nos quais os oradores endereçaram críticas veementes a inúmeros aspectos da atuação política de Benedito Valadares em MG, no que eram sempre contestados pelo aparteante. Além disso, ocupou a tribuna para proferir breve discurso justificando emenda de sua autoria referente ao amparo à infância e à maternidade (XIII, 214), e para defender os interesses de Minas no litígio territorial com o Espírito Santo, manifestando-se contrário à adoção do laudo do Serviço Geográfico do Exército como critério para a resolução da "questão dos limites" entre os dois Estados.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 507, estipulando que "A maternidade, a infância e a adolescência serão objeto de proteção especial" (XIII, 320), e a de Nº 3598, recomendando à União a elaboração de um "plano nacional de profilaxia e assistência médico-sanitária a ser executado dentro do período que a lei determinar" (XVI, 214).

---

• **PEDRO DUTRA** NICÁCIO NETO (PSD).

1) **DPF:** NASC: 25/04/1893, Cataguazes-MG. FALEC: 28/01/1965.
Filho de Astolfo Dutra Nicácio, advogado e juiz municipal em Cataguazes; deputado estadual e federal (1903-1911 e 1915-1920) por MG na República Velha. Neto do coronel Pedro Dutra Nicácio, chefe político em Cataguazes durante o Império.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

2) **CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1921). (SI sobre suas atividades profissionais).

3) **TPol:** Ingressou na política por intermédio de seu pai, elegendo-se Vereador em Cataguazes-MG (SD). Deputado Estadual por várias legislaturas, MG (1923-1930). Após a Revolução de 30 foi nomeado Prefeito de Cataguazes (1930-1933). Eleito Suplente de Deputado Federal pelo PP/Partido Progressista de MG, assumiu o mandato após o término dos trabalhos constituintes (1935). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

4) **LAM:** SI.

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para efetuar breves apartes nas discussões sobre política mineira e para posicionar-se a favor da emenda de Israel Pinheiro (PSD/MG) concedendo a técnicos estrangeiros o direito de explorarem minério em território nacional.

Apresentou 60 emendas ao Projeto de Constituição, boa parte delas regulamentando a carreira dos funcionários públicos. Destacam-se as de Nº 1701, favorável à simultaneidade das eleições presidenciais e legislativas; Nº 1753, aumentando de 08 para 12 anos o mandatos de senadores e de 03 para 04 o número de eleitos por cada Estado; Nº 1754, aumentando de 04 para 06 anos os mandatos dos deputados federais; Nº 1884, aumentando os salários dos juizes; Nº 1968, sugerindo critérios para a nomeação dos ministros dos Tribunais de Contas; e a de Nº 2044, estabelecendo a taxa máxima de juros de 9% ao ano e em cuja "justificação" se afirma que "Muitos Capitalistas que vivem dos juros passarão a interessar-se pelo desenvolvimento da indústria, do comércio, etc." (XIV, 458).

• FRANCISCO **RODRIGUES PEREIRA** JÚNIOR (PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/10/1894, Carandaí-MG. FALEC: SI.
PROFS: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1916). (SI sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** Vereador e Presidente da Câmara de Conselheiro Lafaiete-MG (1927-1930). Eleito Deputado Federal pela "Concentração Conservadora", teve seu mandato interrompido em razão da Revolução de 30 (1930). Vereador em Conselheiro Lafaiete (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** No final da República Velha militou no movimento "Concentração Conservadora", formado por dissidentes do PRM com o objetivo de apoiar as candidaturas de Júlio Prestes à presidência da República e de Fernando Melo Viana à presidência do Estado de MG (1930).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas apresentado 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3587, estabelecendo normas para a organização do *Estatuto das Profissões Liberais* por parte do Poder Legislativo, e visando retirar da Consolidação das Leis do Trabalho a prerrogativa de regulamentar as relações trabalhistas dos profissionais liberais.

---

• JOSÉ **RODRIGUES SEABRA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 10/09/1896, Niterói-RJ. FALEC: 15/04/1976.
PROFS: Engenheiro Eletricista e Professor.

**2) CPr:** Formado pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá-MG (1917). Diretor do Instituto Eletrotécnico de Itajubá e do Colégio de Itajubá (1924-1946).

**3) TPol:** Prefeito de Itajubá-MG (1932-1934). Deputado Estadual Constituinte na legenda do PP/Partido Progressista, MG (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Executiva do PSD/MG (1945). Após a Constituinte-46, foi nomeado Secretário de Viação e Obras Públicas de MG no governo de Milton Campos (1947-1950).

**4) LAM:** Membro da Sociedade Mineira de Engenharia.

5) **AIT:** Sl.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes. Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 801, reservando verba do orçamento da União para a manutenção e desenvolvimento de um "Instituto Nacional de Pesquisas, destinado a investigação científica de natureza teórica e aplicada" (XIII, 122).

---

## • WELLINGTON BRANDÃO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 03/08/1895, Rio Branco-MG. FALEC: 03/05/1965.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Advogado-Funcionário Público e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1917), após o que exerceu a advocacia e foi Promotor Público no interior de MG.

**3) TPol:** (Sl sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/MG (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Como literato, participou do movimento modernista mineiro e de diversos outros acontecimentos literários no seu Estado.

**5) AIT:** Publicou trabalhos literários, livros de poemas e ensaios políticos, dentre os quais "O TRATADOR DE PÁSSAROS" (1935) e "FINALE" (poemas, 1942).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação da defesa da autonomia municipal, na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária no Brasil Central, e na participação nos acirrados debates travados no recinto da Assembléia sobre política regional mineira. Assim, ocupou a tribuna diversas vezes para abordar cada um destes temas, tendo proferido discursos defendendo o interventor pessedista João Beraldo (PSD/MG) dos violentos ataques realizados por oposicionistas em plenário (IV, 147; IV, 200-202); justificando diversas propostas de sua autoria visando concretizar a autonomia dos municípios (VI, 06-13; XIII, 207-213); e analisando longamente a questão da pecuária (V, 107-113; XX, 187-194), afirmando estar na tribuna "sob a pressão justa, razoável e explicável das Associações Rurais do Brasil Central --- mineiras, paulistas, goianas, mato-grossenses" (XX, 189), aproveitando a ocasião para criticar com veemência a política creditícia da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil no tocante à pecuária, e sugerir várias medidas reivindicadas pelo pecuaristas, dentre a quais a formação de um Banco Rural, o término do "arrocho financeiro" e a baixa da taxa de juros.

Também ocupou a tribuna para apoiar a dissolução a tiros pela polícia política do

DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (X, 290), e para declarar voto contra a "moção Otávio Mangabeira", louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, a 29/outubro/1945 (XI, 277). Além disso, manifestou-se favorável à emenda de Gabriel Passos (UDN/MG) isentando o pequeno produtor rural do pagamento do imposto territorial, à conservação do Território de Ponta Porã, tendo sido ainda contrário à proibição da imigração japonesa, ao confisco de bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos públicos, e declarado voto contra emenda de Hermes Lima (ED/DF) determinando o parcelamento por 25 anos das indenizações em caso de desapropriação por interesse social, posicionando-se na ocasião veementemente a favor da justa e prévia indenização em dinheiro em caso de desapropriação para fins de reforma agrária (XXV, 94).

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição, a maior delas sugerindo pequenas alterações de redação a dispositivos constitucionais. Destacam-se as de Nº 1556 (rejeitada; XXIII, 219) distinguindo juridicamente o trabalhador urbano do rural para fins de aplicação da legislação trabalhista, e a de Nº 1703 (aprovada; XXII, 256), fixando as datas de funcionamento do Congresso Nacional para o período compreendido entre os dias 15 de março e 15 de dezembro.

---

## B) BANCADA DA UDN/MG.

Uma ampla e profunda análise da origem social dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" e das principais lideranças políticas que se agruparam em torno da UDN no contexto da redemocratização se encontra no texto de Sérgio Miceli *"Carne e Osso da Elite Brasileira no pós-30"*, que afirma, dentre outras coisas, que "Uma parcela considerável de signatários do *Manifesto dos Mineiros* (24/10/1943) se constituía de diretores-acionistas, executivos, consultores jurídicos e altos funcionários de grupos financeiros privados que detinham o controle acionário de alguns dos principais bancos sediados em Minas Gerais e no Distrito Federal. (...) Como, por exemplo, José de **Magalhães Pinto**, ex-funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola de Mines Gerais, gerente, depois diretor do Banco da Lavoura de Minas Gerais, fundou o Banco Nacional de Minas Gerais S/A em 1944" (MICELI, 1986: 579).

### • GABRIEL DE RESENDE **PASSOS** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 17/03/1901, Itapecerica-MG. FALEC: 19/06/1962.
Filho de Ignácio Ferreira de Resende Passos, coronel e chefe político.
PROFS: Advogado e Professor Secundário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1924), após o que exerceu a advocacia em Oliveira-MG. Professor da Escola Normal (1924-1928). Redator Forense do jornal "O Estado de Minas", em Belo Horizonte (1928).

**3) TPol:** Chefe de Gabinete do Secretário do Interior do Estado de MG, Cristiano Machado (1930). Participou da Revolução de 30 em MG tendo ocupado o posto de Major da Força Pública (1930). Secretário de Gabinete do interventor Olegário Maciel até o falecimento deste (1930-1933). Deputado Constituinte e Federal pelo PP/Partido Progressista, MG (1933-1935). Reeleito Deputado

Federal (1935), renunciou ao mandato para ocupar o cargo de Secretário do Interior e Justiça na gestão de Benedito Valadares (1935-1936). Durante o Estado Novo foi Procurador Geral da República, cargo para o qual havia sido nomeado um ano antes do início do regime (1936-1945). No contexto da redemocratização, renunciou ao posto de Procurador Geral para participar da campanha de Eduardo Gomes à presidência da República (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Além de diversos trabalhos sobre assuntos jurídicos impressos em várias revistas jurídicas, publicou "CÓDIGO DE MINAS E TAXA DE APROVEITAMENTO (Coletânea de julgamentos na Procuradoria-Geral da República)" (1940).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Estudo das Indicações. Um dos parlamentares mais ativos em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao regime estadonovista e na defesa da distribuição da pequena propriedade como forma mais eficaz de fazer frente à expansão do "comunismo" no campo. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discursos ---que tiveram grande repercussão em plenário--- sobre "A restruturação democrática" (I, 79), onde denunciou veementemente a reposição de prefeitos pessedistas afastados após 29/outubro/1945 pelo interventor mineiro João Beraldo, e sobre a "Prerrogativa da Assembléia Constituinte" (II, 199-213), no qual argumentou longamente contra a vigência da Constituição de 1937 e defendeu a capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e censurar atos do Executivo durante o processo de elaboração constitucional, tendo afirmado, dentre outras coisas, que "É impossível que uma Assembléia Constituinte comece sua vida sem afirmar seus poderes constituintes. E poderes constituintes são os que dizem respeito aos alicerces dos Estado, à realização dos Estado de Direito. Esses fundamentos jurídicos só podem ter força, ser acatados e obedecidos, quando emanam do poder legitimamente constituído, isto é, constituído pela vontade do povo" (II, 200), em defesa da Indicação udenista substituindo a Carta de 37 por um projeto de normas gerais que regesse a vida legal.

Também tomou a palavra para realizar longos pronunciamentos endereçando "Críticas à administração do Sr. Benedito Valadares em Minas Gerais" (IX, 128-142), onde combateu múltiplos aspectos da "desastrada gestão" do ex-interventor mineiro, principalmente a intervenção efetuada durante seu governo no Banco Hipotecário e Agrícola, e justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional visando dar proteção ao pequeno produtor rural com o fito de evitar a expansão da doutrina comunista no campo (XIII, 166-168; XIII, 340-344). Na condição de Membro da Comissão de Estudos das Indicações, emitiu vários pareceres a Indicações formuladas por outros constituintes, destacando-se seu parecer contrário (VI, 270-274) à Indicação Nº 29-A da bancada comunista propondo a desaprovação, pela Assembléia, do decreto-lei Nº 9070 baixado pelo governo Dutra contra o direito de greve. Além disso, tomou parte em diversos debates sobre matéria constitucional, mormente os referentes à organização do aparelho judiciário, manifestando-se em suas intervenções favorável à nacionalização das minas, quedas d'água e bancos de depósito, do sistema de governo presidencialista, e contrário ao mandato presidencial de 06 anos e à adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação.

Apresentou 54 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 320, determinando a execução no prazo de um ano, pela União, de um "plano de alfabetização popular";

Nº 593 (rejeitada; XXI, 550), transferindo dos Estados para os Municípios a prerrogativa de arrecadação do imposto territorial; Nº 627, suprimindo dispositivo que facultava apenas a brasileiros natos e proibia a estrangeiros o exercício das profissões liberais em território nacional; Nº 715, extinguindo o imposto de exportação; Nº 719-A (aprovada; XXII, 127), estipulando que "O imposto territorial não incidirá sobre sítios menores de vinte hectares, quando o proprietário o trabalhe pessoalmente ou com sua família e outro imóvel não possua"; Nº 1450 (rejeitada; XXII, 204), retirando do STF/Supremo Tribunal Federal a competência para julgar em recurso ordinário decisões sobre mandatos de segurança e *habeas-corpus*; Nº 1455 (rejeitada; XXII, 229), regulamentando vários aspectos da competência do STF para julgar em recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais; Nº 2476, favorável ao mandato de 08 anos para senador e de 04 anos para todos os demais cargos eletivos, inclusive o de presidente da República; Nº 2590 (rejeitada; XXII, 206) transferindo do STF para o Tribunal Federal de Recursos a competência para julgar crimes políticos; Nº 2750, sugerindo nova redação a todo um capítulo intitulado "Do Ministério Público" da Constituição; e a de Nº 2786 (rejeitada; XXIII, 292) determinando o julgamento de crimes cometidos por policiais militares pela Justiça Comum e contrária à criação das Justiças Militares Estaduais.

---

• **JOSÉ BONIFÁCIO** LAFAYETTE DE ANDRADA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 01/05/1904, Barbacena-MG. FALEC: SI.
Pertencente a tradicional família mineira que, desde o Império Escravista brasileiro, produziu destacadas lideranças políticas das classes dominantes. Filho de José Bonifácio de Andrada e Silva, deputado federal pelo PRM na República Velha (1891-1930). Sobrinho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de MG, presidente do Estado de MG (1926-1930), e presidente da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Neto de Lafayette Rodrigues Pereira, ministro da Justiça do gabinete do visconde de Sinimbu, no Segundo Reinado.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro-DF (1927), após o que exerceu intermitentemente a advocacia em meio às suas atividades políticas.

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do Secretário de Segurança Pública de MG, Bias Fortes, com quem posteriormente travou famosa disputa pelo domínio político municipal em Barbacena (1927-1930). Participou ativamente da Revolução de 30 em MG, tendo sido Diretor do "Jornal Revolucionário" no decorrer do movimento. Vitoriosa a Revolução, foi nomeado Prefeito de Barbacena-MG (1931-1934). Deputado Estadual Constituinte, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, exerceu a advocacia e foi um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" (1943). No contexto da redemocratização, da qual participou ativamente, foi um dos fundadores da UDN (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na crítica a diversos aspectos do regime estadonovista e na participação nos acirrados debates sobre política regional mineira travados no recinto da Assembléia. Logo no início dos trabalhos constituintes manifestou-se várias vezes contra a vigência da Constituição de 1937, e realizou pronunciamento posicionando-se "Contra o artigo 76 do projeto de Regimento" (III, 32-34) que proibia a Assembléia de elaborar legislação ordinária e censurar atos do Executivo. Também ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "As contas do governador Valadares em Minas" (VIII, 268-284), no qual procurou refutar ponto a ponto a longa defesa realizada anteriormente por Benedito Valadares de seu governo; denunciando a dissolução pela polícia política do DF de manifestação realizada no palácio Tiradentes (X, 39); e apoiando entusiasticamente a atitude do líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) de beijar as mãos do general Eisenhower, aproveitando a ocasião para fazer elogios à "espada invicta do grande general americano" (XX, 255), tendo ainda realizado outros pronunciamentos denunciando a continuidade da máquina administrativa estadonovista em GO e MG. Além disso, manifestou-se a favor da autonomia do DF, da mudança da capital federal para a região do triângulo mineiro, da realização de eleição direta para vice-presidente após o término dos trabalhos constituintes, tendo sido ainda contrário à proposta de Ataliba Nogueira (PSD/SP) de se estabelecer a dupla contagem para os votos dos bacharéis em direito, e à prerrogativa presidencial de nomear os juízes do Tribunal Superior Eleitoral.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1041-B, sugerindo nova redação a toda uma sessão da Carta Constitucional regulamentando o funcionamento da justiça nos Estados; Nº 3644, anistiando do pagamento de impostos diretos atrasados os contribuintes que foram presos ou deportados em conseqüência dos acontecimentos políticos de 1930, 1932, e do golpe de Estado de 1937; e a de Nº 3666, determinando a criação de uma Comissão para apreciar as reclamações de funcionários afastados de seus cargos em decorrência de perseguições políticas no pós-30.

---

## • LICURGO LEITE FILHO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 02/07/1914, Muzambinho-MG. FALEC: SI.
Filho de Licurgo Leite, proprietário de terras, chefe político no interior mineiro, prefeito de Muzambinho (1909) e deputado à Constituinte de 1934. Sobrinho de Aureliano Leite, um dos líderes do movimento constitucionalista paulista de 1932 e também eleito deputado à Constituinte de 1946 (UDN/SP).
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de MG (1936), após o que exerceu a advocacia em Muzambinho.

**3) TPol:** Apoiou a candidatura de Armando Sales de Oliveira à presidência da República, militando na UDB/União Democrática Brasileira (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou-se na participação nos debates sobre política regional mineira e na defesa da autonomia político-administrativa dos municípios. Ocupou a tribuna para proferir "Discurso sobre a administração do senhor Benedito Valadares em Minas Gerais" (VII, 161-165), no qual criticou violentamente diversos aspectos da gestão do ex-governador mineiro, mormente dos campos da educação e saúde pública. Também tomou a palavra para realizar pronunciamento abordando o tema da "Autonomia dos Municípios" (XX, 105-113), criticando o projeto constitucional por eliminar a autonomia municipal ao interditar a certas categorias de municípios o direito de elegerem seus prefeitos, aproveitando a ocasião para manifestar-se favorável à autonomia do DF e fazer várias denúncias de malversação de fundos públicos pelo ex-governador Benedito Valadares e seu auxiliares diretos durante o Estado Novo.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 1055, determinando a perda dos direitos políticos por cinco anos dos prefeitos que não tiverem suas contas aprovadas "por motivo de abuso na gestão de dinheiros públicos", e a de Nº 1289, eliminando dispositivo que proibia as eleições diretas para prefeitos nas cidades onde se situassem estâncias hidrominerais.

---

## • JOSÉ MARIA **LOPES CANÇADO** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 01/11/1901, Pitangui-MG. FALEC: 13/07/1982.
Filho de Agenor Lopes Cançado, farmacêutico e chefe político em Pitangui. Genro do major Josias do Mascarenhas, proprietário de terras e chefe político no interior mineiro.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro-DF (1924), após o que exerceu a advocacia em Araguari-MG, Pitangui e Belo Horizonte. Durante o Estado Novo foi aposentado compulsoriamente do cargo de Inspetor Federal de Ensino por ter sido um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros", e manteve banca de advocacia em Belo Horizonte (1937-1945).

**3) TPol:** Vereador em Pitangui, PRM (1926-1930). Na década de 1930 militou no PRM. Deputado Estadual Constituinte, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo foi um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" (1943).

**4) LAM:** Quando estudante, participou do movimento de ação social católica liderado por Jackson de Figueiredo e foi um dos fundadores do Centro Dom Vital (1921).

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, assim como os demais membros da bancada udenista mineira concentrou-se nos debates sobre política regional de MG, secundando as veementes críticas efetuadas por oposicionistas a lideranças políticas do PSD mineiro. Ocupou a tribuna para proferir longo discurso (VIII, 39-45) fazendo várias denúncias de violências policiais e arbitrariedades cometidas contra oposicionistas por ordens de Benedito Valadares e do interventor mineiro João Beraldo, inovando em relação aos seus correligionários por ter incluído como alvo de suas críticas o ministro da Justiça, Carlos Luz (PSD/MG), assim se referindo ao ministro dutrista: "Esse aluno de Maquiavel, que é o atual ministro da Justiça, escancara o sorriso demoníaco que trouxe de Minas, e vai prendendo, no laço de suas gravatas coloridas, a rudeza de Caliban" (VIII, 45). Além de secundar as críticas realizadas por parlamentares da UDN e do PR a Benedito Valadares, interveio nos debates constituintes para declarar voto a favor da eleição direta dos prefeitos das capitais dos Estados e dos municípios onde se localizassem estâncias hidrominerais.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando a de Nº 2565, proibindo aos juízes o desempenho de qualquer outra função estranha à carreira judiciária.

---

## • JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 28/06/1909, Santo Antônio do Monte-MG. FALEC: 03/03/1996.
Filho do comerciante e coronel José Caetano de Magalhães Pinto.
PROFS: Banqueiro e Advogado.

**2) CPr:** Escriturário, Contador e Procurador do Banco Hipotecário e Agrícola de MG (1926-1929). Transferiu-se para o Banco da Lavoura do Estado de MG, tornando-se Gerente e Diretor da matriz do Banco em Belo Horizonte (1929-1935). Durante o Estado Novo exerceu múltiplas atividades empresariais, mormente no setor bancário: Diretor da filial do Banco da Lavoura no RJ (1938); Diretor da Companhia Níquel Tocantins, da Mineradora e Usina Wigg, e da Companhia de Seguros Minas-Brasil, tendo sido um dos fundadores das duas últimas firmas; Fundador e Diretor-Proprietário do Banco Nacional de MG (1944), que tinha como acionistas Virgílio de Melo Franco e Bilac Pinto. Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro-DF (1944).

**3) TPol:** Iniciou sua atuação política ligando-se à lideranças políticas liberais que se opunham à ditadura estadonovista, tais como Virgílio de Melo Franco e Odilon Braga (1937). Durante o Estado Novo opôs-se à interventoria Benedito Valadares em MG, tendo sido signatário e um dos principais idealizadores do "Manifesto dos Mineiros" (1943); por sua participação nesse movimento, foi afastado da Diretoria do Banco da Lavoura e de outros cargos que ocupava em diversas empresas. No contexto da redemocratização, foi um dos principais organizadores da UDN em MG (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, tornou-se Secretário da Fazenda de MG no governo de Milton Campos (1947).

**4) LAM:** Foi Presidente da Associação Comercial de MG, tendo sua reeleição ao posto sido vetada pelo interventor Benedito Valadares (1938-1939). Foi ainda um dos organizadores e 1º Presidente da Federação do Comércio de MG (1939), e Presidente do Sindicato Nacional dos Exportadores de Ferro e Metais Básicos (SD).

**5) AIT:** Na condição de banqueiro, financiou e estimulou atividades ideológicas de diversos intelectuais liberais mineiros.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar influente em plenário, concentrou sua atuação na crítica à política econômico-financeira implementada por Benedito Valadares em MG, tendo ocupado a tribuna para proferir longo discurso (VII, 440-448) criticando duramente vários aspectos da gestão de Valadares em Minas, afirmando, dentre outras coisas, que "O mal-estar generalizado causado pela permanência do Sr. Valadares no poder só era atenuado em Minas pela sua ausência permanente do Estado" (VII, 444), queixando-se ainda em seu pronunciamento de que "... Uma casa como a Associação Comercial de Minas, onde os problemas da economia mineira sempre foram debatidos num clima de elevado patriotismo, foi duramente hostilizada pelo governo. Simplesmente porque sua diretoria ousou divergir da orientação econômica oficial, várias vezes teve que repelir a intromissão indébita do ex-governador, que tudo queria submeter à sua própria vontade. As sugestões propostas e a colaboração que as classes produtoras tentavam emprestar ao seu governo, em virtude mesmo da natureza de sua função pública, reconhecida em lei, foram não só desdenhadas, mas contrariadas, com grave prejuízo para o bem estar da coletividade mineira" (VIII, 446). Além disso, tomou parte nos debates sobre o "caso Borghi" do algodão, secundando as críticas e denúncias efetuadas por oposicionistas à atuação do governo federal e do Banco do Brasil no episódio.

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1685, restringindo o direito dos trabalhadores a folgas e feriados; Nº 1907, proibindo a elevação dos impostos acima de 20% de seu valor ao tempo do aumento; Nº 2026, suprimindo dispositivo que assegurava repouso remunerado aos domingos e feriados e em cuja "justificativa" se afirma que "Ultimamente os feriados imprevistos proliferaram assustadoramente. (...) De tudo isso resultou o desfalecimento da produção, refletindo-se a situação de modo imediato no preço das utilidades, principalmente levando-se em conta que o feriado, remunerados os empregados, constitui uma forma onerosa de custo da produção" (XIV, 416); e a de Nº 3646, determinando a reabertura por doze meses do prazo para que os guarda-livros práticos requeressem à repartição do Ensino Comercial um exame de habilitação através do qual pudessem exercer legalmente a profissão.

---

## • MILTON SOARES CAMPOS (UDN).

**1) DPF:** NASC: 16/08/1900, Ponte Nova-MG. FALEC: 15/01/1972.
Filho de Francisco de Castro Rodrigues Campos, desembargador e presidente do Tribunal de Apelação de MG. Sobrinho de Luís Martins Soares, chefe político de Ponte Nova no pós-30, deputado estadual constituinte, MG (1935) e deputado federal (1935-1937). Neto de Manuel Olimpio Soares, presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova durante 25 anos (SD) e chefe político na cidade.
PROFS: Advogado, Jornalista e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de MG (1922). Exerceu a advocacia no interior mineiro (1922-1924) e, após este último ano, em Belo Horizonte (1924). A partir de 1925, colaborou em diversos periódicos mineiros e de outros Estados ("O Jornal", "O Estado de Minas", "Diário de

Minas" etc.). Advogado Geral do Estado de MG (1932-1933). Durante o Estado Novo advogou em Belo Horizonte; foi também Professor de Política na Faculdade de Filosofia de MG e Advogado da Caixa Econômica Federal, tendo sido exonerado deste último cargo em virtude de ter assinado o "Manifesto dos Mineiros" (1944). No contexto da redemocratização foi outra vez nomeado Advogado Geral de MG (1945).

**3) TPol:** Na década de 1920 atuou no movimento estudantil em MG. Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em MG (1929-1930). Membro da Legião Mineira, organização política influenciada pela doutrina fascista (1931). Membro e Presidente do Conselho Consultivo do Estado de MG (1932-1934). Deputado Estadual Constituinte pelo PP/Partido Progressista, MG (1935-1937). Indicado por Benedito Valadares, Presidiu a Comissão Mista encarregada de resolver as questões dos limites entre MG e SP (1936). Durante o Estado Novo, foi um dos principais idealizadores e signatário do "Manifesto dos Mineiros" (1943). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores da UDN (1945). Após a Constituinte-46, elegeu-se Governador de MG pela coligação UDN/PR/PTN, derrotando o candidato pessedista Bias Fortes (1947) e foi um dos principais articuladores do acordo interpartidário PSD/UDN/PR de sustentação ao governo Dutra (1948-1950).

**4) LAM:** Na década de 1920 participou do movimento literário modernista em MG. Foi um dos Fundadores, Secretário e Presidente da OAB/MG. Presidente do Instituto dos Advogados de MG. Militou na Sociedade Amigos da América, tendo participado da Semana Antifascista, promovida pela entidade (1943).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo, tendo também participado de diversos movimentos literários em MG e colaborado em vários periódicos de outros Estados. Foi também Diretor da sucursal dos "Diários Associados" em MG e um dos mais destacados intelectuais liberais mineiros. Durante o Estado Novo colaborou no jornal clandestino "Liberdade" em MG.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator da Subcomissão "Poder Judiciário", da Comissão de Constituição, tendo concentrado sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, onde teve uma atuação discreta, apenas ocupou a tribuna para emitir pareceres a inúmeras emendas aos dispositivos sobre o Poder Judiciário da Constituição (XXII, *passim.*), e para participar dos debates sobre política regional mineira. Assim, pronunciou discurso abordando "A Política de Minas Gerais" (VII, 257-260), onde criticou veementemente a reposição de prefeitos afastados após a derrubada de Vargas pelo interventor João Beraldo e fez várias outras censuras à atuação do ex-governador, Benedito Valadares, em Minas, entre as quais a de ter "entupido os cargos públicos com a sua parentela" (VIII, 202), acusações essas que causaram grande celeuma em plenário.

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 2511, dando ao presidente da República a capacidade para exercer o direito de graça, ou seja, comutar e indultar penas criminais, e a de Nº 3063, suprimindo dispositivos regulamentando patentes, marcas de fábrica, e direitos autorais sobre obras literárias do artigo sobre os "Direitos Individuais" da Constituição, sob a alegação de não serem matéria constitucional. Durante os debates da Comissão de Constituição foi autor da emenda determinando que a intervenção estatal e o direito do Estado de monopolizar determinado ramo ou setor industrial teriam como limite os direitos fundamentais

assegurados na Constituição.

---

## • JOSÉ MONTEIRO DE CASTRO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 28/06/1908, Sabará-MG. FALEC: SI.
Filho do comerciante e político Adolfo Monteiro de Castro.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de MG (1932), após o que exerceu a advocacia no Estado.

**3) TPol:** Oficial de Gabinete e Secretário Particular do Secretário Estadual da Educação Cristiano Machado, de quem era primo (1936-1939). No contexto da redemocratização foi um principais organizadores da UDN em MG (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, tornou-se Subsecretário do Diretório Nacional da UDN (1947).

**4) LAM:** Integrou a delegação de MG ao Congresso Jurídico Nacional, organizado pelo Instituto dos Advogados do RJ (1943). Foi Diretor da OAB/MG.

**5) AIT:** Durante o Estado Novo foi Diretor da "Revista Forense", em MG.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Concentrou sua atuação na participação nos debates sobre política regional mineira travados em plenário, ocupando a tribuna várias vezes para fazer veementes críticas a múltiplos aspectos da atividade política de Benedito Valadares e de seus aliados em MG. Assim, também ocupou a tribuna para proferir seu discurso sobre "Política Mineira" (VII, 358-367), onde fez várias denúncias de violências policiais cometidas por prepostos do ex-governador Benedito Valadares e do interventor João Beraldo em Minas, responsabilizando-os pela "restauração da máquina ditatorial" e pela reposição ilegal de prefeitos em várias cidades do interior mineiro. Além disso, manifestou-se a favor do mandato presidencial de 04 anos e declarou voto contra emenda de Silvestre Péricles (PSD/AL) determinando o confisco dos bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias e demais empresas públicas.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2727, regulamentando a organização do Ministério Público dos Estados e os vencimentos dos respectivos procuradores gerais, e a de Nº 3599, permitindo o reingresso dos juízes avulsos ao quadro das magistraturas estaduais.

---

## C) BANCADA DO PR/MG.

A bancada do PR/MG era formada por 06 parlamentares dos 11 eleitos pelo partido a nível nacional, a maior parte deles estreitamente ligados com diversos setores das classes dominantes mineiras e nacionais: o ex-presidente da República (1922-1926), **Artur Bernardes**, ele mesmo cafeicultor e usineiro na zona da mata mineira; **Bernardes Filho**, banqueiro e ex-signatário do "Manifesto dos Mineiros"; **Daniel de Carvalho**, banqueiro, um dos mais influentes constituintes de 1946, era presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial do Rio de Janeiro; **Felipe Balbi**, médico e chefe político no interior do Estado; **Jaci de Figueiredo**, ex-prefeito de Varginha (1936-1937) antes da implantação do Estado Novo; e **Mário Brant**, banqueiro, ex-secretário da Fazenda de MG na República Velha (1922-1925) e também um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" durante o Estado Novo. Segundo Sérgio Miceli algumas "figuras de relevo nos círculos financeiros de oposição ao regime tinham assento nos conselhos de importantes companhias de seguro, algumas delas filiadas aos grupos econômicos controlados acionariamente pelas famílias Guinle, Paula Machado, Boavista, Larragoiti: *Augusto* **Mário** *Caldeira* **Brant** era diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro cujos fundadores controlavam acionariamente o grupo Sul-América de Companhias de Seguro; *Artur* **Bernardes Filho**, afora inúmeros cargos e interesses no setor privado, era diretor do Departamento Legal e Contencioso da Companhia de Seguros 'Equitativa'" (MICELI, 1986: 580).

### • ARTUR DA SILVA BERNARDES (PR).

**1) DPF:** NASC: 08/08/1875, Viçosa-MG. FALEC: 23/03/1955.
Filho de Antônio da Silva Bernardes, coronel da Guarda Nacional, chefe político e promotor de Justiça no interior mineiro, e de Maria Aniceta da Silva Bernardes, pertencente à família Vieira de Souza, da nobreza do café da zona da mata mineira. Casado com a filha de Carlos Vaz de Melo, senador e deputado durante o Império, proprietário de terras e chefe político em Viçosa.
PROFS: Proprietário de Terras (Cafeicultor e Usineiro) e Advogado.

**2) CPr:** Ainda estudante, empregou-se como Revisor no "Correio Paulistano", órgão oficial do Partido Republicano Paulista (1898). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1900), após o que montou escritório de advocacia em Viçosa. Colaborou no semanário "Cidade de Viçosa", de propriedade do chefe político local e seu futuro sogro Carlos Vaz de Melo (1901). Após a morte de Vaz de Melo, assume a Direção do jornal Cidade de Viçosa (1905). Foi também Cafeicultor e Usineiro na região da zona da mata mineira e Diretor-Proprietário de uma Usina de Açúcar em Ponte Nova-MG.

**3) TPol:** Ainda aluno da Faculdade de Direito, participou de um movimento para enviar um batalhão de estudantes mineiros para reprimir os camponeses rebelados em Canudos-BA (1897). Estabelece laços matrimoniais com Clélia Vaz de Melo, filha do Senador Carlos Vaz de Melo (1903). Vereador pelo Distrito de Teixeiras, PRM (1904-1906). Tornou-se chefe político em Viçosa-MG após o falecimento de seu sogro, Carlos Vaz de Melo (1904). Presidente da Câmara Municipal de

Viçosa (1906). Deputado Estadual, PRM (1907-1909). Deputado Federal, PRM (1909-1910). Secretário de Finanças de MG na gestão de Júlio Bueno Brandão (1910-1914). Deputado Federal, PRM (1915-1917). Presidente do Estado de MG (1918-1922), consolidando sua posição como principal liderança do PRM a nível estadual. Presidente da República (1922-1926); durante sua gestão promoveu intensa repressão a diversos movimentos populares, tendo governado a maior parte do tempo sob estado de sítio. Senador Federal, PRM (1927-1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em MG (1930). Opôs-se ao Governo Provisório revolucionário, procurando rearticular o PRM no Estado (1930-1931). Um dos principais articuladores do malogrado golpe de Estado destinado a derrubar o governador mineiro Olegário Maciel (1931). Aderiu ao movimento constitucionalista paulista (1932). Preso por sua adesão ao movimento, exilou-se em Lisboa (1932-1934). Ainda no exílio, foi eleito Presidente de Honra da Comissão Executiva do PRM (1933). Anistiado, retornou ao Brasil, elegendo-se Deputado Federal pelo PRM (1935-1937). Embora na oposição, apoiou o estado de sítio decretado pelo governo Vargas para liquidar a ANL (1935-1936). Juntamente com Otávio Mangabeira e outros líderes conservadores, foi eleito Membro da Comissão Executiva da UDB/União Democrática Brasileira, organização de apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, foi um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" (1943). No contexto da redemocratização tornou-se Membro do Primeiro Diretório Nacional da UDN, afastando-se da agremiação pouco depois para fundar o PR/Partido Republicano, do qual veio a ser o 1º Presidente (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Foi Proprietário de jornal na região de Viçosa, município situado na zona da mata mineira.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Líder da bancada do Partido Republicano na Constituinte e Presidente da Subcomissão "Declaração de Direitos" da Comissão de Constituição, tendo sido o único representante de seu partido neste órgão. Em plenário, onde teve atuação discreta, concentrou-se na crítica ao intervencionismo estatal e na defesa da extinção de todas autarquias criadas no pós-30 e durante o Estado Novo. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre o "Funcionamento e prejuízos das instituições autárquicas" (V, 288-289; V, 318-327) nos quais combateu virulentamente a política das autarquias em geral e do DNC/Departamento Nacional do Café e IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool em particular e, baseando-se em seu próprio exemplo pessoal (era cafeicultor e usineiro na zona da mata mineira), criticou particularmente o sistema de cotas de sacrifício aplicado pelo DNC, acusando o órgão de recolocar no mercado as cotas cobradas aos cafeicultores e de distribuí-las a "apaniguados do governo", baixando assim ainda mais os preços do café. Em seus pronunciamentos, reivindicou a extinção imediata de todas as autarquias (IAA, DNC, Institutos do Mate e do Sal, etc.), tendo afirmado que "Em nome de quarenta e tantos milhões de consumidores faço, desta tribuna, veemente protesto contra a continuação dos Institutos e dirijo caloroso apelo ao Sr. presidente da República para que extinga as autarquias que são, talvez, a nossa maior vergonha" (V, 327). Além disso, participou nos debates sobre política regional mineira e tomou a palavra para defender sua gestão presidencial das acusações do ex-tenente Rui Almeida (PTB/DF), de que em seu governo teriam vigorado "quatro anos de estado de sítio" e de repressão (II, 91-96), tendo ainda se manifestado a favor do presidencialismo, da dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em direito, e contra a autonomia do DF.

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam matéria tributária e a concessão de serviços públicos por parte da União. Destacam-se as de Nº 730 (rejeitada após ser defendida em plenário por Caires de Brito (PCB/SP); XXI, 255), suprimindo dispositivo que permita à União dar em concessão a particulares serviços públicos considerados estratégicos, e em cuja "justificativa" se faz um libelo contra a penetração do capital estrangeiro no setor de empresas concessionárias de serviços públicos (XIII, 86); Nº 1637, determinando a manutenção da representação diplomática brasileira na Santa Sé; Nº 3743, proibindo o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso e do potencial hidroelétrico do rio São Francisco por capitais estrangeiros; Nº 2940, reduzindo de 10% para 6% *ad valorem* o limite máximo permitido para a elevação do imposto de exportação pelo Estados; e a de Nº 3692, determinando a revisão, pelo Poder Legislativo, de todos os tratados e convênios internacionais e de concessões feitas a nacionais ou estrangeiros a partir de 10 de novembro de 1937.

---

• ARTUR DA SILVA **BERNARDES FILHO** (PR).

1) **DPF:** NASC: 16/09/1906, Viçosa-MG. FALEC: 21/07/1981.
Filho de Artur Bernardes, também deputado à Constituinte de 1946 46 pelo PR/MG.
PROFS: Banqueiro, Proprietário de Terras, Industrial e Advogado.

2) **CPr:** Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro-DF (1928), após o que montou escritório de advocacia no Rio de Janeiro. Depois da Revolução foi nomeado Fiscal do governo mineiro junto ao Banco Hipotecário e Agrícola de MG, tendo sido afastado do cargo logo após em virtude de ter acompanhado seu pai na oposição ao governador de MG, Olegário Maciel (1930). Durante o Estado Novo dedicou-se às atividades empresariais: Chefe do Departamento Legal do Contencioso da Companhia de Seguros Equitativa, sendo demitido do cargo em razão de ter assinado o "Manifesto dos Mineiros"; Presidente do Banco do Comércio S.A. e da Companhia Boavista de Seguros, além de ter ocupado cargos de Direção em diversas outras instituições financeiras. Foi também Fundador e Presidente da firma Eletromar S. A. (1944).

3) **TPol:** Secretário Particular de seu pai, o presidente da República Artur Bernardes (1924-1926). Após a Revolução de 30, opôs-se ao Governo Provisório tenentista, acompanhando a facção oposicionista do PRM liderada por seu pai, Artur Bernardes (1931). Participou ativamente do movimento constitucionalista paulista, tendo atuado como "pombo correio" entre os revoltosos de SP e a ramificação mineira do movimento (1932). Derrotado o movimento de oposição ao governo provisório, foi preso e exilou-se juntamente com seu pai (1932-1933). Deputado Federal, PRM (1935-1937). Apoiou a candidatura de Armando Sales de Oliveira à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, foi Preso e Exilado na Europa (1937-1939); retornando ao Brasil, foi um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" (1943). No contexto da redemocratização, destacou-se como um dos principais dirigentes do PR/Partido Republicano (1945). Após a Constituinte-46, elegeu-se Senador pela coligação UDN/PR/PTN, derrotando o candidato pessedista Benedito Valadares (1947).

4) **LAM:** Membro do Instituto e da Ordem dos Advogados do Brasil. Embora inexistam informações precisas sobre o período aqui enfocado, pertenceu a inúmeras associações empresariais,

mormente instituições bancárias. Foi Membro do Conselho Consultivo da União de Bancos Brasileiros (SD).

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de problemas econômico-financeiros e na feitura de críticas a vários aspectos da atividade política de Benedito Valadares em Minas Gerais. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso sobre "Política Mineira" (IX, 438-449), no qual buscou refutar ponto a ponto pronunciamento anterior de Benedito Valadares defendendo sua gestão dos contínuos ataques feitos por oposicionistas em plenário, detendo-se principalmente na crítica à intervenção realizada pelo ex-interventor mineiro no Banco Hipotecário e Agrícola de MG. Também enviou à Mesa da Assembléia Requerimento Nº 81 (rejeitado após votação nominal; VI, 156), que gerou grande polêmica em plenário, solicitando ao Poder Executivo maior publicidade na elaboração dos decretos-lei, mormente os referentes ao alistamento eleitoral, ao tabelamento de preços, e à lei sobre limitação de lucros extraordinários, tendo se manifestado ainda contra a vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes e contra a proposta de se taxar os lucros extraordinários para corrigir os efeitos da inflação sobre as classes pobres.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 2021, suprimindo dispositivo que determinava a nacionalização progressiva dos Bancos de Depósito e das empresas de Seguros e Capitalização, e em cuja "justificativa" afirma-se ser "... desaconselhável, para a política financeira do Brasil, que na Constituição fiquem visados os Bancos e Empresas de Seguros, ameaçados de nacionalização, tornando vacilante a estabilidade desses institutos e duvidosas as garantias que o Brasil deve oferecer ao capital estrangeiro" (XIV, 443)

---

## • DANIEL SERAPIÃO DE CARVALHO (PR).

1) **DPF:** NASC: 09/10/1887, Itabira-MG. FALEC: 30/03/1966.
Filho de Antônio Serapião de Carvalho, juiz de Direito. Casado com Alice Mibielli de Carvalho, filha de Pedro Mibielli, ministro do Supremo Tribunal Federal (1912-1931).
PROFS: Banqueiro, Empresário, Advogado e Escritor.

2) **CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte-MG (1909). Funcionário da Secretaria da Agricultura (1909-1911). Inspetor da Fazenda Federal no RJ (1912). Consultor Jurídico da Secretaria de Agricultura de MG (1913). Advogado Geral do Estado de MG para questões de terras públicas (1914). Assessor Jurídico do ministro da Marinha, Raul Soares (1919-1920). Durante o Estado Novo foi Consultor Jurídico da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico e Diretor-Secretário da Companhia Siderúrgica Nacional, tendo sido afastado do cargo em razão de sua assinatura ao "Manifesto dos Mineiros" (1943). Além disso, foi Presidente da Companhia Construtora Meridional S.A. e da filial do Banco Industrial de MG no Rio de Janeiro-DF e, juntamente com Morvan Dias Figueiredo (ministro do Trabalho de Dutra) e João Daudt de Oliveira (presidente da Confederação Nacional do Comércio), Grande Acionista da Companhia Nacional de Gás Esso, subsidiária da norte-americana Standart Oil (1946).

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do ministro da Fazenda Francisco Antônio de Sales (1910-1913). Chefe de Gabinete do secretário de Agricultura de MG, Raul Soares (1915-1917). Participou ativamente na "campanha eleitoral" de Artur Bernardes à presidência do Estado de MG (1918). Eleito Deputado Estadual, PRM (1921-1922) renunciou ao mandato logo depois para assumir o posto de Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de MG, cargo que exerceu nos governos de Raul Soares e Melo Viana (1922-1926). Deputado Federal, PRM (1927-1929) e (1930). Apoiou a Aliança Liberal em MG (1930). Militou no PRM após a Revolução de 30, tentando reorganizar o partido em MG (1930-1933). Deputado Constituinte e Federal, PRM (1933-1935). Deputado Federal, PRM (1935-1937). Apoiou a decretação do estado de sítio pelo governo Vargas (1936). Durante o Estado Novo foi um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" (1943). Após a Constituinte-46, tornou-se Ministro da Agricultura do Governo Dutra no bojo das articulações necessárias à concretização do acordo interpartidário PSD/UDN/PR (1946-1950).

**4) LAM:** Consultor Jurídico e Membro do Conselho da OAB. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e de várias associações culturais. Durante o Estado Novo foi delegado da Associação Comercial do Rio de Janeiro ao I Congresso Brasileiro de Economia (novembro/1943) e participou do Congresso Interamericano de Advogados, realizado no RJ (1943), tendo participado ainda do Congresso Brasileiro de Indústria, em São Paulo (1944) e da I Conferência Nacional das Classes Produtoras, em Teresópolis-RJ (1945). Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Economia Política (1943-1945). Vice-Presidente da Associação Comercial do RJ (1942-1945). Diretor e Presidente do Instituto de Economia e de Pesquisas Econômicas da Associação Comercial do RJ (1943-1946).

**5) AIT:** Um dos mais destacados ideólogos do "neoliberalismo" na conjuntura de redemocratização, defendeu seus pontos de vista em vários periódicos da época ligados a instituições empresariais ("O Economista", "O Observador Econômico e Financeiro" etc.). Além dessa intensa atividade ideológica no período, publicou: "NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE O ALGODÃO EM MINAS GERAIS" (1916); "CONVÊNIO ENTRE MINAS GERAIS E SÃO PAULO" (1917); "PARECERES" (1919); "A CONTRIBUIÇÃO DE MINAS GERAIS PARA OS COFRES DA UNIÃO" (1928); "O IMPOSTO SOBRE A RENDA NO BRASIL" (1929); "TRAÇOS DE UMA GRANDE VIDA --- TEÓFILO OTONI, CAMPEÃO DA LIBERDADE" (1934), "DISCURSOS E CONFERÊNCIAS" (1941); "A MISSÃO DA PROFESSORA" (1942); "ESTUDOS DE ECONOMIA E FINANÇAS" (com prefácio de Eugênio Gudin, 1946), dentre outros trabalhos nas áreas de economia e finanças. Segundo Ricardo Bielschowsky, Daniel de Carvalho foi "provavelmente o economista liberal mais radical de sua época" (BIELSCHOWSKY, 1988: 315).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Estudos das Indicações. Um dos mais influentes constituintes em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao intervencionismo estatal e à política econômica implementada durante o Estado Novo, e na participação nos debates sobre política regional mineira. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para realizar tumultuado discurso (I, 158-164) criticando duramente a reposição de prefeitos depostos após a derrubada de Vargas pelo interventor mineiro João Beraldo, pronunciamento este que provocou violentas réplicas por parte de pessedistas mineiros e que terminou por ocasionar a suspensão da sessão pelo presidente da Assembléia, Melo Viana (I, 163). Também ocupou a tribuna para proferir

discursos analisando a "Situação Econômico-Financeira do país" (VI, 143-149; VII, 196-205), onde criticou vários aspectos da política econômica estadonovista e preconizou a adoção de medidas liberais e antiintervencionistas para fazer frente à nova situação econômica vigente no pós-guerra; argumentando a favor da mudança da capital federal para a região do triângulo mineiro (X, 258-261); e analisando longamente o projeto constitucional ( XIX, 119-124; XX, 376-381), nos quais justificou emendas de sua autoria ao capítulo sobre o "Poder Judiciário" da Constituição, e posicionou-se a favor do "presidencialismo temperado", do federalismo, e da "autonomia municipal", afirmando ainda que "Não dou o meu aplauso, principalmente, a vários pontos do capítulo referente à Ordem Econômica e Social, e não o dou à Discriminação de Rendas, como consta no projeto" (XX, 378).

Na condição de Membro da Comissão de Estudo das Indicações, emitiu pareceres a várias Indicações sugeridas por outros parlamentares, nos quais preconizou uma política de redução dos gastos públicos e de emissões monetárias para conter a inflação, e combateu veementemente o intervencionismo estatal e o "nacionalismo exacerbado" vigentes no pós-30, recorrendo a estudos do "professor Eugênio Gudin" para fundamentar seus pontos de vista; nesse sentido destacam-se seu parecer a Indicação Nº 9-A de Daniel Faraco (PSD/RS) sugerindo medidas para conter a Inflação (VI, 132-134), e seu parecer negativo à Indicação Nº 173-A (XX, 329-331) do industrial paulista Horácio Lafer (PSD/SP) sugerindo a criação de um órgão estatal destinado a estimular a cultura do trigo no país, tendo afirmado, como justificativa para a rejeição da Indicação, que "... ela aconselha a criação de mais um órgão paraestatal de economia dirigida, mais um Instituto, mais uma intervenção direta do Estado na economia nacional, mais um aparelho de compressão da liberdade econômica com inevitável reflexo no campo das liberdades políticas" (XX, 329), acrescentando ainda que "A Indicação não teve em vista a situação em que se encontra o Brasil de **pleno emprego dos fatores de produção** (grifos do parecerista---SSB), objeto de pacientes estudos do professor Eugênio Gudin" (XX, 330). Além disso, manifestou-se contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária, à proposta da bancada comunista de se instaurar o Congresso Nacional como poder supremo da nação ao qual se subordinariam os demais, e à transferência do imposto de exportação dos Estados para a União, tendo sido ainda favorável à extinção da Coordenação da Mobilização Econômica e das autarquias criadas no pós-30.

Apresentou 24 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas regulamentando vários aspectos do funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de Nº 72 (rejeitada; XXII, 441), transferindo para lei ordinária a regulamentação sobre a extradição de brasileiros; Nº 396, suprimindo dispositivo que limitava a trinta anos o prazo para proteção alfandegária à Indústria Nacional e sugerindo nova redação ao preceito elaborada por Eugênio Gudin; Nº 1143, reduzindo de 14 para 12 anos a fixação do limite de idade para o início do trabalho infantil; Nº 1144, contrária à nacionalização das empresas concessionárias de serviço público e à adoção do critério do custo histórico para a avaliação destas empresas em caso de desapropriação; Nº 1258 (prejudicada; XXII, 208), favorável à unidade da justiça; e a de Nº 2183 (rejeitada; XXV, 73), determinando a mudança da Capital Federal para o Triângulo Mineiro e proibindo a construção de quaisquer repartições públicas, autarquias federais ou demais "obras suntuárias" no Rio de Janeiro a partir da promulgação da Constituição. Além disso, foi signatário de inúmeras emendas enviadas por Gaston Englert (PSD/RS) sugerindo uma reformulação global ao título "Ordem Econômica e Social" da Constituição.

• **FELIPE BALBI** (PR).

**1) DPF:** NASC: 03/03/1886, Guidoval-MG. FALEC: dezembro/1970.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina de MG (1912), após o que exerceu a profissão de Médico. Durante o Estado Novo foi Inspetor de Ensino por um curto período.

**3) TPol:** Na República Velha foi Vereador em Ubá-MG (1927). Deputado Estadual Constituinte pelo PP/Partido Progressista, MG (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PR mineiro (1945).

**4) LAM:** Durante a República Velha integrou a Comissão Rockfeller, executora de diversos programas de saúde pública (1919-1920).

**5) AIT:** SI.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **JACI DE FIGUEIREDO** (PR).

**1) DPF:** NASC: 10/09/1901, Três Pontas-MG. FALEC: SI.
Filho de Domingos de Figueiredo, proprietário de terras, promotor público e deputado federal na República Velha.
PROFS: Proprietário de Terras e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1925). (SI sobre atividades profissionais).

**3) TPol:** Candidato derrotado a Deputado Federal, MG (1935). Prefeito de Varginha-MG (1936-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Concentrou sua atuação na participação nos debates sobre política regional mineira e na abordagem de questões referentes à matéria fiscal. Logo no início dos trabalhos constituintes pronunciou longo discurso abordando "A ação do desembargador Nilo Batista de Oliveira na

interventoria de MG" (I, 289-295) no qual defendeu a figura do interventor mineiro durante o governo José Linhares das insinuações endereçadas ao mesmo da tribuna da Assembléia por Benedito Valadares, aproveitando a ocasião para denunciar veementemente a continuidade da máquina administrativa estadonovista em Minas, e para censurar a reposição de prefeitos depostos após a queda de Vargas pelo interventor mineiro João Beraldo. Também ocupou a tribuna para ler "Protesto da Associação Rural de Vaginha-MG" (VII, 367) contra a cobrança do imposto sobre vendas e consignações aos produtores rurais, manifestando-se ainda favorável ao sistema eleitoral proporcional, ao decreto governamental proibindo o jogo, e à "autonomia municipal".

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2268, dando à União competência privativa para estabelecer normas gerais sobre o destino e o aperfeiçoamento das terras devolutas; Nº 2888 (rejeitada; XXI, 246) proibindo a cobrança de impostos interestaduais ou intermunicipais que impedissem a livre circulação de mercadorias; e a de Nº 2936 (rejeitada; XXI, 250), determinando a isenção do imposto sobre vendas e consignações para gêneros de primeira necessidade.

---

## • AUGUSTO **MÁRIO** CALDEIRA **BRANT** (PR).

**1) DPF:** NASC: 15/12/1876, Diamantina-MG. FALEC: 02/12/1968.
Descendente de tradicional família de contratadores de diamantes no interior mineiro. Filho do coronel da Guarda Nacional Augusto Afonso Caldeira Brant.
PROFS: Banqueiro, Empresário, Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1898). Advogado e Promotor de Justiça em Diamantina-MG (1899-1903). Delegado de Polícia no Rio de Janeiro-DF (1905-1907). Chefe do Serviço de Informações da Diretoria de Povoamento do Ministério da Agricultura (1907-1911). Diretor do "Boletim do Ministério da Viação" (1911-1917). Diretor do Banco do Brasil em MG (1925-1929). Diretor da Companhia Sul América de Seguros (1926). Durante o Estado Novo, além de dirigir a empresa citada foi "...Diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, cujos fundadores controlavam acionariamente o grupo Sul-América de Companhias de Seguro" (MICELI, 1986: 580), tendo sido afastado do cargo em conseqüência de sua participação no "Manifesto dos Mineiros" (1943).

**3) TPol:** Deputado Estadual, PRM (1921). Deputado Federal, PRM (1921-1922). Secretário de Finanças de MG nos governos de Raul Soares e Melo Viana (1922-1925). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em MG (1929-1930). Eleito Deputado Federal pelo PRM, teve seu mandato interrompido em virtude da Revolução (1930). Presidente do Banco do Brasil por um curto período, exonerando-se do cargo por causa da crise política gerada pela malograda tentativa de deposição de Olegário Maciel (1931). Na condição de Membro da facção "bernardista" do PRM foi encarregado de elaborar os estatutos do PSN/Partido Nacional Socialista (1932). Preso e Exilado por causa de seu apoio ao movimento constitucionalista paulista (1932-1934). Suplente de Deputado Federal, PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo foi um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" e atuou na oposição liberal ao regime (1943). No contexto da redemocratização participou da primeira reunião do Diretório Nacional da UDN, tendo sido nomeado Membro da Comissão de Estudos Administrativos e Financeiros encarregada de elaborar o anteprojeto de estatutos da agremiação; pouco depois, abandonou o partido filiando-se ao PR (1945). Após a Constituinte-46

tornou-se Secretário de Educação e Saúde Pública de MG no governo de Milton Campos (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em MG, tendo sido colaborador e/ou fundador de diversos periódicos no Estado, dentre os quais "O Imparcial" e "O Estado de Minas". Além disso, publicou: "VIAGEM A BUENOS AIRES" (1917); "CATECISMO CÍVICO" (SD) e "ILUSÕES FINANCEIRAS" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao intervencionismo estatal implementado durante o Estado Novo, e na participação nos debates sobre política regional mineira. Embora não tivesse pronunciado nenhum discurso durante os trabalhos constituintes, realizou vários apartes e intervenções tópicas nas quais procurou expressar seus pontos de vista sobre os assuntos debatidos na Assembléia. Crítico ferrenho da intervenção do Estado na economia, manifestou-se várias vezes para criticar as "obras suntuárias" e os gastos perdulários realizados durante a ditadura estadonovista, e para opor-se aos dispositivos do título "Ordem Econômica e Social" que consagravam o intervencionismo estatal; numa de suas intervenções, chegou a qualificar os três primeiros parágrafos do primitivo projeto, favoráveis à ampliação da capacidade regulatória do Estado, de "quase comunistas" (XIII, 364). Além disso, ocupou a tribuna para apoiar a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca (X, 197), para declarar voto a favor do sistema de governo parlamentarista (XXII, 172), e para manifestar-se veementemente contrário à nacionalização dos serviços públicos e das empresas de seguro e capitalização.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição: as de Nº 981, sujeitando à homologação do Senado Federal a nomeação dos ministros de Estado e dos diretores de entidades autárquicas e de economia mista; Nº 1127, eliminando os parágrafos 2º e 3º do título "Ordem Econômica e Social" do primitivo projeto favoráveis ao intervencionismo estatal, e em cuja "justificativa" se afirma, dentre outras coisas, que "As disposições dos parágrafos 2º e 3º do projeto autorizam o Congresso a intervir no domínio econômico até os confins, a limitar 'o trabalho, a produção e o consumo', a 'monopolizar, mediante lei especial, determinada indústria ou atividade', sob o critério impreciso, incerto, do interesse público. Não há critério mais subjetivo e variável do que esse do interesse público. A faculdade conferida ao Estado de intervenção sem critério preciso investe-o do poder de suprimir de fato a liberdade econômica. O projeto abre uma estrada, sem variante, para o totalitarismo, porque da ditadura econômica à ditadura política não medeia senão um passo. E esse passo é inevitável. Aí estão os exemplos da Itália, Rússia e Alemanha. (...) Os parágrafos 2º e 3º estabelecem, inadvertidamente, no Brasil, o comunismo potencial. Os signatários pedem, para a gravidade deste assunto, a atenção da ilustre Comissão" (XIII, 289); e a de Nº 1202, reintegrando em seus cargos os funcionários demitidos ou aposentados compulsoriamente por atos decorrentes dos poderes conferidos pelo art. 177 da Carta de 1937.

## D) BANCADA DO PTB/MG.

A bancada do PTB/MG constituía-se de dois parlamentares sem projeção nacional e que se elegeram no rastro do prestigio eleitoral obtido por Vargas em Minas Gerais: o ferroviário **Ezequiel Mendes**, e jornalista **Leri Santos**, que tiveram atuação bastante apagada durante os trabalhos constituintes.

### • EZEQUIEL DA SILVA MENDES (PTB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 02/02/1913, Rio de Janeiro-DF. FALEC: SI.
PROF: Ferroviário.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Trabalhou como Ferroviário na Leopoldina Railway (SD).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo atuou no movimento sindical ligado ao ministério do Trabalho. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Delegado e Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro (SD).

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado pelo PTB/MG, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes no lugar do senador Getúlio Vargas (PSD/RS), também eleito deputado federal pelo Estado de MG. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso justificando "Requerimento de informações sobre o dissídio coletivo dos funcionários da Leopoldina Railway" (IX, 250-251), que se constitui numa violenta denúncia contra a atuação da empresa ferroviária inglesa no Brasil; em sua justificação, protestou veementemente contra os baixos salários pagos pela firma aos trabalhadores que, segundo o orador, se encontravam "em estado de fome forçada e duramente explorados por uma empresa que nada mais tem feito em nossa terra do que procurar tirar para seus acionistas o máximo proveito possível de seu capital, indiferente sempre aos reclamos de nossas aspirações", tendo finalizado seu discurso sugerindo ao "Executivo" que decretasse a intervenção na empresa.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição

---

### • JARBAS DE LERI SANTOS (PTB).

**1) DPF:** NASC: 02/11/1897, Rio Novo-MG. FALEC: 03/01/1962.
PROF: Jornalista.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Foi Inspetor Federal do Ensino Secundário e Jornalista, tendo exercido a profissão em vários periódicos em MG.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Presidente da Associação Mineira de Imprensa (SD).

**5) AIT:** Foi Diretor do "Jornal do Comércio" e Redator dos "Diários Associados" em Juiz de Fora-MG (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Um dos dois constituintes eleitos pelo PTB/MG, foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Pouco atuante em plenário, concentrou-se na participação nas manobras visando o isolamento político-ideológico do PCB na Assembléia e a ulterior cassação do partido, e na feitura de críticas à atuação política de Benedito Valadares em MG. Embora petebista, através de apartes e intervenções tópicas secundou as veementes críticas realizadas em plenário por parlamentares da UDN e do PR à múltiplos aspectos da gestão do ex-interventor Valadares. Também ocupou a tribuna para proferir discurso fazendo a "Crítica à situação econômica do Partido Comunista do Brasil e de seu secretário geral" (IX, 327-328), onde acusou o senador Carlos Prestes (PCB/DF) de estar auferindo benefícios pessoais e ilícitos, por figurar como principal acionista do diário comunista "Tribuna Popular" e de estar "recebendo dinheiro de uma potência estrangeira para fomentar a desordem no Brasil !" (IX, 328), tendo recebido "palmas prolongadas" em plenário em virtude de tais acusações, que não o estimularam, no entanto, a retornar à tribuna para fornecer provas das mesmas. Além disso, efetuou pronunciamento sobre "O destino dos impostos sobre o jogo" (VII, 24-26), justificando Requerimento de sua autoria sobre o assunto, no qual acusou Benedito Valadares de ter se beneficiado ilegalmente do jogo em MG.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição, as de Nº 424 e 433, ambas regulamentando a competência privativa da União para legislar sobre diversos assuntos.

## BANCADA DO PARÁ.

**01) ÁLVARO ADOLFO (SENADOR/PSD);**
**02) MAGALHÃES BARATA (SENADOR/PSD);**
**03) CARLOS NOGUEIRA (PSD);**
**04) DUARTE DE OLIVEIRA (PSD);**
**05) JOÃO BOTELHO (PSD);**
**06) LAMEIRA BITTENCOURT (PSD);**
**07) MOURA CARVALHO (PSD/1° Suplente);**
**08) NELSON PARIJÓS (PSD);**
**09) ROCHA RIBAS (PSD/3° Suplente);**
**10) AGOSTINHO MONTEIRO (UDN);**
**11) EPÍLOGO DE CAMPOS (UDN);**
**12) DEODORO DE MENDONÇA (PPS).**

**09 PSD + 02 UDN + 01 PPS = 12.**

### A) BANCADA DO PSD/PA.

No Pará, o PSD também foi o partido político vitorioso, beneficiando-se amplamente da máquina política montada pelo interventor **Magalhães Barata** no Estado Novo, e que iria originar o fenômeno político do "baratismo" no pós-guerra. Dentre os integrantes da bancada pessedista paraense, destacam-se **Álvaro Adolfo**, ex-deputado estadual (1912-1916) e senador estadual (1924-1930) na República Velha; o próprio **Magalhães Barata**, ex-líder tenentista, e interventor federal no Pará na vigência do regime estadonovista (1943-1945); o industrial paraense **Carlos Nogueira**; **João Botelho**, membro do Conselho Administrativo durante o Estado Novo (1937-1945); **Lameira Bittencourt**, Secretário Geral do Estado (1937-1945); e **Moura Carvalho**, diretor geral do Departamento de Segurança Pública na gestão de Magalhães Barata (1943-1945). Segundo Sérgio Miceli, "(...) No Pará, a bancada pessedista comportava prepostos do poder central que haviam assumido uma gama variada de encargos, inclusive aqueles interventores que se saíram relativamente bem no trabalho de conciliar as facções dirigentes locais, seus ajudantes-de-ordens militares ou civis que haviam se incumbido de missões políticas espinhosas, e mais alguns elementos da magistratura federal que, tanto por essa razão como pelo fato de serem por vezes originários dos Estados por onde haviam sido eleitos, estavam em situação vantajosa para enfrentar a campanha eleitoral" (MICELI, 1986: 570).

- **ÁLVARO ADOLFO** DA SILVEIRA (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/10/1882, São Benedito-CE. FALEC: 14/01/1959.
Neto de Antônio Joaquim da Silva Carapeba, deputado provincial pelo CE (SD).
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Belém-PA (1908). Advogado da Prefeitura Municipal de Belém e Consultor Geral do Estado (SD). Professor Catedrático de Economia Política e Finanças na Faculdade de Direito do PA (1919). Além disso, dedicou-se à criação de gado zebú na Ilha do Marajó.

**3) TPol:** Deputado Estadual (1912-1916) e Senador Estadual (1924-1930) pelo Partido Conservador do PA. Após a Revolução de 30 aproximou-se politicamente do interventor paraense Magalhães Barata. Membro do Partido Liberal do PA, agremiação fundada por Magalhães Barata (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/PA (1945). Após a Constituinte-46, tornou-se Presidente da Comissão de Finanças do Senado (1947).

**4) LAM:** Membro da OAB/PA.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Substituiu interinamente o titular, senador Magalhães Barata (PSD/PA), na Subcomissão "Segurança Nacional" da Comissão de Constituição a partir de 15/071946 ("Diário do Congresso Nacional", 1946: 3490). Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à região amazônica, tendo participado de vários debates travados no recinto da Assembléia sobre o assunto e ocupado a tribuna para proferir longo discurso sobre a "Recuperação da Amazônia" (X, 322-331), onde defendeu propostas contidas em suas emendas no tocante à organização de um plano nacional de valorização, recuperação e aproveitamento do Vale Amazônico. Defensor assumido do latifúndio, também tomou a palavra para, em nome da Comissão de Constituição, emitir parecer negativo à emenda Nº 2987 (rejeitada) de Trifino Correia (PCB/RS), destinando verba do orçamento da União para a execução de um plano de distribuição de lotes aos camponeses sem terra da região amazônica, afirmando, em seu parecer, que "se há região onde o problema da divisão da propriedade não pode se apresentar, essa região é a da Amazônia, devido justamente à sua extensão territorial" (XXIV, 183). Além disso, manifestou-se contrário à transferência para o Estado Maior do Exército da incumbência de regulamentar a organização das polícias militares estaduais, e tomou parte nos debates sobre o domínio patrimonial dos rios e lagos navegáveis quando da votação de matéria sobre o tema ocorrida em plenário.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1686, dando à União competência privativa para legislar sobre as normas gerais do regime penitenciário; Nº 1869, estipulando que "cada Estado reger-se-á pela constituição e leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União" (XIV, 389); Nº 2103, suprimindo dispositivo que permitia a estabilidade de membros do Ministério Público não concursados; e a de Nº 2967, regulamentando a arrecadação e aplicação das taxas de pedágio.

---

- JOAQUIM **MAGALHÃES** CARDOSO **BARATA** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/06/1889, Belém-PA. FALEC: 29/05/1959.
Filho do Major do exército Marcelino Cardoso Barata.
PROF: Militar.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro-DF, formando-se Aspirante-a-Oficial (1911). Segundo-Tenente (1915). Primeiro-Tenente (1920). Comandante da 3ª Companhia do 27º BC em Manaus-AM (1924). Após a Revolução de 30 foi promovido a Capitão (1930) e a Major (1931). Comandante do 6º Batalhão de Caçadores em Ipameri-GO (1936). Tenente-Coronel (1936). Durante o Estado Novo comandou o 22º BC em João Pessoa-PB (1938-1939); Coronel (1939);

Comandante do 15º BC em Curitiba-PR (1939-1940); Chefe da 21ª Circunscrição Militar em Recife-PE (1940-1943); Reformado no posto de General-de-Brigada (1945).

**3) TPol:** Participou ativamente do movimento tenentista no início da década de 1920. Membro da Junta Governativa que tomou o poder por um mês no AM, tendo sido preso por sua participação na revolta (1924). Após fugir da prisão, refugiou-se no Uruguai (1925-1930). Volta clandestinamente ao PA a fim de participar da Revolução de 30, da qual foi um dos principais dirigentes no Estado. Vitoriosa a Revolução, tornou-se Interventor Federal no PA (1930-1935). Um dos Fundadores do Partido Liberal, agremiação de apoio ao Governo Provisório e filiada à União Cívica Nacional (1931). Candidato ao governo do PA em conturbadas eleições que provocaram a intervenção federal no Estado e a anulação do pleito (1935). Durante o Estado Novo foi Interventor Federal no PA (1943-1945). No contexto da redemocratização foi um dos principais organizadores do PSD/PA, tendo se tornado Presidente do Diretório Regional do partido e Membro da Direção Nacional da agremiação (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Na década de 1930 foi Membro do Clube 03 de Outubro no PA, e um dos fundadores e Presidente de Honra do Clube Político Beneficente 24 de Outubro, organização que congregava revolucionários do Estado do PA. No contexto da redemocratização emergiu como uma das principais lideranças políticas de seu Estado, dando origem no Pará ao fenômeno político que ficou conhecido como "Baratismo".

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Também eleito deputado federal pelo PSD/PA, optou pelo mandato de senador em 04/02/1946 (I, 17). Foi Membro da Subcomissão "Segurança Nacional" da Comissão de Constituição, tendo sido substituído na mesma pelo senador Álvaro Adolfo (PSD/PA) a partir de 15/07/1946 ("Diário do Congresso Nacional", 1946: 3490). Assim como outros ex-interventores ao tempo da ditadura estadonovista, teve atuação discreta em plenário, limitando-se a enviar à Mesa da Assembléia de dois Requerimentos, um deles congratulando-se com a nomeação de Felinto Epitácio Maia para o cargo de Diretor da Casa da Moeda (XXIV, 79), e outro manifestando seu "voto de pesar" pelo falecimento do padre paraense, Monsenhor Argemiro Pautgi (XXI, 102).

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2088, favorável à adoção dos critérios alternados de merecimento e antigüidade para a promoção dos oficiais das forças armadas a partir do posto de Capitão, e a de Nº 2089, possibilitando a transferência para a reserva de "todo oficial que conte mais de três anos no quadro de acesso" (XIV, 469). Além disso foi signatário de praticamente todas as emendas apresentadas pela bancada pessedista paraense ao projeto constitucional.

---

## • CARLOS PEREIRA NOGUEIRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/04/1909, Belém-PA. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público , Empresário e Dentista.

**2) CPr:** Formado em Odontologia (1930), exercendo a seguir a profissão de Cirurgião Dentista. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro-DF (1941). Durante

o Estado Novo foi Inspetor do Ministério do Trabalho, Funcionário da Prefeitura do DF e da Caixa Econômica Federal (SD). Segundo Gastão Pereira da Silva, foi também Diretor da CICA, Diretor-Presidente da IMEBRA S.A. e Diretor-Secretário dos Sanatórios Kock S.A. (SILVA, 1947: 35-36).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo dedicou-se às atividades empresariais e ocupou postos na burocracia de Estado. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para declarar seu apoio à dissolução a tiros pela polícia do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na capital federal (X, 185) --- acontecimento que ficou conhecido durante os trabalhos constituintes como a "chacina do Largo da Carioca".

Além de apoiar a "chacina do Largo da Carioca", apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 2824, equiparando os salários dos magistrados e funcionários da Justiça do DF aos dos demais servidores da mesma categoria nos Estados.

---

- ANÍBAL **DUARTE DE OLIVEIRA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 1890, Salvador-BA. FALEC: SI.
Filho de Manuel Duarte de Oliveira, usineiro, senador estadual (SD), diretor do tesouro estadual e chefe político no interior da Bahia.
PROFS: Industrial e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Odontologia de Salvador-BA (SD), exerceu por pouco tempo a profissão de Dentista. Redator dos jornais "Diário da Tarde" e "O Liberal", no PA. Diretor-Gerente do "Diário do Estado", órgão oficial do governo paraense (1935). Foi também Sócio-Proprietário da Fábrica Cerâmica Brasileira do PA e Diretor-Proprietário da firma "Expansão Jornalística Nacional" (1946-1947).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte pelo Pará (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Superintendente dos Serviços Externos da Prefeitura de Belém-PA (1943). No contexto da redemocratização tornou-se Segundo-Secretário da Comissão Executiva e Presidente do Diretório Municipal do PSD em Belém-PA (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo e foi proprietário de jornal no Pará.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes. Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº

1755, ampliando a competência do Senado para, além se suas funções normais de controle de constitucionalidade, ter também a prerrogativa de suspender os dispositivos ilegais dos regulamentos expedidos pelo Poder Executivo, e a de Nº 3237, sugerindo redação mais flexível a dispositivo do projeto inicial que restringia a entrada de imigrantes.

---

- JOSÉ **JOÃO** DA COSTA **BOTELHO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 25/04/1908, Belém-PA. FALEC: maio/1976.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do PA (1932). (SI sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** Ainda estudante, participou de manifestações de apoio ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo sido preso por um curto período (1932). Deputado Estadual (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do PA (1937-1945), tendo exercido algumas vezes o cargo de Interventor Interino durante a ausência do titular (SD).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no PA.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator Geral da Comissão Parlamentar da Casa Popular e Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Parlamentar bastante ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à região amazônica e ao problema da habitação popular. Participando de vários debates travados em plenário sobre problemas da Amazônia, ocupou a tribuna para proferir longo discurso fazendo "A defesa da campanha da borracha" (XVII, 356-365), no qual colocou-se veementemente contrário à "campanha alarmista" efetuada por membros da UDN cearense contra as interventorias responsáveis pela realização da chamada "batalha da borracha" durante o Estado Novo, contestando dados apresentados por Egberto Rodrigues (UDN/CE) sobre a ocorrência da morte de 23.000 trabalhadores nordestinos durante a realização da campanha. Também ocupou a tribuna para defender Requerimento Nº 92 de sua autoria (aprovado) sugerindo a formação de uma Comissão da Casa Popular para estudar o problema da Habitação (VII, 81-83), e para apoiar a indicação de Horácio Láfer (PSD/SP) sugerindo a formação de um órgão estatal para estimular a cultura do trigo no país (VII, 250), tendo ainda efetuado várias intervenções em debates de interesse dos agrupamentos dominantes de seu Estado. Parlamentar de postura governista, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 06 anos, e à extinção do Território do Iguaçu, e foi contra o direito dos habitantes das capitais dos Estados e do DF de elegerem diretamente seus governantes. Além disso, apresentou à Mesa da Assembléia incontáveis Requerimentos e Indicações solicitando ao "Poder Executivo" obras e serviços em sua região de origem.

Apresentou 33 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 134, determinando a indenização, pela União, aos Estados que tiveram suas áreas desmembradas para a criação de novos territórios no pós-30; Nº 480 (rejeitada; XXII, 375), suprimindo dispositivos que restringiam a inelegibilidade dos ocupantes de cargos burocráticos e respectivos parentes até pouco tempo antes da realização de eleições; Nº 487 (rejeitada; XXIV, 223), acrescentando dispositivo

assegurando facilidades para a aquisição e locação de habitações nas zonas urbanas e rurais; Nº 492, instituindo o imposto territorial progressivo para as terras particulares não aproveitadas para exploração agrícola ou pecuária; Nº 2223, dando à União competência privativa para elaborar e executar um plano nacional de aproveitamento da siderurgia e do petróleo; Nº 3265, favorável à nacionalização progressiva das minas, quedas d'água e demais fontes de energia hidráulica julgadas essenciais à defesa econômica ou militar do país; Nº 3316 (rejeitada; XXIII, 70) ampliando o poder de auxílio da União aos Estados para a feitura de estudos referentes às jazidas minerais e fontes de energia hidráulica; Nº 3317 (rejeitada; XXIII, 71), condicionando ao assentimento prévio dos Estados o aproveitamento das jazidas minerais e fontes de energia hidráulica que se situassem em seu território; e a de Nº 3521, determinando a passagem das minas e demais riquezas minerais à órbita da propriedade dos Estados.

---

- JOÃO GUILHERME **LAMEIRA BITTENCOURT** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/08/1908, Belém-PA. FALEC: 26/01/1960.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do PA, especializando-se em Direito Penal e Constitucional (1929). Promotor Público em Belém-PA (1931-1933). Chefe da Assistência Jurídica Cível em Belém-PA (1931-1933). Procurador Interino da República e Procurador-Geral do Estado (1933-1934). Durante o Estado Novo tornou-se Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito do PA (1940).

**3) TPol:** Atuou no movimento estudantil, tendo sofrido prisão política em conseqüência de sua participação na greve nacional dos estudantes ocorrida durante o governo de Artur Bernardes (1924). Participou na campanha da Aliança Liberal a foi Presidente do Comitê Acadêmico Paraense pró-Getúlio Vargas (1929). Apoiou a Revolução de 30. Participou como voluntário nas operações militares do governo contra o movimento constitucionalista paulista (1932). Vereador em Belém pelo Partido Liberal (1936). Durante o Estado Novo foi Secretário Geral do PA (1937-1945), tendo assumido a Interventoria por apenas um dia, sendo deposto em conseqüência do golpe de 29/10/1945.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no PA. Publicou "DA EUTANÁSIA" (tese para concurso, SD) e "DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO" (tese para a Primeira Convenção Nacional do PSD, 1945).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões de interesse dos agrupamentos dominantes de sua região de origem, tendo ocupado a tribuna várias vezes para, através de apartes e pronunciamentos, defender ex-interventores da região Norte (principalmente Álvaro Maia e Magalhães Barata), das acusações efetuadas em plenário por oposicionistas referentes ao desaparecimento de trabalhadores nordestinos por ocasião da "Batalha da Borracha", organizada pelo governo brasileiro em virtude dos "Acordos de Washington". Além da defesa de próceres estadonovistas, efetuou intervenções manifestando-se a favor da indenização aos Estados pela União, das áreas desapropriadas aos mesmos para a criação de novos territórios, da

transferência para os Estados da prerrogativa de autorizar a concessão da exploração de minas e quedas d'água, tendo sido ainda contrário à emenda de Trifino Correia (PCB/RS), reservando verba no orçamento da União para a distribuição de lotes aos camponeses sem terra da região amazônica.

Apresentou 51 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 414 (aprovada; XXI, 409), acrescentando ao art. 1º da Carta Constitucional a expressão "Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido", omitida pelo redatores do primitivo projeto; Nº 508 (rejeitada; XXIV, 128), proibindo as unidades da federação de possuírem hinos, bandeiras e armas próprias, distintas das nacionais; Nº 562, punindo com a perda de mandato o cometimento de "traição partidária"; Nº 1288 (rejeitada em plenário e parcialmente aprovada na Comissão de Constituição; XXI, 234), regulamentando vários aspectos da intervenção dos Estados nos municípios; Nº 3272, equiparando os crimes cometidos contra a economia popular aos crimes cometidos contra o Estado para efeito de pena, processo e julgamento; e a de Nº 3274, proibindo a admissão de trabalhadores estrangeiros em indústria consideradas básicas ou essenciais para a defesa militar da Nação.

---

- LUÍS GEOLÁS DE **MOURA CARVALHO** (PSD/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 25/07/1906, Belém-PA. FALEC: SI.
PROFS: Militar e Proprietário de Terras (Pecuarista).

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro-DF; após concluir o Curso Especial das Armas de Infantaria foi declarado Aspirante, sendo enviado para o 26º Batalhão de Caçadores sediado em Belém (1930). Segundo-Tenente (1930). Comandante da Guarda Civil e Inspetor do Corpo de Bombeiros Municipais em Belém (1931-1933). Tenente-Coronel e Comandante do 26º BC (1932). Serve no 27º BC em Manaus-AM (1935). Capitão (1937). Durante o Estado Novo ocupou postos militares no Rio de Janeiro e em Belém (1937-1945). Durante os trabalhos da Constituinte de 1946 foi promovido a Major (setembro/1946).

**3) TPol:** Participou dos combates da Revolução de 30 no PA e no MA, aproximando-se politicamente de Magalhães Barata. Foi Comandante Geral da Brigada Militar do Estado do PA e Assistente Militar interino do então capitão Magalhães Barata (1930). Tomou parte das operações militares no Vale do Paraíba durante a repressão ao movimento constitucionalista paulista (1932). Assessor Militar do major Magalhães Barata, interventor do PA (1933). Deputado Constituinte e Federal pelo PL/Partido Liberal, PA (1933-1935). Durante o Estado Novo foi Comandante da Força Policial do PA e Diretor Geral do Departamento de Segurança Pública na gestão de Magalhães Barata (1943-1945). Após a Constituinte-46 elegeu-se Governador do PA (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao senador Magalhães Barata, também eleito deputado pelo PSD/PA. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo

se licenciado do cargo por 60 dias a partir de 01/07/1946, não mais voltando a exercer o mandato constituinte, tendo sido substituído pelo suplente Rocha Ribas (PSD/PA).

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 790, proibindo a concessão de *habeas corpus* para as transgressões disciplinares; Nº 3092, contrária à aplicação do princípio da analogia em matéria penal, e cuja "justificação" contém longas considerações sobre o assunto (XVI, 35); Nº 3421, assegurando a garantia do montepio à família do militar que for demitido ou expulso das Forças Armadas; e a de Nº 3651 (prejudicada; XXI, 163) determinando a transferência da União para os Estados do produto do imposto penitenciário.

---

• **NELSON DA SILVA PARIJÓS** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/04/1884, Cametá-PA. FALEC: 05/01/1970.
PROFS: Proprietário de Terras, Advogado e Agrônomo.

**2) CPr:** Formado pela Escola Superior de Agronomia de Gembloux, na Bélgica (SD). Formado pela Faculdade de Direito do PA (SD). Tesoureiro do Município de Cametá (1911). Tabelião em Abaeté-PA (1912-1920). Diretor da Estação de Cacau em Cametá, tendo se dedicado à cacauicultura e à exploração de castanhas neste município. Foi ainda Promotor Público e Chefe de Polícia em Marabá-PA (SD).

**3) TPol:** Atuou no Partido Republicano Federal durante a República Velha. Após a Revolução de 30 atuou na FUP/Frente Única Paraense, agremiação de oposição ao interventor Magalhães Barata (1934). Prefeito de Cametá-PA (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura em órgão parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Foi Membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 524, dando à União competência privativa para legislar sobre "Trabalho, produção e consumo, sem prejuízo da legislação estadual ou municipal supletiva ou complementar" (XXI, 524); Nº 585, autorizando à União, aos Estados e aos Municípios a criação de outros impostos além daqueles consignados na Constituição; e a de Nº 590, concedendo também aos municípios a prerrogativa de cobrar o imposto sobre propriedade territorial.

---

- JOSÉ DA **ROCHA RIBAS** (PSD/3º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 22/07/1895, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 18/09/1964.
PROF: Funcionário Público.

**2) CPr:** (Sem curso universitário). Foi Delegado Fiscal da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro-DF (SD).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 3º Suplente de deputado pelo Pará, tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 98ª Sessão, a 05/07/1946 (XVII, 340), no lugar do titular licenciado Luís Geolás de Moura Carvalho, em virtude do fato de o 2º suplente, Antônio Teixeira Gueiros, não ter podido assumir o mandato por estar ocupando o cargo de Secretário Geral do Estado do PA. Pouco atuante em plenário, não manifestou-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## B) BANCADA DA UDN/PA.

A UDN/PA era formada por **Agostinho Monteiro,** médico e pecuarista militante em antigos movimentos de oposição ao chefe político paraense Magalhães Barata, e pelo médico **Epílogo de Campos**, então em sua primeira legislatura parlamentar.

- **AGOSTINHO** DE MENESES **MONTEIRO** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 22/07/1891, Ilha de Marajó-PA. FALEC: 1º/09/1976.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Médico, Jornalista e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1912). Foi Fundador e Professor da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (SD). Como proprietário de terras, dedicou-se à pecuária na ilha de Marajó.

**3) TPol:** Deputado Estadual, PA (1926-1930). Deputado Federal pela FUP/Frente Única Paraense, agremiação de oposição ao interventor Magalhães Barata (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores da UDN, tornando-se Membro do Diretório Nacional e da Comissão de Orientação Política do partido; foi também Presidente do Diretório da UDN/PA (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no PA e publicou trabalhos sobre problemas econômicos da região amazônica.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório sobre o tema "Alimentação". Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica veemente a múltiplos aspectos do governo de Getúlio Vargas e da política econômico-financeira implementada durante o Estado Novo, tendo ocupado a tribuna seguidas vezes para, munido de cifras e estatísticas, detalhar suas críticas à política econômica varguista, pronunciamentos estes que provocaram incontáveis réplicas de constituintes do PSD e do PTB ligados a Vargas. Assim, tomou a palavra para proferir longos discursos, que tiveram grande repercussão durante a Constituinte, abordando a "Situação Econômica do país" (IV, 37-52), no qual culpou a ditadura estadonovista pela "situação de sub-fome crônica" (IV, 38) que atingia a imensa maioria da população brasileira; analisando "A economia do Brasil e a desorganização dos transportes" (VII, 426-440) onde enumerou vários dados e culpou a "catastrófica atuação econômico-financeira do Estado Novo" pela situação precária dos portos e estradas de ferro brasileiros; fazendo a "Análise da situação financeira do país" (XII, 235-239; XII, 337-343), nos quais forneceu mais dados estatísticos para reforçar suas críticas anteriores, discursos estes que provocaram inúmeras polêmicas em plenário. Também tomou parte nas discussões sobre o problema da pecuária, tendo efetuado longo pronunciamento sobre "A situação dos fazendeiros e invernistas" (VI, 88-103), no qual secundou as críticas endereçadas por outros constituintes à atuação do governo e do Banco do Brasil em relação ao setor, tendo, no entanto, se posicionado contra a nacionalização dos frigoríficos estrangeiros, medida reivindicada por alguns parlamentares para a solução da crise da pecuária. Além disso, declarou voto a favor da Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia para os militares punidos por motivos políticos durante o Estado Novo, e manifestou-se contra o dispositivo constitucional que permitia ao Estado monopolizar determinada indústria ou ramo de atividade, sob o argumento de que tal dispositivo afugentaria os capitais estrangeiros necessários ao desenvolvimento do país.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição, a de Nº 2690, estabelecendo normas para uma nova divisão territorial do país, e a de Nº 3373, regulamentando a desapropriação de terras não aproveitadas até três anos depois de beneficiadas por obras de viação, irrigação ou saneamento.

---

## • EPÍLOGO GONÇALVES DE CAMPOS (UDN).

**1) DPF:** NASC: 19/05/1915, Rio Branco-AC. FALEC: SI.
PROF: Médico e Fazendeiro.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do PA (1939). (SI sobre o exercício da profissão).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Membro do Sindicato dos Médicos do DF e de outras Associações.

5) AIT: SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro Interino da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na remessa à Mesa da Assembléia de inúmeros Requerimentos e Indicações abordando questões referentes à organização da administração pública e a problemas geoeconômicos de sua região de origem. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso defendendo Indicação Nº 176 de sua autoria (XVIII, 122), na qual sugeriu ao "Poder Executivo" a imediata extinção do DASP e criticou veementemente o inchaço da máquina administrativa no pós-30, tendo ainda apresentado vários outros Requerimentos e Indicações solicitando ao "Executivo" obras e serviços em seu Estado. Além disso, manifestou-se a favor da proposta do deputado pessedista Ataliba Nogueira (PSD/SP) de se estabelecer a dupla contagem para os votos dos bacharéis em direito, e declarou voto a favor da "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945.

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 321, equiparando os extranumerários aos demais funcionários públicos; Nº 2746, isentando do pagamento de impostos as associações de classe representativas dos médicos e jornalistas; Nº 3412, criando batalhões de instrução militar nos municípios do interior com o objetivo de promover a fixação do homem do campo; e a de Nº 3659, regulamentando o reaproveitamento dos Funcionários Públicos afastados no pós-30 por atos do Governo Provisório.

---

## C) BANCADA DO PPS-PSP/PA.

A bancada do PPS/PA compunha-se de um dos dois deputados pepessitas que não foram eleitos pelo Estado do Ceará: **Deodoro de Mendonça**, antigo secretário geral do Pará na gestão do interventor José da Gama Malcher (1937-1943).

### • DEODORO MACHADO DE MENDONÇA (PPS).

**1) DPF:** NASC: 23/08/1889, Cametá-PA. FALEC: 16/08/1968.
Filho do coronel Basílio Lopes Correia de Mendonça.
PROFS: Proprietário de Terras, Advogado-Funcionário Público, Professor e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do PA (1912). Promotor Público em Belém-PA (SD). Durante a década de 1930 dedicou-se à extração e ao comércio de castanhas.

**3) TPol:** Chefe de Gabinete do Prefeito de Belém, seu tio Virgílio Martins Lopes de Mendonça (1913). Prefeito de Cametá (1923). Secretário Geral do Estado do PA nos governos de Antônio Emiliano de Souza Castro (1921-1925), Dionísio Ausur Bentes (1925-1929) e Eurico Vale (1929-1930). Deputado Federal, PA (1928-1929) e (1930). Opôs-se à Revolução de 30. Preso por ser simpatizante do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Deputado Federal pela FUP/Frente Única Paraense (1935-1937). Delegado pela União Popular à convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo foi Secretário Geral do PA na gestão do interventor José da Gama Malcher (1937-1943); integrou a Comissão de Estudos Econômicos e assessorou Malcher na reunião de Interventores da I

Região Geoeconômica (que englobava o AC, AM, PA, MA e PI). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PPS/Partido Popular Sindicalista (1945).

**4) LAM:** Membro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e do Instituto dos Advogados do Pará.

**5) AIT:** Exerceu atividades jornalísticas, tendo sido Diretor de "O Estado do Pará" e do "Jornal do Comércio" em seu Estado

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Discriminação de Rendas" da Comissão de Constituição, tendo sido o único representante de seu partido neste órgão. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes a problemas geoeconômicos da região amazônica, e na defesa da denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no país. Assim, ocupou a tribuna constituinte para proferir discurso sobre "O problema da borracha" (XIX, 202-205), onde argumentou a favor da Indicação Nº 53 de sua autoria solicitando a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Produção com o objetivo de promover a diversificação agrícola e a industrialização da Amazônia, tendo feito em seu pronunciamento um veemente apelo à intervenção de Estado central e da União na região Norte para evitar o colapso de sua economia após o término da vigência dos "Acordos de Washington". Também pronunciou discursos comunicando a fusão dos Partidos Popular Sindicalista, Republicano Progressista e Partido Agrário para a formação do PSP/Partido Social Progressista (XIV, 576-579), aproveitando a ocasião para justificar suas emendas ao projeto constitucional; e defendendo a denominação de "língua brasileira" para o idioma nacional (XIX, 142-146), tendo ainda efetuado intervenções tópicas em debates sobre política regional maranhense e manifestado-se veementemente favorável à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição: as de Nº 1431, assegurando a representação de todos os partidos nacionais na Comissão Permanente do Congresso Nacional; Nº 1504, determinando a gratuidade do ensino público da União, Estados e Municípios em todos os seus graus e ramos; Nº 1517, assegurando o direito de voto aos analfabetos; e a de Nº 1518, eliminando dispositivo que interditava o direito de voto aos soldados e sargentos.

## BANCADA DA PARAÍBA.

**01) ADALBERTO RIBEIRO (SENADOR/UDN);**
**02) VERGNIAUD VANDERLEI (SENADOR/UDN);**
**03) ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (UDN);**
**04) ERNÂNI SÁTIRO (UDN);**
**05) FERNANDO NÓBREGA (UDN);**
**06) JOÃO AGRIPINO (UDN);**
**07) JOÃO ÚRSULO (UDN);**
**08) JOSÉ GAUDÊNCIO (UDN/1° Suplente);**
**09) OSMAR DE AQUINO (UDN);**
**10) PLÍNIO LEMOS (UDN);**
**11) JANDUÍ CARNEIRO (PSD);**
**12) JOSÉ JOFFILY (PSD);**
**13) SAMUEL DUARTE (PSD).**

**10 UDN + 03 PSD = 13.**

### A) BANCADA DA UDN/PB.

Na Paraíba a UDN obteve sua maior vitória eleitoral a nível nacional, elegendo 10 constituintes (77,0%) de uma bancada de 13 parlamentares, beneficiando-se amplamente do prestígio eleitoral do ex-interventor **Argemiro de Figueiredo** (1937-1940), foi afastado do cargo durante o Estado Novo em virtude de divergências com o poder central. De acordo com Sérgio Miceli, " Em Sergipe, na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas, a maioria dos parlamentares udenistas provinha de clãs familiares que repartiam entre si a direção e a propriedade das principais atividades econômicas. (...) O caso da Paraíba confirma o papel desempenhado pelas dissensões entre facções políticas no âmbito estadual antes e depois de 1930 e o empenho de setores importantes da oligarquia em resistir aos avanços do poder central, como os fatores responsáveis pelo alinhamento partidário em 1945. A bancada udenista congrega as principais lideranças rurais mobilizadas pelo 'partido' do ex-interventor e governador **Argemiro de Figueiredo** (1901/Campina Grande/PB), ele próprio chefe político em sua cidade natal antes de 1930 e membro do comitê regional de apoio ao programa aliancista, sendo que pelo menos seis dentre os nove parlamentares eleitos em 45 eram herdeiros de ricos proprietários rurais que haviam aderido à Aliança Liberal. (Esses deputados eram herdeiros de usineiros perrepistas e aliados de João Pessoa na campanha da Aliança Liberal: **João Agripino Filho** (João Agripino/Brejo da Cruz), **Ernany Ayres Sátiro e Souza** (Coronel Miguel Sátyro/Patos), **Osman de Araújo Aquino** (Modesto de Aquino/Guarabira), **Plínio Lemos** (Coronel Murilo Lemos), **João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho** (Úrsulo Ribeiro Coutinho), **Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega** (Coronel Claudino Nóbrega/Soledade, Cleodon Nóbrega/Santa Luzia), este último também banqueiro e dono de uma fábrica de torrefação de milho". (MICELI, 1986: 571).

Ainda segundo Sérgio Miceli, "Na Paraíba (...), o partido oposicionista se escorou ainda no potencial de mobilização daqueles interventores que acabaram rompendo o contrato de serviço que mantinham com o governo central. Sentindo-se suficientemente amparados em virtude das alianças celebradas com grupos dirigentes locais ou por terem logrado êxito no projeto de pacificação das facções em litígio em âmbito estadual, êxito para o qual contribuiu bastante o fato

de serem originários daqueles Estados onde passaram a operar, de terem se casado com mulheres das famílias oligárquicas, de terem, em suma, um perfil social semelhante às lideranças pessedistas emergentes, por exemplo, em Minas e Pernambuco, esses interventores passaram à ofensiva em prol da restauração da autonomia estadual, postura que lhes valeu a confiança dos núcleos de oposição" (MICELI, 1986: 572).

• **ADALBERTO** JORGE RODRIGUES **RIBEIRO** (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 23/04/1885, Recife-PE. FALEC: 24/03/1975.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1908), após o que exerceu a Advocacia em Recife e Vitória-ES (SD). Foi também Inspetor Federal de Ensino na PB (1934).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte, PB (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte de 1946 votou contra a cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** Foi Presidente da OAB-PB e Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros.

**5) AIT:** SI.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 09 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2191, favorável à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, mas sugerindo nova redação ao mesmo; Nº 2484, determinando a duração de 04 anos para os mandatos legislativos e presidencial; e a de Nº 2880, isentando de impostos a pequena propriedade rural e em cuja "justificação" se afirma que "O fisco, na sua tríplice expressão -- União, Estado e Município --, tem sido no Brasil o maior entrave ao desenvolvimento da pequena propriedade e, consequentemente, o maior criador de latifúndios" (XV, 365).

---

• **VERGNIAUD VANDERLEI** (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 11/08/1905, Campina Grande-PB. FALEC: SI.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1929). Promotor Público e Juiz de Direito em Blumenau-SC (1930-1935).

**3) TPol:** Chefe de Polícia e Secretário Interino da Produção, Comércio, Viação e Obras Públicas da PB no governo de Argemiro Figueiredo (1935). Eleito Prefeito de Campina Grande-PB (1935-1937). Durante o Estado Novo foi novamente Prefeito de Campina Grande (1940-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "Matéria constitucional" (XVIII, 55-60), onde fez considerações sobre o "pacto federativo" e defendeu a "autonomia municipal", e para congratular-se com Hamilton Nogueira (UDN/DF) por seu pronunciamento combatendo o racismo, tendo feito o seguinte aparte ao senador udenista: "V. Ex. é um espírito tão livre que, demonstrando a cosmogonia mosaica (sic) adotou, na semana passada, ponto de vista da origem simiesca do homem", ao que replicou Hamilton Nogueira: "Nunca aceitei a origem simiesca do homem. Defender o negro, absolutamente, não é aceitar essa origem" (IV, 314).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 2119, suprimindo dispositivo que determinava a consulta aos Estado em caso de elaboração de emendas ao texto constitucional.

---

## • ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 09/03/1901, Campina Grande-PB. FALEC: 14/12/1982.
Filho do coronel Silvino Gonçalves de Figueiredo, chefe político em Campina Grande-PB. Neto de Bento José Alves Viana, constituinte de 1891 e deputado federal (SD) na República Velha.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1924), após o que montou escritório de advocacia em Campina Grande-PB e dedicou-se à pecuária no interior do Estado.

**3) TPol:** Um dos Fundadores do PD/Partido Democrático na PB (1928). Deputado Estadual, PD (1929-1930). Como dirigente do PD, engajou-se na campanha da Aliança Liberal, divergindo de seu pai, que apoiou a chapa Júlio Prestes/Vital Soares (1929-1930). Participou da Revolução de 30 na PB. Por interferência de José Américo de Almeida, foi nomeado Secretário do Interior e Justiça da PB (1932-1935); durante sua gestão, assumiu interinamente a Interventoria do Estado, nomeando o então tenente Ernesto Geisel para o posto de Secretário de Finanças. Um dos organizadores e Presidente do PP/Partido Progressista, liderado por José Américo de Almeida (1933). Governador da PB, tendo sido o primeiro a ser eleito no pós-30 (1935-1937). Apoiou a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo foi Interventor Federal na PB (1937-1940), tendo sido afastado do cargo pela burocracia central em virtude de divergências políticas como o governo. No contexto da redemocratização, ingressou na UDN, embora estivesse rompido politicamente com o prócer udenista paraibano José Américo de Almeida (1945). Após a Constituinte de 1946 votou a favor da cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Organização Federal" da Comissão de Constituição, tendo sido substituído no órgão por João Agripino (UDN/PB) a partir de 02/07/1946 ("Diário do Congresso Nacional", 1946: 3270). Tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 20ª Sessão, a 07/03/1946 (III, 109). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo se licenciado do mandato na 76ª Sessão, a 04/06/1946 (XI, 233), sendo substituído no mesmo dia pelo suplente José Gaudêncio (UDN/PB).

---

### • ERNÂNI AIRES SÁTIRO E SOUSA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 11/09/1911, Patos-PB. FALEC: SI.
Descendente de família de criadores de gado e plantadores de algodão na PB. Filho de Miguel Sátiro e Sousa, coronel e chefe político em Patos, e deputado estadual pelo Partido Republicano Libertador. Irmão de Clóvis Sátiro, prefeito de Patos no início da década de 1930.
PROFS: Proprietário de Terras e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1933), após o que exerceu a advocacia em Campina Grande e Patos, e administrou as fazendas da família no interior paraibano.

**3) TPol:** Deputado Estadual na legenda do Partido Republicano Liberal, PB (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Chefe de Polícia na PB (1939) e Prefeito de João Pessoa (1940) na gestão do interventor Argemiro Figueiredo, tendo sido exonerado do cargo após a nomeação de Rui Carneiro para a interventoria do Estado (1940). No contexto da redemocratização participou das reuniões de criação da UDN, tendo sido signatário da ata de fundação do partido (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo na Paraíba.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional e da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional paraibana e na defesa das prerrogativas dos proprietários de terras no tocante à exploração de jazidas minerais situadas em solo de sua propriedade. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre a "Situação política da Paraíba" (II, 11-17), onde criticou veementemente a atuação do interventor paraibano Odon Bezerra (PSD/PB) e denunciou a continuidade da "máquina administrativa estadonovista" na PB. Também tomou a palavra para realizar pronunciamentos abordando o tema da "Política a ser adotada em relação ao subsolo" (IX, 305-309; XIV, 304-308) nos quais posicionou-se ferrenhamente a favor da concessão de preferência aos proprietários do solo para a exploração e pesquisa de jazidas minerais situadas no subsolo de terras a eles pertencentes, argumentado longamente a favor de proposta contida em emenda de sua autoria (posteriormente aprovada) sobre o assunto. Defensor

ativo dos interesse de sua classe de origem, ainda reivindicou em plenário a imediata revogação de decreto-lei baixado pelo governo Dutra cancelando a moratória anteriormente concedida às dívidas dos pecuaristas para com os banqueiros (XXV, 212-214), aproveitando a ocasião para denunciar veementemente a exploração dos produtores pecuaristas pelos banqueiros.

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 394 (aprovada; XXIII, 251), assegurando ao proprietário do solo preferência para a exploração e pesquisa das minas do subsolo situadas em terras de sua propriedade; Nº 403, contrária à concessão do poder de veto parcial ao presidente da República; Nº 1589, reconhecendo como função pública para fins de aposentadoria a profissão de jornalista em jornal diário; e a de Nº 3441, efetivando servidores públicos extranumerários.

---

- **FERNANDO** CARNEIRO DA CUNHA **NÓBREGA** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 20/08/1904, João Pessoa-PB. FALEC: SI.
PROFS: Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1927), após o que exerceu a advocacia e o jornalismo em João Pessoa.

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do Governador João Suassuna na República Velha (1924-1928). Como Diretor do jornal "Diário da Paraíba", promoveu intensa campanha oposicionista ao governo de João Pessoa na PB (1928-1930). Opôs-se à campanha da Aliança Liberal e à Revolução de 30 na PB (1929-1930). Após o assassinato de João Pessoa, o jornal "Diário da Paraíba" foi empastelado pelas massas populares, que também incendiaram uma firma comercial de sua propriedade (1930). Deputado Estadual Constituinte pelo PP/Partido Progressista, PB (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Prefeito de João Pessoa na interventoria de Argemiro Figueiredo (1937-1940) e Secretário da Fazenda, permanecendo no cargo por apenas 09 dias, tendo sido exonerado pouco depois em conseqüência do afastamento do interventor Argemiro de Figueiredo (1940). No contexto da redemocratização foi por um curto período Secretário Geral da Interventoria da PB após a deposição de Vargas, a 29/10/1945.

**4) LAM:** Foi Presidente da seção paraibana da OAB (1944/1946) e Primeiro Secretário do Conselho Seccional da OAB/PB.

**5) AIT:** Além de exercer o jornalismo na PB, publicou: "DOM VITAL - O REVOLUCIONÁRIO" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 20ª Sessão, a 07/03/1946 (III, 109). Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização do aparelho judiciário, tendo participado de vários debates travados em plenário sobre o assunto. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar longo discurso sobre o "Projeto de Constituição" (XI, 450-459), onde defendeu seus pontos de vista sobre o "Poder Judiciário" na Carta Constitucional e justificou diversas emendas de sua autoria sobre o assunto, posicionando-se em defesa da unidade e da federalização da justiça, e contra a justiça paritária, tendo sugerido ainda várias propostas relativas à organização dos Tribunais Federais de Recursos. Também tomou a palavra para combater

veementemente o intervencionismo estatal e a política econômica implementada durante o Estado Novo, manifestando-se ferrenhamente contrário à proposta de Daniel Faraco (PSD/RS) de criação do Conselho Nacional de Economia com o objetivo de estimular a planejamento da economia brasileira, por considerar o estabelecimento da planificação econômica próprio dos regimes totalitários e incompatível com as instituições democráticas, tendo inclusive afirmado, dentre outras coisas, que "... dentro da realidade brasileira, da democracia em que vivemos, só há uma lei econômica: --- a lei da oferta e da procura" (V, 101). Além disso, efetuou críticas à "política ruinosa" (VI, 15) posta em prática por Barbosa Lima Sobrinho (PSD/PE) em sua gestão à frente do IAA, e solicitou ao "Executivo" várias providências de amparo à pecuária, tendo ainda declarado voto a favor da emenda de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista.

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos do mesmo que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de Nº 1783, atribuindo exclusivamente ao presidente da República a competência para comutar e perdoar pena criminais; Nº 1796, favorável à unidade e federalização da Justiça; Nº 1845, regulamentando o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos; Nº 1854, contrária à criação de Tribunais Regionais do Trabalho em todas as unidades da federação e suprimindo a Justiça do Trabalho paritária; e a de Nº 1879, favorável à instituição do júri.

---

- **JOÃO AGRIPINO** FILHO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 01/03/1914, Brejo da Cruz-PB. FALEC: SI.
Descendente de tradicional família de latifundiários e de déspotas locais na PB. Filho de João Agripino Vasconcelos Maia, fazendeiro, advogado, deputado federal por cinco legislaturas na República Velha (1915-1930). Sobrinho de José Mariz, interventor interino, procurador e secretário estadual da Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940)
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Ainda estudante, foi Procurador da Prefeitura de Brejo da Cruz e Adjunto de Procurador (1934-1937). Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1937). Durante o Estado Novo foi Promotor Público em Jardim do Seridó-RN (1938) e Promotor Fiscal de Brejo da Cruz (1938-1945), tendo também se dedicado à administração das terras de sua família no interior paraibano.

**3) TPol:** Participou da campanha de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo manteve-se afastado das lutas políticas, dedicando-se a suas atividades profissionais. No contexto da redemocratização aliou-se à Argemiro Figueiredo na oposição ao grupo político organizado em torno do interventor Rui Carneiro, tendo sido eleito Presidente do Diretório Regional da UDN/PB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro Interino da Subcomissão "Organização Federal" da Comissão de Constituição, tendo substituido o titular, Argemiro de Figueiredo (UDN/PB), a partir de 02/07/1946 ("Diário do Congresso Nacional", 1946: 3270). Em plenário, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "Problemas de Economia e Finanças" (VIII, 68-76), onde abordou a questão da inflação, atribuindo suas causas ao aumento da oferta de moeda e ao decréscimo da produção agrícola, posicionando-se ainda contra a elevação dos salários para remediar os efeitos da inflação sobre o nível de vida das classes trabalhadoras. Também tomou parte nas discussões sobre política regional paraibana e sobre a organização do aparelho judiciário, tendo se manifestado contra a proposta de unificação da Justiça defendida por seu companheiro de bancada, Fernando Nóbrega (UDN/PB), e a favor da emenda de Ernâni Sátiro (UDN/PB) assegurando preferência aos proprietários na exploração e pesquisa de jazidas minerais situadas no subsolo de terras de sua propriedade.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2865, sugerindo uma série de dispositivos constitucionais com o fito de disciplinar a organização jurídica dos Estados; Nº 2800, determinando nova redação a toda uma seção "Da Intervenção dos Estados" na Constituição, e estabelecendo uma série de normas restringindo e disciplinando as prerrogativas da União de intervir nos Estados; e a de Nº 3393, favorável à adoção alternada dos critérios da antigüidade e do merecimento para a promoção de juizes de uma entrância a outra.

---

- **JOÃO ÚRSULO** RIBEIRO COUTINHO FILHO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 03/09/1915, Santa Rita-PB. FALEC: 06/10/1970.
Filho de João Úrsulo Ribeiro Coutinho, usineiro na PB.
PROFS: Banqueiro, Proprietário de Terras e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1937). Foi Diretor do Banco Aliança no Rio de Janeiro-DF (SD).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Sapé-PB (1938-1945). No contexto da redemocratização, participou da primeira reunião do Diretório Nacional da UDN, tendo sido designado Membro da Comissão de Direito Eleitoral e Organização Partidária da agremiação (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas interveio nos trabalhos contituintes para declarar voto a favor do sistema de governo parlamentarista (XXII, 148), não tendo apresentado emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **JOSÉ GAUDÊNCIO** CORREIA DE QUEIROZ (UDN/1° Suplente).

**1) DPF:** NASC: 13/09/1881, São José do Cariri-PB. FALEC: 01/08/1953.
Filho do coronel e chefe político Manuel Gaudêncio Correia de Queiroz.
PROFS: Advogado, Jornalista e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1903). Promotor Público em São João do Cariri-PB (1903). Juiz de Direito em São João do Cariri-PB (1911). Procurador-Geral do Estado da PB (1926-1928). Advogado do Lóide Brasileiro (SD). Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro (1935-1938). Foi também Diretor de "O Jornal", diário de grande circulação em João Pessoa-PB.

**3) TPol:** Militou no PRC/Partido Republicano Conservador na década de 1920. Participou ativamente na "Revolta da Princesa", movimento de oposição ao governo de João Pessoa (1930). Eleito Senador na legenda do PRC (07/06 a 11/11/1930). Após o assassinato de João Pessoa, teve sua residência depredada pela revolta popular que se seguiu ao acontecimento (julho/1930). Opôs-se à Aliança Liberal e à Revolução de 30. Após a Revolução, perdeu o mandato de Senador e exilou-se em Portugal (1930-1934). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo e foi Diretor de jornal de grande circulação em João Pessoa.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1° suplente de deputado, assumiu o mandato na 76ª Sessão, a 04/06/1946, em substituição ao titular licenciado Argemiro de Figueiredo (UDN/PB). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1750, dando à Câmara dos Deputados competência privativa para autorizar a intervenção federal nos Estados; Nº 2031, equiparando os filhos legítimos aos filhos de pais desquitados para fins de direito; e a de Nº 2179, contando "para fins de aposentadoria e outros fins" o tempo de serviço dos funcionários públicos afastados no pós-30 em decorrência de perseguições políticas.

---

• **OSMAR DE ARAÚJO AQUINO** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 11/12/1916, Guarabira-PB. FALEC: 08/05/1980.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1938). (SI sobre sua atividades profissionais).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Guarabira-PB (1940). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores da UDN-PB. 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Membro do Conselho Consultivo da OAB-PB.

5) AIT: SI

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar de postura independente em plenário, concentrou sua atuação na participação nos debates referentes à política regional de seu Estado e ao problema da pecuária. Ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "Interesses da pecuária nacional" (IV, 244-246) no qual censurou veementemente a política de restrição de crédito aos pecuaristas implementada pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, e para justificar emendas de sua autoria ao projeto constitucional (VIII, 374), aproveitando a ocasião para posicionar-se favorável ao mandato de 04 anos para presidente da República. Além disso, manifestou-se contra a vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes, a fixação da indissolubilidade do vínculo matrimonial na Constituição, tendo também ocupado a tribuna para protestar contra os excessos cometidos pela polícia política do DF ao dissolver a tiros comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (X, 205).

Apresentou 05 emendas, todas elas ao capítulo sobre os "Direitos Individuais" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 601, suprimindo dispositivo do primitivo projeto que assegurava a liberdade de expressão desde que usada apenas "para fins lícitos", e a de Nº 1381, permitindo o exercício de censura para coibir a propaganda de guerra ou de "revolução interna", e em cuja "justificativa" se afirma que "O parágrafo 8 fala em ordem política e social. Não seria tolerada propaganda tendente a subverter a ordem política e social. A expressão em apreço é equívoca, sujeita a interpretações doutrinárias e tem servido para toda sorte de abusos e violências a propósito da defesa daquela ordem. Preferimos assim usar uma expressão mais concisa --- 'revolução interna'" (XIII, 440).

---

## • PLÍNIO LEMOS (UDN).

1) DPF: NASC: 03/04/1903, Areia-PB. FALEC: SI.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

2) CPr: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Recife-PE (1928). Foi Promotor Público em Patos-PB, Cajazeiras-PB e Ituiutaba-PB (SD).

3) TPol: Engajou-se na campanha da Aliança Liberal em MG (1929-1930). Participou da Revolução de 30, tendo sido Comandante do 4º Batalhão da Força Pública no decorrer do movimento. Oficial de Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida (1931-1934). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

4) LAM: SI.

5) AIT: Colaborou em jornais nos Estados de MG e na PB.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na remessa à Mesa da Assembléia de inúmeros Requerimentos e Indicações sobre vários assuntos, e na participação nos

debates sobre política regional de seu Estado. Assim, ocupou a tribuna para justificar Requerimentos e Indicações de sua autoria e para secundar críticas efetuadas por outros parlamentares sobre a continuidade da máquina administrativa estadonovista na PB, tendo se destacado durante os trabalhos constituintes por opor-se veementemente à proposta de seu correligionário Ernâni Sátiro (UDN/PB) favorável à concessão de privilégios aos proprietários de terra na pesquisa e exploração de riquezas do subsolo, tendo apoiado a proposta do pessedista José Joffili (PSD/PB) que impunha restrições aos interesses dos proprietários de terras afirmando ainda que "A política defendida pelo nobre colega, Sr. Ernâni Sátiro, tem sido prejudicial ao aproveitamento do subsolo do país. Nas diversas fases por que passou o Código de Minas, desde o regime inicial até o atualmente adotado, ficou perfeitamente provado que, onde o superficiário tem direito à exploração, a produção mineral desaparece. E apenas consegue subsistir, somente o interesse nacional foi defendido, depois que o superficiário perdeu o direito, para se valorizar o trabalho daqueles diuturnamente pesquisam o subsolo" (XV, 37) .

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo no entanto sido signatário de várias delas elaboradas por constituintes de sua bancada.

---

## B) BANCADA DO PSD/PB.

A bancada do PSD/PB era formada por três parlamentares, todos eles pertencentes à cúpula do governo de Rui Carneiro, interventor federal da Paraíba durante o Estado Novo (1940-1945): **Janduí Carneiro**, ex-secretário do Interior e Saúde Pública do Estado (1942-1945), era irmão do interventor Rui Carneiro; **José Joffili**, foi secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas da Paraíba durante o Estado Novo (1942-1945); e **Samuel Duarte**, secretário da Segurança Pública na gestão de Rui Carneiro, tendo assumido algumas vezes o cargo de interventor interino no Estado (1940-1945). Segundo Sérgio Miceli, na Paraíba, "(...) o PSD buscou amparo junto aos grupos ligados ao interventor Rui Carneiro cujas bases eram o eleitorado da capital e os pequenos proprietários da zona açucareira. A bancada paraibana do PSD se constituía de três deputados, todos intimamente entrosados com a máquina administrativa estadual: **Samuel** *Vital* **Duarte** (1904/Alagoa Nova/PB), bacharel que assumiu em 1931 a direção da Imprensa Oficial e do jornal governista *A União*; *José* **Janduhy Carneiro** (1903/Pombal/PB), médico e chefe político em sua cidade natal, alinhado com a facção João Pessoa, irmão do diretor do *Correio da Manhã* do Estado e futuro senador Rui Carneiro; **José Joffily** *Bezerra de Mello* (1914/Campina Grande/PB), sobrinho de Irineu Joffily que fora deputado estadual (1928), chefe de polícia do governo João Pessoa e participante da campanha da Aliança Liberal" (MICELI, 1986: 571)

### • JOSÉ JANDUÍ CARNEIRO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/07/1903, Pombal-PB. FALEC: 07/06/1975.
Irmão de Rui Carneiro, uma das principais lideranças políticas da PB no pós-30: ajudante-de-ordens de Juarez Távora na Revolução de 30; oficial de gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida (1931-1935); deputado federal (1935-1937) e interventor federal na PB durante o Estado Novo (1940-1945). Sobrinho de Daniel Vieira Carneiro, deputado federal pelo CE (1921-1923) e pela PB (1927-1929) na República Velha.

PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1926), especializando-se em Neuropsiquiatria e Saúde Pública. Exerceu a profissão de Médico na PB.

**3) TPol:** Prefeito de Pombal-PB (1930-1934). Durante o Estado Novo foi Diretor do Departamento de Saúde e Secretário do Interior e Saúde Pública da PB na gestão de seu irmão, o interventor Rui Carneiro (1942-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Além de trabalhos técnicos na área de medicina, publicou "DEMOCRATIZAÇÃO DO USO DA MEDICINA NO BRASIL" (1947)

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da Saúde Pública, e no combate furibundo à existência legal do MUT/Movimento Unificador dos Trabalhadores. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu violentíssimo discurso contra o MUT (III, 393-395), acusando-o de ser uma organização clandestina a serviço de potências estrangeiras e de ser uma mera fachada para a atuação ilegal do PCB no movimento sindical, exigindo por isso a imediata liquidação desta organização dos trabalhadores, posicionamento este que provocou veementes reações de parlamentares da bancada comunista. Também ocupou a tribuna para realizar pronunciamento sobre a "Racionalização da Medicina em bases Econômicas e Sociais" (VIII, 95-103), no qual defendeu a estatização da medicina e a implantação mais eficaz de órgãos de seguridade social, e para justificar emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XVII, 220-227) com vistas a ampliar e tornar mais eficaz a intervenção do Estado no campo da Saúde Pública.

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 560, obrigando a União e os Municípios a empregarem 10%, e os Estados 15%, das respectivas receitas tributárias no custeio da organização e administração da Saúde Pública; e a de Nº 729, dando à União competência privativa para estabelecer normas fundamentais de defesa e proteção da Saúde.

---

- **JOSÉ JOFFILI** BEZERRA DE MELO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 25/03/1914, Campina Grande-PB. FALEC: SI.
Irmão de Irineu Joffili, interventor federal no Rio Grande do Norte (1930-1931) e deputado constituinte e federal pela PB (1933-1935).
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1938). Durante o Estado Novo foi Diretor da Comissão de Serviços Elétricos da PB (1937-1941); Assistente Técnico do Departamento de Cooperativismo da PB (1939-1941); Promotor Público na PB (1940); Diretor da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (1941-1942).

**3) TPol:** Ainda estudante secundarista, participou da Revolução de 30 na PB. Preso em conseqüência da repressão que se abateu sobre o movimento popular no pós-35 sob a acusação de ter

participado do levante comunista de novembro de 35 (1935-1936). Durante o Estado Novo foi Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas da PB na gestão do interventor Rui Carneiro (1942-1945). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/PB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Representante da PB no Congresso de Estudos dos Vales Úmidos do Nordeste (1943).

**5) AIT:** Publicou "INDUSTRIALIZAÇÃO DA PARAÍBA" (1945) e "O PLANO SALTE" (1948).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao dispositivos constitucionais que regulamentavam a política de exploração do subsolo, e na defesa combativa e veemente do desenvolvimento econômico e da industrialização da região nordestina. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando o problema da "Mecanização da lavoura" (VI, 173), no qual atribuiu a crise por que passava a agricultura aos lucros exorbitantes auferidos pelos intermediários e à falta de crédito ao produtor agrícola, tendo reivindicado a abertura de novas linhas de crédito para estimular a mecanização da agricultura nacional; fazendo longas considerações sobre "O aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira de Paulo Afonso" (X, 370-375), onde defendeu entusiasticamente a necessidade de intervencionismo estatal e de planificação econômica para a promoção da industrialização da região nordeste e do Brasil como um todo, tendo afirmado, dentre outras coisas, que "Enquanto nos embalamos com a cantilena conformista de que o Brasil é um país jovem, esquecemos que a produção nacional já é, em seu maior valor, de origem industrial, e constatamos com a maior melancolia que esse desenvolvimento industrial não se opera dentro de um ritmo econômico, que permita esperar uma continuidade produtiva no seu processo. E essa decepção deriva precisamente do fato de não termos ainda no Brasil um mercado interno com capacidade de consumo que corresponda ao almejado desenvolvimento industrial" (X, 370).

Também participou ativamente dos debates sobre os dispositivos constitucionais referentes à exploração das riquezas minerais do subsolo, tendo realizado longo e minucioso pronunciamento sobre "O problema das Minas" (XV, 33-42), onde posicionou-se veementemente contrário à proposta de Ernâni Sátiro (UDN/PB) de se conceder preferência para os proprietários do solo na pesquisa e exploração das riquezas minerais situadas em suas propriedades, afirmando enfaticamente que tal postura implicava num retrocesso em relação ao dispositivo da Carta de 1934 que dispunha sobre a matéria. No entanto, sua posição foi derrotada em plenário em virtude da aprovação da emenda Nº 394 de Ernâni Sátiro (UDN/PB) que concedia tal privilégio aos proprietários. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia Requerimentos "solicitando ao Executivo" obras e serviços em seu Estado e medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico da região Nordeste.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 493, isentando de tributos o imóvel rural de área inferior a dez hectares que constituísse a principal fonte de subsistência do pequeno produtor rural, e a de Nº 2028 (rejeitada; XXIII, 251), contrária à concessão de preferência ao proprietário do solo para a exploração e pesquisa de jazidas minerais situadas no subsolo de terras de sua propriedade.

## • SAMUEL VITAL DUARTE (PSD).

**1) DPF:** NASC: 10/12/1904, Alagoa Nova-PB. FALEC: 03/12/1979.
Filho de Joaquim José Duarte, proprietário de terras no interior da PB.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Jornalista e Professor.

**2) CPr:** Revisor de "A União", órgão oficial do Estado da PB (1922-1924). Auxiliar dos Correios, PB (1924). Formado pela Faculdade de Direito do Recife-PE (1931). Diretor da Imprensa Oficial da PB (1931-1934). Professor de Francês e Português no Liceu Paraibano (1933). Durante o Estado Novo tornou-se Membro do Contencioso e Advogado do Banco do Brasil em Recife-PE (1937-1945).

**3) TPol:** Apoiou a campanha da Aliança Liberal na PB (1929-1930). Participou da Revolução de 30, tendo combatido nas tropas comandadas por Agildo Barata que efetuaram a deposição dos governos de AL, SE e BA (1930). Deputado Federal pelo PP/Partido Progressista da PB (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário do Interior e Segurança Pública da PB na gestão do interventor Rui Carneiro (1940-1945), tendo assumido interinamente o cargo de Interventor do Estado em algumas ocasiões. No contexto da redemocratização, ocupou por dois dias o posto de Interventor da PB (27 a 29/outubro/1945), em substituição a Rui Carneiro, sendo, no entanto, afastado do cargo em decorrência do golpe que derrubou Vargas (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo, tendo colaborado em jornais da Paraíba e do DF.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Um dos parlamentares mais intolerantemente reacionários da Constituinte de 1946, apenas ocupou a tribuna para apoiar e justificar medidas repressivas tomadas pela polícia política do governo Dutra contra o movimento reivindicatório e popular. Assim, foi um dos poucos constituintes a possuir os atributos necessários para ocupar a tribuna a fim de proferir discurso fazendo a explícita "Defesa da ação da polícia" (XI, 227-232), onde manifestou-se favorável ao empastelamento da União Sindical dos Trabalhadores do DF e defendeu entusiasticamente as figuras do "coronel Imbassaí", Diretor de Polícia Política e Social, e do Chefe de Polícia do DF e advogado da "Light", Pereira Lira, das acusações efetuadas em plenário por constituintes de várias bancadas de terem sido os responsáveis por espancamentos e prisões contra operários grevistas. Encerrou seu pronunciamento solicitando a inserção nos "Anais da Assembléia" de entrevista concedida por Pereira Lira justificando a adoção de medidas repressivas contra os trabalhadores (XI, 229). Além disso, realizou declaração de voto a favor da moção apresentada pelo líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) louvando a polícia política do DF pela dissolução a tiros de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na capital federal, acontecimento este que ficou conhecido à época como "chacina do Largo da Carioca".

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 514, incluindo no art. 1º da Constituição a expressão "Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido", omitida pelos redatores do primitivo projeto; Nº 674, proibindo o judiciário de tomar conhecimento (sic) de "questões exclusivamente políticas" (XII, 457); e a de Nº 2154, tornando obrigatório nas escolas públicas e privadas o ensino de educação física.

## BANCADA DO PARANÁ.

**01) FLÁVIO GUIMARÃES (SENADOR/PSD);**
**02) ROBERTO GLASSER (SENADOR/PSD);**
**03) ARAMIS ATAÍDE (PSD);**
**04) FERNANDO FLORES (PSD);**
**05) GOMI JÚNIOR (PSD);**
**06) JOÃO AGUIAR (PSD);**
**07) LAURO LOPES (PSD);**
**08) MUNHOZ DE MELO (PSD);**
**09) ERASTO GAERTNER (UDN);**
**10) MUNHOZ DA ROCHA (UDN);**
**11) MELO BRAGA (PTB/1° Suplente).**

**08 PSD + 02 UDN + 01 PTB = 11.**

### A) BANCADA DO PSD/PR.

No Paraná, a bancada pessedista era integrada por políticos ligados à máquina governamental montada pelo ex-interventor Manuel Ribas (1937-1945) durante o Estado Novo. A bancada do PSD/PR era composta por **Flávio Guimarães**, membro do Conselho Administrativo do Estado do PR no regime estadonovista (1937-1945); **Roberto Glasser**, também membro do Conselho Administrativo (1937-1945); o médico do exército **Aramis Ataíde**; **Fernando Flores**, chefe de polícia (1939-1941) e secretário do Interior e Justiça do Paraná (1941-1945); o industrial e jornalista paranaense **Gomi Júnior**; **João Aguiar,** cafeicultor e líder rural no interior paranaense, ex-prefeito de Jacarezinho (1928-1930) e ex-deputado estadual; **Lauro Lopes**, ex-chefe de polícia (1930-1934) e deputado federal no PR (1935-1937); e **Munhoz de Melo**, prefeito nomeado de Londrina durante o Estado Novo (1937-1945).

- **FLÁVIO** CARVALHO **GUIMARÃES** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 21/04/1891, Ponta Grossa-PR. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1916). Durante o Estado Novo foi Diretor (1938-1945) e Diretor-Presidente da Caixa Econômica Federal do PR (1945). Foi também grande proprietário rural no interior paranaense.

**3) TPol:** Após a Revolução de 30 foi Secretário da Fazenda do PR (SD). Senador, PR (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do Estado do PR (1937-1945). No contexto da redemocratização, nomeado Interventor do PR em substituição a Manuel Ribas, não chegou a assumir o cargo devido ao golpe que derrubou Vargas (29/10/1945).

**4) LAM:** Pertenceu a associações culturais no PR.

**5) AIT:** Publicou: "ETNIA BRASILEIRA" (1935); "FESTA DA AMIZADE" (1935); "A ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA" (1936); "SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO" (1937) e "JESUÍNO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ" (1938).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Subcomissão "Família, Educação e Cultura" da Comissão de Constituição, tendo centrado sua participação nos debates travados neste órgão. Em plenário, onde foi pouco atuante, apenas manifestou-se para declarar voto "contra emenda Nº 3663, que objetiva a denominação de língua brasileira à opulenta língua portuguesa, por achar que é uma manifestação inconsistente da cultura indígena" (XXV, 376).

Apresentou uma emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 1378, determinando que "A União incentivará, por todos os meios, a universalização da língua portuguesa, com o objetivo de assegurar a unidade lingüística, sintática e ortográfica" do Brasil (XIII, 461).

---

## • ROBERTO GLASSER (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 12/05/1878, Canguçu-RS. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Industrial.

**2) CPr:** Sem curso universitário. (SI precisas sobre suas atividades profissionais). Segundo o Dicionário CPDOC, "dedicou-se à pecuária, ao comércio e à indústria no Paraná (CPDOC, 1986: 1464).

**3) TPol:** Deputado Estadual, PR (1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no PR (1929-1930). Um dos Fundadores e Membro da Comissão Executiva do PLP/Partido Liberal Paranaense, agremiação de oposição ao interventor Manuel Ribas (1933). Candidato derrotado à Deputado Constituinte pelo PLP (1933). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do Estado do PR (1937-1945).

**4) LAM:** Durante a República Velha pertenceu à Liga de Defesa Nacional do PR e foi Oficial da Guarda Nacional, chegando à patente de Coronel (SD). Foi também Secretário Geral da Associação Comercial do Paraná.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar de postura independente e progressista em plenário, destacou-se durante os trabalhos constituintes por assumir uma atitude rebelde em relação às diretrizes políticas do PSD, ao posicionar-se veementemente contra a vigência da Constituição de 1937 e ao ocupar a tribuna reiteradas vezes para denunciar violências e arbitrariedades cometidas pela polícia política contra o movimento popular. Logo no início dos trabalhos constituintes, declarou voto a favor da Indicação udenista propondo a nomeação de uma Comissão para elaborar em projeto de normas gerais que substituísse a Carta de 37 (II, 251). Também ocupou a tribuna várias vezes para protestar

veementemente contra espancamentos e prisões impingidos a cidadãos de vários setores sociais, tendo proferido discursos (XIX, 380; XXII, 176) nos quais leu telegramas de diversas associações de classe denunciando e protestando contra violências políticas e supressão das liberdades individuais efetuadas por autoridades governamentais. Além disso, solidarizou-se com as denúncias de Jorge Amado (PCB/SP) sobre a ocorrência de torturas contra operários da "Light" em greve, e com os protestos de Rui Santos (UDN/BA) contra a apreensão do diário comunista "Tribuna Popular" pela polícia, tendo ainda declarado voto a favor da emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entanto, enviado à Mesa da Assembléia os Requerimentos de Nº 278 (XVIII, 64) e Nº 325 (XIX, 392), solicitando informações sobre "os motivos determinantes da prisão, em São Paulo, de líderes sindicais".

---

## • ARAMIS TABORDA DE ATAÍDE (PSD).

**1) DPF:** NASC: 12/12/1900, Curitiba-PR. FALEC: 27/03/1971.
Filho do capitão Aristides Ataíde.
PROFS: Militar, Médico e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do PR (1924). Médico do Exercito (1925). Livre-Docente de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do PR (1927). Professor Catedrático de Patologia Médica na Faculdade de Medicina do PR (1928). Tenente-Coronel Médico do Exército (1931-1934). Major-Médico do Exército (1946).

**3) TPol:** Deputado Estadual (1935-1937). (SI sobre sua atuação durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/PR (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Além de ter colaborado em diversos periódicos no PR, escreveu "SINAIS DE MORTE" (tese de livre-docência, 1927); "ICTERÍCIA HEMOLÍTICA" e "DIAGNÓSTICO DA INSUFICIÊNCIA HEPÁTICA" (teses de concurso, 1928).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "Questões de educação e saúde" (IV, 347) reivindicando obras e serviços para seu Estado, e sobre "Língua Brasileira" (XVIII, 170) onde defendeu esta denominação para o idioma falado no Brasil.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **FERNANDO FLORES** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/10/1908, Montenegro-RS. FALEC: SI.
PROF: Militar.

**2) CPr:** Estudou na Escola Militar do Realengo-RJ (1927-1930). Aspirante da Arma de Infantaria (1930). Segundo-Tenente (1930). Primeiro-Tenente (1931). Capitão (1936). Durante o Estado Novo participou do Conselho Censitário do PR no Censo Nacional de 1940 e tornou-se Major da Infantaria do Exército (1942).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Chefe de Polícia no PR (1939-1941) e Secretário de Interior e Justiça do Estado (1941-1945) na gestão do interventor Manuel Ribas. No contexto da redemocratização continuou como Secretário Estadual no PR, exonerando-se do posto para assumir o mandato de deputado constituinte (1945-1946). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• JOÃO THEOPHILO **GOMI JÚNIOR** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 07/04/1889, Curitiba-PR. FALEC: SI.
PROFS: Industrial, Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do PR (1917). Promotor Público em Palmeira-PR (1918). Promotor Público em Porto União-SC (1920). Retornando ao PR, foi Promotor Público em União da Vitória (1921-1924). Delegado Regional de Polícia do PR (1928). Diretor do jornal "O Estado do Paraná" (1934-1936). Foi também Proprietário de uma Fábrica em Porto União-SC (SD)

**3) TPol:** Durante a República Velha foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal em União da Vitória-PR (SD). Deputado Estadual Constituinte pelo PSD/Partido Social Democrático, PR (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46, tornou-se Secretário do Interior, Justiça e Segurança do PR no governo de Moisés Lupion (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no PR e publicou "ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA FINANCEIRA DO PARANÁ" (1936).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa da restituição ao do Paraná das áreas desapropriadas durante o Estado Novo para a criação do Território do Iguaçu. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso "A propósito do Território do Iguaçu" (XVII, 420-427), onde reivindicou veementemente a imediata extinção desta unidade da federação e a conseqüente reintegração de suas áreas ao Paraná, tendo ainda tomado parte nos acirrados debates travados em plenário sobre o assunto, polemizando freqüentemente com Hugo Carneiro (PSD/AC), o mais destacado defensor da manutenção dos Territórios criados durante o Estado Novo. Também realizou pronunciamentos sobre "O regime presidencialista e o regime parlamentar" (VIII, 378-386; IX, 188-194) nos quais, embora discorresse longamente sobre "os males do presidencialismo" na história republicana brasileira, evitou posicionar-se explicitamente favorável ao parlamentarismo, sistema de governo ao qual era simpático.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 2475, estipulando que "O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com seus ministros" (XV, 194)

---

## • JOÃO AGUIAR (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/07/1893, Ribeirão Preto-SP. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista, Usineiro e Fazendeiro de Café) e Agrônomo.

**2) CPr:** Formado pela Escola Agrícola de Piracicaba-SP (1918). Foi Usineiro, Cafeicultor e Pecuarista no PR.

**3) TPol:** Prefeito de Jacarezinho (1928-1930). Deputado Estadual, PR (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** Foi Membro do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre "O problema rural" (XVIII, 210-213), no qual abordou a questão da imigração e defendeu a supressão do dispositivo constitucional que condicionava a entrada de novos emigrantes à "garantia de sua assimilação cultural", e sobre "A criação do Território do Iguaçu" (XX, 23-25), onde secundou os reclamos de seus companheiros de bancada em prol da imediata extinção desta unidade da federação. Manifestou-se ainda contra a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas agrícolas, embora fosse favorável a essa mesma participação nas firmas comerciais e industrias.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • LAURO SODRÉ LOPES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 21/02/1898, Curitiba-PR. FALEC: 07/03/1964.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do PR (1920). Promotor Público em Ouro Verde-SC (1921-1924). Promotor Público em Curitiba-PR (1929). Na década de 1930 foi Curador de Órfãos, Ausentes e Interditos no PR (SD).

**3) TPol:** Chefe de Polícia do PR (1930-1934). Deputado Federal na legenda do PSD/Partido Social Democrático, PR (1935-1937). Delegado do PSD na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Durante seu mandado de Deputado Federal foi co-autor do projeto de lei da nova organização judiciária do PR (1935-1937). Publicou "TERRITÓRIO DO IGUAÇU NA CONSTITUINTE" (1946).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi 2º Secretário da Mesa da Assembléia, tendo ocupado a tribuna várias vezes para cumprir suas atribuições regimentais. Em plenário, participou ativamente da campanha empreendida pela bancada paranaense objetivando a extinção do Território do Iguaçu, tendo tomado parte de inúmeros debates travados sobre o assunto no recinto constituinte. Assim, tomou a palavra para pronunciar discurso (XI, 437-444) justificando emenda de sua bancada determinando a imediata restituição ao Paraná das áreas que lhe foram desmembradas para a formação do Território do Iguaçu, tendo ainda estabelecido acirradas discussões com seu correligionário Hugo Carneiro (PSD/AC) que arrogou-se no principal defensor da manutenção dos Territórios durante os trabalhos constituintes. Além disso, interveio no debates sobre o IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool, criticando a política da autarquia de não permitir a instalação de novas usinas em seu Estado, manifestando-se ainda contra a proibição da imigração japonesa e a favor do decreto-lei baixado pelo governo Dutra proibindo o jogo.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 178, determinando nova redação a toda uma seção "Do Ministério Público" da Carta Constitucional e incorporando sugestões da "Associação do Ministério Público de São Paulo".

---

## • JOSÉ MUNHOZ DE MELO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 03/07/1912, Curitiba-PR. FALEC: 1995.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Paraná (1936). Foi Promotor Público e Juiz de Direito em Londrina-PR (1936-1945).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Londrina-PR (1937-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assim como boa parte dos membros da bancada paranaense, concentrou sua atuação na participação da campanha pela restituição ao Paraná das áreas que lhe foram desmembradas para a formação do Território do Iguaçu, situadas em terras contíguas ao Estado. Parlamentar de postura independente, logo no início dos trabalhos constituintes destacou-se por acompanhar seu correligionário Roberto Glasser (PSD/PR) no repúdio à Carta de 37, tendo declarado voto a favor da Indicação udenista propondo a nomeação de uma Comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituisse a Constituição estadonovista (II, 250). Também ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre a "Extinção dos Territórios Federais" (XVIII, 285-287), onde buscou desconstruir argumentos dados anteriormente por Hugo Carneiro (PSD/AC), favoráveis à manutenção dos Territórios em geral e do Território do Iguaçu em particular, e realizando "Considerações sobre o Poder Judiciário, direitos individuais e direitos sociais" (XII, 104), no qual justificou de forma sistemática várias emendas apresentadas pela bancada pessedista do Paraná ao projeto.

Foi o primeiro signatário de 12 emendas apresentadas por sua bancada ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de Nº 689, ampliando a competência da Justiça do Trabalho para julgar dissídios coletivos envolvendo trabalhadores do campo; Nº 705, assegurando aos posseiros de nacionalidade brasileira preferência na concessão de terras devolutas; e a de Nº 706, favorável à participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas comerciais, industriais e agrícolas.

---

## B) BANCADA DA UDN/PR.

A bancada udenista paranaense era composta pelo médico **Erasto Gaertner**, militante em várias associações profissionais dos médicos, e por **Munhoz da Rocha**, professor substituto de sociologia na UFPR e filho de Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Conselho Administrativo do Paraná durante o Estado Novo.

### • ERASTO GAERTNER (UDN).

**1) DPF:** NASC: 24/04/1900, Curitiba-PR. FALEC: 19/03/1953.
Neto de Luís Gaertner, pastor luterano de origem alemã e fundador da Igreja Evangélica do PR.
PROFS: Médico e Professor Universitário.

**2) CPr:** Funcionário dos Correios e Telégrafos (1920). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1925). Livre-Docente de Clínica Cirúrgica na Faculdade de Medicina da

Universidade do PR (1927). Professor Catedrático de Clínica Urológica na Faculdade de Medicina do PR (1931). Foi também Diretor do Departamento Médico-Legal do Estado do PR, Diretor do Leprosário São Roque, e Diretor do Instituto de Medicina e Criminologia do PR.

**3) TPol:** Coronel-Médico no movimento constitucionalista paulista (1932). Deputado Estadual Constituinte, PR (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores da UDN/PR (1945).

**4) LAM:** Pertenceu a inúmeras associações médicas no Brasil e no exterior. Foi Fundador e Diretor do Instituto de Medicina e Cirurgia do PR; Membro da Associação Médica do PR, do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, da Associação Argentina de Cirurgia, e de várias outras associações da categoria dos médicos.

**5) AIT:** Dirigiu publicações científicas na área de Medicina e escreveu vários trabalhos científicos na sua especialidade, dentre os quais: "DAS INCISÕES DA PAREDE ABDOMINAL" (tese); "TRATAMENTO DAS INFECÇÕES PUERPERAIS" (tese); "DESORDENS NERVOSAS E PSÍQUICAS DO PUERPÉRIO" (tese); "ETIOPATOLOGIA DA LITÍASE URINÁRIA"; "FLEIMÃO PERINEFOICO"; "DILATAÇÃO CÍSTICA DO COLÉDOCO"; "ALGUNS ASPECTOS DA CIRURGIA ARTERIAL" (1947) ; "CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO SALTE" (1948) etc.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da Educação e na defesa da reintegração ao Paraná das áreas que lhe foram retiradas para a formação do Território do Iguaçu, situado em terras contíguas ao Estado. Assim, pronunciou longo discurso "A propósito do Território do Iguaçu" (XIX, 29-36), no qual criticou veementemente a política territorial implementada durante o Estado Novo e reivindicou a imediata extinção daquela unidade da federação, com a correspondente reincorporação de suas áreas ao Paraná. Também ocupou a tribuna para realizar pronunciamento a favor do direito de participação dos militares na política (IX, 320-323), onde defendeu a supressão dos dispositivos do primitivo projeto que restringiam tal participação, mormente o preceito que vedava a contagem dos anos de exercício de mandato legislativo para fins de promoção na carreira militar. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia diversos Requerimentos e Indicações tratando de interesses regionais do Paraná e manifestou-se contrário à "economia dirigida" e ao intervencionismo estatal posto em prática durante o Estado Novo.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1395, dando à União competência privativa para legislar sobre ensino comercial; Nº 1400, favorável à extinção do Senado e instituindo o sistema unicameral; Nº 1626 (parcialmente aprovada; XXV, 228), fixando o limite mínimo de 30 e máximo de 100 para o números de deputados às Assembléias Legislativas estaduais; e a de Nº 1628, estimulando a construção de "Casas de Estudante" em todas as capitais onde se situassem sedes de Universidades.

• BENTO **MUNHOZ DA ROCHA** NETO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 17/12/1905, Paranaguá-PR. FALEC: 12/11/1973.
Filho de Caetano Munhoz da Rocha, governador do PR na República Velha (1920-1928) e presidente do Conselho Administrativo do Paraná durante o Estado Novo (1937-1945).
PROFS: Engenheiro Civil e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Engenharia do PR (1927). Engenheiro da Caixa Econômica Federal (1931). Durante o Estado Novo foi um dos Fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes do PR, onde foi Professor Catedrático de História da América e Professor Substituto de Sociologia (1938).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Presidente do Sindicato dos Engenheiros do PR e Secretário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), no PR.

**5) AIT:** Publicou "POSTULADOS E FÓRMULAS" (SD); "O TERRITÓRIO DO IGUAÇÚ NA CONSTITUINTE" (1946); e "UMA INTERPRETAÇÃO DAS AMÉRICAS" (1948).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na participação na campanha favorável à extinção do Território do Iguaçu, e na abordagem de questões referentes ao problema dos sistemas de governo. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar discursos enfocando o tema da "Extinção dos Territórios Federais" (X, 128-136; XVIII, 30-36), nos quais procurou refutar vários argumentos favoráveis à manutenção dos Territórios e exigiu a imediata restituição aos Estados do PR e SC das áreas desapropriadas durante o regime estadonovista; discorrendo sobre "Parlamentarismo e Presidencialismo" (VII, 260-262; VII, 323), onde examinou detidamente os prós e contras de cada sistema de governo e argumentou a favor da instauração do parlamentarismo; e defendendo uma postura mais flexível no tocante ao problema imigratório (XVIII, 381-385), que não discriminasse imigrantes em virtude de eventuais dificuldades de assimilação cultural. Além disso, notabilizou-se durante os trabalhos constituintes por enviar à Mesa da Assembléia inúmeras declarações de voto explicitando seus pontos de vista sobre diversos assuntos debatidos em plenário; assim, declarou voto a favor da invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, da denominação de "língua portuguesa" para o idioma nacional, da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, e das eleições diretas para prefeito no DF, nas capitais dos Estados e nos municípios onde se situassem bases militares, tendo se posicionado ainda veementemente contrário ao divórcio e à existência de partido político "cujo programa ou ação contrarie o regime democrático".

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 325 (aprovada e transformada do artigo 8 das "Disposições Transitórias"), determinando a extinção do Território do Iguaçu e a reintegração aos Estados do PR e de SC das áreas que lhes foram desmembradas para a formação do mesmo; Nº 214 (prejudicada após rejeição de outra emenda com conteúdo análogo; XXIV, 128) proibindo o uso de bandeiras, hinos e armas estaduais e municipais; e a de Nº 2162, facultando aos Estados a criação de órgãos de assistência técnica aos municípios.

## C) BANCADA DO PTB/PR.

• RUBENS DE **MELO BRAGA** (1º Suplente/PTB).

**1) DPF:** NASC: 03/10/1910, Curitiba-PR. FALEC: 30/05/1979.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Comerciante.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Foi proprietário de terras e comerciante no PR.

**3) TPol:** Um dos organizadores do PNT/Partido Nacional do Trabalho, dirigiu a seção estadual da agremiação no PR (1933). Um dos Fundadores do Partido Reivindicador Proletário e da Concentração Trabalhista no PR (1933). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização, participou da União dos Trabalhadores do PR, que a seguir transformou-se na seção paranaense do PTB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** No início da década de 1930, participou da fundação de inúmeros sindicatos e associações de classe no PR. Delegado do PR ao Congresso Sindical (1932). Fundou o Sindicato dos Leiteiros, que entrou em greve contra a lei de pasteurização do produto, tendo sido preso na penitenciária e solto logo a seguir em virtude de manifestação dos leiteiros exigindo sua libertação (1934). Durante o Estado Novo desenvolveu luta ideológica contra o integralismo e o nazi-fascismo no PR. No contexto da redemocratização foi um dos Dirigentes da Federação Regional dos Trabalhadores do PR (1945-1946).

**5) AIT:** Colaborou no "Diário Popular", periódico do PTB em Curitiba-PR.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º suplente de deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição ao senador Getúlio Vargas (PSD/RS), também eleito deputado pelo PTB/PR. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para fazer um breve aparte a discurso de Galeno Paranhos (PSD/GO) sobre o problema da pecuária, e para declarar voto a favor da moção do líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) apoiando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, tendo argumentado em sua justificação de voto que "... Assim me expresso porque, se no dia de ontem, tendo a população, como tinha, conhecimento de estar proibida pela polícia a reunião no Largo da Carioca, minha família viesse à cidade e fosse minha esposa morta pelos policiais, eu não iria procurar o autor direto do assassínio, mas o responsável pelo mesmo, e o mataria em sua própria casa" (X, 204).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3239, estipulando dentre outras coisas que "A União e os Estados promoverão a mecanização da lavoura" (XVI, 84).

## BANCADA DE PERNAMBUCO.

**01) ETELVINO LINS (SENADOR/PSD);**
**02) NOVAIS FILHO (SENADOR/PSD);**
**03) AGAMENON MAGALHÃES (PSD);**
**04) BARBOSA LIMA SOBRINHO (PSD);**
**05) COSTA PORTO (PSD);**
**06) FERREIRA LIMA (PSD);**
**07) GERSINO PONTES (PSD);**
**08) JARBAS MARANHÃO (PSD);**
**09) OSCAR CARNEIRO (PSD);**
**10) OSVALDO LIMA (PSD);**
**11) PAULO GUERRA (PSD);**
**12) ULISSES LINS (PSD);**
**13) ALDE SAMPAIO (UDN);**
**14) GILBERTO FREIRE (UDN);**
**15) JOÃO CLEOFAS (UDN);**
**16) LIMA CAVALCANTI (UDN);**
**17) AGOSTINHO DE OLIVEIRA (PCB);**
**18) ALCEDO COUTINHO (PCB/1° Suplente);**
**19) GREGÓRIO BEZERRA (PCB);**
**20) SOUSA LEÃO (PR);**
**21) ARRUDA CÂMARA (PDC).**

**12 PSD + 04 UDN + 03 PCB + 01 PR + 01 PDC = 21.**

### A) BANCADA DO PSD/PE.

Em Pernambuco, o PSD elegeu 12 constituintes, todos eles intimamente entrosados com a máquina estatal montada durante a interventoria de **Agamenon Magalhães** em PE, uma das principais figuras do regime estadonovista. Dentre os integrantes da bancada pessedista pernambucana destacam-se: **Etelvino Lins**, ex-secretário de Segurança Pública (1937-1945) e interventor federal (1945) em PE durante o Estado Novo; **Novais Filho**, secretário de Agricultura (1937), prefeito de Recife (1938-1945) e líder patronal dos senhores de engenho pernambucanos; **Agamenon Magalhães**, ex-interventor federal em PE (1937-1945), ex-ministro da Justiça (1945) e uma das mais destacadas lideranças civis do regime; **Barbosa Lima Sobrinho**, presidente do IAA até sua posse como deputado constituinte (1937-1946); **Costa Porto**, secretário da prefeitura de Recife (1938-1942) e Diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas de Pernambuco (1942-1945); **Ferreira Lima**, pecuarista, plantador de cana e líder rural no Estado; **Gersino Pontes**, secretário de Viação e Obras Públicas de PE na gestão de Agamenon Magalhães (1937-1945); **Jarbas Maranhão**, diretor-presidente da LBA em PE (1942-1945) e diretor regional do SENAI no mesmo Estado (1944-1945); **Pessoa Guerra**, prefeito de Orobó (1938-1940), de Bezerros (1940-1941) e Delegado Regional do DIP (1941-1942) durante o Estado Novo; e **Ulisses Lins**, pai do ex-secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins. Embora fosse composta por uma bancada formada por políticos experientes, 07 dos 12 constituintes pessedistas pernambucanos estavam em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares.

Segundo o Dicionário CPDOC, "Gravitando em torno dos interventores e com o apoio de Vargas, e formado principalmente por membros da burocracia estatal, o PSD contou em Pernambuco com a adesão dos 'coronéis' do agreste e do sertão, principalmente da oligarquia algodoeira e pecuarista. Como membro da Comissão Executiva do partido, chefiada por **Etelvino**

**Lins** --- que substituíra **Agamenon Magalhães** na interventoria de Pernambuco ---, **Barbosa Lima Sobrinho** foi incumbido de promover a articulação das bases com os chefes políticos municipais" (CPDOC, 1984: 1876). (...) Formado principalmente por membros da burocracia estatal, o PSD naquele Estado contava também com o apoio dos 'coronéis' do agreste e do sertão, principalmente da oligarquia algodoeira e pecuarista. Dentro do partido, a tendência conservadora era equilibrada pela postura modernizante da burocracia estadonovista" (CPDOC, verbete *Etelvino Lins*: 1890).

Já de acordo com João Almino, "(...) Com a ditadura passara a haver dois tipos de oligarquias, que eram o produto da preocupação que teve Vargas em centralizar as decisões em detrimento da autonomia dos poderes locais oligárquicos e ao mesmo tempo em estabelecer alianças com os poderes locais através da nomeação de interventores de sua confiança em condições de rearticular o poder regional. O exemplo do Estado de Pernambuco ilustra bem este fato: 'Em Pernambuco', afirma Aspásia Camargo[1], 'a restruturação do jogo político se faz pelo deslocamento das elites açucareiras, que controlavam a máquina do Estado até 1930, em favor dos **coronéis** do Sertão, ligados ao setor marginal da economia pernambucana. Ao mesmo tempo, o **interventor Agamenon Magalhães** articula novas alianças com os grupos urbanos menos favorecidos, estimulando a sindicalização dos trabalhadores e dos funcionários públicos, e tomando iniciativas favoráveis aos mesmos. Isto é, o eixo de sustentação política se diversifica reunindo, paradoxalmente, as oligarquias decadentes do sertão às camadas populares do Recife' (p. 28)

Após a ditadura, os usineiros e fornecedores de cana 'integrarão o partido de oposição a Vargas --- a UDN --- e os coronéis do Agreste e do Sertão serão arregimentados pelo partido oficial --- o PSD.' (...) 'Usineiros e fornecedores de cana terão uma representação reduzida no Congresso Nacional e na Assembléia do Estado, ao contrário dos coronéis do Agreste e do Sertão, mas não ficarão excluídos do sistema de poder: usineiros e fornecedores de cana, no mais das vezes pernambucanos, alternam-se no ministério da Agricultura e infiltram-se no IAA, exercendo atenta vigilância à política governamental'" (ALMINO, 1981: 320-321)

## • ETELVINO LINS DE ALBUQUERQUE (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/11/1908, Sertânia-PE. FALEC: 18/10/1980.
Filho de Ulisses Lins de Albuquerque, deputado federal à Constituinte de 1946 pelo PSD/PE e descendente de clãs de déspotas locais do interior pernambucano.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1930). Nomeado Promotor Público em Goiana-PE pelo então interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1931-1933). Promotor Público em Caruaru-PE (1933-1934). 2º Delegado-Auxiliar de PE, responsabilizando-se pela Chefia das Delegacias dos municípios de PE, exceto a capital, Recife (1934). 1º Delegado-Auxiliar em Recife-PE durante a repressão ao movimento popular ocorrida no período que antecedeu a implantação da ditadura estadonovista (1935-1937). Durante o Estado Novo ocupou cargos na cúpula burocrática estadual.

**3) TPol:** Ainda estudante, participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em PE, tendo proferido discursos defendendo a luta armada contra o governo Washington Luís (1929-1930). Como Delegado-Auxiliar do governo de PE, teve participação destacada na repressão que se seguiu

[1] CAMARGO, Aspásia Alcântara de (1976). *Autoritarismo e Populismo: Bipolaridades no Sistema Político Brasileiro.* DADOS, Rio de Janeiro, IUPERJ (12): 22-45.

ao malogrado levante comunista de 35, inclusive interrogando pessoalmente presos políticos que eram objeto de torturas na "Delegacia de Ordem Política e Social" de PE (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário de Segurança Pública de PE na gestão do interventor Agamenon Magalhães, tendo assumido algumas vezes interinamente o posto de Interventor (1937-1945); na fase final do regime, foi nomeado Interventor de PE em conseqüência da transferência de Agamenon Magalhães para o Ministério da Justiça (março/1945). No contexto da redemocratização, foi um dos Fundadores e Vice-Presidente do Diretório Regional do PSD/PE (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Dois dias antes de assumir a Interventoria de PE, mandou dissolver a tiros uma manifestação estudantil em prol da redemocratização; durante a repressão, morreram o estudante Demócrito de Sousa e o carvoeiro Elias, acontecimentos estes que tiveram grande repercussão no contexto da crise do regime estadonovista (03/março/1945).

**5) AIT:** Combateu o comunismo, ideológica e fisicamente.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para participar dos debates sobre o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e para proferir discursos sobre "Matéria Constitucional" (XII, 385-387), no qual procurou refutar críticas endereçadas por outros Constituintes ao projeto constitucional, e sobre "A consolidação do regime democrático no Brasil" (XVII, 116-125), onde justificou várias propostas de sua autoria à feitura da Constituição. Concentrou-se, em seus pronunciamentos, na defesa dos dispositivos do capítulo "Os Direitos Sociais" do primitivo projeto (posteriormente transformado no título "Ordem Econômica e Social" do projeto revisto), redigidos por seu companheiro de bancada, Agamenon Magalhães (PSD/PE); assim, criticou os princípios doutrinários do liberalismo econômico e posicionou-se veementemente favorável à intervenção estatal na economia, preconizando a "ação positiva do Estado" (XVII, 119) com o fito de promover a industrialização e o desenvolvimento econômico do país, e de regular as relações entre capital e trabalho, tendo afirmado a certa altura de sua fala que "O capítulo sobre a ordem econômica e social é, todo ele, um grito contra a violência e a luta de classes. É um esforço patriótico e corajoso para manter o equilíbrio social, para salvar, inclusive, a classe média da proletarização. Combate a hipertrofia do capitalismo, os seus abusos e os seus erros, sem condenar a expansão da riqueza individual" (XVII, 119), acrescentando ainda que "Ao lado do problema da produção, urge dar ao Estado os meios necessários para disciplinar a distribuição, grave problema, este último, que o liberalismo jamais resolveria" (XVII, 120). Além da defesa do intervencionismo estatal, manifestou-se em seus discursos a favor da duração de 06 anos para o mandato do presidente Dutra e de 05 anos para os demais mandatos presidenciais, da indissolubilidade do vínculo matrimonial, e dos dispositivos constitucionais que limitavam a atuação dos partidos de esquerda.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 99, reduzindo da maioria absoluta dos deputados para a maioria dos membros presentes em sessão o quorum necessário para a derrubada de veto presidencial; Nº 281, determinando a aplicação do mínimo de 4% do orçamento da União para a execução de planos de defesa da região nordeste contra os efeitos da seca e para o aproveitamento hidráulico da cachoeira de Paulo Afonso; Nº 1993, possibilitando à União o pagamento de indenização em títulos da dívida pública em caso de desapropriação por interesse social; e a de Nº 2173, reservando 1% da renda tributária da União para a recuperação econômica do Vale do São Francisco e o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso.

• ANTÔNIO DE **NOVAIS FILHO** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/07/1898, Município do Cabo-PE. FALEC: 23/03/1978.
PROFS: Proprietário de Terras (Senhor de Engenho) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1926). Não exerceu a profissão de advogado, tendo se dedicado à administração de engenho de cana-de-açúcar no Estado de PE.

**3) TPol:** Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte (1933). Durante o Estado Novo foi Secretário de Agricultura de PE (1937) e Prefeito de Recife-PE (1938-1945) na gestão do interventor Agamenon Magalhães. No contexto da redemocratização, participou da fundação do PSD/PE (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares. Após a Constituinte-46, ingressou no PL/Partido Liberal devido à divergências com o PSD pernambucano sobre a sucessão estadual (1947).

**4) LAM:** Foi publicamente apoiado por movimento de cerca de 150 senhores-de-engenho em sua malograda candidatura à Assembléia Constituinte (1933), tendo ainda liderado vários movimentos reivindicatórios dos fornecedores de cana pernambucanos.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Estudos das Indicações. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discurso defendendo veementemente a política implementada pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool das críticas endereçadas ao mesmo em plenário (V, 214-219), tendo também contestado afirmações de outros parlamentares que atribuíam à autarquia a responsabilidade pela falta de açúcar nos centros urbanos; colocando-se explicitamente na defesa dos interesse dos fornecedores de cana, fez a apologia da monocultura da cana-de-açúcar e do latifúndio em sua região de origem, encerrando seu pronunciamento fazendo uma "... evocação àquela classe, de que me orgulho de ser representante --- a classe dos velhos senhores de engenho de Pernambuco" (V, 219).

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 523, dando à União competência privativa para tratar do ensino comercial e industrial, e a de Nº 721-A, obrigando a União a reservar 2% de sua renda tributária, durante 10 anos, para a execução do plano de aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso.

## • AGAMENON SÉRGIO DE GODÓI MAGALHÃES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 05/11/1893, Serra Talhada-PE. FALEC: 24/08/1952.
Filho de Sérgio Nunes Magalhães, juiz de direito e deputado federal por PE na República Velha.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Jornalista e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1916). Promotor Público em São Lourenço da Mata-PE (1917-1919). Redator-Chefe de "A Ordem" e Redator de "A Província", jornais da capital pernambucana. Professor de Geografia Geral do Ginásio Pernambucano (1924-1932). Aprovado em concurso para Professor de Direito Público e Constitucional na Faculdade de Direito de Recife, não exerceu a atividade docente em razão dos cargos políticos que ocupou (1934).

**3) TPol:** Deputado Estadual pelo PRD/Partido Republicano Democrata, PE (1918-1922). Deputado Estadual, PRD (1923-1924). Deputado Federal, PRD (1924-1927). Deputado Federal, PRD (1928-1929). Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal, e foi um dos principais dirigentes civis da Revolução de 30 em PE (1929-1930). Um dos Fundadores do PSD/Partido Social Democrático de PE (1932). Deputado à Assembléia Nacional Constituinte pelo PSD/PE (1933-1934). Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Vargas (1934-1937). Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores (1937). Foi um dos principais articuladores civis do golpe que instaurou o Estado Novo (1937). Durante o Estado Novo foi Interventor Federal em PE e um dos mais destacados dirigentes nacionais do regime (1937-1945). No contexto da crise da ditadura estadonovista, tornou-se Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em substituição a Marcondes Filho (março/1945). Um dos principais organizadores do PSD, integrou o 1º Diretório Nacional do Partido e foi Presidente do Diretório Regional do PSD/PE (1945-1946).

**4) LAM:** Durante sua gestão no Ministério, participou da elaboração do anteprojeto de criação da Justiça do Trabalho tendo ainda sido o principal responsável pela criação do IAPI/Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (1936). Pouco antes do golpe que instaurou o Estado Novo, reuniu-se com grande número de gerentes de fábrica no Rio de Janeiro para transmitir instruções governamentais sobre o combate ao comunismo (1937).

**5) AIT:** Durante o Estado Novo fundou o jornal "Folha da Manhã" (1937), no qual mantinha coluna diária intitulada "Agamenon Magalhães Escreve". Publicou "O NORDESTE BRASILEIRO" (tese de concurso, 1922) e "O ESTADO NA REALIDADE CONTEMPORÂNEA" (tese de concurso, 1934). Um dos mais destacados dirigentes políticos e ideológicos da ditadura estadonovista, foi um dos signatários da Constituição de 1937 e, no contexto da crise do regime, decretou o novo Código Eleitoral (conhecido como "Lei Agamenon") que regulamentou as eleições de 02/dezembro/1945, tendo ainda elaborado e redigido a "Lei Anti-truste" (ou "Lei Malaia") que causou grande oposição nos meios empresariais e foi um dos fatores básicos que precipitaram a queda do regime (junho/1945).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator da Subcomissão "Ordem Econômica e Social" da Comissão de Constituição. Concentrou sua atuação nos debates ocorridos neste órgão, onde foi um dos parlamentares mais influentes, tendo participação decisiva da redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os que compunham o título "Ordem Econômica e Social" do projeto revisto. Em plenário, centrou-se na defesa ferrenha dos princípios programáticos que nortearam sua

atuação na "grande Comissão", combatendo o liberalismo econômico por julgá-lo incapaz de resolver os problemas sociais colocados aos governantes no pós-guerra, tendo sido um dos mais articulados defensores do intervencionismo estatal e do legado do Estado Novo na Constituinte. Logo no início dos trabalhos constituintes, em meio aos ataques efetuados por parlamentares da UDN e do PR à ditadura estadonovista e à Carta de 1937, posicionou-se em defesa de ambos, tendo afirmado que "Fui teorizante e praticante do Estado Novo. Não fujo aos meus compromissos, nem à responsabilidade de meus atos" (II, 72), manifestando-se ainda contra a atribuição à Assembléia de poderes de legislação ordinária.

Na condição de Relator Geral da Subcomissão "Ordem Econômica e Social", quando da votação do projeto revisto em plenário ocupou a tribuna inúmeras vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros constituintes, defendendo energicamente os dispositivos do título citado que consagravam o princípio da intervenção estatal e disciplinavam a entrada de capital estrangeiro na economia nacional; assim, posicionou-se favorável ao direito de o Estado monopolizar determinando ramo ou setor da economia, à nacionalização progressiva dos bancos e empresas de seguro e capitalização, à utilização do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público, e contra a concessão a estrangeiros do direito de explorarem minas em território brasileiro. Manifestou-se ainda a favor do sistema de governo parlamentarista, da necessidade de planificação da economia e contra a representação proporcional que favorecesse os Estados industrializados da região sudeste em detrimento das demais unidades da federação.

Embora tivesse apresentado inúmeras sugestões e emendas durante os trabalhos da Comissão de Constituição, não enviou emendas ao Projeto de Constituição, optando por defender em plenário o texto dos dispositivos do título "Ordem Econômica e Social" da Constituição, do qual foi o principal redator.

---

• ALEXANDRE JOSÉ **BARBOSA LIMA** SOBRINHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/01/1897, Recife-PE.
Sobrinho de Alexandre José Barbosa Lima, governador de PE (1892-1896) e senador pelo AM (1923-1929) na República Velha.
PROFS: Jornalista, Advogado-Funcionário Público e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1917). Adjunto de Promotor Público em Recife (1918). Exerceu o jornalismo, colaborando em inúmeros periódicos em PE ("Jornal de Recife", "Diário de Pernambuco", "Jornal Pequeno") e em outros Estados ("Revista de Direito", "Jornal do Comércio", "Gazeta de São Paulo", etc.) (1918-1921). Mudando-se para o Rio de Janeiro, foi Repórter e Redator Político no "Jornal do Brasil" (1921-1924) tornando-se posteriormente Redator-Chefe no mesmo (1924-1934). No anos seguintes exerceu o jornalismo em PE e no RJ.

**3) TPol:** Absteve-se de participar da Revolução de 30 por considerá-la uma simples disputa entre oligarquias. Filiou-se ao PSD/Partido Social Democrático de PE (1934). Deputado Federal, PSD-PE (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Presidente do IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool (1938-1946); Membro da Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941-1945); e Membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/PE, tendo sido eleito Membro da Comissão Executiva Estadual do partido e participado de inúmeras articulações com chefes políticos municipais para a consolidação da agremiação no Estado (1945). Após a Constituinte-46, elegeu-se Governador de PE por uma

diferença de apenas 565 votos, empossando-se no cargo após atribulado processo no TRE (1947-1948).

**4) LAM:** Membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Presidente da ABI por duas gestões consecutivas (1926-1929). Além disso, pertenceu a inúmeras associações culturais e científicas.

**5) AIT:** Como jornalista militante, manteve desde 1927 uma coluna dominical sobre temas sócio-políticos no "Jornal do Brasil" que se tornou uma das mais tradicionais da imprensa brasileira. Publicou "ILUSÃO DO DIREITO DE GUERRA" (1922); "O PROBLEMA DA IMPRENSA" (1923); "ÁRVORE DO BEM E DO MAL" (1926); "PERNAMBUCO E SÃO FRANCISCO" (1929); "ENSAIO SOBRE O DEVASSAMENTO DO PIAUÍ" (1929); "A VERDADE SOBRE A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO" (1933); "O VENDEDOR DE DISCURSOS" (1935); "INTERESSES E PROBLEMAS DO SERTÃO PERNAMBUCANO" (1937); "A RESPONSABILIDADE PELO DISSÍDIO POLÍTICO EM PERNAMBUCO" (1937); "PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA" (1941); "ÁLCOOL MOTOR" (1944); "OS FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLÍTICA DO AÇÚCAR" (1944); e "OITO ANOS DE ADMINISTRAÇÃO NO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 40ª Sessão, a 04/04/1946 (VI, 19). Concentrou sua atuação na defesa das autarquias em geral e do IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool em particular, das freqüentes críticas efetuadas aos "órgãos de economia dirigida" por constituintes ligados à agro-indústria da cana-de-açúcar. Assim, logo após tomar posse, ocupou a tribuna para proferir longo discurso fazendo "A defesa do Instituto do Açúcar e do Álcool" (VII, 151-161), no qual efetuou um balanço de sua gestão na presidência do IAA e rebateu críticas endereçadas por opositores a vários aspectos de sua administração na autarquia, principalmente a de ter prejudicado os pequenos produtores de açúcar em detrimento dos grandes usineiros e fornecedores de cana da região nordeste. Também realizou pronunciamento de cunho doutrinário sobre "Matéria Constitucional" (XVII, 405-413) no qual posicionou-se contrário à doutrina liberal e a favor do intervencionismo do Estado para promover a superação da miséria e do atraso econômico vigentes no país, tendo, além disso, defendido o aproveitamento hidroelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso e o desenvolvimento do Vale do São Francisco com o objetivo de promover a atenuação das desigualdades econômicas existentes entre as várias regiões do país (XI, 72-77).

Apresentou 26 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2282, suprimindo dispositivo que proibia aos poderes delegarem funções uns aos outros; Nº 2481, fixando regras para o processo de escolha do presidente e vice da República que beneficiasse eleitoralmente os Estados menos populosos; Nº 3122, contrária às expressões "justa" e "em dinheiro" para qualificar a indenização prévia em caso de desapropriação por utilidade pública; Nº 3189 (rejeitada; XXIII, 286), condicionando a adoção e o aumento das tarifas alfandegárias a uma investigação prévia dos custos de produção das indústrias beneficiadas pela proteção; e a de Nº 3190 (aprovada com redação modificada) assegurando estabilidade no emprego aos trabalhadores rurais "nos casos e condições que a lei estabeleça" (XVI, 70).

## • JOSÉ DA COSTA PORTO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 13/06/1909, Canhotinho-PE. FALEC: SI.
Filho de José Vitorino da Costa, proprietário de terras. Genro de Aprígio Ramos de Lima, senhor de engenho e industrial.
PROFS: Proprietário de Terras (Senhor de Engenho) e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Após casar-se com Evane Ramos da Costa Porto, tornou-se Senhor de Engenho no interior de PE (1936). Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1941). Promotor Público em Recife (1945).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Oficial de Gabinete do Secretário da Agricultura de PE (1937-1938); Secretário da Prefeitura de Recife (1938-1942) e Diretor do Departamento de Assistência às Cooperativas do Estado (1942-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em PE, tendo colaborado em vários periódicos no Estado.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Concentrou sua atuação na abordagem de problemas regionais de Pernambuco e na remessa à Mesa da Assembléia de inúmeros Requerimentos e Indicações solicitando ao "Poder Executivo" a feitura de obras e serviços em seu Estado. Também interveio várias vezes nos debates travados em plenário sobre a questão da pecuária, secundando as críticas efetuadas por outros parlamentares à política de restrição ao crédito implementada pelo Banco do Brasil e ao controle do mercado de carne pelos frigoríficos estrangeiros. Além disso, manifestou-se a favor da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, da denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil, tendo sido ainda contrário à emenda de Maurício Grabois (PCB/DF) ao Regimento Interno proibindo os advogados de "trusts" e monopólios de exercerem o mandato de deputado ou senador constituinte.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 128, dando aos Estados o direito de legislar supletivamente sobre o cooperativismo, com o objetivo de suprir as lacunas cometidas pela legislação da União na regulamentação do setor.

---

## • JOÃO FERREIRA LIMA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 18/11/1895, Nazaré-PE. FALEC: 21/03/1959.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista e Plantador de Cana), Industrial e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1919). (SI precisas sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** Deputado Federal Classista, como representante profissional dos empregadores da lavoura e da pecuária (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Diretor do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal de PE (SD).

**4) LAM:** Diretor do Conselho Administrativo da Cooperativa Central dos Banguezeiros de PE e Membro do Sindicato dos Médicos de Recife (SD).

**5) AIT:** Publicou "DA EMETINA NO TRATAMENTO DAS ESPLENOMEGALIAS" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas manifestou-se para apoiar pronunciamento de Oscar Carneiro (PSD/PE) defendendo o Instituto do Açúcar e do Álcool, e para proferir discurso sobre "Distribuição de rendas aos municípios" (XVII, 176-181), no qual posicionou-se a favor da "autonomia municipal" e justificou emendas de sua autoria ao projeto.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 53, determinando a aplicação de 20% do imposto de renda arrecadado pelo município na proteção à maternidade e à infância.

---

## • GERSINO MALAGUETA DE PONTES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 15/12/1894, Caruaru-PE. FALEC: 31/03/1967.
Filho de João Guilherme de Pontes, chefe político em PE e senador estadual durante a República Velha (SD).
PROFS: Engenheiro.

**2) CPr:** Formado pela Escola de Engenharia de Recife-PE (1918). Diretor da filial da "Companhia Construtora em Concreto Armado" em Recife-PE (1918-1919). Diretor da Usina Cacaú em PE (1919-1932). Inspetor da Caixa Econômica Federal (1932), exerceu simultaneamente a profissão de Engenheiro em PE.

**3) TPol:** Diretor da Repartição de Obras Públicas e Saneamento de PE no governo de José Bezerra (SD). Durante o Estado Novo foi Secretário de Viação e Obras Públicas de PE na gestão de Agamenon Magalhães (1937-1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, tornou-se novamente Secretário de Viação e Obras Públicas de PE, dessa feita na gestão de Barbosa Lima Sobrinho (1948).

**4) LAM:** Foi um dos Fundadores e Primeiro Presidente do Sindicato dos Engenheiros de PE (1933).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em PE e foi um dos fundadores do "Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas de PE" durante sua gestão na Secretaria da Viação.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, tendo apresentado na mesma relatório intitulado "Habitação e suas relações com a carestia de vida, inflação e greves". Em plenário, concentrou sua atuação na defesa do aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e na abordagem de problemas geoeconômicos de sua região de origem. Assim, ocupou a tribuna para justificar Requerimento "solicitando informações" sobre o andamento das obras da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (X, 295-299), onde, após fazer o elogio de sua própria gestão à frente da Secretaria de Obras Públicas de Pernambuco, defendeu entusiasticamente a

eletrificação da cachoeira de Paulo Afonso como meio de alavancar o processo de industrialização e de desenvolvimento econômico do nordeste. Também enviou à Mesa da Assembléia vários Requerimentos e Indicações solicitando obras e serviços no interior pernambucano, tendo ainda feito intervenções louvando a "obra social" do ex-interventor Agamenon Magalhães (PSD/PE) em seu Estado.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 61, fixando nova data para a elaboração do orçamento, e a de Nº 1070, suprimindo a obrigatoriedade do pagamento da contribuição de melhoria para os proprietários que doassem áreas de terra para obras públicas.

---

• **JARBAS** CARDOSO DE ALBUQUERQUE **MARANHÃO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/01/1916, Nazaré da Mata-PE. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1940), após o que ocupou cargos na burocracia estadonovista.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Oficial de Gabinete do interventor Agamenon Magalhães (1940-1945). No contexto da redemocratização foi nomeado Secretário do Interior e Justiça do interventor Etelvino Lins (1945); um dos Fundadores e Presidente do Diretório Regional do PSD/PE (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Durante o Estado Novo foi Fundador, Diretor-Secretário e Diretor-Presidente da LBA/Legião Brasileira de Assistência em PE (1942-1945). Diretor Regional do SENAI/Serviço Nacional de Indústria em PE (1944-1945).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em PE e publicou "Diretrizes da Democracia Social: análise do programa do Partido Social Democrático" (In: Revista de Direito do Trabalho, 1945) e "CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO DE CONSTITUIÇÃO E UM PROGRAMA DE DEMOCRACIA SOCIAL" (1947).

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para fazer breves apartes a discursos de outros parlamentares, e para manifestar-se contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/10/1945, tendo afirmado, em defesa do ex-presidente da República, que a referida moção era "uma afronta a um senador do Brasil, eleito pelo povo do Brasil, nas urnas, numa eleição livre" (XI, 240), intervenção esta que causou celeuma nas hostes antigetulistas.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas regulamentando a "competência privativa da União" para executar obras e serviços. Destacam-se as de Nº 2231, dando à União competência privativa para "Organizar a defesa permanente contra os efeitos da seca na região nordeste e, em todo o país, contra os efeitos das inundações e endemias"; Nº 3096, assegurando o direito de opinião política e de associação aos funcionários públicos; e a de Nº 3248, sugerindo dispositivo fixando normas gerais de prestação mais eficaz de Assistência e Serviços Sociais por parte das empresas públicas e privadas.

---

• **OSCAR NAPOLEÃO CARNEIRO DA SILVA (PSD).**

**1) DPF:** NASC: 25/04/1900, Pau d'Alho-PE. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Fornecedor de Cana), Banqueiro e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1922). Foi Advogado da Caixa Econômica Federal de PE e Presidente do Banco Agrícola e Comercial de PE (SD).

**3) TPol:** Participou da Revolução de 30 em PE. Vereador em Pau d'Alho-PE (SD). Prefeito de Olinda-PE (SD).

**4) LAM:** Foi Presidente do Instituto do Café de PE e Membro do Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional por um curto período, em substituição a seu companheiro de bancada Osvaldo Lima (PSD/PE). Um dos mais atuantes e combativos defensores das autarquias em plenário, ocupou a tribuna várias vezes para defender o IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool e o DNC/Departamento Nacional do Café das freqüentes e veementes críticas efetuadas ao órgão por parlamentares de diversos partidos ligados à agroindústria da cana-de-açúcar. Assim, proferiu um dos mais importantes discursos sobre o IAA realizados durante o processo constituinte (V, 255-261), no qual defendeu ferrenhamente o instituto, rebatendo as acusações de Carlos Pinto (PSD/RJ) e de outros parlamentares de que o IAA estaria prejudicando os pequenos produtores de cana e derivados, em detrimento dos grandes usineiros e fornecedores de cana da região nordeste. Parlamentar de postura governista, interveio várias vezes nos debates constituintes para defender o Estado Novo e a figura de alguns de seus próceres (Benedito Valadares, Agamenon Magalhães etc.) das críticas efetuadas por oposicionistas, tendo ainda declarado voto contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas. Além disso, manifestou-se contra o divórcio e a favor da emenda de Ernâni Sátiro (UDN/PB) assegurando aos proprietários de terras preferência na exploração de riquezas minerais situadas em área de sua propriedade.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1536, eliminando a necessidade de autorização governamental para o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida para uso exclusivo dos proprietários, e a de Nº 1538 (prejudicada; XXIII, 254), assegurando aos proprietários e ribeirinhos preferência ou co-participação nos lucros auferidos pela exploração de quedas d'água situadas em terras de sua propriedade.

## • OSVALDO CAVALCANTI DA COSTA LIMA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 25/03/1894, Igaraçu-PE. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Ainda estudante de Direito, foi Repórter e Redator Comercial do "Jornal do Recife" e do "Diário de Pernambuco". Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1916). Durante o Estado Novo foi Promotor de Justiça em Cabo-PE e Juiz Municipal da Comarca de Bom Jardim-PE.

**3) TPol:** Participou da campanha da Aliança Liberal em PE (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal na legenda do PSD/Partido Social Democrático, PE (1933-1935). Deputado Federal, PSD/PE (1935-1937). Durante o Estado Novo foi nomeado pelo interventor Agamenon Magalhães Procurador dos Feitos da Fazenda de PE (1937). Após a Constituinte-46, atuou como Advogado do PSD/PE na disputada batalha jurídica que se seguiu ao pleito estadual pernambucano, vencido pelo pessedista Barbosa Lima Sobrinho (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Foi Redator Político de vários jornais pernambucanos e publicou "O ESTADO SOVIÉTICO" (SD) e "CONTRATOS EM DIREITO ROMANO" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Elaborar o Regimento Interno e Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar ativo em plenário, interveio em debates travados sobre vários assuntos no recinto constituinte, concentrando sua atuação na defesa do intervencionismo estatal e das realizações governamentais do regime estadonovista. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso sobre "Lucros extraordinários" (X, 425-435), no qual buscou refutar pronunciamento anterior do "amável udenista e modesto milionário Sr. João Cleofas", onde o parlamentar da UDN pernambucana tecia considerações sobre as causas da inflação e opunha-se à taxação dos lucros extraordinários para corrigir os efeitos da inflação sobre as classes pobres; em sua fala, Osvaldo Lima posicionou-se veementemente contra a proposta de João Cleofas de se combater a inflação através do corte das despesas públicas. Parlamentar de postura governista, também ocupou a tribuna para emitir parecer contrário ao Requerimento (rejeitado) de Bernardes Filho (PR/MG) solicitando maior transparência na divulgação dos decretos-lei baixados pelo governo, tendo afirmado em ser parecer que "O Executivo tem o poder de expedir decretos-lei, e a Câmara não tem o de ditar regras à expedição de tais decretos. Por isso, sou contra o Requerimento" (VI, 110). Além disso, manifestou-se contra o divórcio, a instituição do júri, a individualização da pena, e a representação eleitoral que favorecesse os grandes Estados.

Apresentou 16 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 200, contrária à criação da justiça de paz eletiva e da justiça militar estadual; Nº 206 (rejeitada; XXIII, 394), validando em todo o território nacional os títulos expedidos pelas Escolas Normais oficiais, com o objetivo de permitir aos professores primários lecionar em todo o território nacional; Nº 599 (indeferida após parecer contrário do presidente da Constituinte, Melo Viana (PSD/MG); XXIII, 20), concedendo o direito de voto aos analfabetos; e a de Nº 698, tornando inelegíveis os eleitores analfabetos.

## • PAULO PESSOA GUERRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 10/12/1916, Nazaré da Mata-PE. FALEC: 09/06/1977.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1939). Durante o Estado Novo, além dos cargos políticos que ocupou foi Diretor da Penitenciária Agrícola de Itamaracá-PE (1942-1945).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito de Orobó-PE (1938-1940), Prefeito de Bezerros-PE (1940-1941) e Delegado Regional do DIP/Departamento de Imprensa e Propaganda de Recife (1941-1942). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Delegado Regional do DIP/Departamento de Imprensa e Propaganda durante o Estado Novo (1941-1942).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro Interino da Comissão Encarregada de Elaborar o Regimento Interno e Membro da Comissão de Defesa e Amparo da Pecuária. Concentrou sua atuação constituinte na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária, tendo tomado parte de vários debates e enviado à Mesa da Assembléia Requerimentos e Indicações sobre o assunto. Também ocupou a tribuna para proferir discurso sobre a "Crise da produção e encarecimento de vida" (IX, 422) onde, em meio às costumeiras lamentações sobre as agruras do "produtor rural" e das "classes agrárias", atribuiu a inflação vigente ao déficit de financiamento à produção agrícola, afirmando, num esforço adicional para persuadir o governo a afrouxar o crédito aos pecuaristas: "Como pode o governo combater o comunismo se não procura estancar as nossas fontes de miséria?".

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • ULISSES LINS DE ALBUQUERQUE (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/05/1889, Sertânia-PE. FALEC: 29/12/1979.
Pai de Etelvino Lins senador à Constituinte-46 também pelo Estado de PE.
PROFS: Proprietário de Terras e Advogado-Funcionário Público

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1927), após o que foi Coletor Estadual e Agente Fiscal do Imposto de Consumo em PE e em SP, tendo também se dedicado à Advocacia e à Pecuária no interior de seu Estado de origem.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Publicou: "PEDÚNCULOS" (1916); "AO SOL DO SERTÃO" (poemas, 1922); "MESTRES E DISCÍPULOS" (1927); "DE JOELHOS" (1930) e "LIVRO DE INACH" (1933).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discurso sobre "O andamento das obras empreendidas pela companhia Hidroelétrica do São Francisco" (XI, 61-64), no qual, "em nome dos sertanejos que para aqui me enviaram com os seus sufrágios" (XI, 61), realizou um dramático apelo ao presidente Dutra para que se comprometesse em público a continuar as obras de aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso, solicitando ao presidente da República que desmentisse os boatos divulgados pela imprensa acerca da paralisação das obras, aproveitando a ocasião para reafirmar enfaticamente a importância da eletrificação do nordeste para o futuro do desenvolvimento econômico e industrial da região.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## B) BANCADA DA UDN/PE.

Segundo Sérgio Miceli, "Em Pernambuco o udenismo também se converteu na legenda de setores agrários, elegendo plantadores de cana que eram, ao mesmo tempo, dirigentes de organizações patronais.(...) Em Pernambuco, os quatro deputados eleitos pela UDN possuíam, em graus e a títulos diversos, amplas ligações com a agroindústria açucareira: **Carlos de Lima Cavalcanti** (1892/Escada/PE); **Gilberto de Melo Freyre** (1900/Recife/PE); **Alde Feijó Sampaio** (1894/Catende/PE), usineiro militante em organizações patronais do Estado (Sindicato dos Usineiros, Associação Comercial, etc.); e o usineiro **João Cleophas de Oliveira**" (MICELI, 1986: 571-572).

Ainda de acordo com o mesmo autor, em Pernambuco, "... o partido oposicionista se escorou ainda no potencial de mobilização daqueles interventores que acabaram rompendo o contrato de serviço que mantinham com o governo central. Sentindo-se suficientemente amparados em virtude das alianças celebradas com grupos dirigentes locais ou por terem logrado êxito no projeto de pacificação das facções em litígio em âmbito estadual, êxito para o qual contribui bastante o fato de serem originários daqueles Estados onde passaram a operar, de terem se casado com mulheres das famílias oligárquicas, de terem, em suma, um perfil social semelhante às lideranças pessedistas emergentes, por exemplo em Minas e em Pernambuco, esses interventores passaram à ofensiva em prol da restauração da autonomia estadual, postura que lhes valeu a confiança dos núcleos de oposição" (MICELI, 1986: 572)

### • ALDE FEIJÓ SAMPAIO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 13/05/1894, Catende-PE. FALEC: 13/05/1987.
Filho de Mendo Sá Barreto, senhor de engenho em vários municípios no interior pernambucano.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro), Industrial, Engenheiro Civil e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Escola de Engenharia de PE (1917). Diretor da Usina Roçadinho em PE (1917-1933). Um dos Fundadores e Professor Catedrático de Economia Política e Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro-DF (1936-1945). Foi também Sócio da firma "Mendo Sampaio & Cia. Ltda." (SD) e Diretor do Banco Nacional do Trabalho (1946).

**3) TPol:** Vereador em Catende pelo Partido Republicano de PE (1927-1929). Prefeito de Catende, PR/PE (1930). Apoiou a Revolução de 30, tornando-se Membro do Conselho Consultivo do Estado de PE (1931-1933). Foi contrário ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Deputado Constituinte e Federal na legenda do PSD/Partido Social Democrático de PE (1933-1935). Deputado Federal. PSD (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Representante dos Usineiros Pernambucanos na Comissão Executiva do IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool (1938-1941), e participou da campanha clandestina de coleta de assinaturas para o malogrado "Manifesto de Pernambuco" em apoio ao "Manifesto dos Mineiros" lançado em MG (1943). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores da UDN e Membro da Comissão Responsável pela Elaboração do Programa do partido (1945).

**4) LAM:** Representante dos Empregadores na Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho (1932). Membro e Diretor do Sindicato dos Usineiros de PE (1933-1945). Delegado da FIEP/Federação das Indústrias do Estado de PE no CNI/Conselho Nacional de Indústria (1943). Participou do I Congresso Nacional de Economia (1943). Suplente do Conselho Fiscal da CNI (1944). Representante da Associação Comercial de Pernambuco e da FIEP na I Conferência Nacional das Classes Produtoras realizada em Teresópolis-RJ (maio/1945). Foi também Sócio-Fundador do Clube de Engenharia e Membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Instituto de Economia da mesma entidade.

**5) AIT:** Além de ter colaborado em inúmeros jornais e periódicos ligados à instituições empresariais ("Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo", "Observador Econômico e Financeiro" etc.) publicou: "PEQUENA MONOGRAFIA SOBRE O ÁLCOOL MOTOR" (1932); "PROBLEMAS BÁSICOS NA CONSTITUIÇÃO" (1933); "CONTRIBUIÇÕES EM MATÉRIA POLÍTICA E FINANCEIRA" (1934); "A PROPORCIONALIDADE NA REFORMA DO CÓDIGO ELEITORAL" (1935); "O CRÉDITO À PRODUÇÃO E A REFORMA DO BANCO DO BRASIL" (1937); "SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO" (1942); "FUNDAMENTOS NATURAIS DA ECONOMIA POLÍTICA" (1942) e "OBSERVAÇÕES SOBRE A CONVENÇÃO DE UM FUNDO-OURO INTERNACIONAL" (1944).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Um dos parlamentares mais influentes e atuantes em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à matéria fiscal e tributária, e no combate veemente ao intervencionismo estatal e ao modelo de desenvolvimento econômico posto em prática durante o Estado Novo. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se contra a vigência da Carta de 1937 e declarou voto a favor da Indicação udenista (rejeitada) propondo a nomeação de uma Comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição estadonovista, afirmando que assim o fazia para "retirar do Presidente legitimamente eleito pelo povo os poderes de corrupção, tirania e violência de que dispunha o Estado Novo, sob a égide da infamatória Carta de 37" (II, 359); ainda nessa fase inicial dos trabalhos da Assembléia, teve aprovado (III, 157) Requerimento de sua autoria e de Lima Cavalcanti (UDN/PE), manifestando voto de pesar pelo primeiro ano da morte de Demócrito de Souza e de Manuel Elias dos Santos, assassinados durante comício a favor da redemocratização realizado pelos estudantes pernambucanos a 03/03/1945. Também ocupou a tribuna para pronunciar discurso tecendo considerações "A propósito do regime de divisão de rendas" (VI, 391-397), no qual justificou várias propostas de sua autoria aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a "discriminação das rendas", tendo anexado a seu pronunciamento extenso estudo sobre "A Discriminação de Rendas na Constituição" (VI, 399-422) contendo uma apresentação sistemática de suas propostas ao projeto. Além disso, interveio diversas

vezes nos debates constituintes para criticar a política econômico-financeira da ditadura estadonovista, responsabilizando o excesso de emissão monetária e os "gastos excessivos com obras suntuárias" pela inflação e pelo "desequilíbrio econômico" vigentes no país, sugerindo a redução imediata das despesas públicas como ponto fundamental para a consecução da estabilização econômica nacional. Finalmente, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 04 anos e à sua coincidência com os mandatos legislativos, à autonomia municipal e ao sistema de governo presidencialista, tendo sido ainda contrário à tributação dos lucros extraordinários para corrigir os efeitos da inflação sobre as classes pobres.

Apresentou 47 emendas, a maior parte delas aos dispositivos sobre "Discriminação de Rendas" e "Ordem Econômica e Social" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 108 (rejeitada; XXI, 315) regulamentando múltiplos aspectos da competência tributária da União e favorável à arrecadação unificada dos impostos de vendas mercantil e de consumo; Nº 110 (rejeitada; XXI, 163), retirando à União a competência privativa de criar impostos sobre a circulação, importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos e gasosos; Nº 112 (prejudicada; XXI, 163), isentando os proprietários de imóveis do pagamento do imposto cedular de renda à União; Nº 125, proibindo o aumento de qualquer imposto acima de 20% de seu valor; Nº 127, determinando a criação de um Tribunal Técnico Monetário com o fito de auxiliar o legislativo na formulação de propostas sobre matéria tributária; Nº 202, sugerindo nova redação a todo um capítulo sobre "Discriminação Constitucional das Rendas Públicas" sistematizando o conjunto de suas propostas sobre matéria tributária enviadas à Comissão de Constituição (XI, 474-478); Nº 276, isentando os proprietários de imóveis do pagamento da contribuição de melhoria; Nº 490 (rejeitada; XXIII, 109) determinando que a ordem econômica e social se baseasse na "liberdade de ação particular", e não na "justiça social", conforme constava no primitivo projeto, e em cuja "justificação" se afirma que "A ordem econômica não pode ter por base os princípios da justiça social, porque então deixaria de ser ordem econômica" (XII, 313); Nº 491 (aprovada; XXIII, 105), suprimindo dispositivo do primitivo projeto que estipulava que "A lei que regular o trabalho, a produção e o consumo poderá estabelecer as limitações exigidas pelo bem público", e cuja "justificativa" constitui-se num libelo contra a intervenção do Estado na economia; Nº 803, contrária à subordinação do direito e do uso da propriedade ao "bem-estar social"; Nº 1133, eliminando dispositivo que determinava a nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; Nº 1550, contrária à participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas e transferindo para "lei ordinária" a regulamentação sobre o assunto; e a de Nº 2099 (rejeitada; XXIV, 46), estipulando que "É vedada a acumulação de qualquer cargo, exceto o de magistério".

---

## • GILBERTO DE MELO FREIRE (UDN).

**1) DPF:** NASC: 15/03/1900, Recife-PE. FALEC: 18/07/1987.
Filho de Alfredo Freire, magistrado e professor catedrático de humanidades e de direito na Faculdade de Direito do Recife.
PROFS: Professor Universitário, Escritor e Cientista Social.

**2) CPr:** Formado em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Baylos, Texas-EUA (1920). Pós-Graduado em Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais pela Universidade de Colúmbia-EUA (1922). Após viagens de estudos à Europa, retornou ao Brasil (1923). Professor de Sociologia na Escola Normal de PE (1928-1930). Professor Visitante na Universidade de Standford-EUA (1932). Professor de Sociologia da Faculdade de Direito de Recife (1935). A convite de Anísio Teixeira, foi Professor na Universidade do Distrito Federal (1935-1938). Consultor Técnico do Patrimônio

Nacional (1937). Durante o Estado Novo foi Professor-Conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, em Portugal, e na Universidade de Londres-Inglaterra (SD).

**3) TPol:** Secretário Particular do governador de PE Estácio Coimbra durante a República Velha (1926-1930). Acompanhou o ex-governador pernambucano em seu exílio na Europa (1930-1932). Durante a vigência da ditadura estadonovista, na condição de intelectual liberal, participou de vários movimentos de oposição ao regime. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Participou de diversos movimentos literários em PE e foi membro de inúmeras associações culturais e de pesquisa, no Brasil e no exterior.

**5) AIT:** Um dos principais intelectuais brasileiros no pós-30, exerceu intensa atividade literária e jornalística, tendo escrito e publicado diversos trabalhos literários e científicos, destacando-se: "SOCIAL LIFE IN THE MIDDLE OF THE 19th CENTURY" (Tese de mestrado, 1922); "A PROPÓSITO DE PEDRO II" (1925); "BAHIA DE TODOS OS SANTOS E TODOS OS PECADOS" (1926); "CASA GRANDE E SENZALA" (1933); "GUIA PRÁTICO, HISTÓRICO E SENTIMENTAL DA CIDADE DO RECIFE" (1934); "SOBRADOS E MOCAMBOS" (1936); "NORDESTE" (1937); "AÇÚCAR" (1939); "OLINDA --- 2º GUIA PRÁTICO, HISTÓRICO E SENTIMENTAL DE CIDADE BRASILEIRA" (1939); "UM ENGENHEIRO FRANCÊS NO BRASIL" (1940); "O MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU" (1940); "PROBLEMAS BRASILEIROS DE ANTROPOLOGIA" (1943); "PERFIL DE EUCLIDES E OUTROS PERFIS" (1944); "SOCIOLOGIA I (INTRODUÇÃO AO ESTUDO E SEUS PRINCÍPIOS)" (1945) e "INTERPRETAÇÃO DO BRASIL" (1945).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 40ª Sessão, a 04/04/1946 (VI, 19). Foi Vice-Presidente da Comissão de Investigação Econômica e Social por um curto período, tendo sido substituído no posto por Plínio Barreto (UDN/SP), a 15/05/1946 (Diário do Congresso Nacional, 1946: 1775). Em plenário, ocupou a tribuna para proferir longo discurso (XIII, 193-203) justificando suas propostas ao projeto constitucional, onde defendeu a adoção de uma Constituição sintética, a redação de dispositivo que assegurasse ao português um "status" jurídico privilegiado em comparação com outras nacionalidades, e combateu veementemente o artigo que concedia apenas a brasileiros natos a permissão para a revalidação de diploma de universidades estrangeiras e o preceito que condicionava a entrada de imigrantes à possibilidade de sua assimilação cultural. Embora adepto do sistema de governo presidencialista, tomou a palavra para ler "Discurso escrito e não pronunciado pelo senador Esmaragado de Freitas (UDN/PI), falecido subitamente" (XVIII, 409-413), onde o senador piauiense efetuava o elogio do sistema de governo parlamentarista. Além disso, durante a votação do projeto revisto em plenário, realizou pronunciamento combatendo veementemente o artigo 1º (aprovado) do título "Ordem Econômica e Social" da Constituição que estipulava que a mesma deveria basear-se na "justiça social" (XXIII, 107-109).

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1333 (rejeitada; XXIII, 115), eliminando a expressão "justiça social" do art. 1º do título "Ordem Econômica e Social" da Constituição; Nº 1340, suprimindo preceito constitucional que condicionava a aceitação do imigrante à garantia de sua assimilação cultural; e a de Nº 1353, eliminando dispositivo que permitia somente a brasileiros natos a revalidação dos diplomas obtidos em universidades estrangeiras.

## • JOÃO CLEOFAS DE OLIVEIRA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 22/09/1899, Vitória de Santo Antão-PE. FALEC: 17/08/1987.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro) e Engenheiro.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro-DF (1920), após o que dedicou-se à profissão de Engenheiro em PE. Foi também Proprietário de Engenho em Vitória de Santo Antão e Usineiro em PE.

**3) TPol:** Prefeito de Vitória de Santo Antão-PE (1922-1925). Deputado Estadual, PE (1926-1928). Após a Revolução de 30 tornou-se Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas de PE na gestão do interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1931-1934). Eleito Deputado Federal pela Dissidência Pernambucana (1935-1937). Durante o Estado Novo dedicou-se às atividades empresariais e à militância em associações de classe dos usineiros pernambucanos, não tendo ocupado cargos políticos na burocracia estatal (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores da UDN, tendo sido nomeado Membro da Comissão de Orientação Política que participou da elaboração dos estatutos do partido (1945). Após a Constituinte de 1946 votou a favor da cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** Durante o Estado Novo foi Representante do Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de PE no I Congresso Brasileiro de Economia, organizado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, onde apresentou trabalho intitulado "Organização da Agricultura no Nordeste Brasileiro" (1943).

**5) AIT:** Publicou "ESTUDOS DE ECONOMIA PERNAMBUCANA" (1933) e "DESORGANIZAÇÃO FINANCEIRA DO PAÍS" (1946).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social tendo apresentado na mesma relatório sobre o tema "Finanças". Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à matéria fiscal e na crítica à política econômico-financeira implementada durante o Estado Novo. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir longo discurso fazendo a "Análise da situação econômica e financeira do país" (II, 271-279), onde endereçou duras críticas ao "caos econômico" ocasionado pela ditadura estadonovista, atribuindo a inflação e o "desequilíbrio econômico" vigentes no país à excessiva emissão monetária e às despesas suntuárias e improdutivas realizadas pelo governo Vargas, tendo também realizado extenso pronunciamento (IV, 28-37) protestando desesperadamente contra o anunciado decreto-lei governamental (posteriormente desmentido), prometendo a taxação dos lucros extraordinários com o objetivo de controlar a inflação. Também posicionou-se veementemente contra qualquer tentativa de aumento dos impostos ou congelamento dos lucros extraordinários para atenuar os efeitos da inflação sobre as classes de baixa renda, ocupando a tribuna seguidas vezes para protestar contra a excessiva carga fiscal que pesava sobre os ombros das "classes produtoras", a seu ver as grandes prejudicadas pelo aumento dos gastos governamentais ocorrido durante o regime estadonovista. Além disso, manifestou-se favorável à emenda de Gilberto Freire (UDN/PE) impedindo que a ordem econômica e social se baseasse na "justiça social", e sugerindo a substituição desta última expressão por outra mais adequada: "liberdade de iniciativa".

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido ainda co-signatário da maior parte das emendas sugeridas por seu companheiro de bancada Alde Sampaio (UDN/PE).

Destacam-se a de Nº 203 contrária à isenção de impostos para a importação e produção de livros, periódicos e papel de impressão, e a de Nº 205, regulamentando a destinação de verbas para a execução do plano de defesa da região nordeste.

---

## • CARLOS DE LIMA CAVALCANTI (UDN).

**1) DPF:** NASC: 07/06/1892, Amaraji-PE. FALEC: 19/09/1967.
Filho de Artur Siqueira Cavalcanti, proprietário de terras em PE e pertencente a tradicional clã de déspotas locais no Estado.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro), Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1914). Retornando a PE, tornou-se Administrador da Usina Pedrosa, de propriedade de seu pai, no município de Cortês-PE (1918-1937).

**3) TPol:** Militou no PRD/Partido Republicano Democrata, tendo apoiado o governo de Manuel Borba em PE (1915-1919). Deputado Estadual, PE (1922-1925); (1926-1927). Um dos fundadores dos jornais "Diário da Manhã" e "Diário da Tarde", periódicos de oposição ao situacionismo estadual pernambucano (1927-1930). Um dos Dirigentes da seção pernambucana da Caravana Democrática, movimento de oposição ao governo de Washington Luís liderado por Maurício de Lacerda e Assis Brasil (1928). Participou ativamente da Revolução de 30 em PE, tendo sido uma das principais lideranças civis do movimento no Estado (1930). Vitoriosa a Revolução, tornou-se Interventor Federal em PE (1930-1935). Governador Eleito de PE (1935-1937). Juntamente com Juraci Magalhães (BA) e Flores da Cunha (RS) foi um dos governadores eleitos a se oporem ao golpe de Estado que instaurou a ditadura estadonovista (1937). Durante o Estado Novo foi Embaixador do Brasil na Colômbia (1938-1939), no México (1939-1945) e em Cuba (1945). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão de Orientação Política da UDN e foi eleito Membro da Comissão Executiva do partido (1945).

**4) LAM:** Durante sua gestão na interventoria, organizou o "Comitê Central Revolucionário de Pernambuco", que enviou cerca de 6.000 soldados para combater o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em PE e participou da comissão que elaborou os estatutos da UDN/União Democrática Nacional quando de sua fundação (1945).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para pronunciar discurso justificando "Requerimento da UDN solicitando a nomeação de uma comissão de 11 membros para estudar vários casos de interesse nacional" (X, 52-66), comissão da qual veio a ser integrante, aproveitando a ocasião para fazer violentas denúncias de irregularidades e malversação de verbas em diversos setores da administração pública estadonovista (DNC, DASP, DIP etc.).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## C) BANCADA DO PCB/PE.

A bancada do PCB/PE era formada por três dos quatro constituintes eleitos pelo Partido na região Nordeste: **Agostinho de Oliveira**, antigo militante comunista e um dos mais destacados organizadores do PCB durante o Estado Novo; o médico **Alcedo Coutinho**, considerado o membro mais moderado da bancada comunista; e o histórico dirigente comunista **Gregório Bezerra**, uma das principais lideranças populares pernambucanas no pós-30.

### • AGOSTINHO DIAS DE OLIVEIRA (PCB).

**1) DPF:** NASC: 28/08/1903, (SI sobre a cidade) PE. FALEC: 1966.
PROFS: Ferroviário e Operário Mecânico.

**2) CPr:** Ainda adolescente, começou a trabalhar na Usina Santa Rita-PE (1919). Empregado nas obras do Porto de Cabedelo-PB (1921-1923). Trabalhou na montagem da Fábrica de Tecidos de Rio Pinto e nas obras do Porto de Recife-PE (1923-1926). Caldeireiro na Great Western (1926), iniciando então sua longa militância política. Durante o Estado Novo trabalhou como Ajustador Mecânico na Ford (1941-1943).

**3) TPol:** Ingressou no PCB (1929). Um dos organizadores do Socorro Vermelho em PE, motivo pelo qual foi preso pela primeira vez (1932). Candidato derrotado a Deputado Federal (1934). Dirigente e Membro da Comissão de Finanças da ANL em PE, tendo sido preso por diversas vezes em razão de sua atuação no movimento (1935). Novamente preso após a repressão que se seguiu à malograda tentativa de insurreição promovida pelo PCB (1936-1937). Durante o Estado Novo foi Preso Político (1937); Deportado para o Pará (1937-1938); novamente detido (1940-1941) conseguiu fugir da prisão, após o que atuou clandestinamente em vários Estados; eleito Membro da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB na "Conferência da Mantiqueira", embora não tenha podido comparecer pessoalmente ao encontro (agosto/1943); reorganizou clandestinamente o PCB no Rio Grande do Sul (1944-1945). No contexto da redemocratização, tornou-se Membro da Comissão Executiva e da Comissão Nacional do PCB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Ainda funcionário da Great Western, participou de movimento reivindicatório dos ferroviários, sendo eleito Delegado da União Geral dos Ferroviários e Diretor da União Geral dos Trabalhadores de PE (1927). Delegado ao I Congresso de Luta Contra a Guerra, a Reação e o Fascismo no Rio de Janeiro-DF (1934). Militou na ANL em PE (1935). Durante o Estado Novo, quando de sua deportação no PA, foi Delegado do Sindicato dos Metalúrgicos de Belém junto à União Geral dos Proletários de Belém (1938-1939).

**5) AIT:** Como dirigente comunista e militante em organizações sindicais, colaborou em inúmeros jornais ligados à defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Concentrou sua atuação na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, tendo ocupado a tribuna várias vezes para apoiar reivindicações de diversas categorias de trabalhadores e denunciar violências e arbitrariedades cometidas pela polícia política contra o movimento popular. Logo no início dos trabalhos

constituintes, destacou-se por ter sido o primeiro parlamentar a enviar à Mesa da Assembléia um Requerimento, solicitando a imediata formação de uma Comissão para elaborar um anteprojeto de Regimento Interno com o objetivo de afirmar a soberania da Constituinte (I, 47). Também tomou a palavra para proferir discurso sobre o "Direito de Greve" (V, 296-299), no qual protestou energicamente contra decreto-lei baixado pelo governo Dutra restringindo o direito de greve, tendo ainda realizado vários pronunciamentos denunciando violências policiais contra o movimento popular (IX, 329; XVIII, 342; XIX, 330 etc.) e/ou apoiando reivindicações dos trabalhadores (X, 409; XIX, 394 etc.). Além disso, manifestou-se favorável à industrialização da Amazônia e à realização de uma reforma agrária na região, à concessão do direito de voto aos sargentos, soldados e analfabetos, tendo sido ainda contrário à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2813 (rejeitada; XXIII, 160), transferindo da presidência da República para a Câmara do Deputados a prerrogativa de nomear interventores federais nos Estados; Nº 3174-A, estipulando que "A lei facilitará a fixação do homem no campo, tomando as medidas necessárias para o fracionamento dos latifúndios" e para o desenvolvimento da pequena propriedade (XVI, 66); e a de Nº 3207 (rejeitada; XXIII, 219), propondo a extensão dos preceitos da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo.

---

## • ALCEDO DE MORAIS COUTINHO (PCB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 21/03/1906, Nazaré da Mata-PE. FALEC: SI.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF, após o que exerceu a profissão de Médico em Recife-PE (SD). Primeiro-Assistente do Hospital Pedro II e da Faculdade de Medicina de Recife (1935). Cirurgião do Pronto-Socorro de Recife (1935).

**3) TPol:** Participou do movimento tenentista em PE na década de 1920. Tomou parte na Revolução de 30, participando da marcha das forças revolucionárias no Estado da BA. Participou da ANL e do levante comunista em Recife-PE (1935), sendo preso logo em seguida (1935-1937). Durante o Estado Novo, após ser solto através de *habeas corpus*, foi deportado para o Rio de Janeiro, onde retomou sua militância clandestina no PCB (1937). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Durante o Estado Novo participou ativamente do movimento em prol da entrada do Brasil na II Guerra Mundial (1942) e atuou clandestinamente no movimento sindical.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º suplente de deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, no lugar do senador Luís Carlos Prestes (PCB/PE), também eleito deputado pelo Estado de PE. Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, na qual apresentou relatório sobre "Problema Sanitário no Brasil", que teve grande repercussão durante os trabalhos constituintes. Em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes aos problemas da Saúde Pública e da autonomia municipal. Assim, proferiu discurso sobre "As endemias e parasitoses que assolam o interior do País" (XI, 365), no qual atribuiu às péssimas condições

sanitárias da população trabalhadora e "ao nosso arcaico e anti-social conceito de propriedade privada" as causas do elevado índice de endemias e parasitoses na população rural, preconizando uma reforma agrária que liquidasse os latifúndios improdutivos e uma série de medidas governamentais objetivando a melhoria das condições de vida e de saúde do povo brasileiro. Também ocupou a tribuna para denunciar violências policiais contra o movimento grevista (IX, 183), e para manifestar-se a favor das eleições diretas para prefeitos das capitais e do DF, da representação proporcional que favorecesse os Estados mais industrializados, e da nacionalização das empresas estrangeiras concessionárias de serviço público em geral e da "Light" em particular, tendo sido ainda contrário à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2847 (rejeitada; XXII, 132), suprimindo dispositivo que possibilitava a isenção tributária às empresas concessionárias de serviço público; Nº 2890 (aprovada; XXI, 132) determinando a transferência para os Municípios de 10% do total do imposto de renda arrecadado pela União; Nº 2949 (rejeitada; XXI, 349), transferindo para os municípios a cobrança do imposto territorial; Nº 2968, determinando a substituição progressiva dos impostos indiretos pelos diretos na política tributária do país; Nº 2985 (rejeitada; XXIV, 209), reservando 1/3 da verba destinada às obras do Vale do Rio São Francisco para a distribuição de terras em pequenos lotes ao camponês sem terra; e a de Nº 3056, contrária à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

---

## • **GREGÓRIO** LOURENÇO DE **BEZERRA** (PCB).

**1) DPF:** NASC: 13/03/1900, Panelas de Miranda-PE. FALEC: 21/10/1983.
Filho de Lourenço Bezerra e de Belarmina Conceição, camponeses pobres no sertão pernambucano. Irmão de José Lourenço Bezerra, militante político morto em conseqüências das torturas que sofreu na prisão durante o governo de Lima Cavalcanti em PE (1936).
PROFS: Camponês Pobre e Militar.

**2) CPr:** Começou a trabalhar aos quatro anos de idade para ajudar a família no interior pernambucano (1904). Ocupou uma série de empregos temporários até trabalhar na Construção Civil (1917). Soldado do Exército, serviu no 21º BC em Recife e na 1ª Companhia de Carros de Assalto, no Rio de Janeiro (1922-1924). Cursou a Escola de Sargentos de Infantaria, tornando-se Sargento-Instrutor na 9ª Companhia do 2º Batalhão de Infantaria no Distrito Federal (1924-1927). Serve no 21º BC em Recife-PE (1927) e no 28º BC em Aracaju-SE (1928). Instrutor de Educação Física do Colégio Militar de Fortaleza (1931). Instrutor do CPOR/Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva de Recife (1935).

**3) TPol:** Preso pela primeira vez em razão de ter participado de uma passeata dos operários da construção civil em Recife (1917-1922). Filiou-se ao PCB (1930). Participou dos combates da Revolução de 30 em Juiz de Fora-MG (1930). Durante a década de 30 desenvolveu intensa militância clandestina no meio militar, organizando células comunistas no exército. Participou ativamente da organização da ANL e dos combates militares decorrentes da insurreição organizada pelo PCB em Recife (1935). Preso Político, tendo sido severamente torturado na prisão (1935-1937). Durante o Estado Novo permaneceu no cárcere, primeiramente na Casa de Detenção em Recife (1937-1939), sendo em seguida transferido para Fernando de Noronha (1939-1942) e Ilha Grande-RJ (1942-1945). No contexto da redemocratização, após ser anistiado, desenvolveu intensa militância comunista em

PE, tornando-se uma das lideranças comunistas mais temidas pelas forças conservadoras de seu Estado e mais prestigiadas pelas massas trabalhadoras pernambucanas (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Um dos mais destacados e combativos líderes rurais do Estado de PE, exerceu intenso trabalho de agitação e propaganda das idéias de seu Partido nas massas trabalhadoras de PE.

**5) AIT:** Ao longo de sua trajetória propagou ativamente os valores comunistas no seio de várias categorias de trabalhadores e das forças armadas, sendo por isso impiedosamente perseguido pelos agrupamentos dominantes de seu Estado.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Um dos mais ativos defensores dos interesses das massas exploradas em plenário, concentrou sua atuação na defesa da concessão do direito de voto aos soldados, sargentos e analfabetos, tendo também ocupado a tribuna várias vezes para denunciar violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular, e para apoiar reivindicações de diversas categorias de trabalhadores. Assim, proferiu discursos lendo "Moção dos republicanos espanhóis protestando contra o fuzilamento do militante democrata Cristiano Garcia pelo regime franquista" (II, 366-370); defendendo enfaticamente a concessão do direito de voto para os analfabetos e soldados (IX, 223-230; XVII, 125-129; XVII, 152-159), nos quais justificou emenda de sua autoria e da bancada comunista regulamentando a concessão de tal direito; denunciando as precárias condições de vida das crianças pobres na cidade de Recife-PE (XX, 20); e emitindo o parecer geral da bancada comunista ao título "Das Forças Armadas" do projeto revisto (XXIII, 398-403), onde posicionou-se a favor necessidade de autorização do Senado Federal para a nomeação dos chefes militares pelo presidente da República, da estabilidade funcional para os praças de pré após 05 anos de serviço militar, e contra a assistência religiosa às forças armadas e a dispensa dos eclesiásticos do serviço militar. Além disso, ocupou a tribuna para protestar contra a presença do embaixador salazarista português em território brasileiro, para denunciar o assassinato do presidente da Liga Camponesa da cidade de Iputinga-PE (X, 356) e para protestar contra várias outras modalidades de violências cometidas contra o movimento popular, atribuindo-as sempre, assim como os demais membros da bancada do PCB, a "meia dúzia de elementos fascistas infiltrados no governo".

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2509, condicionando à autorização da Câmara dos Deputados a decretação da mobilização das forças armadas pelo presidente da República; Nº 2634 (rejeitada; XXII, 236), proibindo a extensão dos tribunais militares aos civis em tempo de paz ou em caso de crimes contra a segurança interna; Nº 3032 (que teve destaque solicitado mas foi indeferida pelo presidente da Constituinte, Melo Viana (PSD/MG); XXII, 236), concedendo o direito de voto aos soldados, sargentos e analfabetos; Nº 3430, assegurando aos praças de pré o direito à estabilidade após 05 anos de serviço; e a de Nº 3431, facilitando o acesso ao oficialato dos praças de pré que revelassem qualidades de comando.

Gregório Bezerra narrou sua atuação na conjuntura política da época e na Assembléia Constituinte de 1946 nos dois volumes de suas *"Memórias"* editadas pela Civilização Brasileira (1980).

## D) BANCADA DO PR/PE.

### • EURICO DE SOUSA LEÃO (PR).

**1) DPF:** NASC: 17/02/1889, Engenho de Laranjeiras-PE. FALEC: 10/05/1960.
Filho de Manuel de Sousa Leão, proprietário de terras e integrante de tradicional família de déspotas locais no interior de PE.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1919), após o que exerceu a advocacia em PE.

**3) TPol:** Chefe de Polícia de PE no governo de Estácio Coimbra, líder do Partido Republicano no Estado (1926-1930). Deputado Federal, PR/PE (1927-1929). Deputado Federal, PR/PE (1930). Preso durante a Revolução de 30 em PE, à qual se opôs (1930). Participou do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo feito parte do estado-maior do coronel Euclides Figueiredo (1932). Filiou-se ao PRS/Partido Republicano Social, agremiação de oposição ao interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1933). Deputado Federal, PRS/PE (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização, foi um dos fundadores da UDN, tendo sido nomeado Membro da Comissão de Orientação Política do partido; afastando-se em seguida da UDN, tornou-se Presidente do Diretório Estadual do PR/PE e Membro do 1º Diretório Nacional do PR, partido do qual foi um dos principais organizadores (1945).

**4) LAM:** Foi Membro do Instituto da OAB.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, tendo apresentado na mesma relatório intitulado "Panorama da indústria de tecidos e o problema do vestuário". Em plenário, concentrou sua atuação na crítica à figura de Vargas e ao legado da ditadura estadonovista, e na defesa do sistema de governo presidencialista. Assim, pronunciou discurso de cunho doutrinário sobre "Presidencialismo e Parlamentarismo" (IX, 194), no qual argumentou longamente contra o regime parlamentarista e a favor da adoção do presidencialismo. Além disso, secundou as veementes críticas realizadas por oposicionistas à atuação do Banco do Brasil e do governo Vargas no "caso Borghi" da exportação do algodão, tendo ainda se manifestado contra a vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, e a proposta da bancada comunista de se incluir dispositivo constitucional determinando a separação entre Igreja e Estado.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1808, suprimindo dispositivo que proibia aos juizes em disponibilidade o exercício de qualquer outra função pública, e a de Nº 3339, favorável à autorização do exercício das profissões liberais somente a brasileiros natos.

## E) BANCADA DO PDC/PE.

A bancada do PDC em Pernambuco era formada pelo "padre-jagunço" **Arruda Câmara**, um dos parlamentares mais intolerantes, reacionários e obscurantistas de toda a história do parlamento brasileiro, desde o Império.

### • ALFREDO DE ARRUDA CÂMARA (PDC).

**1) DPF:** NASC: 08/12/1905, Ingazeira-PE. FALEC: 21/02/1970.
PROFS: Sacerdote (Padre Católico) e Professor.

**2) CPr:** Formado em Direito Canônico pelo Seminário de Olinda-PE (1925). Doutor em Filosofia pela Academia São Tomás de Aquino, Roma-Itália (1927). Doutor em Teologia Dogmática pela Universidade Gregoriana de Roma (1928). De volta ao Brasil, tornou-se Vigário da Paróquia de Pesqueira-PE (1929), exercendo a profissão de Sacerdote Católico em várias localidades do interior pernambucano após essa data. Foi também Reitor do Seminário de Pesqueira e Professor de Latim e História da Filosofia no Seminário de Olinda (SD).

**3) TPol:** Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em PE, tendo inclusive tomado parte em operações militares no interior do Estado (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pelo PSD/Partido Social Democrático, PE (1933-1935). Deputado Federal, PSD/PE (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo de PE, e Diretor e Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal em PE (1938). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PDC, Presidente de seu Diretório em PE (1945). Pouco antes dos trabalhos da Constituinte-46 elegeu-se Presidente Nacional do PDC na convenção nacional do partido (janeiro/1946).

**4) LAM:** Como recompensa por sua colaboração à repressão ao movimento social em PE recebeu os títulos de Major Honorário do Exército e Tenente-Coronel Honorário da Polícia Militar de PE (1934).

**5) AIT:** Como destacado líder católico exerceu intensa atividade de difusão das superstições religiosas nas massas populares e publicou "GUIA DO SEMINARISTA" (SD) e "CONTRA O COMUNISMO" (1946).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Família, Educação e Cultura" da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada no combate ao divórcio e a várias outras medidas progressistas. Um dos parlamentares mais intolerantemente reacionários da Assembléia, concentrou sua atuação da defesa de vários preceitos constitucionais que consagravam a manutenção da dominação ideológica do clero católico mais tradicional sobre as massas trabalhadoras, e no combate ao "comunismo" e ao PCB. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu longo "Discurso sobre os postulados religiosos e o problema social" (IV, 08-19), no qual enunciou de forma sistemática diversas propostas do PDC à Constituinte, tais como, a invocação da "proteção de Deus"

no preâmbulo da Constituição, a manutenção da indissolubilidade do vínculo matrimonial e a proibição do divórcio, o ensino religioso facultativo nas escolas, a assistência religiosa permanente às classes armadas, e o combate ao intervencionismo estatal além de sua função supletiva à "livre iniciativa" e à propriedade privada. Também ocupou a tribuna para realizar um dos mais longos e obscurantistas pronunciamentos feitos durante os trabalhos constituintes, no qual procurou abordar o problema da "Separação entre a Igreja e o Estado" (XIX, 239-256), que na verdade é um enorme e furibundo libelo contra o divorcio. Além disso, promoveu em plenário uma intensa campanha contra o "comunismo" e o PCB, participando das manobras visando criar as pré-condições ideológicas para a liquidação do partido chegando a afirmar, num de seus arroubos, que "O Diabo é comunista" (V, 303), para fornecer argumentos à sua proposta de cassação da agremiação. Finalmente, na condição de membro da Comissão de Constituição, ocupou a tribuna várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros constituintes quando da votação do projeto revisto em plenário, tendo se manifestado a favor da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, da manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais, da conservação das polícias políticas criadas durante o Estado Novo, e do pagamento em dinheiro da assistência religiosa prestada nos quartéis.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição: as de Nº 93 (aprovada; XXV, 309), às "Disposições Transitórias" da Carta Constitucional, determinando a construção da estrada de rodagem Rio-Nordeste pelo Governo Federal dentro do prazo de dois anos; Nº 94, regulamentando a concessão de nacionalidade brasileira a sacerdotes estrangeiros; e a de Nº 95 (rejeitada; XXV, 152), concedendo anistia aos cidadãos considerados insubmissos e desertores. Além disso, apresentou emenda (sem número) estabelecendo a necessidade de prévia e justa indenização **em dinheiro** em caso de desapropriação por interesse social (emenda aprovada; XXII, 436).

## BANCADA DO PIAUÍ.

**01) ESMARAGADO DE FREITAS (SENADOR/UDN);**
**02) MATHIAS OLÍMPIO (SENADOR/UDN);**
**03) ADELMAR ROCHA (UDN);**
**04) ANTÔNIO CORREIA (UDN);**
**05) COELHO RODRIGUES (UDN);**
**06) JOSÉ CÂNDIDO (UDN);**
**07) AREIA LEÃO (PSD);**
**08) RENAULT LEITE (PSD);**
**09) SIGEFREDO PACHECO (PSD).**

**06 UDN + 03 PSD = 09.**

### A) BANCADA DA UDN/PI.

O Piauí foi a unidade da federação onde a UDN obteve sua segundo melhor resultado eleitoral a nível nacional, elegendo 06 constituintes (66,7%) de um total de 09. A bancada da UDN era formada por **Esmaragado de Freitas**, político que iniciou sua carreira de advogado em Pernambuco durante a República Velha e ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral do PI (1934-1937), tendo ocupado ainda diversos outros cargos na burocracia judiciária piauiense e pernambucana; **Matias Olímpio**, ex-secretário de Estado (1907-1914) e governador do Piauí (1924-1928) na República Velha; **Adelmar Rocha**, tenente-coronel do exército e presidente da Cruz Vermelha do Piauí (1942-1945) durante o Estado Novo; o médico piauiense **Antônio Correia**, presidente da Associação Piauiense de Medicina; **Coelho Rodrigues**, oficial da Marinha e representante do Ministério da Marinha no Conselho Nacional do Petróleo na vigência do Estado Novo (1938-1945); e **Cândido Ferraz**, médico, membro da Comissão de Estudos da Saúde Pública da UDN e um dos principais assessores políticos do candidato presidencial udenista, o brigadeiro Eduardo Gomes (1945).

- **ESMARAGADO DE FREITAS** E SOUSA (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 02/07/1887, Floriano-PI. FALEC: 12/07/1946.
Filho de Esmaragado José de Souza e Lucialina Maria de Freitas, descendentes de tradicionais famílias de proprietários de terras e fazendeiros no PI. Neto de Francisco Emigdio de Freitas, coronel da Guarda Nacional e chefe político no interior do PI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1911). Delegado de Polícia em Recife (1911-1915). Subsecretário do Tribunal de Justiça de PE (1915-1916). Promotor Público em Recife (1917). Consultor Jurídico do Estado de PE (1920-1922). Juiz do Crime e Casamentos em Recife (1923-1925). Juntamente com Carlos de Lima Cavalcanti e José de Sá fundou o "Diário da Manha", jornal oposicionista em PE (1927). Após a Revolução de 30 transferiu-se para o PI, tornando-se Desembargador da Corte de Apelação no Estado (1931-1939). Professor Catedrático de Direito Internacional na Faculdade de Direito do PI (1933).

**3) TPol:** Secretário de Governo na gestão de Manuel de Borba em PE (1917-1920). Na década de 1920, juntamente com Carlos de Lima Cavalcanti, militou na oposição ao governo estadual em PE (1925-1930). Apoiou a Revolução de 30, tornando-se Chefe de Polícia em PE na gestão do interventor Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1931). Presidente do Tribunal Eleitoral Regional do PI (1934-1937). Durante o Estado Novo foi Presidente do Tribunal de Apelação do PI (1938). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores e Presidente da UDN/PI, e Membro do Diretório Nacional da Comissão de Defesa Partidária da UDN (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Membro da Ordem dos Advogados, seção do PI.

**5) AIT:** Colaborou em jornais em PE, no PI e no RJ, além de ter publicado inúmeros trabalhos sobre temas jurídicos e historiografia regional. Além disso, publicou "O VISCONDE DE PARNAÍBA" (obra póstuma, 1947).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 4ª Sessão, a 11/02/1946 (I, 118). Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, vindo a falecer repentinamente, em pleno processo de elaboração constitucional, no dia 11/07/1946. Em sua homenagem foi dedicada a 103ª Sessão da Assembléia, realizada a 12/07/1946 (XVIII, 157 e segs.). Logo após seu falecimento, o deputado Gilberto Freire (UDN/PE) ocupou a tribuna para ler "Discurso escrito e não pronunciado pelo Senador Esmaragado de Freitas" (XVIII, 409-413), no qual o falecido Senador efetuava a defesa do sistema de governo parlamentarista..

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se a de Nº 1516, favorável ao direito de voto dos soldados e contrária à concessão do mesmo direito aos analfabetos; a de Nº 1622 (rejeitada; XXIV, 281), obrigando o presidente da República e várias outras autoridades do Executivo a enviarem ao Supremo Tribunal minuciosa declaração dos bens que possuíssem por ocasião da posse nos respectivos cargos; e a de Nº 2312, contrária à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional.

---

## • MATIAS OLÍMPIO DE MELO (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 15/09/1882, Barras-PI. FALEC: 28/06/1967.
Filho de José Olímpio de Melo, proprietário de terras no PI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Jornalista e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1904). Promotor Público em Teresina-PI (1905-1907). Administrador dos Correios e Telégrafos (1914-1915). Juiz de Direito em Tarauacá-AC (1917-1920). Juiz Federal em Teresina (1920-1924). Juiz Federal na BA e em PE (1931-1938). Foi também Professor de História e Português no Ateneu Piauiense e jornalista no PI.

**3) TPol:** Secretário de Justiça em Teresina-PI (1907-1914). Governador do PI na legenda do PR/Partido Republicano (1924-1928). Participou da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no PI (1929-1930). (SI sobre sua atuação política no pós-30 e durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se Presidente da UDN/PI (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

Após a Constituinte de 1946, abandonou a UDN tornando-se Vice-Presidente do CEDPEN/Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, e Presidente do PTB/PI (1949).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no PI, tendo sido Diretor do jornal "O Estado do Piauí".

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa do parlamentarismo e na abordagem de questões referentes à política regional de seu Estado. Ocupou a tribuna para proferir longos discursos de cunho doutrinário abordando o tema dos "Regimes políticos" (VI, 143-151; XI, 162-166), nos quais argumentou a favor da implantação do sistema de governo parlamentarista para fazer frente à "hipertrofia do Executivo" que se instaurou no Brasil no pós-30. Também tomou parte nos acirrados debates sobre política piauiense travados em plenário, secundando as críticas realizadas por seus colegas de bancada às atividades políticas do ex-interventor piauiense, o pessedista Leônidas Melo, responsabilizando-o por violências e perseguições políticas cometidas contra militantes oposicionistas no Estado. Além disso, declarou voto a favor da emenda de José Augusto (UDN/RN) proibindo a imigração japonesa, e foi o primeiro signatário do Requerimento Nº 159 "solicitando informações ao Poder Executivo sobre os motivos determinantes das prisões efetuadas nos últimos dias, inclusive sobre a intervenção do Sindicato dos Bancários" (IX, 436).

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2092, regulamentando vários aspectos da contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria do funcionalismo público; Nº 2462 (rejeitada; XXII, 82), dando ao Senado Federal competência privativa para aprovar a nomeação de ministros de Estado, do Supremo Tribunal Militar, e de uma série de outros órgãos da cúpula burocrática; e a de Nº 2479, contrária à eleição direta para presidente e vice da República e determinando a eleição dos mesmos pela Câmara dos Deputados. Além disso, apresentou destaque ao projeto revisto (aprovado; XXI 302), estipulando que "É vedado aos poderes delegas sua atribuições", expressão posteriormente transformada do parágrafo 2º do Art. 36 da Carta Constitucional.

---

## • ADELMAR SOARES DA ROCHA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 01/01/1892, Bertolina-PI. FALEC: 11/01/1973.
Filho do coronel Bertolino Alves da Rocha Filho.
PROFS: Militar e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1916). 2º Tenente do Serviço de Saúde do Exército (1921). 1º Tenente (1922). Capitão (1931). Durante o Estado Novo foi promovido a Major (1941); exerceu o cargo de Diretor do Hospital Militar de Campo Grande-MT (1942-1945); Tenente-Coronel (1945).

**3) TPol:** Participou do levante tenentista no 26º Batalhão de Caçadores em Belém-PA (1924). Em conseqüência de sua participação na rebelião, foi afastado do exército, exilando-se na Bolívia, Argentina e Uruguai (1924-1930). Diretor da Saúde Pública do Estado do PI (1933-1934). Deputado Federal, PI (1935-1937). Durante o Estado Novo ocupou postos na burocracia militar e foi Presidente da Cruz Vermelha Brasileira em MT (1942-1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à política regional de seu Estado. Participando nos debates travados em plenário principalmente através de apartes a pronunciamentos de outros Constituintes, em suas breves intervenções secundou as denúncias de seus correligionários acerca da ocorrência de violências e arbitrariedades policiais contra oposicionistas no Piauí, e manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 04 anos e às eleições diretas para prefeito no DF e nas capitais dos Estados.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1380 (aprovada e posteriormente transformada no Art. 7 das "Disposições Transitórias" da Carta Constitucional), transferindo para o Piauí a propriedade das fazendas de gado remanescentes de confisco aos jesuítas no Brasil Colonial situadas no Estado.

---

## • ANTÔNIO MARIA DE RESENDE CORREIA (UDN).

**1) DPF:** NASC: 25/01/1909, União-PI. FALEC: SI.
PROFS: Médico e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1930), após o que exerceu a medicina no PI. Durante o Estado Novo foi Professor da Escola Normal Oficial de Teresina-PI (1938-1944).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Presidente da Associação Piauiense de Medicina e Membro da Associação Piauiense de Imprensa.

**5) AIT:** Escreveu "DO DETERMINISMO SEXUAL" (tese de concurso, 1938).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na participação nos debates travados em plenário sobre política piauiense, e na denúncia de violências policiais cometidas pelo governo Dutra contra o movimento popular. Ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "A Política do Piauí" (XVII, 366-375; XVIII, 343; XX, 136), onde criticou a nomeação do interventor piauiense major Vitorino Correia pelo presidente Dutra, tendo ainda feito várias denúncias sobre o clima repressivo vigente no Estado e sobre a continuidade da "máquina administriva" estadonovista o Piauí. Também efetuou pronunciamentos protestando veementemente contra medidas repressivas tomadas pelo governo Dutra em outros Estados e, já no final dos trabalhos constituintes, sofreu acidente automobilístico ao dirigir-se juntamente com outros parlamentares para sede do PCB, em subúrbio do Rio de Janeiro, quando ia apurar pessoalmente as denúncia feitas por deputados comunistas sobre a depredação das sedes do partido pela polícia política do DF.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2979, regulamentando a aplicação de verbas para os serviços de assistência à maternidade e à infância, e a de Nº 3479, determinando a aposentadoria compulsória dos funcionários públicos aos 70 anos de idade.

---

• HELVÉCIO **COELHO RODRIGUES** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 1905, Suíça. FALEC: 18/01/1959.
Filho do jurisconsulto Coelho Rodrigues.
PROF: Militar da Marinha e Jornalista.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Concluiu o curso na Escola Naval (1912), após o que seguiu carreira na Marinha. Durante o Estado Novo comandou um navio mercante nas manobras realizadas na costa brasileira por ocasião da II Guerra Mundial (agosto/1942-setembro/1945).

**3) TPol:** Deputado Estadual, PI (1935-1937). Durante o Estado Novo, segundo o Dicionário CPDOC (CPDOC, 1984: 3002), foi Representante do Ministério da Marinha no Conselho Nacional do Petróleo (1938-1943).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Foi Proprietário e Redator-Chefe dos jornais "O Parnaíba" e "O Piauí" (SD). Na condição de Redator-Chefe de "O Piauí", foi um dos principais propagandistas no PI da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes às eleições presidenciais de 02/dezembro/1945 .

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na participação nos violentos debates sobre política regional mineira e piauiense travados em plenário, e na abordagem de questões referentes ao "litígio territorial" envolvendo os Estados de MG e do ES. Assim, ocupou a tribuna inúmeras vezes para proferir discursos criticando veementemente as atitudes políticas do interventor mineiro João Beraldo (PSD/MG) e de seu mentor político Benedito Valadares (IV, 65-67; IV, 191-194) , nos quais protestou contra a reposição de prefeitos do PSD depostos após a queda do Estado Novo e o afastamento de autoridades municipais ligadas à UDN, afirmando ter trazido ao "... conhecimento da Assembléia a derrubada de Minas Gerais como um padrão de organização partidária que se está processando em todo o Brasil, como a preparação da cama eleitoral para as eleições estaduais e municipais" (IV, 191). Também realizou pronunciamentos denunciando a repressão perpetrada pelo governo de Benedito Valadares aos signatários do "Manifesto dos Mineiros" durante o Estado Novo (IV, 241-244); protestando veementemente contra a invasão do Espírito Santo por tropas da polícia militar mineira e denunciando as ambições expansionistas de MG (VI, 149-151; VII, 291; XIV, 280-283, etc.); e justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XI , 134-137; XI, 214-221). Segundo o testemunho de Gastão Pereira da Silva, Coelho Rodrigues "... abordou, quasi diariamente (sic), a questão das fronteiras entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo que -- ao que disse e repetiu -- estava enviando tropas que invadiam as terras capichabas. Quando, certo dia, rumou para o Espírito Santo, a fim de observar, *in loco*, o referido caso de fronteiras, foi vítima de um desastre de automóvel, não mais tomando parte dos trabalhos da Assembléia. Mesmo assim, em maca, compareceu ao recinto do Palácio Tiradentes e colocou a sua assinatura na promulgação da Carta Magna brasileira" (SILVA, 1947: 53).

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2557, favorável à unificação do judiciário e da magistratura; Nº 3240, facilitando a concessão para capitais estrangeiros da exploração de minas e jazidas que não interessassem capitais nacionais; e a de Nº 3435, garantindo a vitaliciedade aos funcionários públicos com mais de 10 anos de "efetivo exercício" da função

---

• JOSÉ **CÂNDIDO FERRAZ** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 21/10/1915, Teresina-PI. FALEC: 23/07/1975.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1939). Durante o Estado Novo foi Chefe do Serviço de Clínica Tisiológica do Hospital Getúlio Vargas no PI.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão de Estudos da Saúde Pública da UDN e Assessor Político do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato udenista à presidência da República (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Piauí, centrando-se na feitura de veementes críticas às "indébitas e capciosas" (VII, 279) intervenções efetuadas pelo general Dutra na política piauiense, acusando o presidente da República e ex-ministro da Guerra estadonovista de querer implantar uma "genrocracia" no PI ao nomear vários de seus genros e parentes para postos-chave no Estado. Assim, participou de vários debates travados em plenário sobre política piauiense, tendo proferido discursos sobre "Violências policiais no Piauí" (IV, 202; IV, 271-279; XIX, 49-52), nos quais efetuou diversas denúncias de arbitrariedades ocorridas nesta unidade da federação, e lavrou "...veemente protesto contra o reinicio dos tiroteios e vinganças policiais contra correligionários da UDN no PI" (VII, 271); responsabilizando os interventores pessedistas Leônidas de Castro Melo e Vitorino Brito por estes acontecimentos, criticou ainda veementemente o papel desempenhado por Dutra na nomeação dessas autoridades. Além disso, manifestou-se contra a presença do embaixador salazarista português no Brasil, a vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes, e a favor do sistema de governo parlamentarista, da autonomia do DF, tendo ainda declarado voto favorável à "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entando, sido signatário de várias delas enviadas por seus companheiros de bancada.

---

## B) BANCADA DO PSD/PI.

A bancada do PSD/PI era formada por três deputados, todos eles em sua primeira legislatura em órgãos parlamentares: **Areia Leão**, prefeito de Teresina (1930-1931) e secretário da Viação e Obras Públicas do Piauí durante o Estado Novo; **Renault Leite**, engenheiro, genro do presidente Dutra e representante do Distrito Federal no Conselho Nacional do Petróleo (1942-1945); e **Sigefredo Pacheco**, prefeito nomeado de Campo Maior (1935-1937), no interior piauiense.

### • RAIMUNDO DE AREIA LEÃO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 23/04/1894, Teresina-PI. FALEC: 01/02/1958.
Filho de Raimundo de Areia Leão, deputado provincial (1874-1879) e governador do PI durante o Império escravista brasileiro. Irmão de Humberto de Areia Leão, vice-governador do PI (1927-1930) e interventor federal no Estado após a Revolução de 30.
PROF: Engenheiro Civil.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro-DF (1922), após o que exerceu a profissão de Engenheiro no PI.

**3) TPol:** Após a Revolução de 30 foi nomeado Prefeito de Teresina no governo de seu irmão, o interventor Humberto de Areia Leão (1930-1931). Foi também Secretário da Fazenda e Secretário da Viação e Obras Públicas no PI (SD). Membro da Comissão Executiva do Partido Nacionalista Piauiense (1933). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas efetuou rápidas intervenções nos debates travados no recinto da Assembléia, para defender próceres do PSD de seu Estado e o presidente Dutra das violentas acusações feitas da tribuna por parlamentares udenistas.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • MAURO RENAULT LEITE (PSD).

**1) DPF:** NASC: 01/03/1911, Barbacena-MG. FALEC: SI.
Genro de Eurico Gaspar Dutra, presidente da República (1946-1951) e ministro da Guerra durante a vigência do Estado Novo (1937-1946). Primo de Bias Fortes, também deputado à Constituinte de 1946 na legenda do PSD/MG.
PROF: Engenheiro Civil e Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro-DF (1933). Engenheiro da Prefeitura do DF (1934-1938). Engenheiro-Chefe de Divisão da Prefeitura do DF (1938-1945). Perito do Banco do Brasil (1939-1945). Engenheiro da Central do Brasil (1943-1945).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Representante do Distrito Federal no Conselho Nacional do Petróleo (1942-1945) e Representante do Estado do Piauí junto ao ministério da Viação no DF (1938-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para responder às acusações feitas por seus adversários políticos sobre a ocorrência de violências policiais no PI; assim, realizou pronunciamentos sobre a "Política do Piauí" (IV, 290-293; XVII, 144-146; XIX, 311) nos quais buscou defender as figuras dos interventores piauienses Leônidas Melo e Vitorino Brito das críticas feitas por seus adversários udenistas, e procurou refutar as acusações segundo as quais seu sogro, o presidente Dutra, estaria implantando uma "genrocracia" no Estado do PI.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • SIGEFREDO PACHECO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/05/1904, Campo Maior-PI. FALEC: 11/02/1980.
Filho de Vicente Pacheco, vereador e prefeito de Campo Maior-PI (SD).
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Médico e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Farmácia (1927) e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1930). Médico do Pronto Socorro do Hospital Paula Cândido em Niterói-RJ (SD). Professor de Histologia da Faculdade Fluminense de Medicina (SD). Foi também Farmacêutico e Oficial de Reserva do Corpo Médico do Exército no PI (SD).

**3) TPol:** Candidato derrotado à Assembléia Nacional Constituinte (1933). Prefeito Nomeado de Campo Maior (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

4) **LAM:** SI.

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Assim como os demais membros da bancada do PSD piauiense, teve discreta atuação em plenário, apenas tomando parte nos debates sobre a política do Piauí, nos quais buscou refutar as críticas endereçadas por parlamentares da UDN a próceres pessedistas do PI e à intervenção indébita do presidente Dutra na política do Estado. Também ocupou a tribuna para, devidamente autorizado pela Comissão de Constituição, emitir parecer contrário a destaque supressivo de Luís Carlos Prestes (PCB/DF) ao Art. 7 das "Disposições Transitórias" determinado a transferência para o Piauí da propriedade das fazendas de gado da União remanescentes do confisco aos jesuítas no Brasil colonial.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

## BANCADA DO RIO GRANDE DO NORTE.

**01) GEORGINO AVELINO (SENADOR/PSD);**
**02) DIOCLÉCIO DUARTE (PSD);**
**03) JOSÉ VARELA (PSD);**
**04) MOTA NETO (PSD);**
**05) VALFREDO GURGEL (PSD);**
**06) FERREIRA DE SOUSA (SENADOR/UDN);**
**07) ALUÍSIO ALVES (UDN);**
**08) JOSÉ AUGUSTO (UDN);**
**09) CAFÉ FILHO (PRP-PSP).**

**05 PSD + 03 UDN + 01 PRP = 09.**

### A) BANCADA DO PSD/RN.

A bancada do RN era composta por 05 deputados, estreitamente entrosados com a máquina governamental montada durante o Estado Novo: **Georgino Avelino**, também conhecido como "senador pif-paf", político com diversas ligações no governo federal e nomeado interventor no RN pouco antes da derrubada de Vargas (1945), não obstante estar há mais de vinte anos afastado do Rio Grande do Norte; **Dioclécio Duarte,** deputado estadual por várias legislaturas na República Velha, consultor técnico no Instituto Nacional do Sal durante o Estado Novo e substituto de Georgino Avelino na interventoria do PI um dia antes da derrubada de Vargas; **José Varela**, membro do Conselho Penitenciário do RN e prefeito nomeado de Natal durante o Estado Novo (1943-1945); **Mota Neto**, também prefeito nomeado de Mossoró durante o regime estadonovista (1943-1945); e **Valfredo Gurgel**, líder católico no RN.

#### • JOSÉ GEORGINO AVELINO (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 31/07/1888, Anjicos-RN. FALEC: 02/04/1959.
Filho de Celestino da Costa Avelino, jornalista e fundador dos jornais "A Gazeta do Comércio" e "Diário da Tarde", no Rio Grande do Norte.
PROFS: Jornalista e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro-DF (1911). Adido Consular em Gênova-Italia (1912). Nas décadas de 1930 e 1940 exerceu o jornalismo no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro, colaborando no "Jornal do Comércio" no "Correio da Manhã" e em "O Globo", dentre outros periódicos. Durante o Estado Novo foi Secretário-Geral da Universidade do DF (1937).

**3) TPol:** Na condição de jornalista, militou na campanha da candidatura de Artur Bernardes à presidência da República (1922). Apoiado por Artur Bernardes, elegeu-se Deputado Federal, RN (1924-1928). Opôs-se à Revolução de 30. Apoiou o movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo, participando dos combates como voluntário no Batalhão Ferroviário (1932). Durante o Estado Novo foi Diretor de Turismo e Propaganda da Prefeitura do DF na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1941-1945). No contexto da crise da ditadura estadonovista, aproximou-se politicamente do general Dutra, tendo sido nomeado Interventor Federal no RN, de onde havia se afastado há mais

de vinte anos (agosto/1945). Após a Constituinte-46 tornou-se líder do governo Dutra no Senado (1947-1951).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em vários periódicos no RJ e publicou: "CAXIAS PARA A JUVENTUDE" (biografia, 1941) e "BIOGRAFIA PARA A GENTE NOVA (SOBRE A PERSONALIDADE DE GETÚLIO VARGAS)" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi 1º Secretário da Mesa da Assembléia, tendo ocupado a tribuna várias vezes para cumprir as atribuições regimentais de seu cargo estratégico. Em plenário, embora tivesse atuação discreta, foi um dos mais destacados defensores da política do governo Dutra de aproximação com a oposição conservadora, por um lado, e de repressão sistemática às classes populares, por outro, tendo ocupado a tribuna várias vezes para defender diversas medidas governamentais, mormente as que visavam o combate ao "comunismo" e a liquidação dos movimentos reivindicatórios das massas trabalhadoras. Assim, manifestou-se contra a greve dos bancários e foi a favor da dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na capital federal (X, 193). Além disso, participou das violentas discussões travadas no recinto constituinte sobre política norte-rio-grandense, envolvendo-se em acirradas trocas de acusações e pugilatos com parlamentares da bancada potiguar, principalmente Café Filho (PRP/RN) e o udenista José Augusto, tendo afirmado, em um desses entreveros, que "Sou um dos líderes políticos do Estado, com maioria que irá esmagar, nas próximas eleições, os partidos conjugados de V. Exs. Sou candidato e vou vencê-los, estrondosamente" (XVIII, 143).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • DIOCLÉCIO DANTAS DUARTE (PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/10/1894, Natal-RN. FALEC: SI.
Filho de Dioclécio Duarte, descendente de tradicional família de proprietários de terra e coronéis no RN.
PROFS: Banqueiro, Jornalista e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1918). Exerceu o jornalismo e a advocacia no RN e foi Presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro e do Banco Central-Mercantil (SD).

**3) TPol:** Deputado Estadual na legenda do PRF/Partido Republicano Federal, RN (1918-1920). Diretor do jornal "A República", órgão oficial do PRF (1919-1920). Secretário de Joaquim Ferreira Chaves, ministro da Marinha e, posteriormente, ministro da Justiça durante a República Velha (1920-1922). Deputado Estadual Constituinte pelo PR/Partido Republicano (1924-1926). Deputado Federal, RN (1927-1929). Deputado Federal, RN (1930). (SI sobre sua atuação política na década de 1930). Durante o Estado Novo foi Consultor Técnico do Instituto Nacional do Sal e ocupou cargos de direção na autarquia. No contexto da crise do regime tornou-se Secretário Geral do RN na gestão do interventor Georgino Avelino, assumindo interinamente o cargo de Interventor quando do afastamento de Getúlio Vargas (28/10 a 03/11/1945).

**4) LAM:** No início da década de 1930 representou o Brasil na Conferência Internacional de Comércio em Berlim. Foi ainda observador do Instituto Nacional do Sal na Conferência Nacional de Legislação Tributária, onde apresentou tese intitulada "Considerações em torno dos Impostos que oneram o Sal" (SD).

**5) AIT:** Colaborou em diversos jornais no RJ e RN e publicou: "PARA OS QUE FICAM..." (1919); "PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS" (1921); "COMO EXERCI O MEU MANDATO" (SD); "ESTUDOS DE ECONOMIA BRASILEIRA" (1929); "A INDÚSTRIA EXTRATIVA DO SAL NA ECONOMIA DO BRASIL" (1942); e "O SAL NA ECONOMIA DO BRASIL" (1943).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar bastante ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa do sistema de governo presidencialista e na abordagem de questões referentes ao desenvolvimento sócio-econômico da região nordestina. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos argumentando longamente a favor do presidencialismo e combatendo argumentos de constituintes adeptos do parlamentarismo (XVII, 414-419; XVIII, 288-292); abordando o tema da "Industrialização do sertão do nordeste" (X, 299-307), no qual defendeu entusiasticamente o aproveitamento hidroelétrico da cachoeira de Paulo Afonso com o fito de estimular o desenvolvimento industrial e econômico do interior nordestino, tendo qualificado tal empreendimento como um "fator de libertação nacional"; e analisando extensamente "A política do Rio Grande do Norte" (XX, 42-55), onde buscou refutar ponto a ponto as críticas endereçadas a suas atividades políticas no RN por seu adversário José Augusto (UDN/RN). Também tomou a palavra para efetuar importante e bem elaborado discurso sobre "A extinção do Instituto Nacional do Sal" (XX, 163-177), onde protestou veementemente contra os boatos divulgados pela imprensa acerca da ameaça de fechamento da autarquia, aproveitando a ocasião para ler "memorial dos pequenos e médios produtores de sal do RN" reivindicando a manutenção do instituto e o desmentido dos boatos sobre o seu fechamento. Além de envolver-se em numerosos debates sobre política potiguar e contra defensores do sistema de governo parlamentarista, manifestou-se a favor da vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, do mandato presidencial de 06 anos, e contrário à extinção do DNC e das autarquias em geral, tendo ainda tomado parte nas manobras visando o isolamento do PCB na Constituinte, posicionando-se freqüentemente contra o "regime comunista" vigente na Rússia e combatendo vários pontos de vista defendidos por parlamentares da bancada pecebista em plenário.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 180, sugerindo critério para o provimento de cátedras no ensino secundário e superior.

---

• **JOSÉ AUGUSTO VARELA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 28/11/1896, Ceará-Mirim-RN. FALEC: 14/06/1976.
PROFS: Proprietário de Terras, Médico e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1922), após o que clinicou em Natal (1922-1930). Professor da Escola de Farmácia de Natal (SD). Inspetor Sanitário nos Portos de Macau-RN (1931-1942). Durante o Estado Novo foi Diretor do Hospício de Alienados de Natal (1942-1945), além de exercer a medicina em diversas outras instituições de saúde. Foi também fazendeiro e plantador de algodão no RN.

**3) TPol:** Eleito Deputado Estadual pelo RN, não chegou a exercer o mandato em virtude da Revolução de 30. Deputado Estadual Constituinte pelo PP/Partido Popular, RN (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Penitenciário do RN e Prefeito de Natal (1943-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Vice-Presidente da Comissão Executiva do PSD (1946). Após a Constituinte-46 elegeu-se Governador do RN (1947).

**4) LAM:** Membro do Sindicato dos Médicos, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do RN, e de várias outras associações médicas. Foi também Secretário da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no RN durante o Estado Novo.

**5) AIT:** Publicou "CÂNCER E FIBROMAS UTERINOS" (tese, SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na defesa da política social implementada durante o regime estadonovista no RN, e na participação nas violentas polêmicas e trocas de acusações sobre política rgional norte-rio-grandense ocorridas no recinto da Assembléia, nas quais seu nome esteve freqüentemente envolvido. Assim, ocupou a tribuna várias vezes para proferir discursos sobre "Assistência Social no Rio Grande do Norte" (IV, 228-230; IV, 266; IV, 258), nos quais fez o elogio da "obra social" realizada durante o Estado Novo no RN e no curso de sua própria gestão à frente da prefeitura de Natal; analisando a "Situação dos meios de transporte no Estado do Rio Grande do Norte" (XI, 58), onde, em meio à enumeração das dificuldades sofridas pelo setor, aproveitou a ocasião para ler telegramas de seus correligionários das cidades de Macau e Areia Branca "solicitando ao Executivo" verbas e a feitura de obras e serviços em seus municípios; e justificando várias emendas de sua autoria ao projeto constitucional, mormente aos itens regulamentavam o problema da Saúde Pública (XVII, 306-310). Parlamentar de postura governista, manifestou-se a favor da vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes, e defendeu várias vezes o governo Dutra das acusações feitas por oposicionistas referentes à ocorrências de perseguições a oposicionistas em diversos Estados. Além disso, foi um dos principais personagens envolvidos nas violentas polêmicas sobre política regional potiguar ocorridas em plenário, tomando a palavra diversas vezes para trocar acusações com parlamentares da oposição (mormente Café Filho e José Augusto) e para realizar pronunciamentos que são capítulos do extenso pugilato sobre política norte-riograndense ocorrido durante os trabalhos constituintes.

Apresentou 25 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas co-assinadas por seu companheiro de bancada Dioclécio Duarte (PSD/RN). Destacam-se as de Nº 1437, aumentando de 25 para 30 anos a idade mínima exigida para o exercício do cargo de ministro de Estado; Nº 1624, obrigando o governo a criar um Ministério da Saúde independente do Ministério da Educação e Cultura; Nº 1630, concedendo estabilidade aos funcionários públicos interinos e extranumerários; e a de Nº 1502, proibindo o aumento dos impostos acima de 20% de seu valor.

---

## • VICENTE DA MOTA NETO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 06/11/1914, Mossoró-RN. FALEC: SI.
PROF: Industrial (Produtor de Sal) e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Ceará (1936). Foi Promotor Público em Mossoró-RN (1936). Foi também proprietário de firma produtora de Sal no RN.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Secretário da Prefeitura de Mossoró (SD) e Prefeito de Mossoró (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à política regional de seu Estado, e na defesa explícita e veemente dos interesses dos pequenos e médios produtores de sal do Rio Grande do Norte, tendo realizado diversos pronunciamentos e enviado à Mesa da Assembléia vários Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" medidas de amparo aos produtores de sal. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos analisando a política do INS/Instituto Nacional do Sal (VII, 369-373; XIV, 539) nos quais, embora endereçasse críticas à "administração gestapiana do Instituto do Sal" (VII, 371) por não comportar em sua Comissão Executiva número suficiente de representantes dos pequenos e médios produtores do interior, posicionou-se veementemente contrário à extinção da autarquia, a ser ver um órgão indispensável para proteger os pequenos e médios produtores do domínio dos grandes comerciantes citadinos que controlavam a comercialização do sal (XIV, 539). Também tomou a palavra para focalizar a "Política do Rio Grande do Norte" (XIX, 47), onde defendeu sua gestão à frente da Prefeitura de Mossoró, tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia diversos Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" a feitura de obras e serviços no interior de seu Estado. Além disso, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes e declarou voto a favor do Requerimento de Bernardes Filho (PR/MG) exigindo do Poder Executivo maior publicidade e divulgação prévia da expedição de decretos-lei.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • VALFREDO GURGEL (PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/12/1908, Caicó-RN. FALEC: 04/11/1971.
PROFS: Sacerdote (Padre Católico), Professor e Jornalista.

**2) CPr:** Formado em Filosofia (1928) e Teologia (1932) pela Universidade Gregoriana de Roma-Itália, após o que exerceu a profissão de Padre Católico no RN. Professor de Filosofia e Teologia no Seminário de Natal-RN (1932). Reitor do Seminário de São Pedro, Natal (1933-1935). Vigário nas paróquias de Acari-RN (1935) e de Caicó (1936-1942). Durante o Estado Novo foi Fundador e Diretor do Ginásio Diocesano Seridoense, em Caicó (1942-1945); Monsenhor e Vigário Geral da Diocese de Caicó (1943).

**3) TPol:** Militou no Partido Integralista na década de 1930. Durante o Estado Novo exerceu atividades políticas na hierarquia da Igreja Católica. No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/RN, tornando-se Membro do Diretório Regional do partido. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Atuou em diversas instituições católicas e foi Membro do Centro de Imprensa de Natal.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no RN, tendo colaborado regularmente no jornal "A Ordem" no mesmo Estado.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema educacional e na defesa dos direitos dos ex-combatentes da FEB/Força Expedicionária Brasileira. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso tecendo "Considerações sobre o ensino" (XIX, 76-83), no qual sustentou várias propostas sobre o assunto, dentre as quais a redação de um dispositivo constitucional determinando a obrigatoriedade do ensino primário como forma mais adequada de solucionar o problema do analfabetismo no Brasil, tendo ainda tomado a palavra (VIII, 190) para defender Requerimento Nº 118 de sua autoria "solicitando informações" ao Executivo sobre as medidas que foram tomadas para amparar os ex-combatentes da FEB que retornaram da Guerra. Parlamentar conservador, posicionou-se veementemente contrário à inclusão de preceito constitucional determinando a separação entre a Igreja e o Estado, e manifestou-se contra a greve dos trabalhadores da "Light".

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: as de Nº 122, favorável à freqüência obrigatória às aulas de ensino religioso nas escolas públicas, e a de Nº 410, concedendo estabilidade aos funcionários públicos que tenham participado das Forças Expedicionárias.

---

## B) BANCADA DA UDN/RN.

A bancada da UDN/RN era composta por **Ferreira de Souza**, antigo político potiguar, e com ativa militância em diversas associações profissionais dos advogados; **José Augusto**, descendente de tradicional família de déspotas locais no RN, empresário do ramo de seguros e vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; e **Aluísio Alves**, ex-presidente da LBA no RN e o mais jovem deputado eleito à Constituinte de 1946, com 24 anos naquele então. Segundo Sérgio Miceli, "No Ceará e no Rio Grande do Norte, as bancadas udenistas reúnem políticos ilustres da República Velha --- Fernandes Távora, José de Borba Vasconcelos, **José Augusto Bezerra de Medeiros** --- a jornalistas e magistrados vinculados à Igreja" (MICELI, 1986: 571-572)

### • JOSÉ FERREIRA DE SOUSA (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 10/09/1899, Santa Cruz-RN. FALEC: 14/03/1975.
Neto do coronel Felipe Ferreira, prefeito de diversas cidades no interior do RN. Filho de Ezequiel Mergelino de Sousa, coronel da guarda nacional, prefeito e deputado estadual pelo RN (1915). Seus irmãos também ocuparam inúmeros cargos políticos no Estado.
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1920), após o que exerceu a advocacia no RN. Professor e Vice-Presidente da Escola de Comércio de Natal (1922-1928). Consultor da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do RN. Transferiu-se para o Rio de Janeiro-DF onde exerceu a profissão de Advogado (1928). Auxiliar do Consultor Jurídico do Ministério da Fazenda. Professor de Economia Política na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1934). Durante o Estado Novo foi Professor de Direito Internacional Público e de Direito Comercial na Faculdade Nacional de Direito no RJ (1938-1939); Procurador-Adjunto do Ministério da Fazenda (1939-1941); Professor Catedrático de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito (1941).

**3) TPol:** Deputado Estadual, RN (1921-1923). Deputado Estadual Constituinte, RN (1924-1928). Deputado Constituinte e Federal pelo PP/Partido Popular, RN (1935-1937). Deputado Federal, PP/RN (1935-1937). (SI sobre sua atividade política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização participou da fundação da UDN e elegeu-se deputado federal com o apoio da Liga Eleitoral Católica (1945).

**4) LAM:** Representou o Estado do RN no Congresso de Cooperativas de Credito no RJ (1928) e (1930-1931). Indicado pela Federação das Associações Comerciais do Brasil, integrou a Comissão de Reforma do Imposto de Consumo (1931). Representante da Associação Comercial do RN na Federação das Associações Comerciais do Brasil (1932). Representante do RN no Congresso de Direito Processual realizado no RJ (1936). Participou do III Congresso de Juristas Brasileiros (1943). Foi também Membro do Conselho Federal da OAB e Vice-Presidente do Instituto dos Advogados do RJ.

**5) AIT:** Intelectual católico, exerceu o jornalismo no RN e no RJ e colaborou em diversas revistas jurídicas.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Família, Educação e Cultura" da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema da Educação e à vários aspectos da organização do aparelho judiciário. Crítico veemente do legado do regime estadonovista, logo no início dos trabalhos constituintes manifestou-se contra a vigência da Carta de 1937 e amplamente favorável à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo, tendo polemizado freqüentemente com lideranças pessedistas que negavam tais prerrogativas à Assembléia.

Parlamentar ativo em plenário, na condição de membro da Comissão da Constituição ocupou a tribuna várias vezes para proferir discursos nos quais emitiu pareceres a inúmeros destaques solicitados por outros constituintes quando da votação do projeto revisto em plenário, mormente aos dispositivos do capítulo "Da Educação" da Constituição; assim, realizou pronunciamentos defendendo a manutenção do Senado e combatendo emenda (rejeitada) de Nestor Duarte (UDN/BA) favorável à extinção desta casa legislativa (XXII, 76), e dando pareceres contrários às emendas de Hermes Lima (ED/DF) determinando a laicidade do ensino público; de Brígido Tinoco (PSD/RS) obrigando a União a aplicar 15% de seu orçamento no estímulo à educação primária; de Dário Cardoso (PSD/GO) proibindo o ensino de língua estrangeira na escolas de 1º e 2º graus; e de Carlos Pinto (PSD/RJ) isentando de tributos o pequeno produtor rural, todas elas rejeitadas em plenário. Além disso, manifestou-se favorável ao sistema de governo parlamentarista e à concessão do direito de voto aos soldados, tendo sido ainda contra a desapropriação de terras localizadas próximas a centros populosos para fins de revenda aos pequenos agricultores e a nacionalização das empresas estrangeiras situadas em território nacional.

Apresentou 64 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos constitucionais que regulamentavam o funcionamento do Poder Judiciário. Destacam-se as de Nº 2602, regulamentando a organização e o funcionamento dos Tribunais Federais de Recursos; Nº 3229 (rejeitada; XXIII, 246) favorável à "liberdade e autonomia sindicais" e transferindo para "lei ordinária" regulamentação mais detalhada da intervenção nos sindicatos; Nº 3247, eliminando preceito constitucional que recomendava a nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; e a de Nº 3101 (rejeitada; XXIII, 34), incluindo

preceito constitucional assegurando o direito sobre criações intelectuais em vários ramos de atividade.

---

• **ALUÍSIO ALVES** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 11/08/1921, Angicos-RN.
PROF: Jornalista e Estudante.

**2) CPr:** Redator Político do jornal "A República", Diretor do Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social, e Diretor da Biblioteca Norte Rio-grandense de História em Natal-RN (1940-1945).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo, atuou no movimento estudantil. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Durante o Estado Novo foi Secretário e Presidente da seção da LBA/Legião Brasileira de Assistência no RN (SD).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no RN e publicou "ANGICOS" (1939) e "SÃO JOSÉ DOS ANGICOS" (1940).

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar mais jovem dentre os 338 constituintes que participaram do processo de elaboração constitucional, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do RN, especializando-se na remessa à Mesa da Assembléia de incontáveis Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" obras e serviços no interior de seu Estado. Além disso, ocupou a tribuna para participar dos acirrados debates sobre política regional potiguar travados no recinto constituinte, tendo também proferido discursos sobre "O problema da valorização humana" (VI, 376-384; VII, 266-273), nos quais, após citar uma série de dados estatísticos atestando as precárias condições da Saúde Pública e os altos índices de mortalidade infantil em vários municípios brasileiros, advertiu a maioria conservadora da Assembléia sobre "a necessidade de valorização do homem brasileiro".

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 207, destinando 1% da renda tributária da União, Estado e Municípios para o "amparo à maternidade, à infância e à adolescência", e a de Nº 762, fixando regras para a composição e o funcionamento do Tribunal Federal de Recursos.

---

• **JOSÉ AUGUSTO** BEZERRA DE MEDEIROS (UDN).

**1) DPF:** NASC: 22/10/1884, Caicó-RN. FALEC: 18/05/1971.
Descendente de tradicional família de déspotas locais no RN. Neto de José Bernardo de Medeiros, chefe político do Seridó no Império escravista brasileiro e na República Velha, deputado estadual e senador por várias legislaturas (SD). Neto pelo lado paterno de Silvino Bezerra de Araújo Galvão, líder do Partido Republicano Federal e vice-governador do Estado do RN (1892-1896). Foi ainda parente de inúmeros outros chefes políticos no RN.
PROFS: Empresário (Ramo de Seguros), Advogado, Escritor e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1905), após o que montou escritório de advocacia em Natal-RN. Professor de História Geral e do Brasil no Ateneu Norte-Rio-Grandense (1906). Juiz de Direito em Caicó-RN (1911). Colaborou nos periódicos "Diário de Notícias", "A Manhã" e "O Jornal", no RJ a partir de 1917. Após a Revolução de 30 abriu escritório de advocacia no RJ e atuou como Empresário no Ramo de Seguros (1931-1945).

**3) TPol:** Chefe de Polícia Interino no RN (1912). Deputado Estadual pelo PRF/Partido Republicano Federal, RN (1913-1914). Secretário Geral do RN do governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914). Deputado Estadual Constituinte, PRF/RN (1915). Deputado Federal, RN (1916-1918). Deputado Federal, PRF/RN (1918-1921). Deputado Federal, PRF/RN (1921-1923). Governador do Estado do RN (1924-1927). Senador Federal (1928-1930). Opôs-se à Revolução de 30, tendo sido incluído pelos líderes do movimento na categoria de políticos denominados de "carcomidos" (1930). Apoiou o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Fundador do PP/Partido Popular no RN (1933). Deputado Federal, PP/RN (1935-1937); no curso de seu mandato foi Vice-Líder da Oposição na Câmara. Durante o Estado Novo foi Vice-Presidente da Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal (1940-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores da UDN, tornando-se Membro do Diretório Nacional Provisório, da Comissão de Orientação Política e da Comissão Executiva do partido (1945).

**4) LAM:** Membro da Comissão Diretora e Presidente da Subcomissão de Legislação Social e do Departamento Cultural da Associação Comercial do RJ (1940). Presidente da Associação Brasileira de Educação (1942). Presidente da Comissão "Atividades Econômicas do Estado" e delegado da Associação Comercial de Natal no I Congresso Brasileiro de Economia realizado no Rio de Janeiro (novembro-dezembro/1943). Participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, tendo integrado a comissão encarregada de elaborar a "Declaração" ao término do Congresso (janeiro/1945). Vice-Presidente e Sócio Benemérito da Associação Comercial do RJ (1946-1947). Além disso pertenceu a inúmeras outras associações culturais e educacionais.

**5) AIT:** Escreveu artigos sobre o problema educacional em diversos periódicos, tendo sido Diretor das revistas "A Educação" (1922-1924) e "Revista Brasileira de Educação" (1929-1930). Publicou: "LIGA DE ENSINO" (1911); "PELA EDUCAÇÃO NACIONAL" (1918); "EDUQUEMO-NOS" (1922); "AOS HOMENS DE BEM" (1926); "A REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL NAS DEMOCRACIAS" (1932); "O ANTEPROJETO DE CONSTITUIÇÃO EM FACE DA DEMOCRACIA" (1933); "PORQUE SOU PARLAMENTARISTA" (1934); "FAMÍLIAS SERIDOENSES" (1940) e "O SAL E O ALGODÃO NA ECONOMIA POTIGUAR" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Líder da UDN na Assembléia Constituinte. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa doutrinária dos princípios do Estado Liberal e do "social liberalismo", e na luta pela adoção do sistema de governo parlamentarista, do qual foi um dos mais ardorosos propugnadores na Assembléia, juntamente com o deputado gaúcho Raul Pilla (PL/RS). Assim, ocupou a tribuna para proferir longos e bem articulados discursos efetuando a defesa doutrinária dos princípios do "social liberalismo", do Estado Liberal e da "Federação" (I, 250-260; IV, 351-356; V, 05-16), nos quais polemizou longamente com Agamenon Magalhães (PSD/PE) e outros defensores do legado do regime estadonovista, do centralismo, e da intervenção estatal na economia; argumentando longamente em prol da adoção do sistema de governo parlamentarista (I, 250-260; XVII, 160-170; XIX, 184-196) e enumerando vários aspectos positivos do regime, o principal deles o de proporcionar a estabilidade necessária à consolidação das instituições políticas democráticas no país para fazer frente à "hipertrofia do Executivo" que se instaurou no pós-30 ; e fazendo longa declaração de voto a favor da emenda (rejeitada) de Raul Pilla instaurando o parlamentarismo, quando da votação do projeto revisto em plenário (XXII, 187-192).

Também tomou a palavra para realizar extensos pronunciamentos sobre "Política do Rio Grande do Norte" (XVIII, 110-113; XIX, 272-284), nos quais procurou defender sua figura política e a de seus correligionários das violentas críticas efetuadas em plenário por seu adversário político José Varela (PSD/RN), aproveitando a ocasião para fazer várias denúncias de violências políticas e arbitrariedades cometidas por pessedistas em seu Estado. Segundo Osny Duarte Pereira, "Em 10/07/1946, sobre as liberdades nas eleições no Rio Grande do Norte, houve um violento diálogo entre José Augusto e José Varela (PSD/RN). José Augusto dizia: 'Nas eleições de 1935, o diploma dos deputados Café Filho e Monteiro Vieira tinham manchas de sangue dos meus conterrâneos e mostrei o assassínio de sete amigos meus trucidados pelo governo do Estado'. Desencadeou-se então um charivari tremendo, muito elucidativo sobre práticas eleitorais, de parte a parte (XVIII, 110)" (PEREIRA, 1964: 146). Além disso, foi um dos principais adversários da imigração japonesa em plenário, e defendeu da tribuna constituinte emenda de sua autoria e de Miguel Couto (PSD/RJ) proibindo terminantemente a imigração japonesa, tendo ainda se posicionado a favor da emenda (aprovada) de Daniel Faraco (PSD/RS) criando o Conselho Nacional de Economia, órgão subordinado ao Congresso Nacional e encarregado de promover o planejamento da economia brasileira.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2769, assegurando a posse de terras ao "silvícolas" que nela se achassem permanentemente localizados; Nº 3605, efetivando funcionários públicos extranumerários; Nº 3622, regulamentando a criação de uma Comissão para apurar as reclamações e denúncias daqueles que tivessem sido afastados de seus cargos em decorrência da Revolução de 30; e a de Nº 3685, assegurando aos funcionários aposentados em decorrência da aplicação do Art. 177 da Constituição de 1937 o direito de reassumirem seus cargos.

## C) BANCADA DO PRP-PSP/RN.

A bancada do PSP/RN era composta por um dos dois deputados eleitos pela legenda do antigo Partido Republicano Progressista (PRP), o futuro presidente da República, **Café Filho,** então um irrequieto parlamentar, buscando utilizar-se do processo constituinte para alavancar sua carreira política.

### • JOÃO FERNANDES CAMPOS CAFÉ FILHO (PRP-PSP).

**1) DPF:** NASC: 03/02/1899, Natal-RN. FALEC: 20/02/1970.
PROFS: Jornalista e Funcionário Público.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Mesmo assim, trabalhou como Advogado do Tribunal de Justiça do RN. Fundador do "Jornal do Norte" no RN (1921). Diretor do jornal "A Noite" em Recife-PE (1925). Redator do jornal "A Manhã" no Rio de Janeiro-DF (1929). Após um período de militância política trabalhou como Inspetor do Ministério do Trabalho (1933-1934). Durante o Estado Novo, perseguido politicamente, foi Diretor de uma empresa de transportes ferroviários (1938-1945).

**3) TPol:** Durante a década de 1920 atuou em vários movimentos sociais no RN chegando a ser preso por escrever artigo no jornal "A Noite" favorável à Coluna Prestes (1927-1928). Em razão de sua militância política no movimento sindical foi obrigado a deixar o RN devido à perseguições políticas, transferindo-se para o RJ (1929). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 na Paraíba e no RN (1929-1930). Chefe de Polícia no RN (1930-1933). Fundador do PSN/Partido Social Nacionalista no RN (1933). Deputado Federal, PSN/RN (1935-1937). Apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República (1937). Opôs-se ao golpe que instaurou o Estado Novo, exilando-se na Argentina (1937-1938). Retornando ao Brasil, afastou-se da política, tendo se dedicado às atividades profissionais (1938-1945). No contexto da redemocratização, juntamente com Ademar de Barros e outros, foi um dos Fundadores do PRP/Partido da Representação Popular (1945). Durante os trabalhos constituintes filiou-se ao PSP/Partido Social Progressista, agremiação formada pela fusão dos Partidos Agrário Nacional (PAN), Republicano Progressista (PRP) e Popular Sindicalista (PSP).

**4) LAM:** Durante a década de 1920, no início de sua carreira política, atuou como advogado de várias categorias de trabalhadores no RN, tendo participado de diversos movimentos reivindicatórios das massas populares. Participou das rebeliões de 1922 e 1924 no RN. Na década de 1930 recusou-se a atuar na ANL em virtude da participação dos comunistas na organização.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no RN e no DF, tendo sido Diretor do periódico potiguar "O Jornal".

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Ordem Econômica e Social" da Comissão de Constituição, e da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Um dos constituintes mais atuantes em plenário, teve intensa participação nas diversas etapas do processo de elaboração constitucional, tomando a palavra freqüentemente para manifestar-se sobre os mais variados assuntos. Logo no início dos trabalhos constituintes, ainda nas Sessões Preparatórias de instalação da

Assembléia, protestou veementemente contra a presença do ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, na presidência dos trabalhos iniciais da constituinte (I, 06), ocupando a seguir a tribuna para proferir discurso que teve grande repercussão em plenário defendendo a imediata revogação da Carta de 1937 (II, 151-170); efetuou ainda diversas outras intervenções e apresentou várias sugestões ao Regimennto Interno durante essa etapa inicial dos trabalhos constituintes.

Também ocupou a tribuna para proferir discursos justificando Requerimento de sua autoria solicitando informações ao governo sobre o destino a ser dado sobre os "saldos em divisas ouro" retidos no estrangeiro (V, 20-30); defendendo Requerimento pedindo informações sobre as atividades da companhia Vale do Rio Doce durante o Estado Novo (X, 47-52), aproveitando a ocasião para denunciar veementemente os termos da concessão feita pelo governo brasileiro à "Hanna Exploration Company" para a exploração de minério de ferro na região amazônica; protestando contra a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca e contra várias outras medidas repressivas tomadas pelo governo Dutra (X, 206-209); analisando longamente o projeto constitucional (XIII, 348-356) e censurando o mesmo por concentrar excessivos poderes nas mãos do Poder Executivo e por não conceder autonomia ao DF; tendo ainda efetuado incontáveis pronunciamentos sobre os mais variados assuntos. Além disso, manifestou-se favorável à ampliação da anistia para os militares punidos por motivos políticos durante o Estado Novo, à criação do Estado da Guanabara, ao mandato de 06 anos para senadores, contra o "estado de sítio preventivo", e declarou voto a favor da "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 20/outubro/1945.

Apresentou 27 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 408, reintegrando em seus cargos os funcionários civis e militares aposentados em decorrência do Art. 177 da Constituição de 1937; Nº 958, determinando a duração de 03 anos para os mandatos de deputados federais; Nº 979, favorável ao mandato de 03 anos e à reeleição para presidente e vice-presidente da República; Nº 1200, concedendo anistia ampla e irrestrita a todos os que tivessem cometidos crimes políticos ou que sido condenados pelo extinto Tribunal de Segurança Nacional; Nº 1205-A (rejeitada; XXV, 108), determinando a aplicação imediata e independente de legislação complementar dos dispositivos constitucionais referentes aos vencimentos dos membros das Justiças dos Estados; Nº 1357 (aprovada e transformada no Art. 27 das "Disposições Transitórias"), isentando dos impostos de transmissão e predial os imóveis destinados à residência de jornalistas; Nº 1383 (rejeitada; XXV, 08), criando o Estado da Guanabara, ao lado do Distrito Federal; Nº 1385 (aprovada; XXI, 324), dando à União competência privativa para explorar ou dar em concessão os serviços de radiodifusão; Nº 1505, reservando 6% da receita tributária da União para a execução de obras nas regiões nordestina e Amazônica; e a de Nº 1641 (rejeitada; XXI, 53), suprimindo a invocação à "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição. Parlamentar "eternamente vigilante" em relação aos atos do Poder Executivo, apresentou ainda incontáveis Requerimentos e Indicações "solicitando informações" sobre os mais variados aspectos da política governamental.

Café Filho narrou suas atividades políticas no período e alguns aspectos de sua atuação na Assembléia Constituinte de 1946 no volume I de seu livro de memórias *"Do Sindicato ao Catete (memórias políticas e confissões humanas)"* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1966).

## BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL.

**01) ERNESTO DORNELLES (SENADOR/PSD);**
**02) GETÚLIO VARGAS (SENADOR/PSD);**
**03) ADROALDO COSTA (PSD);**
**04) ANTERO LEIVAS (PSD);**
**05) BATISTA LUZARDO (PSD);**
**06) BAYARD LIMA (PSD/2° Suplente);**
**07) BITTENCOURT AZAMBUJA (PSD);**
**08) BROCHADO DA ROCHA (PSD);**
**09) DÂMASO ROCHA (PSD);**
**10) DANIEL FARACO (PSD);**
**11) ELÓI ROCHA (PSD);**
**12) GASTON ENGLERT (PSD);**
**13) GLICÉRIO ALVES (PSD);**
**14) HERÓFILO AZAMBUJA (PSD/1° Suplente**
**15) MANUEL DUARTE (PSD);**
**16) MÉRCIO TEIXEIRA (PSD);**
**17) NICOLAU VERGUEIRO (PSD);**
**18) PEDRO VERGARA (PSD);**
**19) SOUSA COSTA (PSD);**
**20) TEODOMIRO FONSECA (PSD);**
**21) FLORES DA CUNHA (UDN);**
**22) OSÓRIO TUIUTI (UDN);**
**23) ABÍLIO FERNANDES (PCB/1° Suplente);**
**24) TRIFINO CORREIA (PCB/2° Suplente);**
**25) ARTUR FISCHER (PTB);**
**26) RAUL PILLA (PL).**

**20 PSD + 02 UDN + 02 PCB + 01 PTB + 01 PL = 26.**

### A) BANCADA DO PSD/RS.

No Rio Grande do Sul, o PSD obteve seu terceiro melhor resultado eleitoral a nível nacional, elegendo 20 constituintes (77,0%) de uma bancada de 26, resultado este que nunca mais viria a ser repetido pelo partido no pós-II Guerra Mundial. Dentre os integrantes da bancada do PSD/RS destacam-se: **Ernesto Dornelles**, primo de Getúlio Vargas, coronel do exército e ex-interventor federal no RS em substituição a Cordeiro de Farias (1943-1945); **Getúlio Vargas**, ex-presidente da República e principal figura da política nacional no pós-30 (1930-1945); **Adroaldo Mesquita**, líder católico no RS e membro do Conselho Administrativo do Estado durante o regime estadonovista (1944-1945); **Antero Leivas**, ex-deputado estadual no RS durante a República Velha; **Batista Luzardo**, ex-chefe de Polícia do DF após a Revolução de 30 (1930-1932) e embaixador do Brasil no Uruguai e na Argentina durante o Estado Novo (1937-1945); **Bayard Lima**, prefeito nomeado de Uruguaiana (1939-1945); **Brochado da Rocha**, tenente-coronel exército e prefeito de Viamão durante o Estado Novo (1938-1945); **Dâmaso Rocha**, diretor de vários jornais em Porto Alegre; **Elói Rocha**, professor catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre (1939-1945); **Gaston Englert**, comerciante e membro do Conselho Administrativo do RS durante o Estado Novo (1939-1945); **Mércio Teixeira**, prefeito de Bagé durante o Estado Novo (1937-1945); **Pedro Vergara**, irmão de Luís Fernando

Vergara, o qual "foi secretário de Getúlio Vargas" durante o Estado Novo (1937-1945); **Souza Costa**, ministro da Fazenda no pós-30 e durante o Estado Novo (1934-1945); e **Teodomiro da Fonseca**, militar e prefeito nomeado de São Leopoldo na vigência do regime estadonovista.

## • ERNESTO DORNELLES (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/09/1897, São Borja-RS. FALEC: 30/07/1964.
Descendente de família de proprietários rurais no RS, era filho do general Ernesto Francisco Dornelles. Era também Primo de Getúlio Vargas, ex-presidente da República (1930-1945), e Cunhado do ex-interventor mineiro Benedito Valadares, também Constituinte de 1946 pelo PSD/MG.
PROFS: Militar e Proprietário de Terras.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, formando-se Aspirante da Arma de Cavalaria (1921). Segundo-Tenente (1921). Primeiro-Tenente (1922). Cursou a Escola Provisória de Cavalaria (1922-1924). Estudou na Escola de Estado-Maior no Rio de Janeiro-DF (1925-1928). Capitão (1931). Major (1937). Durante o Estado Novo foi promovido a Tenente-Coronel (1943). Após a Constituinte-46 tornou-se Coronel (1946).

**3) TPol:** Atuou ao lado das forças governistas na repressão ao movimento tenentista do RS (1924). Participou da Revolução de 30 no RS. Atuou como elemento de pressão da burocracia militar central junto ao interventor mineiro Benedito Valadares (1933-1935). Instrutor da Força Pública Mineira (1934). Durante o Estado Novo foi Chefe de Polícia de MG, cargo para o qual foi nomeado um ano antes da instauração do regime (1936-1943); Assessor do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra (1942-1943); Interventor Federal no RS em substituição a Cordeiro de Farias (1943-1945). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/RS (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, adotando o procedimento também seguido por outros ex-interventores de não se expor a críticas de oposicionistas em plenário.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 2668, regulamentando vários aspectos das eleições gerais subsequentes à Constituinte de 1946 e favorável aos mandatos de 06 anos para governadores e presidente da República.

---

• **GETÚLIO** DORNELLES **VARGAS** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/04/1882, São Borja-RS. FALEC: 24/08/1954.
Descendente de tradicional família de políticos e estancieros de São Borja-RS. Filho de Manuel do Nascimento Vargas, tenente-coronel na guerra do Paraguai, fazendeiro em São Borja, chefe político do Partido Republicano Rio-Grandense na mesma cidade, e participante dos combates contra a Revolução Federalista ao lado de Júlio de Castilhos (1893). Vários de seus irmãos e tios tiveram participação decisiva na política do RS e nacional após a proclamação da República.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Advogado.

**2) CPr:** Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1907). Por influência de Borges de Medeiros, foi nomeado Segundo Promotor Público do Tribunal de Porto Alegre (1908). Logo em seguida transferiu o cargo para seu colega de turma, João Neves da Fontoura, e retornou a São Borja, onde abriu banca de advocacia (1908). Após essa data, exerceu a profissão de advogado e dedicou-se à administração de suas propriedades no RS em meio às atividades políticas.

**3) TPol:** Juntamente com outros líderes estudantis gaúchos pertencentes à chamada "geração de 1907", organizou o Bloco Acadêmico Castilhista, agrupamento de apoio ao candidato do PRR/Partido Republicano Rio-Grandense, Carlos Barbosa, à presidência do Estado do RS (1907). Deputado Estadual, PRR (1909-1912). Eleito Deputado Estadual pelo PRR, renunciou ao mandato em virtude de divergências políticas com Borges de Medeiros (1913). Após um período afastado da política, foi novamente eleito Deputado Estadual (1917-1921). Participou da campanha da "Reação Republicana" a favor da candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República (1922). Deputado Federal, PRR/RS (1923-1924). Deputado Federal, PRR (1924-1926); durante seu mandato, foi líder da bancada de seu Estado na Câmara. Ministro da Fazenda no governo de Washington Luís (1926-1927). Presidente do Estado do RS (1928-1930). Candidato derrotado à presidência da República pela Aliança Liberal (1929-1930), tendo se tornado uma das principais lideranças políticas nacionais e tomado parte de inúmeras articulações políticas no período. Após muitas vacilações, engajou-se na Revolução de 30, tornando-se uma das mais destacadas lideranças civis do movimento (1930). Chefe do Governo Provisório que subiu ao poder em decorrência da Revolução (03/novembro/1930-20/julho/1934); durante sua gestão foram tomadas inúmeras medidas importantes e foi derrotado o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Presidente da República eleito pela Assembléia Nacional Constituinte (20/julho/1934-10/novembro/1937); durante seu governo, implementaram-se várias medidas repressivas ao movimento popular e à Aliança Nacional Libertadora, tendo sido decretado o estado de guerra para intensificar a repressão política (1936-1937). Um dos principais organizadores do golpe de Estado que instaurou a ditadura militar estadonovista (10/novembro/1937). Durante o Estado Novo foi Presidente da República (1937-1945), até ser afastado por um golpe articulado por Góes Monteiro e Dutra (29/outubro/1945). No contexto da crise do regime, emergiu como a principal liderança política a nível nacional, tendo sido eleito Presidente do PSD e do PTB, e personagem central de vários acontecimentos políticos do período (1945). Após ter sido afastado da presidência da República, "exilou-se" em sua fazenda em São Borja, de lá intervindo na cena política brasileira, até o seu retorno à capital federal para tomar posse no cargo de Senador à Assembléia Constituinte de 1946.

**4) LAM:** Na condição de principal liderança política nacional do pós-30, foi o personagem central de inúmeros acontecimentos políticos do período. No contexto da redemocratização, estimulou e

liderou o movimento "queremista", objetivando a convocação da Assembléia Nacional Constituinte sem a realização de novas eleições presidenciais (1945).

**5) AIT:** Foi Membro da Academia Brasileira de Letras. Além de inúmeros manifestos, discursos e entrevistas, amplamente divulgados pela imprensa ao longo de sua trajetória política, publicou "A NOVA POLÍTICA DO BRASIL" (1938-1947), coletânea de seus discursos em 11 volumes editada pela José Olympio.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Também eleito deputado pelo PTB nos Estados da BA, DF, MG, PR, RS, RJ, e SP, e senador pelo PTB/SP, optou pelo mandato de senador pelo PSD/RS em comunicação apresentada à Assembléia em 04/02/1946 (I, 17). Assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 76ª Sessão, a 04/05/1946 (XI, 221). No mesmo dia de sua posse foi aprovada em plenário, após tumultuado processo de votação, a moção apresentada pelo líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/10/1945 (XI, 224-255). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas tomou a palavra para declarar voto apoiando a emenda favorável às eleições diretas para prefeitos das capitais dos Estados, e para responder ao violento libelo endereçado a sua pessoa por Aliomar Baleeiro (UDN/BA), que o responsabilizou pelo conjunto das desgraças ocorridas no Brasil no pós-30, tendo afirmado, em sua réplica ao udenista baiano, que "...Quando for votada a Constituição, falarei ao povo para definir minha posição perante a história de minha pátria. Mas, para que não suponham que haja nesta minha atitude qualquer vislumbre de receio venho declarar que, se alguém tiver contra mim motivos de ordem pessoal ou se julgar com direitos a desagravo, fora do recinto desta Assembléia estarei à sua disposição (*Aplausos e protestos estabelecendo-se tumulto. Soam os timpanos*)." (XXIII, 372).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, e foi o único dentre todos os constituintes de 1946 a não assinar a Carta Constitucional ao término dos trabalhos da Assembléia.

---

## • ADROALDO MESQUITA DA COSTA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/06/1894, Taquari-RS. FALEC: SI.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre-RS (1917), após o que exerceu a advocacia no RS. Promotor Público Interino em Taquari-RS (1918). Procurador Interino da República em Porto Alegre-RS (1919). Professor de Direito Comercial na Escola Superior de Comércio de Porto Alegre (1920). Professor de História do Brasil e História Universal na Faculdade de Filosofia de Porto Alegre (1920). Procurador da República no RS (1927). Um dos Fundadores e Membro do Conselho Fiscal da VARIG S. A. (1927). Professor de Direito Comercial da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1938-1942).

**3) TPol:** Após a Revolução de 30 foi nomeado Membro do Conselho Consultivo do Estado do RS (1931). Filiou-se ao PRR/Partido Republicano Rio-Grandense (1932). Eleito Deputado à Assembléia Nacional Constituinte pela FUG/Frente Única Gaúcha, renunciou ao mandato logo após o término dos trabalhos de elaboração constitucional (1934). Deputado Estadual Constituinte, RS (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do RS (1944-1945). Após a

Constituinte-46 tornou-se Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Dutra, em substituição a Benedito Costa Neto (1947).

**4) LAM:** Intelectual e líder católico no RS, foi um dos Fundadores e Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do RS. Também pertenceu a várias outras instituições culturais e foi Membro da OAB/RS.

**5) AIT:** Colaborou em jornais no RS e na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS". Publicou "A CAMBIAL" (1923) e "A FALÊNCIA" (1941).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Subcomissão "Ordem Econômica e Social" da Comissão de Constituição, e Presidente da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação na defesa intransigente dos postulados da Igreja Católica, no combate ao divórcio, e na abordagem de questões referentes aos temas da "nacionalidade e da cidadania". Logo no início dos trabalhos constituintes, definiu-se pela manutenção da Carta de 1937 e declarou voto contra a Indicação udenista propondo a nomeação de uma comissão para redigir um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição estadonovista. Também ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "Matéria Constitucional" (XII, 152-164; XIV, 568-576) nos quais justificou várias propostas de sua autoria ao projeto constitucional, mormente aos dispositivos que tratavam do problema da nacionalidade e da cidadania. Em suas intervenções, manifestou-se a favor da invocação da "proteção de Deus" e da Santíssima Trindade no preâmbulo da Constituição, do sistema de governo presidencialista, da perda de mandato dos deputados e senadores que ocupassem o cargo de ministro de Estado, da indissolubilidade do vínculo matrimonial, tendo sido ainda veementemente contrário ao divórcio, ao parcelamento por 25 anos das indenizações em caso de desapropriação por interesse social com o fito de facilitar a reforma agrária, à proposta da bancada comunista de se extinguir a representação diplomática brasileira na Santa Sé, à ampliação da anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, e à imigração japonesa, tendo afirmado em defesa de seu ponto de vista que "...os japoneses são, como o enxofre, insolúveis, não se deixando assimilar" (XXIII, 72).

Apresentou 39 emendas ao Projeto de Constituição, várias delas encampando sugestões das "Classes Produtoras" ao título "Ordem Econômica e Social", elaborado pela própria Subcomissão da qual foi o Presidente. Destacam-se as de Nº 506, regulamentando a sucessão de bens de estrangeiros residentes no Brasil; Nº 3306, contrária ao reconhecimento à União do direito de monopolizar determinado ramo industrial ou atividade econômica; Nº 3307, eliminando do texto constitucional o preceito que recomendava a nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; Nº 3309, suprimindo dispositivo que determinava a participação obrigatória dos trabalhadores nos lucros das empresas; Nº 3310, reduzindo de 14 para 12 anos o limite mínimo de idade para a proibição do trabalho de menores a ser fixado na Constituição.

## • ANTERO MOREIRA LEIVAS (PSD).

**1) DPF:** NASC: 05/10/1899, Pelotas-RS. FALEC: SI.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do RJ (1922). Exerceu a advocacia e foi Promotor Público em Pelotas (SD). Diretor do Colégio Pelotense e Professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito de Pelotas (SD).

**3) TPol:** Eleito Deputado Estadual pelo RS perdeu o mandato em virtude da Revolução de 30 (1930). (SI sobre sua atuação política no pós-30).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir "Discurso de congratulações com o governo da República pelo decreto de extinção do jogo de azar" (VIII, 148-151), para justificar Indicação Nº 168 de sua autoria "solicitando ao Executivo" obras no interior do RS (XVII, 260), e para manifestar-se favorável à emenda de Dário Cardoso (PSD/GO) proibindo o ensino de idioma estrangeiro nas escolas secundárias brasileiras. Além disso, juntamente com Elói Rocha (PSD/RS) enviou à Mesa da Assembléia declaração de voto a favor da indissolubilidade do vínculo matrimonial e da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido co-signatário de várias delas sugeridas por seu companheiro de bancada Elói Rocha.

---

## • JOÃO BATISTA LUZARDO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 11/12/1892, Uruguaiana-RS. FALEC: 1º/01/1982.
Descendente de tradicional família de comerciantes e proprietários de terras na região fronteiriça com o Uruguai. Filho de Severo Luzardo, coronel da Guarda Nacional, comerciante e latifundiário (pecuarista) no RS.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Advogado e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro-DF (1916). Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro-DF (1918). Retornando à sua cidade natal, abriu consultório de medicina em Uruguaiana-RS (1919). Participou ativamente do combate ao surto de peste bubônica em Uruguaiana, pelo que obteve grande popularidade junto à população local (1919)

**3) TPol:** Colaborou no jornal oposicionista "A Nação", tendo sido preso pelo intendente municipal Flores da Cunha em virtude de críticas endereçadas ao mesmo (novembro/1922). Participou da malograda rebelião organizada por oposicionistas contra o presidente do Estado, Borges de Medeiros (1923); na condição de chefe do estado-maior da coluna rebelde, tomou parte de vários combates travados contra tropas governamentais. Delegado de Uruguaiana no congresso de fundação da

organização oposicionista Aliança Libertadora (1924). Deputado Federal pela legenda Aliança Libertadora/RS (1924-1928); durante o exercício de seu mandato chegou a ser preso por um curto período por ter pronunciado discursos apoiando a Coluna Prestes e por tentar organizar uma rebelião contra o governo de Artur Bernardes (1925). Deputado Federal, Aliança Libertadora/RS (1927-1929). Membro do Diretório Central do PL/Partido Libertador, do qual foi um dos principais organizadores, juntamente com Assis Brasil, Raul Pilla e outros líderes oposicionistas (1928). Membro do Diretório Nacional do Partido Democrático Nacional (1928-1929). Membro da Comissão Executiva da Aliança Liberal (1929-1930), participou da campanha de Getúlio Vargas à presidência da República e de várias articulações oposicionistas no período. Participou ativamente da Revolução de 30, tendo sido Comandante do destacamento de Uruguaiana e nomeado Coronel durante a mesma (1930). Após a vitória da Revolução, tornou-se Chefe de Polícia do Distrito Federal (1930-1932); durante sua gestão, reprimiu duramente o movimento popular e o PCB. Divergindo a seguir dos rumos do Governo Provisório, procurou organizar levante armado em Vacaria-RS, em apoio ao movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo (1932). Após a derrota do levante, exilou-se no Uruguai e em Portugal (1932-1934). Deputado Federal, FUG/Frente Única Gaúcha (1935-1937). Presidente do PL/Partido Libertador (1935). Durante o exercício de seu mandato de Deputado Federal, aproximou-se progressivamente de Vargas, até ser nomeado pelo mesmo Presidente do Comitê Organizador da campanha de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo foi Embaixador do Brasil no Uruguai (1937-1945). No contexto da crise do regime, foi nomeado Embaixador do Brasil na Argentina, permanecendo no cargo até a derrubada de Vargas (maio-outubro/1945), tendo ainda participado ativamente das articulações visando obter o apoio do presidente deposto à candidatura Dutra. Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte de 1946 foi novamente nomeado Embaixador do Brasil na Argentina (maio/1946-março/1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, exerceu o mandato por um curto período, licenciando-se do posto na 56ª Sessão, a 06/05/1946, para assumir o cargo de embaixador do Brasil na Argentina (VIII, 176). Mesmo assim, ainda teve tempo de defender o governo e a figura de Getúlio Vargas das acusações feitas em plenário pelo líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA), e de participar das manobras visando o isolamento político-ideológico do PCB na Assembléia, secundando as provocações feitas por outros constituintes ao senador comunista Carlos Prestes (PCB/DF) sobre o eventual posicionamento dos comunistas numa hipotética "guerra imperialista" contra a Rússia (V, 38).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

• ARISTÓTELES **BAYARD** LUCAS DE **LIMA** (PSD/2º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 18/03/1906, Bagé-RS. FALEC: SI.
PROFS: Militar e Médico.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo, tendo sido expulso da mesma em virtude de ter participado de movimento de apoio à revolta tenentista dos "18 do Forte" (1921-1922). Formado pelo Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1930). Após a Revolução de 30, anistiado, tornou-se Primeiro-Tenente Médico (1930). Capitão Médico (1934).

**3) TPol:** No início da década de 1920 participou do movimento tenentista, motivo pelo qual foi expulso do exército (1922). Anistiado após a Revolução de 30 (1930). Durante o Estado Novo foi Prefeito de Uruguaiana-RS (1939-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 2º suplente de deputado pelo PSD/RS, assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 60ª Sessão, a 10/05/1946, em substituição ao titular Batista Luzardo que licenciou-se do posto para assumir o cargo de embaixador do Brasil na Argentina (VIII, 423). Pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso defendendo a única emenda de sua autoria ao Projeto de Constituição, a de Nº 722, estipulando que "a União auxiliará os Municípios e Cidades de fronteira, visando a valorização dessas zonas e os interesses internacionais da Nação" (XII, 367-371).

---

• ANTÔNIO **BITTENCOURT AZAMBUJA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 01/03/1900, Encruzilhada-RS. FALEC: SI.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** (SI sobre atividades profissionais).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.
**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à legislação eleitoral, e no combate ao "comunismo" e ao PCB. Assim, ocupou a tribuna para fazer a "Crítica a um discurso do Sr. Luís Carlos Prestes" (X, 422), no qual apoiou a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca

(episódio que ficou conhecido durante os trabalhos constituintes como a "chacina do Largo da Carioca"), aproveitando a ocasião para apelar à Assembléia "...diante de um futuro sombrio que nos aguarda, a que tudo façamos para que se reproduza e amplie o dispositivo constitucional, para o efeito de alcançar, na cassação dos direitos políticos, o brasileiro que receber auxílio pecuniário, ou apreciável soma em dinheiro, com o fim de desenvolver e propagar no país doutrinas subversivas da pátria e do regime" (X, 423). Também ocupou a tribuna para realizar pronunciamento sugerindo ao governo um projeto de lei visando reformular a legislação eleitoral a fim de que esta permitisse candidaturas avulsas e a formação de partidos de emergência para concorrer às eleições em diversos níveis. Parlamentar de postura governista, manifestou-se ainda contrário à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e à realização de eleições diretas para a escolha de vice-presidente da República após o término dos trabalhos constituintes.

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a carreira do funcionalismo público. Destacam-se as de Nº 1859, sugerindo nova redação a toda uma seção "Do Ministério Público" regulamentando vários aspectos do funcionamento da instituição; Nº 2091 (rejeitada; XXIV, 227) estabelecendo remuneração igual para cargos ou funções de igual responsabilidade; Nº 2811 dando ao presidente da República a prerrogativa exclusiva de nomear os interventores federais; e a de Nº 3491, determinando a decretação do estado de sítio pelo presidente da República *ad referendum* do Congresso Nacional.

---

## • JOSÉ DIOGO **BROCHADO DA ROCHA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 15/08/1904, Porto Alegre-RS. FALEC: 21/03/1981.
Filho de Otávio Francisco da Rocha, engenheiro militar. Irmão de Francisco de Paula Brochado da Rocha, revolucionário de 30 e secretário da Educação e Cultura na gestão do interventor Cilon Rosa (1946).
PROF: Engenheiro Militar.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo, tendo sido expulso da instituição em virtude de ter participado da revolta tenentista ocorrida a 05 de julho no Rio de Janeiro (1922). Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro-DF (1926). Engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do RS (1927-1930). Após ser anistiado, tornou-se Primeiro-Tenente (1935). Capitão (1937). Durante o Estado Novo foi Promovido a Major (1938) e a Tenente-Coronel (1943), tendo ainda desempenhado inúmeras outras funções no exército.

**3) TPol:** Expulso do exército por ter participado do movimento tenentista (1922). Filiou-se ao PRR/Partido Republicano Rio-Grandense (1927). Membro da Comissão Central e Secretário-Geral do PRR (1928-1937). Secretário-Geral do Comitê da Campanha da Aliança Liberal no RS (1929-1930). Após a Revolução de 30 tornou-se Prefeito de São Pedro-RS (1930-1931) e Prefeito de Viamão (1931-1932). Durante o Estado Novo, segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981: 166), foi novamente Prefeito de Viamão (1938-1944); Diretor da Viação Férrea do RS (1944-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/RS, tendo sido eleito Vice-Presidente da Comissão Executiva do partido no Estado (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, renunciou ao mandato para ocupar uma cadeira de Deputado Estadual no RS (1947).

**4) LAM:** Na década de 1920 participou do movimento tenentista no RJ. Foi também Presidente do Círculo Militar de Porto Alegre e Membro do Clube de Engenharia do RJ (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 32ª Sessão, a 25/03/1946 (IV, 383). Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional gaúcha e na defesa da autonomia administrativa do Estados e Municípios. Assim, ocupou a tribuna várias vezes para proferir discursos congratulando-se com o governo Dutra pelo término da greve dos ferroviários na Estrada de Ferro Leopoldina no RS (X, 421); justificando de forma sistemática várias emendas de sua autoria enviadas ao projeto constitucional (XII, 356-367; XVII, 212-216); defendendo-se das acusações efetuadas por oposicionistas contra sua gestão na Direção da Viação Férrea Riograndense (XVIII, 255-268); e protestando contra decreto-lei governamental proibindo a exportação de madeira em cidades da região sul do país (XXIV, 115). Em seus pronunciamentos e intervenções, manifestou-se favorável à instituição do júri, à transferência do imposto territorial dos Estados para os Municípios, à manutenção do Senado Federal, à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, à participação do trabalhador nos lucros das empresas, à eleição direta para prefeitos das capitais, das estâncias de águas minerais e nos municípios onde se situassem portos ou bases militares, e à federalização das polícias militares estaduais. Posicionou-se ainda contra o regime unicameral, o voto de qualidade do vice-presidente da República no Senado, e a proibição do exercício de profissões liberais a técnicos estrangeiros.

Apresentou 24 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1513 (aprovada; XXII, 360), regulamentando a aquisição de nacionalidade brasileira de filhos de pais brasileiros nascidos em território estrangeiro; Nº 1587 (aprovada; XXIII, 427), proibindo ao militar que exercesse simultaneamente cargo estranho à carreira de optar pelos vencimentos ou proventos militares; Nº 1736 (rejeitada; XXII, 64), determinando a contagem de tempo de serviço para fins de promoção e aposentadoria dos funcionários civis ou militares que ocupassem mandatos legislativos; Nº 3494 (aprovada; XXIV, 265), proibindo a detenção de presos políticos em prisões comuns; Nº 3691 (aprovada e convertida do art. 28 das "Disposições Transitórias" da Constituição; XXV, 154), concedendo anistia aos trabalhadores que tivessem sofrido penas disciplinares em conseqüência de greves ou dissídios trabalhistas.

---

## • DÂMASO ROCHA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 11/12/1909, Porto Alegre-RS. FALEC: 14/10/1963.
PROFS: Jornalista e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1932), após o que tornou-se Promotor Público na cidade. Dirigiu os periódicos "Jornal da Manhã" e "Correio da Noite" em Porto Alegre e foi fundador e Diretor do jornal "A Nação" na mesma cidade (SD).

**3) TPol:** Participou da Revolução de 30 no RS. (SI sobre sua atuação política no pós-30). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo e foi poeta no RS, tendo publicado trabalhos jurídicos e literários, dentre os quais "O CANTO QUE EU OUVI" (poesia, 1931); "FESTA DA LUZ E DA COR" (poesia, 1933); "O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO" (SD); "SISTEMA CORRECIONAL RUSSO" (SD); "MENORES ABANDONADOS E DELINQÜENTES" (SD) e "REFORMA PENITENCIÁRIA DO URUGUAI" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação no combate ao "comunismo" e ao direito de greve dos trabalhadores. Logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "Articulação de greves (II, 182), no qual apoiou a adoção de medidas repressivas pelo interventor gaúcho Cilon Rosa (PSD/RS) contra o movimento grevista no RS, e denunciou veementemente "a intervenção do Partido Comunista na articulação das greves como instrumento de desagregação e desarmonia social" (II, 182), o que gerou acirrados apartes de parlamentares da bancada do PCB. Além disso, realizou pronunciamentos solicitando a transcrição nos "Anais" da Assembléia de entrevista concedida a jornais da capital pelo chefe de polícia do DF, Pereira Lira, justificando a postura governamental de repressão violenta ao movimento popular (XII, 12), e tomou a palavra para desmentir afirmações divulgadas na imprensa acerca de suas ligações com o partido integralista de Plínio Salgado (XXII, 182).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • DANIEL AGOSTINHO FARACO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/08/1911, Florianópolis-SC. FALEC: SI.
PROFS: Funcionário Público e Professor.

**2) CPr:** Funcionário do Banco do Brasil (1928). Gerente da Agência do Banco do Brasil em Lajedo-SC (1940). Gerente da Agência do Banco do Brasil em Tubarão-SC (1942). Chefe do Serviço de Gerência do Banco do Brasil em Porto Alegre-RS (1943). Foi Professor de Economia Política na Escola de Comércio de Santa Catarina e na Escola de Serviço Social de Porto Alegre (SD). Sem curso universitário.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo seguiu carreira no Banco do Brasil (1937-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Publicou "ELEMENTOS DE ECONOMIA POLÍTICA" (1938) e "PREÇOS, SALÁRIOS, CRISES E A ECONOMIA ORGANIZADA" (1943).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório intitulado "Problema da Alimentação no Brasil". Um dos parlamentares mais ativos em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema das relações entre "capital e trabalho", e na defesa veemente do planejamento econômico e do intervencionismo estatal para estimular o desenvolvimento da economia do país, tendo ocupado a tribuna várias vezes para sustentar de maneira sistemática seus pontos de vista sobre estes assuntos. Assim, proferiu discursos

fazendo várias considerações de cunho doutrinário sobre o tema das "Relações entre o capital e o trabalho" (VI, 318-337), no qual justificou longamente diversas propostas de sua autoria aos dispositivos constitucionais que regulamentavam os direitos sociais dos trabalhadores; defendendo sua Indicação sugerindo ao governo federal medidas de combate à inflação (III, 429-436); e preconizando entusiasticamente a adoção do planejamento e do intervencionismo estatal para solucionar as questões fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro (V, 95-106; IX, 203-209; XII, 350-356), aproveitando a ocasião para argumentar a favor de sua emenda (posteriormente aprovada) instituindo o Conselho Nacional de Economia, e para criticar as soluções "liberal" e "totalitária" (fascista e comunista) para os problemas sócio-econômicos do mundo moderno.

Em seus inúmeros pronunciamentos e intervenções no debates constituintes, posicionou-se a favor da participação dos trabalhadores nos lucros, na administração e na propriedade das empresas, do sistema de governo presidencialista, do mandato presidencial de 06 anos, da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, e da indissolubilidade do vínculo matrimonial, tendo ainda se manifestado contra o recurso à greve pelos trabalhadores para fazer frente à deterioração do poder de compra do salário, e veementemente contra o divórcio. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia várias indicações sugerindo ao "Poder Executivo" medidas para enfrentar a inflação e a crise econômica vigentes no pós-guerra, destacando-se sua Indicação de Nº 9 (III, 161-164), sugerindo diversas medidas "transitórias e permanentes" de combate à inflação e contrária à proposta amplamente difundida em certos meios empresariais de se combater a inflação através do corte das despesas públicas e da paralisação das "obras suntuárias" construídas pelo governo.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1616, estipulando que "A lei incentivará a participação do trabalhador no capital das empresas em que trabalhar"; Nº 1618 (aprovada; XXIV, 230), regulamentando a criação, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Economia, órgão consultivo subordinado ao Congresso Nacional e destinado a fornecer subsídios para o planejamento da economia brasileira; Nº 3025, determinando a perda da nacionalidade de brasileiro que "receber de entidades estrangeiras subsídios para propagar ideologias antidemocráticas" (XV, 17); e a de Nº 3322 (aprovada; XXV, 125), permitindo a navios estrangeiros a navegação de cabotagem para transporte de mercadorias em caso de necessidade pública.

---

## • ELÓI JOSÉ DA ROCHA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 03/06/1907, São Leopoldo-RS. FALEC: SI.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1928). Juiz Municipal em São Francisco de Paula-RS (1928-1930). Professor de Direito Trabalhista, Civil e Comercial na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre (SD). Professor e Diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Porto Alegre (SD). Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1939). Professor Catedrático de Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre (1939-1945).

**3) TPol:** Apoiou a Revolução de 30 e o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo em 1932. (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 tornou-se Secretário de Educação do RS na gestão do governador eleito, Válter Jobim (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Escreveu "EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO NO DIREITO BRASILEIRO" (Tese de Doutorado, 1939).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema dos direitos sociais dos trabalhadores e na apresentação de inúmeras emendas aos dispositivos do projeto constitucional que regulamentavam os direitos trabalhistas. Assim, ocupou a tribuna para pronunciar longo discurso examinando a "Legislação sobre direito do trabalho" (XVII, 227-235), onde justificou diversas propostas contidas em suas emendas sobre o assunto, e criticou o projeto constitucional por ter se omitido em relação a vários aspectos importantes dos direitos trabalhistas e da organização da previdência social. Também enviou à Mesa da Assembléia inúmeras "declarações de voto" explicitando seu posicionamento em relação a temas debatidos em plenário; assim, votou a favor da vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes, da indissolubilidade do vínculo matrimonial, da equiparação jurídica do casamento religioso ao civil, da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, do mandato de 02 anos para deputados e de 04 anos senadores, e da adoção do princípio dos mandatos curtos.

Apresentou 44 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2266, dando à União competência privativa para legislar sobre direito do trabalho; Nº 2652, fixando normas gerais para a organização da Justiça do Trabalho; Nº 2597 (aprovada; XXII, 333), regulamentando a competência do Supremo Tribunal Federal para dirimir conflitos entre os tribunais federais dos Estados; Nº 2662 (aprovada; XXII, 219), transferindo da Justiça do Trabalho para a Justiça Comum a competência para julgar os dissídios relativos à acidentes de trabalho; Nº 3161 (rejeitada; XXIII, 219), favorável à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais; Nº 3234 (rejeitada; XXIII, 290), elevando de 10 para 20 hectares o limite da gleba de terra a ser incorporada aos posseiros em caso de apropriação por usucapião; Nº 3350 (rejeitada; XXIII, 292), incluindo na Carta Constitucional dispositivo proibindo expressamente o emprego de fundos das instituições de seguro social em atos estranhos à sua finalidade; Nº 3352, favorável à nacionalização progressiva das empresas concessionárias de serviços públicos federais; Nº 3358, proibindo a greve nos serviços públicos e acrescentando várias outras restrições ao direito de greve; e a de Nº 3527 (rejeitada; XXIV, 162), elevando de $\frac{1}{2}$ para $\frac{2}{3}$ o quórum necessário para a declaração da inconstitucionalidade das leis por parte dos Tribunais.

---

## • GASTON ENGLERT (PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/03/1895, Porto Alegre-RS. FALEC: 08/11/1965.
PROFS: Comerciante e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (SD). (SI sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do RS (1939-1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 tornou-se Secretário da Fazenda do RS na gestão do governador Válter Jobim (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social. Um dos parlamentares mais conservadores em plenário, concentrou sua atuação na apresentação de emendas aos capítulos "Discriminação de Rendas" e "Dos Direitos Sociais" do projeto constitucional, nas quais procurou defender os pontos de vista das "classes produtoras" no tocante à elaboração da Constituição. Assim, combateu veementemente a redação formulada por Agamenon Magalhães (PSD/PE) ao título "Ordem Econômica e Social" da Constituição, tendo ocupado a tribuna diversas vezes para combates vários direitos sociais dos trabalhadores consagrados no texto constitucional, pelo que envolveu-se em acirrados debates com parlamentares das bancadas do PTB e do PCB quando da votação do projeto revisto em plenário.

Apresentou 44 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2939, transferindo dos Estados para os Municípios a arrecadação do imposto territorial; Nº 4072, baseando a "Ordem Econômica e Social" na "iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo" (XVI, 359) e não na "justiça social", conforme contava no primitivo projeto; Nº 4074 (rejeitada; XXIII, 105), suprimindo dispositivo que reconhecia à União a faculdade de intervir no domínio econômico e de monopolizar determinado ramo ou setor de atividade; Nº 4076, contrária à nacionalização progressiva dos bancos de depósito e empresas de seguro e capitalização; Nº 4077, assegurando ao capital estrangeiro tratamento jurídico igual ao capital nacional; Nº 4077, eliminando dispositivo que assegurava a todos trabalho que possibilitasse existência digna; Nº 4085, contrária à participação obrigatória do trabalhador no lucro das empresas; Nº 4087 (rejeitada; XXIII, 143), suprimindo dispositivo que assegurava repouso semanal remunerado aos domingos.

---

## • GLICÉRIO ALVES DE OLIVEIRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 08/09/1893, Rio Pardo-RS. FALEC: 10/09/1967.
Filho de Manuel Alves de Oliveira, proprietário de terras (pecuarista), coronel da guarda nacional e chefe político no interior do RS.
PROF: Advogado-Funcionário Público e Proprietário de Terras (Pecuarista).

**2) CPr:** Juiz Distrital em Ijuí-RS (1915-1917). Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1917). Promotor Público em Cachoeira-RS (1918). Subchefe de Polícia na 4ª Região no RS (1923). Foi também pecuarista no interior do RS.

**3) TPol:** Filiou-se ao PRR/Partido Republicano Rio-Grandense (1923). Membro da Comissão Executiva do PRR e Conselheiro Municipal em Cachoeira-RS (SD). Deputado Estadual, PRR/RS (1929-1930). Militou na FUG/Frente Única Gaúcha, agremiação fundada no RS para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (1929-1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 no RS. Segundo David Fleischer "Parlamentou em Itararé na Revolução de 30, como emissário das forças revolucionárias, evitando a batalha que deveria realizar-se entre estas e as de Washington Luiz" (FLEISCHER, 1981: 314) (1930). Participou dos combates realizados no RS em apoio ao movimento constitucionalista paulista (1932), após o que exilou-se no Uruguai (1932-1934). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

4) **LAM:** SI.

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária e no combate ao "comunismo" e ao PCB. Ferrenhamente conservador e governista, logo no início dos trabalhos constituintes interveio várias vezes para defender a vigência da Constituição de 1937, e declarou voto contra a moção da UDN propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um projeto de normas gerais que substituísse a Carta de 37. Também ocupou a tribuna para proferir longo discurso abordando a questão da Pecuária (VI, 228-240), no qual criticou veementemente a atuação dos frigoríficos estrangeiros no mercado de carne de seu Estado e apresentou várias reivindicações dos pecuaristas do RS para libertar os produtores de carne do domínio dos "magnatas dos frigoríficos estrangeiros", tendo ainda realizado pronunciamento defendendo o sistema de governo parlamentarista (XIII, 53). Além disso, manifestou-se a favor da invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, e contra a anistia, o "comunismo", as greves e os aumentos salariais para os trabalhadores, tendo também sido um dos mais ferrenhos adversários dos comunistas em plenário, motivo pelo qual entabulou acirradas polêmicas com parlamentares da bancada do PCB no recinto da Assembléia.

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 1109 (rejeitada; XXIII, 204), substituindo a participação obrigatória do trabalhador nos lucros das empresas pela criação de um imposto social a ser regulamentado por "legislação ordinária", e a de Nº 2217, extinguindo as polícias militares estaduais. Além disso, apresentou destaque (rejeitado; XXV, 147) supressivo ao art. 32 das "Disposições Transitórias" da Constituição que isentava os jornalistas do pagamento dos impostos de transmissão e predial urbano.

---

• **HERÓFILO** CARVALHO **DE AZAMBUJA** (PSD/1° Suplente).

1) **DPF:** NASC: 28/09/1899, Caxias do Sul-RS. FALEC: SI.
Filho do desembargador Armando Azambuja, militante do Partido Republicano Rio-Grandense na República Velha.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

2) **CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1923). Juiz Distrital em Dom Pedrito-RS (1921), tendo também montado escritório de advocacia nesta última cidade.

3) **TPol:** Ainda estudante foi um dos Fundadores e Diretor do Centro dos Acadêmicos Republicanos, organização dedicada ao estudo e divulgação do pensamento de Júlio de Castilhos, histórico líder do PRR/Partido Republicano Rio-Grandense no RS (1923). Prefeito de Dom Pedrito-RS (1924-1928). Comissionado no posto de Tenente-Coronel, tomou parte nos combates aos levantes deflagrados no RS (1924-1926). Na condição de Presidente da Comissão Executiva do PRR em Dom Pedrito participou da Revolução de 30 no RS (1930). Segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981: 336), durante o Estado Novo foi Procurador do Estado do RS (1938-1938); Secretário da Educação do RS (1939-1942), na gestão do interventor Cordeiro de Farias; Secretário do Interior do RS (1942-1943) e Presidente do IPASE no RS (1943-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado pelo PSD/RS, tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 31ª Sessão, a 22/03/1946 (IV, 289), em substituição ao titular João Neves da Fontoura, que renunciou ao mandato para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores do governo Dutra. Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1248, contrária ao comparecimento dos ministros de Estado nas sessões do Congresso Nacional, por considerar tal procedimento incompatível com o presidencialismo, "sistema de governo mais condizente com a índole do povo brasileiro"; Nº 1356 (rejeitada; XXIII, 293), ampliando o seguro social compulsório aos funcionários públicos; e a de Nº 2904, sugerindo nova redação a todo um capítulo "Dos Funcionários Públicos Civis", a ser acrescentado ao texto constitucional.

---

## • MANUEL DUARTE (PSD).

**1) DPF:** NASC: 18/09/1884, Vacaria-RS. FALEC: 20/11/1957.
Filho de Amândio de Sousa Duarte, fazendeiro e pecuarista no interior do RS.
PROF: Advogado-Funcionário Público e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1909), após o que exerceu a advocacia e foi Promotor Público em Vacaria-RS.

**3) TPol:** Ainda estudante atuou no Bloco Acadêmico Castilhista (1918). Foi Intendente Municipal e Presidente do Conselho Municipal de Vacaria-RS (SD). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.
**4) LAM:** Foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RS (SD).

**5) AIT:** Diretor da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" do RS. Além de vários trabalhos sobre história regional Rio-Grandense publicou: "CARLOS PEIXOTO E SEU PRESIDENCIALISMO" (1918); "NO PLANALTO" (1930); "DOUTRINA CONTRA DOUTRINA" (1940); "BRASILEIRO OU BRASILEIRA (ESTUDO SOBRE O PATRONÍMICO DOS FILHOS DO BRASIL)" (SD); e "PROVÍNCIA E NAÇÃO" (1949).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na defesa do sistema de governo presidencialista e da autonomia político-administrativa dos Estados. Assim, citando freqüentemente as obras de Alberto Torres para fundamentar seus pontos de vista, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "A função da Constituinte" (XIII, 191-193), no qual defendeu o federalismo e justificou várias propostas de sua autoria regulamentando a autonomia administrativa e financeira dos Estados em relação à União, e realizou pronunciamento defendendo o presidencialismo e argumentando contra a adoção do sistema de governo parlamentarista (XIV, 176).

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 935, suprimindo dispositivo que dava à União competência privativa para legislar sobre as polícias militares e favorável à conservação das polícias militares estaduais; Nº 1159 (rejeitada; XXIII, 298), acrescentando preceito constitucional recomendando explicitamente a necessidade de se estimular a "fixação do homem no campo"; e a de Nº 1189 (rejeitada; XXIII, 429), transferindo do Congresso Nacional para o estado maior do Exército a competência de regulamentar o tipo de organização das unidades da polícia militar.

---

## • LUÍS MÉRCIO TEIXEIRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 26/12/1889, Dom Pedrito-RS. FALEC: SI.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1915), após o que exerceu a profissão de Médico em Bajé-RS.

**3) TPol:** Tomou parte na Revolução Gaúcha ao lado dos federalistas, grupamento de oposição ao presidente do Estado do RS, Borges de Medeiros (1923). Apoiou a Revolução de 30 no RS. Membro do Diretório Central do PL/Partido Libertador, agremiação liderada por Assis Brasil (SD). Durante o Estado Novo foi Prefeito de Bagé-RS, posto para o qual havia sido nomeado um ano antes da instauração do regime (1936-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Foi Membro da Sociedade de Medicina de Bajé, do Sindicato dos Médicos Brasileiros, e da Associação Comercial e Rural de Bajé.

**5) AIT:** Publicou trabalhos sobre medicina na imprensa de Bajé e defendeu a tese "CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ENURESE" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso de cunho doutrinário sobre "A redemocratização e os problemas da organização nacional" (V, 391-395), onde justificou de maneira genérica suas propostas à feitura da Constituição, e para fazer um "veemente apelo ao nobre presidente Exmo. general Eurico Gaspar Dutra, para que S. Ex. autorize a construção da rodovia Bagé-Aceguá" no interior do RS (XVIII, 146-149).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 695, estipulando que "A lei estabelecerá um plano nacional de combate à tuberculose e à lepra" (XXII, 466).

---

## • NICOLAU DE ARAÚJO VERGUEIRO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 07/03/1882, Passo Fundo-RS. FALEC: 16/03/1956.
Filho de João de Campos Vergueiro, proprietário de terras e líder político durante o Império. Sobrinho de Gervásio Araújo Annes, chefe político e presidente do Partido Republicano em Passo Fundo-RS na República Velha.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado em Farmácia (1903) e em Medicina (1905) pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre-RS. Exerceu a Medicina em Passo Fundo-RS.

**3) TPol:** Presidente do Núcleo Municipal do PRR/Partido Republicano Rio-Grandense em Passo Fundo (1908). Deputado Estadual por cinco legislaturas seguidas na legenda do PRR (1909-1928). Prefeito de Passo Fundo (1921-1924). Lutou ao lado de Borges de Medeiros na Revolução Gaúcha de 1923. Deputado Federal, PRR (1930). Participou ativamente da Revolução de 30 no RS. Apoiou o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo sido preso e exilado em conseqüência de seu apoio à rebelião (1932-1933). Deputado Federal na legenda da FUG/Frente Única Gaúcha, RS (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PDS/RS, tornando-se Membro do Diretório Regional do partido e Presidente de seu Diretório Municipal em Passo Fundo (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Colaborou em jornais de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo escrito vários trabalhos técnicos na área de medicina.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • PEDRO LEÃO FERNANDES VERGARA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 18/06/1895, Porto Alegre-RS. FALEC: 29/07/1979.
Primo de Luís Fernando Vergara, que "foi secretário de Getúlio Vargas" durante o Estado Novo (1936-1945).
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Pelotas-RS (1917). Promotor Público em Camaquã-RS (1919) e em Santo Antônio-RS (1920). Promotor Público em São Leopoldo-RS (1922-1923). Promotor Público em Porto Alegre-RS (1927-1928). Promotor Público no Rio de Janeiro-DF (1929). Durante o Estado Novo foi Procurador-Adjunto do Ministério Público Federal (1943-1945).

**3) TPol:** Diretor do "Diário Popular", jornal controlado por Borges de Medeiros em Pelotas-RS (1923). Diretor do jornal "A Federação", órgão do PRR/Partido Republicano Rio-Grandense (1932). Secretário Geral do PRL/Partido Republicado Liberal (1933). Deputado Constituinte e Federal,

PRL/RS (1933-1935). Deputado Federal, PRL (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização participou da fundação do PSD/RS (1945).

**4) LAM:** Membro do Conselho Federal da OAB e do Instituto dos Advogados do Brasil.

**5) AIT:** Além de ter exercido o jornalismo e de ter colaborado em revistas jurídicas no RS, publicou trabalhos literários e na área de Direito, destacando-se "LAMPEJOS" (poesias, 1912); "MELOPÉIA DOS BOSQUES" (poesias, 1913); "A REELEIÇÃO" (1923); "DA LEGÍTIMA DEFESA SUBJETIVA: LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA" (1929); "CONTRA O PARLAMENTARISMO" (1933); "A ORGANIZAÇÃO DOS PODERES POLÍTICOS" (1933); "DOS MOTIVOS DETERMINANTES DO DIREITO PENAL" (1937); "DA LIBERDADE CIVIL" (1940); "A POESIA MODERNA RIO-GRANDENSE" (1943); "DELITO DE HOMICÍDIO: O DOLO NO HOMICÍDIO" (1943); "GETÚLIO VARGAS: ORADOR E ESCRITOR" (1945).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na defesa do legado do Estado Novo dos ataques de oposicionistas, e na apologia da figura de Vargas e da legislação trabalhista implantada no pós-30, a seu ver "a maior e mais fecunda tentativa realizada no Ocidente, para impor ao problema social os imperativos da justiça e da previdência" (VII, 197). Parlamentar conservador e de postura ultra-governista, notabilizou-se durante os trabalhos constituintes por enviar à Mesa da Assembléia "para serem dados como lidos" longos discursos expondo seus pontos de vista sobre várias questões discutidas em plenário; assim, realizou pronunciamentos argumentando longamente contra a concessão à Assembléia Constituinte da capacidade de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo (II, 323-330); discorrendo longamente sobre o problema do "federalismo" e comparando os sistemas federativos brasileiro e norte-americano (IX, 335-346); defendendo a política econômica do implementada durante o Estado Novo dos ataques feitos da tribuna pelo udenista paraense Agostinho Monteiro (V, 395; XVII, 43-53; XX, 401-409), aproveitando a ocasião para enaltecer a figura e a obra de Getúlio Vargas, e para fazer a defesa doutrinária do "capitalismo católico", a seu ver o sistema social mais adequado para conter a expansão do comunismo no pós-guerra; abordando o tema do "ensino primário particular" (VIII, 123-126), etc. Além disso, ocupou a tribuna para participar das manobras visando o isolamento político-ideológico do PCB na Assembléia, tendo tomado a palavra para advertir o plenário contra "A expansão do comunismo no Brasil" (VII, 186-192), aproveitando a ocasião para preconizar o aprofundamento da legislação trabalhista instituída no pós-30 como forma mais eficaz de fazer frente à expansão do "comunismo" no país.

Apresentou 33 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 789 (aprovada; XXIII, 36), proibindo a "prisão civil por dívidas, multas ou custas salvo as exceções previstas em lei"; Nº 1349, permitindo o exercício do direito de greve e o "lockout" pacífico apenas como "medidas tendentes a fazer cumprir decisões da justiça do trabalho", e em cuja "justificação" se afirma que "é absurdo que se admita o direito de greve, pura e simplesmente, como está no projeto, num país como o nosso, em que existe uma justiça especializada para dirimir os conflitos entre o capital e o trabalho" (XIII, 449); e a de Nº 1371, favorável à reeleição do presidente da República.

• ARTUR DE SOUSA COSTA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 26/03/1893, Pelotas-RS. FALEC: 12/04/1957.
PROF: Banqueiro e Funcionário Público.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Auxiliar de Balcão em Porto Alegre-RS (1909). Desempenhou vários cargos no Banco da Província do RS até tornar-se Gerente da Agência do Banco em Cachoeira do Sul-RS (1909-1929). Diretor do Banco da Província do RS em Porto Alegre (1930). Após a Revolução de 30 ingressou no Banco do Brasil (1931).

**3) TPol:** Presidente do Banco do Brasil (16/01/1931-23/07/1934). Ministro da Fazenda do governo Vargas em substituição a Osvaldo Aranha (1934-1937). Durante o Estado Novo continuou a ocupar o cargo de Ministro da Fazenda (1937-1945), tendo sido o Ministro a permanecer mais tempo no cargo em toda história do Brasil. No contexto da redemocratização participou e estimulou, através da concessão de verbas, o movimento queremista no RS e em SP (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Durante o Estado Novo participou, em nome do governo brasileiro, de várias missões econômicas no exterior: Chefiou a missão responsável pela negociação dos "Acordos de Washington" nos EUA (1942) e a delegação brasileira enviada à Conferência de Bretton Woods (1944). Após a Constituinte-46 foi Delegado do Brasil à II Conferência da Organização das Nações Unidas realizada nos EUA (1947).

**5) AIT:** Além de ter escrito inúmeros trabalhos sobre matéria econômico-financeira divulgados em diversos órgãos de imprensa, publicou: "ORÇAMENTO E CONTAS PÚBLICAS DE 1935 A 1939" (1940); "OS ESTUDOS ECONÔMICO-ADMINISTRATIVOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ESTADO NOVO" (1940); "PANORAMA ECONÔMICO E FINANCEIRO DA REPÚBLICA" (1941).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Subcomissão "Discriminação de Rendas" da Comissão de Constituição, onde teve participação decisiva na redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os que regulamentavam matéria fiscal e tributária. Em plenário, concentrou sua atuação na defesa da política econômico-financeira implementada durante sua gestão no ministério da Fazenda dos ataques efetuados por oposicionistas, e na participação nos violentos debates travados no recinto da Assembléia sobre o "caso Borghi" de exportação do algodão. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 37 e contra a atribuição à Assembléia da prerrogativa de elaborar legislação ordinária, tendo ainda efetuado várias intervenções defendendo a política econômica estadonovista das violentas críticas endereçadas à mesma por Constituintes da UDN e do PR (Alde Sampaio (UDN/PE), João Cleofas (UDN/PE), Aliomar Baleeiro (UDN/BA), Mário Brant (PR/MG), etc.), tendo defendido especialmente a política de gastos públicos e de emissão monetária implementada em sua gestão no ministério da Fazenda.

Um dos parlamentares mais visados pelas críticas dos oposicionistas, ocupou a tribuna para proferir longos discursos sobre "O financiamento do algodão" (IV, 94-124; IV, 360-383), nos quais, acompanhado atentamente pelo plenário e em meio a inúmeros e veementes apartes, procurou defender o ministério da Fazenda e o Banco do Brasil das violentas acusações feitas por udenistas de favorecimento ilícito ao petebista Hugo Borghi (PTB/SP) em negociatas envolvendo a comercialização de algodão perpetradas sob o amparo da ditadura estadonovista, tendo ainda realizado pronunciamento efetuando a "Defesa da política econômica do governo Getúlio Vargas"

(XII, 347-350), onde procurou rebater as críticas de Agostinho Monteiro (UDN/PA) sobre o excesso de emissão monetária ocorrido durante o Estado Novo. Além disso, declarou voto contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas peça deposição de Vargas, e manifestou-se amplamente favorável à entrada de capital estrangeiro em todos os ramos e setores da economia brasileira, ao "beijo" de Otávio Mangabeira na mão do general Eisenhower, e à necessidade de indenização prévia e justa em dinheiro em caso de desapropriação por "interesse social". Foi ainda veementemente contrário à qualquer limitação do direito de propriedade, à isenção de impostos aos bens indispensáveis à sobrevivência das classes pobres, ao sistema eleitoral proporcional que favorecesse os Estados mais industrializados, e à que a "Ordem Econômica e Social" se baseasse nos princípios da "justiça social". Na condição de Membro da Subcomissão "Discriminação de Rendas" da Comissão da Constituição, emitiu vários pareceres a destaques solicitados por outros constituintes quando da votação do projeto revisto em plenário, tendo dado parecer contrário às emendas de Gabriel Passos (UDN/MG) isentando a pequena propriedade do pagamento imposto territorial; de Jurandir Pires (UDN/DF) criando o imposto de herança progressivo; de Luís Carlos Prestes (PCB/DF), determinando a nacionalização progressiva das empresas concessionárias de serviços públicos; de Vieira de Melo (PSD/BA), favorável à adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação; e à de Hermes Lima (UDN/DF) determinando o parcelamento por 25 anos das indenizações em caso de desapropriação para fins de reforma agrária.

Apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 709, transferindo para lei ordinária a regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; Nº 1335, transferindo para o Congresso Nacional a prerrogativa de autorizar à União o direito de monopolizar determinando ramo ou setor industrial; e a de Nº 2913 (aprovada; XXI, 206), regulamentando a tributação da União sobre as dívidas públicas municipais e estaduais.

---

## • TEODOMIRO PORTO DA FONSECA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/11/1897, Cachoeira do Sul-RS. FALEC: SI.
Irmão de Gregório Porto da Fonseca, diretor da secretaria da presidência da República no Governo Provisório pós-revolucionário (1930-1934).
PROFS: Militar e Funcionário Público.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Foi Escrivão da Coletoria Federal em São Leopoldo-RS (1902), tornando-se posteriormente Coletor no mesmo estabelecimento (1916). Após a Revolução de 30 foi promovido a Coronel do Exército (SD).

**3) TPol:** Durante a República Velha atuou no PRR/Partido Republicano Rio-Grandense e foi Prefeito de São Leopoldo (1928-1930). Participou da Revolução de 30 e dos combates militares ocorridos durante o movimento. Vitoriosa a Revolução, manteve-se no cargo de Prefeito de São Leopoldo (SD). Filiou-se ao PRL/Partido Republicano Liberal tendo sido Chefe Local da agremiação em São Leopoldo (1934). Durante o Estado Novo foi Prefeito de São Leopoldo (1937-1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Participou do Congresso dos Coletores realizado no Rio de Janeiro (1925) e foi Porta-Voz da categoria junto ao ministério da Fazenda.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas interveio no debates constituintes para proferir discurso sobre a "Autonomia dos municípios" (XXII, 98-103), no qual relatou as agruras de sua atuação junto ao "Executivo" para a obtenção de financiamento para a construção de uma barragem hidroelétrica em São Leopoldo-RS, para manifestar-se favorável à cobrança da taxa de pedágio pelos municípios e de sua aplicação na manutenção das estradas, e para declarar voto a favor da emenda de Silvestre Péricles (PSD/AL) determinando o confisco dos bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias e empresas públicas.

Apresentou 01 emendas ao Projeto de Constituição, a de Nº 723, determinando a contagem integral e recíproca, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço prestado pelos funcionários públicos civis à União, aos Estados e aos Municípios.

---

## B) BANCADA DA UDN/RS.

A bancada da UDN/RS era composta por **Flores da Cunha**, uma das principais personalidades da política republicana gaúcha, ex-interventor (1930-1935) e governador eleito do RS (1935-1937), e por **Osório Tuiuti**, militar e professor universitário no RS, que teve participação ativa no movimento oposicionista gaúcho no contexto da redemocratização.

### • JOSÉ ANTÔNIO **FLORES DA CUNHA** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 05/03/1880, Santana do Livramento-RS. FALEC: 04/11/1959.
Descendente de tradicional família de proprietários de terras e estancieiros gaúchos. Bisneto de José Antônio Martins, militar e agraciado por Dom Pedro I com a doação da sesmaria de Boa Vista, onde dedicou-se à pecuária. Irmão de Guilherme Flores da Cunha, morto durante os combates contra a rebelião armada deflagrada por oposicionistas a Borges de Medeiros no RS (1923), e de Francisco Flores da Cunha, deputado federal (1930) e senador (1935-1937) pelo RS.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista), Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1902). Delegado de Polícia no Rio de Janeiro-DF (1903). Retornando ao RS, montou concorrida banca de advocacia no Estado, tendo exercido a profissão de advogado em várias cidades do interior gaúcho (1904-1910). Nomeado Delegado Auxiliar no Rio de Janeiro-DF (1910). De volta ao RS, foi Subchefe de Polícia em Uruguaiana-RS (1917).

**3) TPol:** Filiou-se ao PRR/Partido Republicano Rio-Grandense, elegendo-se Deputado Estadual no RS (1909), tendo, no entanto, renunciado ao mandato logo a seguir para exercer o cargo de Delegado Auxiliar no Rio de Janeiro-DF (1910). Eleito Deputado Federal pelo PRR/RS, sem sequer ter ido ao Estado para participar da campanha eleitoral (1912-1914). Intendente (Prefeito) provisório de Uruguaiana-RS (1917). Deputado Federal, PRR (1918-1920). Intendente de Uruguaiana-RS (1920-1924), tendo se tornado o principal Chefe Político da cidade durante o exercício de seu mandato. Apoiou o líder gaúcho Borges de Medeiros às eleições para a presidência do Estado, combatendo ao

lado das tropas governamentais durante a revolta militar que se seguiu à vitória de Borges de Medeiros (1923); foi Coronel e Comandante da 2ª Brigada Provisória e uma das principais lideranças militares das forças governistas durante os combates. Deputado Federal, PRR (1924-1927); interrompeu várias vezes o seu mandato para participar de combates contra rebeliões tenentistas eclodidas no RS. Devido a sua atuação destacada na repressão a movimentos armados de oposição, foi nomeado General de Brigada por Artur Bernardes (1925). Deputado Federal, PRR (1927-1928). Participou ativamente das articulações visando eleger Getúlio Vargas presidente do RS (1927). Senador, PRR (1928-1930). Participou intensamente da campanha da Aliança Liberal, da qual foi um dos mais destacados organizadores (1929-1930). Um dos principais líderes políticos e militares da Revolução de 30, tomou parte de inúmeras articulações visando a deflagração do movimento; foi Membro do estado-maior da região Sul durante as batalhas (1930). Após a Revolução de 30, tornou-se Interventor Federal no RS (1930-1935); durante sua gestão, envolveu-se em inúmeras articulações políticas a nível nacional e foram tomadas diversas medidas básicas para a reorganização da política gaúcha; apoiou o Governo Provisório nos combates contra o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Fundador e Presidente do PRL/Partido Republicano Liberal, que congregava ex-integrantes da FUG sob sua liderança (1932). Através da bancada do PRL, exerceu grande influência nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República (1933-1934). Governador Eleito do RS (1935-1937); no transcurso de seu mandato envolveu-se em inúmeros conflitos com o governo central e tomou parte de diversas articulações políticas no período, apoiando inicialmente a candidatura de Osvaldo Aranha e, posteriormente, a de Armando de Sales Oliveira à presidência da República. No contexto das articulações preparatórias à deflagração do golpe que instaurou o Estado Novo, renunciou ao governo do RS em protesto contra o decreto do ministro da Guerra federalizando a Brigada Militar do RS (novembro/1937). Opôs-se a seguir ao golpe de Estado, exilando-se no Uruguai (1937-1942). Durante o Estado Novo, participou de movimentos de oposição ao regime: apoiou o malogrado levante integralista contra Vargas (1938); retornado ao Brasil para participar do esforço de guerra ao lado do governo brasileiro, foi preso, permanecendo na condição de Preso Político na Ilha Grande por nove meses (1942). No contexto da crise do regime, engajou-se na campanha pela redemocratização, tendo sido um dos fundadores da UDN (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Ao longo de sua trajetória pronunciou vários discursos políticos de importância e divulgou inúmeros manifestos pela imprensa expressando suas opiniões políticas. Além disso, publicou "A CAMPANHA DE 1923 --- SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA" (1943).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator da Subcomissão "Poder Executivo" da Comissão de Constituição e Presidente da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Teve atuação destacada nas várias etapas do processo constituinte, notabilizando-se pelas intervenções irônicas que efetuava durante os debates travados em plenário. Concentrou sua atuação na defesa da autonomia estadual, e na abordagem de questões referentes ao problema da pecuária e à política regional de seu Estado. Parlamentar atuante nas diversas fases do processo de elaboração constitucional, logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para contestar "expressões desairosas" à Assembléia Constituinte publicadas por órgãos da imprensa do DF (II, 195), e para manifestar-se veementemente contrário à vigência da Carta de 1937, e à supressão da palavra "reacionário" dos Anais da Assembléia, tendo ainda declarado voto a favor da moção da UDN propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição estadonovista. Também ocupou a tribuna

para proferir discursos abordando o problema da pecuária e elogiando as potencialidades do gado zebu na região sul do país (II, 446-448); defendendo os pecuaristas das acusações de serem responsáveis pela falta de carne nos centros urbanos (V, 207-212) e colocando a responsabilidade nos proprietários dos frigoríficos pela escassez do produto; protestando veementemente contra a retenção de cabeças de gado brasileiro exportadas no México (XVIII, 413-416); defendendo a figura do general Góis Monteiro das acusações feitas da tribuna constituinte pelo "palhaço queremista" Barreto Pinto (PTB/DF); e, em nome da Comissão da Constituição, emitindo parecer contrário à emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista (XXII, 147). Também interveio várias vezes para protestar contra violências cometidas pela polícia política contra o movimento oposicionista, tendo inclusive declarado voto contra a moção do líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) apoiando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca e protestado veementemente contra a apreensão do diário comunista "Tribuna Popular" pelo governo. Além disso, declarou voto a favor da Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia aos punidos por crimes políticos durante o Estado Novo e manifestou-se, a favor do sistema de governo presidencialista, da manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais, e do direito à existência legal do PCB, tendo sido ainda contrário ao divórcio e ao "estado de sítio preventivo".

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição: as de Nº 814, possibilitando aos funcionários públicos aposentados compulsoriamente aos 68 anos de idade solicitarem a volta ao cargo no caso de gozarem de boa saúde; Nº 2900, dando à União competência privativa para criar impostos sobre a produção, a distribuição e o fornecimento de energia elétrica; e a de Nº 3638, assegurando o direito de regresso à ativa dos oficiais-generais punidos pela "resolução constitucional de 1932".

---

## • OSÓRIO TUIUTI DE OLIVEIRA FREITAS (UDN).

**1) DPF:** NASC: 24/03/1900, São Borja-RS. FALEC: 22/09/1968.
Filho de João de Oliveira Freitas, general e engenheiro militar.
PROFS: Militar, Professor Universitário e Advogado.

**2) CPr:** Cursou a Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro-DF (1918-1922). Oficial da Arma de Cavalaria (1922). Segundo-Tenente (1922). Primeiro-Tenente (1923). Delegado Militar nos municípios de São Luís Gonzaga e Santo Ângelo aquando da passagem da Coluna Prestes pelo RS (1924). Instrutor da Brigada Militar do RS (1929-1935). Capitão (1933). Comandante do Regimento João Manuel em São Borja (1935). Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1937). Durante o Estado Novo tornou-se Major-Professor e Tenente-Coronel-Professor (1940); Professor Catedrático de português da Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre (1940); foi também Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e da Faculdade Católica de Filosofia. Após a Constituinte-46 foi promovido a Coronel-Professor (1946).

**3) TPol:** Durante a Revolução de 30, Chefiou a 1ª Seção do Estado-Maior do comandante geral da forças revolucionárias, general Góis Monteiro (1930). Membro da Comissão Central do PRR/Partido Republicano Rio-Grandense e Presidente da Comissão Executiva da agremiação em Porto Alegre na década de 30. Durante o Estado novo exerceu atividades profissionais na burocracia de Estado (1937-1945). No contexto da redemocratização teve participação ativa no processo de derrubada do regime estadonovista tornando-se Membro do Diretório Nacional da UDN (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Membro do Clube Militar.

**5) AIT:** Escreveu vários artigos de combate doutrinário ao "comunismo" na imprensa e publicou trabalhos fazendo a apologia da campanha do exército brasileiro na guerra do Paraguai, tais como "A INVASÃO DE SÃO BORJA" (1930) e "EPOPÉIA MATO-GROSSENSE" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes à política regional gaúcha e na crítica ao legado do regime estadonovista. Assim, ocupou a tribuna diversas vezes para criticar vários aspectos da gestão do interventor pessedista Cilon Rosa em seu Estado, e para proferir discurso sobre "Assuntos econômicos e sociais" (IV, 113-118), no qual elencou as agruras legadas à economia nacional pela ditadura estadonovista. Também participou da campanha ideológica efetuada contra o PCB, tendo realizado pronunciamento analisando "A atuação das missões religiosas da catequese" (IX, 323), no qual procurou refutar as críticas do senador comunista Carlos Prestes (PCB/DF) ao trabalho das missões salesianas, acusando o líder comunista de ter sido o responsável por várias atrocidades contra as populações rurais por ocasião da passagem da Coluna Tenentista pelo interior do país, afirmando ainda que "Prestes não pôde observar detidamente os trabalhos das missões salesianas em Mato Grosso porque ia em desabalada carreira perseguido pelas tropas legais" (IX, 324). Além disso, manifestou-se favorável a anistia ao militares punidos no pós-30 e contrário à distribuição de propriedade aos camponeses sem terra para evitar o êxodo rural.

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1382, regulamentando a promoção ao posto de general de brigada dos coronéis beneficiados pela anistia.

---

## C) BANCADA DO PCB/RS.

A bancada do PCB/RS era composta por **Abílio Fernandes**, operário metalúrgico e líder sindical no Estado, e por **Trifino Correia**, ex-líder tenentista e integrante da Coluna Prestes, que participou dos trabalhos constituintes por um curto período na condição de 2º suplente.

### • ABÍLIO FERNANDES (PCB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 05/05/1901, Pelotas-RS. FALEC: SI.
PROF: Operário Metalúrgico.

**2) CPr:** (SI sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** Tesoureiro da ANL/Aliança Nacional Libertadora em Pelotas-RS (1935). Durante o Estado Novo, devido a sua intensa atuação na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, foi preso e processado diversas vezes (1937-1945); participou da "Conferência da Mantiqueira" e foi eleito Membro da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB ao término do encontro (agosto/1943). No contexto da redemocratização tornou-se Secretário Geral do Comitê Estadual do PCB/RS e Suplente do Comitê Nacional do partido (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Iniciou sua militância no movimento sindical, atuando nos "sindicatos livres" no RS (1931). Filiou-se ao Sindicato dos Operários Metalúrgicos organizado pelo Ministério do Trabalho (1932). Representante do Sindicato dos Operários Metalúrgicos nas eleições para a escolha de deputado classista à Constituinte de 1934 (1933). Tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos (1934). Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pelotas (1936). Eleito Presidente da União Sindical Pelotense; nessa condição, foi um dos principais dirigentes da Greve do Sindicato dos Granitеiros de Capão do Leão-RS, na qual tomaram parte cerca de 600 trabalhadores (1937). Em virtude destas atividades foi preso e processado por diversas vezes durante o Estado Novo (1937-1945).

**5) AIT:** Foi ativo militante e dirigente comunista no RS.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado pelo PCB, tomou posse desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição a Luís Carlos Prestes, também eleito deputado pelo PCB/RS e que optou pelo mandato de senador (PCB/DF). Licenciado durante grande parte das atividades da Assembléia, entre os dias 18/03 e 18/06/1946, cedeu lugar a seu companheiro de bancada Trifino Correia (PCB/RS). Concentrou sua atuação da defesa dos interesses das classes trabalhadoras, tendo se pronunciado várias vezes para apoiar greves e reivindicações trabalhistas, e para denunciar violências e arbitrariedades cometidas pelo governo de seu Estado contra o movimento popular. Assim, ocupou a tribuna protestando contra a apreensão do jornal "Tribuna Popular" pela polícia política do DF (XIX, 238); efetuando "Protesto contra a polícia" (XIX, 408), no qual leu vários telegramas reivindicando a libertação dos operários da Comissão dos Trabalhadores da Light presos no Rio de Janeiro; e denunciando várias modalidades de arbitrariedades (prisões, demissões, espancamentos etc.) perpetradas contra ferroviários gaúchos em greve pelo governo do interventor pessedista Cilon Rosa no RS (XXIV, 152). Além disso, manifestou-se favorável ao rompimento de relações diplomáticas com a ditadura franquista, à realização de reforma agrária para conter o êxodo rural, ao direito de greve para os funcionários públicos, e contra o predomínio dos oligopsônios estrangeiros no mercado brasileiro de produtos primários e a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3538 (rejeitada; XXIV, 218), condicionando os processos referentes à concessão de terras devolutas a parecer do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, e visando "resguardar os silvícolas da longa série de espoliações de que tem sido vítimas".

---

• ANDRÉ **TRIFINO CORREIA** (PCB/2º Suplente).

**1) DPF:** NASC: (SI sobre dia e mês) 1900, Alegrete-RS. FALEC: 04/07/1976.
PROF: Militar.

**2) CPr:** Freqüentou o curso da arma de Infantaria na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro-DF (SD). Após a Revolução de 30 tornou-se Primeiro-Tenente (1933) e Capitão do Exército (1934). Serviu no 10º Batalhão de Caçadores em Ouro Preto-MG (1935) e trabalhou como Engenheiro Agrônomo nas obras de saneamento urbano da baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro (1935).

**3) TPol:** Participou do movimento tenentista no RS (1924). Participou da grande marcha da Coluna Tenentista, conhecida como Coluna Prestes, tendo sido durante a mesma Subcomandante do 3º Destacamento sob as ordens de Siqueira Campos (1924-1927). Após o término da Coluna, exilou-se na Argentina (1927-1929). Retornou clandestinamente ao Brasil para integrar-se aos preparativos para a Revolução contra o governo de Washington Luís (1930). Participou ativamente da Revolução de 30, tendo comandado uma coluna encarregada da ocupação militar dos Estados de SC e do PR. Atuou na ANL em meados da década de 30 (1935). Preso e expulso do Exército sob a acusação de ter participado do levante comunista de 35 (1936-1937). Após fugir da prisão, deslocou-se para o RS aliando-se a Flores da Cunha nos preparativos militares para a resistência (malograda) ao golpe que instaurou a ditadura estadonovista (1937). Durante o Estado Novo foi novamente Preso Político, permanecendo na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, onde sofreu torturas e foi submetido a isolamento (1937-1945). No contexto da redemocratização, após a anistia, reintegrou-se ao movimento popular e ao PCB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Em meados da década de 30 foi punido pelo exército por organizar um debate sobre a Lei de Segurança Nacional no Clube Militar (1935). Membro do Diretório Nacional da ANL (1935).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 2º Suplente de deputado pelo PCB/RS, participou dos trabalhos constituintes de 18/03/1946 (27ª Sessão; IV, 76) a 16/07/1946 (105ª Sessão; XVIII, 252), em substituição ao 1º Suplente, Abílio Fernandes (PCB/RS). Parlamentar intransigente na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, por sua postura combativa envolveu-se em violentas polêmicas com parlamentares de outros partidos (mormente do PTB), tendo se notabilizando durante os trabalhos constituintes por ter feito o gesto de endereçar uma banana a Barreto Pinto (PTB/DF), quando este tomou a palavra para defender a cassação do PCB e lançar acusações contra o líder comunista Carlos Prestes (PCB/DF). Também ocupou a tribuna para proferir discursos preconizando veementemente a necessidade de realização de uma reforma agrária para aumentar o poder aquisitivo do povo brasileiro, criando assim um mercado interno mais vasto para promover um crescimento industrial mais equilibrado (X, 435-441), e para manifestar-se favorável à Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) favorável à ampliação da anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo. Após licenciar-se de seu mandato foi preso em pleno processo constituinte, por ter reagido a uma revista da polícia política do DF em sua residência.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2583, favorável à eleição dos ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Congresso Nacional; Nº 2873, proibindo aos Estados, aos Territórios e aos Municípios a tomada de empréstimos a instituições financeiras estrangeiras; Nº 2987 (rejeitada; XXIV, 185), destinando 4% da renda tributária da União para a execução de um plano de valorização da Amazônia e para a distribuição de lotes de terra aos trabalhadores da região; Nº 3490, condicionando a decretação do estado de sítio pelo presidente da República à prévia autorização da Câmara dos Deputados; e a de Nº 3539, proibindo a expropriação ou alienação de terras pertencentes às tribos indígenas.

## D) BANCADA DO PTB/RS.

### • ARTUR FISCHER (PTB).

**1) DPF:** NASC: 27/08/1901, Venâncio Aires-RS. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras, Advogado e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1935), após o que exerceu a advocacia no RS. Fundador da Escola Técnica de Cooperativismo, onde foi Professor de História do Cooperativismo.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo atuou no movimento dos produtores rurais no RS e foi Membro da Comissão Organizadora do Instituto Nacional de Carnes (1937-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi líder rural e um dos mais destacados propugnadores do cooperativismo no interior Rio-Grandense. Fundador e Presidente da União Sul-Brasileira de Cooperativas, uma das maiores cooperativas do país com sede em Porto Alegre-RS. Além disso participou e organizou inúmeros congressos de agricultores e pequenos produtores no RS.

**5) AIT:** Fervoroso propagandista do cooperativismo no RS, pronunciou discursos e palestras sobre o tema no interior do Estado.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado, tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 24ª Sessão, a 13/03/1946 (III, 380), em substituição a Getúlio Vargas (PSD/RS), também eleito deputado pelo PTB/RS e que optou pela cadeira de senador. Concentrou sua atuação no combate ao "comunismo" e ao PCB, e na abordagem de questões referentes à pequena produção agrícola de seu Estado. Assim, ocupou a tribuna várias vezes para denunciar as atividades "antipatrióticas" dos comunistas, e para realizar pronunciamentos criticando veementemente múltiplos aspectos da atuação do PCB, tendo também participado da campanha pela liquidação das greves e das saúvas, exigindo da Assembléia "medidas coercitivas para obrigar a todos a combaterem a formiga, pois se alguns o fazem, outros assim não o procedem. Além disso, a maioria não dispõe de recursos para a aquisição de formicida, que está por preço absurdo, ficando assim impossibilitados de participar da campanha" (VI, 315). Além disso, enviou à Mesa da Assembléia diversos Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" medidas favoráveis aos pequenos produtores da região sul do país, combatendo energicamente a atuação dos frigoríficos estrangeiros no mercado de carne, tendo se posicionado favorável à proibição aos frigoríficos de participarem das atividades invernadoras a criadoras de gado.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 332, sugerindo dispositivo obrigando a União a "incrementar o cooperativismo" e em cuja "justificação" se faz o elogio dessa forma de organização das atividades econômicas (XII, 182), e a de Nº 1301, isentando o pequeno produtor agrícola do pagamento do imposto sobre vendas e consignações.

---

## E) BANCADA DO PL/RS.

A bancada do PL/RS era formada pelo único representante eleito pelo partido para a Assembléia Constituinte, **Raul Pilla**, revolucionário de 30 e destacado político liberal gaúcho.

### • RAUL PILLA (PL).

**1) DPF:** NASC: 20/01/1892, Porto Alegre-RS. FALEC: 07/06/1973.
PROFS: Médico, Professor Universitário, e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre-RS (1915). Professor Interino de Patologia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1917). Livre-Docente de Fisiologia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1924) e Professor Titular de Fisiologia na mesma Faculdade (1926). Durante o Estado Novo, após um período de intensa atividade política, retomou as atividades docentes na Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1937-1945).

**3) TPol:** Com apenas 17 anos foi Secretário do Diretório Central do Partido Federalista em Porto Alegre (1909). Na década de 1920 atuou intensamente no movimento oposicionista ao domínio político de Borges de Medeiros no RS. Apoiou Assis Brasil na sua candidatura de oposição a Borges de Medeiros para o governo gaúcho (1922). Participou da Revolução Rio-Grandense de 1923. Juntamente com Assis Brasil foi um dos Fundadores e Vice-Presidente do PL/Partido Libertador no RS (1928). Participou ativamente da Revolução de 30 no RS. Após a nomeação de Assis Brasil para o Ministério da Agricultura tornou-se Presidente do PL (1930). Opôs-se à influência tenentista no Governo Provisório pós-revolucionário, tendo sido uma das principais lideranças do movimento constitucionalista Rio-Grandense (1931). Participou dos levantes ocorridos no RS em apoio ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Derrotado o movimento, exilou-se na Argentina e Uruguai (1933-1934). Após a anistia, elegeu-se Deputado Estadual Constituinte na legenda do PL (1935-1937). Secretário da Agricultura do RS na gestão de Flores da Cunha (1936-1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, afastou-se das atividades políticas (1937-1945). No contexto da redemocratização integrou a Comissão de Orientação Política encarregada de elaborar os estatutos da UDN, tendo no entanto abandonado o partido para tornar-se Presidente do PL/Partido Libertador (1945).

**4) LAM:** Uma das mais destacadas lideranças políticas de seu Estado, participou de inúmeros movimentos políticos no RS.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no RS e foi colaborador assíduo de diversos periódicos no Estado. Durante o funcionamento da Constituinte-46, manteve colunas políticas regulares em "O Globo", no Rio de Janeiro, no "Diário de Notícias" e no "Correio do Povo", de Porto Alegre. Além disso, publicou: "O SOM NO TRATAMENTO DA SURDEZ" (tese de doutoramento, 1916); "DA CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES" (1925); "FUNÇÕES DA LINGUAGEM" (1926); "CONCEPÇÃO FILOSÓFICA DA MEDICINA" (1938) e "LINGUAGEM MÉDICA" (1942).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Poder Executivo" da Comissão de Constituição, onde teve participação ativa nas discussões referentes à redação de vários dispositivos constitucionais. Parlamentar atuante em plenário, concentrou-se na defesa ferrenha do sistema de governo parlamentarista para fazer frente à "hipertrofia do Executivo" e à instabilidade política instauradas no pós-30, ocupando a tribuna seguidas vezes para, através de pronunciamentos e apartes, propugnar pela adoção do parlamentarismo. Assim, proferiu inúmeros discursos fazendo a defesa do parlamentarismo e apontando os "males do presidencialismo" (III, 55-66; III, 118-121; III, 311-316; VI, 384-390; VII, 182-186; XI, 289-299; XXI, 55-60; XXII, 137-140), tendo tomado parte de vários debates travados em plenário sobre o assunto. Também ocupou a tribuna para pronunciar discurso sobre "Sistema eleitoral proporcional" (XXI, 395-340), no qual justificou emenda de sua autoria estabelecendo o princípio da proporcionalidade na organização do sistema eleitoral e combateu o "mecanismo das sobras" adotado nas eleições para a Constituinte. Além disso, manifestou-se favorável à adoção do princípio dos mandatos curtos para o preenchimento dos cargos legislativos e executivos, da denominação de língua portuguesa para o idioma falado no país, tendo sido ainda contrário à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional durante o recesso dos órgãos legislativos. Segundo Osny Duarte Pereira, "Não obstante parlamentarismo ou presidencialismo não significar qualquer alteração para a miséria do povo, na Constituinte desfiaram-se xaroposas arengas opinando por um ou por outro. Um dos mais cacetes sempre foi o velho Pilla (PL/RS). Sofria de idéia fixa pelo parlamentarismo, como já vimos anteriormente" (PEREIRA, 1964: 128).

Apresentou 16 emendas ao Projeto de Constituição, principalmente aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento das instituições representativas. Destacam-se as de Nº 478 (rejeitada; XXII, 400), implantando o sistema eleitoral proporcional favorável aos Estados mais populosos e contrária ao "mecanismo das sobras"; Nº 504, regulamentando o processo de elaboração de emendas ao texto constitucional e favorável à ratificação das emendas aprovadas por um referendo popular; Nº 954, reduzindo que 1/3 para 1/5 o quorum de parlamentares necessários à formação de Comissões de Inquérito no Congresso Nacional; e a de Nº 2474 (rejeitada após longos debates em plenário; XXII, 149), instituindo no Brasil o parlamentarismo e regulamentando vários aspectos de seu funcionamento.

## BANCADA DO RIO JANEIRO.

**01) ALFREDO NEVES (SENADOR/PSD);**
**02) PEREIRA PINTO (SENADOR/PSD);**
**03) ACÚRCIO TORRES (PSD);**
**04) AMARAL PEIXOTO (PSD);**
**05) BASTOS TAVARES (PSD);**
**06) BRÍGIDO TINOCO (PSD);**
**07) CARLOS PINTO (PSD);**
**08) EDUARDO DUVIVIER (PSD);**
**09) GETÚLIO MOURA (PSD);**
**10) HEITOR COLLET (PSD);**
**11) MIGUEL COUTO (PSD);**
**12) PAULO FERNANDES (PSD);**
**13) JOSÉ LEOMIL (UDN);**
**14) PRADO KELLY (UDN);**
**15) ROMÃO JÚNIOR (UDN);**
**16) SOARES FILHO (UDN);**
**17) ALCIDES SABENÇA (PCB);**
**18) CLAUDINO SILVA (PCB);**
**19) ABELARDO MATA (PTB/1º Suplente).**

**12 PSD + 04 UDN + 02 PCB + 01 PTB = 19.**

### A) BANCADA DO PSD/RJ.

A bancada do PSD/RJ agrupava políticos intimamente entrosados com a máquina governamental montada pelo ex-interventor Amaral Peixoto, e lideranças políticas reconhecidas de vários setores das classes dominantes do Estado do Rio de Janeiro. A bancada do PSD/RJ era formada por **Alfredo Neves**, médico e presidente do Conselho Administrativo do RJ (1940-1945) durante o Estado Novo, tendo assumido algumas vezes a interventoria em caráter interino devido a ausências do titular; **Pereira Pinto**, líder patronal dos usineiros fluminenses e representante dos usineiros do Rio de Janeiro no IAA (1933-1945); **Acúrcio Torres**, ex-deputado à Constituinte de 1933-1934 e com várias legislaturas em órgãos parlamentares; **Amaral Peixoto**, genro de Getúlio Vargas, interventor federal no RJ durante o Estado Novo, e uma das mais influentes lideranças políticas do regime; **Bastos Tavares**, usineiro da região de Campos; **Brígido Tinoco**, oficial-de-gabinete do ministro do Trabalho, Marcondes Filho (1942-1945), e prefeito nomeado de Niterói (1945) na vigência do regime estadovonista; **Carlos Pinto**, cafeicultor, plantador de cana e líder rural dos pequenos e médios proprietários de terra do RJ; **Eduardo Duvivier**, banqueiro, pecuarista e com intensa militância em várias associações de classe dos produtores rurais a nível estadual e nacional; **Getúlio Moura**, líder dos citricultores do interior fluminense e prefeito de Nova Iguaçu (1945) durante o Estado Novo; **Heitor Collet**, membro do Conselho Administrativo do RJ e secretário do Interior e da Justiça do interventor Amaral Peixoto (1937-1945); **Miguel Couto**, médico, proprietário de uma firma exportadora de Sal em Cabo Frio-RJ e representante do Estado

do Rio de Janeiro na Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal durante o Estado Novo; e **Paulo Fernandes**, prefeito nomeado de Barra do Piraí (1939-1945).

Segundo o Dicionário CPDOC, nas eleições de dezembro de 1945, "O PSD foi o grande vitorioso no Estado do Rio, com a eleição de dois senadores e dez deputados federais contra os quatro deputados da UDN, o segundo partido mais votado. De acordo com Badger da Silveira, a destacada força do PSD no território fluminense fundava-se basicamente no prestígio alcançado por **Amaral Peixoto** durante sua interventoria, quando fez profundas amizades nos diversos municípios. Segundo a revista *Veja* (5/6/1974), muitas décadas depois **Amaral Peixoto** ainda era capaz de citar de memória os nomes de todos os 'coronéis' e famílias importantes do estado, o que explicaria, de certo modo, o fato de Marcelino Paiva, decano de seus cabos eleitorais, ter deixado 'duas recomendações à família' ao morrer: que não brigassem por herança e seguissem sempre o 'comandante Amaral Peixoto para qualquer lado' que ele fosse. Por outro lado, a máquina administrativa estadual que viria se tornar a base da estrutura partidária fora formada pelo próprio Amaral Peixoto quando interventor, através da criação de novos cargos e nomeações" (CPDOC, 1984, verbete "Amaral Peixoto": 2653).

## • **ALFREDO** DA SILVA **NEVES** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 27/11/1887, Barra Mansa-RJ. FALEC: 24/06/1975.
PROFS: Médico, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Tipógrafo do jornal "O País" no Rio de Janeiro (1904), após o que exerceu o jornalismo em vários periódicos nesta cidade: Redator e Diretor de "O País", Redator de "A Reação" e Diretor de "O Estado". Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1912). Médico-Assistente no Hospital José Carlos Rodrigues (1913-1927). Chefe do Serviço Neuropsiquiátrico Infantil do Ambulatório Rivadávia Correia de Assistência a Psicopatas (1918-1937). Professor Catedrático de Clínica Neurológica da Faculdade Fluminense de Medicina (1929). Perito da Secretaria de Assistência e Saúde do DF (1931-1934). Chefe do Serviço de Pediatria do Hospital Jesus (1934-1937).

**3) TPol:** Deputado Estadual, RJ (1923-1926). Deputado Estadual, RJ (1927-1930). Durante o Estado Novo foi Secretário Estadual na gestão do interventor Amaral Peixoto (1937-1939); Presidente do Conselho Administrativo do RJ (1940-1945), tendo assumido o cargo de Interventor Interino por ocasião de viagem do titular (1939). No contexto da crise do regime estadonovista tornou-se Interventor do RJ pouco antes do afastamento de Getúlio Vargas (27/outubro a 05/novembro/1945).

**4) LAM:** Presidente da ABI/Associação Brasileira de Imprensa (1929). Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do RJ, da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no RJ e publicou trabalhos técnicos na área de Medicina, destacando-se "LEISHMANIOSE DAS MUCOSAS" (tese, 1921).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Comissão de Investigação Econômica e Social. Concentrando sua atuação nos trabalhos realizados neste órgão, teve pouca atuação em plenário. Nas poucas vezes em que interveio nos debates constituintes, entretanto, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 37 e à manutenção dos Conselhos Administrativos dos Estados até a elaboração das Constituições Estaduais, e declarou voto contra a moção Otávio Mangabeira (UDN/BA) louvando as forças armadas pela deposição de Vargas em 29/outubro/1945 (XI, 257). Além disso, ocupou a tribuna para informar sobre o andamento dos trabalhos da Comissão que presidia (VIII, 04; IX, 418), e efetuou intervenções tópicas em debates sobre problemas agrícolas, posicionando-se contra a extinção do IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool, medida preconizada por alguns setores que se sentiam prejudicados pela política da autarquia.

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 407, regulamentando o auxílio governamental às Ligas de Higiene Mental; Nº 2906, proibindo o acúmulo de cargos públicos ou paraestatais remunerados na União, nos Estados e nos Municípios; Nº 2664, dando à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões suscitadas por motivos de fixação de salários; e a de Nº 3324, colocando novas limitações ao direito de greve além daquelas já impostas pelo "bem público" contidas no primitivo projeto.

---

• JOSÉ CARLOS **PEREIRA PINTO** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/08/1882, Campos-RJ. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro) e Comerciante.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Foi proprietário de Usina e fazendeiro na região de Campos-RJ.

**3) TPol:** Durante as décadas de 1930 e 1940 foi Representante dos Usineiros do Estado do Rio de Janeiro no IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool, nas gestões de Leonardo Truda e Barbosa Lima Sobrinho (1933-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi líder rural no RJ. Presidente da Associação Comercial de Campos (SD) e Delegado do Estado do RJ no Conselho de Fomento Agrícola (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Líder patronal dos usineiros de seu Estado, foi um dos mais veementes e combativos defensores da política implementada pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool em plenário. Assim, participou de vários debates travados sobre a política da autarquia, e proferiu discursos abordando o tema da "Produção açucareira" (VI, 13-19; XX, 198-200), nos quais combateu energicamente os argumentos dos constituintes que propugnavam pela extinção do IAA sob o argumento de que a autarquia beneficiava os usineiros em detrimento dos pequenos produtores e fornecedores de cana, afirmando em seus pronunciamentos, que "Às vozes contrárias ao IAA, às opiniões favoráveis à sua extinção, oponho em nome do meu Estado e em nome dos industriais de açúcar do Estado do Rio, o protesto mais veemente. (...) Não será com engenhos e com bangüês que nos projetaremos ante as nações do mundo" (IX, 17-19). Devido a essa postura de defesa das autarquias e das grandes usinas,

envolveu-se em acirradas polêmicas com seu companheiro de bancada, Carlos Pinto (PSD/RJ), um dos mais acerbos críticos do IAA e da classe dos usineiros em plenário.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • ACÚRCIO FERNANDES TORRES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 12/04/1897, Cantagalo-RJ. FALEC: 24/08/1976.
PROFS: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1916), após o que exerceu a advocacia em Niterói e no Rio de Janeiro. Foi Promotor Público em Niterói e Adjunto de Promotor Público no Rio de Janeiro-DF (SD).

**3) TPol:** Vereador em Niterói-RJ (1919-1923). Participou da campanha da "Reação Republicana", organização de apoio à candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República (1921-1922). Deputado Estadual, RJ (1926-1928). Membro da "Comissão do Estado" da Assembléia Constituinte Estadual do RJ (1928). Deputado Estadual (1930). Opôs-se à campanha da Aliança Liberal e à Revolução de 30 no RJ, permanecendo ao lado do presidente do Estado, Manuel Duarte, a quem era ligado politicamente (1929-1930). Deputado Constituinte e Federal pela "Legenda Constitucionalista", RJ (1933-1935). Deputado Federal pelo Partido Evolucionista, RJ (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46, na condição de líder do PSD no Congresso Nacional, foi um dos principais articuladores do processo de cassação do PCB/Partido Comunista do Brasil e do "acordo interpartidário" PSD/UDN/PR (1947-1948).

**4) LAM:** Membro do Conselho da OAB/RJ e do Instituto dos Advogados do RJ.

**5) AIT:** Segundo Gastão Pereira da Silva, "tem publicado teses jurídicas, discursos e conferências" (SILVA, 1947: 177). Ainda segundo o mesmo autor, "Exaltado, sempre nervoso, irrequieto, falta a Acúrcio Torres a serenidade exigida a um verdadeiro parlamentar" (Id., 178)

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Líder do PSD na Constituinte e Membro da Subcomissão "Poder Executivo" da Comissão de Constituição. Um dos parlamentares mais intolerantemente reacionários da Assembléia, concentrou sua atuação no combate ao "comunismo" e ao PCB, e na defesa incondicional e intransigente de todas medidas tomadas pelo governo Dutra, principalmente aquelas que visavam a repressão violenta ao movimento popular e às suas organizações. Parlamentar atuante em todas as etapas do processo de elaboração constitucional, logo no início dos trabalhos constituintes pugnou por um Regimento Interno que conservasse o controle do "Executivo" sobre a Assembléia, e foi um dos mais ativos defensores da vigência da Carta de 1937 em plenário, posicionando-se energicamente contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo, e à adoção do processo de votação nominal e aberto pela Assembléia, opondo-se ainda a qualquer tentativa de flexibilizar o Regimento visando aumentar as liberdades políticas usufruídas pelo parlamentares.

Em plenário, ocupou a tribuna várias vezes para apoiar e justificar as mais diversas medidas tomadas pelo governo Dutra que eram objeto de críticas e questionamentos no seio da Constituinte; assim, realizou pronunciamentos apoiando o decreto-lei 9070 baixado pelo governo

Dutra restringindo o direito de greve; contestando o direito à existência legal do MUT/Movimento Unificador dos Trabalhadores (III, 393); declarando voto contra a Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo (IV, 92); justificando a repressão governamental à greve da "Light"; defendendo a prerrogativa do governo Dutra de baixar decretos-lei sem prestar contas à Assembléia (VI, 104) ; apoiando a medida governamental de proibir manifestações por ocasião do primeiro de Maio (VIII, 84); posicionando-se contra a nomeação de uma Comissão Parlamentar para investigar a intervenção no sindicato dos bancários (XIII, 8); e apoiando o fechamento e apreensão pela polícia política do DF do diário comunista "Tribuna Popular" (XXI, 197), tendo efetuado ainda inúmeras outras intervenções, sempre na defesa da figura do general Dutra e das medidas implementadas por seu governo. Além disso, declarou voto a favor da moção de Nereu Ramos (PSD/SC) aprovando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, e contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, a 29/outubro/1945. Foi também um dos mais aguerridos defensores do mandato presidencial de 06 anos na Comissão da Constituição e na Assembléia, manifestando-se ainda favorável à proibição da imigração japonesa, à criação de "tiros de guerra" no interior do país para resolver o problema do êxodo rural, e à nomeação dos interventores federais nos Estados pelo presidente da República, sendo contrário à concessão de tal prerrogativa ao Congresso Nacional. Após o término dos trabalhos constituintes, com a eleição de Nereu Ramos (PSD/SC) para a vice-presidência da República, tornou-se líder do PSD no Congresso Nacional.

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 1512 (rejeitada; XXII, 368), equiparando aos brasileiros naturalizados os cidadãos portugueses com mais de 05 anos de residência no Brasil; Nº 2296, possibilitando a brasileiros não natos com título declaratório de cidadania brasileira candidatarem-se a cargos eletivos; e a de Nº 2827-A, elevando os vencimentos dos desembargadores do Estado do Rio de Janeiro.

---

• ERNÂNI DO **AMARAL PEIXOTO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 14/07/1905, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 12/03/1989.
Casado com Alzira do Amaral Peixoto, filha de Getúlio Vargas. Irmão de Augusto Amaral Peixoto Júnior, revolucionário em 1924 e 1930, um dos principais líderes do Clube 03 de Outubro, deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934) e deputado federal pelo DF (1935-1937).
PROFS: Militar (Oficial da Marinha) e Engenheiro.

**2) CPr:** Aluno da Escola Naval do Rio de Janeiro (1923-1927). Segundo-Tenente (1927). Formado Engenheiro Geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro-DF (1928). Primeiro-Tenente (1929). Secretário do Encouraçado Minas Gerais (1929). Ajudante-de-Ordens dos Almirantes Otávio Perry e Augusto Burlamaqui (1930-1931). Capitão-Tenente e Ajudante-de-Ordens do almirante Ferraz e Castro, comandante da 1ª Divisão Naval (1932). Após realizar o Curso de Aperfeiçoamento na Escola de Especialização da Marinha ocupou vários cargos políticos (1933). No início do governo Dutra foi para a reserva no posto de Capitão-de-Fragata (1946).

**3) TPol:** Influenciado por seu irmão, líder tenentista, participou da Revolução de 30. Tomou parte nas manobras militares contra o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Após desempenhar várias missões militares como Oficial da Marinha, tornou-se Ajudante-de-Ordens do presidente da República, Getúlio Vargas (1933-1937). Ingressou no Partido Autonomista,

agremiação liderada pelo Interventor Pedro Ernesto (1933). Durante o Estado Novo foi nomeado Interventor Federal no Rio de Janeiro (1937-1945); casou-se com Alzira Vargas, filha do presidente Getúlio Vargas (1939); Chefe do Serviço de Abastecimento da Coordenação da Mobilização Econômica (1942-1944). No contexto da redemocratização foi um dos principais organizadores do PSD a nível nacional, tornando-se Membro do Diretório Nacional do partido e Presidente de seu Diretório Estadual (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Membro do Clube 03 de Outubro (1931). No início do Estado Novo foi um dos idealizadores da malograda Legião Cívica Nacional, entidade organizada por alguns setores da cúpula burocrática do regime para fazer frente ao avanço do integralismo (1938). Participou ativamente no movimento a favor da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, tendo sido Presidente de Honra do Comitê Interaliado (1943-1945). Membro do Diretório Central da LDN/Liga de Defesa Nacional (1943).

**5) AIT:** Participou de vários comícios a favor da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, tendo sido um dos principais propugnadores por uma política externa de "boa vizinhança" com os Estados Unidos no seio da cúpula burocrática estadonovista.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Ex-interventor do RJ durante o Estado Novo, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional fluminense, e na defesa de sua gestão e de seus aliados políticos à frente de vários órgãos burocráticos do regime estadonovista. Assim, aparteou freqüentemente discursos de outros constituintes para responder a críticas por eles efetuadas em plenário, destacando-se a esse respeito a polêmica que entabulou com o udenista Soares Filho (UDN/RJ) sobre a construção do hotel-cassino "Quitandinha" em Petrópolis-RJ. Além disso, participou dos debates sobre a escassez de gêneros alimentícios nos centros urbanos, fazendo a defesa das medidas tomadas no transcurso de sua gestão na chefia da Secretaria de Abastecimento da CME para enfrentar o problema, e manifestou-se favorável à mudança da capital federal para o interior do país e contrário à extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool e das demais autarquias.

Apresentou 07 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1643, dando à União competência privativa para explorar ou dar em concessão os serviços referentes à execução do Plano Nacional de Viação; Nº 1933, determinando a aplicação exclusiva da renda resultante dos tributos sobre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais na conservação, no melhoramento, e na expansão das estradas de rodagem; e a de Nº 2023, reduzindo de 05 para 03 anos o prazo para a desapropriação de terras beneficiadas por obras públicas e que não fossem aproveitadas economicamente.

---

## • SÍLVIO BASTOS TAVARES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/07/1893, Campos-RJ. FALEC: 25/03/1960.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro e Plantador de Cana) e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1918). Foi Diretor de Higiene Municipal de Campos e Presidente da "Companhia Usinas Nacionais" na mesma cidade (SD).

**3) TPol:** Deputado Estadual (1935-1937). Prefeito de Campos (1936). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar ativo em plenário, concertou sua atuação na defesa da classe dos usineiros e da política implementada pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool dos veementes ataques efetuados a ambos por seu companheiro de bancada, Carlos Pinto (PSD/RJ), tendo participado de vários debates sobre problemas agrícolas e sobre a comercialização da cana-de-açúcar travados no recinto da Assembléia. Assim, ocupou a tribuna diversas vezes para pronunciar discursos defendendo a política posta em prática pelo IAA (V, 261-267; XVIII, 287), nos quais posicionou-se energicamente contrário à extinção do instituto, aproveitando a ocasião para manifestar o posicionamento dos grandes plantadores de cana e usineiros da região de Campos-RJ, amplamente favoráveis às diretrizes impostas pelo IAA. Parlamentar conservador e de postura governista, tomou parte da campanha contra o "comunismo", e manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, ao mandato presidencial de 06 anos, tendo ainda feito questão de declarar voto a favor da moção do líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) apoiando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, na capital federal. Além disso, participou dos debates ocorridos em plenário sobre o problema da Saúde Pública, e causou sensação no recinto da Assembléia por ter sido o primeiro pessedista a ocupar a tribuna para apoiar "o beijo" dado pelo líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) na mão do general Eisenhower (XX, 258).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **BRÍGIDO** FERNANDES **TINOCO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 28/09/1910, Niterói-RJ. FALEC: 22/10/1982.
PROFS: Advogado-Funcionário Público e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Niterói-RJ (1933). Professor de Direito Constitucional e de Economia, e Diretor da Faculdade Fluminense de Comércio (SD). Durante o Estado Novo foi Procurador da Justiça do Trabalho em São Paulo-SP (1941).

**3) TPol:** Vereador em Niterói-RJ (1936-1937). Durante o Estado Novo foi nomeado Delegado Geral da Polícia Municipal de Niterói na gestão do interventor Amaral Peixoto (1937-1938); Secretário da Prefeitura de São Gonçalo-RJ (1938-1941); Prefeito de São Gonçalo (1940-1941); Oficial de Gabinete do ministro do Trabalho Marcondes Filho (1942-1945); Prefeito de Niterói (1945).

**4) LAM:** Durante o Estado Novo participou do I (1942) e do II (1944) Congressos do Trabalho. Membro do Conselho de Recursos de Propriedade Industrial do Brasil (1944). Foi também Membro da Comissão do Imposto Sindical e da Comissão da Consolidação das Leis do Trabalho, órgãos ligados ao Ministério do Trabalho (1945).

5) **AIT:** Além de ter colaborado em jornais e revistas no RJ, publicou "VERSOS TRISTES" (1930); "UMA PORÇÃO DE FOLHAS MORTAS" (1932); "COMUNISMO, FASCISMO E DEMOCRACIA" (1934); "O MOMENTO MUNDIAL E AS DIRETRIZES NACIONAIS" (1936); "ALVORADA E RESSURREIÇÃO" (1938).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar de postura governista, concentrou sua atuação na defesa da legislação social implementada durante o Estado Novo, e na abordagem de questões referentes ao problema educacional. Assim, ocupou a tribuna para proferir longos discursos sobre "A história social do Brasil" (IV, 213-224) e sobre o "Combate ao analfabetismo" (VII, 216-226), nos quais teceu extensas considerações sobre cada um desses temas sem, no entanto, explicitar de maneira clara suas propostas no tocante a esses assuntos. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937, tendo ainda participado dos debates sobre sistemas de governo, defendendo energicamente o presidencialismo e a figura de Vargas dos ataques endereçados a ambos da tribuna constituinte.

Apresentou 09 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 441, obrigando as empresas com mais de 50 trabalhadores a manterem ensino primário gratuito para seus empregados; Nº 473 (rejeitada; XXIII, 378), obrigando a União a aplicar 15%, e os Estados, o DF e os Municípios o mínimo de 25%, da receita arrecadada na manutenção e no desenvolvimento do ensino primário; e a de Nº 537, contrária ao comparecimento dos ministros de Estado no Congresso Nacional, sob a alegação de este ser um procedimento de cunho "parlamentarista", incompatível com o presidencialismo.

---

## • CARLOS PINTO FILHO (PSD).

1) **DPF:** NASC: 24/01/1904, Porciúncula-RJ. FALEC: novembro/1968.
PROFS: Proprietário de Terras (Cafeicultor e Plantador de Cana).

2) **CPr:** Sem curso universitário. Foi Cafeicultor e Plantador de Cana na região Norte do Estado do RJ.

3) **TPol:** Segundo David Fleischer (FLEISCHER, 1981: 181) foi Vereador em Itaperuna-RJ e Prefeito de Porciúncula (SD). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

4) **LAM:** Foi líder rural em seu Estado, tendo representado os fazendeiros do RJ em vários Convênios Cafeeiros e em Conselhos do Departamento Nacional do Café (SD).

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões de interesse dos proprietários de terras do RJ, principalmente dos cafeicultores e dos pequenos produtores de cana do interior do Estado, tendo tomado a palavra inúmeras vezes para reivindicar ao governo medidas de proteção à "lavoura" e para censurar veementemente a política das autarquias em relação ao setor. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos criticando duramente as

diretrizes implementadas pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool durante o Estado Novo (V, 246-255; VII, 162-168; XVIII, 367-369; XX, 97-105 etc.), nos quais, citando seu próprio exemplo pessoal de pequeno produtor de açúcar que teve seu engenho lacrado pelo instituto, acusou o IAA dentre outras coisas de ser um órgão controlado pelo grandes plantadores de cana e usineiros, interessados em limitar a produção do açúcar com o fito de conservar e aumentar suas margens de lucro. Também realizou pronunciamentos analisando vários aspectos das atividades do DNC/Departamento Nacional do Café (I, 80; IV, 211; XVII, 253, XX, 280), no quais acusou este órgão governamental de favorecer os intermediários (comerciantes e comissários de café ), em detrimento dos lavradores; e reivindicando a formação de uma Banco de Crédito Rural (III, 113-118; IV, 211), com o objetivo de libertar os fazendeiros de algodão e de café do domínio dos grandes comerciantes e financistas que, devido à fragilidade financeira dos produtores, se apropriavam dos estoques dos produtos agrícolas e os revendiam em condições de mercado mais favoráveis, auferindo assim "lucros extraordinários". Ao ocupar a tribuna reiteradas vezes para atacar as atividades das autarquias em geral, e do IAA e do DNC em particular, desencadeou acirrados debates no recinto da Assembléia sobre o assunto, provocando veementes reações dos defensores da política das autarquias, inclusive de pessedistas de seu Estado, como Pereira Pinto e Bastos Tavares.

Também enviou à Mesa da Assembléia inúmeros Requerimentos e Indicações "solicitando informações" sobre as atividades do DNC e do IAA, e foi um dos poucos Constituintes pessedistas a ocupar a tribuna para protestar contra o espancamento de grevistas da "Light" pela polícia política do DF, tendo inclusive sido de sua iniciativa o Requerimento solicitando a nomeação de uma Comissão Parlamentar para apurar os espancamentos cometidos por autoridades governamentais contra os grevistas da "Light" (XI, 427). A certa altura dos trabalhos constituintes, exasperado com a pouca repercussão de sua defesa dos pequenos e médios produtores agrícolas em plenário, afirmou "... não sei mesmo se me será possível suportar quatro anos desta Assembléia, porque já sinto uma saudade imensa das minhas vacas e dos meus porcos" (XI, 314). Noutra ocasião, ao defender emenda de sua autoria favorável aos pequenos proprietários, desabafou: "Tal tem sido a reação contra as medidas que visam a beneficiar as classes pobres que já subo à tribuna certo de que minha emenda será rejeitada" (XXI, 352).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 57 (rejeitada; XXI, 356), isentando do pagamento do Imposto sobre Vendas e Consignações os produtos beneficiados por pequenas máquinas agrícolas, como forma de favorecer e estimular a mecanização da lavoura.

---

## • EDUARDO DUVIVIER (PSD).

**1) DPF:** NASC: 1890, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 1958.
PROFS: Banqueiro, Proprietário de Terras (Pecuarista) e Industrial.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Foi Banqueiro, Presidente de uma Cooperativa de Leite e Sócio de Firmas Construtoras no RJ. Segundo Osny Duarte Pereira, "Duvivier era dono de grande fortuna constituída especialmente pela especulação imobiliária e atividades bancárias" (PEREIRA, 1963: 215).

**3) TPol:** Membro do Conselho Econômico do Estado do RJ (1932-1934). Deputado Federal na legenda da União Progressista Fluminense (1935-1937). Membro da Comissão Diretora Provisória do PSR/Partido Social Republicano (1937). Representante do PSR na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo atuou em associações de classe dos proprietários rurais (1937-1945). Após a Constituinte-46

posicionou-se ao lado da facção liderada por Acúrcio Torres, que se opôs à orientação implementada na sucessão estadual pelo presidente do diretório do PSD/RJ, Amaral Peixoto (1947).

**4) LAM:** Foi Membro da Comissão Organizadora do 4º Congresso Nacional da Agricultura e Pecuária realizado no Rio de Janeiro-DF (fevereiro/1945). Segundo Eli Diniz, "Em 1947 foi estabelecida a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL), sucessora da Comissão Executiva do Leite (CEL), mas que tinha características distintas. Enquanto esta era um órgão oficial, aquela era uma organização de criadores e industriais de laticínios. Seu primeiro presidente, Eduardo Duvivier, era homem das classes rurais, membro atuante da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira" (DINIZ, 1978: 187).

**5) AIT:** Publicou "AS DIRETRIZES SOCIAIS DA FUTURA CONSTITUIÇÃO" (1933).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Declaração de Direitos" da Comissão de Constituição e Membro da Comissão de Defesa e Amparo à Pecuária. Um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia, concentrou sua atuação nos trabalhos da "Grande Comissão" constitucional, onde foi um ferrenho adversário do intervencionismo estatal na economia e da ampliação das liberdades políticas e de associação. Em plenário, concentrou-se na defesa do sistema de governo presidencialista, e no enfoque de questões relacionadas ao problema da pecuária. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos tecendo considerações de cunho doutrinário sobre "A elaboração constitucional e o respeito à tradição" (II, 52-56), no qual fez a defesa do bipartidarismo e preconizou o "respeito à tradição" como o princípio doutrinário básico, a norma fundamental, que deveria nortear o pensamento dos parlamentares constituintes; analisando "O desenvolvimento do gado indiano no Brasil" (III, 438-446), no qual criticou veementemente a "economia dirigida" e a política creditícia do Banco do Brasil em relação à pecuária; e fazendo a defesa do sistema de governo presidencialista (II, 24-28). Além disso, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 06 anos, à adoção de medidas coercitivas para conter a expansão do comunismo no Brasil, e declarou voto contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2286, favorável à cassação dos mandatos dos parlamentares que "conspirarem ou agirem contra as instituições democráticas" (XV, 145); Nº 2851, vedando à União, aos Estados, ao DF, e aos Municípios o recurso à cobrança do imposto de exportação com o fito de estabelecer barreiras alfandegárias; Nº 3155 (prejudicada; XXIII, 22), ameaçando com punição qualquer propaganda ou processo tendente a suprimir o regime democrático e os direitos individuais estabelecidos na Constituição; Nº 3162 (rejeitada; XXIII, 137), instituindo salário proporcional à produtividade do trabalhador; Nº 3226-A (rejeitada; XXIII, 241), assegurando o direito à pluralidade sindical; e a de Nº 3369 (rejeitada; XXIII, 219), vedando a extensão de determinados direitos trabalhistas ao trabalhador rural.

## • GETÚLIO BARBOSA DE MOURA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 10/06/1903, Itaguaí-RJ. FALEC: 10/06/1981.
PROFS: Proprietário de Terras (Citricultor) e Advogado.

**2) CPr:** Funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil (1924). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1931), especializando-se em Direito Criminal. Exerceu a advocacia e foi Plantador de Laranja no interior do Estado do RJ.

**3) TPol:** Um dos principais Dirigentes da Revolução de 30 em Nova Iguaçú-RJ. Vitoriosa a Revolução, tornou-se Prefeito de Nova Iguaçu, sendo logo a seguir destituído do cargo devido a divergências com o Governo Provisório tenentista (1930-1931). Candidato derrotado à Constituinte de 1934 pela União Progressista Fluminense (1933).Vereador em Nova Iguaçu, tendo sido Presidente da Câmara Municipal no exercício de seu mandato (1936-1937). Durante o Estado Novo foi Prefeito de Nova Iguaçu (março-outubro/1945).

**4) LAM:** Líder dos produtores rurais no interior do Estado, foi Fundador da Associação Rural de Nova Iguaçú-RJ.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao desenvolvimento econômico da região da baixada fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e na defesa de sua emenda estabelecendo a gratuidade do ensino público em todos os graus para os filhos de pais pobres. Defensor dos interesses dos produtores de laranja de seu Estado, ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "O problema da citricultura nacional" (IX, 309-311; IX, 406-411), nos quais criticou o decreto expedido pelo governo aumentando os impostos para a produção e comercialização de laranja, e reivindicou medidas urgentes "para salvar a citricultura e os opulentos laranjais da baixada fluminense, do Distrito Federal e de São Paulo" (IX, 309). Parlamentar de postura governista, embora no início dos trabalhos constituintes tenha adotado uma postura crítica em relação às diretrizes partidárias do PSD, ocupando a tribuna para protestar contra a censura policial às radiodifusoras (I, 51) e para a apoiar a greve dos bancários (I, 113), posteriormente interveio para defender várias medidas repressivas baixadas pelo governo contra o PCB e o movimento popular. Além disso, manifestou-se favorável ao mandato presidencial de 06 anos , à instituição do júri, e contra a manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais.

Apresentou 13 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1251, dando ao presidente da República competência privativa para nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal e contrária à concessão de tal prerrogativa ao Congresso; Nº 1319, regulamentando a gratuidade do casamento civil e sua equivalência em relação ao casamento religioso; e a de Nº 1358 (rejeitada; XXIII, 392), estabelecendo a gratuidade do ensino em todos os graus, em estabelecimentos oficiais, para os filhos de pais pobres.

• **HEITOR** BARCELOS **COLLET** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 27/03/1898, São Fidélis-RJ. FALEC: 30/01/1974.
Filho de Agnelo Gérarque Collet, presidente do Estado do Rio de Janeiro durante a República Velha (1917-1918).
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1922), após o que exerceu a advocacia no interior do Estado. Foi também Professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro (SD).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte pelo PPR/Partido Popular Radical, RJ (1935-1937); no exercício de seu mandato foi Presidente da Assembléia Legislativa do RJ (1936-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo do RJ e Secretário do Interior e da Justiça na gestão do interventor Amaral Peixoto (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/RJ (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo no RJ.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, efetuou poucas intervenções durante os trabalhos constituintes, tendo ocupado a tribuna para realizar pronunciamento sobre "Matéria Constitucional" (XIX, 224-229), onde justificou seus pontos de vista e os de sua bancada em relação ao Projeto de Constituição; em seu discurso, posicionou-se a favor da redação dos dispositivos do título "Ordem Econômica e Social" que consagravam a intervenção estatal na economia e os direitos sociais dos trabalhadores, reivindicou a extensão de certos aspectos da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, e manifestou-se favorável à organização das polícias de carreira nos Estados e à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição com o fito de combater a difusão de "concepções materialistas" no seio das massas. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia inúmeros Requerimentos de "voto de pesar" a personalidades falecidas.

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 3634, regulamentando o reaproveitamento de ex-contratados pela Secretaria da Câmara Federal que foram dispensados a partir da vigência da Constituição de 1937.

---

## • MIGUEL COUTO FILHO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 08/05/1900, Rio de Janeiro-DF. FALEC: 02/05/1969.
Filho de Miguel de Oliveira Couto, médico, presidente da Academia Nacional de Medicina e deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934).
PROFS: Médico, Industrial e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1921). Assistente da II "Medizinische Klinik da Charite" em Berlim-Alemanha (1923). Foi Professor da Cadeira de Doenças Tropicais e Infecciosas, Assistente de Clínica Médica e Auxiliar-Preparador da Cadeira de Anatomia Cirúrgica na Faculdade de Medicina da Universidade do RJ (SD). Médico da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital São Francisco de Assis. Além disso, exerceu atividades empresariais no RJ, tendo sido Fundador e Diretor da Companhia Salinas Perinas, da Navegação Cabofriense Ltda. e da Companhia Exportadora de Sal Angra (SD).

**3) TPol:** Foi Vereador e Vice-Prefeito de Cabo Frio-RJ (SD). Deputado Estadual, RJ (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Representante do Rio de Janeiro na Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal (SD). No contexto da redemocratização tornou-se Membro do Diretório do PSD/RJ (1945).

**4) LAM:** Foi Membro da Academia Nacional de Medicina, da Academia Brasileira de Medicina Militar, da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia, e da Sociedade Brasileira de Tuberculose, tendo participado de inúmeros congressos e simpósios médicos. Foi também Presidente da Federação de Consórcios Salineiros Fluminenses e do Centro de Comércio de Sal Fluminense.

**5) AIT:** Publicou: "EXTRASÍSTOLES E EXTRASISTOLIA" (1921); "TRATAMENTO DA TAQUICARDIA PAROXÍSMICA" (1926); "O PROBLEMA MÉDICO DA AVIAÇÃO" (1928); "A VACINA BCG E SEU RESULTADOS EM FRANÇA" (1928); "A DIETA DE WHIPPLE NAS ANEMIAS DE ORIGEM PALUSTRE E VERMINOSE" (1929); "BERIBÉRI --- MOLÉSTIA INFECCIOSA --- ESTUDO CLÍNICO" (1933); "A ONDA *U* NAS CRISES PROLONGADAS DA DOENÇA DE BOUFEFERET" (1938); "A DOENÇA DE CHAGAS" (1938); "O CORAÇÃO NA DIFTERIA" (1940) E "ALOCUÇÕES" (1945)

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação no combate veemente à imigração japonesa, e na abordagem de questões referentes aos problemas da Saúde Pública e da fixação do "homem do campo" no interior do país. Assim, ocupou a tribuna várias ocasiões para proferir violentos discursos denunciando o expansionismo japonês (VII, 09-11; XIX, 55-58; XX, 183-189), nos quais posicionou-se radicalmente contrário à qualquer modalidade de imigração japonesa, e argumentou a favor de emenda de sua autoria e de José Augusto (UDN/RN) proibindo a entrada de imigrantes japoneses e a formação de "quistos raciais" no país, tendo feito o elogio, a certa altura de seu discurso, da "...sábia lei que restringiu, na Constituinte de 1934, a imigração japonesa e nos defendeu em tempo de uma verdadeira avalanche de amarelos belicosos, que o Imperador Divino pretendia nos enviar em sucessivos 'Marus', para aqui formar um outro exército, no propósito de nos enfraquecer, e colocar os EUA entre dois fogos, como profetizara Miguel Couto" (VII, 11). Também realizou pronunciamentos abordando o tema da "Saúde Pública" (XVIII, 234), no qual reivindicou a formação de um Ministério da Saúde desvinculado da pasta da Educação, e interveio várias vezes nos debates constituintes para defender o governo do ex-interventor Amaral Peixoto (PSD/RJ) dos

ataques realizados por oposicionistas em plenário. Além disso, manifestou-se a favor da criação de "tiros de guerra" no interior do país para evitar o êxodo rural.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 132, determinando a aplicação compulsória de 4% da renda arrecadada pela União no amparo à maternidade, à infância e à adolescência; Nº 3165 (rejeitada após voto de desempate do presidente da Assembléia Constituinte, Melo Viana; XXIII, 76) proibindo a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e procedência, e cuja "justificação" se constitui num libelo contra a imigração japonesa; e a de Nº 3315, estipulando que "A lei providenciará no sentido de serem absorvidos os quistos raciais ora existentes no país, bem como os núcleos territoriais seriados e isolados dos nacionais, pertencentes a conglomerados humanos de uma ou mais nacionalidades estrangeiras" (XVI, 111).

---

## • PAULO DA SILVA FERNANDES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 30/10/1915, Porto Alegre-RS. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras (Pecuarista) e Agrônomo.

**2) CPr:** Formado pela Escola Superior de Agricultura em Viçosa-MG (1935), após o que dedicou-se à administração de suas fazendas no interior do RJ.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito nomeado de Barra do Piraí-RJ (1939-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Presidente do PSD em Barra do Piraí e Membro do Diretório Estadual do partido (1945). 1ª Legislatura em órgãos parlamentares.

**4) LAM:** Foi Presidente da Federação das Associações Rurais no Estado do RJ e pertenceu a várias associações culturais em Barra do Piraí-RJ.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na abordagem de questões referentes ao problema da "Casa Popular", tendo ocupado a tribuna para proferir discurso analisando o assunto (VII, 211-216), no qual atribuiu a crise da habitação nos centros urbanos à "política industrializante" implementada após a I Guerra Mundial e durante o governo Vargas, responsabilizando tal política pelo êxodo rural e pelo excedente populacional gerado nas grandes cidades. Além disso, manifestou-se contra a atribuição à Constituinte da prerrogativa de elaborar legislação ordinária, e enviou à Mesa da Assembléia Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" a feitura de obras em sua região eleitoral na cidade de Barra do Piraí-RJ.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1578, proibindo a tributação das primeiras operações de vendas de produtos agropecuários, e a de Nº 1585, restringindo a prestação de serviço militar obrigatório nos centros urbanos com o fito de estancar o "êxodo rural" em direção às grandes cidades.

---

## B) BANCADA DA UDN/RJ.

A bancada da UDN/RJ era formada por profissionais liberais de alta classe média com ampla atuação em diversas associações profissionais dos advogados e médicos no Estado: **José Leomil**, advogado, era membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e Conselheiro da OAB/RJ; **Prado Kelly**, uma das principais lideranças políticas udenistas do pós-guerra, também era advogado com intensa atuação em diversas associações profissionais da categoria; **Romão Júnior**, médico e ex-prefeito de Petrópolis; e **Soares Filho**, advogado e jornalista fluminense, também integrante da "ala dos bacharéis" do partido. De acordo com Maria Vitória Benevides, "A UDN fluminense era muito heterogênea, contando com nomes de bacharéis no velho estilo liberal, como Raul Fernandes, **Prado Kelly**, e **Soares Filho**, ao lado de inexpressivos reacionários de 'linha dura' com Raimundo Padilha (que posteriormente viria a ser nomeado governador em 1970)" (BENEVIDES, 1981: 234).

### • JOSÉ DE CARVALHO LEOMIL (UDN).

**1) DPF:** NASC: 02/04/1909, Niterói-RJ. FALEC: SI.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1932), após o que exerceu a advocacia no Estado.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Membro do Instituto dos Advogados Fluminenses e Conselheiro da OAB/RJ.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Concentrou sua atuação na defesa da restauração das liberdades políticas e democráticas suprimidas durante a ditadura estadonovista, e na feitura de críticas à administração do ex-interventor do Estado do RJ, Amaral Peixoto (PSD/RJ). Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se veementemente contrário à vigência da Carta de 1937, e leu declaração de voto a favor da Indicação udenista propondo a nomeação de uma comissão para redigir um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição de 37, afirmando ser esta o "corpo de delito do maior crime até hoje praticado no Brasil contra a democracia" (II, 354). Defensor ferrenho das liberdades políticas, ocupou várias vezes a tribuna para protestar contra violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular e oposicionista, tendo inclusive tomado a palavra para denunciar a invasão do próprio palácio Tiradentes por tropas de choque da Polícia Especial do DF para intimidar manifestação dos bancários no recinto da Assembléia (X, 36), denúncias estas que causaram repercussão em plenário. Também proferiu discurso abordando "O problema da tuberculose no Brasil" (VII, 179) onde criticou a política estadonovista em relação à Saúde Pública, e declarou voto contra o dispositivo constitucional que instituía o "estado de sítio preventivo". Além disso, juntamente com seus companheiros de bancada Romão Júnior (UDN/RJ) e Soares Filho (UDN/RJ), encaminhou à Comissão de Constituição diversas sugestões aos dispositivos sobre "Discriminação de Rendas" do projeto (VII, 229-231).

Apresentou 12 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 543, regulamentando vários aspectos dos salários dos juizes e desembargadores, e favorável à irredutibilidade e à isenção tributária do salário dos magistrados; Nº 612, assegurando ao proprietário amplo direito de defesa judiciária com o fito de garantir o direito de propriedade em toda sua plenitude, e condicionando a desapropriação por interesse público à prévia e justa indenização em dinheiro; Nº 1044, regulamentando vários aspectos do funcionamento do Ministério Público; e a de Nº 1204, assegurando a várias categorias de funcionários públicos afastados de seus cargos a partir de 10/novembro/1937, "a faculdade de pleitear judicialmente a reparação de seus direitos, excetuando o da percepção de vencimentos já prescritos" (XIII, 321).

---

• JOSÉ EDUARDO DO **PRADO KELLY** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 10/09/1904, Niterói-RJ. FALEC: SI.
Filho de Otávio Kelly, deputado estadual no RJ (1907-1909) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1934-1943).
PROFS: Advogado, Jornalista e Escritor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1925), após o que abriu escritório de advocacia no Rio de Janeiro e exerceu o jornalismo em diversos periódicos na mesma cidade. Redator de "A Noite" (1925-1930). Após a Constituinte de 1946 tornou-se Diretor Vice-Presidente da Companhia Docas de Santos (1948).

**3) TPol:** Apoiou a campanha da Aliança Liberal e a Revolução de 30 (1929-1930). Membro da Comissão de Sindicância do Ministério da Agricultura (1930-1931). Nomeado Redator-Chefe do Departamento Oficial de Publicidade pelo interventor do RJ, Ari Parreiras (1931-1932). Secretário da Imprensa Nacional (1932-1933). Filiou-se à UPF/União Progressista Fluminense (1932). Deputado Constituinte e Federal, UPF/RJ (1933-1935). Deputado Federal, UFP/RJ (1935-1937). Membro do Comitê Diretor da União Popular, agremiação suprapartidária de oposição ao governo Vargas (1936). Presidente da Aliança Autonomista Fluminense (1937), organização que logo a seguir fundiu-se com a UDB/União Democrática Brasileira. Membro do Diretório Nacional da UDB, organização de apoio à candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, dedicou-se às atividades profissionais em seu escritório de advocacia (1937-1945). No contexto da redemocratização, na qual teve destacada atuação, foi um dos principais articuladores da candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República; Membro da Comissão Encarregada de elaborar os estatutos da UDN tendo sido ainda eleito Secretário do partido (1945). Após a Constituinte-46 tornou-se líder da UDN na Câmara e foi um dos principais articuladores do acordo interpartidário UDN/PR/PSD (1947-1948), sendo ainda eleito Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional da UDN em substituição a José Américo de Almeida (1948).

**4) LAM:** Além de ter pertencido a inúmeras associações culturais foi Membro do Instituto da OAB, da Associação Brasileira de Imprensa, da Associação Fluminense de Imprensa e da Associação Brasileira de Educação. No contexto da redemocratização foi Presidente da Comissão de Assuntos Políticos durante I Congresso Brasileiro de Escritores, tendo sido ainda Orador Oficial na seção de encerramento do evento e Membro da Comissão encarregada de redigir a "Declaração de Princípios" ao término do encontro (27/janeiro/1945).

5) AIT: Colaborou em inúmeros jornais e periódicos ("Revista Forense", "Revista da Academia Fluminense de Letras", etc.) e publicou diversos trabalhos literários e sobre assuntos jurídicos, destacando-se: "TUMULTO" (poemas, 1919); "ALMA DAS COISAS" (poemas, 1921); "LIMITAÇÕES DO ARBÍTRIO POLICIAL" (1923); SOCIEDADE BRASILEIRA DE EMPRESÁRIOS TEATRAIS" (1928); "O MONOPÓLIO DA GASOLINA" (1928); "DAS PESSOAS JURÍDICAS E DA VALIDADE DOS ESTATUTOS" (1929); "USUFRUTO E FIDEICOMISSO" (1931); "DO AUTO DA ARREMATAÇÃO" (1932); "A HONRA DOS MAGISTRADOS E O DANO SOCIAL DA CALÚNIA" (1933); "CRÔNICAS DE NOSSOS DIAS" (1937); "CORREIÇÃO E PODER DISCIPLINAR" (1938); "EXCEÇÕES DE SUSPEIÇÃO E INCOMPETÊNCIA" (1939); "RÉPLICA: AS OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA" (1939); "FILIAÇÃO ADULTERINA---INCAPACIDADE PARA SUCEDER" (1939); "RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE SUBLOCAÇÃO PREDIAL" (1941), dentre outras obras.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Líder da UDN na Assembléia Constituinte, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, e Membro da Subcomissão "Disposições Transitórias" da mesma Comissão, onde teve participação ativa na redação de vários dispositivos constitucionais. Um dos constituintes mais influentes em plenário, além dos vários postos-chave que ocupou, teve intensa atuação nas diversas etapas do processo de elaboração constitucional, tendo sido a mais destacada figura da bancada da UDN durante os trabalhos constituintes. Na fase de elaboração regimental, juntamente com Nereu Ramos (PSD/SC) e Osvaldo Lima (PSD/PE), ocupou o cargo estratégico de Membro da Comissão Encarregada da Elaboração do Regimento Interno, tendo sido um dos principais responsáveis pela redação do Regimento, ocupando a tribuna inúmeras vezes para pronunciar-se sobre questões de ordem e indagações levantadas por outros constituintes. Assim, deu parecer favorável à emenda (rejeitada) de Paulo Sarasate (UDN/CE) suprimindo o art. 76 do projeto de regimento que proibia à Assembléia a elaboração de legislação ordinária e a censura de atos do executivo, e posicionou-se contrário à proposta da bancada comunista de criação de uma "Comissão de Técnicos" para elaborar o projeto de Constituição, e à emenda de Maurício Grabois (PCB/DF) proibindo os deputados e senadores de serem advogados de empresas estrangeiras, *trusts* ou monopólios. Além disso, efetuou longo pronunciamento (II, 281-298) defendendo a Indicação udenista (rejeitada; II, 350), propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Constituição de 1937, onde argumentou extensamente acerca da ilegitimidade da Carta estadonovista, tendo também tomado a palavra para ler "Apelo da União Nacional dos Estudantes" favorável à imediata revogação da Constituição de 1937 (II, 213-215).

Também ocupou a tribuna para proferir discursos censurando veementemente a atuação do governo e do Banco do Brasil por ocasião do "caso Borghi" das exportações de algodão (IV, 385); declarando voto a favor da "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas; e protestando energicamente contra o fechamento do diário comunista "Tribuna Popular" (XXI, 376-380). Na condição de Membro da Comissão de Constituição, ocupou a tribuna várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros parlamentares quando da votação do projeto revisto em plenário; assim, emitiu pareceres contrários às emendas de Gabriel Passos (UDN/MG) isentando o pequeno proprietário do pagamento do imposto territorial, e de Artur Bernardes (PR/MG), proibindo à União dar em concessão a empresas estrangeiras a exploração de serviços de telégrafo e de comunicações, tendo sido ainda contrário ao Requerimento de Campos Vergal (PSP/SP) propondo a nomeação de uma comissão para investigar a intervenção do governo no sindicato dos bancários e a prisão de seu presidente. Além disso, manifestou-se favorável ao sistema de governo parlamentarista, à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional, ao

mandato presidencial de 04 anos, à denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil, à indissolubilidade do vínculo matrimonial, e à autonomia do DF.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 2232, sugerindo pequena alteração de redação no preceito constitucional que regulamentava a competência privativa da União para explorar ou dar em concessão os serviços de telégrafos, de radiocomunicação, e de navegação aérea, e a de Nº 3640, acrescentando às "Disposições Transitórias" vários dispositivos regulamentando as eleições a serem realizadas após o término dos trabalhos constituintes, e instituindo a eleição conjunta e a coincidência dos períodos de mandato para todos os cargos --- federais, estaduais, e municipais --- de origem popular (XVI, 239-241).

---

## • ANTÔNIO JOSÉ **ROMÃO JÚNIOR** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 08/06/1895, Majé-RJ. FALEC: 24/04/1964.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1916), após o que exerceu a profissão de Médico no Estado.

**3) TPol:** Vereador e Prefeito de Petrópolis-RJ (SD). Chefe de Polícia Estado do RJ (SD). Deputado Estadual Constituinte, RJ (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores da UDN, tendo sido signatário da ata de fundação do partido (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na apresentação de emendas ao projeto constitucional, e na abordagem de questões relacionadas à política municipal da cidade de Petrópolis-RJ. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "Revisão nos lançamentos do imposto predial no Estado do Rio" (VI, 226-233), onde criticou veementemente decreto-lei baixado pelo governo regulamentando o imposto territorial e justificou várias propostas da bancada udenista fluminense no tocante à "Discriminação de Rendas" dos municípios, tendo se pronunciado ainda para protestar contra a intervenção governamental no mercado do leite em Petrópolis (XXI, 105).

Apresentou 31 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1620, aumentando para 10% a renda tributária dos Municípios e cuja "justificação" consiste num longo documento elaborado pela "Sociedade Amigos de São Gonçalo" a favor da autonomia municipal; Nº 2468, dando à Comissão Permanente do Congresso Nacional competência privativa para decretar a intervenção federal nos Estados; e a de Nº 2632, regulamentando a composição do Tribunal Federal de Recursos.

---

## • JOSÉ MONTEIRO **SOARES FILHO** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 21/08/1894, Vassouras-RJ. FALEC: 24/05/1952.
PROFS: Advogado, Jornalista e Proprietário de Terras.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro-DF (1916), após o que exerceu a profissão de Advogado no RJ. Também dedicou-se ao jornalismo colaborando em vários periódicos no RJ e no DF: Fundador do "Correio de Vassouras" e de "A Voz da Barra"; Diretor de "O Estado do Rio" e de "O Vassourense"; Redator de "O Estado" em Niterói, e do "Diário Carioca", no DF (SD).

**3) TPol:** Participou da Campanha de Nilo Peçanha à presidência do Estado do Rio de Janeiro (1914). Deputado Estadual pelo PR/Partido Republicano, RJ (1915-1917). Deputado Estadual, PR/RJ (1918-1921). Vereador em Vassouras-RJ (1929-1930). Após a Revolução de 30 tornou-se Membro do Conselho Consultivo do município de Vassouras (1932). Deputado Constituinte e Federal na legenda do PPR/Partido Popular Radical, RJ (1933-1935). Deputado Federal, PPR/RJ (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização tornou-se Membro da Comissão Executiva da UDN (1945). Após a Constituinte de 1946, foi líder da UDN na Câmara dos Deputados (1947-1950).

**4) LAM:** Membro do Instituto da Ordem dos Advogados Fluminenses. Sócio-Fundador da Sociedade Amigos de Alberto Torres.

**5) AIT:** Durante a República Velha foi autor da Lei Orgânica das Municipalidades e Membro da Comissão Elaboradora do Código Judiciário do Estado do RJ na gestão do presidente estadual Raul Veiga (1918-1921). Além de ter exercido o jornalismo, colaborou em revistas jurídicas.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator da Subcomissão "Poder Legislativo" da Comissão de Constituição e Membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica ferrenha a vários aspectos da ditadura estadonovista, e na abordagem de questões referentes à autonomia dos municípios e à organização do sistema eleitoral. Logo no início dos trabalhos constituintes, proferiu longos discursos (II, 170-177; II, 193-198), que tiveram grande repercussão na Assembléia, criticando veementemente a Constituição de 1937 e defendendo a Indicação udenista (rejeitada; II, 350), propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um "projeto de normas gerais" que substituísse a Carta de 37. Crítico ferrenho do Estado Novo e das atividades políticas do ex-interventor Amaral Peixoto no RJ, ocupou a tribuna para proferir discursos efetuando extensas críticas à atuação do governo e do Banco do Brasil por ocasião do "caso Borghi" de exportação do algodão (IV, 383-402), e analisando "O contrato firmado entre o governo do Estado do Rio e a Sociedade Anônima Hotel Cassino Quitandinha" (X, 12-20; X, 79-86), nos quais criticou duramente o governo de Amaral Peixoto (PSD/RJ), responsabilizando o ex-interventor por negociatas e irregularidades ocorridas em sua gestão, o que provocou veementes reações em plenário por parte do acusado e de seus correligionários da bancada pessedista fluminense.

Na condição de relator da Subcomissão "Poder Legislativo" da Comissão de Constituição, ocupou a tribuna várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros constituintes quando da votação do projeto revisto em plenário, tendo sido ainda autor de várias propostas sobre a organização do sistema eleitoral e o responsável pela aprovação do dispositivo

constitucional que regulamentava o número de deputados estaduais em cada unidade da federação. Além disso, manifestou-se favorável ao sistema de governo presidencialista, ao divórcio, à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, tendo ainda declarado voto a favor da "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas, a 29/outubro/1945 (XI, 243).

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1414 (rejeitada; XXII, 82), atribuindo ao Senado Federal competência privativa para nomear ministros de Estado; Nº 1519, determinando a adoção do sistema eleitoral proporcional nas eleições para o Congresso Nacional; Nº 3577 (rejeitada; XXII; 78) estipulando ser o Poder Legislativo exercido conjuntamente pela Câmara e pelo Senado e ampliando as atribuições deste último órgão; e a de Nº 3666 (rejeitada após extensas polêmicas em plenário; XXV, 238), favorável à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil.

---

## C) BANCADA DO PCB/RJ.

A bancada do PCB/RJ era formada por **Alcides Sabença**, operário metalúrgico em Volta Redonda e fundador de vários sindicatos no RJ, e por **Claudino Silva**, único constituinte negro dentre os 338 parlamentares que participaram dos trabalhos da Assembléia de 1946.

### • ALCIDES RODRIGUES SABENÇA (PCB).

**1) DPF:** NASC: 12/12/1915, Barra do Piraí-RJ. FALEC: SI.
PROFS: Operário Metalúrgico e Carpinteiro.

**2) CPr:** Iniciou suas atividades profissionais exercendo a profissão de Carpinteiro em Barra do Piraí no início da década de 1930. Ao ser eleito Deputado Constituinte trabalhava como Operário Metalúrgico na CSN/Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda-RJ (1945).

**3) TPol:** Filiou-se ao PCB (1931), após o que exerceu intensa atividade política em vários movimentos sociais dos trabalhadores. Membro da Juventude Estudantil Operária Popular (1934). Militou na ANL/Aliança Nacional Libertadora (1935). No contexto da redemocratização foi eleito Secretário Político do Comitê Distrital do PCB em Volta Redonda (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Secretário do Sindicato dos Operários da Construção Civil de Barra do Piraí (1933-1934). Participou do Congresso Trabalhista em Niterói-RJ (1936). Durante o Estado Novo atuou intensamente no movimento a favor da entrada do Brasil na guerra, tendo sido Secretário da Comissão de Ajuda à FEB/Força Expedicionária Brasileira (1942-1945). Foi ainda um dos Fundadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa-RJ (1946).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou-se na denúncia das más condições de vida das classes trabalhadoras, e na defesa de uma reforma agrária radical que distribuísse terras aos camponeses pobres e liquidasse as relações de produção semifeudais existentes no campo brasileiro. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando a questão agrária no Brasil (VI, 296-305; XIX, 139), nos quais apoiou várias reivindicações de camponeses sem terra e preconizou a realização urgente de uma reforma agrária como forma mais eficaz de evitar o êxodo rural para as grandes cidades, e de propiciar a formação de um mercado interno que possibilitasse a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico que reduzisse a miséria e as desigualdades sociais que vitimavam o povo brasileiro. Também ocupou a tribuna várias vezes para denunciar violências policiais e arbitrariedades cometidas contra o movimento popular, tendo inclusive protestado em plenário contra o assassinato político de militante comunista na cidade de Macaé-RJ (XIII, 340). Além disso, manifestou-se favorável ao reconhecimento incondicional do direito de greve e contra a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 3191, condicionando a concessão de terras públicas de área superior a 10 mil hectares à autorização prévia da Câmara dos Deputados.

---

## • CLAUDINO JOSÉ DA SILVA (PCB).

**1) DPF:** NASC: 23/07/1902, Natividade-MG. FALEC: SI.
Filho de camponeses pobres.
PROFS: Ferroviário e Carpinteiro.

**2) CPr:** Aprendiz de Carpinteiro em Niterói-RJ (1918). Trabalhou como Ferroviário na Estrada de Ferro Leopoldina (1929-1931).

**3) TPol:** Ingressou no PCB (1928). Primeiro Secretário do PCB na Liga Operária da Construção Civil de Niterói-RJ (1928). Por sua atuação política em defesa dos interesses das classes trabalhadoras foi preso (1931). Posto em liberdade a seguir, voltou a atuar no PCB e no movimento operário, sofrendo inúmeras outras prisões no período (1932); deportado para Recife e para o Rio de Janeiro, onde chegou gravemente enfermo em função de maus-tratos e torturas que sofreu nas sucessivas prisões de que foi vítima (1932-1934). Após restabelecer-se foi designado pelo PCB para organizar o Partido em Juiz de Fora e Belo Horizonte-MG (1935-1936). Novamente Preso Político, foi transferido para a Casa de Correção e para o presídio da Ilha Grande no RJ (1936-1937). Libertado, retornou a MG a fim de retomar sua militância no PCB, pelo que foi novamente preso durante oito meses (1937). Solto mais uma vez, atuou clandestinamente no PCB durante o Estado Novo; em razão disso foi Preso Político na vigência do regime (1940-1943); após sair da cadeia participou da "Conferência da Mantiqueira", tendo sido eleito durante o encontro Membro da Comissão Executiva da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB e responsável pelo trabalho do Partido na região Norte do país (agosto/1943). No contexto da redemocratização tornou-se Secretário Político do Comitê Executivo do PCB/RJ e Membro do Comitê Nacional do PCB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Diretor do "Centro dos Carpinas e Classes Anexas de Mar e Terra" (1927). Membro da Liga Operária da Construção Civil em Niterói-RJ (1928). Participou do movimento grevista na

Companhia Leopoldina (1931). Delegado da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil ao Congresso da União dos Trabalhadores em Recife-PE (1931).

5) **AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Único parlamentar negro dentre os 338 Constituintes, concentrou sua atuação na denúncia da pratica de preconceitos raciais no Brasil, e na defesa dos interesses dos ex-combatentes da FEB em situação de dificuldade econômica após o término da guerra. Logo no início dos trabalhos constituinte proferiu longo discurso em homenagem à campanha da FEB durante a II Guerra Mundial (I, 203-211), no qual denunciou a situação de abandono em que se encontravam os ex-pracinhas pobres e leu várias reivindicações de Associações de ex-combatentes. Além disso, participou dos debates sobre o problema da discriminação racial, declarando apoio à emenda de Hamilton Nogueira (UDN/DF) que declarava a igualdade de todos perante a lei "sem distinção de raça" e punindo a prática do racismo em território nacional, manifestando-se ainda favorável à realização imediata de uma reforma agrária no país e à extinção das polícias políticas remanescentes do Estado Novo.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 3488, estipulando que "O estado de sítio não poderá ser decretado por mais de 30 dias, prorrogáveis por períodos iguais" (XVI, 170); Nº 3600, determinando a punição por lei de práticas de discriminação racial e propaganda de luta religiosa; e a de Nº 3601 (rejeitada; XXV, 15), determinando a dissolução imediata de todas as polícias políticas e especiais ainda existentes.

---

## D) BANCADA DO PTB/RJ.

### • ABELARDO DO SANTOS MATA (PTB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 09/04/1906, Rio de Janeiro-DF. FALEC: SI.
Filho do almirante Francisco do Santos Mata.
PROF: Militar (Oficial da Marinha), Proprietário de Terras e Professor.

**2) CPr:** Formado Guarda Marinha pela Escola Naval (1930). Segundo-Tenente (1931). Primeiro-Tenente (1932). Capitão-Tenente (1935). Comandante do Navio Oiapoque (1937). Durante o Estado Novo foi Professor de Eletricidade na Escola Naval (1938-1941) e Comandante do navio mineiro Itajaí em operações de combate na II Guerra Mundial (1942-1943); Capitão de Corveta (1944). Foi também pequeno proprietário de terras e pecuarista no interior do RJ.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Ajudante de Ordens de Getúlio Vargas (1943-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PTB (1945). 1ª Legislatura. Segundo David Fleischer, (FLEISCHER, 1981: 57) após a Constituinte de 1946 foi Candidato a Vice-Governador pelo PTB (1947).

**4) LAM:** SI.

5) AIT: SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1° suplente de deputado, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao titular Getúlio Vargas, também eleito deputado pelo PTB/RJ e que optou pelo mandato de senador (PSD/RS). Foi Membro da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório sobre o tema "Greves". Concentrou sua atuação na defesa do legado do Estado Novo e da figura de Vargas dos ataques dirigidos contra ambos da tribuna constituinte por udenistas. Assim, ocupou a tribuna para proferir longo discurso (VIII, 53-62), no qual procurou contestar as críticas endereçadas por Agostinho Monteiro (UDN/PA) à política econômica e social implementada pelo regime estadonovista, envolvendo-se em freqüentes e acirradas polêmicas com o udenista paraense sobre a figura de Vargas e o legado do Estado Novo. Parlamentar de postura governista, foi favorável à vigência da Carta de 37 durante os trabalhos constituintes e, numa conjuntura marcada pela violenta repressão ao movimento grevista, ocupou a tribuna para defender o ministro do Trabalho, Negrão de Lima (PTB), das acusações efetuadas contra o mesmo pela bancada comunista (XI, 40). Além disso, realizou pronunciamentos louvando o esforço de Guerra das forças armadas brasileiras e manifestou-se favorável à autonomia do DF.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento das forças armadas. Destacam-se as de N° 2361 (aprovada; XXII, 62), sugerindo alteração de redação num dado preceito constitucional com o fito de distinguir "militar" de funcionário público militar, e a de N° 3035, favorável à concessão de direito de voto aos soldados e praças de pré.

## BANCADA DE SANTA CATARINA.

**01) IVO D'AQUINO (SENADOR/PSD);**
**02) NEREU RAMOS (SENADOR/PSD);**
**03) ADERBAL SILVA (PSD);**
**04) ALTAMIRO GUIMARÃES (PSD);**
**05) HANS JORDAN (PSD/1° Suplente);**
**06) ORLANDO BRASIL (PSD);**
**07) OTACÍLIO COSTA (PSD);**
**08) ROBERTO GROSSEMBAKER (PSD);**
**09) ROGÉRIO VIEIRA (PSD/2° Suplente);**
**10) TAVARES D'AMARAL (UDN);**
**11) TOMÁS FONTES (UDN).**

**09 PSD + 02 UDN = 11.**

### A) BANCADA DO PSD/SC.

O Estado de Santa Catarina foi a unidade da federação onde o PSD obteve seu segundo melhor resultado eleitoral no pleito para a Constituinte de 1946, elegendo 09 parlamentares (81,8%) de um total de 11. A bancada do PSD/SC era composta por lideranças políticas entrosadas com o ex-interventor de SC, Nereu Ramos, um dos parlamentares mais conservadores da Assembléia Constituinte e estreitamente ligado à cúpula do governo Dutra: **Ivo d'Aquino**, foi secretário da Justiça, Educação e Saúde (1937-1945) durante o Estado Novo, tendo assumido algumas vezes a interventoria em caráter interino; **Nereu Ramos**, descendente de tradicional oligarquia catarinense, foi governador eleito de SC (1935-1937) e interventor federal do Estado na vigência do regime estadonovista (1937-1945); **Aderbal Ramos Silva**, era "sobrinho de seu tio", Nereu Ramos; **Altamiro Guimarães**, secretário da Fazenda de Nereu Ramos (1937-1945), também ocupou a interventoria em caráter interino durante ausências do titular; **Hans Jordan**, industrial e ex-diretor do Instituto Nacional Mate; **Orlando Brasil**, secretário de Finanças de SC (1937-1945) na gestão de Nereu Ramos; **Otacílio Costa**, descendente de tradicional família de latifundiários catarinenses e deputado estadual por várias legislaturas na República Velha; **Roberto Grossembacker**, advogado, industrial, e ex-chefe de polícia em Blumenau após a Revolução de 30 (1930-1931); e **Rogério Vieira**, secretário da Viação e Obras Públicas de SC (1937-1945) no governo do interventor Nereu Ramos.

- **IVO D'AQUINO** FONSECA (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 05/08/1895, Florianópolis-SC. FALEC: 28/10/1974.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro-DF (1916), após o que exerceu a advocacia em Florianópolis. Professor de Português e Literatura no Ginásio Catarinense (1917). Consultor Jurídico (1917-1920) e Procurador Fiscal (1917-1918) do Estado de SC. Juiz de Direito na Comarca de Canoinhas-SC (1919). Redator e Diretor dos jornais "O Dia" e "A República" de Florianópolis (1924-1930). Professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de SC (1935).

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do governador de SC Filipe Schmidt (1917). Deputado Estadual, SC (1922-1930). Prefeito de Canoinhas-SC (1926-1928). Secretário do Interior e da Justiça de SC no governo de Fúlvio Aducci (1930). Opôs-se à Revolução de 30, tendo sido preso logo após a vitória da mesma (1930). Liderou em SC manifestação de apoio ao movimento constitucionalista paulista, sendo obrigado a permanecer refugiado por dois anos em virtude do malogro de ambos (1932-1934). Posteriormente aproximou-se politicamente de seu tradicional adversário, Nereu Ramos, tornando-se Secretário de Viação de SC em seu governo (1936-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário da Justiça, Educação e Saúde de SC na gestão do interventor Nereu Ramos (1937-1945), tendo assumido o cargo de Interventor Interino em algumas ocasiões. No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/SC assumindo a Interventoria do Estado pouco depois da deposição de Getúlio Vargas (31/10 a 05/11/1945). Após a Constituinte-46 tornou-se líder do PSD no Senado (1946), em substituição a Nereu Ramos (PSD/SC), eleito vice-presidente da República; foi também encarregado pela burocracia de Estado de apresentar no Senado projeto regulamentando a cassação do PCB, da qual foi um dos principais defensores no Congresso Nacional (1947-1948).

**4) LAM:** Representou o Estado de SC no I Congresso Brasileiro de Escritores realizado em São Paulo (janeiro/1945).

**5) AIT:** Durante o Estado Novo, em sua gestão na Secretaria de Educação, promoveu campanha pela nacionalização do ensino visando a substituição das inúmeras escolas alemãs existentes em SC por escolas estatais brasileiras. Publicou: "O MUNICÍPIO: SUA CONCEITUAÇÃO HISTÓRICA E JURÍDICO-CONSTITUCIONAL" (1940) e "NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO: ASPECTOS POLÍTICOS" (1942).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Declaração de Direitos" da Comissão de Constituição, onde teve atuação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais, mormente os que restringiam as liberdades políticas usufruídas pelas classes trabalhadoras. Em plenário, onde foi um dos parlamentares mais conservadores, concentrou sua atuação no combate ao "comunismo" e na defesa intransigente das diretrizes políticas implementadas pelo governo Dutra. Logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para proferir discurso que causou grande celeuma em plenário (II, 27-31), onde procurou defender a figura do embaixador salazarista, Teotônio Pereira dos Santos, das críticas endereçadas por parlamentares de vários partidos a sua presença no Brasil, tendo ainda se posicionado a favor da vigência da Carta de 1937, e contra a capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo. Encarregado pelo burocracia do governo Dutra de liderar a campanha pela cassação do PCB no recinto da Assembléia, realizou longo pronunciamento (V, 327-349), no qual se propôs a "responder ponto por ponto ao discurso proferido pelo ilustre líder comunista" (V, 327), Luís Carlos Prestes (PCB/DF), acerca do eventual posicionamento dos comunistas brasileiros numa hipotética "guerra imperialista" promovida pelo governo brasileiro contra a Rússia, pronunciamento este que constituiu um dos mais violentos ataques dirigidos ao PCB, dentre os muitos endereçados contra o partido durante os trabalhos constituintes.

Na condição de Membro da Subcomissão "Declaração de Direitos", ocupou a tribuna várias ocasiões para emitir pareceres a destaques solicitados por outros constituintes quando da votação do projeto revisto em plenário; assim, posicionou-se contrário ao sistema eleitoral proporcional que favorecesse os Estados mais populosos, à autonomia do DF, à soberania do Júri, e à emenda de Gabriel Passos (UDN/MG) isentando o pequeno proprietário do pagamento do imposto territorial. Além disso, manifestou-se favorável à Justiça do Trabalho paritária, contra o direito de

voto para os soldados e analfabetos e, embora simpático ao divórcio, não tomou a palavra para definir-se explicitamente a favor do mesmo. Segundo Osny Duarte Pereira, Ivo d'Aquino, "...vítima da escravidão eleitoreira do clero, não quis enfrentar o problema do divórcio com a erudição de que dispunha. É um desses intelectuais brilhantes, mas sem coragem para dizer o que sentem, e dos quais as classes dominantes se servem para seus fins de manutenção no poder" (PEREIRA, 1963: 256).

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 3160, suprimindo o termo "concessão" para designar a natureza da autorização governamental para empresas explorarem minas e jazidas minerais, e a de Nº 3271, possibilitando a brasileiros não natos tornarem-se proprietários e armadores de navios nacionais, eliminando assim restrição contida no projeto que reservava apenas a brasileiros natos tal direito.

---

• **NEREU DE OLIVEIRA RAMOS** (SENADOR/PSD).

**1) DPF:** NASC: 03/09/1888, Lajes-SC. FALEC: 16/06/1958.
Descendente de tradicional clã de latifundiários e de déspotas locais em SC. Filho de Vidal José de Oliveira Ramos, deputado provincial no Império, deputado estadual por várias legislaturas, deputado federal , senador e governador de SC (1902-1905; 1910-1914) durante a República Velha.
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1909), após o que exerceu a advocacia e o jornalismo em SC. Fundador dos jornais "A Noite" (1914) e "A República" (1921) em SC. Um dos Fundadores da Faculdade de Direito de SC (1932), onde também foi Professor de Teoria do Estado e de Direito Constitucional a partir de então.

**3) TPol:** Deputado Estadual, SC (1911-1912). Secretário da Delegação Brasileira às conferências internacionais de Direito Marítimo e Letras de Câmbio realizadas em Bruxelas e Haia (1912). Oficial de Gabinete do presidente do Estado de SC Vidal de Oliveira Ramos, seu pai (1914). Redator-Chefe de "O Dia", órgão do PRC/Partido Republicano Catarinense (1914-1917). Candidato Derrotado a Deputado Estadual (1916). Deputado Estadual, PRC/SC (1919-1924). Militou na oposição aos governos de Antônio Pereira da Silva (1924-1926) e Adolfo Konder (1926-1930) em SC. Fundador e Presidente do PLC/Partido Liberal Catarinense (1927-1932). Deputado Federal, PLC/SC (1930). Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em SC (1929-1930). Apoiou o movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Deputado Constituinte e Federal, PLC/SC (1933-1935). Governador Eleito de SC (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Interventor Federal em SC (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos principais organizadores do PSD a nível nacional (1945). Após o término dos trabalhos constituintes foi eleito Presidente do Senado Federal e Vice-Presidente da República pela Assembléia (1946-1950), tornando-se ainda Presidente Nacional do PSD em substituição a Benedito Valadares (1947).

**4) LAM:** Após a Constituinte de 1946, juntamente com Prado Kelly (UDN/RJ) e Artur Bernardes (PR/MG), foi Membro da Comissão de Líderes encarregada de implementar o acordo interpartidário PSD/UDN/PR (1948).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em SC. Durante sua gestão na interventoria de SC, empreendeu campanha contra a influência alemã no Estado.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Líder do PSD na Assembléia Constituinte, Presidente da Comissão de Constituição, e Membro da Subcomissão "Disposições Gerais e Transitórias" da mesma Comissão. Uma das mais destacadas figuras do PSD durante os trabalhos constituintes, além dos cargos estratégicos que ocupou, teve atuação destacada nas várias etapas do processo de elaboração constitucional, concentrando sua atuação na defesa intransigente e articulada das diretrizes fundamentais de seu partido e do governo Dutra na Assembléia. Logo no início dos trabalhos constituintes, ainda na fase de elaboração regimental, juntamente com Prado Kelly (UDN/RJ) e Osvaldo Lima (PSD/PE), foi Membro da Comissão Encarregada de Elaborar o Regimento Interno, tendo sido o principal responsável pela redação do mesmo e pela defesa, em plenário, de seu conteúdo; assim, ocupou a tribuna várias vezes para combater propostas de outros parlamentares visando aumentar as liberdades usufruídas pelo constituintes durante o processo de elaboração constitucional, tendo se posicionado contrário à adoção da Constituição de 1934 como anteprojeto da nova Carta Constitucional, à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária, ao comparecimento de ministros de Estado para prestar contar de sues atos à Assembléia, tendo sido ainda favorável à supressão da palavra "reacionário" dos "Anais" da Constituinte e à adoção de medidas cerceadoras da liberdade de manifestação das galerias. Também destacou-se, nessa fase inicial do funcionamento da Assembléia, por ter sido o mais aguerrido e articulado defensor da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, ocupando a tribuna para proferir longo discurso argumentando longamente a favor da Carta de 37 (II, 111-135), pronunciamento este que teve papel decisivo na manutenção da mesma no curso do processo de elaboração constitucional.

Na condição de líder do PSD na Assembléia Constituinte, ocupou a tribuna inúmeras vezes para defender e justificar diversas medidas governamentais que eram objeto de críticas e reprovação por parte de outros parlamentares; assim, realizou pronunciamentos combatendo o Requerimento de urgência da bancada comunista apoiando a greve dos bancários (II, 125); posicionando-se veementemente contrário à greve da "Light" e acusando os grevistas de buscarem "estabelecer no país a subversão da ordem, dirigidos pelo Partido Comunista" (XI, 144); justificando moção de sua autoria (aprovada; X, 205) apoiando a dissolução a tiros pela polícia política do DF de comício organizado pelo PCB no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro (X, 193-196); manifestando-se contrário à "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945 e apresentando moção substitutiva de sua autoria eliminando a referência ao papel dos militares na derrubada de Getúlio (XI, 250); justificando o fechamento do diário comunista "Tribuna Popular" pela polícia do DF e a prisão do deputado constituinte Trifino Correia (PCB/DF), aproveitando a ocasião para declarar apoio antecipado ao governo em todas as medidas que julgasse necessárias para a manutenção da ordem pública (XXI, 229; XXIII, 365), tendo ainda justificado e defendido várias outras medidas governamentais. Além disso, manifestou-se favorável à presença do embaixador salazarista português no Brasil, à extinção do Território do Iguaçu, à qualificação da greve da Light como "criminosa", ao mandato presidencial de 05 anos, à indissolubilidade do vínculo matrimonial, e à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição. Foi ainda contrário à Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia dos militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, à inclusão de dispositivo constitucional proibindo a imigração japonesa, à isenção do imposto territorial para os pequenos proprietários rurais, à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, à adoção do critério do custo histórico para a avaliação das empresas concessionárias de serviços públicos, à nacionalização dos bancos, e à unicidade sindical. Após o encerramento dos trabalhos constituintes, foi eleito e proclamado Vice-Presidente da República por 178 votos contra 139 dados a seu adversário José Américo de Almeida (XXVI, 344-345).

Apresentou 42 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 888, aumentando de $\frac{1}{3}$ para $\frac{1}{2}$ o quorum de parlamentares necessário à aprovação da formação de Comissões de Inquérito pelo Congresso Nacional; Nº 893, contrária à capacidade do Congresso de deliberar sobre a execução e a manutenção de obras e serviços de competência privativa da União; Nº 897, suprimindo dispositivo que determinava a criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional; Nº 915, transferindo do Senado para o presidente da República a competência para nomear interventores federais nos Estados; Nº 1198 (aprovada; XXV, 228), regulamentando vários aspectos das eleições suplementares a serem realizadas 90 dias após a promulgação da Constituição; e a de Nº 3334, favorável à adoção de uma legislação mais flexível sobre a imigração. Além disso, apresentou destaque supressivo (aprovado; XXV, 192), eliminando os artigos 34, 35, 37 e 38 das "Disposições Transitórias" favoráveis à concessão de anistia ao funcionários públicos militares e civis punidos por crimes políticos no pós-30.

---

## • ADERBAL RAMOS DA SILVA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 18/01/1910, Florianópolis-SC. FALEC: SI.
Filho do desembargador João Pedro da Silva. Sobrinho de Nereu Ramos, senador à Constituinte de 1946 por SC. Descendente de tradicional família de déspotas locais e latifundiários em SC.
PROFS: Industrial, Banqueiro e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro-DF (1932). Inspetor Federal de Ensino junto à Faculdade de Direito de SC e ao Ginásio Catarinense (1933). Foi também Diretor-Presidente da firma Carlos Hoepcke (1942-1945) e do Banco Paraná-Santa Catarina (SD).

**3) TPol:** Indicado por seu tio Nereu Ramos, tornou-se Diretor do diário "A República", órgão doutrinário do PLC/Partido Liberal Catarinense (1932). Presidente do Diretório Municipal do PLC de Florianópolis (1932). Deputado Estadual Constituinte, PLC/SC (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46 elegeu-se Governador de SC pela coligação PSD/PTB (1947).

**4) LAM:** Segundo o dicionário CPDOC, "Um dos mais destacados banqueiros do sul do país, foi diretor-presidente do Banco Paraná-Santa Catarina e da firma Carlos Hoepcke, detentora do maior parque industrial de Florianópolis" (CPDOC, 1984: 3135).

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, "o sobrinho de seu tio" não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas apresentado 15 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se a de Nº 458, transferindo para lei ordinário a regulamentação do funcionamento do Ministério Público, e a de Nº 989, vedando aos juizes o desempenho de qualquer atividade político-partidária.

---

## • ALTAMIRO LOBO GUIMARÃES (PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/03/1899, Tubarão-SC. FALEC: 16/08/1946.
PROFS: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Chefe de Tráfego e Primeiro Oficial dos Correios e Telégrafos em SC (1917-1919). Formado pela Faculdade de Direito de SC (1932), após o que ocupou diversos cargos políticos em seu Estado.

**3) TPol:** Membro do Diretório Central do PLC/Partido Liberal Catarinense, liderado por Nereu Ramos (1927-1929). Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em SC (1929-1930). Membro do Conselho Consultivo de SC (1930-1931). Acompanhou Nereu Ramos em seu apoio ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, pelo que foi preso por um breve período (1932). Presidente do Conselho Consultivo de SC (1933). Deputado Estadual Constituinte pelo PLC/SC, tendo sido Presidente da Assembléia Legislativa durante sua gestão (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário da Fazenda de SC na gestão do interventor Nereu Ramos, tendo exercido o cargo de Interventor Interino algumas vezes durante ausências do titular (1937-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Vice-Presidente da Comissão Executiva regional do PSD/SC (1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes devido à enfermidade de que foi vítima, vindo a falecer em pleno processo constituinte, a 16/08/1946, tendo sido realizada no mesmo dia a 132ª Sessão Extraordinária em homenagem a sua memória (XXI, 333 e segs.).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • HANS JORDAN (PSD/1° Suplente).

**1) DPF:** NASC: 03/03/1892, Joinvile-SC. FALEC: SI.
PROF: Industrial.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Foi Industrial em SC.

**3) TPol:** Vice-Prefeito de Joinville-SC (SD). Diretor do Instituto Nacional do Mate (SD). Deputado Estadual, SC (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado pelo PSD/SC, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição a Ivo d'Aquino, também eleito deputado por SC e que optou pelo posto de senador. Pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • ORLANDO BRASIL (PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/03/1902, Laguna-SC. FALEC: SI.
PROFS: Contador e Funcionário Público.

**2) CPr:** (SI sobre curso universitário). Foi Contador-Geral do Estado de SC (SD).

**3) TPol:** Segundo o dicionário CPDOC foi Contador-Geral de Santa Catarina e Secretário de Finanças do Estado durante a interventoria de Nereu Ramos (1937-1945). (CPDOC, 1984: 473). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo se limitado à apresentação de 08 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 2261, obrigando a União a declarar quais são os símbolos nacionais, e a de Nº 2999, possibilitando aos contadores profissionais o exercício do cargo de ministro do Tribunal de Contas.

---

## • OTACÍLIO VIEIRA DA COSTA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/12/1893, Lajes-SC. FALEC: 13/09/1950.
Filho do coronel João José Teodoro da Costa.
PROFS: Proprietário de Terras (Fazendeiro), Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS (1915). Exerceu a advocacia no interior de SC tendo sido também Promotor Público, Delegado Escolar e Jornalista no Estado (SD).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte, SC (1910-1912). Secretário Municipal em Lages-SC (1911-1919). Deputado Estadual, SC (1913-1915). Superintendente Municipal (cargo equivalente ao de Prefeito) de Lajes (1920-1924). Deputado Estadual, SC (1927-1930). Após a Revolução de 30

foi nomeado Presidente do Conselho Consultivo de SC (1931-1935). Durante o Estado Novo afastou-se da política, dedicando-se às atividades profissionais de advogado e fazendeiro em SC.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo e foi Diretor de jornais em SC.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema da autonomia municipal, tendo ocupado a tribuna para proferir discursos abordando o assunto (VII, 289-291; XI, 33), nos quais reivindicou medidas de "amparo aos municípios", aproveitando a ocasião para fazer o elogio da administração do ex-interventor Nereu Ramos (PSD/SC) em seu Estado, e louvar a sua própria gestão "por três quadriênios" (VII, 290) à frente da prefeitura de Lajes-SC. Também realizou pronunciamento analisando o problema da "desanalfabetização do país" (XV, 32), onde reivindicou a aplicação de percentagem "x" da arrecadação pública para solucionar a questão educacional no interior do país. Além disso, tomou a palavra para defender Requerimento de "voto de pesar" pelo falecimento de seu amigo e conselheiro, o advogado Acácio (XIX, 54).

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição, tendo, no entanto, sido signatário de várias delas sugeridas por seus companheiros de bancada.

---

## • ROBERTO GROSSEMBACKER (PSD).

**1) DPF:** NASC: 20/10/1890, Joinville-SC. FALEC: 02/08/1972.
PROF: Industrial.

**2) CPr:** (SI sobre curso universitário). Juiz de Paz em Blumenau-SC (1915-1919). Durante o Estado Novo tornou-se Diretor-Gerente da indústria têxtil Hering (1941). Foi também Vice-Presidente da Companhia de Força e Luz de SC (SD).

**3) TPol:** Participou ativamente da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em SC (1929-1930). Chefe de Polícia em Blumenau (1930-1931). Participou da repressão ao movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Presidente do PL/Partido Liberal em SC (1935). Vereador em Blumenau (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **ROGÉRIO VIEIRA** (PSD/2º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 03/06/1903, São Francisco do Sul-SC. FALEC: SI.
PROF: Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de SC (1942), após o que dedicou-se às atividades políticas.

**3) TPol:** Participou da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 em SC (1929-1930). Vitoriosa a Revolução, tornou-se Prefeito de São Francisco e, posteriormente, da capital do Estado, Florianópolis-SC (1931-1934). Deputado Estadual Constituinte na legenda do PLC/Partido Liberal Catarinense (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Secretário da Viação e Obras Públicas e Secretário da Agricultura de SC na gestão do interventor Nereu Ramos (1937-1945).

**4) LAM:** Foi Presidente da Comissão do Salário Mínimo de SC e Diretor do Serviço de Defesa Civil no mesmo Estado (SD).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 2º Suplente de deputado pelo PSD/SC assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, em substituição ao titular Nereu Ramos (PSD/SC), também eleito deputado por SC e que optou pelo posto de senador (PSD/SC). Não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apresentado duas emendas ao Projeto de Constituição: a de Nº 1243, transferindo do Congresso Nacional para o presidente da República a prerrogativa de mudar a localização da sede do governo federal, e a de Nº 3314, objetivando "dar todas as garantias normais e tranqüilidade ao capital estrangeiro" (XVI, 111) na exploração de minas e jazidas minerais em território brasileiro.

## B) BANCADA DA UDN/SC.

A bancada da UDN/SC era composta por dois parlamentares sem a menor expressão política a nível nacional e que, segundo as informações disponíveis, eram originários da região do Vale do Itajaí: o advogado **Tavares d'Amaral**, e **Tomás Fontes**, um dos dois sacerdotes udenistas eleitos para a Assembléia Constituinte de 1946.

### • MAX TAVARES D'AMARAL (UDN).

**1) DPF:** NASC: 02/06/1906, Itajaí-SC. FALEC: agosto/1972.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1930). Promotor Público em SC (1931), abandonou o cargo para dedicar-se à advocacia no interior do Estado.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Durante o Estado Novo foi Diretor do jornal alemão "Der Urwaldsboote" em Blumenau-SC. Apresentou tese sobre a colonização do Vale do Itajaí no I Congresso Catarinense de História (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à autonomia municipal, e na defesa da extinção do Território do Iguaçu e da denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado no Brasil, tendo participado de diversos debates travados em plenário sobre esses assuntos. Ocupou a tribuna para proferir discursos justificando emendas de sua autoria concedendo maior autonomia financeira e administrativa aos municípios (XIV, 25), e realizando longas considerações sobre "A criação dos Territórios Federais", (XIX, 366-275), no qual reivindicou veementemente a imediata extinção do Território do Iguaçu e a pronta reincorporação das áreas desapropriadas para sua formação aos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Além disso, posicionou-se contrário à denominação de "língua brasileira" para o idioma vigente no país, à proibição da imigração japonesa e alemã, e foi favorável à realização de eleição direta para a escolha de prefeito no DF e nos municípios considerados de "segurança nacional".

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2833, suprimindo dispositivo que vedava a eleição direta para prefeito nos municípios onde se localizassem águas minerais naturais e portos de importância militar; Nº 2984, obrigando a União, os Estados, os Municípios e o DF, a aplicarem de 10 a 20% das respectivas arrecadações tributárias na manutenção e desenvolvimento do ensino; e a de Nº 3360, suprimindo restrições constantes no primitivo projeto à entrada de imigrantes.

## • TOMÁS ADALBERTO DA SILVA FONTES (UDN).

**1) DPF:** NASC: 23/04/1891, Itajaí-SC. FALEC: 16/02/1961.
Filho do industrial açoriano Manuel Antônio Fontes.
PROFS: Sacerdote (Padre Católico), Jornalista e Escritor.

**2) CPr:** Concluiu o curso de Teologia e ordenou-se Padre Católico em Florianópolis-SC (1912). Diretor da revista "A Época", em Florianópolis (1917-1919). Diretor da "Revista de Cultura" (1927) e das revistas "Terra e Céu" e "O Brasileirinho" (1929-1934) editadas no Estado do RJ.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Pertenceu a instituições culturais em SC.

**5) AIT:** Publicou obras de filosofia e gramática, dentre elas "A GRAMÁTICA ALEMÃ" (1922).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Juntamente com Luís Cláudio (UDN/SC), foi um dos dois sacerdotes a fazerem parte da bancada da UDN na Constituinte de 1946. Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discursos preconizando a denominação de "língua portuguesa" para o idioma falado do país (X, 44-46; XVII, 109), nos quais contestou energicamente os adeptos da "língua brasileira".

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

## BANCADA DE SÃO PAULO.

**01) ALVES PALMA (PSD);**
**02) ANTÔNIO FELICIANO (PSD);**
**03) ATALIBA NOGUEIRA (PSD);**
**04) BATISTA PEREIRA (PSD/2° Suplente);**
**05) CÉSAR COSTA (PSD);**
**06) CIRILO JÚNIOR (PSD);**
**07) COSTA NETO (PSD);**
**08) GOFFREDO TELLES JÚNIOR (PSD);**
**09) HONÓRIO MONTEIRO (PSD/1° Suplente);**
**10) HORÁCIO LÁFER (PSD);**
**11) JOÃO ABDALLA (PSD);**
**12) JOSÉ ARMANDO (PSD);**
**13) LOPES FERRAZ (PSD);**
**14) MACHADO COELHO (PSD/3° Suplente);**
**15) MARTINS FILHO (PSD);**
**16) NOVELLI JÚNIOR (PSD);**
**17) SAMPAIO VIDAL (PSD);**
**18) SÍLVIO DE CAMPOS (PSD);**
**19) MARCONDES FILHO (SENADOR/PTB);**
**20) BERTO CONDÉ (PTB);**
**21) EUSÉBIO ROCHA (PTB/1° Suplente);**
**22) GUARACI SILVEIRA (PTB);**
**23) HUGO BORGHI (PTB);**
**24) PEDROSO JÚNIOR (PTB);**
**25) ROMEU FIORI (PTB);**
**26) AURELIANO LEITE (UDN);**
**27) MÁRIO MASAGÃO (UDN);**
**28) PAULO NOGUEIRA (UDN);**
**29) PLÍNIO BARRETO (UDN);**
**30) ROMEU LOURENÇÃO (UDN);**
**31) TOLEDO PIZA (UDN);**
**32) CAIRES DE BRITO (PCB/1° Suplente);**
**33) JORGE AMADO (PCB);**
**34) JOSÉ MARIA CRISPIM (PCB);**
**35) OSVALDO PACHECO (PCB);**
**36) ALTINO ARANTES (PR);**
**37) CAMPOS VERGAL (PRP/PSP);**
**38) MANUEL VÍTOR (PDC).**

**18 PSD + 07 PTB + 06 UDN + 04 PCB + 01 PR + 01 PRP/PSP + 01 PDC = 38.**

### A) BANCADA DO PSD/SP.

A bancada do PSD/SP compunha-se de parlamentares estreitamente ligados à maquina governamental estadonovista, lideranças políticas e corporativas reconhecidas de várias frações das classes dominantes paulistas, e professores da Faculdade de Direito da USP com ampla atuação em diversas instituições culturais do Estado e em associações profissionais dos advogados. Dentre os integrantes da bancada do PSD/SP, destacam-se, além daqueles mencionados por Sérgio Miceli na passagem citada a seguir: **Antônio Feliciano**, ex-membro do Conselho Administrativo de São Paulo durante o Estado Novo (1941-1945); **Ataliba Nogueira**, intelectual católico com intensa atuação em diversas associações culturais e membro do Conselho Fiscal das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo; **Batista Pereira**, ex-chefe da Casa Civil e secretário dos Negócios Interiores de São Paulo na gestão do interventor Ademar de Barros (1939-1941); **César Costa**, também membro do Conselho Administrativo de SP na vigência do regime estadovovista (1941-1945); **Cirilo**

**Júnior**, antiga liderança do PRP na República Velha, membro do Conselho Administrativo de SP (1939-1945), secretário-geral do PSD/SP e político de estrita confiança do presidente Dutra, tendo participado de inúmeras articulações políticas no período; **Costa Neto**, procurador-geral do Estado de São Paulo na gestão do interventor Fernando Costa (1941-1943) e um dos parlamentares mais influentes da Constituinte; **Goffredo Telles Júnior**, filho de Goffredo Teixeira da Silva Telles, presidente do Conselho Administrativo de SP (1937-1945) no regime estadonovista e um dos políticos mais influentes do Estado; **Gastão Vidigal**, proprietário do Banco Mercantil de São Paulo e presidente da Associação Comercial de São Paulo durante o Estado Novo (1942-1943), que renunciou ao mandato de deputado constituinte para assumir o posto de ministro da Fazenda do governo Dutra; **Lopes Ferraz**, médico e ex-prefeito da cidade de Olímpia-SP durante o Estado Novo (1941-1945); **Sampaio Vidal**, líder do cafeicultores paulistas, presidente da Sociedade Rural Brasileira e membro da Coordenação da Mobilização Econômica durante o Estado Novo (1943-1945); e **Sílvio de Campos**, uma das mais destacadas lideranças do antigo Partido Republicano Paulista e que, no contexto da redemocratização, ressurgiu do ostracismo filiando-se ao PSD paulista.

Segundo Sérgio Miceli, "Em São Paulo, a composição de ambas as chapas difere consideravelmente dos padrões anteriormente referidos. As clivagens que orientam o realinhamento de forças políticas remontam às dissensões internas ao situacionismo oligárquico que acabaram se reforçando ao longo das décadas de 30 e 40, através da aliança que líderes de peso do empresariado industrial firmaram com o regime de Vargas. (...) A bancada pessedista inclui elementos próximos dos círculos palacianos, representantes do empresariado industrial, em companhia de uma ala de catedráticos da faculdade de direito da USP, esses últimos pinçados entre a elite da própria fração intelectual que o grupo Mesquita se empenhou em consolidar. São Paulo foi, praticamente, o único Estado da federação onde o PSD se valeu do apoio de elementos pertencentes à mesma fração da classe dirigente que contribuiu com as figuras de maior destaque para a 'ala dos bacharéis' (...)

**Luiz Gonzaga Novelli Jr.** (1906/Itu/SP) era genro torto do General Eurico Gaspar Dutra, e **José Armando Affonseca** (1908/Santos/SP), advogado que ocupou inúmeros cargos de confiança no governo estadual durante a década de 30, era sobrinho do embaixador José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores (1934-1937). A ala dos representantes patronais incluía o empresário rural e industrial **João Gomes Martins Filho** (1908/São Paulo/SP), vice-presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, o industrial e banqueiro **José João Abdalla** (1903/Guaratinguetá/SP), da Companhia Brasileira de Cimento Portland e do Banco Central de São Paulo, o capitalista e industrial (sic) **Joaquim A. Sampaio Vidal** (1897/São Carlos/SP), e o industrial **Horácio Lafer** (1900/São Paulo/SP), que fora representante profissional de sua categoria à Assembléia Constituinte de 1933, membro de conselhos econômicos no regime Vargas e representante brasileiro no exterior. **Honório Fernandes Monteiro** (1894/Araraquara/SP), **Goffredo da Silva Telles Jr.** (1915/São Paulo/SP) e **José Carlos de Ataliba Nogueira** (1901/Campinas/SP) eram catedráticos de Direito Comercial, de Teoria do Direito, e de Direito Público e Constitucional, respectivamente" (MICELI, 1986: 572-573).

• JOSÉ ALVES PALMA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 04/11/1892, Cajuru-SP. FALEC: SI.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado em Direito. (SI sobre atividades profissionais).

**3) TPol:** Deputado Federal pelo PRP/Partido Republicano Paulista, SP (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46 votou a favor da cassação do PCB (1948).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para proferir longos e prolixos discursos justificando suas sugestões ao projeto constitucional (XII, 29-41; XX, 261-269), e para combater a emenda de Mário Brant (PR/MG) favorável à reintegração de funcionários punidos em decorrência da aplicação do art. 177 da Constituição de 1937 (XIX, 118). Além disso, também manifestou-se para requerer inserção nos "Anais" da Constituinte de estudo do desembargador José Duarte intitulado "A Igreja Católica e o projeto constitucional" (XXV, 163-173).

Apresentou 07 emendas do Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 1745 (rejeitada; XXII, 53), determinando a adoção do critério estritamente proporcional para a organização do sistema eleitoral, e a de Nº 2015 (parcialmente aprovada; XXIII, 28), regulamentando o direito do réu à defesa quando objeto de instrução criminal.

---

• ANTÔNIO EZEQUIEL FELICIANO DA SILVA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/04/1899, Paraibuna-SP. FALEC: SI.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919), após o que especializou-se em Direito Penal e exerceu a advocacia em Santos-SP.

**3) TPol:** Vereador em Santos-SP (1926-1928). Deputado Estadual, SP (1928-1930). Participou da Revolução de 30, tendo sido Membro da Junta Governativa Provisória que assumiu o poder em Santos-SP (1930). Eleito Membro do Diretório do PD/Partido Democrático durante o 7º Congresso da agremiação (1931). Vereador em Santos pelo PD (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo de SP (1941-1945).

**4) LAM:** No início da década de 1930, por ocasião da agitação político-ideológica que precedeu a eclosão do movimento constitucionalista paulista, foi um dos signatários de um "Manifesto"

protestando contra a atuação do interventor João Alberto no Estado de SP (1931). Foi também Presidente do Santos Futebol Clube (1944-1945) e da Federação Paulista de Futebol (1945).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Presidente da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional e Membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Em plenário, concentrou sua atuação na defesa da autonomia dos municípios e na abordagem de questões referentes à sua cidade de origem, Santos-SP. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos justificando Indicação reivindicando melhorias salariais aos trabalhadores marítimos (VIII, 46-53); abordando o tema da "Autonomia municipal" (IX, 172-183), onde defendeu emendas de sua autoria determinando a adoção de medidas favoráveis aos municípios; e analisando os dispositivos do projeto constitucional que regulamentavam a autonomia municipal (XI, 145). Também realizou pronunciamentos enfocando "A situação do porto de Santos" (X, 33), no qual apoiou a atuação repressiva da polícia política contra os trabalhadores santistas, e defendendo a prisão pela polícia de SP do suplente de deputado federal pelo PCB/SP, Diógenes de Arruda Câmara (IV, 285-297), pelo que entrou em violentos debates com parlamentares da bancada comunista. Além disso, destacou-se em plenário por sua defesa veemente da manutenção dos Conselhos Administrativos criados durante o Estado Novo até a promulgação das Constituições Estaduais, manifestando-se ainda favorável às eleições diretas para os prefeitos das capitais e à conservação da instituição do júri.

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas transferindo recursos tributários para os municípios. Destaca-se a de Nº 2843 (rejeitada; XXI, 399), suprimindo dispositivo constitucional que proibia as eleições diretas para prefeitos nos municípios de águas minerais naturais, em que se situassem base ou porto de importância militar, e nas capitais dos Estados. Além disso, defendeu em plenário destaque para a emenda Nº 3565 (rejeitada; XXIV, 333), de Vargas Neto (PTB/DF), determinando o "auxílio do poder público" às entidades desportivas.

---

- JOSÉ CARLOS DE **ATALIBA NOGUEIRA** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 29/03/1901, Campinas-SP. FALEC: 22/10/1983.
Neto pelo lado paterno dos barões de Ataliba Nogueira, tradicional família de cafeicultores e comerciantes no Estado de SP.
PROFS: Advogado, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Redator da edição paulista do "Jornal do Comércio" (1920), após o que colaborou em diversos periódicos no interior de SP. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1925). Promotor Público em Itapetininga-SP (1926). Fundador e Diretor do "Diário Paulista" (1926). 5º Promotor Público em São Paulo-SP (1927). Colaborador da rede jornalística "Diários Associados" a partir de 1928. Doutor pela Faculdade de Direito de São Paulo (1932). Professor Catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (1936). Durante o Estado Novo foi Professor Catedrático e Livre-Docente de Direito Penal na Faculdade de Direito de São Paulo (1937); Professor de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito da USP-SP (1939); Professor de Direito Internacional na Faculdade de Ciências Econômicas de Campinas-SP (1939); Professor Catedrático de Teoria do Estado na USP (1940); Professor Catedrático de Legislação de Imprensa e Ética da Faculdade de Jornalismo da PUC-SP (1940). Segundo o

Dicionário CPDOC (1984: 2395), foi também Diretor das empresas Cinzano, Labofarma, Indústria Brasileira de Aço, e Membro do Conselho Fiscal das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (SD).

**3) TPol:** Um dos principais dirigentes do movimento integralista em São Paulo no início da década de 1930. Militou na SEP/Sociedade de Estudos Políticos, organização integralista fundada por Plínio Salgado (1932). Após a derrota do movimento constitucionalista tornou-se Secretário Particular do governador militar e interventor de SP, general Valdomiro Castilho de Lima (1932-1933). Membro do Conselho Penitenciário do Estado de SP (1935). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/SP (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 foi favorável à cassação do PCB (1948).

**4) LAM:** Participou do I Congresso da Mocidade Católica e do I Congresso de Medicina Legal e Criminologia (1929). No início da década de 1930 militou intensamente no movimento integralista. Tomou parte de inúmeros Congressos Jurídicos, dentre os quais o I Congresso Jurídico Nacional realizado no Rio de Janeiro-DF (1942), da II Conferência Interamericana de Advogados (1942), e do I Congresso Nacional do Ministério Público realizado em São Paulo (1943). Foi Membro de várias instituições culturais e científicas. Sócio da Associação dos Jornalistas Católicos e do Centro Dom Vital de São Paulo. Foi ainda Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e de outras associações corporativas desta categoria profissional.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em SP e colaborou em diversas revistas culturais e científicas, dentre as quais a "Revista dos Tribunais" e a "Revista da Ordem dos Advogados". Além disso, publicou: "A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (1926); "A INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA E A SUA UTILIDADE" (1926); "VADIAGEM" (1928); "COMBATE ÀS PUBLICAÇÕES IMORAIS" (1929); "AS LOTERIAS ESTADUAIS E O FISCO" (1930); "SANTO ANTÔNIO NA TRADIÇÃO BRASILEIRA" (1933); "PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA" (1936); "A ARTE DE PREGAR DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA" (1936); "MEDIDAS DE SEGURANÇA" (1937); "PENA SEM PRISÃO" (1938); "O ESTADO É UM MEIO E NÃO UM FIM" (1940); "AS MEDIDAS DE SEGURANÇA EM ESPÉCIE" (1941); "ESTABELECIMENTO E REGIMES DE EXECUÇÃO PARA MEDIDAS DE SEGURANÇA" (1943); "ELOGIO HISTÓRICO DE D. JOÃO NERI, 1º BISPO DE CAMPINAS" (1945); "OS MUNICÍPIOS E OS MUNÍCIPES DE CAMPINAS" (1947); "A CONSTITUIÇÃO E OS PARTIDOS ANTIDEMOCRÁTICOS. O MANDATO DOS REPRESENTANTES COMUNISTAS" (1947); "O PAN-AMERICANISMO E O SUPERESTADO" (1947), dentre inúmeros outros trabalhos.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator das Subcomissões "Organização Federal" e "Família, Educação e Cultura" da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, onde foi um dos constituintes mais conservadores, foi também um dos mais assíduos freqüentadores da tribuna, intervindo freqüentemente nos debates travados no recinto da Assembléia para manifestar-se sobre os mais variados assuntos. Anticomunista ferrenho, concentrou sua atuação na defesa veemente da autonomia municipal, da descentralização administrativa, e dos princípios do "federalismo" e da federação, tendo sido ainda um dos mais combativos defensores dos postulados da Igreja Católica e do alto clero mais tradicional na Constituinte, manifestando-se diversas vezes para sustentar os pontos de vista da instituição no tocante a vários tópicos debatidos em plenário. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos justificando longamente a polêmica Indicação de sua autoria propondo a instauração do voto censitário e a dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em direito (V, 359-370); felicitando

o governo por ter "dominado" as greves das Estradas de Ferro Sorocabana e Cantareira, e por ter controlado as "desordens" promovidas por comunistas (XI, 160-162); e analisando vários aspectos do projeto constitucional (XII, 42-55), onde sustentou algumas de suas propostas ao mesmo, dentre as quais a recomendação da instauração de um "superestado" que transpusesse para o plano das relações internacionais os princípios que organizavam os Estados nacionais federativos. Combateu também energicamente a proposta de Gustavo Capanema (PSD/MG) de se centralizar a organização do ensino nas mãos da União, e preconizou ardorosamente a adoção da descentralização administrativa em diversos ramos da administração pública (ensino, discriminação de rendas, organização do judiciário etc.), com o fito de transferir maior poder e autonomia político-administrativa aos Estados e Municípios. Também realizou pronunciamentos discorrendo sobre "O fanatismo dos japoneses em São Paulo" (XIX, 126-130), onde defendeu o interventor paulista José Carlos Macedo Soares das acusações publicadas na imprensa de que estaria sendo conivente com atentados terroristas cometidos por adeptos da seita japonesa "Shindo Remmei"; tecendo considerações sobre "A intervenção da União no domínio econômico" (XXVI, 12-16), no qual combateu a "concepção liberal de Estado" e posicionou-se amplamente favorável à intervenção estatal na economia; e apoiando a medida governamental de encampação da ferrovia São Paulo Railway, de propriedade de capitais ingleses, posicionamento este que provocou veementes apartes contrários do senador comunista Carlos Prestes (PCB/DF), que denunciava a encampação como um ato contrário aos interesses nacionais (XXVI, 98-100).

Na condição de Membro da Comissão da Constituição, quando da votação do projeto revisto em plenário pronunciou-se várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros constituintes, destacando-se seus pareceres contrários às emendas de Aloísio Carvalho (UDN/BA), dando à União competência privativa para legislar sobre direito penitenciário; de Albérico Fraga (UDN/BA), possibilitando aos Estados a criação de órgãos de assistência técnica e financeira aos Municípios; de Carlos Prestes (PCB/DF), instaurando a Assembléia Nacional eleita pelo povo como Poder Supremo do Estado ao qual se subordinariam os demais (XXI, 292); de Nestor Duarte (UDN/BA), eliminando a expressão "indissolubilidade do vínculo matrimonial" do texto constitucional; e de Claudino Silva (PCB/DF), suprimindo as polícias políticas criadas durante o Estado Novo (XXV, 15). Além disso, manifestou-se favorável à vigência da Carta de 1937 durante os trabalhos constituintes, ao sistema de governo presidencialista, ao mandato presidencial de 06 anos, à denominação de "língua portuguesa" para o idioma vigente no Brasil, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional, à imunidade fiscal dos templos e das Igrejas, à representação proporcional que favorecesse os Estados mais populosos, ao "estado de sítio preventivo", à manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais, à censura prévia a imprensa para impedir a difusão de doutrinas subversivas, à indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social, e aos feriados nos dias santos, tendo afirmado, como justificativa a essa sua última postura, que "... saibam VV. Exs. que o povo não obediente às leis de Deus termina não obedecendo às autoridades, ao próximo. E o povo é um caldo propício a qualquer revolução social" (XXIII, 139). Posicionou-se ainda contrário à necessidade de realização de reforma agrária para se resolver o problema da distribuição de riquezas no país, à autonomia do DF, à nacionalização progressiva das empresas de serviços públicos, ao reconhecimento dos filhos adulterinos, à unidade da magistratura e do judiciário, à emenda de Hermes Lima (ED/DF) determinando o parcelamento pelo prazo de 25 anos das indenizações a serem pagas ao proprietários em caso de desapropriação por interesse social, e reiteradamente contra o divórcio, tendo inclusive enviado à Mesa da Assembléia abaixo assinado de "quinze mil senhoras católicas" ferrenhamente contrárias ao mesmo (XXI, 27).

Apresentou 67 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2383, veementemente contrária à existência de Comissões de Inquérito do Congresso Nacional, e em cuja justificativa se afirma que "Não há necessidade de comissões de inquérito. Algumas delas já

deixaram a Assembléia Constituinte em posição delicada, nestes poucos meses" (XV, 169); Nº 2462, eliminando dispositivos favoráveis à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional; Nº 2471, contrária ao comparecimento de ministros de Estado ao Legislativo com o fito de prestarem contas de seus atos; Nº 2710 (rejeitada; XXIII, 299), permitindo aos Estados a criação de Tribunais de Justiça; Nº 2835, proibindo as eleições diretas para prefeitos em todos os Municípios considerados "normalmente nacionais" (sic; XV, 349) pelo poder público; Nº 3294, transferindo para lei estadual a regulamentação sobre a concessão de serviços públicos; e a de Nº 3574, concedendo "preferência limitada, nas eleições federais, estaduais e municipais, para os candidatos diplomados em política e administração" e favorável à dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em direito (XVI, 200).

---

## • EDGARD BATISTA PEREIRA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 10/03/1900, São Paulo-SP. FALEC: SI.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (SD), após o que exerceu a advocacia no interior de SP.

**3) TPol:** Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal em Taquaritinga-SP durante a República Velha (SD). Participou do movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo, tendo sido um dos Fundadores do MMDC, organização civil paramilitar surgida no decorrer dos conflitos contra o Governo Provisório (1932). Exilou-se após a derrota do movimento (1933-1934). Durante o Estado Novo foi Chefe da Casa Civil e Secretário dos Negócios de SP na gestão do interventor Ademar de Barros (1938-1941). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/SP (1945). Após a Constituinte-46 tornou-se Secretário de Justiça de SP na gestão do interventor José Carlos de Macedo Soares (1946-1947) e, após reassumir seu mandato de deputado federal, votou a favor da cassação do PCB (1948).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Publicou "DIÁRIO DA CAPELA" (1933); "A CASA DE SÃO CLEMENTE" (SD) e "PREFÁCIO À ORAÇÃO DOS MOÇOS" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 2º Suplente de deputado, assumiu o mandato quase ao término dos trabalhos constituintes, na 162ª Sessão, a 05/09/1946 (XXIV, 217), em substituição a seu companheiro de bancada, Lopes Ferraz (PSD/SP), falecido em pleno processo de elaboração constitucional. Pouco atuante em plenário, apenas interveio para declarar voto contra o art. 8 das "Disposições Transitórias" extinguindo os Territórios de Ponta Porã e do Iguaçu, e contra o art. 41, também das "Disposições Transitórias", tornando insuscetível de apreciação judicial a incorporação ao patrimônio da União dos bens dados em penhor pelos beneficiados com o financiamento das safras algodoeiras de 1942 a 1946.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • JOSÉ CÉSAR DE OLIVEIRA COSTA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 08/03/1891, Taubaté-SP. FALEC: 06/05/1951.
PROFS: Proprietário de Terras e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1912). Promotor Público em São Manuel-SP (1914-1917), demitindo-se do cargo para exercer a advocacia em Taubaté.

**3) TPol:** Prefeito de Taubaté (1917-1926). Deputado Estadual pelo PRP/Partido Republicano Paulista (1921-1923); (1923-1925); (1925-1927). Prefeito de Taubaté (1928-1930). Afastou-se da política partidária na década de 1930. Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo de SP (1941-1945). Após a Constituinte-46 tornou-se Membro do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal (1946).

**4) LAM:** Foi Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (SD).

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "O problema do ensino primário" (IV, 150-153), onde justificou emendas de sua autoria sobre o assunto, e para efetuar "Declarações sobre uma empresa de asfalto" (VI, 67), defendendo-se das acusações publicadas no jornal "Correio da Manhã" acerca de seu envolvimento em negociatas referentes à firma "Asfalto Nacional S. A.", organizada pelo governo para explorar arenito betuminoso no subsolo paulista. Além disso, realizou outras intervenções tópicas nos debates constituintes, sempre na defesa de próceres pessedistas atacados por parlamentares da oposição.

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 2067, estipulando que "O ensino primário, nas escolas públicas, será gratuito e de freqüência obrigatória" (XIV, 462)

---

## • CARLOS CIRILO JÚNIOR (PSD).

**1) DPF:** NASC: 25/12/1886, Curitiba-PR. FALEC: 31/03/1965.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1908), após o que exerceu a advocacia em SP. Foi também Professor de Direito Civil, Comercial e Criminal na Faculdade de Direito da Universidade de SP (SD).

**3) TPol:** Deputado Estadual por várias legislaturas seguidas pelo PRP/SP (1912-1929). Deputado Federal, PRP/SP (1930). Teve sua residência e seu escritório de advocacia depredados por ocasião da Revolução de 30 à qual se opôs. Participou ativamente do movimento constitucionalista paulista de oposição ao Governo Provisório, tendo sido um dos signatários do "Manifesto" divulgado por lideranças do PRP/Partido Republicano Paulista contra o mesmo (1932). Com a derrota do movimento constitucionalista, exilou-se em Lisboa-Portugal (1932-1934). Deputado Estadual

Constituinte. PRP/SP (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Administrativo de SP (1939-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Secretário-Geral do PSD/SP, tendo sido um dos principais articuladores da obtenção do apoio do PTB para a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República (1945). Após a Constituinte-46 foi candidato derrotado a vice-governador de São Paulo (novembro/1947) e um dos mais virulentos defensores da cassação do PCB (1947-1948); ligado politicamente ao presidente Dutra, tornou-se Presidente Nacional do PSD em substituição a Nereu Ramos (1949).

**4) LAM:** Atuou em diversas associações de classe dos advogados e foi Membro do Instituto da OAB.

**5) AIT:** Publicou: "TÍTULOS AO PORTADOR" (1908); "TERCEIRO PREJUDICADO NO PROCESSO CIVIL" (1914); "A DOR NO ROMANCE E NO TEATRO" (1916); REPARAÇÃO CÍVEL PARA ATO ILÍCITO" (1934); "A CAMPANHA REVOLUCIONÁRIA DE 1932" (1934); e "POLÍTICA LATINO-AMERICANA" (1948).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator Geral da Comissão de Constituição e Membro da Subcomissão "Disposições Gerais e Transitórias" da mesma Comissão. Nomeado pelo governo Dutra para integrar a Delegação do Brasil à Conferência de Paz realizada em Paris, licenciou-se do mandato de deputado constituinte, tendo sido substituído nos cargos que ocupava na Comissão por Costa Neto (PSD/SP) e Honório Monteiro (PSD/SP), respectivamente ("Diário do Congresso Nacional", 23/07/1946: 3610). Não obstante o pouco tempo de exercício de mandato, teve tempo de revelar seu conservadorismo, ocupando a tribuna para pronunciar-se em defesa da vigência da Constituição de 1937 durante os trabalhos constituintes, e para combater a Indicação Nº 25 formulada pela bancada comunista propondo a imediata revogação da Carta estadonovista (II, 370).

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 1689, dando à União competência privativa para legislar sobre "alimentação pública"; Nº 1948, regulamentando a arrecadação, pelos Estados, do imposto de transmissão *inter-vivos*; e a de Nº 1988, favorável à equivalência jurídica dos casamentos religioso e civil.

---

- BENEDITO **COSTA NETO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 26/09/1895, Macaé-RJ. FALEC: 11/08/1981.
PROFS: Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1916). Exerceu a advocacia no Rio de Janeiro (1916-1920) e, posteriormente, em São José do Rio Preto-SP (1923). Estabelecendo-se em SP, foi Advogado e Jornalista neste Estado.

**3) TPol:** Foi Subcomandante no Batalhão Piratininga, liderado pelo coronel Euclides Figueiredo, durante o movimento constitucionalista paulista (1932). Membro da Comissão Coordenadora do PRP/Partido Republicano Paulista (1936-1937). Durante o Estado Novo foi Procurador-Geral de SP na gestão do interventor Fernando Costa (1941-1943). Após a Constituinte-46 tornou-se Ministro da Justiça e Negócios Interiores na gestão de Eurico Gaspar Dutra (1946-1947) e foi um dos principais

articuladores da campanha pela liquidação do MUT/Movimento Unificador dos Trabalhadores e pela cassação do PCB (1947). 1ª Legislatura.

4) **LAM:** Na década de 1920 foi Diretor da Associação Comercial de São José do Rio Preto-SP (1923-1927). Membro do Conselho da OAB/SP (1936). Tesoureiro da OAB/SP (1941). Presidente do I Congresso Nacional do Ministério Público (1942). Vice-Presidente da Comissão de Direito Civil do II Congresso Nacional de Direito; Membro da Comissão do Código Judiciário do Estado de SP; e Representante paulista no Congresso Jurídico Nacional realizado no Rio de Janeiro-DF (1943). Foi também Membro da Associação dos Advogados de SP e do Instituto dos Advogados de SP (SD).

5) **AIT:** Além de inúmeros trabalhos jurídicos, publicou "UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO" (1943), tese apresentada ao I Congresso Jurídico Nacional realizado no Rio de Janeiro. No contexto da redemocratização manteve uma coluna semanal sobre temas políticos no jornal "O Estado de São Paulo" (1945-1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Inicialmente Membro da Subcomissão "Poder Legislativo", posteriormente substituiu Cirilo Júnior (PSD/SP) no cargos estratégicos de Relator Geral da Comissão de Constituição, e de Membro da Subcomissão "Disposições Gerais e Transitórias" da mesma Comissão ("Diário do Congresso Nacional", 23/07/1946: 3610). Um dos constituintes mais influentes e conservadores da Assembléia, teve papel-chave e intensa atuação em todas as etapas do processo de elaboração constitucional, tendo sido um dos principais responsáveis pela concretização das diretrizes programáticas e estratégicas do PSD na Constituinte. Logo no início dos trabalhos constituintes, posicionou-se a favor da vigência da Carta de 1937 e contrário à capacidade da Assembléia de elaborar legislação ordinária e de censurar atos do Executivo, tendo ainda realizado pronunciamentos justificando e apoiando medidas repressivas tomadas pelo interventor Macedo Soares e pela polícia de SP contra o movimento grevista e popular no Estado (II, 96-98; IV, 286). Também ocupou a tribuna para proferir discursos justificando emenda de sua autoria favorável à nomeação dos juizes do Supremo Tribunal Eleitoral exclusivamente pelo presidente da República (XVII, 98-108), e para declarar voto contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945, aproveitando a ocasião para refutar as acusações de ter se convertido ao "queremismo" em virtude dessa postura, afirmando que "... desde que irrompeu no Estado de São Paulo, o movimento de simpatia que passou a ser denominado de 'queremismo', coloquei-me, modesta mas decididamente, contra ele. (...) A minha opinião foi manifestada em artigos que publiquei n' *O Estado de São Paulo* e, principalmente, em um, denominado *'A terceira candidatura'*, creio que em julho ou agosto do ano passado. (...) Por isso mesmo, eu não poderia ser contrário ao golpe de 29 de outubro (*muito bem*). O *queremismo* prejudicava principalmente o PSD e a candidatura do general Dutra, e não à UDN, porque não angariava prosélitos no seio desta"(XI, 257).

Na fase final dos trabalhos constituintes, durante a votação do projeto revisto em plenário, desempenhou um papel decisivo na votação e na feitura da Constituição, tendo sido um dos principais responsáveis pela redação final de vários de seus dispositivos. Na condição de Relator Geral da Comissão de Constituição, ocupou a tribuna inúmeras ocasiões para requerer a aprovação em bloco dos diversos capítulos que compunham a Carta Constitucional, e para emitir incontáveis pareceres — que geralmente eram fundamentais para a aprovação ou rejeição das propostas — a destaques e emendas solicitados por outros constituintes ao projeto revisto. Dentre essas incontáveis intervenções, destacam-se seus pareceres contrários às emendas de Albérico Fraga (UDN/BA), criando o Conselho Municipal; de Artur Bernardes (PR/MG), vedando à União a prerrogativa de dar

em concessão para capitais estrangeiros a exploração de serviços públicos; de Carlos Prestes (PCB/DF), instituindo a Assembléia eleita pelo povo como o Poder Supremo da Nação, ao qual se subordinariam os demais poderes; de Alcedo Coutinho (PCB/PE), transferindo para os Municípios a arrecadação do imposto territorial urbano; de Lauro Montenegro (PSD/AL), criando o "Consócio de Municípios", como unidade administrativa intermediária entre estes e os Estados; de Antônio Feliciano (PSD/SP), favorável às eleições diretas para prefeitos das capitais e de outras cidades consideradas de "segurança nacional"; de Berto Condé (PTB/SP), criando a Comissão Interparlamentar de Planejamento; de Carlos Prestes (PCB/DF), extinguindo o Senado Federal e instituindo o unicameralismo; de Caires de Brito (PCB/SP), determinando a criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional no intervalo das sessões do Legislativo; de Maurício Grabois (PCB/DF), estendendo aos suplentes as imunidades usufruídas pelo parlamentares; de Carlos Prestes (PCB/DF), eliminando a necessidade de indenização prévia em caso de desapropriação por interesse social; de Gilberto Freire (UDN/PE), contrária à que a ordem econômica se baseasse na "justiça social"; de Carlos Prestes (PCB/DF), favorável à nacionalização progressiva dos bancos e empresas de seguro e capitalização; de Carlos Prestes (PCB/DF), eliminando a figura jurídica do "estado de sítio preventivo"; de Abílio Fernandes (PCB/RS), criando dispositivo determinando a proteção dos silvícolas pelo Poder Público; e de Carlos Marighela (PCB/BA) extinguindo a representação diplomática brasileira na Santa Sé. Além disso, posicionou-se favorável às emendas de Aloísio Carvalho (UDN/BA) dando à União competência privativa para elaborar normas gerais sobre o regime penitenciário; de Clemente Mariani (UDN/BA), vedando o funcionamento de organizações cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático; e de Galeno Paranhos (PSD/GO), determinando a criação do Banco de Crédito Rural.

Aludindo à sua grande influência no comando das votações em plenário, e ao fato de a quase totalidade do conteúdo de seus pareceres corresponder ao resultado das votações finais, afirma Osny Duarte Pereira que: "...Mereceria, dentro do ambiente de pressão em que foi votada a Constituição, um capítulo especial, a personalidade do Relator-Geral Benedito de Costa Neto. Sabia de cor a Constituição dos Estados Unidos, quis a adoção do preâmbulo dela na nossa Carta Magna e a cada passo opinava, contra ou a favor de qualquer coisa, acrescentando que era a norma norte-americana. (...) Comandava com absoluta firmeza o plenário, onde a maioria tinha os olhos fixos nele. Quando se levantava para aprovar, a maioria, se levantava. Quando permanecia sentado, a maioria, que durante as justificações ficava conversando sobre os mais variados assuntos, sem dar atenção ao que se estava decidindo, também permanecia sentada. Costa Neto defendeu com absoluta fidelidade os interesses dos monopólios estrangeiros e dos grandes empresários nacionais a eles ligados, bem como os privilégios do latifúndio, como teremos oportunidade de observar no correr deste comentário" (PEREIRA, 1964: 38-39). Ainda de acordo com o mesmo autor, Costa Neto foi "o mais fiel defensor do imperialismo norte-americano na Constituinte" (Id.: 170)

Apresentou 42 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas aos dispositivos que regulamentavam o funcionamento do aparelho judiciário. Destacam-se as de Nº 1640, sugerindo nova redação ao preâmbulo da Carta Constitucional baseando-se na Constituição norte-americana; Nº 1983, favorável à reeleição de prefeitos; Nº 2009, proibindo a propaganda de doutrinas destinadas a "subverter a ordem econômica e social" (XIV, 441); Nº 2049, determinando ser o trabalho um "dever social"; Nº 2063, restringindo o exercício do direito de greve e transferindo sua regulamentação para "legislação ordinária"; Nº 3159 (posteriormente aprovada após ter sido "fundida" com outra de conteúdo análogo do udenista baiano, Clemente Mariani; XXIII, 24), vedando a organização, o registro e o funcionamento de partidos ou associações que objetivassem modificar o regime político e a ordem econômica e social estabelecidas na Constituição, emenda também assinada pelos próceres pessedistas Nereu Ramos (PSD/SC), Acúrcio Torres (PSD/RJ), Gustavo Capanema (PSD/MG) e Benedito Valadares (PSD/MG).

- **GOFFREDO** DA SILVA **TELLES** JÚNIOR (PSD).

**1) DPF:** NASC: 16/05/1916, São Paulo-SP.
Descendente de tradicional família de proprietários de terras e cafeicultores no interior paulista. Filho de Goffredo Teixeira da Silva Telles, prefeito de São Paulo-SP por ocasião da eclosão do movimento constitucionalista (1932) e presidente do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo durante o Estado Novo (1937-1945).
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-SP (1937). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP (1938). Livre-Docente de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito da USP (1940).

**3) TPol:** Na década de 1930 foi um dos principais dirigentes da AIB/Ação Integralista Brasileira em SP. Durante o Estado Novo foi Membro do Conselho Penitenciário de SP (SD). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 votou contra a cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** Durante a década de 1930 percorreu o interior paulista divulgando a doutrina integralista com o auxílio de padres locais. Foi Membro do Instituto dos Advogados do Brasil e da OAB (1935).

**5) AIT:** Colaborou em várias revistas jurídicas e publicou "JUSTIÇA E JÚRI NO ESTADO MODERNO" (tese, 1938); "A DEFINIÇÃO DO DIREITO" (1941); "O SISTEMA BRASILEIRO DE DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS" (1946); "A LEI DOS HOMENS" (1946) e "TRATADO DA CONSEQÜÊNCIA" (1949).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Membro do Partido de Representação Popular (PRP), agremiação liderada por Plínio Salgado e que agrupava os ex-integralistas, elegeu-se pela legenda do PSD em virtude de acordo eleitoral entre as duas agremiações, embora na Constituinte se manifestasse sempre em nome do PRP. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização do aparelho fiscal e tributário, na defesa da autonomia municipal, e no combate doutrinário ao "comunismo" e ao PCB. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos justificando extensamente várias propostas de sua autoria aos capítulos sobre "Discriminação de Rendas" do projeto (VI, 49-60), onde combateu as sugestões apresentadas anteriormente por seu correligionário Horácio Lafer (PSD/SP) sobre o assunto, a seu ver prejudiciais à autonomia dos municípios; solicitando inserção nos "Anais" da Assembléia de longo estudo de sua autoria sobre matéria tributária contendo um apresentação sistemática de suas sugestões ao projeto constitucional (IX, 372-400); e examinando o "Materialismo marxista, dialético" (IX, 240-247), no qual procurou refutar ponto a ponto a doutrina marxista e afirmar princípios doutrinários alternativos à mesma, declarando o marxismo "morto" e ultrapassado, pontos de vistas estes que provocaram veementes apartes contrários de parlamentares da bancada comunista. À certa altura dos trabalhos de elaboração constitucional, causou sensação em plenário ao realizar pronunciamento sobre "Matéria Constitucional" (XVIII, 298-306) onde, em nome do PRP, combateu veementemente a emenda Nº 3159, assinada por várias lideranças pessedistas (Costa Neto, Nereu Ramos, Acúrcio Torres, Benedito Valadares e Gustavo Capanema), vedando o funcionamento de qualquer organização cujo programa visasse modificar o regime político e a ordem social estabelecidos na Constituição. Além disso, manifestou-se contrário ao direito de greve e foi favorável à concessão de anistia ampla aos

punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, e à manutenção dos Conselhos Administrativos até a promulgação das Constituições estaduais.

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1954, condicionando o pagamento da contribuição de melhoria à valorização da propriedade particular beneficiada por obras públicas. Além disso, enviou à Mesa da Assembléia Requerimento solicitando que "seja remetida à Comissão da Constituição, como afirmação do conceito espiritualista de vida e de destino, e em repúdio a todas as formas de materialismo, a sugestão de que conste, do preâmbulo do novo diploma constitucional, a declaração de que ele é 'decretado e promulgado em nome de Deus'" (IV, 249).

---

• **HONÓRIO FERNANDES MONTEIRO** (PSD/1° Suplente).

**1) DPF:** NASC: 25/06/1894, Araraquara-SP. FALEC: 02/02/1968.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1919), após o que exerceu a advocacia na mesma cidade. Livre Docente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de SP (1929). Doutor em Direito (1929). Professor de Direito Comercial do curso de Doutorado na Faculdade de Direito de SP (1932). Professor Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP (1934). Juntamente com Mário Masagão e Antônio Sampaio Dória fundou a Escola Paulista de Direito, fechada logo a seguir pela burocracia estadonovista (1937-1939). Diretor da Faculdade de Direito da USP (1943). Foi também Professor Universitário em outras universidades paulistas.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo seguiu carreira e exerceu cargos administrativos em diversas Universidade paulistas (1937-1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, elegeu-se Presidente da Câmara do Deputados (setembro/1946-março/1947), foi favorável à cassação do PCB (1947) e tornou-se Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Dutra (1948).

**4) LAM:** Foi Membro do Conselho Técnico e Administrativo da USP (1934-1943).

**5) AIT:** Escreveu "DA MULHER CASADA COMERCIANTE" e "DOS EFEITOS DE FALÊNCIA SOBRE O CONTRATO DE CONTA CORRENTE QUANTO À CLÁUSULA SALVO REEMBOLSO" (teses de livre docência, 1929) e "DO CRÉDITO BANCÁRIO CONFIRMADO" (tese de Professor Catedrático, 1933), além de inúmeros outros trabalhos sobre temas jurídicos.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro Interino da Subcomissão "Poder Legislativo" da Comissão de Constituição, em substituição ao titular Costa Neto (PSD/SP), nomeado Relator Geral da mesma Comissão no lugar de Cirilo Júnior (PSD/SP). Eleito 1° Suplente de deputado pelo PSD/SP, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes, substituindo o titular Gastão Vidigal (PSD/SP), que renunciou ao posto para assumir o cargo de ministro da Fazenda do governo Dutra (I, 18). Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas interveio de forma mais intensa na fase final dos trabalhos constituintes, quando da votação em plenário do título I "Da organização federal" do projeto revisto. Assim, ocupou a tribuna para, em nome do PSD, proferir discursos discorrendo sobre "O regime bicameral" (XXII, 32-36), no qual defendeu energicamente a manutenção do Senado

Federal e deu parecer contrário às emendas de Carlos Prestes (PCB/DF) e de Nestor Duarte (UDN/BA), extinguindo este órgão e instituindo o unicameralismo; e justificando destaque da emenda Nº 1745 (rejeitada; XXII, 53), de Alves Palma (PSD/SP), determinando a adoção do critério estritamente proporcional para a organização do sistema eleitoral. Além disso, interveio em debates sobre o problema fiscal, e manifestou-se favorável à capacidade dos Estados elaborarem legislação suplementar sobre Justiça do Trabalho, tendo sido ainda contrário à isenção da cobrança do imposto territorial aos pequenos produtores rurais, à isenção tributária às atividades desportivas, e ao confisco dos bens em caso de enriquecimento ilícito através da ocupação de cargos em autarquias e entidades paraestatais.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as Nº 1918, contrária à imunidade fiscal das entidades paraestatais e autárquicas; Nº 1937 (aprovada; XXI, 173), regulamentando a arrecadação e a distribuição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis entre as várias unidades da federação (União, Estados e Municípios); Nº 2050, limitando a intervenção do Estado na economia apenas com o objetivo de "suprir as deficiências da iniciativa individual", e em cuja "justificação" se afirma que "O regime democrático não se coaduna com a livre intervenção dos Estado na economia" (XIV, 459); e a de Nº 2059, contrária à "participação direta" dos trabalhadores nos lucros das empresas.

---

## • HORÁCIO LAFER (PSD).

**1) DPF:** NASC: 03/05/1900, São Paulo-SP. FALEC: 29/06/1965.
Filho de Miguel Lafer, imigrante judeu de origem lituana e fundador da fábrica de papel Klabin Irmãos e Cia. (1906).
PROFS: Industrial e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1920). Realizou Cursos de Especialização em Economia e Finanças, diplomando-se pela Universidade de Berlim (SD). Retornando ao Brasil passou a administrar os negócios da família até tornar-se um dos principais dirigentes do grupo Klabin-Lafer, conglomerado industrial com investimentos concentrados nos ramos de papel e celulose.

**3) TPol:** Assessor do ministro da Relações Exteriores de Washington Luís, Otávio Mangabeira, tendo integrado a delegação do Brasil à Liga das Nações (1928-1929). Apoiou a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República (1929-1930). (SI sobre sua atuação durante a Revolução de 30 e o movimento constitucionalista paulista). Deputado Constituinte e Federal Classista na condição de Representante dos Empregadores Industriais (1933-1934). Deputado Federal na legenda do Partido Constitucionalista, SP (1935-1937). Durante o Estado Novo integrou a delegação brasileira à III Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, que formalizou o rompimento do governo brasileiro com os países do Eixo (1942); foi também Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1943-1945). No contexto da redemocratização foi um dos principais articuladores do apoio de vários setores do empresariado paulista à candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República (1945).

**4) LAM:** Um dos Fundadores e Membro da 1ª Diretoria do CIESP/Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, associação de classe criada após cisão com a Associação Comercial de SP e presidida pelo industrial paulista Francisco Matarazzo (1928). Segundo-Secretário da FIESP/Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo quando de sua fundação (1931), tornando-se posteriormente Diretor da entidade. Primeiro-Secretário da CIB/Confederação Industrial Brasileira (1933). Ao longo de sua atuação em várias associações de classe, destacou-se como uma das principais lideranças industriais paulistas e nacionais do pós-30. No contexto da redemocratização tornou-se Presidente da Associação Brasileira de Municípios (1945-1946).

**5) AIT:** Além de inúmeros relatórios e artigos, publicou: "TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS CONTEMPORÂNEAS" (1929); "ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO SOCIAL" (SD); "DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS" (1946); "O CRÉDITO E O SISTEMA BANCÁRIO NO BRASIL" (1948).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator Geral da Comissão de Investigação Econômica e Social onde teve atuação destacada, apresentando na mesma relatório intitulado "Potencial Monetário"; na qualidade de Relator da citada Comissão, foi encarregado de elaborar um extenso "Relatório Geral sobre a situação econômico-financeira do país", que foi lido na 169ª Sessão (Extraordinária) da Assembléia Constituinte, a 09/09/1946 (XXV, 38-58). Em plenário, concentrou sua atuação na defesa da "autonomia municipal", e na abordagem de questões referentes aos dispositivos constitucionais que regulamentavam a "Discriminação de Rendas" entre as diversas unidades da federação. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para proferir discurso sobre os "Rumos da Economia Pública" (II, 38-43), no qual preconizou a necessidade de fortalecimento fiscal dos municípios e da organização de um sistema tributário que não inibisse o investimento privado, tendo ainda solicitado a inserção nos "Anais" da Assembléia de longo estudo de sua autoria analisando o problema da "Discriminação das Rendas" (IV, 403-417) entre União, Estados e Municípios, contendo uma apresentação sistemática de várias de suas sugestões ao projeto constitucional sobre o assunto. Parlamentar de postura governista, também ocupou a tribuna várias vezes para defender a figura do ministro da Fazenda, Gastão Vidigal ("este competente e preclaro homem público que hoje enfrenta, com esforço sobre-humano, os complexos problemas econômico-financeiros de nossa terra"; V, 85), das críticas que lhe eram endereçadas por outros parlamentares, tendo ainda realizado pronunciamentos protestando veementemente contra a exclusão do Brasil do acordo feito pelas potências aliadas visando a partilha das indústrias removidas da Alemanha no pós-guerra (X, 403), e justificando veementemente, em meio a entusiásticos apartes de apoio, Indicação Nº 173 de sua autoria, sugerindo a criação de um órgão governamental destinado a incrementar a cultura do trigo no Brasil com o fito de livrar o país da importação do produto argentino (XVIII, 25-29). Além disso, deu parecer contrário à emenda (aprovada) de Jorge Amado (PCB/SP) isentando do pagamento do imposto de importação o papel adquirido para a fabricação de livros, e efetuou intervenções tópicas em vários outros debates sobre matéria fiscal quando da votação do projeto revisto em plenário.

Apresentou 29 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas ao dispositivos que regulamentavam a "Discriminação de Rendas" entre Estados, União e Municípios. Destacam-se as de Nº 1939, determinando a transferência para os municípios de 10% do imposto de renda arrecadado pela União; Nº 1941, suprimindo dispositivo que isentava do pagamento do imposto de consumo os artigos que a lei classificasse como mínimo indispensável à satisfação das necessidades básicas das pessoas de menor capacidade econômica; Nº 2051, eliminando dispositivo que recomendava a distribuição da propriedade; Nº 2052, suprimindo dispositivo que estipulava o prazo máximo de 30 anos para a concessão de proteção alfandegária às indústrias; Nº 2053 (rejeitada; XXIII, 124), estipulando que "A lei promoverá o fomento de capitais brasileiros em fontes de produção" (sic; XIV, 419); Nº 2058, condicionando o pagamento do salário mínimo aos empregados à sua freqüência e produtividade no trabalho; e a de Nº 2066 (rejeitada; XXIII, 62),

determinando a aplicação das contribuições para assistência e previdência social nos locais onde tivessem sido arrecadadas.

---

## • JOSÉ JOÃO ABDALLA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 16/09/1903, Guaratinguetá-SP. FALEC: SI.
PROFS: Industrial, Banqueiro, Proprietário de Terras e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1927), após o que foi Médico em Birigüi-SP. Também exerceu múltiplas e tumultuadas atividades empresariais no Estado de SP, tendo respondido a freqüentes processos envolvendo acusações a suas várias empresas, que abrangiam os setores industrial, bancário e agropecuário. Foi Proprietário de inúmeras firmas industriais, bancárias e agropecuárias em SP, dentre elas a Companhia de Cimento Portland Perus; a Fábrica de Papel Carioca e o Lanifício Paulista em Jundiaí-SP; o Banco Interestadual do Brasil S. A. em São Paulo, dentre vários outros empreendimentos.

**3) TPol:** Vereador e Presidente da Câmara Municipal em Birigüi-SP (1935-1937). Durante o Estado Novo foi nomeado Prefeito de Birigüi pelo interventor Ademar de Barros, a quem era ligado politicamente (1937-1941). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PSD/SP (1945). Após a Constituinte-46 tornou-se Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio de SP na gestão do governador Ademar de Barros, tendo sido também favorável à cassação do PCB (1947)

**4) LAM:** Indiciado por transporte clandestino de gasolina e por crime contra a economia popular em Andradina-SP durante a II Guerra Mundial (1944). Foi também enquadrado na Lei de Segurança Nacional por irregularidades cometidas em Penápolis-SP (1944). Segundo o dicionário CPDOC, "Em conseqüência do reiterado desrespeito às leis trabalhistas, as empresas de J. J. Abdalla foram afetadas por repetidos movimentos grevistas" (1984: 02)

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, por via das dúvidas optou por não manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentar emendas ao Projeto de Constituição.

---

- **JOSÉ ARMANDO** AFFONSECA (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/11/1908, Santos-SP. FALEC: SI.
Sobrinho de José Eduardo de Macedo Soares, deputado federal pelo PRP/SP (1915-1923), deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934) e senador (1935-1937), e de José Carlos de Macedo Soares, deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934), ministro das Relações Exteriores (1934-1937), ministro da Justiça (1937) e interventor federal em São Paulo (1945-1947).
PROFS: Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da USP/Universidade de São Paulo (1935), após o que exerceu a advocacia em SP. Foi também Fundador e Diretor da sucursal do jornal "Diário Carioca" em São Paulo. Embora tivesse sido ligado a inúmeras empresas ao longo de sua carreira, inexistem informações precisas sobre suas atividades empresariais no período pré-1950.

**3) TPol:** Oficial de Gabinete do Chefe de Polícia em São Paulo-SP (1932-1933). Oficial de Gabinete do Secretário de Imprensa Pública de SP (1933). Chefe de Gabinete do Secretário da Fazenda de SP na gestão do governador Armando de Sales Oliveira (1934-1935). Vereador em São Paulo-SP (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Chefe de Gabinete do prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia (1938-1939), e Diretor do IAPC/Instituto de Aposentadoria e Pensões do Comerciários em SP (1939-1945). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores do PSD/SP (1945). Após a Constituinte-46 foi favorável à cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** Fundador e Presidente da "Coligação Acadêmica" da Faculdade de Direito da USP (1933-1934).

**5) AIT:** Além de exercer o jornalismo em SP publicou vários artigos sobre temas jurídicos na "Revista dos Tribunais" e em outros periódicos.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para pronunciar discursos sobre o "Problema da Habitação" (VII, 352-358), no qual argumentou a favor da criação de Institutos Regionais de Habitação, para emitir parecer contrário à emenda de Horácio Láfer (PSD/SP) determinando a aplicação das verbas da previdência social nos locais onde fossem arrecadadas (XXIII, 60), e para louvar o ato do governo Dutra de encampar a Estrada de Ferro Leopoldina Railway, de propriedade de capitais ingleses (XXVI, 97). Além disso, manifestou-se contra o movimentos dos portuários santistas de se recusarem a descarregar navios espanhóis em protesto contra a ditadura franquista, e foi favorável à realização de eleições diretas para a escolha de prefeitos em cidades portuárias.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• JOSÉ **LOPES FERRAZ** NETO (PSD).

**1) DPF:** NASC: 19/01/1901, Barra Bonita-SP. FALEC: 01/09/1946.
PROF: Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (SD). Após viagem de estudos à Europa, exerceu a medicina no interior paulista, tendo montado consultório médico e sido proprietário de uma clínica de Saúde em Olímpia-SP (SD).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Prefeito do município de Olímpia-SP (1941-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário por motivo de saúde, veio a falecer em pleno processo constituinte, a 01/09/1946. A 158ª Sessão da Assembléia Constituinte, realizada a 02/09/1946, foi dedicada a sua memória, em homenagem à qual discursaram parlamentares de vários partidos (XXIV, 05 e segs.).

Apresentou 01 emenda ao Projeto de Constituição, a de Nº 1804, reduzindo de 72 para 70 anos a idade-limite para aposentadoria compulsória dos juizes.

---

• JOSÉ **MACHADO COELHO** E CASTRO (PSD/3º Suplente).

**1) DPF:** NASC: (SI sobre data de nascimento), Lorena-SP. FALEC: 17/05/1975.
PROF: Industrial e Advogado-Funcionário Público.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo-SP (1910). Promotor Público em Cunha-SP (SD). Delegado de Polícia no Rio de Janeiro-DF (SD). Foi também Presidente da Companhia de Cimento do Vale do Paraíba.

**3) TPol:** Deputado Federal, DF (1927-1929). Deputado Federal, DF (1930). Opôs-se à Revolução de 30, permanecendo ao lado do presidente Washington Luís, a quem era ligado politicamente (1930). Vitoriosa a Revolução, exilou-se em Lisboa-Portugal (1930-1934). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46 votou a favor da cassação do PCB (1948).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 3º Suplente de deputado pelo PSD/SP, assumiu o mandato já no final dos trabalhos constituintes, na 112ª Sessão, a 25/07/1946, em substituição ao titular licenciado Cirilo Júnior (PSD/SP). Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

- **JOÃO GOMES MARTINS FILHO (PSD).**

**1) DPF:** NASC: 02/08/1908, São Paulo-SP. FALEC: SI.
PROFS: Proprietário de Terras e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1933). Grande Proprietário de Terras no interior paulista, foi também Diretor da Cerâmica Anhangüera-Jundiaí e presidente da "Colonização Martins".

**3) TPol:** Durante o Estado Novo em diversas associações de classe dos proprietários rurais do Estado de São Paulo (1937-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Líder Rural em São Paulo, militou em várias associações rurais. Foi Vice-Presidente da FARESP/Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo; Vice-Presidente da Associação Rural de Martinópolis-SP; Presidente da Associação Rural do Vale do Paranapanema em Presidente Prudente-SP (SD); e Vice-Presidente da Federação das Associações Agropecuárias do Brasil Central (1945)

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Parlamentar pouco atuante em plenário, logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para apresentar proposta solicitando a eliminação da expressão "corpo estranho" dos "Anais" da Assembléia, empregada por membros da bancada comunista e por Café Filho (PRP/RN) para referir-se ao presidente das Sessões Preparatórias da Constituinte, o ministro do Superior Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão (II, 27). Além disso, tomou a palavra para justificar Requerimento recomendando punição exemplar para praticantes do câmbio negro, e para fazer uma veemente declaração de voto contra o art. 41 das "Disposições Transitórias" determinando a insuscetibilidade de apreciação judicial da incorporação ao patrimônio da União dos bens penhorados pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras entre os anos de 1942 e 1945 (XXVI, 06).

Apresentou 04 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 1737, contrária à perda do mandato de deputado ou senador investido nas funções de ministro de Estado ou secretário de governo, e a de Nº 1945, transferindo para os municípios a competência para arrecadar o imposto sobre propriedade territorial.

---

- LUÍS GONZAGA **NOVELLI JÚNIOR** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 22/01/1906, Itu-SP. FALEC: SI.
Segundo Sérgio Miceli, era "genro torto do general Eurico Gaspar Dutra, eleito presidente em 1945" (MICELI, 1986: 572).
PROFS: Médico, Advogado e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro-DF (1931). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (SD). Exerceu a medicina em Itu-SP no início da década de 1930. Professor de Sociologia na Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio em Itu (1934). Médico da Assistência Pública e do Departamento Nacional do Café no Rio de Janeiro-DF (1935-1937). Inspetor Federal de Ensino no RJ (1937-1941). Titular do 3º Registro de Imóveis no RJ (1941-1945).

**3) TPol:** Participou do movimento constitucionalista paulista (1932). Ingressou no Partido Constitucionalista de SP (1934). Membro do Conselho Consultivo da Câmara Municipal de Itu (1934-1935). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 foi Secretário de Educação e Saúde de SP na gestão do governador eleito Ademar de Barros, afastando-se do cargo logo após a posse em razão de divergências com o governador (1947); em seguida, elegeu-se Vice-Governador de SP pelo PSD (1947).

**4) LAM:** Após a derrota do movimento paulista de 1932, foi membro da "Federação dos Voluntários", organização dos ex-revoltosos (1932).

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir longos discursos analisando o problema dos Municípios e enumerando as agruras do "homem do campo" (VI, 166-173; IX, 92-96; XII, 244-250; XVIII, 213-216), nos quais sugeriu várias medidas em prol dos municípios e preconizou insistentemente o revigoramento dos "tiros de guerra" como forma mais eficaz de estancar o êxodo rural para as cidades, silenciando quanto à possibilidade da realização de uma reforma agrária produzir o mesmo efeito.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 1905, acrescentando as "estâncias sanitárias" ao leque de municípios a terem seus prefeitos nomeados por autoridades superiores, e não eleitos diretamente.

---

- JOAQUIM DE ABREU **SAMPAIO VIDAL** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 02/11/1897, São Carlos-SP. FALEC: SI.
Descendente de tradicional família de cafeicultores e déspotas locais no interior paulista. Filho de Bento de Abreu Sampaio Vidal, banqueiro e senador pelo PRP/Partido Republicano Paulista (SD). Irmão de Rafael de Abreu Sampaio Vidal, deputado federal (1918-1922), ministro da Fazenda no governo de Artur Bernardes (1922-1925) e deputado à Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934).
PROFS: Proprietário de Terras (Cafeicultor), Industrial e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1918). Diretor da Companhia de Armazéns Gerais de SP. Foi também Presidente da Fabrica de Tecidos Pindorama em São Paulo e Cafeicultor no mesmo Estado.

**3) TPol:** Atuou na Liga Nacionalista, entidade fundada por Olavo Bilac (1917-1924). Membro da Direção do PD/Partido Democrático de São Paulo desde o congresso de fundação da agremiação (1926). Um dos Fundadores e Patrocinador Financeiro do "Diário Nacional", órgão do PD (1926). Secretário Geral e Diretor do "Diário Nacional" (1928-1932). Participou da convenção da Aliança Liberal (1929). Membro da Comissão de Estatutos do 1º Congresso Nacional do PDN/Partido Democrático Nacional (1929). Apoiou a Revolução de 30 em SP, opondo-se à seguir ao Governo Provisório tenentista (1930-1932); durante o período assinou vários manifestos de oposição à gestão do interventor paulista, o "tenente" João Alberto. Um dos principais organizadores da FUP/Frente Única Paulista, congregando opositores do PD e do PRP ao Governo Provisório (1932). Participou ativamente do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo, tendo sido Chefe do Departamento de Administração Municipal, Membro do Gabinete do governador revolucionário Pedro de Toledo e ocupante de vários postos militares no transcorrer da rebelião paulista (1932). Preso após a derrota do movimento, exilou-se em Portugal (1932-1934). Retornando ao Brasil, ingressou no Partido Constitucionalista de SP, liderado por Armando de Sales Oliveira (1934). Deputado Federal na legenda do Partido Constitucionalista (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Membro da CME/Coordenação da Mobilização Econômica, do Conselho de Expansão Econômica de SP e do Conselho Consultivo do DNC/Departamento Nacional do Café (1942-1945). Após a Constituinte-46 votou a favor da cassação do PCB (1947).

**4) LAM:** No transcurso do movimento constitucionalista paulista, do qual foi um dos principais líderes, foi Presidente da Convenção realizada no Clube Comercial da qual se originou a Milícia Paulista, posteriormente transformada no MMDC, organização civil paramilitar dos rebeldes, tendo sido o primeiro signatário da ata de fundação da entidade (1932). Durante o Estado Novo foi Vice-Presidente da SRB/Sociedade Rural Brasileira (1938-1942); Presidente da Sociedade Rural Brasileira (1943-1945); Membro da Delegação Brasileira à Conferência Interamericana do RJ, que recomendou a ruptura diplomática com os países do eixo (1942) e Representante Paulista no Convênio dos Estados Cafeeiros (1943). Foi também Diretor do IDORT/Instituto de Organização Racional do Trabalho e Diretor do Conselho da Bolsa de Mercadorias de SP. Líder reconhecido de sua classe em São Paulo, encabeçou vários movimentos de defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo, tendo sido colaborador de vários periódicos de diversas associações de classe, tais como a "Revista Rural Brasileira", da SRB. Publicou "SÍNTESE DO PENSAMENTO DE ARMANDO DE SALES OLIVEIRA" (1937).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 15ª Sessão, a 25/02/1946 (II, 184). Foi Membro da Comissão de Estudos das Indicações, tendo se destacado durante os trabalhos da mesma por ter divergido do parecer contrário dado pelo relator Daniel de Carvalho (PR/MG) à Indicação de Horácio Láfer (PSD/SP), sugerindo a criação de um órgão governamental com o fito de estimular a cultura do trigo no país (XX, 332-334). Em plenário, teve atuação discreta, optando por manifestar seus pontos de vista através de emendas enviadas ao projeto constitucional. Assim, apenas ocupou a tribuna para proferir discursos louvando o governo Dutra pela encampação da estrada de ferro Leopoldina Railway (XXVI, 95-96), e para justificar energicamente (XXV, 296-299) seu destaque (rejeitado após longas discussões em plenário; XXV, 308) supressivo ao artigo 41 das "Disposições Transitórias" determinando a insuscetibilidade de apreciação judicial da incorporação ao patrimônio da União dos bens penhorados pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras entre os anos de 1942 e 1945; em seu pronunciamento contra o dispositivo, que causou grande celeuma no recinto constituinte, além de ler vários telegramas de associações de classe de plantadores de algodão e elogiar a intervenção do governo no mercado do produto, afirmou sentir-se "... perfeitamente à vontade para discutir a matéria, porquanto, não sendo cultivador, nem maquinista de algodão e, tão pouco, comerciante, tive, no entanto, oportunidade de, no exercício da presidência da Sociedade Rural Brasileira, acompanhar, dia a dia, as negociações que levaram a termo a salutar medida de defesa desse produto" (XXV, 296), denunciando em seguida as manobras especulativas contra os fazendeiros de "cinco firmas imperialistas internacionais que locupletavam-se, cada ano, com o produto do esforço brasileiro". Além disso, manifestou-se contrário à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária, e à concessão de anistia ao punidos em decorrência da aplicação do artigo 177 da Constituição estadonovista.

Apresentou 30 emendas ao Projeto de Constituição, sendo que nenhuma delas foi votada em plenário. Destacam-se as de Nº 1282, instituindo os cargos de presidente e vice-presidente dos Estados e regulamentando vários aspectos de seu funcionamento; Nº 1290, contrária à eleição direta dos prefeitos das capitais, e nos municípios onde se situassem "estâncias sanitárias de cura climativa" e bases ou portos de importância militar; Nº 1302, suprimindo o imposto de exportação e em cuja "justificação" se afirma que "A tributação da exportação constitui entrave clássico, notório e quase tangíveis (sic) ao desenvolvimento econômico do Brasil, país produtor de matérias primas e produtos da agricultura em geral, cujos mercados de exportação asseguram o enriquecimento do erário nacional pela obtenção de letras de exportação e cambiais" (XIII, 424); Nº 1322, favorável à prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social; Nº 1324, eliminando dispositivo que previa a participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros das empresas, sob o argumento de que "O preceito não consta do programa político do PSD nem da UDN, e é contrário às reivindicações comunistas de caráter oficial --- mas na realidade é a maior arma de introdução do comunismo no país" (XIII, 442); Nº 1331, suprimindo dispositivo que estipulava que a "Ordem Econômica e Social" deveria basear-se na "justiça social"; Nº 1337, suprimindo preceito que recomendava a "justa distribuição" da propriedade com "oportunidades iguais para todos" (XIII, 445); Nº 1338, contrária à nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, e em cuja justificativa se afirma que "A nacionalização das empresas concessionárias dos serviços públicos não pode constituir princípio constitucional das nações sul-americanas, fracamente capitalizadas. O capital estrangeiro deve, pelo contrário, sofrer a solicitação da lei brasileira, para concorrer com seu auxílio para o fomento da riqueza e do bem-estar social. A redação traduz o temor ridículo do chamado 'capital colonizador estrangeiro', quando a verdade é que o capital estrangeiro somente se transforma em colonizador quando se sente apoiado pela força das armas das chamadas grandes potências. Estas dominam com capital ou sem ele, pela força de

seus canhões e, nestas condições, é mais inteligente aproveitar, pelo menos, a utilidade de seu dinheiro" (XIII, 446); Nº 1339, supressiva a dispositivo que estipulava que "Nenhum ramo da produção nacional poderá receber proteção alfandegária por mais de trinta anos", e em cuja "justificação" se faz uma apologia do protecionismo; Nº 1346, veementemente contrária ao reconhecimento do direito de greve, mesmo com as "limitações impostas pelo bem público", sob o argumento de que "Não podemos admitir que uma Constituição consagre a violência como forma de exercício de direito" (XIII, 448); Nº 1347, favorável à autonomia e pluralidade sindicais; e a de Nº 1359, restringindo a aplicação dos preceitos da legislação trabalhista apenas aos trabalhadores urbanos e contrária à extensão dos mesmos aos empregados rurais.

---

- **SÍLVIO DE CAMPOS** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 11/01/1884, Amparo-SP. FALEC: 25/04/1962.
Originário de tradicional família de políticos paulistas. Filho de Bernardino de Campos, deputado federal (1881-1893) e presidente do Estado de SP (1902-1904). Irmão de Carlos de Campos, também presidente de SP (1924-1927) na República Velha.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1903). Foi Promotor Público e Curador Fiscal das Massas Falidas em SP, tendo se exonerado de ambos os cargos para abrir escritório de advocacia no Estado.

**3) TPol:** Na década de 1920 foi Membro da Comissão Diretora do PRP/Partido Republicano Paulista. Deputado Federal, PRP/SP (1924-1927). Deputado Federal, PRP/SP (1927-1930). Participou da malograda tentativa de empastelamento do "Diário Nacional", órgão do Partido Democrático, agremiação que apoiava a Aliança Liberal em SP (1930). Opôs-se à Revolução de 30. Em seguida, militou na oposição ao Governo Provisório revolucionário (1930-1932). Signatário, em nome do PRP, do "Manifesto da Frente Única Paulista" que selaria a unidade entre o PRP e o PD na oposição ao interventor João Alberto (1932). Participou ativamente e foi uma das principais lideranças perrepistas do movimento constitucionalista paulista; no curso da rebelião foi um dos Fundadores do grupamento paramilitar "MMDC" (1932). Com a derrota do movimento, exilou-se em Portugal (1932-1934). De volta ao Brasil retomou sua militância no PRP, tendo sido Membro da Comissão de Reorganização do partido (1934). Líder da facção do PRP que apoiou a candidatura de Armando Sales de Oliveira à presidência da República, renunciando ao cargo de membro da comissão diretora do partido em virtude desse apoio, que foi responsável por uma cisão no PRP (1937). Durante o Estado Novo afastou-se da política, tendo se dedicado às atividades profissionais de advogado (1937-1945).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já em andamento os trabalhos constituintes, na 65ª Sessão, a 17/05/1946 (IX, 263). Parlamentar pouco atuante, embora participando de várias articulações políticas fora do plenário, não ocupou a tribuna constituinte para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## B) BANCADA DO PTB/SP.

Como demonstra M. V. Benevides[1], o PTB paulista se caracterizava pelo clientelismo e por suas dissenções internas, que impediram a agremiação de ter em São Paulo a mesma influência política que detinha em outros Estados. A bancada do PTB/SP era composta por **Marcondes Filho**, ex-ministro do Trabalho e uma das principais figuras do regime estadonovista; **Berto Condé**, advogado e ex-membro do CNPIC; **Euzébio Rocha**, advogado trabalhista e então iniciando sua carreira política; **Guaraci Silveira**, pastor protestante e líder religioso metodista; **Hugo Borghi**, acusado de envolver-se em negociatas referentes à exportação de algodão; **Pedroso Júnior**, jornalista e ex-vereador na região de Campinas-SP; e **Romeu Fiori**, que teve atuação destacada na organização do partido em São Paulo.

- ALEXANDRE **MARCONDES** MACHADO **FILHO** (SENADOR/PTB).

**1) DPF:** NASC: 03/08/1892, São Paulo-SP. FALEC: 16/10/1974.
Filho de Alexandre Marcondes Machado, industrial do ramo de seda.
PROF: Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1914). Promotor Público em São Paulo (1915), exonerando-se posteriormente do cargo para montar um dos escritórios de advocacia mais prestigiados pelas classes dominantes da cidade de São Paulo na área de Direito Comercial.

**3) TPol:** Secretário Particular do líder perrepista Bernardino de Campos (1914). Vereador à Câmara Municipal de São Paulo pelo PRP/Partido Republicano Paulista e líder da bancada situacionista (1926). Deputado Federal, PRP/SP (1927-1929). Fundador e Diretor do "São Paulo Jornal", órgão do PRP (1927). Deputado Federal, PRP/SP (1930). Apoiou a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e opôs-se à Revolução de 30. Fez oposição ao Governo Provisório revolucionário, tendo sido um dos signatários do "Manifesto" divulgado pelo PRP contra o mesmo (1932). Após a derrota do movimento constitucionalista paulista, do qual tomou parte, afastou-se das atividades políticas (1932). Durante o Estado Novo foi Vice-Presidente do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo (1939-1941); Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1941-1945); Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores (1942-1943); Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1943-1945). No contexto da redemocratização foi um dos principais dirigentes e organizadores do PTB, tendo sido eleito Vice-Presidente de Honra do partido (1945). Após a

---

[1] BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita (1989). *O PTB e o trabalhismo; partidos e sindicatos em São Paulo (1945-1964).* São Paulo, Brasiliense.

Constituinte-46 tornou-se Membro da Comissão Interparlamentar de Direito Social durante o exercício de seu mandato de senador (1947).

**4) LAM:** Um dos Fundadores e Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo. Membro do Conselho da OAB/SP. Participou do Congresso de Direito Internacional Privado realizado em Montevidéu-Uruguai (1940). Durante o Estado Novo foi um dos principais organizadores da Conferência dos Conselhos Administrativos dos Estados realizada no Rio de Janeiro-DF (1943) e um dos idealizadores e Presidente do CNPIC/Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944-1945).

**5) AIT:** Um dos mais destacados dirigentes ideológicos do Estado Novo, durante sua gestão no Ministério do Trabalho coordenou os trabalhos que resultaram na implantação da CLT/Consolidação das Leis do Trabalho, um dos principais instrumentos de dominação ideológica dos trabalhadores brasileiros a partir de sua vigência (1943). Responsável pela criação de várias instituições trabalhistas destinadas a aprofundar os efeitos ideológicos do populismo no seio das massas trabalhadoras. No curso de sua gestão ministerial implantou um programa radiofônico semanal (a "Hora do Brasil") destinado a propagar a ideologia oficial do regime estadonovista.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Único senador eleito pelo PTB para a Assembléia, assumiu o mandato já em andamento os trabalhos constituintes, na 61ª Sessão, a 13/05/1946 (IX, 18). Embora, de acordo com João Almino (ALMINO, 1980: 342), Marcondes Filho, "segundo a correspondência pessoal de Vargas (CPDOC), teria sido designado para coordenar a posição do PTB na Constituinte", em virtude de enfermidade, o senador petebista foi pouco atuante em plenário, não ocupando a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentado emendas ao Projeto de Constituição. Também em virtude da doença que lhe acometeu durante o processo de elaboração constitucional, não pôde exercer de fato a liderança da bancada petebista na Constituinte para a qual havia sido indicado, que foi exercida na prática pelo deputado Gurgel do Amaral (PTB/DF).

---

- **BERTO CONDÉ** (PTB).

**1) DPF:** NASC: 07/02/1895, Petrópolis-RJ. FALEC: janeiro/1966.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro-DF (1916). Promotor Público em São Paulo-SP (SD). Durante o Estado Novo foi Professor de "Direito Comercial Internacional" e de "Política Comercial e Aduaneira Comparada" na Faculdade de Ciências Econômicas de SP (1937-1945).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo foi Membro do CNPIC/Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944-1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Foi Membro do Instituto dos Advogados de SP, da Sociedade de Criminologia e Medicina Legal de SP e do Instituto Brasileiro de Direito Internacional. Foi também Secretário da Sociedade Brasileira de Criminologia e Assessor Técnico da Associação Comercial de São Paulo (SD).

**5) AIT:** Colaborou em vários periódicos, tais como a "Folha de São Paulo", "Jornal do Comércio", "Jornal do Brasil", "Revista de Direito"; foi Fundador e Diretor da "Revista de Direito Penal". Além disso, publicou: "ENSAIOS DE POLÍTICA ESPIRITUALISTA" (1927); "PROPUGNANDO UM GOVERNO ISENTO DE PERSONALISMO" (1928); "POLÍTICA BRASILEIRA: NOVOS RUMOS" (1936); "ESTUDOS DE POLÍTICA COMERCIAL" (SD) e "PRINCÍPIOS DE DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL" (1938).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Segundo Vice-Presidente da Mesa da Assembléia Constituinte. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na defesa veemente e articulada do planejamento econômico e do intervencionismo estatal como meios para conduzir o desenvolvimento industrial brasileiro e a instauração de uma "democracia social" no pós-guerra, tendo ocupado a tribuna várias vezes para fazer a defesa doutrinária e político-prática de seus pontos de vista. Assim, proferiu discursos justificando Indicação Nº 26 de sua autoria e de toda a bancada petebista, recomendando a imediata intervenção governamental nos mercados de subsistência a fim de conter a alta de preços nos centros urbanos (III, 298-303); argumentando a favor da necessidade de adoção do planejamento econômico para organizar a economia brasileira (VII, 249-255; VIII, 251-254), onde, citando Karl Manheim e Harold Laski, preconizou a construção de uma "democracia planificadora" como o regime mais adequado para fazer frente às exigências do desenvolvimento social no pós-guerra; e realizando a crítica doutrinária do liberalismo e do individualismo econômicos (X, 110). Também ocupou a tribuna para justificar emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XIV, 21-25), e para emitir o parecer da bancada petebista ao capítulo "Poder Legislativo" do projeto revisto; neste pronunciamentos, manifestou-se favorável à criação da Comissão Interparlamentar de Planejamento, da gratuidade do ensino público em todos os níveis e graus, à eleição direta para os Executivos e Legislativos nas capitais dos Estados, ao direito de voto para os soldados e sargentos, à redução de 25 para 18 anos do limite de idade para a eleição para cargos legislativos, tendo sido ainda contra as eleições diretas para prefeitos nos Municípios com *status* de "estâncias hidro-minerais".

Apresentou 18 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 220, sugerindo nova redação a dispositivos que regulamentavam a competência privativa da União para legislar sobre vários setores de atividade; Nº 264, favorável à eleição dos prefeitos das capitais; Nº 273, extinguindo os impostos de exportação interestaduais; Nº 293, eliminando a necessidade de indenização prévia em caso de desapropriação por necessidade pública; Nº 370, condicionando a criação de novos impostos pela União e pelos Estados a parecer da Comissão Interparlamentar de Planejamento Econômico e Social; e a de Nº 400 (rejeitada; XXII, 47), regulamentando a criação e o funcionamento da Comissão Interparlamentar de Planejamento Econômico e Social, e em cuja "justificação" faz-se o elogio da "democracia planificada" e a crítica da "livre iniciativa".

• **EUSÉBIO** MARTINS DA **ROCHA** FILHO (PTB/1º Suplente).

**1) DPF:** NASC: 20/11/1917, São Paulo-SP. FALEC: SI.
PROF: Advogado Trabalhista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (SD), especializando-se na área de Direito Trabalhista. (SI sobre suas atividades profissionais).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores e Presidente do PTB/SP (1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 tornou-se membro da Comissão Diretora do CEDPEN/Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (1948), engajando-se ativamente na campanha pelo monopólio estatal do petróleo.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Eleito 1º Suplente de deputado pelo PTB/SP, assumiu o mandato já iniciados os trabalhos constituintes, em substituição ao titular Getúlio Vargas, que renunciou ao posto para ocupar a cadeira de senador pelo PSD/RS. Foi Membro da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha e da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Em plenário, concentrou sua atuação na defesa do legado do Estado Novo e na remessa à Mesa da Assembléia de diversos Requerimentos denunciando as atividades das empresas estrangeiras concessionárias de serviços púbicos e solicitando obras no interior de seu Estado, tendo ocupado a tribuna justificar seus Requerimentos, e para proferir discurso sobre "Matéria Constitucional" (IX, 449-456), onde defendeu emenda de sua autoria reivindicando medidas de amparo à lavoura e ao produtor rural. Dentre os diversos Requerimentos que apresentou acompanhando a execução de serviços estatais, destaca-se o de Nº 260, "solicitando ao Poder Executivo" informações sobre o funcionamento das empresas de transporte na capital paulista, e cuja "justificação" constitui-se num libelo contra a atuação da empresa "Light & Power" nos setores de transporte e energia elétrica (XVIII, 197-202). Além disso, manifestou-se favorável às eleições diretas para prefeito nas capitais federais, e à nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, tendo sido ainda contra a proibição da imigração japonesa, e a realização de uma reforma agrária que desapropriasse os latifúndios produtivos,

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte delas ao dispositivos do título "Ordem Econômica e Social". Destacam-se as de Nº 189 (prejudicada; XXII, 308), regulamentando a criação de um "Departamento Administrativo", órgão consultivo junto à presidência da República, destinado a elaborar a proposta orçamentária da União e atuar como supervisor das atividades de administração geral; Nº 2953, isentando de tributos as companhias teatrais e circenses; Nº 3336, favorável ao prazo limite de 30 anos para a concessão de proteção alfandegária às indústrias nascentes, "desde que tal não importe em excessivo ônus ao mercado consumidor"; e a de Nº 3365, restringindo a prerrogativa da União de intervir no domínio econômico ou de monopolizar determinada indústria ou ramo de atividade.

## • GUARACI SILVEIRA (PTB).

**1) DPF:** NASC: 27/09/1893, Franca-SP. FALEC: 05/08/1953.
PROFS: Sacerdote (Pastor Protestante) e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (1915). Atuou como Ministro Metodista em várias cidades do interior paulista (1916-1928). Diácono da Igreja Metodista (1920). Presbítero da Igreja Metodista (1921). Presidente da Igreja Metodista do Brasil (1926). Primeiro Pastor Protestante Brasileiro a servir como Capitão-Capelão de tropas regulares durante o movimento constitucionalista paulista (1932). Durante o Estado Novo, após aposentar-se como "Ministro do Evangélio", exerceu cargos na burocracia ligada ao ministério do Trabalho (1940-1945).

**3) TPol:** Deputado Constituinte e Federal pelo Partido Socialista Cristão de São Paulo (1933-1934), tendo sido expulso do partido logo a seguir por se recusar a assinar documento de filiação do mesmo à II Internacional (1934). Durante o Estado Novo foi Diretor do Departamento Estadual do Trabalho em Taubaté-SP (1940-1942) ; Diretor do Escritório do Departamento Nacional do Trabalho em Sorocaba-SP (1945) e Chefe da Subdelegacia do Trabalho em Santos-SP (1945). No contexto da redemocratização foi um dos principais articuladores do PTB em SP, elegendo-se Membro do Diretório Estadual do partido (1945).

**4) LAM:** Presidente da Igreja Metodista do Brasil, foi um dos líderes do movimento emancipador desse grupo religioso no Brasil (1926-1930). Secretário Geral das missões da Igreja Metodista no Brasil (1930-1938). Participou do movimento "Coligação dos Independentes", cujo objetivo básico era combater a influência ideológica do comunismo nas massas trabalhadoras (1935). Presidente do Concílio Regional do Centro, organização de propaganda da legislação trabalhista no seio das classes populares (1937). Após aposentar-se como "Ministro do Evangélio", foi contratado pelo governo estadonovista para realizar propaganda das leis trabalhistas na escolas secundárias paulistas (1942-1944).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em periódicos protestantes e foi Redator da "Revista de Ensino Religioso para Adultos", da Confederação das Igrejas Evangélicas do Brasil (1926-1928) e também da revista "Expositor Cristão" (1930-1942). Além disso publicou: "EVANGÉLIO, PATOLOGIA E RAZÃO" (1920); "MEMÓRIAS DO CORONEL SIMPLÍCIO" (romance, 1933); "LUTERO, LOIOLA E O TOTALITARISMO" (1943); "HISTÓRIA DAS EMENDAS RELIGIOSAS NA CONSTITUINTE DE 1934" (SD), "MENSAGEM DO PROTESTANTISMO BRASILEIRO AO POVO E AUTORIDADES" (SD) e "RELIGIÃO OFICIAL" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Família, Educação e Cultura" da Comissão de Constituição, onde teve intensa atuação na luta pela aprovação das "emendas religiosas" e dos dispositivos que conservavam a legislação sindical estadonovista. Em plenário, onde foi bastante ativo, concentrou-se no combate à indissolubilidade do vínculo matrimonial, e na defesa dos postulados da Igreja Protestante. Parlamentar de postura governista, logo no início dos trabalhos constituintes declarou voto contra a Indicação Nº 25 da bancada comunista determinando a revogação da Carta de 1937 (II, 347-349), manifestou-se a favor da supressão da expressão "reacionário" dos "Anais" da Constituinte, e tomou a palavra para ler telegrama do Secretário de Segurança Pública de SP justificando violências cometidas pela polícia política contra trabalhadores

em greve (III, 34). Ativo na defesa dos princípios doutrinários da Igreja da qual fazia parte, ocupou a tribuna várias ocasiões para proferir extensíssimos discursos combatendo energicamente a inclusão do princípio da indissolubilidade do vínculo matrimonial na Constituição (XI, 104-126; XX, 144-152); argumentando longamente a favor de várias de suas "emendas religiosas" enviadas ao projeto constitucional (XIII, 168; XIV, 238-273); e recapitulando o conteúdo de várias de suas propostas incluídas na Carta Constitucional durante os trabalhos da Comissão de Constituição (XXVI, 84-92), aproveitando a ocasião para fazer o elogio à sua própria atuação durante os trabalhos constituintes, e para preconizar ardorosamente uma aliança com o clero católico para o combate ao agnosticismo, ao materialismo e ao comunismo, encerrando seu pronunciamento afirmando dever "essas explicações aos irmãos para dizer aos tímidos, que se sentem tentados pelas promessas comunistas, em face dos muitos abusos e erros das autoridades governamentais: sempre acreditei que vinha ao Congresso para ajudar a edificar, dentro do cristianismo, a felicidade do nosso povo. Mas que isso seria contra as doutrinas do comunismo, bem o sabia desde 1934, quando fui expulso do partido (sic) por não assinar um documento de filiação à II Internacional" (XXVI, 92). Além disso, manifestou-se favorável à unicidade sindical, à reeleição do presidente da República, ao mandato presidencial de seis anos, e à eliminação das bandeiras e símbolos estaduais, tendo ainda declarado voto contra a "moção Otávio Mangabeira" louvando as forças armadas pela deposição de Vargas a 29/outubro/1945 (XI, 258).

Apresentou 23 emendas ao Projeto de Constituição, todas elas visando, segundo suas próprias palavras, o "estabelecimento da democracia e o combate ao comunismo materialista e contrário aos princípios da civilização cristã" (XIII, 169). Destacam-se as de Nº 76 (rejeitada; XXIII, 322), suprimindo dispositivo que consagrava a indissolubilidade do vínculo matrimonial; Nº 384, concedendo aos cidadãos em geral, e aos adventistas de sétimo dia em particular, a liberdade de não matar no caso de serem convocados para a guerra; Nº 393, obrigando as empresas com mais de 100 empregados a manterem ensino primário gratuito para os trabalhadores e seus filhos; Nº 1534, regulamentando a validação civil do casamento religioso; Nº 1614, autorizando o Executivo a proceder ao levantamento do censo econômico do país com o fito de facilitar o controle da difusão do "comunismo"; e a de Nº 2879, regulamentando a tributação das entidades religiosas.

---

## • HUGO BORGHI (PTB).

**1) DPF:** NASC: 29/10/1910, Campinas-SP. FALEC: SI.
Filho de Frederico Borghi, comerciante, proprietário de uma firma importadora e representante de firmas italianas em Campinas-SP.
PROFS: Banqueiro, Comerciante, Industrial e Proprietário de Terras.

**2) CPr:** Formado em Economia Política pelo Instituto Técnico Paolo Serpi em Veneza-Itália (1930). Durante as décadas de 1930 e 1940, após retornar ao Brasil, exerceu múltiplas atividades empresariais destacando-se as de: Diretor da Companhia Brasileira de Óleos e Caroços de Algodão (1937); Diretor-Superintendente do Banco Continental de São Paulo (1937-1946); Diretor e Grande Acionista da "Companhia Fiação e Tecidos Nossa Senhora do Carmo", uma dais maiores fábricas de tecidos do Estado de SP (1939-1945); Proprietário da "Companhia Nacional de Anilinas Comércio e Indústria", empresa que atuava no comércio atacadista de algodão (1939-1946).

**3) TPol:** Durante o Estado Novo participou das negociações no gabinete do ministro da Fazenda Souza Costa envolvendo a regulamentação do mercado de exportação de algodão. No contexto da

redemocratização, tornou-se um dos principais organizadores e dirigentes do movimento "queremista" e do PTB em São Paulo (1945); foi também um dos mais destacados e insistentes articuladores do apoio de Vargas à candidatura de Eurico Dutra à presidência da República (novembro-dezembro/1945), tendo sido a seguir eleito Presidente do Diretório do PTB/SP (1946). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46, foi candidato derrotado ao governo de SP na legenda do PTN (1947), tendo sido expulso do PTB logo a seguir em razão de divergências com a direção estadual do mesmo; favorável à cassação do PCB (1947); Secretário da Agricultura na gestão de Ademar de Barros (1948).

**4) LAM:** Foi um dos mais destacados idealizadores e dirigentes do movimento "queremista" em São Paulo. No comício de encerramento da campanha de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, foi encarregado de ler manifesto escrito por Getúlio Vargas apoiando o candidato do PSD à presidência da República (28/novembro/1945).

**5) AIT:** Favorecido por membros da cúpula burocrática estadonovista, tornou-se proprietário das rádios "Clube" e "Cruzeiro do Sul" no RJ, e "Cruzeiro do Sul" em SP, a partir das quais liderou intensa campanha de apoio ao movimento "queremista" e de divulgação do legado do "getulismo". Além disso, colaborou em diversos periódicos no Rio de Janeiro e em SP.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna na fase inicial dos trabalhos constituintes, para defender-se como pôde da tempestade de acusações que lhe foram endereçadas por constituintes da UDN e do PR (Amando Fontes, Prado Kelly, Soares Filho, Aliomar Baleeiro etc.), referentes ao seu envolvimento em falcatruas e negociatas com o governo e com o Banco do Brasil nas operações de compra e exportação de algodão durante a guerra (episódio que ficou conhecido na época como o "caso Borghi" do algodão). Em meio ao bombardeiro oposicionista, ocupou a tribuna para proferir discurso que consta no índice como "O caso do algodão na palavra do deputado Hugo Borghi" (IV, 153-158), onde, autodefinindo-se como político de "mentalidade socialista", procurou defender sua própria figura política dos ataques de oposicionistas e definir as linhas gerais de sua proposta programática a favor das "classes pobres". No meio dos acirrados debates travados sobre o assunto no recinto da Assembléia (Anais, IV, *passim.*), o líder udenista Otávio Mangabeira (UDN/BA) chegou a qualificar o "caso Borghi" como "o maior escândalo político-administrativo da história do Brasil" (IV, 176), o que levou ao delírio os anti-petebistas presentes na sessão, provocando um tremendo charivari em plenário. Além disso, quase ao término dos trabalhos constituintes, Hugo Borghi enviou à Mesa da Assembléia, "para ser dado como lido", discurso por ele proferido na rádio Cruzeiro do Sul (da qual era proprietário), intitulado "O restabelecimento da verdade sobre os negócios do algodão" (XXIV, 90-103), no qual analisou longamente o funcionamento do mercado de exportação de produto, buscando contestar as afirmações de seus opositores sobre o cometimento de irregularidades pela firma "Companhia Nacional de Anilinas Comércio e Indústria", da qual era proprietário.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

• JOSÉ CORREIA **PEDROSO JÚNIOR** (PTB).

**1) DPF:** NASC: 08/12/1907, Aguaí-SP. FALEC: SI.
PROFS: Jornalista, Ferroviário e Contador.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Cronista Social do "Diário do Povo" de Campinas-SP (1924), após o que colaborou em vários periódicos no interior do Estado de SP. Redator-Chefe do "Diário do Povo" (1934-1944). Fundador do jornal "A Defesa" (1935). Durante o Estado Novo foi e Funcionário da Companhia Mojiana das Estradas de Ferro (SD) e Diretor da sucursal do "Correio Paulistano" em Campinas-SP (1938-1945).

**3) TPol:** Vereador em Campinas pelo PRP/Partido Republicano Paulista (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Vogal dos Empregados na Junta de Conciliação e Julgamento em Campinas, integrando-se ao aparelho sindical populista montado na vigência do regime (1937-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Presidente da Comissão Organizadora do PTB/SP e Secretário do partido no Estado (1945).

**4) LAM:** Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Companhia Mojiana de Campinas-SP (1935-1945). Membro do Conselho Fiscal da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários da Companhia Mojiana (1936). Durante o Estado Novo foi Membro da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadorias e Pensões (SD) e Representante dos trabalhadores na 1ª Comissão de Salário Mínimo de SP, tendo tomado parte na fixação do primeiro salário mínimo do Estado (1939).

**5) AIT:** Além de exercer o jornalismo em Campinas, publicou "DO DIREITO AO TRABALHO" (1939).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à organização da previdência social, intervindo freqüentemente nos debates travados na Assembléia sobre o assunto. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos analisando "A legislação de previdência social" (III, 159-161), no qual justificou Requerimento de sua autoria recomendando a revogação de decreto-lei baixado pelo governo Linhares reorganizando o Departamento de Previdência Social, e defendendo suas propostas no tocante à organização das Caixas de Aposentadorias e Pensões (IV, 304-313; XIX, 321-322), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia inúmeros Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" a execução de obras e serviços em seu Estado, e pedindo informações sobre o funcionamento de diversos organismos previdenciários. Além disso, manifestou-se contra a concessão de anistia aos punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, e favorável à vigência da Carta de 1937 e à realização de eleições diretas para a escolha de prefeitos das capitais, tendo ainda declarado voto a favor da emenda (rejeitada) de Raul Pilla (PL/RS) instituindo o sistema de governo parlamentarista (XXII, 170).

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 1392 (aprovada; XXI, 277), dando à União competência privativa para legislar sobre previdência social; Nº 1508, regulamentando a competência do Tribunal de Contas da União para julgar a legalidade dos contratos e das aposentadorias e pensões dos servidores públicos; e a de Nº 1552 (rejeitada; XXIII, 291), separando os dispositivos referentes à previdência social dos preceitos regulamentadores dos demais direitos trabalhistas e sugerindo uma redação mais sistemática dos mesmos no título "Ordem Econômica e Social" do projeto constitucional.

## • ROMEU JOSÉ FIORI (PTB).

**1) DPF:** NASC: 24/05/1912, São Simão-SP. FALEC: 18/11/1980.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Engenheiro e Economista.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica de São Paulo-SP (1937). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (SD), após o que exerceu a profissão de Economista no RJ e em SP, tendo ocupado vários cargos na burocracia estatal.

**3) TPol:** Vogal na Junta de Conciliação e Julgamento de SP (1934). Eleito Deputado Federal Classista, foi impedido de exercer o mandato em razão de ter menos de 25 anos de idade (1934). Durante o Estado Novo foi Membro da Comissão Federal de Preços da Coordenação da Mobilização Econômica em SP (1942-1945). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores e principais organizadores do PTB, elegendo-se Membro da Comissão Executiva Nacional e Tesoureiro Geral do partido (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Fundador e Primeiro Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Massas Alimentícias de SP (1934). Membro do Conselho Fiscal do IAPI/Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, sediado no RJ (1937-1946). Foi também Presidente do Sindicato dos Economistas de SP (SD).

**5) AIT:** Publicou estudos sobre temas econômicos e questões relativas à previdência social.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 8ª Sessão, a 15/02/1946 (I, 298). Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou-se na remessa à Mesa da Assembléia de Indicações sugerindo ao "Executivo" a adoção de medidas referentes à organização da previdência social, tendo ainda ocupado a tribuna para proferir breve discurso denunciando o despejo de famílias de trabalhadores rurais da baixada santista pela polícia local (XXV, 349-350).

Apresentou 06 emendas ao Projeto de Constituição, todas elas regulamentando os "Direitos Sociais" dos trabalhadores. Destacam-se as de Nº 1577 (rejeitada; XXIII, 209), sugerindo nova redação aos preceitos constitucionais que regulamentavam a previdência social e o pagamento do salário família dos trabalhadores; Nº 3319, estendendo à família do empregado no caso de seu falecimento, a indenização paga ao trabalhador em virtude de demissão; e a de Nº 3345, acrescentando norma constitucional instituindo o seguro desemprego no Brasil.

---

## C) BANCADA DA UDN/SP.

Segundo Sérgio Miceli, "A presença de pelo menos três elementos pertencentes à cúpula do estado-maior da facção Mesquita, na bancada udenista, se explica não apenas em função das bandeiras liberais e das tomadas de posição em prol da autonomia estadual, assumidas por essa facção de empresários culturais, mas também pela intervenção federal imposta ao jornal *O Estado de São Paulo*, tornando irreversível a adesão do grupo Mesquita às hostes oposicionistas" (MICELI, 1986: 572).

Já de acordo com Maria V. M. Benevides, "A UDN paulista, eleitoralmente fraca, era forte em termos de 'notáveis', remanescentes do Partido Democrático, do Partido Constitucionalista e da União Democrática Brasileira, de Armando de Sales Oliveira. Henrique Bayma, **Aureliano Leite**, Ernesto Leme, Fábio da Silva Prado eram udenistas vinculados ao antigo PD" (BENEVIDES, 1981: 236). Mais à frente, aludindo à grande influência ideológica do jornal *O Estado de São Paulo* na postura político-programática da UDN paulista, afirma a autora que "*O Estado de São Paulo*, além da tradição antigetulista, expressava aquilo que poderia significar o 'liberalismo restrito' dos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda freqüência, algumas posições constantes na retórica udenista: a denúncia da 'irresistível tendência das massas para o 'pulha', no exemplo extremado de **Plínio Barreto**; a defesa dos proprietários rurais, especialmente os cafeicultores (a denúncia do confisco cambial); a condenação da 'hegemonia' estatal na economia; a defesa da intervenção 'salvadora' das forças armadas, e aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas dos 'estados de exceção'; e a ambígua representação das aspirações das 'classes médias', na mitificação de seus temores de 'proletarização'" (BENEVIDES, 1981: 237).

### • AURELIANO LEITE (UDN).

**1) DPF:** NASC: 20/11/1886, Ouro Fino-MG. FALEC: 04/12/1976.
PROFS: Advogado, Comerciante, Escritor e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1910), após o que exerceu a advocacia em SP. Trabalhou como jornalista em vários periódicos paulistas, dentre os quais o "Diário Nacional", a "Folha da Manhã", o "Diário Popular" e o "Jornal do Comércio" (SD).

**3) TPol:** Opôs-se à Revolta Tenentista deflagrada em São Paulo (1924). Um dos Fundadores do PD/Partido Democrático (1926). Participou da Revolução de 30 em SP. Delegado de Polícia em SP (1930-1931). Membro do Diretório do PD (1931). Opôs-se ao Governo Provisório Revolucionário e ao governo do interventor João Alberto em São Paulo, tendo sido signatário de vários manifestos contra os mesmos (1931-1932). Um dos principais organizadores e dirigentes da FUP/Frente Única Paulista, organização que agrupava opositores do PD e do PRP ao Governo Provisório Tenentista (1932). Participou ativamente do movimento constitucionalista eclodido em São Paulo (1932). Após a derrota do movimento exilou-se na Europa (1932-1934). Deputado Federal pelo Partido Constitucionalista (1935-1937). Durante o Estado Novo, permaneceu na oposição ao regime tendo sido preso diversas vezes na vigência do mesmo (1937-1945). Após a Constituinte-46 engajou-se na campanha do candidato derrotado da UDN ao governo de SP, Antônio de Almeida Prado (1947).

**4) LAM:** Durante o movimento constitucionalista paulista foi um dos fundadores e Membro da primeira direção da MMDC, organização paramilitar dos revoltosos (1932). Foi Membro da Sociedade de Amigos da América, do Conselho Federal da OAB, Sócio Fundador do Instituto dos Advogados de SP, e Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**5) AIT:** Além de ter colaborado em diversos periódicos em SP foi também escritor, tendo publicado inúmeros trabalhos dentre os quais: "DIAS DE PAVOR - PESSOAS E CENAS DA REVOLUÇÃO DE 1924" (1924); "POR ÁGUAS E TERRAS" (contos, 1925); "TERRA DE CACIQUE (romance satírico, 1926); "BRIO DE CABOCLO" (contos, 1929); "RETRATOS A PENA" (nova série, 1930); "MEMÓRIAS DE UM REVOLUCIONÁRIO - REVOLUÇÃO DE 1930: PRÓDROMOS E CONSEQÜÊNCIAS" (1931); "MARTÍRIO E GLÓRIA DE SÃO PAULO - REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932" (1934); "O BRIGADEIRO COUTO MAGALHÃES - SENTIDO NACIONALISTA DE SUA OBRA" (1936); "EPISÓDIOS DO EXÍLIO - PORTUGAL, ESPANHA, FRANÇA" (1938); "AMADOR BUENO, O ACLAMADO" (romance histórico, 1938); "O CABO MAIOR DOS PAULISTAS NA GUERRA COM OS EMBOABAS" (1942); "A HISTÓRIA DE SÃO PAULO EM BREVE RESUMO CRONOLÓGICO" (1944); "O CAPITÃO-GENERAL ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE COELHO DE CARVALHO" (1945); "HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO PAULISTA EM BREVE RESUMO" (1946) etc.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Presidente da Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional. Um dos parlamentares mais assíduos na tribuna constituinte, através de apartes e pronunciamentos interveio freqüentemente nos debates travados na Assembléia, não se utilizando, no entanto, de suas múltiplas intervenções para posicionar-se de maneira clara em relação aos temas mais candentes discutidos durante os trabalhos constituintes. Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes ao problema imigratório, à denominação do idioma a ser adotado no país, e na crítica ferrenha a vários aspectos do regime estadonovista e à figura de Vargas, responsabilizando o ex-ditador pelo conjunto das desgraças ocorridas no Brasil no pós-30. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos abordando "O problema da imigração estrangeira" (VI, 241-251; VII, 373-380), onde defendeu a necessidade de adoção de uma legislação mais flexível em relação aos imigrantes, mormente os de origem portuguesa, e combateu os argumentos dos adeptos da proibição à imigração japonesa; justificando emendas de sua autoria ao projeto constitucional (XI, 444-450), dentre as quais a de se consignar a expressão "Implorando a benção de Deus..." no preâmbulo da Constituição; combatendo energicamente a proposta de Soares Filho (UDN/RS) de se denominar de "língua brasileira" o idioma falado em território nacional (XIX, 83-106); e criticando veementemente a atuação parlamentar de Vargas (XIX, 410-412), tendo afirmado, referindo-se às atividades constituintes do ex-presidente da República, que "...Esse homem incrível não propôs nunca uma indicação, não pronunciou nunca uma oração, não articulou nunca uma emenda ao projeto de Constituição, não deu nunca um aparte, nunca fez nada senão sorrir, resmungar e receber subsídios presentes e atrasados, os que tem direito e os que não tem direito..." (XIX, 411), o que provocou apartes contrariados de getulistas presentes à sessão. Também ocupou a tribuna para justificar Requerimentos (aprovados) de homenagem ao centenário de nascimento da princesa Isabel (XIX, 259), e de louvor à participação da delegação brasileira à Conferência de Paz de Paris (XIX, 303), que tiveram grande repercussão durante os trabalhos constituintes, sendo amplamente comentados pela imprensa da época.

Além disso, manifestou-se favorável à censura de "termos impróprios ao parlamento" nos "Anais" da Assembléia, à Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) recomendando a ampliação da anistia aos militares punidos por crimes políticos durante o Estado

Novo, à proibição do jogo, ao sistema de governo presidencialista, à autonomia tributária dos municípios, às eleições diretas para prefeito do DF, e à manutenção dos símbolos e bandeiras estaduais. Foi ainda contrário ao reconhecimento do direito de greve para os funcionários públicos e nos serviços considerados de "utilidade pública", e à emenda de seu correligionário José Augusto (UDN/RN) proibindo a imigração japonesa.

Apresentou 22 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 217 (rejeitada; XXI, 43), sugerindo nova redação ao preâmbulo que incluísse a expressão "Implorando a benção de Deus"; Nº 285 (aprovada; XXII, 365), facilitando a aquisição de nacionalidade brasileira a imigrantes portugueses; Nº 292 (rejeitada; XXII, 376), incluindo as esposas dos ocupantes de cargos públicos nos casos de inelegibilidade; Nº 2264, dando à União competência privativa para elaborar normas gerais sobre direito tributário; Nº 3095, vedando a extradição para o país de origem de estrangeiro acusado de crime político ou de opinião; Nº 3228, sugerida pela Comissão de Estudos Constitucionais da UDN e proibindo a "interrupção coletiva do trabalho" nos serviços públicos, e a de Nº 3541, interditando aos partidos políticos o recebimento de "verba secreta".

Aureliano Leite relatou sua participação na Assembléia Constituinte de 1946 no *capítulo X) "Dentro e Fora da Constituinte"* (pp. 311-360) de seu livro de memórias "PÁGINAS DE UMA LONGA VIDA" (São Paulo, Martins Editora, SD).

---

## • MÁRIO MASAGÃO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 09/10/1899, São Carlos-SP. FALEC: 11/11/1979.
PROFS: Advogado e Professor Universitário.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1919), após o que exerceu a advocacia em SP. Livre Docente de Direito Administrativo e Ciência da Administração na Faculdade de Direito de SP (1928). Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (1930-1937). Professor de Economia Política e Ciência das Finanças na Faculdade de Direito de SP (1931). Professor Catedrático de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de SP (1933).

**3) TPol:** Secretário de Justiça e Segurança Pública de SP na gestão de Armando de Sales Oliveira (1933); nessa condição, foi encarregado de organizar a participação da bancada paulista na Assembléia Nacional Constituinte (1933). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, dedicou-se às atividades docentes (1937-1945). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 renunciou ao mandato de Deputado Federal e foi nomeado Ministro do Tribunal de Justiça do Estado de SP (1947).

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Colaborou na "Revista da Faculdade de Direito de São Paulo" e na "Revista dos Tribunais". Publicou "CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO" (1925); "O PROJETO DO CÓDIGO DE PROCESSO" (1926); "EM FACE DA CONSTITUIÇÃO NÃO EXISTE NO BRASIL O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO" (1927); "NATUREZA JURÍDICA DA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO" (1933), dentre outros trabalhos sobre temas jurídicos.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Relator da Subcomissão "Declaração de Direitos" da Comissão de Constituição, onde teve participação destacada na redação de vários dispositivos constitucionais. Em plenário, onde foi um dos parlamentares mais conservadores e intolerantemente reacionários, concentrou sua

atuação na abordagem de questões referentes ao problema da "discriminação de rendas", no combate ao intervencionismo estatal, e na defesa da descentralização administrativa e da "federação". Assim, logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para proferir discurso abordando o "Problema da distribuição de rendas" (II, 274-278), no qual combateu a excessiva centralização do aparelho administrativo e fiscal nas mão da União em detrimento de outras unidades da federação, e criticou a proposta do pessedista Horácio Láfer (PSD/SP) de se fortalecer os municípios através do aumento da contribuição de melhoria, tendo ainda tomado a palavra para "solicitar inserção em ata" de "Uma carta do professor Sampaio Dória sobre Matéria Constitucional" (VI, 371-376), no qual o ilustre jurista defendia a tese dos mandatos curtos para cargos eletivos, e a duração de 04 e 02 anos para os mandatos de presidente da República e de deputados federais, respectivamente.

Na condição de Membro da Comissão de Constituição, durante a votação do projeto revisto em plenário interveio várias vezes para emitir pareceres a destaques solicitados por outros constituintes, e para manifestar-se sobre uma série de assuntos. Destacam-se seus pareceres contrários às emendas de Lauro Montenegro (PSD/AL), concedendo licença especial aos funcionários públicos; de Carlos Marighela (PCB/BA), assegurando direitos sociais aos trabalhadores de cartórios; de Nestor Duarte (UDN/BA), determinando a unificação da justiça; de Jorge Amado (PCB/SP), favorável à concessão do direito de asilo; e de Brochado da Rocha (PSD/RS) concedendo anistia aos trabalhadores que tivessem sido punidos em conseqüência de greves ou dissídios trabalhistas. Crítico ferrenho da intervenção do Estado na economia, manifestou-se contrário à nacionalização progressiva do bancos e das empresas concessionárias de serviço público, ao reconhecimento do direito de desfile, à desapropriação por interesse social, e à competência privativa da União de se legislar sobre direito financeiro. Foi ainda um dos mais ferrenhos opositores de qualquer tentativa de aprovação de dispositivos constitucionais que pudessem abrir uma brecha jurídica para a realização de reforma agrária, posicionando-se ardorosamente favorável a prévia e justa indenização em dinheiro em caso de desapropriação por utilidade pública, e veementemente contrário à figura jurídica da desapropriação por interesse social, tendo afirmado, durante os debates da Comissão de Constituição, que "...se declararmos como motivo de desapropriação o 'interesse social', além da 'utilidade pública', abriremos brecha vastíssima, dentro da qual não sabemos o que possa caber" (Anais da Comissão; III, 118).

Apresentou 28 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 29 (aprovada; XXII, 152), dando ao presidente da República competência para baixar leis regulamentando os decretos por ele expedidos; Nº 470 (rejeitada; XXI, 384), estabelecendo várias restrições à cobrança e arrecadação da contribuição de melhoria; Nº 1122, contrária à adoção do critério do "custo histórico" para a avaliação dos capitais das empresas concessionárias de serviço público em caso de desapropriação; Nº 1123 (rejeitada; XXIII, 197), suprimindo a expressão "concessão" para caracterizar a natureza da autorização governamental para a exploração de minas e jazidas minerais por capitais privados; Nº 1124, contrária ao reconhecimento do direito de greve; e a de Nº 1748, determinando a adoção do sistema eleitoral proporcional para a eleição dos deputados federais. Logo após o encerramento dos trabalhos de elaboração constitucional, renunciou ao mandato de deputado federal constituinte, a 19/09/1946, na 1ª sessão da legislatura ordinária que se seguiu à Constituinte de 1946 ("Diário do Congresso Nacional", 1946: 5117).

## • PAULO NOGUEIRA FILHO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 16/11/1898, São Paulo-SP. FALEC: 29/10/1969.
Descendente de tradicional família de burgueses e proprietários rurais paulistas. Neto de José Paulino Nogueira, coronel da Guarda Nacional, proprietário de terras e comerciante em SP. Filho de Paulo Nogueira, industrial e cafeicultor.
PROFS: Industrial, Proprietário de Terras (Cafeicultor) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1919), após o que exerceu a advocacia juntamente com sua atividades empresariais em São Paulo. Proprietário da Companhia de Tecidos de Seda Santa Branca em SP (1922).

**3) TPol:** Um dos Fundadores e Secretário Geral do PD/Partido Democrático (1926-1930). Tomou parte nas articulações que resultaram na formação do PDN/Partido Democrático Nacional (1927). Como Dirigente do PD, participou intensamente na campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 30 (1929-1930). Delegado do PD junto ao Governo Provisório (1931). Foi signatário de vários "Manifestos" contra a atuação de João Alberto na interventoria paulista (1931-1932). Um dos principais organizadores da FUP/Frente Única Paulista, agremiação que unificou o PD e o PRP em torno de um programa de oposição ao Governo Provisório (1932). Participou ativamente e foi um dos mais destacados dirigentes civis do movimento constitucionalista paulista (1932). Com a derrota do movimento, exilou-se na Europa (1932-1934). Deputado Federal na legenda do Partido Constitucionalista (1935-1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, foi preso e deportado para os Estados Unidos juntamente com Armando de Sales Oliveira e outras lideranças paulistas (1937-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Membro do Secretariado Nacional e do Departamento Social da UDN (1945). Após a Constituinte-46, juntamente com uma facção dissidente, abandonou a UDN ingressando no PSP/Partido Social Progressista de Ademar de Barros (1948).

**4) LAM:** Durante a década de 1930 foi Representante dos Usineiros Paulistas no IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool (SD). Embora se autodenominasse "burguês progressista", foi favorável ao fechamento da ANL/Aliança Libertadora Nacional (1935). Durante o Estado Novo pertenceu a organizações de apoio ao esforço de guerra do governo norte-americano: Membro da associação "Mundo Livre" e Vice-Presidente da União Republicana Latina.

**5) AIT:** Na República Velha foi destacado Diretor do "Diário Nacional", órgão do PD (1927-1930). Publicou "DISCURSOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO" (1946); "EMENDAS AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO" (1946); "EM DEFESA DA AUTONOMIA DE SÃO PAULO" (1947); "EM DEFESA DAS INSTITUIÇÕES" (1947); e "FUNDAMENTOS DO REGIME REPRESENTATIVO" (1947).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na feitura de longos e prolixos pronunciamentos de cunho doutrinário, nos quais buscou estabelecer os alicerces de vários aspectos do "regime de liberdade" que, segundo seu ponto de vista, deveria nortear a elaboração da nova Carta Constitucional. Assim, ocupou a tribuna ou enviou à Mesa da Assembléia "para serem dados como lidos", discursos abordando "Matéria Constitucional" (V, 178-189) no qual procurou expor as "cinco estipulações básicas e assimétricas de cada regime: o regime de liberdade e o regime de opressão" (V, 189); fazendo "Afirmação de princípios" (VI, 38-49), onde enunciou as "quatro

estipulações básicas de um sistema ordenado que eu chamo de regime de liberdade" (VI, 38), tendo afirmado à certa altura, preocupado com os possíveis agentes encarregados de implantar tal regime, que "Dentro de toda sociedade os subjugados e oprimidos que se conformam constituem massa amorfa de cidadãos de vontade social atrofiada. Nesse estado, não porfiam contra o poder estabelecido mas por outro lado não têm porque defender a existência da sociedade. São elementos que, antes, concorrem para a diluição de seus vínculos. Com esses abúlicos não pode contar normalmente uma coletividade para viver, defender ou expandir-se no seio das sociedades que integre" (VI, 47); apresentando sua "Contribuição para que seja instituído no Brasil um regime de cooperação social" (X, 330-342); preconizando a "Instituição de um regime de liberdade social" (VIII, 386-397), no qual procurou elencar o "conjunto de normas fundamentais que sistematize no texto da Lei Básica a vigência do Regime de Liberdade Social" (VIII, 386); examinando o "Problema da liberdade" (XVIII, 90-95), no qual enumerou de forma mais sistemática suas propostas à feitura da Constituição; e tecendo considerações sobre o "Aspecto externo dos regimes de liberdade" (XXIV, 249-260). Nesse conjunto de pronunciamentos, manifestou-se favorável ao sistema de governo parlamentarista, à coincidência de eleições para os cargos executivos e legislativos, à adoção do princípio da revocabilidade dos mandatos eletivos, à instituição do referendo popular para deliberar sobre questões controversas, e aos mandatos de 02, 04 e 06 anos para deputados, presidente da República e senadores, respectivamente. Crítico ferrenho do legado do regime estadonovista (que chegou a qualificar, a certa altura, como a "suprema desgraça do Brasil"; XIV, 42), posicionou-se ainda favorável à isenção do imposto territorial para os pequenos produtores rurais, à colaboração de todos os agentes de produção na gestão das firmas, e à proposta de Jurandir Pires (UDN/DF) de se transitar ao "socialismo" através da taxação progressiva do imposto sobre heranças.

Juntamente com Jurandir Pires (UDN/DF) apresentou 160 emendas ao Projeto de Constituição, tendo sido o 1º signatário de 38 delas. Destacam-se as de Nº 3715, favorável à duração de 02 anos para os mandatos de deputados federais; Nº 3721 (rejeitada; XXII, 119), inserindo preceito constitucional explicitando a classificação das leis em constitucionais, orgânicas e ordinárias; Nº 3796, transferindo para o "Poder Econômico" a prerrogativa de regulamentação da contribuição de melhoria; Nº 3819, condicionando a navegação de cabotagem por navios estrangeiros à autorização prévia do "Poder Econômico"; Nº 3849, criando dispositivo estipulando que "O Estado orientará suas atividades nacionais pelos princípios da organização racional do trabalho"; e a de Nº 3853 (aprovada; XXI, 237), determinando a aplicação em benefício da ordem rural de metade dos auxílios prestados pela União e pelos Estados aos Municípios.

---

## • PLÍNIO BARRETO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 20/06/1882, Campinas-SP. FALEC: 28/06/1958.
PROFS: Jornalista e Advogado.

**2) CPr:** Começa a trabalhar como Revisor no jornal "O Estado de São Paulo" (1898). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1902). Por indicação de Júlio de Mesquita, exerceu o jornalismo e a advocacia em Araras-SP (1903-1909). Retornando a São Paulo, trabalhou como Advogado e Jornalista na capital paulista, sempre no jornal "O Estado de São Paulo". Diretor do "Diário da Noite" (1926). Redator-Chefe e Advogado do jornal "O Estado de São Paulo" (1927-1940). Durante o Estado Novo, após a intervenção do governo neste jornal, passou a colaborar no "Diário de São Paulo", pertencente à cadeia "Diários Associados" de Assis Chateaubriand (1940-1945). Com o término da intervenção, retomou suas atividades de jornalista e editorialista no jornal "O Estado de São Paulo" (1946).

**3) TPol:** Apoiou a Revolução de 30, tornando-se Secretário de Justiça e Segurança Pública após a vitória do movimento (1930). Governador Provisório de SP por um curto período (06-25/novembro/1930). Participou ativamente e foi uma das principais lideranças civis do movimento constitucionalista ocorrido em SP, tendo sido Chefe do Serviço de Censura durante a rebelião (1932). Derrotado o movimento, retomou suas atividades de jornalista político no jornal "O Estado de São Paulo" (1932-1934). Apoiou a candidatura vitoriosa de Armando de Sales Oliveira ao governo de SP (1934). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, era Redator-Chefe do jornal "O Estado de São Paulo" aquando da intervenção efetuada pelo governo federal no periódico paulistano (1940). 1ª Legislatura. Após a Constituinte-46 foi derrotado pelo candidato do PSD, Novelli Júnior, nas eleições suplementares para vice-governador de SP (1947).

**4) LAM:** Na condição de Presidente do Instituto dos Advogados de SP participou ativamente do trabalho de agitação ideológica durante o movimento constitucionalista ocorrido em SP (1932). Foi também Membro da OAB/SP.

**5) AIT:** Durante a República Velha fundou a "Revista do Tribunais" (1912) e foi Diretor da "Revista do Brasil", (1916), juntamente com Júlio Mesquita e Alfredo Punjol. Além de ter sido editorialista e um dos principais dirigentes ideológicos do jornal "O Estado de São Paulo" durante um longo período, publicou diversos trabalhos sobre variados temas (jurídicos, políticos e literários), dentre os quais: "CRÔNICAS FORENSES" (1912); "VIDA FORENSE" (1922); "CEM ANOS DE CULTURA JURÍDICA NO BRASIL" (1922); "INJÚRIAS IMPRESSAS" (1924); "OS ACONTECIMENTOS DE JULHO DE 1924" (1925); "QUESTÕES CRIMINAIS" (1927); "O PÚBLICO" (1931); "UM PARANÓICO DE GRANDE TOMO" (1932); e "O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO E A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO" (1933). Analisando o conteúdo de suas atividades ideológicas, afirma Maria Benevides que "O melhor exemplo do elitismo da UDN, no sentido do desprezo pelo povo, encontra-se no artigo de Plínio Barreto (no *O Estado de S. Paulo*) inconformado com a vitória de Ademar de Barros, em 1947, e a derrota (último lugar) do udenista Almeida Prado. A idéia de que 'o povo não sabe votar' é dominante, e o jornalista propõe uma lista de dez preceitos para que os futuros candidatos possam ganhar eleições conquistando a plebe, as massas eleitorais que têm *'como aquela personagem de Machado de Assis, uma irresistível tendência para o pulha' (...) (OESP, 26/01/47)"* (BENEVIDES, 1981: 253).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Presidente da Comissão de Investigação Econômica e Social, onde apresentou relatório sobre o tema "Serviços de Assistência Social". Em plenário, foi um dos mais assíduos freqüentadores da tribuna constituinte, intervindo inúmeras vezes nos debates travados no recinto da Assembléia sobre diversos assuntos. Crítico ferrenho tanto do legado do Estado Novo quanto da ideologia comunista, entabulou freqüentes polêmicas com os adeptos desta duas correntes políticas, sempre na defesa dos princípios liberais conservadores que nortearam sua atuação constituinte. Logo no início dos trabalhos constituintes posicionou-se várias ocasiões contra a vigência da Carta de 37, e argumentou a favor da Indicação udenista propondo a nomeação de uma comissão para elaborar um projeto de normas gerais com o fito de substituir a Carta estadonovista, a seu ver uma proposta mais abrangente que a Indicação do PCB estipulando a revogação pura e simples da Constituição de 37.

Intervindo principalmente através de apartes a pronunciamentos de outros constituintes, ocupou a tribuna para proferir discursos sobre "Matéria Constitucional" (VI, 69-77), onde preconizou a elaboração de uma Constituição sintética e combateu veementemente a proposta

do líder petebista Gurgel do Amaral (PTB/SP), de se instituir a Justiça do Trabalho paritária, tendo afirmado no início de sua oração que "... a meu ver, um dos atos mais sábios dos redatores da Constituição americana foi o alvitre de elaborar aquele pacto, que é uma das peças jurídicas mais notáveis, dentro de recintos fechados, sem taquigrafia nem repercussão dos debates que lá se travaram" (VI, 69); traçando um "Panorama da vida moderna do Brasil" (VII, 283-288), no qual combateu tanto o "tresloucado materialismo" quanto essa "ramificação de tolos que o Partido Comunista pitorescamente chama de burguesia progressista"; justificando "Requerimento de saudade aos que pereceram na Revolução Constitucionalista de São Paulo" (XVIII, 19); e protestando veementemente contra a apreensão do diário comunista "Tribuna Popular" pela polícia do DF (XXI, 380-384; XXIII, 11). Ao posicionar-se contra a presenças dos vogais não togados na Justiça do Trabalho, entrou numa violenta polêmica com o líder petebista na Assembléia e defensor ferrenho da Justiça do Trabalho paritária, Gurgel do Amaral (PTB/DF)

Embora em suas incontáveis intervenções não tenha dito uma palavra sobre a implacável repressão perpetrada pelo governo Dutra ao movimento grevista e sindical, ocupou a tribuna para protestar contra a prisão do ilustríssimo advogado udenista Adauto Lúcio Cardoso, afirmando : "É inominável. Parece que a polícia perdeu a cabeça. O doutor Adauto Lúcio Cardoso, um dos homens mais dignos da profissão, foi vítima da polícia! (...) É o início da anarquia" (XXIII, 349-350). Além disso, manifestou-se contrário à emenda de Hermes Lima (ED/DF) parcelando por 25 anos o pagamento de indenização aos proprietários em caso de desapropriação por interesse social, à justiça de paz eletiva, ao divórcio, à concessão ao Estado da prerrogativa de monopolizar determinando setor ou ramo de atividade, e à emenda de Rui Almeida (PTB/DF) isentando os parlamentares do pagamento de passagens rodoviárias. Foi ainda favorável à Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia para os militares punidos por crimes políticos durante o Estado Novo, ao estabelecimento de restrições à imigração japonesa, à coincidência da duração dos mandatos presidencial e legislativos, e à indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação por interesse social.

Apresentou 25 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 137, isentando os juízes do pagamento de impostos; Nº 144, assegurando para os juízes togados a exclusividade na ocupação do cargo de presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento; Nº 177, possibilitando a realização de *referendum* para a aprovação de certas leis de caráter orgânico; Nº 1083, contrária à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas primárias e secundárias; Nº 1368, favorável à conservação dos símbolos e bandeiras estaduais; e a de Nº 1466, eliminando os vogais não togados da Justiça do Trabalho.

---

## • ROMEU DE ANDRADE LOURENÇÃO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 16/08/1908, São Paulo-SP. FALEC: SI.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1931), após o que exerceu a advocacia na capital paulista e em Santos-SP.

**3) TPol:** Participou de manifestações em SP contra o Governo Provisório Revolucionário e a favor da nomeação de Plínio Barreto para o cargo de interventor em SP (1931). Apoiou o movimento constitucionalista paulista (1932). Após a derrota do movimento, abandonou as atividades políticas e dedicou-se à advocacia. (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura. Após

a Constituinte-46, votou a favor da cassação do PCB (1948) e foi expulso da UDN por pertencer à facção udenista que se aproximou do governador paulista Ademar de Barros (1949).

**4) LAM:** Membro da Associação dos Advogados de SP.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, apenas ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "Matéria Constitucional" (XIX, 324-328), no qual defendeu suas propostas ao projeto e posicionou-se veementemente contrário ao reconhecimento do direito de greve aos funcionários públicos e aos "empregados em serviço de utilidade pública", chegando a afirmar em defesa de seu ponto de vista, que "A greve nos serviços públicos eqüivale a uma verdadeira rebelião; eqüivale à revolução" (XIX, 325), posicionamento este que causou veementes apartes contrários de parlamentares da bancada comunista. Além disso, interveio nos debates constituintes para lamentar-se de que "O Estado de São Paulo perdeu mais de 500.000.000 de pés de café na vigência do Estado Novo" (XII, 339), em aparte de apoio a pronunciamento de Agostinho Monteiro (UDN/PA) criticando vários aspectos da política econômica estadonovista.

Apresentou 11 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 3181, suprimindo dispositivo que determinava a punição da usura sob todas as formas; Nº 3183, contrária à outorga de preferência aos posseiros brasileiros no caso de apropriação de terras por usucapião; Nº 3205, reduzindo de 30 para 10 anos o prazo máximo de concessão de proteção alfandegária para indústria nacionais, e em cuja "justificação" se afirma que "... Se uma indústria, em dez anos, não conseguir aparelhar-se de maneira a poder concorrer vantajosamente, em seu próprio mercado interno, com a indústria similar estrangeira, é porque se revela inviável e não deve, *ipso facto*, merecer amparo do poder público em detrimento da população" (XVI, 74); e a de Nº 3206, de cunho antiintervencionista e suprimindo os cinco primeiros parágrafos do título "Ordem Econômica e Social" que consagravam a intervenção do Estado na economia.

---

## • LUÍS DE **TOLEDO PIZA** SOBRINHO (UDN).

**1) DPF:** NASC: 03/09/1888, São Paulo-SP. FALEC: SI.
Descendente de tradicional família de proprietários de terras e cafeicultores paulistas.
PROFS: Proprietário de Terras (Cafeicultor) e Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1914). Promotor Público e Advogado em várias comarcas do interior paulista. Foi também Fazendeiro de Café em Pirajuí-SP, e Proprietário da fazenda Reunidas no mesmo município.

**3) TPol:** Vereador e Presidente da Câmara Municipal em Pirajuí-SP (SD). Deputado Estadual por várias legislaturas na legenda do PRP/Partido Republicano Paulista (1918-1930). (SI sobre sua atuação na Revolução de 30). Participou do movimento constitucionalista ocorrido em SP (1932). Após a derrota do movimento exilou-se em Lisboa/Portugal (1932-1934). Retornando do exílio, tornou-se Membro do Conselho Consultivo do Estado de SP (1934). Eleito Deputado Federal pelo Partido Constitucionalista, renunciou ao mandato para assumir o cargo de Secretário de Agricultura, Comércio e Indústria de SP na gestão do governador Armando de Sales Oliveira (1935-1937). Membro da UDB/União Democrática Brasileira, apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira

à presidência da República (1937). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, exilou-se na França e, posteriormente, nos Estados Unidos, juntamente com vários outros ex-integrantes da UDB (1938-1945). No contexto da redemocratização tornou-se Membro do Conselho Nacional da UDN (1945).

**4) LAM:** Foi Presidente do Departamento Nacional do Café (1936-1937).

**5) AIT:** Além de exercer o jornalismo no interior paulista publicou: "O PROBLEMA POLÍTICO BRASILEIRO" (1929); "AÇÃO NACIONAL" (discurso político, 1934); "O PROBLEMA RURAL EM SÃO PAULO" (1936); "O PROBLEMA DO CAFÉ" (SD) e "O PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, através de apartes a discursos de outros constituintes interveio várias vezes nos debates ocorridos no recinto da Assembléia, concentrando sua atuação na crítica a diversos aspectos do legado do regime estadonovista e à centralização político-administrativa instaurada no pós-30. Ocupou a tribuna para proferir longo discurso abordando "Assuntos econômicos e doutrinários" (XIV, 34-47), no qual, após tecer loas ao regime inglês e ao "grande, colossal, Winston Churchill", combateu veementemente a necessidade de realização de uma reforma agrária para solucionar o problema da produção agrícola no Brasil, atribuindo as dificuldades da agricultura à excessiva centralização e à "incúria administrativa da ditadura", responsáveis pelo "caos em que nos debatemos" (XIV, 36), tendo ainda reivindicado a "volta à federação" e, na maior parte de seu pronunciamento, feito o elogio de sua própria gestão à frente da secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio no governo de Armando de Sales Oliveira. Também ocupou a tribuna para justificar Indicação Nº 234 de sua autoria, louvando o governo pela extinção do DNC/Departamento Nacional do Café e sugerindo a aplicação de antigo patrimônio da autarquia na criação de um Banco de Crédito aos cafeicultores (XX, 276-278). Crítico ferrenho da política econômica do Estado Novo, atribuiu a inflação vigente do país à política governamental de tabelamento unilateral dos preços agrícolas, ao mesmo tempo que permitia os "lucros extraordinários" auferidos pelos industrias, pelo que "A gente do campo viu-se obrigada a produzir barato para a população parasitária das cidades, quando devia comprar, por preços exorbitantes, os produtos industriais de imediata utilidade. O governo não fazia a fiscalização porque era sócio dos industriais nos lucros extraordinários" (VI, 174). Além disso, manifestou-se favorável à extinção do jogo, à "autonomia municipal", à denominação de língua portuguesa para o idioma falado no país, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional, à extinção do Território do Iguaçu, e ao sistema eleitoral proporcional. Posicionou-se ainda contrário à proposta de Ataliba Nogueira (PSD/SP) de dupla contagem para os votos dados aos advogados, à isenção do imposto territorial para os pequenos proprietários rurais, tendo ainda declarado voto contra a autonomia do DF e contra a emenda de Alfredo de Sá (PSD/MG) permitindo aos parlamentares conservarem seus mandatos no caso de serem nomeados secretários de Estado.

Apresentou 08 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 126, obrigando os membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a prestarem declaração jurada dos bens que possuíssem ao assumirem seus cargos, e em cuja "justificação" se alude à "onda de corrupção que invadiu todos os setores da vida nacional durante o período ditatorial" (XI, 337); Nº 1375, restaurando o art. 9 da Constituição de 1934 que permitia à União e aos Estados celebrarem acordos para o melhor desenvolvimento e execução dos respectivos serviços, e a de Nº 2161, incluindo nas "Disposições Transitórias" da Constituição o "princípio da cooperação intergovernamental" e regulamentando vários aspectos do mesmo.

## D) BANCADA DO PCB/SP.

A bancada do PCB/SP era composta por 04 deputados, todos eles originários de estados da região Norte e Nordeste do país: **Caires de Brito**, destacado militante comunista na Bahia e um dos principais responsáveis pela reorganização do PCB após a "Conferência da Mantiquira"; **Jorge Amado**, então já conhecido como um dos principais escritores do país; o ex-sargento do Exército e ex-preso político, **José Crispim**; e o estivador e líder sindical da cidade de Santos-SP, **Osvaldo Pacheco.**

### • MILTON CAIRES DE BRITO (PCB).

**1) DPF:** NASC: 21/01/1915, Pará Mirim-BA. FALEC: SI.
PROF: Médico e Jornalista.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1940), após o que exerceu a profissão de Médico na BA e em SP.

**3) TPol:** Ainda estudante de medicina, ingressou na Juventude Comunista, organização do PCB (1935). Durante o Estado Novo, deslocou-se para SP onde foi um dos principais organizadores do PCB na clandestinidade, colaborando decisivamente para o soerguimento do partido, duramente atingido pela repressão, tendo sido ainda um dos mais destacados dirigentes da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB (1942); eleito Membro da Comissão Executiva da CNOP na "Conferência da Mantiqueira", da qual foi um dos principais organizadores (1943). 1ª Legislatura. No contexto da redemocratização tornou-se Membro do Comitê Nacional do PCB (agosto/1945). Após a Constituinte de 1946, foi eleito Deputado Estadual em SP na legenda do PCB, renunciando ao mandato de Deputado Federal (1947).

**4) LAM:** Um dos principais líderes da Greve Geral dos estudantes ocorrida na BA (1932). Militou na Frente Juvenil contra o Fascismo (1936). Atuou intensamente no movimento estudantil baiano, tendo sido Membro da Associação Universitária da BA e participado ativamente na luta contra o integralismo no Estado (1936-1937). Durante o Estado Novo foi destacado Dirigente da LDN/Liga de Defesa Nacional em SP(1943-1945).

**5) AIT:** Colaborou na revista "Continental", porta-voz da CNOP/Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB (1942-1943). No contexto da redemocratização foi também Diretor e um dos principais organizadores do jornal "Hoje", órgão do PCB em SP (1945-1946).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Subcomissão "Declaração de Direitos" da Comissão de Constituição, tendo sido o único representante de seu partido neste órgão. Eleito 1º Suplente de deputado pelo PCB, assumiu o mandato desde o início dos trabalhos constituintes em substituição ao titular, o ferroviário Mário Scott. Em plenário, teve destacada atuação na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, tendo ocupado a tribuna várias ocasiões para apoiar reivindicações populares e para apresentar sugestões formuladas pelo PCB à feitura da Carta Constitucional. Logo no início

dos trabalhos constituintes, ainda nas sessões preparatórias de instalação da Assembléia, tomou a palavra para protestar veementemente contra a presença do ministro do Supremo Tribunal Eleitoral, Valdemar Falcão, na presidência dos trabalhos de instalação da Constituinte, ato a seu ver atentatório à soberania da Assembléia, aproveitando a ocasião para apresentar "Proposta para que a presidência da Assembléia passe para um senador ou deputado constituinte" (I, 07), sugestão esta que foi sumariamente rejeitada em plenário. Ainda nessa fase inicial dos trabalhos constituintes, posicionou-se veementemente contra a vigência da Constituição de 1937, e proferiu discurso (III, 35-41) justificando várias propostas do PCB ao Regimento Interno, tais como: (i) defesa de uma Comissão Constitucional formada por juristas especializados, e contra o princípio da representação proporcional que veio a ser adotado pela Assembléia; (ii) nomeação de um delegado de cada partido para acompanhar os trabalhos da Comissão; (iii) aprovação capítulo por capítulo, e não em bloco, do projeto constitucional quando da votação do mesmo em plenário; (iv) aumento de meia para uma hora do tempo disponível para cada parlamentar justificar emendas à Constituição.

Após a elaboração do Regimento Interno, mesmo tendo sido eleito para a Comissão da Constituição, continuou a fazer intervenções em plenário para defender os pontos de vista do PCB no tocante a vários pontos básicos da elaboração constitucional. Assim, ocupou a tribuna para proferir discurso lendo "declaração de voto" do PCB contra o Projeto de Constituição elaborado pela "grande Comissão"(XI, 16-17), onde apontou vários aspectos a seu ver "reacionários" do projeto, dentre os quais: (i) negação do direito de voto aos soldados e analfabetos; (ii) o não estabelecimento do critério proporcional que favorecesse os Estados mais populosos na organização do sistema eleitoral; (iii) a falta de autonomia política aos municípios e a proibição da realização de eleições diretas para a escolha dos governantes em várias cidades importantes; (iv) ausência de separação entre a Igreja e o Estado e a excessiva influência do clero católico conservador na redação dos dispositivos constitucionais; (v) o não-reconhecimento incondicional do direito de greve. Também tomou a palavra para ler da tribuna constituinte o "Manifesto da Comissão Executiva do Partido Comunista por uma Constituição Democrática" (XX, 340-344), apresentando dez sugestões básicas (todas elas rejeitadas) feitas pelo PCB à Constituição, tais como: (i) completa autonomia municipal com eleição direta pelo povo de todos os prefeitos e conselhos municipais; (ii) direito de voto assegurado a todos, inclusive aos analfabetos, soldados e marinheiros; (iii) instituição do sistema parlamentarista de governo e imediata extinção do senado federal; (iv) mandatos de curta duração (04 anos para presidente, 02 para deputados e, em caso de permanência do senado, 06 anos para senador); (v) contra qualquer limitação ao direito de reunião e de associação política; (vi) pela definição clara e precisa, sem subterfúgios, dos "direitos sociais" e contra o estabelecimento de quaisquer restrições ao direito de greve; (vii) por um novo conceito de propriedade que colocasse os interesses sociais acima dos interesses privados, possibilitando assim a realização de uma ampla reforma agrária e a implementação de medidas contra os *trusts* e monopólios; (viii) revisão imediata de todos os contratos de exploração de minas e concessão de serviços públicos feitos pelo governo brasileiro com empresas nacionais e estrangeiras; (ix) contra qualquer tentativa de se incluir da Constituição dispositivos que permitissem a decretação do "estado de sítio preventivo"; (x) anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares punido por crimes políticos no Brasil.

Na etapa final do processo de elaboração constitucional, durante a votação do projeto revisto em plenário, realizou pronunciamentos manifestando-se contra a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Carta Constitucional (XXI, 42-46), o que provocou reações furibundas e ameaças de excomunhão de parlamentares ligados ao clero; justificando emenda Nº 730 (rejeitada) de Artur Bernardes (PR/MG), proibindo a União de conceder a capitais estrangeiros o direito para exploração de serviços públicos (XXI, 252-253); expondo "O pensamento do Partido Comunista sobre o Poder Judiciário" (XXII, 160-163), no qual posicionou-se favorável à eleição dos ministros do Supremo Tribunal Federal pela Câmara dos Deputados, da Justiça do Trabalho paritária e gratuita, e contra o julgamento dos civis pelos militares em tempo de paz; e denunciando

veementemente o fechamento e a ocupação da sede do PCB no Distrito Federal pela polícia (XXIII, 313-316), onde denunciou a violação às imunidades parlamentares de vários deputados comunistas, atribuindo tais práticas aos "elementos fascistas que cercam o presidente Dutra" (XXIII, 313), tendo ainda protestado inúmeras outras ocasiões contra violências perpetradas pela polícia política contra o movimento popular (X, 408; XIII, 72; XVII, 143; XXIII, 356 etc.). Além disso, manifestou-se favorável ao divórcio, à inclusão de um dispositivo constitucional determinando a separação entre Igreja e Estado, ao direito de greve dos funcionários públicos, à eletividade dos juizes, à criação da Comissão Permanente do Congresso Nacional, à nacionalização progressiva dos bancos e empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, e à possibilidade de um mesmo candidato concorrer a cargos eletivos por mais de um Estado. Foi ainda contra a nomeação dos ministros do Superior Tribunal Eleitoral pelo presidente da República, e o ensino religioso obrigatório nas escolas de 1º e 2º graus.

Apresentou 23 emendas ao Projeto de Constituição, a maior parte dela indeferidas ou prejudicadas durante a votação do mesmo em plenário. Destacam-se as de Nº 2193 (rejeitada; XXI, 54) sugerindo nova redação ao preâmbulo da Constituição, estipulando que "Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Constituinte para organizar um regime livre e democrático, que assegure a unidade, o progresso e a soberania da pátria, e o bem estar do povo, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição" (XV, 113); Nº 2306, eliminando a necessidade de sanção presidencial para os atos baixados pelo Congresso Nacional; Nº 2391, instituindo o critério estritamente proporcional na organização do sistema eleitoral; Nº 2430, favorável à aprovação das nomeações do alto comando das Forças Armadas pelo Congresso Nacional; Nº 2480, eliminando o cargo de vice-presidente da República; Nº 2526, condicionando à aprovação da Câmara dos Deputados a nomeação e demissão dos ministros de Estado; Nº 2583, determinando a nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Congresso Nacional; Nº 3611, concedendo anistia ampla e irrestrita a todos os que tivessem sido condenados por crimes políticos até a data da promulgação da Constituição; e a de Nº 3614, obrigando a União a proceder à revisão de todos os contratos de concessão para exploração de jazidas minerais existentes. Finalmente, apresentou destaque (rejeitado) suprimindo as polícias políticas criadas durante o Estado Novo, tendo afirmado, em resposta à defesa feita por Ataliba Nogueira (PSD/SP) e Arruda Câmara (PDC/PE) da conservação das polícias políticas sob o argumento de que na Alemanha e Rússia elas também existiam, que "Nós apresentamos emenda suprimindo a polícia política. O nobre orador poderá apresentar outra suprimindo a GPU e o ilustre representante, Sr. Arruda Câmara, outra, eliminando a GESTAPO" (XXV, 15).

---

- **JORGE** LEAL **AMADO** DE FARIA (PCB).

**1) DPF:** NASC: 10/08/1912, Itabuna-BA.
PROFS: Escritor e Jornalista.

**2) CPr:** Repórter no jornal "Diário da Bahia" (1927). Nas décadas de 1920 e 1930 exerceu o jornalismo tendo colaborado em vários periódicos na BA e em outro Estados. Redator-Chefe da Revista "Rio Magazine" no Rio de Janeiro-DF (1933). Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro-DF (1935), não exerceu a profissão de advogado. Durante o Estado Novo foi Redator-Chefe de "Dom Casmurro" e trabalhou na revista "Diretrizes" (1938-1945). Foi também escritor, tendo publicado durante o período inúmeros clássicos da literatura brasileira.

**3) TPol:** Filiou-se à Juventude Comunista e ao PCB (1932). Eleito Membro do Comitê Dirigente da Juventude Comunista (1934). Redator de "A Manhã", órgão da ANL/Aliança Nacional Libertadora,

na qual militou intensamente (1935). Durante o Estado Novo, ao qual se opôs, teve um de seus romances, "CAPITÃES DA AREIA", apreendido em todo o país e queimado em praça pública (1937); embora já fosse um escritor famoso, seus livros foram retirados de circulação pela censura estadonovista; seu folheto "ABC DE CASTRO ALVES", impresso em fascículos pela revista "Diretrizes", teve sua publicação suspensa por ordem da polícia política (1940); exilou-se na Argentina e Uruguai, tendo sido preso por várias vezes (1941-1943). No contexto da crise do regime foi Delegado pela Bahia e um dos Vice-Presidentes do I Congresso Brasileiro de Escritores (22/01 a 27/01/1945) realizado em São Paulo. 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Ao longo de sua trajetória de escritor participou de vários movimentos literários e populares.

**5) AIT:** Além de exercer o jornalismo e de ter colaborado em inúmeras publicações políticas e literárias, publicou "O PAÍS DO CARNAVAL" (1931); "CACAU" (1933); "SUOR" (1934); "JUBIABÁ" (1935); "MAR MORTO" (1936); "CAPITÃES DA AREIA" (1937); "A ESTRADA DO MAR" (poemas, 1938); "PHILADELPHO" (comédia teatral, 1940); "O CAVALEIRO DA ESPERANÇA" (1942); "TERRAS DO SEM FIM" (1943); "SÃO JORGE DOS ILHÉUS" (1944); "BAHIA DE TODOS OS SANTOS" (1945) e "SEARA VERMELHA" (1946). Foi também Diretor do jornal "Hoje", diário do PCB em São Paulo, no contexto da redemocratização (1945-1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão de Estudo das Indicações, onde elaborou vários pareceres a sugestões apresentadas por outros constituintes. Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na luta pela ampliação das liberdades individuais e políticas suprimidas durante o Estado Novo, e na defesa das propostas do PCB referentes às questões cultural e religiosa. Logo no início dos trabalhos constituintes, interveio várias vezes para justificar propostas da bancada comunista ao Regimento Interno, tendo ocupado a tribuna para realizar pronunciamentos nos quais leu documento de seu Partido reivindicando a imediata revogação da Carta de 1937 (I, 136-140; III, 107-109), e justificou emenda de sua autoria (rejeitada) suprimindo dispositivo regimental que concedia ao presidente da Assembléia a prerrogativa de censurar "expressões não-parlamentares" dos discursos de constituintes (III, 41-46). Nas outras fases do processo de elaboração constitucional ocupou a tribuna para proferir discursos denunciando o fechamento do Sindicato dos estivadores e da União Geral do Sindicato dos Trabalhadores de Santos (X, 360); protestando contra a apreensão de edições do diário comunista "Tribuna Popular" por "esbirros da Ordem Política e Social" (XIX, 237-238; XXI, 376); e declarando voto contra o projeto constitucional, aproveitando a ocasião para justificar longamente uma série de emendas apresentadas pela bancada comunista ao projeto (XIX, 417-425). Além disso, foi encarregado pelo PCB de saudar, em nome da bancada comunista, várias personalidades de destaque em visita à Assembléia.

Na condição de Membro da Comissão acima citada, formulou diversos pareceres a Indicações sugeridas por outros constituintes; dentre esses, destacam-se seus pareceres positivos às Indicações de Carlos Prestes (PCB/DF), propondo a desaprovação, pela Constituinte, do decreto-lei Nº 9070 baixado pelo governo Dutra proibindo o direito de greve e protestando contra a presença de agentes da "Delegacia de Ordem Política e Social" nas assembléias sindicais (VI, 274-276); de Horácio Lafer (PSD/SP) sugerindo a criação de um órgão governamental para estimular o plantio de trigo no sul do país (XX, 331); e da UDN baiana, solicitando a restituição aos cacauicultores da Bahia da diferença entre os preços de compra e exportação do cacau adquirido pelo Instituto do Cacau durante o Estado Novo (XVIII, 332). Além disso, declarou voto contra a moção do líder pessedista Nereu Ramos (PSD/SC) louvando as forças armadas pela dissolução a tiros de comício

organizado pela PCB no Largo da Carioca na capital federal, e manifestou-se favorável à ruptura de relações diplomáticas com a ditadura franquista, e à supressão das polícias políticas. Foi ainda contrário à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, ao ensino religioso obrigatório nas escolas de 1º e 2º graus, e ao estado de sítio preventivo.

Apresentou 15 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2850 (aprovada; XXII, 130), isentando de tributos a importação e produção de livros, periódicos e papel de imprensa; Nº 3058 (rejeitada; XXIII, 42) garantindo direito de asilo a todos os perseguidos políticos por defenderem a causa da democracia; Nº 3059, facilitando a concessão de *habeas corpus* aos cidadãos que fossem objeto de arbitrariedades policiais; Nº 3062, contrária à obrigatoriedade do ensino religioso; Nº 3064, suprimindo a necessidade de censura prévia para a publicação de livros e periódicos; e a de Nº 3355, eliminando dispositivo que facultava apenas a brasileiros natos o exercício das profissões liberais.

Jorge Amado narrou alguns aspectos de sua atuação constituinte e de suas atividades no período em seu livro *"Navegação de Cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei"* (Rio de Janeiro, Record, 1992), onde inclusive narra sua luta pela aprovação de emenda de sua autoria e da bancada comunista assegurando no texto constitucional a liberdade religiosa e de crença.

---

- **JOSÉ MARIA CRISPIM** (PCB).

**1) DPF:** NASC: 25/05/1911, São Miguel do Gumá-PA. FALEC: SI.
Filho de camponeses pobres.
PROFS: Operário e Militar.

**2) CPr:** Começou a trabalhar como Servente de Pedreiro aos 12 anos de idade (1923). Também exerceu as profissões de Aprendiz de Alfaiate e Comerciário (SD). Após transferir-se para o Rio de Janeiro, concluiu o curso de Monitor de Educação Física no exército (1927). Sargento do Exército (1928). Sargento de Artilharia na guarnição da Vila Militar do RJ (1935). Sem curso universitário.

**3) TPol:** Ainda Sargento do Exército, filiou-se ao PCB (1935). Preso Político em conseqüência da intensa repressão que se abateu sobre o movimento popular após o malogrado levante organizado pelo PCB (1935-1937). Durante o Estado Novo, após ter sido solto, organizou clandestinamente o PCB em SP (1937-1941); preso em São Paulo em razão desta atividade, foi duramente torturado na prisão, tendo sido em seguida transferido para a Ilha Grande-RJ onde permaneceu na condição de Preso Político até ser anistiado (1941-1945). No contexto da redemocratização foi eleito Secretário do Comitê Municipal do PCB/SP, tendo sido ainda várias vezes preso mesmo após a anistia (1945). 1ª Legislatura. Durante os trabalhos da Constituinte de 1946, foi eleito Membro do Comitê Central do PCB na III Conferência Nacional do Partido (julho/1946).

**4) LAM:** Durante o Estado Novo atuou clandestinamente na organização dos trabalhadores ferroviários (1941). Defendeu o Sindicato dos Ferroviários quando este foi empastelado por portaria do ministério do Trabalho, tendo sido preso em razão desta atitude (1941).

**5) AIT:** No contexto da redemocratização tornou-se bastante conhecido após derrotar o padre Roberto Sabóia de Medeiros em debate radiofônico sobre a doutrina marxista (1945).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, e da Comissão de Amparo e Defesa da Pecuária. Um dos mais combativos parlamentares na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, ocupou a tribuna inúmeras vezes para apoiar reivindicações de várias categorias de trabalhadores e para denunciar violências policiais e arbitrariedades cometidas contra as massas populares. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes, ocupou a tribuna para ler "Mensagem do Congresso Sindical dos Trabalhadores" (I, 114-118) realizado em São Paulo, contendo reivindicações de várias categorias de trabalhadores, e para justificar longamente Indicação Nº 25 (rejeitada) do PCB determinando a imediata revogação da Carta de 37 (II, 298-312). Ainda durante essa fase inicial dos trabalhos constituintes, entrou em acirradas polêmicas com parlamentares das bancadas do PSD e do PTB devido a sua defesa intransigente do direito à existência legal do MUT/Movimento Unificador dos Trabalhadores, e ao fato de ter tomado a palavra diversas vezes para apoiar greves e reivindicações trabalhistas.

Também ocupou a tribuna várias ocasiões para protestar energicamente contra violências policiais cometidas contra trabalhadores e militantes comunistas (IV, 252-255; X, 359; XI, 231), e para realizar pronunciamentos declarando voto contra o projeto constitucional e justificando emendas de sua autoria ao mesmo (XVII, 262-267); expondo perante a Assembléia as resoluções da Conferência Nacional do Partido Comunista, realizada a 18/07/46 no Rio de Janeiro (XIX, 153-163); lendo reivindicações de meeiros e camponeses da Alta-Araraquarense e denunciando suas más condições de vida e de trabalho (XX, 25-27); e expondo o parecer geral da bancada comunista ao título IV "Da declaração de direitos" do projeto revisto (XXII, 334-341), aproveitando a ocasião para justificar várias sugestões de sua autoria ao mesmo. Além disso, manifestou-se contrário à proposta de Ataliba Nogueira (PSD/SP) de se estabelecer a dupla contagem para os votos dados aos bacharéis em direito, à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição, à extensão da Justiça Militar aos civis em tempo de paz, e à possibilidade de decretação do "estado de sítio preventivo". Posicionou-se ainda favorável à proibição aos parlamentares de serem advogados de *trusts* e monopólios, às eleições diretas para prefeitos das capitais, à instauração do unicameralismo e à extinção do Senado, à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos, à realização de eleições diretas para a vice-presidência da República após o término dos trabalhos constituintes, e ao sistema eleitoral proporcional que favorecesse os Estados mais populosos.

Apresentou 08 emendas, todas elas ao título "Da declaração de Direitos" do Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 3019, facilitando a aquisição de nacionalidade brasileira para os filhos de pais brasileiros nascidos no exterior que ainda não tivessem atingido a maioridade; Nº 3039, determinando a suspensão dos direitos políticos daqueles que difundissem idéias racistas e incitassem à luta religiosa; Nº 3117, assegurando a todos os cidadãos o direito de resistirem às violações de suas liberdades e de seus direitos assegurados em lei; Nº 3118, garantindo amplo direito de desfile e de reunião; e a Nº 3120, contrária ao estabelecimento de censura prévia por motivo de moralidade e de bons costumes.

## • OSVALDO PACHECO DA SILVA (PCB).

**1) DPF:** NASC: 04/09/1918, Malhada dos Bois-SE. FALEC: setembro/1993.
Um dos 18 filhos de José Pacheco da Silva e Eudóxia Pacheco da Silva, camponeses pobres no sertão sergipano.
PROF: Estivador.

**2) CPr:** Após trabalhar no interior sergipano, migrou para Santos-SP com 17 anos a fim de procurar emprego (1935). Durante o Estado Novo trabalhou como Estivador no porto de Santos (1937-1945).

**3) TPol:** Após longa militância clandestina junto aos estivadores santistas, filiou-se ao PCB (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** Após a vitória do franquismo na guerra civil espanhola, participou do movimento dos trabalhadores do porto de Santos que se recusaram descarregar navios espanhóis (1940). Durante o Estado Novo foi Diretor Presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, tendo liderado vários movimentos reivindicatórios e grevistas da categoria (1941-1945).

**5) AIT:** SI.

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Vice-Líder do PCB na Assembléia e Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Um dos mais combativos e atuantes constituintes na defesa dos interesses das classes trabalhadoras em geral e dos estivadores santistas em particular, participou ativamente das várias fases do processo de elaboração constitucional, utilizando-se da palavra freqüentemente para apoiar reivindicações dos trabalhadores e denunciar violências e arbitrariedades perpetradas contra os mesmos. Assim, logo no início dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para proferir discursos justificando Requerimento de sua autoria solicitando inserção em ata de um voto de pesar por todas as vítimas do reação e do fascismo (I, 280-284), onde enumerou longamente os nomes de vários militantes comunistas e lideranças populares que foram assassinados ou vítimas de torturas durante a vigência de regimes ditatoriais no Brasil e em outros países; e lendo telegramas de diversas categorias de trabalhadores reivindicando melhorias de suas condições de vida e denunciando violações de seus direitos individuais, de organização e de protesto por parte da polícia política (II, 99; II, 148), pronunciamentos estes que provocaram imediatas reações de constituintes conservadores no sentido de restringir o direito à palavra aos parlamentares que fosse tratar de "assuntos não-constitucionais" da tribuna constituinte. Ainda nessa fase inicial do funcionamento da Constituinte, destacou-se por ter sido o primeiro signatário da maior parte das emendas apresentadas pela bancada do PCB ao Regimento Interno, dentre as quais a de Nº 252, supressiva ao art. 76 que proibia à Assembléia elaborar legislação ordinária e contestar atos do Executivo durante o processo de elaboração constitucional.

Também ocupou a tribuna para proferir discursos denunciando a precária situação da Previdência Social legada pelo Estado Novo, e endereçando várias críticas à mesma (IV, 265-271); justificando Requerimento de sua bancada (aprovado) solicitando a "Nomeação de uma comissão para dar sugestões à construção da casa popular" (VII, 233-238); contestando longa e veementemente, em nome dos trabalhadores do porto de Santos, as declarações do ministro do Trabalho, Negrão de Lima (PTB), justificando a necessidade de adoção de duras medidas punitivas contra os estivadores santistas que se recusavam a descarregar navios espanhóis representantes da

ditadura de Franco (VIII, 450-458); emitindo o parecer geral da bancada comunista ao *título VIII "Dos funcionários públicos"* do projeto revisto (XXIII, 430-433); e denunciando várias modalidades de violências e arbitrariedades (espancamentos, prisões, torturas, demissões, proibição de comícios e manifestações, espionagem de assembléias sindicais, interdição e invasão de sedes partidos e sindicatos por policiais, proibição da circulação de jornais e panfletos etc.) perpetradas pela polícia contra o movimento grevista e popular (IV, 62; VI, 287; VIII, 33-35; X, 41; XVIII, 272; XIX, 329; XX, 276; XX, 359, etc.). Além disso, manifestou-se favorável à participação dos trabalhadores na gestão dos Institutos de Aposentadorias e de Pensões, à unicidade sindical, à concessão do direito de greve aos funcionários públicos, e à realização de eleições diretas para prefeitos em todos os municípios brasileiros.

Apresentou 10 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 2068-A, obrigando a União a "socorrer as famílias de prole numerosa" que não tiverem condições materiais de sustento; Nº 2508, condicionando a intervenção nos Estados à prévia autorização da Câmara dos Deputados; Nº 2553, assegurando a gratuidade das justiças criminal, trabalhista e eleitoral; Nº 2893 (rejeitada; XXI, 205), isentando do pagamento do imposto de consumo os artigos que a lei classificar como mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico da população de baixa renda; Nº 2972, condicionando a abertura de crédito extraordinário à aprovação expressa do Congresso Nacional; Nº 3378, estipulando que "A associação profissional ou sindical é livre"; e a de Nº 3602, às "Disposições Transitórias", equiparando os extranumerários com mais de dois anos de serviço aos demais funcionários públicos. Além disso, apresentou destaque (rejeitado; XXIV, 42), tornando estáveis os funcionários públicos não concursados depois de dois anos no exercício da função.

---

## E) BANCADA DO PR/SP.

### • ALTINO ARANTES MARQUES (PR).

**1) DPF:** NASC: 29/09/1876, Batatais-SP. FALEC: 05/07/1965.
Filho do coronel Francisco Arantes Marques.
PROFS: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1895), após o que exerceu a advocacia no interior paulista. Foi também Diretor da Carteira Hipotecária do Banco do Estado de São Paulo (1945).

**3) TPol:** Deputado Federal pelo PRP/Partido Republicano Paulista (1906-1908). Deputado Federal, PRP (1909-1911). Secretário de Negócios Interiores de SP na gestão de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1911). Secretário da Fazenda e da Agricultura no governo do presidente estadual Rodrigues Alves (1912-1915). Membro da Comissão Diretora do PRP. Presidente do Estado de São Paulo (1916-1920); em seu governo reprimiu violentamente o ciclo de greves operárias ocorrido em SP (1917-1919). Deputado Federal por várias legislaturas consecutivas, sempre na legenda do PRP (1921-1930). Primeiro Presidente do Banco do Estado de SP na gestão de Carlos de Campos (1925). Opôs-se à Revolução de 30 e ao Governo Provisório Revolucionário, tendo sido signatário de inúmeros manifestos políticos contra o mesmo (1930-1932). Um dos principais dirigentes do movimento constitucionalista paulista de oposição ao Governo Provisório (1932). Após a derrota do

movimento, exilou-se em Lisboa/Portugal (1932-1934). De volta ao Brasil, tornou-se Presidente do PRP (1934). Candidato derrotado nas eleições indiretas ao governo de SP (1934). Durante o Estado Novo foi Diretor da Liga Nacional de São Paulo (1942-1945). Após a Constituinte-46 foi candidato derrotado à vice-presidência da República na chapa de Cristiano Machado (1950).

**4) LAM:** Foi Membro do Instituto Histórico e Geográfico de SP e pertenceu a várias outras associações culturais no Estado.

**5) AIT:** Dentre outras obras publicou: "BONUM OPUS: ELOGIO DO ARCEBISPO DOM DUARTE LEOPOLDO" (1929); "A EDUCAÇÃO, FATOR PREDOMINANTE DA RECUPERAÇÃO MORAL E CÍVICA" (1934); "SAUDADES DE PORTUGAL" (1938); "O PAN-AMERICANISMO E SUAS REALIZAÇÕES NA CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE LIMA" (1939); "O DEVER DOS MESTRES" (1942); "BONS PORTUGUESES" (1943); "O CULTO DAS LETRAS" (1943); "CÍCERO" (1944); "ELOGIO DA IMPRENSA" (1944); A AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DOS BISPOS DE SÃO PAULO" (1945); e "O SACERDOTE NA IGREJA, NA SOCIEDADE E NA FAMÍLIA" (1946).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Único constituinte eleito pelo PR no Estado de São Paulo, concentrou sua atuação na defesa no sistema de governo presidencialista, e na abordagem de questões referentes à autonomia municipal. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos apontando "As virtudes do municipalismo" (VIII, 370-374), no qual reivindicou a inclusão de dispositivos constitucionais que proporcionassem maior autonomia financeira e político-administrativa aos Estados e Municípios; pronunciando-se sobre "Matéria Constitucional" (XVIII, 418-429), onde combateu extensa e veementemente o parlamentarismo, pelo que entabulou longa polêmica com os adeptos deste sistema de governo; e combatendo a denominação de "língua brasileira" para o idioma a ser adotado em território nacional (XVIII, 275). Além disso, manifestou-se favorável à redação de uma Constituição sintética, à realização de eleições diretas para a escolha de prefeitos das capitais, e à reeleição dos prefeitos.

Apresentou 26 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 404, obrigando o Poder Público a prestar assistência à maternidade e à infância, e regulamentando o funcionamento do juizado de menores como instituição social; Nº 570 (aprovada; XXIII, 286), reduzindo de $\frac{1}{3}$ para $\frac{1}{5}$ o número de vagas a serem preenchidas nos tribunais de 2ª instância por advogados ou membros do Ministério Público; Nº 587, regulamentando a arrecadação do imposto sobre combustíveis e lubrificantes pelos municípios; Nº 948 (aprovada; XXII, 62), ampliando os casos de incompatibilidade dos ocupantes de cargos executivos e judiciários; Nº 1776, obrigando os ministros de Estado a comparecerem à Câmara e ao Senado para prestar contas de seus atos quando fossem solicitados; Nº 1885 (rejeitada; XXIII, 299) reconhecendo o direito de greve "exceto nos serviços públicos ou de utilidade pública"; Nº 1857 (rejeitada; XXIII, 299), condicionando a concessão de terras públicas à prévia autorização das Assembléias Legislativas dos Estados; Nº 1894 (rejeitada; XXI, 252), favorável à reeleição dos prefeitos; Nº 2069, permitindo aos partidos políticos serem proprietários de empresas jornalísticas e de radiodifusão para divulgarem seus programas; e a de Nº 2070, suprimindo dispositivo que assegurava "a todos" trabalho que possibilitasse "existência digna", sob a justificativa de que "A disposição é inoperante e, portanto, inútil. Quem assegura o trabalho? E como o assegura?" (XIV, 463).

## F) BANCADA DO PRP-PSP/SP.

- ROMEU DE CAMPOS VERGAL (PRP/PSP).

**1) DPF:** NASC: 02/05/1903, Serra Negra-SP. FALEC: SI.
PROFS: Professor e Funcionário Público.

**2) CPr:** Sem curso universitário. Foi Professor de Português, Latim, História do Brasil e Geografia em vários colégios secundários de São Paulo-SP (1922-1947). Foi também Escrevente Habilitado da Justiça de São Paulo (SD).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte na legenda da Coligação Proletária, SP (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após a Constituinte-46 votou contra a cassação do PCB (1948) e integrou o Conselho Deliberativo do CEDPEN/Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (1949).

**4) LAM:** Foi Membro de inúmeras associações espíritas.

**5) AIT:** Publicou "LEVANTA-TE E CAMINHA" (1942); "REENCARNAÇÃO OU PLURALIDADE DAS EXISTÊNCIAS" (SD); "BANDEIRANTES DA IMORTALIDADE" (SD) e "OS NAVEGANTES DO INFINITO" (SD).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular e da Comissão Encarregada de Examinar os Serviços do Departamento Federal de Segurança Pública. Um dos parlamentares mais assíduos na tribuna constituinte, interveio diversas vezes ao longo do processo de elaboração constitucional para tomar parte de inúmeros debates travados em plenário, concentrando sua atuação na abordagem de questões referentes aos problemas da "lavoura" e da fixação do "homem campo" no interior do país, no combate às propostas defendidas por constituintes ligados ao clero católico, e na remessa à Mesa da Assembléia de incontáveis Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" a implementação das mais variadas medidas. Logo no início dos trabalhos constituintes, manifestou-se contra a vigência da Constituição de 37 e, em nome do Partido Republicano Progressista, declarou voto a favor da Indicação udenista (rejeitada) propondo a nomeação de uma comissão que elaborasse um "projeto de normas gerais" que substituísse a Carta estadonovista (II, 349).

Parlamentar de postura eclética e sem uma linha de conduta muito definida, ocupou a tribuna para proferir discursos preconizando energicamente a nacionalização dos moinhos estrangeiros (III, 375-38); endereçando várias críticas à política implementada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool durante o Estado Novo, (V, 121-129) sendo, no entanto, contrário à extinção da autarquia; reivindicando ao Poder Executivo providências para a resolução do "problema da habitação popular" (VII, 423-426) e do ensino secundário no país (XII, 125-129); e justificando Requerimento Nº 223 (rejeitado) "solicitando a nomeação de uma comissão para tratar da atual situação de intervenção no sindicato dos bancários" (XII, 177). Realizou ainda pronunciamentos protestando contra violências policiais cometidas contra o movimento popular, e enumerando as agruras do "homem do campo" e do pequeno produtor rural, onde denunciou os "tubarões da

indústria" responsáveis pelo êxodo rural, tendo chegado, num paroxismo de sua postura ruralista, a apresentar Indicação Nº 209 que, dentre outras medidas para evitar a fuga do trabalhador rural para as cidades, sugeria a "imediata proibição de instalação de *novas* indústrias nas zonas urbanas das duas grandes capitais estaduais" (XIX, 270), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia inúmeras outras sugestões destinadas a "fixar o homem do campo" no interior do país.

Além disso, manifestou-se veementemente contra a adoção da pena de morte, o protecionismo alfandegário, a invocação da proteção de Deus no preâmbulo da Constituição, os feriados religiosos, a realização de plebiscito para a aprovação da Constituição, a representação diplomática na Santa Sé, e a mudança da capital federal para o planalto central do país. Foi ainda favorável à separação entre Igreja e Estado, à implantação de tiros de guerra para fixar o homem do campo no interior do país, à concessão do direito de voto aos soldados e analfabetos, à eleição direta para prefeito das capitais, à extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais, à extinção do Senado, e à anistia ampla aos punidos por crimes políticos no pós-30. Finalmente, declarou voto a favor da Indicação de Euclides Figueiredo (UDN/DF) ampliando a anistia para militares punidos durante o Estado Novo; contra a indissolubilidade do vínculo matrimonial; contra a gratuidade do casamento civil; contra a emenda de Rui Almeida (PTB/DF) concedendo "passe livre" aos parlamentares nas empresas de transporte estaduais e federais; e contra a assistência religiosa remunerada aos militares, afirmando em sua "justificação" de voto que: "Usando duma expressão popular: A Igreja de Roma 'come de todos os lados'. É simplesmente lastimável e supinamente perigoso. O futuro o dirá" (XXII, 427).

Apresentou 31 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1600 (rejeitada; XXV, 221), efetivando em seus cargos os professores secundários interinos com mais de cinco anos de magistério; Nº 2189, contrária à invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição; Nº 2395, favorável à adoção do critério proporcional para a organização do sistema eleitoral; Nº 3033, concedendo o direito de voto aos soldados e analfabetos; Nº 3065, vedando a equivalência do ensino religioso ao civil, sob a justificativa de que "O Estado permite o casamento religioso e, entretanto, a religião católica não aceita, não reconhece o casamento civil! Separem-se os dois poderes! Até quando havemos de andar submetidos à igreja de Roma? —Isso aqui acaso é colônia do Vaticano? Por que esse poder espiritual insiste em imiscuir-se no poder temporal?— Acaso não fracassou o religiosismo na Europa, permitindo que aquele continente fosse novamente afogado em sangue? —Libertemo-nos dessas fracassadas imposições" (XVI, 29); Nº 3071, determinando a laicidade do ensino nas escolas públicas, e em cuja "justificação" se afirma que "As crianças não gostam das igrejas, não gostam de rezar, e a prova comprovada disso está em que a igreja vai caçá-las, amedrontá-las nas escolas! Mas esse trabalho é inútil! A evolução rebentará essas cadeias que tentam aprisionar o espírito humano!" (XVI, 30); Nº 3072, contrária à assistência religiosa às forças armadas em tempo de paz; Nº 3073 (rejeitada; XXIII, 319), suprimindo dispositivo que consagrava a gratuidade do casamento civil; Nº 3341 (rejeitada, XXIII, 143), eliminando os feriados religiosos remunerados; e a de Nº 3362 (prejudicada; XXIII, 392), estipulando ser "Absolutamente livre a alfabetização e o ensino primário até o terceiro grau" (XV, 131).

## G) BANCADA DO PDC/SP.

### • MANUEL VÍTOR DE AZEVEDO (PDC).

**1) DPF:** NASC: 25/05/1898, Juiz de Fora-MG. FALEC: SI.
PROFS: Advogado-Funcionário Público, Professor Universitário e Jornalista.

**2) CPr:** Redator do "Correio Paulistano" (1914-1928). Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo-SP (1920). Funcionário do Banco do Brasil a partir de 1927. Delegado Regional do IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool em SP (1933). Inspetor Federal do Ensino Secundário (1935). Diretor da revista "Dom Bosco" (1937-1940). Um dos Fundadores e Professor da Faculdade de Estudos Econômicos do Liceu Coração de Jesus (1938). Também exerceu atividades profissionais em vários outros estabelecimentos.

**3) TPol:** Durante o Estado Novo ocupou cargos na burocracia de Estado e na hierarquia da Igreja Católica (1937-1945). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores do PDC/Partido Democrata Cristão (1945). Segundo o testemunho de Yvonne Miranda, Manuel Vítor "foi eleito em São Paulo com os votos de seus milhares de ouvintes da 'Hora da Ave Maria', programa de rádio que apresentava na cidade de São Paulo" (MIRANDA, 1982: 166). 1ª Leguslatura.

**4) LAM:** Membro de várias associações culturais em SP.

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em SP e publicou "OS DRAMAS DA FLORESTA VIRGEM" (1925); "OS TRÊS TINTEIROS" (1932); "ASSOMBRAÇÃO" (1934); "SEIS HORAS, AVE MARIA" (1936); "O COLECIONADOR DE SENSAÇÕES" (1938); "NOÇÕES DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL" (1938); "NOÇÕES DE DIREITO COMERCIAL" (1938); "SELETA CRISTÃ" (1940); e "SALVE MARIA" (1941).

### ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Foi Membro da Comissão Parlamentar da Casa Popular. Embora mais discreto que seu companheiro de partido, Arruda Câmara (PDC/PE), também concentrou sua atuação na defesa dos postulados básicos da "democracia cristã" e da Igreja Católica, e no combate veemente ao divórcio e ao "comunismo". Ao longo dos trabalhos constituintes ocupou a tribuna para proferir discursos comunicando os resultados da Convenção Nacional do PDC (XVIII, 74-78), no qual encareceu a "urgente necessidade de unir o bloco democrático contra a infiltração das doutrinas eversoras. Vemos a cada passo o extremismo dilatando as garras e a avalancha continuada de idéias vermelhas solapando os alicerces da civilização cristã. Temos o sagrado dever de salvaguardar nas próximas eleições o arcabouço e a contextura do edifício moral de nosso antepassados, mantendo cristã nossa doutrina de vida e cristã a nossa democracia" (XVIII, 75); e ameaçando argumentar contra o divórcio, afirmando logo no início de sua fala que "Não estamos diante de uma questão de ordem civil, mas de ordem sobrenatural" sendo, no entanto, bruscamente interrompido em seguida pelo plenário aos gritos de "voto! voto!" (XXIII, 312-313).

Apresentou 35 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 212, regulamentando a destinação de verbas para a construção de Estradas e Rodovias, e a de Nº 425, dando à União competência privativa para legislar sobre o ensino comercial em todos os graus.

## BANCADA DE SERGIPE.

**01) DURVAL CRUZ (SENADOR/PR);**
**02) WÁLTER FRANCO (SENADOR/UDN);**
**03) AMANDO FONTES (PR);**
**04) HERIBALDO VIEIRA (UDN);**
**05) LEANDRO MACIEL (UDN);**
**06) GRACO CARDOSO (PSD);**
**07) LEITE NETO (PSD).**

**03 UDN + 02 PR + 02 PSD = 07.**

### A) BANCADA DA UDN/PR.

Em Sergipe, a UDN coligou-se com o PR para as eleições à Constituinte de 1946, sendo que este último partido elegeu dois representantes: **Durval Cruz,** usineiro e industrial no Estado, e **Amando Fontes,** escritor de destaque na época, autor de "Os Corumbas", e ligado ideologicamente às classes dominantes sergipanas. No tocante à UDN, segundo Sérgio Miceli, "A bancada udenista em Sergipe se compunha de membros do reduzido círculo de famílias que possuíam mais de uma dezena de usinas no Estado, a saber: **Wálter Prado Franco** (1898/Laranjeiras/SE), também industrial têxtil e proprietário do jornal *Correio de Aracaju*; **Heribaldo Dantas Vieira** (1903/Capela/SE), sobrinho do ex-governador e usineiro Manuel Dantas, e o engenheiro civil **Leandro Maynard Maciel** (1897/Capela/SE), primo irmão do interventor Maynard Gomes, tendo sido diretor do departamento de obras nos governos Cyro Azevedo (1926) e Manuel Dantas (1927), e deputado à Assembléia Constituinte de 1934" (MICELI, 1986: 570-571).

• DURVAL RODRIGUES DA CRUZ (SENADOR/PR).

**1) DPF:** NASC: 06/07/1902, Capela-SE. FALEC: 12/07/1971.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro), Industrial e Médico.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1924). Industrial e Usineiro, foi Sócio das firmas "Cruz Irmão & Cia.", da "Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial", e da "Companhia Usinas de Sergipe" no Estado de SE, e da "Agrícola Santa Luzia", no RJ.

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** SI.

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, ocupou a tribuna para proferir discurso sobre "Distribuição de rendas a favor dos municípios" (XX, 381-385), no qual preconizou a adoção de medidas em prol dos municípios e defendeu proposta de sua autoria (incorporada ao texto constitucional) determinando a distribuição em partes iguais entre os municípios dos 10% do imposto sobre a renda a eles destinado por preceito constitucional.

Apresentou 05 emendas ao Projeto de Constituição, todas elas regulamentando aspectos da organização fiscal dos municípios. Destacam-se as de Nº 2908 (aprovada) contendo a proposta acima citada, e a de Nº 2932, dando aos Estados competência privativa para arrecadar e fiscalizar a cobrança do imposto sobre vendas e consignações.

---

## • WÁLTER DO PRADO FRANCO (SENADOR/UDN).

**1) DPF:** NASC: 21/04/1908, Laranjeiras-SE. FALEC: 16/08/1957.
Filho do coronel Albano do Prado Pimentel Franco, de tradicional família de usineiros e proprietários de terras no Estado de SE.
PROFS: Proprietário de Terras (Usineiro e Pecuarista) e Banqueiro.

**2) CPr:** Sem curso universitário. (SI sobre atividades profissionais).

**3) TPol:** (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos fundadores da UDN/SE (1945). 1ª Legislatura.

**4) LAM:** SI.

**5) AIT:** Segundo Sérgio Miceli (1985: 570), foi proprietário do jornal "Correio de Aracaju", na capital de seu Estado (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, nem apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

## • AMANDO FONTES (PR).

**1) DPF:** NASC: 15/03/1889, Santos-SP. FALEC: 02/12/1967.
PROFS: Advogado e Escritor.

**2) CPr:** Revisor do "Diário da Manhã" em Aracaju-SE (1914). Agente Fiscal do Ministério da Fazenda (1922). Formado pela Faculdade de Direito da BA (1928). No início da década de 1930 exerceu a advocacia no Rio de Janeiro-DF (1930-1934).

**3) TPol:** Deputado Federal, SE (1935-1937). Nas eleições presidenciais de 1937 foi um dos principais articuladores de um "Manifesto dos Intelectuais" em apoio à candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo).

**4) LAM:** No início da década de 1930 freqüentou o círculo do ideólogo católico Jackson de Figueiredo, de quem tornou-se amigo pessoal.

**5) AIT:** Publicou: "OS CORUMBAS" (romance, 8ª ed., 1933) e "RUA DO SIRIRI" (romance, 1937).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Parlamentar ativo em plenário, concentrou sua atuação na crítica ao intervencionismo estatal na economia, e no combate a múltiplos aspectos do regime estadonovista e da "hipertrofia do Executivo" vigente no pós-30. Logo no início dos trabalhos de elaboração constitucional, manifestou-se favorável à capacidade da Constituinte de elaborar legislação ordinária, e realizou longo pronunciamento, que teve grande repercussão na fase inicial de funcionamento da Assembléia, preconizando a "Necessidade da promulgação de um ato institucional para substituir a Carta de 37" (II, 75-82), no qual argumentou longamente contra a legitimidade da Constituição estadonovista, e justificou a Indicação Nº 25 da UDN e do PR propondo a nomeação de uma comissão com o fito de elaborar um "projeto de normas gerais" que anulasse aquele documento. Crítico ferrenho do Estado Novo, também ocupou a tribuna para proferir discursos analisando "O caso do financiamento do algodão" (IV, 159-173), onde causou sensação em plenário ao, com base em documentos oficiais, procurar demonstrar o favorecimento pelo governo federal e pelo Banco do Brasil da "Companhia Nacional de Anilinas Comércio e Indústria", de propriedade de Hugo Borghi (PTB/SP); justificando várias sugestões de sua autoria ao projeto constitucional, objetivando atenuar a "hipertrofia do Executivo", a seu ver consagrada no projeto (IX, 104-111); e combatendo veementemente os preceitos do título "Ordem Econômica e Social" do projeto revisto que consagravam o intervencionismo do Estado na economia e sua prerrogativa de monopolizar determinado ramo ou setor da indústria (XX, 200-207; XXIII, 94-96). Além disso, manifestou-se favorável ao sistema de governo presidencialista, à denominação de "língua brasileira" para o idioma falado no Brasil, à participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas, às eleições diretas para prefeitos das capitais, ao mandato presidencial de 04 anos, à pluralidade e autonomia sindicais, e à isenção do imposto de importação para o papel estrangeiro usado na fabricação de livros e periódicos. Posicionou-se ainda contra a nomeação do presidente do Superior Tribunal Eleitoral pelo presidente da República e o "estado de sítio preventivo".

Apresentou 70 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 1425, transferindo do presidente da República para o Senado Federal a competência privativa para autorizar a intervenção federal nos Estados; Nº 1480 (rejeitada; XXI, 398), suprimindo dispositivo que proibia eleições diretas para prefeitos das capitais e nos municípios de águas minerais e onde se situassem portos ou bases de importância militar; Nº 1560 (rejeitada; XXIII, 207), transferindo para lei ordinária a regulamentação da participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas; Nº 1562 (rejeitada; XXIII, 105), eliminando dispositivo que reconhecia à União a faculdade de intervir no domínio econômico e de monopolizar determinada indústria ou setor de atividade, e em cuja "justificação" se afirma que "Num regime em que o Estado tenha a faculdade de intervir mais ou menos a seu talante, no domínio econômico, podendo até monopolizar determinada indústria ou atividade, está extinta a liberdade. Lembremo-nos que essa foi a mais poderosa e eficiente arma de que se valeram fascistas e nazistas para manterem em silêncio e escravidão seus aterrados patriotas" (XIV, 132); Nº 1564, suprimindo dispositivo que assegurava a todos trabalho que possibilitasse existência digna; Nº 1569, de cunho antiprotecionista e contrária ao dispositivo que estipulava o prazo máximo de 30 anos para a concessão de proteção alfandegária à indústria

nacional; e as de Nº 4027 a 4064, contendo um verdadeiro "substitutivo Amando Fontes", com sugestões a praticamente todos os dispositivos do Projeto de Constituição.

---

• **HERIBALDO DANTAS VIEIRA** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 27/03/1903, Capela-SE. FALEC: 21/10/1970.
Sobrinho de Manuel Dantas, usineiro e governador de SE durante a República Velha.
PROF: Advogado.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito de Recife-PE (1928). Promotor Público na comarca de Capela-SE (1928). Exerceu a advocacia em Aracaju-SE.

**3) TPol:** Secretário de Educação de SE na gestão do governador Maurício Graco Cardoso (1924). Deputado Estadual, SE (1928). Secretário de Segurança Pública de SE no governo de seu tio Manuel Dantas (1929-1930). Durante o Estado Novo não ocupou cargos políticos. No contexto da redemocratização tornou-se Diretor de Instrução Pública de SE (1945).

**4) LAM:** Durante o período de crise da ditadura estadonovista foi Presidente do Conselho da OAB/SE (1943-1946).

**5) AIT:** Exerceu o jornalismo em SE, tendo sido Redator e Diretor do "Correio de Aracaju" na capital do Estado (1934-1941).

**ATUAÇÃO CONSTITUINTE:**

Parlamentar pouco atuante em plenário, não ocupou a tribuna para manifestar-se sobre assuntos relevantes, tendo apenas enviado à Mesa da Assembléia "para ser dado como lido" discurso sobre "Matéria Constitucional" (XI, 52-56), onde defendeu a invocação da "proteção de Deus" no preâmbulo da Constituição.

Não apresentou emendas ao Projeto de Constituição.

---

• **LEANDRO MAYNARD MACIEL** (UDN).

**1) DPF:** NASC: 08/12/1897, Catete-SE. FALEC: SI.
Filho de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, senhor de engenho em SE, deputado provincial em várias legislaturas durante o Império, deputado constituinte (1891), deputado federal (1891-1893) e senador por SE (1894-1902) na República Velha.
PROFS: Proprietário de Terras e Engenheiro.

**2) CPr:** Formado pela Escola Politécnica da BA (1922). Como Funcionário do Ministério da Viação e Obras Públicas, trabalhou nas obras do Porto de João Pessoa-PB e no Departamento de Portos, Rios e Canais no Rio de Janeiro-DF (SD).

**3) TPol:** Diretor do Departamento de Obras Públicas de SE no governo do coronel Manuel Correia Dantas (1927-1929). Deputado Federal pelo PR/Partido Republicano, SE (1930). Após a Revolução de 30 manteve-se no cargo de Diretor de Obras Públicas no novo governo do interventor Augusto Maynard Gomes (1930-1932). Deputado Constituinte e Federal, PSD/Partido Social Democrático/SE (1933-1935). Senador eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa de SE (1935-1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). No contexto da redemocratização foi um dos Fundadores da UDN, tendo participado da Primeira Reunião do Diretório Nacional, e da Comissão do Estudo dos Problemas Estaduais e Municipais do partido (1945).

**4) LAM:** Participou da campanha civilista durante a República Velha.

**5) AIT:** Apresentou tese de conclusão do curso de engenharia intitulada "O APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRÁULICO DO RIO SÃO FRANCISCO NA GARGANTA DE PAULO AFONSO" (1922).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Tomou posse já iniciados os trabalhos constituintes, na 4ª Sessão, a 11/02/1946 (I, 118). Parlamentar pouco atuante em plenário, concentrou sua atuação na remessa à Mesa da Assembléia de Requerimentos e Indicações "solicitando ao Executivo" verbas para a execução de obras e serviços no interior de seu Estado.

Apresentou 02 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se a de Nº 121 (rejeitada; XXIV, 180), ampliando da "região nordeste" para a "região norte" o espaço geográfico beneficiado com os 3% da receita tributária da União reservados para a realização de obras sociais contra os efeitos da seca.

---

## B) BANCADA DO PSD/SE.

Segundo Sérgio Miceli, "Em Sergipe (...) as bancadas pessedistas incorporaram herdeiros à testa de importantes clãs oligárquicos, muitos dos quais já haviam consolidado sua carreira política desde a década de 20, como, por exemplo, **Maurício Graccho Cardoso**, filho de uma tradicional família de Estância, casado com uma Accioly, deputado federal desde 1921, senador e presidente do Estado no ano seguinte" (MICELI, 1986: 569). Ainda de acordo com o mesmo autor, algumas das lideranças políticas que se agruparam em torno do PSD, "começaram exercendo cargos subalternos no sistema judiciário ou em instituições de saúde, de onde eram promovidos a postos de maior responsabilidade nessas mesmas áreas, até que tivessem a oportunidade de serem convocados ao desempenho de seus primeiros mandatos de caráter propriamente político. (...) **Francisco Leite Neto**, advogado, foi diretor da penitenciária estadual, secretário da Fazenda e da Justiça, e finalmente secretário-geral do interventor Maynard Gomes, aliando a esse envolvimento na máquina administrativa local seus trunfos de sangue, pertencendo à família Rolemberg pelo lado materno e ao clã político de seu sogro, o advogado, professor, jurista e membro do Conselho Consultivo de Sergipe, Antônio Manoel de Carvalho Neto" (Op. cit.: 573).

• MAURÍCIO **GRACO CARDOSO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 09/08/1874, Estância-SE. FALEC: 03/03/1950.
Filho de Bricio Cardoso, deputado estadual na República Velha (SD).
PROFS: Advogado e Jornalista.

**2) CPr:** Fundador e Proprietário de "O Republicano", logo após a proclamação da República. Redator de "A República" (1892) e de "O Phonal" no Ceará (1892). Formado pela Faculdade Livre de Direito do CE (1907), após o que exerceu a advocacia e o jornalismo no CE. Professor da Escola de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro (1916-1921).

**3) TPol:** Iniciou sua carreira política aproximando-se do clã familiar dos Acióli, grupamento de déspotas locais no CE. Secretário da Fazenda do CE (1904-1906). Deputado Federal, CE (1906-1908). Deputado Federal, CE (1908-1909). Vice-Presidente do CE no governo de Antônio Nogueira Acióli (1909-1912). Em decorrência dos conflitos armados ocorridos no CE aquando da sucessão do governo Acióli, refugiou-se no Rio de Janeiro afastando-se da política cearense (1913). Secretário Particular do ministro da Agricultura José Bezerra no governo de Venceslau Brás (1915-1916). Consultor do Ministério da Agricultura (1917-1918). Deputado Estadual, SE (1921-1922). Senador, SE (1922). Presidente do Estado de SE (1922-1926). Deputado Federal, SE (1927-1928). Deputado Federal, SE (1929-1930). Opôs-se à campanha da Aliança Liberal e à Revolução de 30 (1929-1930). Candidato derrotado à Deputado Federal Constituinte pelo PRP/Partido Republicano Progressista, SE (1933). Representou o PRP na convenção nacional que escolheu José Américo de Almeida candidato à presidência da República (1937). (SI sobre sua atuação política durante o Estado Novo). Após o término dos trabalhos constituintes, presidiu a sessão inaugural de instalação da Câmara e do Senado por ser o parlamentar mais idoso da Assembléia Nacional Constituinte de 1946 (23/09/1946).

**4) LAM:** Durante a República Velha foi redator do jornal "A Imprensa" controlado pelo clã familiar dos Acióli no CE.

**5) AIT:** Publicou: "CONTOS FANTÁSTICOS" (1891); "A BORDO DO CRUZADOR NITERÓI" (1894); "A CAMPONESA" (1895); "CARTA REPUBLICANA" (1896); "POLÍTICA DO CEARÁ" (1897); "ASSUNTOS AGRÍCOLAS" (1897) e "CÓDIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL" (1918).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Constituinte mais idoso dentre os 338 parlamentares que participaram do processo de elaboração constitucional, foi Presidente da Subcomissão "Poder Executivo" da Comissão de Constituição, onde teve atuação destacada na defesa do mandato de 06 anos para presidente da República e no combate a várias conquistas do movimento democrático e popular. Em plenário, desincumbiu-se da inglória tarefa de enviar à Mesa da Assembléia, "para serem dados como lidos" longos e prolixos discursos defendendo entusiasticamente o mandato presidencial de 06 anos (XX, 364-376), e combatendo a tese da reeleição para o cargo de presidente da República (XIV, 15-18).

Apresentou 03 emendas ao Projeto de Constituição, destacando-se as de Nº 1125, de cunho intervencionista e contrária à faculdade da União de monopolizar determinada indústria ou ramo de atividade, e a de Nº 1636, estipulando que "É devolvida à União a posse das terras

devolutas" e com uma longa "justificação" no qual o autor busca deixar claro "O patrocínio de Rui Barbosa à emenda que ora confiamos ao clarividente patriotismo da Assembléia" (XIV, 170-171).

---

• FRANCISCO **LEITE NETO** (PSD).

**1) DPF:** NASC: 14/03/1907, Riachuelo-SE. FALEC: 10/12/1964.
Neto materno do senador Gonçalo Faro Rollemberg. Neto paterno do coronel Francisco Leite; Genro de Antônio Manuel de Carvalho Neto, deputado federal durante a República Velha (1921-1926) e no pós-guerra (1947-1948). Irmão de Rollemberg Leite, governador de Sergipe (1947-1951).
PROFS: Advogado, Jornalista e Professor.

**2) CPr:** Formado pela Faculdade de Direito da Bahia (1935), após o que exerceu a advocacia em SE. Durante o Estado Novo tornou-se Professor de Economia e Finanças da Escola Técnica de Comércio de SE (1938).

**3) TPol:** Deputado Estadual Constituinte, SE (1935-1937). Durante o Estado Novo foi Diretor da Penitenciária de SE (1938) e Secretário Geral de SE na interventoria de Augusto Maynard Gomes (1941-1945). No contexto da redemocratização assumiu por poucos dias o cargo de Interventor de SE em substituição a Augusto Maynard Gomes (27/10 a 03/11/1945).

**4) LAM:** Participou do Congresso de Criminologia e Psiquiatria onde apresentou tese intitulada "PROFILAXIA E TERAPÊUTICA DO CRIME" (1941). Foi Membro e Presidente da Associação Sergipana de Imprensa.

**5) AIT:** Colaborou no "Observador Econômico e Financeiro" e no "Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças" do Ministério da Fazenda. Exerceu o jornalismo em SE, tendo sido um dos fundadores dos periódicos "A República" e "O Estado de Sergipe" (SD). Além disso, publicou: "ESTUDOS SOBRE ECONOMIA E FINANÇAS: POLÍTICA, DOUTRINA E CRÍTICA" (1933); "SERGIPE E SEUS PROBLEMAS" (1937); "ORAÇÕES PROVINCIANAS" (1940) "ESTUDOS E AFIRMAÇÕES (1943) e "O SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1946" (SD).

## ATUAÇÃO CONSTITUINTE:

Concentrou sua atuação na abordagem de questões referentes à política regional do Estado de Sergipe, e na feitura de sugestões ao dispositivos sobre "Discriminação de Rendas" da Constituição. Assim, ocupou a tribuna para proferir discursos expondo sistematicamente suas propostas ao projeto constitucional (XI, 431-434; XII, 131-139), nos quais criticou o projeto por transferir excessivamente recursos tributários para a União e para os Municípios, em detrimento dos pequenos Estados da federação, a seu ver os grandes prejudicados pela "nova ordem fiscal" fixada na Constituição. Também ocupou a tribuna para justificar Requerimento Nº 314 de sua autoria solicitando "o prosseguimento das obras de construção do açude de Ribeirópolis" em SE (XIX, 264), tendo ainda enviado à Mesa da Assembléia diversos outros Requerimentos e Indicações do mesmo teor. Além disso, manifestou-se favorável à "federalização da Justiça" e à política implementada pelo IAA/Instituto do Açúcar e do Álcool na gestão de Barbosa Lima Sobrinho (PSD/PE), colocando-se ao lado do parlamentar pernambucano em sua defesa das atividades da autarquia durante o Estado

Novo, tendo sido ainda contra a manutenção dos impostos intermunicipais e interestaduais na Constituição.

Apresentou 09 emendas ao Projeto de Constituição. Destacam-se as de Nº 81, regulamentando a transferência gradativa do Imposto de Indústria e Profissões dos Estados aos Municípios; Nº 118, atenuando os efeitos nas finanças dos pequenos Estados da transferência do imposto de transmissão *causa mortis* dos Estados para os Municípios; Nº 263, determinando a criação do Departamento das Municipalidades, como órgãos de assistência técnico-financeira aos Municípios; Nº 274, conservando sob a esfera de competência dos Estados a cobrança e arrecadação do Imposto sobre Exploração Agrícola e Industrial; e a de Nº 495, obrigando as empresas com mais de 100 trabalhadores a manter ensino primário gratuito para seus empregados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES UTILIZADAS.


1) **ALBUQUERQUE,** Ulisses Lins. (1978). *Um sertanejo e o sertão (memórias).* Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª ed.

2) **ALEM,** Sílvio Frank. (1981). *Os trabalhadores e a redemocratização; estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato (1942-1948).* Campinas, IFCH/Unicamp, tese de mestrado.

3) **ALMEIDA,** Maria Hermínia T. de & **MARTINS,** Carlos Estevan. (1973). *Modus in rebus; partidos e classes na queda do Estado Novo.* São Paulo, mimeo.

4) **ALMINO,** João. (1980). *Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946.* São Paulo, Brasiliense.

5) **ALMINO,** João. (1980a). "A ideologia autoritária no discurso democrático: o direito de greve, a autonomia sindical e a liberdade de organização partidária na Constituinte de 1946". *Encontros com a Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (19): 187-194.

6) **AMADO,** Jorge. (1946). *Homens e coisas do Partido Comunista.* Rio de Janeiro, Horizonte.

7) **AMADO,** Jorge. (1992). *Navegação de Cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei.* Rio de Janeiro, Record.

8) **ANDRADE,** Paes de & **BONAVIDES,** Paulo. (1989). *História Constitucional do Brasil.* Brasília, Paz e Terra.

9) **ANDRADE,** Manuel Correia de (org.). (1985). *Ciclo de Conferências e debates sobre a Constituinte de 1946.* Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana.

10) **ARAÚJO,** Maria Celina Soares d'. (1996). *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965.* Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

11) **AUDRÁ,** Artur. (1952). *A bancada do PTB no Congresso Nacional.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

12) **BALEEIRO,** Aliomar. (1950). *Alguns Andaimes da Constituição.* Rio de Janeiro, Livraria Principal.

13) **BASBAUM,** Leôncio. (1976). *História Sincera da República (1930-1960).* 4ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega.

14) **BELOCH,** Israel & **ABREU,** Alzira Alves de (coords.). (1984). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983.* Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 4 vol.

15) **BENEVIDES,** Maria Victória de Mesquita. (1981). *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

16) **BENEVIDES,** Maria Victória de Mesquita. (1989). *O PTB e o trabalhismo: partidos e sindicatos em São Paulo. (1945-1964).* São Paulo, Brasiliense.

17) **BERTAUX,** Daniel. (1979). *Destinos pessoais e estrutura de classes.* Rio de Janeiro, Zahar.

18) **BEZERRA,** Gregório. (1979). *Memórias.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 vol.

19) **BIELCHOWSKY,** Ricardo. (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Série PNPE, Nº 19, Rio de Janeiro, IPEA.

20) **BODEA,** Miguel. (1984). *Trabalhismo e Populismo: o caso do Rio Grande do Sul.* São Paulo, USP, dissertação de mestrado.

21) **BRAGA,** Hilda Soares (1990). *Sistemas eleitorais no Brasil (1821-1988).* Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

22) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1985). *Atuação parlamentar do ex-deputado Carlos Marighela.* Coordenação de Estudos Legislativos, Seção de Documentação Parlamentar. Pesquisador: Ângela Mancuso. Brasília, xerox, 234 p.

23) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1985). *Atuação parlamentar do ex-deputado Gregório Bezerra.* Coordenação de Estudos Legislativos, Seção de Documentação Parlamentar. Pesquisador: Ângela Mancuso. Brasília, xerox, 55 p.

24) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1968). *Deputados brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Sexta Legislatura. (1967-1971).* Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 762 p. fot.

25) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1971). *Deputados brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Sétima Legislatura. (1971-1975).* Brasília, Biblioteca da Câmara dos Deputados, 630 p. fot.

26) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1975). *Deputados brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Oitava Legislatura. (1979-1983).*

Brasília, Centro de Documentação e Informação Legislativa da Câmara dos Deputados, 640 p. fot.

27) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1979). *Deputados brasileiros; repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados da Nona Legislatura. (1979-1983).* Brasília, Centro de Documentação e Informação Legislativa da Câmara dos Deputados, 625 p. fot.

28) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1991). *Deputados brasileiros; repertório biográfico: 49ª legislatura. (1991-1995).* Brasília, Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados.

29) **BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS.** (1986). *Membros das Comissões da Assembléia Constituinte de 1946.* Brasília, Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, 32 p.

30) **BRASIL. CONGRESSO NACIONAL.** (1946-1951). *Anais da Assembléia Constituinte de 1946.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 26 vol.

31) **BRASIL. CONGRESSO NACIONAL.** (1946). *O Território do Iguacú na Constituinte (Discursos dos Deputados Munhoz da Rocha e Lauro Lopes e emendas ao Projeto Constitucional).* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

32) **BRASIL, ESTADOS UNIDOS DO.** (1946). *Diário da Assembléia, Ano I, nimeros 01 a 161.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 02/02 a 19/09 de 1946, pp. 01-5042.

33) **BRASIL. SENADO FEDERAL.** (1987). *Assembléias Constituintes Brasileiras; listagem nominal dos membros das Assembléias Constituintes de 1891, 1934 e 1946.* Brasília, Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

34) **BRASIL. SENADO FEDERAL.** (1986). *Catálogo biográfico dos Senadores brasileiros, de 1826 a 1986 / concepção, coordenação, organização e editoriação: Leonardo Leite Neto.* Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 4 vol. il.

35) **BRASIL. SENADO FEDERAL.** (1986). *Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil.* Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

36) **CAFÉ FILHO,** João. (1966). *Do Sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas.* Rio de Janeiro, José Olympio, 2 vol.

37) **CALDEIRA,** José de Ribamar Chaves. (1981). *As interventorias regionais no Maranhão: um estudo sobre as tranformações políticas regionais no pós-30.* Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado.

38) **CAMARGO,** Aspásia de Alcântara. (1976). *"Autoritarismo e Populismo: Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro"*. DADOS/IUPERJ, Rio de Janeiro, (12): 22-45.

39) **CAMARGO,** Aspásia de Alcântara. (1986). *Artes da Política; diálogo com Amaral Peixoto.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

40) **CARNEIRO,** José Queiroz. (1991). *O pessedismo e o baratismo no Pará.* Campinas, IFCH/Unicamp, dissertação de mestrado.

41) **CARONE,** Edgard. (1985). *A República Liberal I -- Instituições e Classes Sociais. (1945-1964).* São Paulo, DIFEL.

42) **CARONE,** Edgard. (1985a). *A República Liberal II -- Evolução Política. (1945-1964).* São Paulo, DIFEL.

43) **CARONE,** Edgard. (1988). *O Estado Novo. (1945-1937).* 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.

44) **CARVALHO,** Horácio Martins. (1979). "O caráter de classe no sistema partidário brasileiro". *Encontros com a Civilização Brasileira.* (13): 117-151.

45) **CHACON,** Vamireh. (1981). *História dos Partidos Políticos no Brasil.* Brasília, Ed. UNB.

46) **COELHO,** João Gilberto Lucas & OLIVEIRA, Antônio Carlos Nantes de. (1989). *A Nova Constituição; avaliação do Texto e Perfil dos Constituintes).* Coordenação: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/INESC. Rio de Janeiro, Ed. REVAN LTDA.

47) **CORSI,** Francisco Luiz. (1991). *Os Rumos da Economia Brasileira do Final do Estado Novo. (1942-1945).* Campinas. IE/UNICAMP, Tese de Mestrado.

48) **CORREIO BRASILIENSE.** (1987). *"Perfil da Constituinte"*. Edições de 18/01/1987 a 21/01/1987.

49) **CPDOC.** (1985). *Guia dos arquivos CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Direito Público e Ciência Política, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.* Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

50) **CPDOC.** (1996). *Guia dos arquivos CPDOC./Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.* 3ª ed. rev. e atual.. Rio de Janeiro, CPDOC.

51) **CYSNEIROS,** Amador. (1953). *Parlamentares Brasileiros.* Rio de Janeiro, Batista de Sousa.

52) **DANTAS,** José Ibare da Costa. (1982). *As políticas das Interventorias em Sergipe. 1930/1945.* Campinas, IFCH/UNICAMP.

53) **D'ARAÚJO,** Maria Celina Soares. (1988). *A ilusão trabalhista: O PTB de 1945 a 1965.* Rio de Janeiro, IUPERJ, tese de doutorado.

54) **DELGADO,** Lucília de Almeida Neves. (1988). *O PTB: do getulismo ao reformismo. (1945-1964).* São Paulo, USP, tese de doutorado.

55) **DIAP.** (organização e pesquisa). (1988). *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores.* Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. São Paulo, Cortez: Oboré.

56) **DINIZ,** Eli. (1978). *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

57) **DRAIBE,** Sônia. (1985). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

58) **DUARTE,** José. (1947). *A Constituição Brasileira de 1946. (Exegese dos textos à luz dos trabalhos da Assembléia Constituinte).* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 vol.

59) **DULCI,** Otávio Soares. (1986). *A UDN e o antipopulismo no Brasil.* Belo Horizonte, UFMG/PROED.

60) **DULLES,** John W. F. (1985). *O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial.* Rio de Janeiro, Nove Fronteira.

61) **FLEISCHER,** David. (1977). "A bancada federal mineira: trinta anos de recrutamento político (1945-1975)". *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* julho, (45): 7-59.

62) **FLEISCHER,** David. (1977a). *"A redemocratização em Minas".* Cadernos do DCP, UFMG, Belo Horizonte, (4): 109-166.

63) **FLEISCHER,** David. (1980). *Partidos Políticos; a sua evolução histórica, aboradagens teóricas e um exame do sistema partidário no Brasil.* In: Apostila de Estudos da Universidade de Brasília. Brasília, Ed. UNB, pp. 59-138.

64) **FLEISCHER,** David. (1981). *Deputados Brasileiros. Repertório biográfico dos Senhores Deputados abrangendo o período de 1946-1967.* Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1981.

65) **FLEISCHER,** David (org.). (1981a). *Os Partidos Políticos no Brasil.* Brasília, Ed. UNB, 2 vol.

66) **FLEISCHER,** David. (1981b). *"As origens sócio-econômicas e regionais das lideranças partidárias em Minas". In.* FLEISCHER, David. (org.). (1981a), pp. 96-115.

67) **FLEISCHER,** David. (1987). *Um Perfil Sócio-Econômico, Político e Ideológico da Assembléia Constitituinte de 1987.* Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS no Grupo de Trabalho "Partidos, Eleições e Problemas Institucionais". Águas de São Pedro, cópia datilografada, 25 p.

68) **FOLHA DE SÃO PAULO.** (1987). *"Os eleitos: quem é quem na Constituinte".* Caderno especial contendo infromações biográficas sobre os eleitos para a Assembléia Constituinte de 1987, 19/01/1987.

69) **FONSECA,** Pedro César Dutra da. (1989). *Vargas: o capitalismo em construção. (1906-1954).* São Paulo, Brasiliense.

70) **FRANCO,** Afonso Arinos de Melo. (1981). *A Alma do Tempo.* Rio de Janeiro, José Olympio.

71) **FRANCO,** Virgílio de Melo. (1946). *A campanha da UDN (1944-1945).* Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde S. A.

72) **FREIRE,** Vitorino. (1978). *A Laje da Raposa (memórias).* Rio de Janeiro, Guavira eds. Ltda.

73) **FUNDAP.** (1987). *Processo constituinte; a ordem econômica e social.* São Paulo, Fundação do Desenvolvimento Econômico, 148 p.

74) **GODINHO,** Vanor & **ANDRADE,** Osvaldo S. (1934). *Constituintes Brasileiros de 1934.* Rio de Janeiro, Santo Antônio.

75) **GOMES,** Ângela Maria de Castro (coord.). (1980). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos Anos 30.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

76) **HENRIQUES,** Afonso. (1966). *Ascensão e Queda de Getulio Vargas.* São Paulo, Record, 3 vol.

77) **HIPÓLITO,** Lúcia. (1986). *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira.* Petrópolis, Vozes.

78) **IGLÉSIAS,** Francisco. (1985). *Constituintes e Constituições Brasileiras.* Col. "Tudo é História" (105). São Paulo, Brasiliense.

79) **LASSWELL,** Harold & **KAPLAM,** Abrahan. (1979). *Poder e Sociedade.* Brasília, Ed. UNB.

80) **LEAL,** Hamilton. (1962). *História das Instituições Políticas do Brasil.* Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

81) **LEAL,** Vítor Nunes. (1986). *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.* 5ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega.

82) **LEITE,** Aureliano. (SD). *Páginas de uma longa vida.* São Paulo, Martins.

83) **LÊNIN,** Vladimir Ilich. (1982). *Um passo em frente, dois passos atrás (a crise no nosso partido). In. Obras Escolhidas em Três Tomos.* 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, vol. 1, pp. 215-376.

84) **LÊNIN,** Vladimir Ilich. (1983). *"Materiales para el libro 'un paso adelante, dos pasos atras'". In. Obras Completas, Ed. espanhola.* Moscú, Editorial Progreso, vol. 8, pp. 493-509.

85) **LIMA**, Hermes *et. alli.* (1954). *Estudos sobre a Constituição Brasileira.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

86) **LIMA,** Hermes. (1974). *Travessia: memórias.* Rio de Janeiro, José Olympio.

87) **LIMA,** Paulo Mota. (1979). *"As ilusões da Constituinte de 1946" (depoimento ao repórter Gilberto Negreiros).* Folha de São Paulo, 07/01, p. 04.

88) **LIMA JÚNIOR,** Olavo Brasil de. (1983). *Os partidos políticos brasileiros; a experiência federal e regional: 1945-1964.* Rio de Janeiro, Graal.

89) **MAGALHÃES,** Juracy. (coord. Alzira Alves de Abreu). (1982). *Minhas memórias provisórias.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

90) **MAGALHÃES,** Juracy & GUEIROS, José Alberto (1996). *O último tenente.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Record.

91) **MICELI,** Sérgio. (1986). *"Carne e Osso da Elite Política Brasileira pós-1930". In:* FAUSTO, Bóris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo III- O Brasil Republicano, vol. 3 - Sociedade e Política. (1930-1964). 3ª ed., São Paulo, DIFEL, pp. 557-596.

92) **MIRANDA,** Yvonne R. de. (1982). *Homens e fatos da Constituinte de 1946 (memórias de uma repórter política).* Rio de Janeiro, Argus.

93) **MOREAU,** Daniela M. (1992). *Clemente Mariani -- Político e Empresário.* Campinas, IFCH/UNICAMP, tese de mestrado.

94) **MONTEIRO,** Norma de Góis (coordenação). (1994). *Dicionário biográfico de Minas Gerais - período republicano - 1889-1991.* Belo Horizonte, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2 vol.

95) **MORAIS,** Fernando. (1994). *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand.* São Paulo, Companhia das Letras.

96) **NETTO,** Evaristo Giovannetti. (1986). *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946.* São Paulo, Ed. Novos Rumos.

97) **NICOLAS,** Maria. (1954). *Cem anos de vida parlamentar. Deputados Provinciais e Estaduais do Paraná. (1854-1954).* Curitiba, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

98) **OLIVEIRA,** Lúcia Lippi. (1973). *Partidos Políticos Brasileiros: o Partido Social Democrático.* Rio de Janeiro, IUPERJ, tese de mestrado.

99) **OLIVEIRA,** Lúcia Lippi. (1973a). *"Notas sobre o estudo do Partido Social Democrático".* DADOS, Rio de Janeiro, IUPERJ, (10): 146-183.

100) **PANDOLFI,** Dulci Chaves. (1989). *"A construção da democracia no Brasil: avanços e retrocessos (1946-1947)".* Trabalho apresentado no GT "Elites Políticas" da ANPOCS. CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, São Paulo, Vértice/ANPOCS, pp. 158-184.

101) **PANDOLFI,** Dulci Chaves. (1985). *Pernambuco de Agamenon Magalhães.* Recife, Fundação Joaquim Nabuco-Massangana.

102) **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.** (1947). *A bancada comunista na Constituinte de 1946.* Rio de Janeiro, Edições Horizonte.

103) **PEIXOTO,** Alzira Vargas do Amaral. (1975). *"A criação do PTB". Ensaios de Opinião,* Nº 1, Rio de Janeiro, Inúbia.

104) **PEREIRA,** Osny Duarte. (1963). *Quem Faz as Leis no Brasil?* 3ª ed. Col. "Caderno do Povo Brasileiro, vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

105) **PEREIRA,** Osny Duarte. (1964). *Que é a Constituição?(Crítica à Carta de 1946 com vistas a Reformas de Base).* Col. "Cadernos do Povo Brasileiro", vol. 23, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

106) **PETERSON,** Phyllis Jane. (1962). *Brasilian political parties: formation, organization, and leadership. 1945-1959.* Michigan/EUA, University of Michigan, PhD Political Science.

107) **PICALUGA,** Izabel Fontenelle. (1980). *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara.* Petrópolis, Vozes.

108) **REALE,** Miguel. (1983). *Memórias. v. 1. Destinos cruzados.* São Paulo, Saraiva.

109) **RODRIGUES,** Leôncio Martins. (1986). *"O PCB: os dirigentes e a organização". In.* FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira,* Tomo III, Vol. X, O Brasil Republicano (1930-1964). 3ª ed., São Paulo, Difel, pp. 363-443.

110) **RODRIGUES,** Leôncio Martins. (1987). *Quem é Quem na Constituinte. Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados.* São Paulo, OESP-Maltese.

111) **SÁ,** Cristina Isabel A. Campolina de. (1985). *O Partido Trabalhista Brasileiro e a Constituinte de 1946: a questão do trabalho -- formas de intervenção ao nível institucional.* Belo Horizonte, Depto. de Ciência Política/UFMG, tese de mestrado.

112) **SAMPAIO,** Regina. (1982). *Ademar de Barros e o PSP.* São Paulo, Global.

113) **SARTRE,** Jean-Paul. (1980). *Questões de Método.* Coleção "Os Pensadores", 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural.

114) **SARTORI,** Giovanni. (1982). *Partidos e Sistemas Partidários.* Brasília, Ed. UNB.

115) **SEMPREL** (editor Said Fahat). (1987). *Perfil da Constituinte. (Anuário Parlamentar Brasileiro, Ano I).* 1ª Edição, Brasília, SEMPREL, 173 p. (200 exemplares fora do coomércio).

116) **SILVA,** Gastão Pereira da. (1947). *Constituintes de 1946; dados biográficos.* Rio de Janeiro, Spinoza/Gráfica Tupy Limitada.

117) **SILVA,** Hélio. (1975). *29 de outubro (1946-1950).* Col. "História daRepública Brasileira", Nº 13, São Paulo, Ed. Três.

118) **SILVA,** Hélio. (1976). *1945: Por que depuseram Vargas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

119) **SILVA,** Marta Zorzal e. (1995). *Espírito Santo: Estado, interesses e poder.* Vitória, FCAA/SPDC.

120) **SOARES,** Gláucio Aly Dillon. (1972). "El Sistema Electoral y la Representacion de los grupos sociales en Brasil, 1945-1962". In. VVAA (1972). *Teoria, metodologia y política del desarrollo de América Latina (segundo seminario latinoamericano para el desarrollo).* Ediciones Flacso-UNESCO, Santiago de Chile, pp. 403-421.

121) **SOARES,** Gláucio Aly Dillon. (1973). *Sociedade e Política no Brasil.* São Paulo, DIFEL.

122) **SOBRINHO,** Alexandre José Barbosa Lima. (1977). *Depoimento.* Rio de Janeiro, FGV/CPDOC/Departamento de História Oral.

123) **SOUZA,** Maria do Carmo Campello de. (1990). *Estado e Partidos Políticos no Brasil. (1930-1964).* 3ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega.

124) **SPINDEL,** Arnaldo. (1980). *O Partido Comunista na gênese do populismo; análise da conjuntura da redemocratização.* São Paulo, Símbolo.

125) **TÁVORA,** Fernandes. (1961). *Algo de Minha Vida (cumprindo uma velha promessa).* Fortaleza, Imp. Universitária do Ceará.

126) **TEIXEIRA,** Pedro Ludovico. (1973). *Memórias.* 2ª ed. Goiânia, Cultura Goiana.

127) **VALADARES,** Benedito. (1966). *Tempos Idos e Vividos.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

128) **VALE,** Osvaldo Trigueiro do. (1978). *O general Dutra e a redemocratização de 1945.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

129) **VIANNA,** Luis Werneck. (1976). *Liberalismo e Sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

130) **VIANNA,** Luis Werneck. (1981). *"O Sistema Partidário Brasileiro e o Partido Democrata Cristão". In.* FLEISCHER, David. (org.). *Os partidos políticos no Brasil.* Brasília, Ed. UNB, pp. 131-171.

131) **WAMBERTO,** José. (1993). "A Constituinte de 46 e os seus oradores". Brasília, *Correio Brasiliense,* segunda-feira, 12/07/1993, p. 4.

132) **WAINER,** Samuel. (1987). *Minha razão de viver: memórias de um repórter.* Rio de Janeiro, Record.

133) **WEBER,** Max. (1983). *A política como vocação.* 4ª ed. São Paulo, Cultrix.

134) **WEFFORT,** Francisco. (1973). "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). São Paulo, Estudos CEBRAP, maio/junho, (4): 67-105.

135) **WEFFORT,** Francisco. (1973a). *Dejemonos de farsas inutiles! História crítica ou história ideológica?* São Paulo, s. ed., mimeo.

# SUMMARY

This dissertation elaborates a social-economical and regional profile of the Constituent Assembly of 1946, presenting in a systematic manner biographical information as well as information on the parliamentary performance of the 338 members of parliament (senators and deputies; titular members and substitutes) who participated in the Constituent Assembly of 1946. In the first chapter, we have a brief bibliography review of the main studies done to the present time on the Constituent Assembly of 1946. In the second chapter, we present the basic goals and the general framework of the methodology used for the gathering and systematization of the data. In the third chapter, we construct and analyze tables approaching the Constituent Assembly of 1946 in the following basic dimensions: (i) the relative position of the many parties represented in the Constituent Assembly; (ii) the previous political path of the representatives of the different parties; (iii) the social profile of the members of the various parties present on the Assembly. Finally, in chapter 4, we have a "*Who was who in the Constituent Assembly of 1946*", where we present in a systematic manner information on the regional representation of the different parties, on the political path of each member of parliament, and on the performance of each one during the process of elaboration of the Constitution.